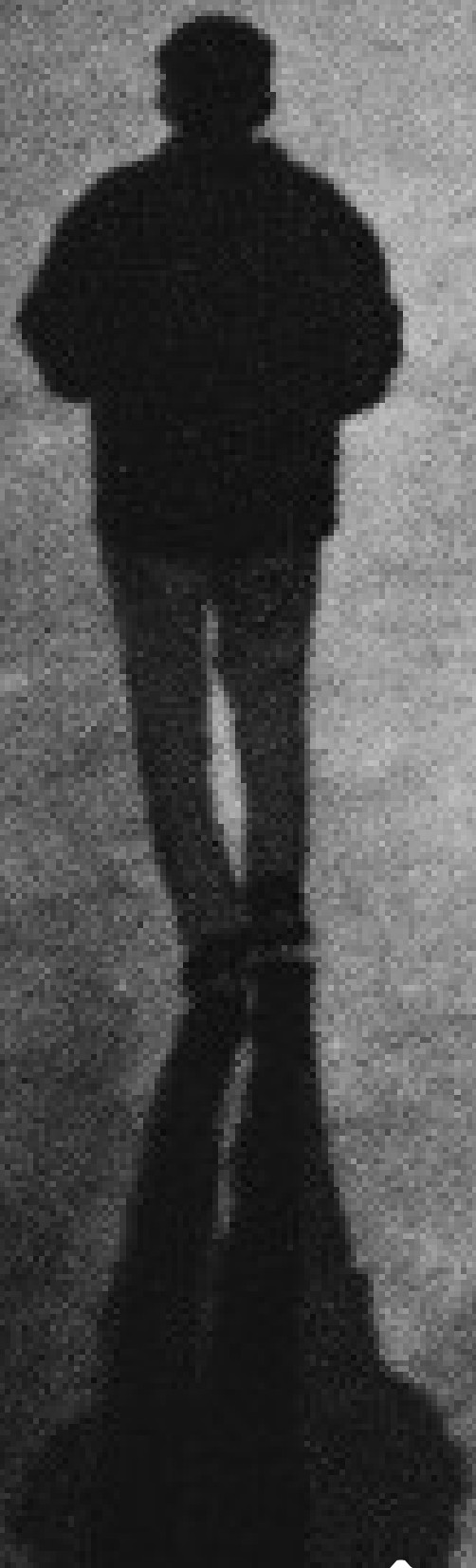


**REVISTA DISCENTE DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
VOLUME 7 | NÚMERO 1 | 2021  
Universidade Federal do Paraná  
ISSN 2316-9249**



**DOSSIÊ  
MÁRIO PEDROSA  
120 ANOS**

**socio  
logias  
plurais**

**Universidade Federal do Paraná**  
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca  
Vice-Reitoria: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Graciela Bolzón de Muniz

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
Coordenadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Meucci  
Vice-Coordenadora: Prof. Dr. Jaime Santos Júnior

**Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes**  
Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lígia Negri  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

**Apoio**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR  
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.  
Campus Reitoria, Curitiba, v. 7, n. 1, jan. 2021. Semestral. ISSN: 2316-9249.

### **Comissão Editorial Executiva**

Ana Carolina de Andrade Ferreira, Ana Julia Guilherme, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Mariana Gonçalves Felipe e Talita Cristine Rugeri.

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Prof<sup>ª</sup>. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

### **Diagramação**

Eduardo Russo Ramos e Ana Carolina de Andrade Ferreira

### **Capa**

Comissão Executiva Editorial

### **Crédito de Imagem**

Rafael Carvalho

### **Endereço Sociologias Plurais**

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D.

Pedro I, Curitiba - PR

[revistas.ufpr.br/sc1plr](http://revistas.ufpr.br/sc1plr) | [facebook.com/SociologiasPluraisUFPR](https://facebook.com/SociologiasPluraisUFPR)

[sociologiasplurais@gmail.com](mailto:sociologiasplurais@gmail.com) | [@sociologiasplurais](https://twitter.com/sociologiasplurais)

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Ana Julia Guilherme

Talita Rugeri

6

## **Dossiê *Mário Pedrosa, 120 anos***

**Plural de intelectual, Mário Pedrosa**

Josnei Di Carlo

Rodrigo Czajka

12

**Duas ditaduras e uma só liberdade: Mário Pedrosa, o fascismo colonial e o bonapartismo militar**

Everaldo de Oliveira Andrade

32

**A trajetória de Mário Pedrosa em suas primeiras apropriações do marxismo (1919-1931)**

Juliana Rodrigues Alves

54

**Gestalttheorie, Mário Pedrosa y el arte concreto argentino: un capítulo de la historia de la psicologización del estudio de la forma y el color en el arte**

María Cecilia Grassi

75

**As relações entre Arte e Política na Ditadura Militar Brasileira**

Luis Claudio Reginato Carvalho

**110**

**Do museu de reproduções ao Museu das Origens: reflexões sobre projetos institucionais de Mário Pedrosa**

Marcelo Ribeiro Vasconcelos

Sabrina Parracho Sant'Anna

**131**

**O incêndio do MAM-RJ e as respostas de Mário Pedrosa às crises artísticas, museológicas e políticas da época**

André Leal

**162**

**Artigos**

**“Água enquanto...”: estudo das múltiplas performances da água no contexto de escassez hídrica do Distrito Federal**

Larissa do Carmo Inácio

**191**

**Modernidade e Racionalização: Entre a Tragédia do Esclarecimento e a Esperança no Agir Comunicativo**

Renan Oliveira de Carvalho

**215**

**A dinâmica da recepção: a intelectualidade brasileira e o ingresso do pensamento europeu do século XIX**

Maxmiliano Martins Pinheiro

**233**

**Ministério Público Federal e Polícia Federal: uma análise sobre os conteúdos das páginas oficiais no Facebook**

Carla Avanzi

253

**E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil**

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Antônio Ailton de Sousa Lima

Antônio Micael Pontes da Silva

Larissa Ferreira Nunes

Tadeu Lucas de Lavor Filho

276

**Individualismo Moral e a Sociologia Clássica**

Raphael de Oliveira Soares

298

**Luta e resistência: a importância de manter viva a memória de 1968**

Juliana Marques de Carvalho Camargo

321

**Prêmio Florestan Fernandes**

**Juventude, Valores Sociais e Democracia: o caso dos estudantes da Universidade Federal do Paraná**

Deivison Henrique de Freitas Santos

343

**O etnólogo pela pena: meditações póstumas sobre escolhas monográficas**

Andras Jucksch Ellendersen

364

**Espaço Graduação**

**Colonização e descolonização: fundamentos da dominação Ocidental e perspectivas de transformação**

Guilherme Lassabia de Godoy

**387**

**Teses e Dissertações defendidas no Departamento de Sociologia da UFPR em 2020**

Comissão Executiva Editorial

**411**

**Nominata de pareceristas**

**431**

## APRESENTAÇÃO

Em janeiro de 2021, a Revista Sociologias Plurais chega à publicação do primeiro número de seu sétimo volume. Com artigos de graduandas/os e de pós-graduandas/os, a atual edição é composta por 16 trabalhos de 11 universidades brasileiras, junto com o Dossiê *Mário Pedrosa, 120 anos* em homenagem ao nascimento do intelectual, organizado pelos professores Josnei Di Carlo e Rodrigo Czajka.

Assim como a edição anterior, a produção deste exemplar está inserida no contexto da pandemia da Covid 19. Em uma busca mundial para frear o novo Coronavírus, o papel da ciência é repensado pela população, que espera o surgimento de um tratamento, de uma vacina e, assim, uma esperança para este cenário sombrio. E quando se fala em ciência, a maioria das pessoas se refere às ciências médicas, biológicas e tecnológicas. Já as ciências sociais, muitas vezes menosprezadas, continuam esquecidas e não noticiadas.

Os impactos sociais, políticos e econômicos gerados pela transmissão do Coronavírus são parte da compreensão das ciências sociais. As mudanças de comportamento foram analisadas em alguns momentos durante, e após as pandemias já registradas. São esses estudos que nos auxiliam a reconhecer as formas de vida que têm determinado o curso das pandemias, em específico essa na qual estamos vivendo.

O desprestígio das ciências humanas e sociais, especialmente no Brasil, demonstra o caráter utilitarista com que a ciência é tratada. A objetividade é reforçada em momentos que se necessita de respostas rápidas, mas também quando todo o conhecimento que foi e está sendo construído é colocado em questão. Não apenas o negacionismo, mas o contexto político obscuro que trata a ciência como um inimigo a ser combatido. Nesse sentido, as ciências da humanidade têm um caráter investigativo ligado àquele ou àquela que pesquisa na busca de desconstruções, reformulações e compreensão da complexidade que se apresenta a vida humana e suas relações, portanto, é vista e tratada como uma abstração individual que desafia uma norma vigente.

Ainda assim, é através das ciências sociais e humanas que inspirações e compreensões surgem referente a um mundo tão complexo e diverso, e é isso que os

cientistas sociais, ora por teimosia, ora por gosto à prática científica, tem realizado suas pesquisas sobre a realidade social. Nesta edição trazemos um pouco da riqueza que as ciências sociais nos permitem analisar e compreender, apesar das dificuldades de realização e produção científica em meio a umas das maiores pandemias já registradas da história.

A abertura da chamada livre desta edição se dá com o texto “*Água enquanto...*”: *estudo das múltiplas performances da água no contexto de escassez hídrica do Distrito Federal*, de autoria de Larissa do Carmo Inácio. Ao dar ênfase sobre a questão hídrica no debate das Ciências Sociais, a autora busca mapear as diferentes performances discursivas da água - os modos de coordenação e descoordenação dos múltiplos atores envolvidos - em torno do contexto de escassez hídrica no Distrito Federal entre os anos de 2016 e 2018.

Escrito por Renan Oliveira de Carvalho, o segundo artigo *Modernidade e Racionalização: Entre a Tragédia do Esclarecimento e a Esperança no Agir Comunicativo* reflete as Teorias da Modernidade como fruto da racionalização da vida através do olhar dos sociólogos Weber, Adorno, Horkheimer e Habermas. O autor aborda também que os pensadores da escola de Frankfurt por meio da crítica entendem a modernidade como um processo trágico, mas como o chamado paradigma da racionalidade nos permite um olhar interpretativo referente a isso que se convencionou a chamar de modernidade.

Em seguida, Maxmiliano Martins Pinheiro traz uma discussão teórica sobre a sociologia pós-colonial e sua crítica ao pensamento eurocêntrico em *A dinâmica da recepção: a intelectualidade brasileira e o ingresso do pensamento europeu do século XIX*. Com base nas “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos, Pinheiro se propõe a dialogar com a tese de Angela Alonso, a qual defende a dinamicidade da intelectualidade brasileira na transição do período monárquico para o republicano, ocasionando uma reconstrução sócio-política do Brasil. A partir disso, o texto explora a condição pós-colonial em diferentes países e etnias e apresenta a recepção das ideias europeias mediante o papel das elites intelectuais do Brasil.

No artigo *Ministério Público Federal e Polícia Federal: uma análise sobre os conteúdos das páginas oficiais no Facebook*, Carla Avanzi descreve as estratégias de comunicação utilizadas pelas instituições envolvidas na operação Lava Jato no



Facebook. Segundo a autora, que afirma buscar compreender um dos aspectos da luta simbólica por poder pelas instituições da burocracia, conclui que suas estratégias se diferenciam uma vez que a Polícia Federal prioriza publicações relacionadas à capacidade institucional e o Ministério Público enfatiza assuntos relacionados às suas atribuições constitucionais e, ainda, se distinguem por suas publicações sobre corrupção e pelas reações dos usuários.

O quinto texto da seção é intitulado *E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil* e escrito por Antoniel dos Santos Gomes Filho, Antônio Ailton de Sousa Lima, Antônio Micael Pontes da Silva, Larissa Ferreira Nunes e Tadeu Lucas de Lavor Filho. O artigo aborda uma reflexão sobre a caminhabilidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, com ênfase no público LGBTs, em seu entrelaçamento com a violência e busca ampliar a maiores discussões a partir do campo socioantropológico da Teoria da Caminhabilidade.

Temos ainda o artigo de Raphael de Oliveira Soares, *Individualismo Moral e a Sociologia Clássica*, abordando a existência da pluralidade de epistemologias na sociologia na qual o individualismo moral perpassa por autores clássicos da sociologia e em alguns pensadores da filosofia. O objetivo do texto segundo Soares é apresentar como esses pensadores desenvolveram teorias referentes à liberdade individual, ou seja, a finalidade dos escritos é o indivíduo universal. Porém, fatores de exploração e dominação interferem nessa busca da liberdade e desenvolvimento humano, também perceptível nas obras de Amartya Sen.

Para encerrar a seção, em *Luta e resistência: a importância de manter viva a memória de 1968*, Juliana Marques de Carvalho Camargo trata da importância do ano de 1968 para o Brasil e para outros países no mundo como um momento de efervescências de movimentos e mudanças sociais e políticas. Através de pesquisa bibliográfica e documental, Camargo traz a perspectiva da memória, “justa memória” de Paul Ricoeur (2007), tratando especificamente em ocorridos na Universidade de Brasília no ano relatado chegando ao AI-5.

O espaço graduação, que também integra este exemplar, é composto pelo texto de Guilherme Lassabia de Godoy, *Colonização e descolonização: fundamentos da dominação Ocidental e perspectivas de transformação*. O autor retoma o debate das

teorias descoloniais, discutindo teorias clássicas e contemporâneas na compreensão de como o mundo global capitalista e as relações de dominação determinam os processos de colonialidade nas relações atuais.

Na seção do Prêmio Florestan Fernandes, o qual é conferido às melhores monografias de graduandos de Ciências Sociais da UFPR, dois textos frutos destes trabalhos, realizados no último ano, abarcam esta edição. No primeiro artigo, *O etnólogo pela pena: meditações póstumas sobre escolhas monográficas*, Andras Jucksch Ellendersen oferece uma reavaliação crítica do processo de elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *O fantasista e o flagelo: sentidos de si e de África para Günther Theodor Tessmann (1884-1969)*. No texto, o autor explica as vias que originaram suas escolhas metodológicas, revelando desde seus fundamentos subjetivos a suas consequências objetivas para o desenvolvimento de sua monografia.

O segundo e último artigo da seção, *Juventude, valores sociais e democracia: o caso dos estudantes da Universidade Federal do Paraná*, é de autoria de Deivison Henrique de Freitas Santos, que analisa a opinião de estudantes ingressantes na UFPR em 2018 sobre a situação da democracia no Brasil. Nas 474 entrevistas, o autor questiona os posicionamentos dos alunos sobre a descriminalização do aborto, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a proibição do comércio de armas no país. A partir de uma análise estatística descritiva e bivariada sobre os temas propostos, o estudo indica uma avaliação negativa dos graduandos sobre a situação do regime democrático brasileiro.

Ademais, está presente no sumário desta edição a lista de dissertações e teses defendidas em 2020 por estudantes da Pós-graduação pelo Programa de Sociologia da UFPR. As defesas das pesquisas se deram em meio à adaptação dos trabalhos e com apresentações remotas, reformulando tal ritual acadêmico tão determinante na vida de estudantes e pesquisadores. Compõe também este número a lista dos pareceristas que contribuíram com uma leitura atenta, analisando e auxiliando na seleção dos artigos apresentados.

Em síntese, os trabalhos acima descritos apresentam métodos e fundamentos teóricos variados, que reforçam a diversidade das ciências sociais. Esperamos que a Revista Sociologias Plurais, em seu conjunto, possa ser um espaço de diálogo a partir

do campo sociológico e de valorização da ciência, tão necessária em momentos de ataque. Desejamos que tenham uma boa leitura!

**Ana Julia Guilherme**  
**Talita Rugeri**  
**Comissão Editorial Executiva**

# DOSSIÊ

*Mário Pedrosa, 120 anos*

## Plural de intelectual, Mário Pedrosa

Josnei Di Carlo<sup>1</sup>  
Rodrigo Czajka<sup>2</sup>

Nascido em 25 de abril de 1900 e falecido em 05 de novembro de 1981, Mário Pedrosa é um filho do século XX. Não por mero acaso cronológico, mas por ser um agente histórico, procurando intervir no processo social e, por conta de seu relativo protagonismo, sofrendo os sabores e dissabores da era dos extremos. Se na juventude fez parte das primeiras gerações comunistas – por ter se filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1925, rompendo cerca de quatro anos depois ao aproximar-se da Oposição de Esquerda –, na velhice foi o primeiro a assinar o Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980. Se na casa dos trinta anos foi para o exílio em razão do Golpe de 1937, nem bem completara setenta teve de exilar-se novamente pelo fato de os militares decretarem sua prisão preventiva em 1970, auge da repressão política da ditadura militar.

No olho do furacão, formou-se em Direito em 1923 e passou a exercer o jornalismo em 1924, algo comum nos círculos intelectuais da época<sup>3</sup>. Voltando de seu primeiro exílio em 1945 como jornalista do *Correio da Manhã*, logo em seguida passaria a ser reconhecido como uma autoridade em arte moderna, consoante à criação de sua coluna “Artes Plásticas” no diário carioca em 1946. Profissionaliza-se, portanto, como crítico de arte, passando a ser contratado pelos jornais como colunista cultural – apesar de em períodos bem demarcados também escrever sobre política – até 1968, quando fecha sua fase mais produtiva intelectualmente (DI CARLO, 2019b).

<sup>1</sup> Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>3</sup> Apesar de poucos trabalhos serem sobre a trajetória pedrosiana no todo, indiquemos alguns que procuraram sistematizá-la. Enquanto Pedrosa e Vasquez (1992) e Pedrosa (2019) fazem uma cronologia, Elia (1982) e Andrade (2014) apresentam uma síntese. Se Karepovs (2017) faz uma biografia política de Pedrosa, Arantes (1991) faz um itinerário dele enquanto crítico de arte e Di Carlo (2019a) preocupa-se em apresentar suas formas de intervenção na esfera pública. Por fim, Marques Neto (1993) expõe sua formação política entre os anos 1920 e 1930.

Apesar de telegráfico, esse recorte evidencia os campos em que Pedrosa se consagrou: no artístico e no político, podendo privilegiar um em detrimento de outro, devido às condições objetivas e subjetivas, embora sempre exercendo suas atividades intelectuais em ambos. Enquanto intelectual multifacetado, a forma de sua apreensão pelos pesquisadores das ciências humanas, premidos pela especialização acadêmica, torna-se um problema metodológico para pensarmos a formação de uma agenda de pesquisa sobre pensadores de mesma linhagem e os limites da categorização de intelectuais marcados pelo caráter intermitente de sua intervenção na esfera pública, em função de mudanças sociais aceleradas – em menor medida, por afetar a todos indistintamente – e da repressão política recorrente – central para os que procuraram se colocar ao lado dos vencidos.

Começemos, então, pela forma como a sociologia analisa o tema dos intelectuais, passemos pela agenda de pesquisa sobre Pedrosa, para indicar como ele é construído como intelectual, para finalizarmos o texto com uma síntese dos artigos que compõem o dossiê *Mário Pedrosa, 120 Anos*, da revista *Sociologias Plurais*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PGSocio/UFPR), em seu primeiro número de seu sétimo volume.

### **O lugar dos intelectuais nas análises sociológicas**

Há uma larga tradição de estudos sobre o papel desempenhado pelos intelectuais nas sociedades ocidentais e de que forma suas intervenções públicas resultaram num conjunto significativo de transformações políticas e culturais.

Desde a consideração do caso clássico de Émile Zola e sua carta ao presidente da França sobre o caso Dreyfus, passando pelo engajamento de Jean-Paul Sartre ao movimento comunista ou até mesmo às missivas de Norman Mailer endereçadas a Jimmy Carter a questionar a Guerra do Vietnã, a disposição dos intelectuais em intervir e contribuir com o debate sobre os rumos da vida social tornou-se ponto pacífico quando nos referimos à noção mais ampla de intelectual. Sobretudo, quando estes debates assumem proporções grandiloquentes e ganham as páginas dos jornais, as colunas de análise e crítica culturais ou nos espaços de representação intelectual por

excelência. Essa tradição fundou, de certa forma, um modo de compreender e asseverar a figura do intelectual como um sujeito que não apenas produzia uma leitura, uma interpretação e, por conseguinte, uma teoria sobre a realidade, mas aquele capaz de condensar em si e na sua “teoria” uma visão de mundo atinente à conjuntura; que permita abrir clareiras em meio à escuridão perpetrada por opinião anticientíficas. Até porque, como nos faz lembrar Said (2005, p. 10), “uma das tarefas do intelectual reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”.

Entretanto, essa representação do intelectual há muito perdeu seu significado (ou importância?). Há vários fatores que podem explicar o ocaso da figura do intelectual público como, por exemplo, o declínio da dimensão utópica entre os intelectuais (aqui compreendidos como professores, escritores, poetas jornalistas, produtores/mediadores culturais, entre outros). Jacoby (2001, p. 140) descreve, inclusive, que essa mudança precisa ser compreendida nos termos de um debate que levem em consideração a linguagem e a reflexão que resultam de um dado contexto histórico e, pode-se dizer, de certa determinação econômica para além do próprio “campo” intelectual:

[...] Ninguém transcende completamente a história. Sobreviver no século XVIII como escritor independente maquinando seus próprios projetos é algo que afeta a prosa e o pensamento em determinado sentido; atuar no século XX como professor, preparando conferências acadêmicas e ensaios eruditos, deverá influenciá-los em outro sentido [...].

Assim, é correto afirmar que a profissionalização do intelectual o levou a uma condição *sine qua non*, a um processo que resultou numa variedade de formas de apreensão do fenômeno intelectual, tanto na esfera pública como na privada. Se aquela *mudança de função política da esfera pública* identificada por Habermas (cf. 2014, p. 185-237), em 1961, já não condizia com os elementos estruturais que fundaram um tipo de sociabilidade inerente à formação da burguesia letrada na passagem do séc. XVIII para o XIX, no século XX elas deixaram de existir. Mais que isso: para se compreender como aquelas estruturas sofreram tais transformações, foi preciso identificar nos

intelectuais o principal termômetro da profusão e da profundidade destas transformações.

Portanto, a ação intelectual, bem como as relações sociais empreendidas por ele na construção de sua intervenção ou ainda a justificação da sua presença na vida pública diversificou-se a medida que também diversificavam-se os públicos. Nesse sentido, as investigações que se fizeram no decorrer do século XX sobre os itinerários de intelectuais e artistas, a exemplo de *As Regras da Arte* (BOURDIEU, 1996) ou de *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1994), demonstraram a intensa pulverização do tema “intelectuais”, mas também reverberaram como este objeto refletia as condições históricas da sua própria investigação. Até porque se nos centros de pesquisa europeus ou norte-americanos o tema dos intelectuais era carregado de elementos concernentes à formação de cada “escola” ou “movimento”, em países de economia periférica a presença dos intelectuais e os estudos daí decorrentes deram-se noutra chave. Tal como afirmava Wright Mills (2017, p. 22),

[...] o conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; [...] isto significa que deve aprender a usar a sua experiência de vida em seu trabalho intelectual examiná-la e interpretá-la continuamente.

Diferentemente das rotinas de pesquisa que seguem as agendas e linhas de trabalho de grupos consolidados – e aqui nos referimos à condição daqueles indivíduos que se profissionalizaram a ponto de perderem seus vínculos públicos com a atividade intelectual – o “artesanato intelectual” proposto por Wright Mills recobra certa mentalidade, em especial aquela cindida que representa a concomitância do sujeito de letras que não passa incólume às experiências cotidianas e, mais que isso, as torna parte de sua elaboração crítica – seria esta uma forma de reconstruir uma perspectiva pública da intervenção intelectual?

Via de regra essa é disposição que temos ao analisarmos a presença dos intelectuais nas sociedades latino-americanas. A noção de *cidade letrada*, proposta por Angel Rama, sobretudo quando considerado o aspecto da modernização como fator fundamental também da organização dos intelectuais. Segundo Rama (1985, p. 82-83),



Teve uma multiplicidade de causas, entre as quais se inclui um sentimento de frustração e impotência [...] e uma alta produção de intelectuais que não se adequava às expectativas da sociedade, reais mas menos dinâmicas do que aparentavam, incapazes, portanto, de absorver essas capacidades e forçando-as ao traslado para países desenvolvidos. Mas esse pensamento não deixou de amoldar-se dentro de estruturas culturais que, ainda que se apresentassem modernizadas, repetiam as normas tradicionais. Certa vez, Vaz Ferreira assinalou que os que não haviam chegado a tempo de ser positivistas, foram marxistas, apontando, mais do que a uma crítica de qualquer uma das duas filosofias, para as adaptações que haviam experimentado em terras americanas as doutrinas recebidas do exterior: obrigatoriamente se ajustaram a tendências e comportamentos intelectuais elaborados pelas vigorosas tradições internas. [...] Foi assim que a dissidência crítica continuou compartilhando os enraizados princípios da cidade letrada, sobretudo o que a associava ao exercício do poder.

É, pois, muito próxima dessa compreensão elaborada por Rama que autores como o peruano José Carlos Mariátegui ou mesmo o italiano Antonio Gramsci serão lidos e interpretados à luz da estrutura colonial, sem desconsiderar o aspecto da modernização na América Latina no decorrer do século XX. Interessante notar também que a recepção destes intelectuais está associada a uma possibilidade de construção de certa emancipação das classes subalternizadas no curso do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que se instiga o desenvolvimento de um marxismo com enfoque na questão colonial.

No caso do Brasil, especificamente, há vários autores que operaram nessa chave interpretativa, a exemplo de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e o próprio Pedrosa. Dado a forma de este intervir na esfera pública como intelectual – ora como crítico de arte, ora como pensador político – pode ser tomado como um caso exemplar para refletirmos como se constitui uma agenda de pesquisa sobre intelectuais. Assim, o mercado editorial e a academia são duas instâncias que reposicionam constantemente as ideias de um pensador, com cada contexto dando os limites para sua obra ser lida e para seu reconhecimento *a posteriori*. Em síntese, como os pesquisadores constroem um intelectual quando ele é plural, como era Pedrosa?

## O lugar de Pedrosa nas pesquisas acadêmicas

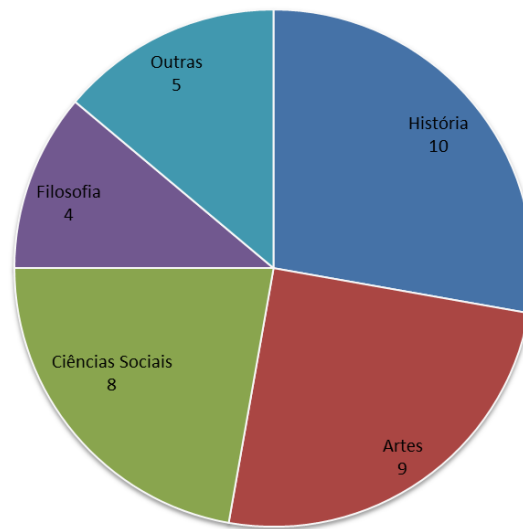
O levantamento de dissertações e teses<sup>4</sup> é uma base de apoio para produzir uma reflexão metodológica sobre o problema formulado acima, que também pode ser apresentado em outros termos; a saber, como um intelectual entra na agenda de pesquisa? Pedrosa pode ser tomado como um objeto paradigmático por várias razões. Por não ser um intelectual acadêmico, não há uma compartimentação *a priori* de sua produção intelectual. Por conseguinte, sua obra encontra-se em dois campos distintos – o artístico e o político – por ser mais produto das vicissitudes históricas e sociais do que dos imperativos científicos e departamentais. Pedrosa é um pensador que não objetivou um sistema, mas que suas ideias entrassem no fluxo do tempo presente para mudar o curso das artes e da política. Não é o maior êxito em um campo em relação ao outro que sustenta a formação de uma agenda de pesquisa sobre ele, é, ao contrário, sua relativa marginalidade em ambos em vida, fazendo com que a consagração de sua obra ainda esteja em construção pelo mercado editorial e pela academia.

Pedrosa entra na agenda de pesquisa um ano após sua morte. Entre 1982 e 2020, foram defendidas 26 dissertações e dez teses sobre sua obra. O fato de estarem distribuídas em 22 programas de pós-graduação diferentes indica mais uma dispersão departamental – produto do regramento dos órgãos de fomento, cuja corrida dos departamentos pelos recursos financeiros leva a uma maior fragmentação institucional – do que consequência de um objeto a criar uma dificuldade de compreensão sistemática. Assim, ao organizar os dados por área de conhecimento, o total reduz cerca de 60%. A produção acadêmica pedrosiana no Gráfico 1 foi dividida em História, Artes, Ciências Sociais, Filosofia e Outras (Arquitetura e Urbanismo, Educação, Psicologia e Letras)<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Di Carlo (2017) realizou um levantamento até 2016 e fizemos outro dos anos subsequentes monitorando o alerta do Google e do Google Acadêmico para os termos “Mário Pedrosa” e “Pedrosa, Mário”. Também consultamos o Currículo Lattes e as referências bibliográficas das novas dissertações e teses apresentadas após 2016.

<sup>5</sup> Os programas de pós-graduação por áreas de conhecimento são: 1) História, História Social e História Social da Cultura foram classificados como História; 2) Artes, Artes Visuais, Interunidades em Estética e História da Arte, Arte e Cultura Contemporânea, Arte e Produção Simbólica e Estética e História da Arte, como Artes; 3) Ciência Política, Sociologia e Antropologia, Antropologia Social, Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política e Sociologia, como Ciências Sociais; 4) Filosofia, como Filosofia; 5)

**Gráfico 1: Dissertações e teses sobre Mário Pedrosa divididas por área de conhecimento (1982-2020)**



**Fonte:** elaborado com base em levantamento de Di Carlo (2017) e dos autores

De acordo com os dados, 75% das dissertações e teses sobre Pedrosa estão concentradas em três áreas de conhecimento. Enquanto Filosofia concentra três trabalhos acadêmicos de 1982 a 1992, História, Artes e Ciências Sociais uma cada<sup>6</sup>. A obra pedrosiana, portanto, entra na agenda de pesquisa das áreas predominantes posteriormente. Também passa a ser pesquisada por outras. Duas das cinco dissertações e teses agrupadas em “Outras” no Gráfico 1 são da área de Arquitetura e Urbanismo, com ambas apresentadas nos últimos três anos. Os movimentos podem indicar que a academia se aproxima de Pedrosa conforme cada contexto o tipifica. Em termos concretos, tornou-se um pensador da arquitetura a partir do momento em que passou a ser reconhecido como tal. Guilherme Wisnik é responsável pela organização, prefácio e notas dos textos arquitetônicos pedrosianos lançado pela Cosac Naify em 2015 (PEDROSA, 2015a). *Arquitetura: Ensaios Críticos* é o primeiro livro exclusivo sobre arquitetura de Pedrosa.

---

Arquitetura e Urbanismo, como Arquitetura e Urbanismo; 7) Psicologia Social, como Psicologia; 6) Educação, como Educação; 8) Teoria Literária e Literatura Comparada, como Letras.

<sup>6</sup> Visando a transparência dos dados, o levantamento é apresentado em forma de uma tabela no apêndice ao fim deste artigo.

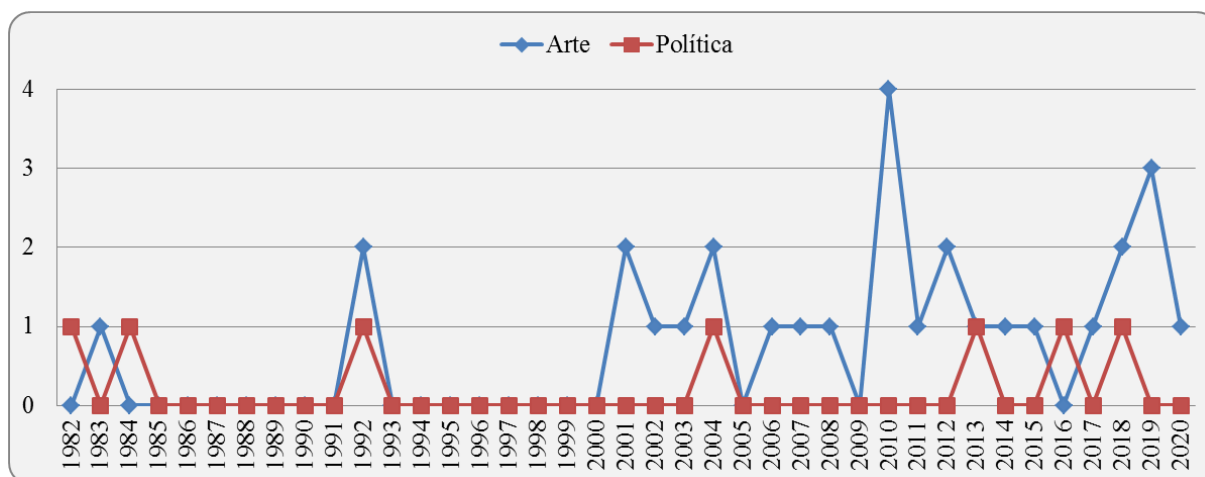
É “a vitória de seus fracassos”, na feliz expressão do título de uma entrevista sua dada ao *Pasquim* (GULLAR et al., 1978), que desperta o interesse dos pesquisadores por Pedrosa. No processo, incompleto e irregular, foram produzidos 36 trabalhos acadêmicos sobre ele no total. Para um crítico de arte, com um círculo restrito de leitores – apesar de suas colunas serem publicadas nos principais órgãos de imprensa entre 1946 e 1968 –, e um pensador político de esquerda opositor do PCB e do stalinismo, o número é meritório. Embora suas posições colocassem-no à margem, procurou conduzir-se ao centro dos debates culturais, com o reconhecimento vindo pelas vanguardas artísticas que se sucederam no Brasil entre os anos 1940 e 1960 (FORMIGA, 2014; PEDROSO, 1992), e político, pagando o preço por suas alianças táticas com os liberais no mesmo período (DI CARLO, 2019b; MARTINS, 2001).

A segmentação anual das 36 dissertações e teses – como pode ser verificada no Gráfico 2 – permite afirmar que a agenda de pesquisa pedrosiana tem dois ciclos bem demarcados. O primeiro inicia-se em 1982 e encerra-se em 2000; o segundo, por sua vez, começa em 2001 e segue até hoje. O centenário de nascimento de Pedrosa comemorado em 2000 – cujo evento mais significativo foi o seminário Mário Pedrosa e o Brasil: 100 Anos de Arte e Política, organizado pela Fundação Perseu Abramo e pelo Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP), por suas conferências terem sido publicadas em livro (MARQUES NETO, 2001) – é o marco a dividir os dois ciclos. Mas o alicerce do segundo vinha sendo criado no primeiro, embora pelo mercado editorial (DI CARLO, 2017), como no exemplo de Arquitetura e Urbanismo das áreas de conhecimento.

Em 1991, Otília Beatriz Fiori Arantes publicou *Mário Pedrosa – Itinerário Crítico*, pela Scritta Editorial. No livro, analisa a crítica de arte de Pedrosa. Começa nos anos 1930, quando ele escreveu seus primeiros textos sobre arte, mais como diletante do que um especialista, avança para suas colunas culturais de 1946 a 1968, onde ele se consolidou como crítico de arte na imprensa, e encerra na década seguinte, com ele afastando-se gradativamente da crítica de arte (ARANTES, 1991). Em um período posterior imediato, Arantes é responsável pela maior iniciativa editorial de publicação

da obra pedrosiana até hoje<sup>7</sup>. Entre 1995 a 2000, organizou uma antologia em quatro volumes da crítica de arte de Pedrosa para a EDUSP (PEDROSA, 1995, 1996, 1998, 2000)<sup>8</sup>. Com *Mário Pedrosa – Itinerário Crítico* cria uma série de problemas para os pesquisadores; com *Política das Artes* (1995), *Forma e Percepção Estética* (1996), *Acadêmicos e Modernos* (1998) e *Modernidade Cá e Lá* (2000) dispõe fontes para hipóteses serem testados por eles.

**Gráfico 2: Dissertações e teses sobre Mário Pedrosa classificadas segundo o campo de sua atuação intelectual analisado, por ano, a partir de 1982**



**Fonte:** elaborado com base em levantamento de Di Carlo (2017) e dos autores

Em uma data comemorativa, os agentes podem articular diversas instituições e suas redes de sociabilidade (cf. FARIA FILHO, 2017) para tornar a obra de um intelectual um documento/monumento (cf. LE GOFF, 1990). Há, porém, um recorte. No caso de Pedrosa, sua agenda de pesquisa estreitou-o mais e mais à sua posição social de crítico de arte. As seis dissertações e teses sobre ele defendidas no primeiro

<sup>7</sup> Nos anos 2010, a Cosac Naify começou um projeto editorial sobre Pedrosa, chegando a publicar dois volumes da coleção *Mário Pedrosa*, cuja coordenação estava a cargo de Danis Karepovs, Francisco Alambert, Guilherme Wisnik, Isabel Maria Loureiro, Lorenzo Mammì e Milton Ohata (PEDROSA, 2015a, 2015b). Com a falência da editora em 2015, o projeto foi abortado. Um de seus coordenadores, Alambert, afirmou que a coleção ia ser mais ampla, “quase completa”, comparada com a de Arantes (DI CARLO, 2016, p. 255).

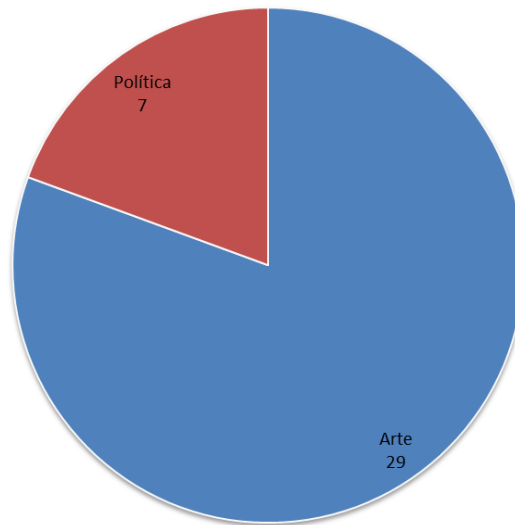
<sup>8</sup> Nos quatro volumes foram publicados parte dos setecentos textos de Pedrosa sobre artes reunidos por Arantes (1995, p. 9). O arco temporal deles vai de 1933 a 1980. Di Carlo (2019b), ao fazer um levantamento das colunas pedrosianas de artes e política nos jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* entre 1944 e 1968, contabilizou ao todo 1012. Enquanto não houver uma organização sistemática dessa obra, os números sempre serão discrepantes.

ciclo – como o Gráfico 2 demonstra – dividem-se de forma equitativa em relação à sua atuação intelectual no campo artístico e político. No segundo ciclo, não mais, predominando um campo sobre o outro: das trinta, 26 voltam-se para seus textos de arte (86,66%) e quatro dedicam-se a seus textos políticos (13,33%).

Dado a trajetória de Pedrosa, com a arte e a política galvanizando sua atuação na esfera pública, as pesquisas acadêmicas fazem com que retrospectivamente sua posição social torne-se mais homogênea do que realmente foi em vida. Sua produção jornalística na grande imprensa de 1944 a 1968 tem períodos em que os textos políticos sobrepõem-se aos de arte (DI CARLO, 2019b, p. 272). No mesmo período, fundou o jornal político *Vanguarda Socialista*, que circulou sob sua direção entre 1945 e 1948, teve militância destacada no Partido Socialista Brasileiro (PSB) de 1946 a 1956, assim por diante. Apesar dos contraexemplos, ao se formar uma agenda de pesquisa consistente da obra pedrosiana no século XXI, a crítica de arte passa a definir seu reconhecimento como intelectual na contemporaneidade.

Assim, das 36 dissertações e teses sobre Pedrosa apenas sete analisam sua obra política (discrepância visível no Gráfico 3). Destas, três pertencem ao primeiro ciclo: duas sobre o *Vanguarda Socialista* e uma sobre seu rompimento com o PCB e posterior militância no trotskismo. Pelo fato de as duas primeiras terem sido apresentadas na primeira metade dos anos 1980 e a última no começo da década de 1990, certamente os recortes deram-se por causa dos fluxos da transição democrática, marcada pelo fortalecimento dos movimentos populares e pela formação do PT. Para parte da esquerda, o que estava em jogo era um socialismo democrático – tão caro a Pedrosa, especialmente após voltar de seu primeiro exílio em 1945. No primeiro ciclo, portanto, uma parte da produção acadêmica poderia ter inventado outro intelectual; qual seja, de precursor de um socialismo que passou a se identificar com o PT.

**Gráfico 3: Dissertações e teses sobre Mário Pedrosa divididas pelo campo de sua atuação intelectual analisada (1982-2020)**



**Fonte:** elaborado com base em levantamento de Di Carlo (2017) e dos autores

Em seu livro *O PT*, de 2001, André Singer faz um relato sentimental na “Introdução”. Após uma descrição objetiva da reunião em que seria lançado o PT, faz uma síntese da trajetória política de Pedrosa até agosto de 1978, quando publica uma carta aberta na *Folha de São Paulo* admoestando o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP) a criar um partido liderado por trabalhadores. “O velho socialista, que morreria no ano seguinte ao da criação do PT, teve a sorte de viver o suficiente para participar, na qualidade de homenageado, da realização do antigo sonho”, conclui (SINGER, 2001, p. 10), “ver surgir, no Brasil, um amplo partido de esquerda dirigido por operários”. Em 28 de outubro de 2002, um dia após as eleições, Luís Inácio Lula da Silva discursa na Avenida Paulista consagrado pelas urnas como presidente da República e afirma: “Eu, hoje, estava lembrando, quando fui votar [...]. Eu lembrava da figura extraordinária de Mário Pedrosa, que também começou junto conosco esta luta” (apud DI CARLO, 2017).

No campo acadêmico, os pesquisadores passariam a circunscrever a posição social de Pedrosa à sua atividade intelectual de crítico de arte. No campo político, Singer, ao escrever uma história do PT, e Lula, ao vincular sua recém-vitória eleitoral a essa história, demonstram que a trajetória do crítico de arte também fornece

elementos para posicioná-lo como pensador político, em função do que ele representa como ideologia política finalmente erigiu um partido e chegou ao poder central logo após seu centenário de nascimento. Intelectuais acadêmicos de matizes políticas distintas e sem vínculos com o PT e a esquerda, embora com formação política-intelectual marxista dada entre os anos 1940 e 1950 – como no caso de Oliveiros S. Ferreira e Hélio Jaguaribe –, relacionam-se com a memória pedrosiana de forma similar.

No artigo “A Espada e o Escudo”, publicado no *Estado de S. Paulo* em 13 de março de 1983, Ferreira propõe como método a necessidade de se distinguir o marxismo e o comunismo brasileiros não só para conhecer a história do primeiro melhor quanto para emergir alguns de seus protagonistas relegados ao esquecimento por não fazerem parte da história do segundo. “A história do marxismo no Brasil não se poderá fazer sem a referência obrigatória à figura humana e à atuação intelectual de Mário Pedrosa”, mas, continua Ferreira (1983, p. 14), “a história do Partido Comunista em nada se alterará se a ele não se fizer menção”. Em entrevista de 1980, Jaguaribe destaca que foi discípulo de Pedrosa e, por conta disso, participou do PSB a seu lado (MOTA, 1982, p. 170). Dezoito anos depois voltaria ao tema, indicando o período que iniciou sua relação política com o crítico de arte: “tive a influência do marxismo, a partir de uma posição antistalinista. Tive muito contato com Mário Pedrosa, que dirigia a revista [sic] *Vanguarda Socialista*. Contribuí com vários artigos para essa revista [sic]” (COELHO, 1998). Apesar de destacarem Pedrosa como pensador político, Ferreira e Jaguaribe enfatizam sua contribuição à história do marxismo no Brasil e, indiretamente, para a formação de uma geração de intelectuais críticos ao stalinismo.

### **Mário Pedrosa, 120 anos, uma síntese**

Dado o exposto, qual intelectual emerge dos artigos do dossiê *Mário Pedrosa, 120 Anos*, da *Sociologias Plurais* (PGSocio/UFPR)? Uma resposta unívoca não é o objetivo de um dossiê, mas criar problemas não só para os estudos pedrosianos quanto para alguns campos de pesquisa da sociologia, particularmente o da sociologia dos intelectuais, embora não só. Assim, nosso texto tencionou, de um lado, a pensar o



lugar dos intelectuais nas análises sociológicas, e, de outro, o lugar de Pedrosa nas pesquisas acadêmicas, para a leitura do dossiê ser frutífera para os pesquisadores de sua obra e para o desenvolvimento científico das ciências humanas, em geral, e da sociologia, em particular.

O dossiê abre com um artigo de Everaldo de Oliveira Andrade. Em “Duas ditaduras e uma só liberdade: Mário Pedrosa, o fascismo colonial e o bonapartismo militar”, faz uma análise da produção intelectual pedrosiana dos anos 1930 e 1960, mais especificamente no período pré-Estado Novo e da ditadura militar. Nos dois processos, lembra o autor, Pedrosa fez uso dos conceitos marxistas de *bonapartismo* e *desenvolvimento desigual e combinado* para produzir uma interpretação original sobre o autoritarismo no Brasil. O próximo artigo, “A trajetória de Mário Pedrosa em suas primeiras apropriações do marxismo (1919-1931)”, afasta-se do método comparativo para centrar no início da trajetória pedrosiana. Ao final dela, Pedrosa publicou “Esboço de Análise da Situação Brasileira” em conjunto com Lívio Xavier. O ensaio em questão – posteriormente conhecido como “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, por assim ter circulado em *Na Contracorrente da História*, de 1987 (cf. DI CARLO, 2018, p. 163) – tornou-se um pequeno clássico sobre a formação social brasileira pela perspectiva do marxismo, sendo a principal fonte da autora do artigo Juliana Rodrigues Alves.

Nos dois primeiros artigos, a obra pedrosiana investigada é a política. Mas o terceiro, “Gestalttheorie, Mário Pedrosa y el arte concreto argentino: un capítulo de la historia de la psicologización del estudio de la forma y el color en el arte”, foca na crítica de arte de Pedrosa. No caso, María Cecilia Grassi objetiva compreender como ele articulou a teoria da Gestalt – da área da psicologia – com as artes. Compreensão necessária para indicar a circulação de suas ideias entre os artistas concretos da Argentina entre os anos 1940 e 1950. O quarto artigo, em uma tentativa de relacionar arte e política em Pedrosa, avança para a década seguinte. Em “As relações entre arte e política na ditadura militar brasileira”, Luis Claudio Reginato Carvalho recorre a *Partilha do Sensível* (2000), de Jacques Rancière, para fazer essa relação na obra pedrosiana produzida no contexto da ditadura militar.

Finalmente, os dois últimos artigos esquadriham o pensamento museal de Pedrosa. Em um, “Do museu de reproduções ao Museu das Origens: reflexões sobre projetos institucionais de Mário Pedrosa”, Sabrina Parracho Sant’Anna e Marcelo Ribeiro Vasconcelos, ao investigarem a proposta pedrosiana de 1958 para o Museu de Brasília, procuram compreendê-la no interior de um projeto estético maior, recorrendo a comparações com o Museu da Solidariedade – gerido por Pedrosa durante seu exílio no Chile (1970-1973) – e o Museu das Origens – idealizado por ele poucos anos depois de voltar do exílio em 1977. O outro artigo, “O incêndio do MAM-RJ e as respostas de Mário Pedrosa às crises artísticas, museológicas e políticas da época”, centra na década de 1970. Nele, André Leal examina duas propostas do crítico de arte – a de exposição de arte indígena *Alegria de Viver, Alegria de Criar*, prevista para o MAM-RJ antes de seu incêndio em 1978, e o Museu das Origens, idealizado como forma de reconstrução do MAM-RJ – em conjunto com sua atuação à frente do Museu da Solidariedade para também apresentar o projeto estético pedrosiano.

Como se vê, um intelectual como Mário Pedrosa sempre está a abrir flancos de investigação nas mais diversas áreas de conhecimento. Barreto Leite Filho lembra-se de um episódio ilustrativo – possivelmente ocorrido de quando era embaixador de Israel entre 1961 e 1964 – da erudição do amigo. Durante visita à livraria da Universidade Hebraica de Jerusalém, Mário ficou a examinar uma prateleira com “livros sobre as questões mais abstrusas da moderna filosofia científica” e perguntou a Barreto se já os havia lido. A resposta, como era de se esperar, foi de que não por serem distantes de suas leituras de trabalho. “Realmente”, começa Mário, conforme relato de Leite Filho (1981, p. 3), “é pena a falta de tempo. Eu me interesse por tudo, desejaria ler tudo”. Que o desejo de Pedrosa seja de todos que o pesquisem e o venham a pesquisar para assim o conhecermos enquanto plural de intelectual. Com os pesquisadores dialogando entre si para que a riqueza de sua obra seja mais bem dimensionada, tornando-se uma fonte para a história de outros Brasis, sobretudo a escrita pelos intelectuais que pagaram o preço por escolherem ficar ao lado dos vencidos, sofrendo com a repressão política constantemente.

## Referências

ANDRADE, E. O. Mário Pedrosa. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 337-355.

ARANTES, O. B. F. **Mário Pedrosa: itinerário crítico**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

ARANTES, O. B. F. Este volume. In: PEDROSA, M. **Política das artes: textos escolhidos I**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 9-13.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, M. O Brasil no laboratório de Hélio Jaguaribe. **Folha de São Paulo**, 15 fev. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15029809.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

DI CARLO, J. Política das artes e arte da pesquisa: entrevista com Francisco Alambert. **Em Tese**, v. 13, n. 1, p. 243-257, jan.-jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Mercado editorial e universidade: Mário Pedrosa, um caso exemplar. **Blog Junho**, 5 ago. 2017. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/mercado-editorial-e-universidade-mario-pedrosa-um-caso-exemplar>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Da margem se vê melhor? O autoritarismo no Brasil segundo a Oposição de Esquerda nos anos 1930. **Política Hoje**, v. 27, n. Especial, p. 162-194, 2018.

\_\_\_\_\_. **Mário Pedrosa**. Penápolis: FUNEPE, 2019a.

\_\_\_\_\_. Vicissitudes do intelectual público: um estudo de caso sobre Mário Pedrosa (1944-1968). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 2, p. 265-275, mai.-ago. 2019b.

ELIA, R. Mário Pedrosa (1900-1981): anotações sobre sua trajetória intelectual. **Revista Brasileira de História**, v. 2, n. 4, p. 259-264, set. 1982.

FARIA FILHO, L. M. de. **Edição e sociabilidades intelectuais: a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949)**. Belo Horizonte: Autêntica; UFMG, 2017.

FERREIRA, O. S. A espada e o escudo. **O Estado de S. Paulo**, p. 14-15, ano III, n. 144, 13 mar. 1983.

FORMIGA, T. S. **À espera da hora plástica: o percurso de Mário Pedrosa na crítica de arte brasileira**. Tese – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GULLAR, F. et al. Mário Pedrosa e a vitória dos seus fracassos. **Pasquim**, p. 4-14, n. 467, 23-29 jun. 1978.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Unesp, 2014.

JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KAREPOVS, D. **Pas de politique Mariô! Mário Pedrosa e a política**. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *In: História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 535-549.

LEITE FILHO, B. O mestre morto. **Folha de São Paulo**, n. 19212, p. 3 (“Opinião”), 14 nov. 1981.

MARQUES NETO, J. C. **Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. (org.). **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTINS, L. A utopia como modo de vida: fragmentos de lembrança de Mário Pedrosa. *In: MARQUES NETO, J. C. (orgs.). Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 29-41.

MOTA, L. D. (org.). A classe média é o pêndulo do sistema político brasileiro. *In: A história vivida: entrevistas*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1982. v. 3. p. 167-202.

PEDROSA, M. **Política das artes: textos escolhidos I**. São Paulo: Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. **Forma e percepção estética: textos escolhidos II**. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. **Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade cá e lá: textos escolhidos IV**. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura: ensaios críticos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Arte: ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2015b.

PEDROSA, Q. Mário Pedrosa, uma cronologia. *In*: PUCU, I.; VILLAS BÔAS, G.; PEDROSA, Q. (orgs.). **Mário Pedrosa, atual**. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2019. p. 7-39.

PEDROSO, F. **A abstração e a reflexão: Mário Pedrosa, o crítico como revolucionário**. Dissertação – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_; VASQUEZ, P. Cronologia. *In*: PEDROSO, F. (orgs). **Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão**. Porto Alegre: Centro Cultural Banco do Brasil, 1992. p. 49-78.

RAMA, Á. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAID, E. W. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SINGER, A. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

WRIGHT MILLS, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

### Apêndice A – Dissertações e teses sobre Mário Pedrosa (1982-2020)<sup>9</sup>

Item	Ano	Título	Autoria	IES	UF	Programa	Nível	Orientação
1	1982	<i>Vanguarda Socialista: a busca de um caminho independente</i>	Gina Guelman Gomes Machado	USP	SP	Ciência Política	Me.	Oliveiros S. Ferreira
2	1983	<i>Mário Pedrosa e a morte da crítica de arte</i>	Maria José Justino	PUC	SP	Filosofia	Me.	Bento Prado Júnior
3	1984	<i>Vanguarda Socialista (1945-1948): um episódio do ecletismo na história do marxismo brasileiro</i>	Isabel Loureiro	USP	SP	Filosofia	Me.	Marilena Chauí
4	1992	<i>O abstracionismo geométrico na concepção de Mário Pedrosa: a relação com o desenvolvimento</i>	Miriam Ida Gerchmann	PUC	RS	História	Me.	Maria Lúcia Bastos Kern
5	1992	<i>A abstração e a reflexão: Mário Pedrosa, o crítico como revolucionário</i>	Franklin Pedroso	UFRJ	RJ	Artes Visuais	Me.	Guilherme Sias Barbosa
6	1992	<i>A revolução solitária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil</i>	José Castilho Marques Neto	USP	SP	Filosofia	Dr.	Maria Sylvia de Carvalho Franco
7	2001	<i>Botânica no asfalto: as lições do militante Mário Pedrosa</i>	Fabiana Werneck	PUC	RJ	História	Me.	Marcelo Gantus Jasmin
8	2001	<i>Mário Pedrosa e Ferreira Gullar: sobre o ideário da crítica de arte nos anos 50 e 60</i>	Marcelo Mari	USP	SP	Arte e Produção Simbólica	Me.	Sílvia Miranda Meira
9	2002	<i>Mário Pedrosa, ideólogo de Brasília</i>	João Henrique Santos	Unesp	SP	História	Me.	Carlos Eduardo Jordão Machado
10	2003	<i>Intelectual e artista na Era Vargas: Mário Pedrosa e Cândido Portinari e suas relações com o poder</i>	Lilian Alcântara Soares	UFPR	PR	História Social	Me.	Helenice Rodrigues
11	2004	<i>O antídoto do mal: sobre a arte e loucura, Mário Pedrosa e Nise da Silveira</i>	Gustavo Henrique Dionísio	USP	SP	Psicologia Social	Me.	João Augusto Frayze-Pereira
12	2004	<i>Mário Pedrosa e o estado bonapartista militarizado no Brasil de 1964</i>	Dirlene de Jesus Pereira Rocha	UEL	PR	Ciências Sociais	Me.	Pedro Roberto Ferreira
13	2004	<i>Estética e política em Mário Pedrosa (1930-1950)</i>	Marcelo Mari	USP	SP	Filosofia	Dr.	Celso Favaretto

<sup>9</sup> Elaborado com base em levantamento de Di Carlo (2017) e dos autores.

14	2006	<i>A contemporaneidade das contribuições críticas de Mário Pedrosa</i>	Juana Nunes Pereira	UERJ	RJ	Artes	Me.	Sheila Gabo Geraldo
15	2007	<i>A arte informal e os limites do discurso crítico moderno em Antônio Bento e Mário Pedrosa, no final da década de 1950</i>	Ana Paula França	UFRJ	RJ	Artes Visuais	Me.	Maria Luisa Luz Távora
16	2008	<i>A singularidade como regime de grandeza: nação e indivíduo como valores no discurso artístico brasileiro</i>	Patrícia Reinheimer	UFRJ	RJ	Antropologia Social	Dr.	Giralda Seyferth
17	2010	<i>A “utopia estético-política” da arte: a arte como parte da estratégia revolucionária na obra de Mário Pedrosa</i>	Larissa Costard	UFF	RJ	História	Me.	Adriana Facina
18	2010	<i>Diálogos concretos. A crítica de Mário Pedrosa, Waldemar Cordeiro e Ferreira Gullar</i>	Isabela Maria Lyra Zyro	PUC	RJ	História Social da Cultura	Me.	Ronaldo Brito
19	2010	<i>Fulguração moderna: a educação pela arte no Museo de la Solidaridad</i>	Silvia Karina Nicacio Cáceres	PUC	RJ	Educação	Me.	Ralph Ings Bannell
20	2010	<i>A força transformadora da arte: as contribuições de Mário Pedrosa para a arte/educação</i>	Vera Lucia Pletitsch	UERJ	RJ	Artes	Me.	Isabela Frade
21	2011	<i>Os movimentos da sensibilidade: o diálogo entre Mário Pedrosa e Alexander Calder no projeto construtivo brasileiro</i>	Bruno Gustavo Muneratto	UNESP	SP	História	Me.	Carlos Eduardo Jordão Machado
22	2012	<i>Arte, socialismo e exílio. Formação e atuação de Mário Pedrosa de 1930 a 1950</i>	Marcelo Ribeiro Vasconcelos	UFRJ	RJ	Sociologia e Antropologia	Me.	Gláucia Villas Bôas
23	2012	<i>Aproximações entre Mário Pedrosa e Gestalt. Crítica e estética da forma</i>	Gabriela Borges Abraços	USP	SP	Estética e História da Arte	Me.	Lisbeth Rebollo Gonçalves
24	2013	<i>Quirino Campofiorito e Mário Pedrosa: entre a figuração e a abstração</i>	Beatriz Pinheiro de Campos	UFJF	MG	História	Me.	Angela Brandão
25	2013	<i>A interpretação de Mário Pedrosa sobre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964</i>	Josnei Di Carlo	UFSCar	SP	Ciência Política	Me.	Vera Alves Cepêda
26	2014	<i>À espera da hora plástica: o percurso de Mário Pedrosa na crítica de arte brasileira</i>	Tarcila Soares Formiga	UFRJ	RJ	Sociologia e Antropologia	Dr.	Gláucia Villas Bôas
27	2015	<i>Mário Pedrosa e a desmistificação da missão francesa de 1816</i>	Lucas de Araújo Barbosa Nunes	Unesp	SP	História	Me.	Carlos Eduardo Jordão Machado
28	2016	<i>Internacionalismo e nacionalismo em Mário Pedrosa: um estudo sobre sua obra política (1925-1966)</i>	Fagner Enrique Fonseca de Oliveira	UFG	GO	História	Me.	David Maciel

29	2017	<i>Mário Pedrosa e a arquitetura brasileira: autonomia e síntese das artes</i>	Marcos Faccioli Gabriel	USP	SP	Arquitetura e Urbanismo	Dr.	José Tavares Correia de Lira
30	2018	<i>Mário Pedrosa entre os tupiniquins ou nambás: uma perspectiva primitivista para a arte pós-moderna</i>	Pollyana Quintella	UERJ	RJ	Arte e Cultura Contemporânea	Me.	Marcelo Gustavo Lima de Campos
31	2018	<i>O exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos e os New York Intellectuals: abstracionismo na barbárie</i>	Marcelo Ribeiro Vasconcelos	Unicamp	SP	Sociologia	Dr.	Renato Ortiz
32	2018	<i>Intelectuais socialistas e imprensa liberal: o caso Mário Pedrosa no segundo governo Getúlio Vargas</i>	Josnei Di Carlo	UFSC	SC	Sociologia e Ciência Política	Dr.	Ricardo Gaspar Müller
33	2019	<i>Brasília e Mário Pedrosa: reflexões sobre a crítica da cidade</i>	Bianca Ardanuy Abdala	UnB	DF	Arquitetura e Urbanismo	Me.	Eduardo Pierrotti Rossetti
34	2019	<i>Abstração e informalismo depois de 1945: de Pedrosa e Greenberg à nova prosa de Haroldo de Campos</i>	Jorge Manzi Cembrano	USP	SP	Teoria Literária e Literatura Comparada	Dr.	Jorge Mattos Brito de Almeida
35	2019	<i>A dimensão afetiva da arte: Mário Pedrosa e a percepção estética</i>	Gabriela Borges Abraços	USP	SP	Interunidades em Estética e História da Arte	Dr.	Lisbeth Rebollo Gonçalves
36	2020	<i>A opção museológica de Mário Pedrosa: solidariedade e imaginação social em museus da América Latina</i>	Luiza Mader Paladino	USP	SP	Interunidades em Estética e História da Arte	Dr.	Maria Cristina Machado Freire



# Duas ditaduras e uma só liberdade: Mário Pedrosa, o fascismo colonial e o bonapartismo militar

Everaldo de Oliveira Andrade<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

Este artigo analisa a produção política e intelectual de Mário Pedrosa tendo como referência sua atuação no período da década de 1930 que desembocou na ditadura varguista (1937-1945) e depois no período da ditadura militar iniciada em 1964. Busca-se refletir sobre a possível originalidade das suas abordagens, em particular através do uso de conceitos como bonapartismo e desenvolvimento desigual e combinado no estudo do autoritarismo e da perenidade de traços e práticas fascistas nos governos brasileiros nos dois períodos. São utilizadas como fontes documentais a coleção de jornais *O Homem Livre* (1933-1934) e textos e obras do próprio autor produzidas no período em análise.

**Palavras-chave:** Mário Pedrosa; fascismo brasileiro; ditaduras no Brasil; bonapartismo; desenvolvimento desigual e combinado.

## Two dictatorship and only one freedom: Mário Pedrosa, the colonial fascismo and the military bonapartism

## ABSTRACT

This article analyzes the political and intellectual production of Mário Pedrosa having as reference his performance in the period of the 1930s that ended in the Vargas dictatorship (1937-1945) and then in the period of the military dictatorship that began in 1964. It seeks to reflect on the possible originality of their approaches, in particular through the use of concepts such as Bonapartism and uneven and combined development in the study of authoritarianism and the continuity of fascist traits and practices of Brazilian governments in both periods. The collection of newspapers *O Homem Livre* (1933-1934) and texts and works by the author himself produced in the period under analysis are used as documentary sources.

**Keywords:** Mário Pedrosa; Brazilian fascism; dictatorships in Brazil; bonapartism; uneven and combined development.

## Introdução

Mário Pedrosa viveu e atuou politicamente em períodos de avanços autoritários que desembocaram em governos antidemocráticos: a ditadura varguista do Estado Novo e a ditadura militar pós 1964. Em ambas foi obrigado a se exilar por conta de perseguições

---

<sup>1</sup> Everaldo de Oliveira Andrade, professor no departamento de História da FFLCH - USP

políticas. Sua atuação na década de 1930 foi marcada pela ação contra o avanço do fascismo brasileiro e a implantação da ditadura varguista. Décadas depois, e em contexto bem diferente, seguiu atuando como homem de ação e de palavras buscando derrotar a nova ditadura de 1964 e suas redes de apoios autoritários e fascistas. A comparação destes dois períodos na peculiar leitura de Pedrosa sobre as relações políticas, econômicas e sociais do Brasil e destes com o capitalismo internacional provavelmente nos permita apresentar uma contribuição original de Pedrosa para a história do pensamento político e econômico brasileiro contemporâneo nestes momentos em que nos debatemos com avanços autoritários. Buscamos nessa mesma perspectiva analisar as possíveis continuidades, rupturas e a evolução do aparato conceitual de análise utilizado por Pedrosa para abordar esses dois momentos específicos de sua atividade política e da história do país.

O conceito de bonapartismo provavelmente tenha sido a ferramenta constante e central nas análises que realiza dos dois períodos, e que remete à sua compreensão da permanente oscilação do regime político de um estado dependente como o brasileiro. Isso teria permitido muito provavelmente a Pedrosa absorver e mirar criticamente o chamado “ciclo nacional populista desenvolvimentista” do pós Segunda Guerra não como uma fase específica e de ruptura na história política e econômica nacional, mas muito mais como uma quase previsível oscilação de um mesmo regime político de características comuns. E seria preciso acrescentar nessa abordagem as dimensões combinadas, interna e externa, das estruturas econômicas deste regime bonapartista, bem como suas expressões políticas caracteristicamente oscilantes: ora democráticas e ora autoritário-ditatoriais. Mário Pedrosa incorpora como seu método de análise, de maneira contínua e dialética, o exame dos deslocamentos do regime político nacional e seu específico lastro econômico, seus ajustes internos que combinam não só à luta de classes, mas às lutas fracionais no interior da burguesia. As oscilações do regime bonapartista são igualmente compreendidas sob o impacto das pressões do mercado mundial e do seu núcleo estadunidense.

Pedrosa se utiliza também de outro conceito fundamental, o de desenvolvimento desigual e combinado, como ferramenta articuladora para a análise das oscilações internas do regime político na ação política nacional e suas conexões específicas com o

capitalismo nacional e internacional. Seus primeiros textos mais densos escritos na década de 1930 possuem esse fio condutor e interpretativo. E podemos observar que os seus principais textos e livros já no período da ditadura de 1964, em particular *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*, igualmente se confrontam e se combinam dialeticamente como resultado destas ferramentas, categorias e conceitos manejados por Pedrosa. A expressão desse fenômeno do desenvolvimento desigual é expresso, portanto, pela leitura de Pedrosa da própria história política e econômica, a luta de classes e os seus resultados na dimensão da luta política cotidiana do país. Compreender o que se passava no Brasil desde 1º de abril de 1964 e como se chegara a esta situação implicava combinar e compreender esse conjunto complexo e combinado dialeticamente: os deslocamentos do regime bonapartista desde a década de 1930 e suas oscilações autoritárias e democrático-populares, mas também o capitalismo nacional com suas dinâmicas internas e com o mercado mundial pautados por uma dinâmica desigual e combinada. Buscaremos, nesse sentido, não tratar diretamente do momento específico da história política nacional entre 1945 e 1964, que poderia ser vista como uma oscilação democrática do regime, mas dos seus dois extremos autoritários.

### **O dirigente antifascista<sup>2</sup>**

Como jovem militante socialista liderou na década de 1930, em São Paulo, a resistência antifascista em atos de rua e em inúmeros textos que redigiu contra o avanço fascista e os governos autoritários que se consolidavam. O Brasil daquela época era bem diferente do que seria em 1964, a burguesia estava dividida depois do movimento de 1930 e o regime político seguia instável. A crise econômica depois de 1929 se aprofundava e mobilizações sociais de trabalhadores cresciam. Um partido – a Ação Integralista Brasileira – inspirado nos movimentos fascistas europeus avançava e, ainda que caricatural em seus gestos e medíocre em seus manifestos e propostas, ameaçava

---

<sup>2</sup> Alguns parágrafos desta seção foram publicados em *A Terra é Redonda* sob o título “Mário Pedrosa, antifascista”: ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Mário Pedrosa, antifascista. **A Terra É Redonda**, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/mario-pedrosa-antifascista>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

organizações sindicais e partidos operários, ganhava simpatias de setores como policiais, militares, políticos e das camadas médias e pequeno-burguesas.

O jovem Mário Pedrosa, então com 33 anos, atuava como dirigente da Liga Comunista Internacionalista (LCI), organização que integrava a chamada Oposição de Esquerda Internacional liderada por Leon Trotsky e que aspirava nesse momento reformar a IIIª Internacional stalinizada. A Oposição havia decidido e aplicava em todos os países uma orientação pela mais ampla unidade das organizações operárias para barrar o avanço do fascismo. No Brasil, Mário Pedrosa, à frente de um aguerrido grupo de militantes da LCI, lançou um chamado a todas as organizações em São Paulo para que se unissem e formassem uma frente única para enfrentar as primeiras ações dos bandos integralistas. Nessa mesma época Pedrosa também está editando no Brasil o livro clássico de Leon Trotsky em que analisa a ascensão do nazismo *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, que ele traduz e apresenta (TROTSKY, 1979).

A frente única antifascista (FUA) é lançada em um comício realizado em 10 de junho de 1933 em São Paulo, organizado em memória do operário italiano Giacomo Matteotti assassinado pelo regime de Mussolini. Mais de 500 pessoas estiveram presentes. No dia 14 de julho, também para celebrar a data da queda da Bastilha e início da revolução francesa, um novo ato político inaugurou oficialmente a frente única antifascista em São Paulo. A frente agrupava grupos e jornais anarquistas, socialistas, trotskistas, militantes sindicalistas, imigrantes e até comunistas stalinistas de base, apesar do veto de sua direção. A polícia depois prendeu Mário Pedrosa e vários militantes, logo soltos. Os choques com os bandos fascistas passaram a se multiplicar na capital paulista. No dia 14 de novembro de 1933 uma manifestação da FUA que se realizava em um salão da Avenida Celso Garcia no bairro operário do Brás foi atacada por dezenas de integralistas que forçaram a entrada no local. A polícia chegou mas apenas assistiu o ataque dos fascistas para em seguida também atacar os participantes quando saíam para suas casas. O movimento antifascista não se intimidou e seguiu em atividades nas ruas. No dia 25 de janeiro de 1934 convocou uma grande manifestação pública no Largo da Concórdia, que foi previamente tomado pelas forças de repressão da polícia para intimidar o movimento. Mário Pedrosa foi um dos poucos oradores que conseguiu discursar na manifestação, em

seguida atacada e dispersada com cavalos da Força Pública, a equivalente na época à atual polícia militar.

O núcleo militante que animava a frente era composto pelos militantes da LCI liderados por Mário Pedrosa. Eles haviam decidido, para ajudar na constituição e consolidação da campanha antifascista, fundar um jornal de massas em 1933 - *O Homem Livre*. As páginas deste periódico, que circulou na capital paulista entre 1933 e 1934 são das mais interessantes testemunhas históricas da tenacidade e coragem do movimento antifascista, além de revelar também os embates e dificuldades da luta cotidiana. O jornal buscava aproximar representantes de diferentes organizações, mobilizar as camadas trabalhadoras da cidade, informar e denunciar a barbárie do fascismo na Europa e combater os fascistas no Brasil. Mário Pedrosa escreveu em pelo menos 12 dos 22 números publicados. A maior parte dos artigos eram assinados apenas por pseudônimos para evitar represálias. O jornal conseguiu sobreviver heroicamente, acompanhando e relatando as iniciativas da FUA. Seu último número foi publicado em fevereiro de 1934 cumprindo seu principal papel de consolidar o amplo movimento da frente única.

Mário Pedrosa escreveu artigos principalmente sobre temáticas da luta antifascista. Mas também colaborou com temas culturais como uma interessante resenha sobre o filme recém-lançado *Scarface* de 1933 em que ele aproveita para comparar a prática dos gangsteres de Chicago com àquelas das burguesias de todos o mundo; uma resenha do livro *História do Brasil* do poeta Murilo Mendes em que ele destaca a importância dos poemas sobre Canudos, Palmares e a revolta da Chibata; e uma longa resenha publicada ao longo de quatro números sobre a exposição em São Paulo de pinturas da artista alemã Khäte Kollwitz e que é praticamente sua estreia como futuro e brilhante crítico de arte.

Entre os vários artigos políticos, preocupados centralmente em analisar o avanço do nazismo, aquele de maior importância pela lucidez de análise e das perspectivas que oferece, talvez seja *O Nacional socialismo e a crise econômica: lições da derrota do proletariado alemão* no mês de setembro de 1933 (*O Homem Livre*, 1933, 13). Nesse texto Mário Pedrosa faz um balanço da crise econômica alemã sob o governo nazista, que se iniciava com a subida de Hitler como chanceler em 30 de janeiro de 1933. Se seguem nos meses seguintes medidas de fechamento de partidos, sindicatos e demais instituições

democráticas, o que abria caminho para a ditadura nazista. Ele cita as declarações apaziguadoras tanto de socialistas como de comunistas, estes afirmando publicamente que a crise e a miséria dos trabalhadores e da pequena burguesia alemã fariam em breve cair o nazismo. Para Mário Pedrosa esta análise era completamente superficial e ignorava a derrota sofrida pelos trabalhadores alemães. Indignado, ele escreve:

O otimismo dessas afirmações são fanfarrônicas, põem de lado completamente uma coisa: o papel do partido proletário [...] não notam que, enquanto isso, o fascismo venceu na Alemanha e destruiu as organizações operárias, inclusive os seus partidos políticos, os seus clubes esportivos e, as suas bibliotecas, os seus sindicatos, as suas cooperativas, os seus comitês de fábrica, etc. De que maneira a indignação ou a revolta das massas tomará a forma de uma resistência positiva sem ser por meio de suas organizações de classe? Como pode ser organizada a resistência contra o fascismo sem ser por meio do partido de classe? (*O Homem Livre*, 1933, 13).

No mês seguinte, em outubro de 1933, um novo artigo de Pedrosa descreve as negociações e tentativas das potências imperialistas para conter o rearmamento de Hitler, que buscava nesse momento convencer as potências capitalistas de que o seu objetivo principal era a destruição da União Soviética para completar a obra de destruição já avançada do movimento operário alemão. Escreve Pedrosa:

Para consolidar as suas posições dentro do país, viu-se o fascismo obrigado nos primeiros tempos a apresentar-se com uma extrema prudência no lado de fora. Foi mesmo preciso despir-se de seu caráter belicoso e chauvinista, anti-francês, e dar as potências imperialistas outras garantias de suas boas intenções de vizinhança. [...] Mas eram estas apenas as premissas políticas para a ação ulterior da burguesia imperialista da Alemanha. O capitalismo alemão, precisando de novos mercados e novo campo de escoamento à sua produção, exige agora a execução da outra etapa da "revolução" nazista. [...] Hitler precisa armar-se para lançar definitivamente a sua candidatura a chefe de uma cruzada capitalista antissoviética (*O Homem Livre*, 1933, 17).

Mas Mário Pedrosa também critica a posição da União Soviética em subestimar a capacidade do movimento operário e apostar em um caminho de concessões e acordos com os países capitalistas:

Presos à miragem do socialismo nacional, os dirigentes soviéticos, sem fé nas forças do proletariado internacional, preferiram recorrer aos métodos das negociações diplomáticas, das combinações com os governos capitalistas, das ilusões do pacifismo, à procura de garantia de paz e de segurança pelos acordos

e tratados internacionais, os pactos de não-agressão e de amizade, os conchavos "desarmamentistas", e enredar-se na malha das Intrigas diplomáticas imperialistas (*O Homem Livre*, 1933, 17).

E prossegue:

A sorte do Estado soviético sempre esteve indissoluvelmente ligada à sorte das massas oprimidas pelos imperialistas. A política da diplomacia soviética separou porém, os seus interesses imediatos dos interesses das massas proletárias no exterior. [...] É hora do proletariado reafirmar o seu internacionalismo ativo para impor ao mundo capitalista a sua solução, isto é, a civilização radiosa que traz no seu seio. Aos povos europeus às vésperas de serem novamente assassinados, é preciso que a voz poderosa do internacionalismo proletário se faça ouvir (*O Homem Livre*, 1933, 17).

Mário Pedrosa não era militante de escritório ou só de textos publicados. Nos meses que cobrem o ano de 1933 e 1934 esteve em inúmeras atividades nas ruas, envolvido com a organização e as ações antifascistas na capital. No 1º de Maio de 1934 a FUA conseguiu reunir mais de três mil pessoas em frente ao palácio das Indústrias no Parque D. Pedro. Mário Pedrosa discursou em nome da Liga Comunista e chamou o Departamento Estadual do Trabalho de "bordel do trabalho", defendendo a unidade dos trabalhadores para enfrentar o fascismo e a formação de milícias operárias para defesa e enfrentamento às agressões ao movimento (KAREPOVS, 2017, p. 62). Mas a maior e histórica manifestação antifascista que marcou a história da FUA foi, na verdade, uma contramanifestação articulada para impedir uma grande celebração integralista que se preparava. O enfrentamento ocorreu no dia 7 de outubro de 1934 em plena praça da Sé no centro da capital paulista. Mário Pedrosa atuou como dirigente da FUA e da LCI na preparação da contramanifestação, conseguindo até a adesão dos stalinistas. A ação consistia em impedir de todas as formas que os integralistas, que organizavam até caravanas de cidades do interior e de outros estados, comemorassem o seu segundo aniversário em praça pública. O livro *A revoada dos galinhas verdes* de Fúlvio Abramo, narra e documenta todos os detalhes desta luta memorável (ABRAMO, 2014). De fato, uma batalha campal e um tiroteio de horas impediu que os fascistas brasileiros tomassem as ruas e ocupassem a praça da Sé. Entre os feridos, Mário Pedrosa levou um tiro durante a luta. Quatro policiais e um jovem militante comunista morreram.

Em texto redigido em 1937, já expressando um balanço mais maduro desses acontecimentos, Pedrosa procurou oferecer uma análise da cor local do fascismo brasileiro. Apesar das suas arruaças e discursos bravateiros, o fascismo brasileiro era limitado e dependente de outros setores para prosperar rumo ao poder:

O fascismo colonial é forçado a procurar o apoio do quê carece infiltrando-se no aparelho de estado, por entre militares e funcionários, de obter por cima os seus objetivos, isto é, o poder... uma política dúplice, de meia cara, de cambalachos e conspiratas, com prejuízo da sua combatividade e do caráter plebeu necessários a suggestionar às massas, isso porque não é de se prever uma vitória (que não será muito fácil) do fascismo no Brasil, pelas vias clássicas europeias [...]. Antes, essa vitória poderia vir mais provavelmente através de golpes de estado bruscos, desfechadas em colaboração com uma parte das Forças Armadas, encabeçados por generais salvadores, como na Espanha, na Polônia, etc, [...]. Sem a cooperação de generais reacionários, o caminho para o poder estará bloqueado ao fascismo... (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 324).

O golpe do estado novo liquidou com as pretensões mais imediatas dos fascistas brasileiros. Mas nos chama atenção o destaque que Pedrosa demarca a respeito dos atalhos golpistas e das relações promíscuas entre os bandos fascistas e os setores autoritários militares com os quais seria dependente para buscar acesso ao poder de estado. Se em 1937 esse caminho foi obstado, em 1964 como veremos a frente, o problema se colocou novamente na medida em que o fascismo não seria um fenômeno isolado, mas parte integrante e excepcional – inclusive como ideologia – do funcionamento e manutenção do capitalismo. Embora o integralismo na década de 1960 não possuísse mais a mesma dimensão enquanto movimento fascista organizado, seguiu enquanto ideologia e corrente de opinião capaz de galvanizar setores sociais específicos radicalizados contra o movimento operário. Pedrosa afirma já neste mesmo texto de 1937 sobre as relações do fascismo com o capitalismo como elementos de um mesmo componente químico, que foram posteriormente sistematicamente silenciadas e combatidas pelos liberais como se fossem seres de universos distantes: “pensar que, nos quadros do regime capitalista, o fascismo pode ser destruído pela raiz, é pura insensatez. Para extirpar o fascismo da face da terra é preciso extirpar com ele o capitalismo (...).” (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 324).

Voltemos à década de 1930. Havia resistências evidentes e esperadas às ações da FUA vindas não só dos fascistas, mas boicotes mais explícitos de empresários alemães e



italianos fascistas residentes no Brasil, perseguição policial sistemática. Mas também havia a surpreendente resistência do partido comunista brasileiro (PCB), já quase todo absorvido pelas orientações sectárias da tirania stalinista. O PCB chegou a integrar por alguns meses a FUA mas depois saiu, o que mereceu um artigo nada elogioso de Mário Pedrosa, intitulado “Coerência na deserção”, aliás o último que ele escreveu no jornal:

Na luta contra o fascismo, na defesa das liberdades democráticas, que hoje só beneficiam os oprimidos em luta pela sua emancipação, não há lugar para os que passivamente acreditam em verdades reveladas, em dogmas dirigidos à custa de falsificação e mentira. Persistir nos erros que levaram à catástrofe alemã não seria agora apenas uma capitulação, mas uma traição deliberada a causa das classes trabalhadoras (*O Homem Livre*, 1934, 22).

As inúmeras atividades da FUA demonstraram ao longo dos anos de 1933 e 1934 uma viva capacidade do movimento operário de então em liderar e garantir até onde foi possível, as mais elementares liberdades democráticas então cada vez mais ameaçadas. Nos anos seguintes o Brasil seria sacudido por novos choques políticos. Os stalinistas brasileiros que boicotaram a FUA e meses depois foram orientados por Stálin a buscarem uma aliança comum com a burguesia - sem, contudo, romperem completamente com a política ultra-esquerdista do 3º período que desembocaria na aventura militar comunista de 1935. Essa serviu como excelente pretexto para uma ampla repressão ao conjunto das organizações dos trabalhadores, facilitando o caminho para a brutal ditadura varguista. Pedrosa criticou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de fato uma ampla frente democrática que buscava submeter o proletariado à burguesia brasileira em nome da luta contra o fascismo. A ANL nunca teve uma existência própria e foi constituída a partir de um acordo entre os dirigentes do Partido Comunista, alguns setores militares e políticos pequeno-burgueses. Sua base era constituída sobretudo por militantes de vanguarda, simpatizantes do comunismo e entusiastas da União Soviética (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 286).

### **Entre o fascismo e o bonapartismo**

A nova composição do estado brasileiro que nascia do movimento de 1930 e que seguia instável nos anos seguintes em que a FUA atuou refletia de forma mais estrutural uma reconfiguração em andamento do capitalismo no país e das forças das diferentes frações da burguesia. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma tendência à centralização econômica, havia obstáculos e tradições locais de caráter federativo a serem superadas e que se expressavam na crise política e, por consequência, nas dificuldades de articulação e representação política nacional da burguesia brasileira. Esse descompasso entre as necessidades concretas das frações burguesas mais avançadas ou conectadas com os centros industriais internacionais e o regime político ainda atrelado a uma articulação excessivamente federativa é destacado por Pedrosa em seu texto de 1937 como plataforma da qual se projetam as tendências centralistas e autoritárias que iam além do fenômeno fascista:

A economia nacional exprimiu-se, pela primeira vez, sobre uma forma política bastante nítida, em outubro de 1930, com a revolta de suas forças produtivas contra a hegemonia da monocultura cafeeira. A tendência centralizadora tomou, então, um grande impulso, transformando-se mesmo numa corrente política que por algum tempo chegou a dar as cartas na política federal. [...] A tendência centralizadora é quase, nas condições atuais, uma imposição econômica (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 302).

Dessa forma, ao contrário do que talvez se poderia supor, a possibilidade de uma centralização autoritária do estado em acordo com as necessidades do capitalismo revelava as fragilidades da burguesia nacional como classe, tanto em sua coesão interna como na capacidade de se impor sobre as massas populares em um período de crise econômica aguda. A pressão e domínio do mercado mundial sobre a economia do país e a mobilização independente dos trabalhadores tornavam-se os móveis centrais da dinâmica de funcionamento do regime político no país, como observava Pedrosa: “A sorte dos regimes políticos burgueses nos países dependentes está intimamente ligada ao desenvolvimento desigual de suas economias, do grau de pressão imperialista e a fraqueza congênita de seu estado.” (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 321). Tratava-se assim de duas ordens de fatores que ameaçavam e empurravam para uma solução autoritária o regime: as necessidades econômicas e as fragilidades políticas da classe dominante. A tendência que se verificava era de um estado com instituições cada vez mais

centralizadas para fazer frente aos problemas e necessidades do capitalismo, ao mesmo tempo que se buscava impedir que as camadas populares avançassem, ainda que pela via da democracia, em seus direitos e na sua organização autônoma e independente (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 312).

A democracia não era o terreno mais favorável neste momento para que a burguesia brasileira pudesse consolidar um novo regime político. Como lembra aqui Mário Pedrosa, ainda que a democracia formal ou parlamentar não garantisse os plenos direitos aos trabalhadores, sua vigência favorecia a sua organização e politização. As possibilidades de conquistas sociais e econômicas não correspondiam as concessões da burguesia, mas às ações das camadas trabalhadoras: “a conquista do sufrágio universal custou às massas anos e anos de luta e sacrifícios, inclusive revoluções políticas” (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 317). O terreno da democracia, com todas as suas limitações para a organização dos trabalhadores, permitiria que estes tivessem espaços de articulação, politização e defesa de seus direitos:

Somente o proletariado e as camadas mais proletarizadas da pequena burguesia são diretamente interessados no vicejamento de um autêntico regime democrático. É o proletariado a única classe que precisa tanto de liberdade quanto de pão, pois sem aquela este não está garantido [...]. Não sem motivo Pedrosa destaca que “nos países como Brasil, a democracia tem um caráter precário, devendo ser a cada momento reconquistada (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 321-322).

As iniciativas da classe operária como a FUA foram assim fatores de instabilidade para o projeto centralizador em curso e não poderiam ser menosprezadas, inclusive por oferecerem e favorecerem uma perspectiva democrática para as amplas massas populares ao avanço e consolidação de um possível regime autoritário e centralizador.

Se o regime político pós 1930 não caminhava para a democracia, o integralismo buscava cumprir vários papéis entre os quais ocupar um polo de centralização nesse período de instabilidade do regime. A ameaça fascista nesse momento não era um fenômeno isolado ou extraordinário, mas enlaçado com as próprias tendências e necessidades do capitalismo de centralização do mercado nacional, precisando então contar com uma massa mobilizada a seu serviço em todo o país. As observações de Mário

Pedrosa refletem a respeito destes vínculos econômicos do fascismo com os interesses diretos dos capitalistas:

Tanto a grande como a pequena burguesia brasileira não têm tradições políticas e muito menos tradições democráticas: ao longo de sua história nunca foram capazes de forjar qualquer coisa de parecido com o verdadeiro partido político de existência nacional e vivendo sem os favores e bafejos oficiais. [...] Apareceu afinal, pela primeira vez, um tal partido de âmbito nacional. E, coincidência decisiva, esse partido foi o integralismo, isto é, um fascismo nacional, montado e pago pelos capitalistas para esmagar o proletariado brasileiro e sua futura revolução (PEDROSA apud KAREPOVS, 2015, p. 285-286).

Ainda que o integralismo se oferecesse como a máquina política dos capitalistas para se colocar na linha de frente de ataque ao movimento operário, não era a única via com que contavam as diferentes frações da burguesia para centralizar o regime político. Outra possibilidade abordada por Pedrosa para o desenlace da crise de representação política da classe dominante, em texto de 1936, desenvolve a hipótese de uma via bonapartista, que seria uma saída política a ser construída “por cima” das classes sociais e igualmente centralizadora:

Sob a aparência de uma situação muito sólida, Getúlio sente-se fraco e inquieta-se com futuro [...]. É evidente que por mais que a grande burguesia nacional, seguindo à risca as ordens dos patrões imperialistas, queira perpetuar o estado atual de repressão, transformado em “forma normal” de governo a atual ditadura policial burocrática, é impossível tornar estável e permanente esse “sistema” governamental... falta um “árbitro” nacional elevado acima dos partidos, com autoridade bastante para realizar a readaptação. Esse ‘árbitro’ seria o resultado da neutralização de forças dos dois campos antagônicos irreduzíveis - o movimento de direita, burguês fascista, e o movimento de esquerda, democrático proletário [...] (KAREPOVS, 2017, p. 260).

Mário Pedrosa não desprezara a capacidade que o getulismo teve em deter as possibilidades de avanço da consciência de classe dos trabalhadores e escreveu trinta anos depois: “Getúlio Vargas, a primeira investidura de bonapartismo no país, teve de exercer o poder não para impor uma classe sobre as outras, mas, ao contrário, para conciliá-las” (PEDROSA, 1966a). O regime bonapartista inaugurado e consolidado por Vargas após o golpe de 1937 tornou-se afinal a resolução da crise. Mais do que isso, um elo de ligação e continuidade da dominação da burguesia permitindo analisar e comparar os dois

períodos autoritários. Afinal, menos de vinte anos separavam o nascente governo militar de 1964 da última ditadura, a de Getúlio Vargas.

### **Fascismo dependente, desigual e combinado**

Em 1938 o ainda jovem revolucionário Mário Pedrosa foi o único representante latino-americano na conferência de fundação da 4ª Internacional sob a liderança de Leon Trotsky. Naquele momento o mundo estava a beira do precipício da Segunda Guerra mundial e no Brasil o país afundava na brutalidade da ditadura Vargas. Pedrosa vive um conturbado exílio entre 1938 e 1945 no qual circula entre França e Estados Unidos com uma tentativa frustrada de volta ao Brasil. Nesse período também rompe com Trotsky e a 4ª Internacional<sup>3</sup>. Só retorna em 1945 para seguir atuando através do jornal Vanguarda Socialista e depois no partido socialista. No período entre sua volta ao Brasil e 1964 Pedrosa atua em inúmeras frentes: funda o jornal Vanguarda Socialista que é publicado até 1947 e depois ingressa no PSB (partido socialista brasileiro) com um grupo de militantes. Na área profissional ganhará destaque sua atuação como crítico de arte e articulista nos principais jornais do país com contribuições sobre crítica de arte e política.

Com o golpe militar de abril de 1964 Mário Pedrosa procurou responder publicando sua obra central de interpretação do Brasil, dividida em dois livros: *Opção Brasileira* e *Opção Imperialista*. Livros de combate, que guardam ao mesmo tempo o ritmo jornalístico e a densidade analítica de largo fôlego, refletem o calor da intervenção política imediata e cotidiana entrelaçada com a perspectiva estratégica das transformações radicais. Ele sai candidato a deputado federal em 1966 pelo então MDB e utiliza a obra como um dos instrumentos de propaganda. No ano de 1968 quando a ditadura militar brasileira preparava um novo assalto autoritário contra a sociedade brasileira, ainda ocorriam passeatas e jornais, ainda que intimidados, publicavam apelos e manifestos democráticos. Nesse ano o velho Mário estava novamente nas ruas. A grande passeata dos Cem Mil de 1968 contra a repressão no Rio de Janeiro tornou-se um

---

<sup>3</sup> Sobre o período exílio de Pedrosa nos EUA ver a recente pesquisa de Marcelo Ribeiro Vasconcelos: VASCONCELOS, Marcelo Ribeiro. **O exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos e os New York Intellectuals**: abstracionismo na barbárie. Tese - Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

acontecimento nacional e na primeira fila dos encabeçadores vemos o mesmo Pedrosa em franco o combate político. E no final da sua vida, no ano de 1980, ele inicia a lista dos primeiros filiados ao PT depois de insistir durante anos para que os dirigentes operários do ABC tomassem a frente a construção de um amplo e democrático partido operário de massas.

O alvo imediato dos seus livros publicados em 1966 era a ditadura iniciada com o golpe militar de abril de 1964, seu significado mais profundo não apenas diante da história recente do país, mas também em relação à trajetória mais abrangente das tensões da conjuntura internacional. Da ampla obra de mais de 1.000 páginas certamente ganha destaque o tema das raízes sociais e econômicas do autoritarismo da burguesia brasileira. O golpe de 1964 demonstrava o entrelaçamento entre a história mais profunda da formação do capitalismo no país e uma combinação mais recente das forças golpistas entre as camadas médias com seus traços fascistizantes, as oligarquias rurais e as influências externas dos EUA. A direita conservadora brasileira possuía traços e ações de caráter autoritários vindos do escravismo entranhadas em sua gênese social e que remetiam ainda à década de 1930 quando o fenômeno fascista tomou corpo no movimento integralista e não desapareceu. Mário Pedrosa não se utiliza do conceito de fascismo para caracterizar a ditadura – se reporta aqui ao conceito de bonapartismo militar como veremos – mas descreve como práticas de tipo fascistas as ações dos setores radicalizados e anti-operários que se mobilizam entre a pequena-burguesia.

Pedrosa descreve em diversas ocasiões as cenas e mobilizações de traços fascistizantes de fanáticos das camadas médias pequeno-burguesas, que saíam às ruas para dar sustentação ao golpe militar, além de registrar o lastro rural do autoritarismo fascista. O antigo fascismo brasileiro da década de 1930, e que ele chamara de “fascismo colonial”, continuava sendo parte fundamental do arsenal da burguesia brasileira principalmente quando se tratava de inviabilizar a frágil democracia. Em 1937 Pedrosa já chamara a atenção para outro aspecto da adesão de setores da pequena-burguesia à ideologia fascista e autoritária: às fragilidades do movimento operário em atraí-las:

A pequena burguesia, por sua vez, espiritualmente dominada e conduzida pela grande burguesia, cedo também tende a perder o encanto pela democracia, sobretudo porque o peso social e a influência política do proletariado não tem

nesses países a preponderância que tem nos países de grande indústria. Facilmente explorável pelas piores forças reacionárias, a pequena-burguesia tende a fazer recair parte da culpa pelos males de que padece sobre as costas do proletariado, cuja ação e cujas lutas ela se inclina a condenar como "prematuros", condenando a "impaciência" do proletariado. Os pequeno-burgueses inocentam a própria burguesia nacional (apud KAREPOVS, 2017, p. 322).

Trinta anos depois seu diagnóstico manteria a mesma avaliação? A ditadura varguista e depois o período democrático bastardo entre 1945 e 1964 que nasceu no pós-guerra, seguiam se transmutando ainda como parte de um mesmo regime do capitalismo no país. Dessa forma, se se ampliaram as mobilizações populares e nacionalistas, ocorriam ao mesmo tempo que surgia um movimento operário mais robusto. Porém, era sob um controle estatal e da burocracia sindical do trabalhismo como não se verificava antes. E essa é uma particularidade importante do bonapartismo nesse período, quando gira para mobilizar as massas em torno do nacionalismo, porém sob controle e sem plena independência. Essa característica tutelada do movimento operário organizado em torno dos sindicatos e a ausência de um forte partido operário que atuasse com total autonomia do trabalhismo varguista tem consequências, pois afeta os movimentos oscilantes das camadas médias pequeno-burguesas e facilita adesões à ideologia fascista, que se combina de maneira desigual e subordinada ao regime bonapartista. É o que Mário Pedrosa identificava em 1966 na polarização social que deslocara e separava mais radicalmente as camadas médias atraídas ao discurso de conotações fascistas dos setores de trabalhadores: "A demonstração vinha evidenciar um fenômeno extremamente importante na avaliação da situação: a separação nítida entre a massa das classes médias, sobretudo as camadas menos proletarizadas e a massa proletarizada e plebeia, incluindo nela a maioria dos assalariados" (PEDROSA, 1966, p. 134). Em outro momento ele retoma o mesmo diagnóstico do fenômeno social e político que radicalizava e canalizava camadas pequeno-burguesas fanatizadas para as ruas e contra o movimento operário e popular. Uma intensa propaganda política havia mobilizado estes setores a se afastarem de perspectivas, ainda que reformistas e progressistas, nascidas do movimento operário:

Foram as camadas mais radicais da classe média, de a muito submetidas a um processo de hipnose, que saíram primeiro à rua, para protestar, para a baderna, e de imediato essas formas de luta tomaram a feição mais primária e fanática. [...] Eis aí, bem traçado, o quadro em que seria travada uma luta "política" entre

partidários da mudança social e partidários da intocabilidade social. A tônica da luta nada mais tem de política, é puro fanatismo religioso, ódio irracional ao progresso, medo a tudo o que pode conter de obscuro o vocábulo ‘comunismo’. (PEDROSA, 1966, p. 128)

Esse movimento social evidentemente não é isolado. Em 1966 o imaginário fascista da pequena-burguesia conservadora das cidades está presente ao lado do jaguncismo rural como expressão de um mesmo fenômeno político. Pedrosa relaciona esse movimento de características fascistas e urbano que apoiava o golpe com suas articulações rurais. Os grandes proprietários mobilizavam apoios e grupos armados irregulares para o golpe militar: “os quadros da linha de frente da contrarrevolução no meio urbano vinham das classes médias e pequeno-burguesas; enquanto que no interior eram formados pelos jagunços armados, a soldo dos grandes proprietários” (PEDROSA, 1966, p. 130). Esse é um lastro rural em que os grandes proprietários rurais ainda mantêm e lhes permite manipular massas rurais a seu favor como clientelas submetidas. O jaguncismo tem aí um papel de milícia sobre o campesinato, ao que se soma o fato do país ainda possuir massas urbanas que crescem mas ainda ligadas por muitos fios à vida no campo.

### **O totalitarismo estrutural dos EUA no golpe de 1964**

Grande parte das observações e posicionamentos publicados por Pedrosa em 1966 a respeito da intervenção dos EUA no golpe são hoje amplamente reconhecidos, mas estamos tratando de uma obra que foi publicada apenas dois anos após o golpe. Mário Pedrosa não tinha nenhuma ilusão nas veleidades democráticas da burguesia brasileira e muito menos nas intenções supostamente progressistas dos Estados Unidos em relação à América Latina. Muitos dos documentos que hoje comprovam as afirmações de Pedrosa só se tornaram públicos décadas depois. Ele, por exemplo, se refere à ofensiva autoritária dos Estados Unidos como o principal ponto de apoio externo da ditadura que se construía, com uma estrutura de propaganda externa golpista anterior a abril de 1964 na qual os golpistas se apoiavam para insuflar a ideologia fascista: “a classe média brasileira foi submetida a um processo de hipnose que a arrastava a um anticomunismo irracional e fanatizado. Era a chamada guerra psicossocial desencadeada aqui por setores estratégicos



das Forças Armadas e, certamente, por instrutores do Pentágono para cá mandados” (PEDROSA, 1966, p. 120). Não haveria atualmente nada de novo em relação a esta afirmação a não ser pelo fato de que Pedrosa buscou demonstrar que havia também uma linha de continuidade da política externa dos EUA com os regimes fascistas da década de 1930. Há aqui originalidade em sua abordagem. Pedrosa chama isso de “herança totalitária” e busca contextualizá-la no quadro mundial de então, marcado pela chamada “guerra fria” com a URSS.

De fato, após 1961 havia se radicalizado a política dos EUA para América Latina. Mas Pedrosa vai além de um aspecto mais estudado e conhecido relacionado às repercussões da revolução cubana de 1959 na política externa dos EUA. Segundo ele, a articulação com a ditadura brasileira não seria apenas uma virada tática e menos ainda de alcance limitadamente continental. Os antigos convênios comerciais de pós-guerra para compra de produtos que haviam se tornado instrumentos da guerra fria, agora eram insuficientes, se iniciava outra conjuntura com novas exigências de fortalecimento do aparato de Estado em disputa com a União Soviética. Esses novos dispositivos contrariavam as convicções, discursos e ideologias políticas e econômicas liberais e supostamente democráticas (PEDROSA, 1966, p. 199). Explicitava-se uma concepção totalitária mais profunda dos EUA e que se relacionava ao coração de sua economia capitalista em crise. Mário Pedrosa destaca que toda a estruturação do complexo econômico-militar mundial dos Estados Unidos, sua amplitude imperial, de controle e articulação de todos os aspectos da economia, da política e da cultura teriam sido gestados como “reformas contrarrevolucionárias” desde a década de 1930:

O capitalismo liberal, impotente para vencer a depressão e por em marcha o mecanismo produtivo econômico mundial, cedeu lugar para regimes transitórios e totalitários, cujo obscurantismo político, moral e cultural revelava profundo retrocesso da própria civilização ocidental. O terrível paradoxo foi que, no plano econômico e financeiro, aqueles regimes quebraram várias ortodoxias intocáveis do capitalismo clássico decadente. Na época atual, provém, em grande parte deste paradoxo (PEDROSA, 1966, p. 271).

Para Mário Pedrosa aqui está o ponto de intersecção do que ele conceitua como totalitarismos nazistas e estadunidenses, com repercussões na conjuntura brasileira. Havia uma linha de continuidade que se prolongava submersa por uma suposta guerra

fria: “A luta do ocidente democrático contra o oriente comunista é uma luta de dragões de fábula para enganar os povos” (PEDROSA, 1966b, p. 234). E essas características ganhavam impulso e densidade com a plena consolidação do poder imperial dos Estados Unidos. E mesmo sobre o velho continente estava agora submetido: “A Europa não tem escolha entre ser vassala política, social e economicamente subsidiária dos EUA ou um sistema autônomo na base de uma economia superior, suscetível de ser a ponte entre a economia capitalista ainda privativa americana e a economia pública socialista da Rússia e aliados” (PEDROSA, 1966b, p. 123). A retórica democrática e anticomunista encobriria tão somente a permanência do autoritarismo mais profundo e sofisticado dos Estados Unidos. Não se trata aqui portanto, de uma virada tática, mas do aprofundamento de uma orientação estratégica anterior de funcionamento do sistema capitalista, cada vez mais centralizado e concentrado nas mãos do estado. A ideologia liberal democrática e anticomunista encobria uma intervenção estatal autoritária, forjada como dispositivo contrarrevolucionário de um estado total de concepção fascista com o qual a nova ditadura brasileira vinha se alinhar.

#### **Fascismo e bonapartismo militar 1964**

Se em 1937 Pedrosa assinalava a fragilidade do próprio fascismo brasileiro, um movimento de tipo colonial e tributário das benesses e relações com o estado para sobreviver - oferecendo afinal o caminho para a ditadura varguista - agora na análise de 1964 em diante é o próprio bonapartismo que ganha particularidades incorporando traços mais característicos dos fenômenos fascistas do Brasil. Ainda que haja um movimento de características fascistas mobilizado como já abordamos, é mais uma vez o regime bonapartista que dirige o centro dos dispositivos de controle do estado, como na ditadura que se segue. Podemos acompanhar Pedrosa examinando essas relações próximas, o gatilho fascista que ajuda a coagir os movimentos operário e camponeses e em geral as massas populares mobilizadas, e que afinal serve para preparar uma solução autoritária por cima.

A peculiaridade nacional da ditadura militar de 1964 estaria expressa no fato de que ela não representaria no poder nenhuma das classes sociais dirigentes em particular,

mas um tipo peculiar de “bonapartismo militar”, algo *sui generis*<sup>4</sup>. Este seria produto das condições igualmente peculiares como uma combinação das tendências e necessidades mundiais do capitalismo internacional com a realidade nacional das classes dominantes locais, acuadas frente a uma situação revolucionária produzida pela mobilização operária e popular. Como assinalou Pedrosa:

O ódio ideológico aos ‘subversivos’ e aos ‘corruptos’ que a ditadura demonstrava era, na verdade, aos ‘políticos’ brasileiros que o dirigia, os quais mal ou bem serviam àquelas classes no poder. Ela demonstrava assim - e para isso tinha então, provavelmente, a grande maioria da oficialidade dos quartéis - que ia governar ‘acima das classes’. [...] E ninguém pode falar pelo exército, porque o exército não é uma classe, nenhum partido mas uma função primordial do estado que é preservar em sua especificidade ótima (PEDROSA, 1966a, p. 184-186).

As relações entre o exército e o bonapartismo ganham assim um componente novo e inusual:

Ora, em geral, todo bonapartismo é poder pessoal, é o poder por suas virtudes, por seus atributos benéficos e maléficos, encarnado em um homem elevado acima de todos, falando em nome da nação, quer dizer, das classes dominantes, no momento de impasse político e social.... Pretendeu-se fazer do exército como um todo, uma entidade bonapartista impessoal (PEDROSA, 1966a, p. 192).

Como “bonapartismo militar”, a ação da ditadura ocuparia o lugar e o papel do fascismo como movimento organizado de massas. Pedrosa assinala em interessante observação sobre o contraponto em relação ao célebre papel revolucionário que as camadas pequeno-burguesas teriam exercido na aurora das revoluções burguesas:

A ditadura militar terá feito o papel do ‘jacobinismo’ de marcha à ré que foi o fascismo: o jacobinismo da época das burguesias decadentes, a rampa de descida do curso histórico. Que fez ela de histórico e providencial? Repôs as massas no seu lugar, quebrou neles o ímpeto e o sentimento de autoconfiança que iam adquirindo; reprimiu o balbúcio de uma autoconfiança que iam adquirindo no campo. Dissolveu-lhes as organizações de resistência, emasculou-lhes os sindicatos, suprimiu os órgãos centrais de representação, que podiam falar em nome dos interesses coletivos da classe trabalhadora (PEDROSA, 1966a, p. 187).

---

<sup>4</sup> Entre os estudos relativamente recentes sobre a obra de Mário Pedrosa se destacam pelo menos duas pesquisas que abordaram com maior profundidade alguns dos aspectos aqui debatidos: a dissertação de mestrado de Dirlene de Jesus Pereira Rocha (*Mário Pedrosa e o estado bonapartista militarizado no Brasil de 1964*) defendida em 2004 na UEL e a de Josnei Di Carlo (*A interpretação de Mário Pedrosa sobre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964*) defendida na UFSCar em 2013.

Agora o seu papel é evidentemente reacionário, de ataque às mobilizações populares. Essa pequena-burguesia nunca se apresentara como movimento fascista orgânico de massas, mas teve papel importante através do exército. E este busca fazer regredir e não fazer avançar o curso progressista da história. São os funcionários orgânicos da ideologia fascista e dos interesses mais amplos da burguesia, articulando não apenas a pequena burguesia tradicional, mas as massas do campo submetidas como clientelas pela repressão do jaguncismo.

Por outro lado, onde estavam as camadas trabalhadoras assediadas de um lado pelo trabalhismo getulista e o colaboracionismo do PCB que reforçam os traços reformistas do movimento operário e, de outro, pela ofensiva dos bandos fascizantes alinhados aos militares golpistas? Sem uma ação autônoma do movimento operário, a armadilha do bonapartismo poderia novamente fazer um giro a direita como fizera em 1937. Pedrosa resgata essa classe operária que se mobilizava e reagia a partir da situação complexa e concreta que envolvia sua sobrevivência:

Em que pesem as exegeses eruditas dos economistas apologistas do neocapitalismo e o esquecimento do conceito de classe dos teóricos do desenvolvimentismo, a classe operária já sabe que a participação dos salários não lhe é jamais assegurada. Sobre essa primeira constatação se funda o nível inicial de sua consciência de classe. O próprio reformismo do seu comportamento até aqui é a expressão desse nível primário de consciência (PEDROSA, 1966a, p. 289).

Como aqui assinalava, sua consciência política e capacidade de ação política independente como classes foram insuficientes para agrupar um polo social alternativo, revolucionário e anti-fascista capaz de evitar a ditadura que se desenhava.

## **Conclusões**

Se na década de 1930 já se configurava uma tendência a maior centralização do estado brasileiro, condição imposta ao mesmo tempo pelo capitalismo no Brasil e pelas fragilidades da burguesia nacional tanto no plano interno como internacional, a ditadura iniciada em 1964 poderia ser vista como a renúncia e derrota definitiva dos últimos traços

de soberania e autonomia de frações organizadas da burguesia nacional. E isso se expressou no fato de que a burguesia perdeu o controle como classe social do regime bonapartista, agora em mãos da corporação militar alinhada ao autoritarismo estadunidense e disposta a aplicar ou se apoiar em práticas fascistas em toda a sua amplitude. Durante os dois períodos ditatoriais em que Mário Pedrosa se debruçou e analisou a dinâmica da luta de classes e das frações da burguesia brasileira em torno do controle do estado brasileiro o fascismo esteve presente como traço marcante através de práticas e da ação de grupos articulados, embora nunca desfrutando de hegemonia entre as forças políticas conservadoras em geral e nas representações políticas da Direita em particular. Se o bonapartismo militar como caracterizado por Mário Pedrosa era resultado do lugar subordinado e dependente da economia brasileira e da sua classe dominante, o fascismo inserido como ideologia política autoritária entre os militares e setores civis a eles vinculados tornou-se um traço perene nas décadas seguintes ao fim da ditadura de 1964. Grande parte das instituições autoritárias foram preservadas após 1988, permitindo a sobrevivência do fascismo como ideologia em setores marginais. O fascismo agiu sempre como força complementar, de agitação ideológica principalmente entre as camadas da pequena-burguesia mais distanciadas ou claramente hostis às ações do movimento operário e de uma política operária independente. Dessa forma, como em 1937 e 1964, o fascismo é chamado a agir ainda que marginalmente e como discurso, para catalisar e agitar setores conservadores e preparar as condições para um regime claramente autoritário. Em ambos os momentos ditatoriais Mário Pedrosa respondeu reafirmando que a perspectiva da democracia e da liberdade no Brasil estavam nas mãos da sua classe trabalhadora e da capacidade dessa em oferecer uma saída política independente da burguesia brasileira, sendo assim capaz de liderar a nação e assegurar sua democracia. Nesse sentido, Mário Pedrosa segue sendo um pensador atual e capaz de oferecer perspectivas para a superação dos atuais impasses do país.

## **Referências**

ABRAMO, Fúlvio. **A revoada dos galinhas verdes**. São Paulo: Veneta, 2014.

\_\_\_\_\_; KAREPOVS, Dainis (orgs.). **Na contracorrente da História**. São Paulo: Sundermann, 2015.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Mário Pedrosa, antifascista. **A Terra É Redonda**, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/mario-pedrosa-antifascista>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Mário Pedrosa. In: PERICÁS, Luiz; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**, São Paulo: Boitempo, 2014.

DI CARLO, Josnei. **A interpretação de Mário Pedrosa sobre a revolução de 1930 e o golpe de 1964**. Dissertação - São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2013.

KAREPOVS, Dainis. **Pas de politique Mariô!** Mário Pedrosa e a política. São Paulo: Ateliê, 2017.

MARI, Marcelo. **Estética e política em Mário Pedrosa (1930-1950)**. Tese de doutorado, FFLCH - USP, 2006.

MARIE, Jean Jacques. **O trotskismo**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária** - Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. São Paulo: Paz e terra, 1991.

PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

ROCHA, Dirlene de Jesus Pereira. **Mário Pedrosa e o estado bonapartista militarizado no Brasil de 1964**. Dissertação- Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2004.

TROTSKY, Leon. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

VASCONCELOS, Marcelo Ribeiro. **O exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos e os New York Intellectuals: abstracionismo na barbárie**. Tese - Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

## Documentos

Coleção de jornais *O Homem Livre*, maio de 1933 a fevereiro de 1934. A coleção completa está disponível na página do CEMAP/CEDEM da Unesp e no endereço <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/homem/index.htm>.

# A trajetória de Mário Pedrosa em suas primeiras apropriações do marxismo (1919-1931)

Juliana Rodrigues Alves<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa criticamente a trajetória intelectual de Mário Pedrosa ao longo da década de 1920 e início da década de 1930, período em que o autor realiza suas primeiras apropriações do marxismo em busca de uma análise do Brasil. Maior ênfase é dada para “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (1931), texto de Pedrosa em parceria com Lívio Xavier. A identificação de um clima incipiente de difusão e desenvolvimento do marxismo no Brasil, em parte combinado com os passos incertos dos primeiros anos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com as mudanças teóricas da Internacional Comunista, permite compreender as possibilidades concretas de elaboração de análises originais como a que Mário Pedrosa realiza, bem como elucidar os significados mais profundos de sua trajetória.

**Palavras-chave:** Mário Pedrosa; Trotskismo; Partido Comunista do Brasil (PCB); Internacional Comunista.

## Mário Pedrosa's trajectory in his first appropriations of marxism (1919-1931)

## ABSTRACT

This article sought to critically understand the intellectual trajectory of Mário Pedrosa, along the 1920s and in the early 1930s, when he made his first appropriations of marxism in order to develop an analysis of Brazil. Special emphasis is given to “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (1931), written by Pedrosa together with Lívio Xavier. The identification of an incipient climate of the spread of marxism in Brazil, combined with the uncertain steps of the Partido Comunista do Brasil (PCB, Communist Party of Brazil)'s first years and the theoretical changes of the Communist International, allows us to understand the concrete possibilities of elaborating original marxist analysis by Mário Pedrosa, as well as elucidating the deeper meanings of his trajectory.

**Keywords:** Mário Pedrosa; Trotskyism; Communist Party of Brazil (PCB); Communist International.

## Introdução

O presente artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de iniciação científica com apoio do CNPq, realizada entre 2018 e 2019. A pesquisa contou com a análise das primeiras apropriações do marxismo realizadas por Mário Pedrosa ao longo década de 1920 e início da década de 1930, em um contexto também embrionário da história do

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista PIBIC-CNPq na pesquisa “Mário Pedrosa e Caio Prado Jr. em suas primeiras apropriações do marxismo”, sob orientação do Prof. Dr. Bernardo Ricupero. São Paulo. Brasil. Contato: juu.r.alves@gmail.com.

marxismo no Brasil. Assim, o estudo da gênese do pensamento marxista do autor se deu em conjunto com o estabelecimento dos diálogos com o marxismo que começava a despontar no país. São destacados principalmente os textos publicados por Mário Pedrosa em periódicos da época, além de “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (1931), contribuição de maior densidade feita pelo autor no período.

### **A trajetória intelectual e política de Mário Pedrosa (1919-1931)**

A adesão de Mário Pedrosa ao marxismo e ao comunismo nos anos de 1920 conformou-se em meio ao crescimento da atividade intelectual que irradiava da Europa para o mundo, momento de erupção de diversas vanguardas culturais que influenciaram o autor ao longo do período. A influência dessas vanguardas europeias foi fundamental para a inflexão política em direção à esquerda realizada por Mário Pedrosa. Seu pai, Pedro da Cunha Pedrosa, possuía uma trajetória política de longa data, o que permitiu ao filho estar um ambiente rodeado de eventos políticos desde sua infância e adolescência, fazendo com que o nome da família circulasse na imprensa carioca por meio de manifestações de apreço social dos círculos tradicionais de poder. Como aponta Dainis Karepovs (2017, p. 37), o rompimento definitivo de Pedrosa com essa influência doméstica – e o deslocamento em direção ao comunismo – teve como um dos fatores fundamentais o contato com o surrealismo europeu e a revista *Clarté*.

A *Clarté* surgiu na França em novembro de 1921 como principal expoente de um movimento que agregava principalmente manifestantes pacifistas e humanistas, entre os quais se encontrava Romain Rolland, intelectual que exerceu grande influência sobre Pedrosa no início dos anos 1920. Ao longo da década, a revista, progressivamente, converteu-se aos ideais comunistas baseando-se, a partir de 1926, nos quatro primeiros congressos da III Internacional (IC). É também nesse momento que se estabelece a ligação entre o movimento surrealista e a revista.

Já em 1927, a *Clarté* começa a defender as posições da Oposição de Esquerda russa, associando-se definitivamente ao trotskismo a partir de 1928, quando passa a se chamar-se *La Lutte de Classes*. Pedrosa acompanhou assiduamente os debates travados pela revista e, como menciona Karepovs, “não é ocioso destacar que não é mera



coincidência que a trajetória política de Mário Pedrosa, obviamente não com a mesma cronologia, é espelhada à de *Clarté*, passando do comunismo, pelo surrealismo, ao trotskismo” (KAREPOVS, 2017, p. 39). Otilia Arantes (2004, p. 14) também identifica no contato com os surrealistas um importante passo na trajetória de Pedrosa, destacando a viagem do autor a Europa em 1928, onde conheceu pessoalmente Pierre Naville, Louis Aragon e André Breton.

Além da influência exercida pela *Clarté*, destaca-se a importância da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro – instituição frequentada por Pedrosa entre 1919 e 1923 – para a conformação da trajetória do autor. Foi no curso de Direito que conheceu o professor Castro Rebello, em torno do qual alguns estudantes se agrupavam, debatendo questões de cunho social e político. Alguns anos mais tarde, quando procurado pelo PCB, Pedrosa escreve, em carta para Lívio Xavier, que suspeitava ter sido o professor Rebello quem o indicou ao Partido (PEDROSA, 1925a).

A adesão de Pedrosa ao PCB será, portanto, resultado de uma inflexão política realizada no início da década de 1920, momento em que a atuação do Partido e o desenvolvimento das interpretações da III Internacional consolidam-se como elementos contextuais importantes. Assim, cabe mencionar os principais debates travados pelo órgão e pela Internacional nesse momento.

De maneira geral, e especialmente em seus primeiros anos, a preocupação da Internacional Comunista concentrava-se nas tarefas de incentivo à revolução nos países europeus, encarados como lugares a partir de onde a revolução se espalharia. O primeiro momento de diálogo direto da Internacional com a América Latina aconteceu em seu II Congresso Mundial, em 1920, em que maior atenção foi dada para o problema da revolução nos chamados países “coloniais e semicoloniais”. As teses finais desse congresso preconizaram a conjugação da luta dos movimentos de libertação nacional nos países coloniais e semicoloniais à luta da classe operária dos demais países, em direção à derrota do capitalismo. Assim, nos países atrasados os movimentos burgueses de libertação nacional deveriam ser apoiados pela IC e pela classe operária, na medida em que representassem interesses genuinamente revolucionários. O caráter dessa aliança, no entanto, assume formas ambíguas. Ao mesmo tempo em que se reconhece a colaboração entre comunistas e burguesia nacional, adverte-se para que o movimento

operário não deixe de lutar *contra* os democratas-burgueses pela hegemonia e independência política na revolução (Teses do II Congresso da Internacional Comunista, 1973, p. 152-156).

Além das teses acerca das questões nacional e colonial, o II Congresso foi também o responsável por consolidar a cisão entre comunistas e anarquistas ou social-democratas, numa política que ficou conhecida como “estratégia ofensiva a curto prazo”, marcada pelas “21 condições para admissão de um partido comunista à IC”. A ofensiva em direção à social-democracia foi resultado da avaliação da IC a respeito do progresso da Revolução Mundial: apesar das fortes crises do capitalismo e dos processos revolucionários em curso na Europa, a marcha da revolução estaria sendo atrasada pela cooptação de quadros importantes da classe operária pelos partidos social-democratas (ZAIDAN FILHO, 1988, p. 45).

A adesão às “21 condições” por parte do PCB se deu já em seu primeiro congresso, em 1922. Essa anuência, bem como a busca pelo reconhecimento da Internacional, indica a toada dos primeiros anos do Partido, marcados por uma tentativa (por vezes incerta e sinuosa) de firmar uma identidade política e teórica que o diferenciasse do ideário anarquista que fazia parte da história de muitos de seus militantes (ROIO, 2003, p. 73). A cisão com os movimentos social-democratas e anarquistas permanecerá no horizonte do PCB, determinando uma atitude divisionista no seio do movimento operário brasileiro, afastando, por vezes, os próprios comunistas de núcleos importantes do movimento sindical. Paradoxalmente, o forte sectarismo resultante dessa política conviveria, durante a década de 1920, com a política de “frente única”, preconizada pela IC a partir de seu III Congresso, em 1921.

Em 1921, o cenário internacional coloca novos desafios para os dirigentes da IC, isto é, se a revolução no Ocidente não se concretizasse, os comunistas precisariam lidar com a contradição imediata que a conjuntura os apresentava: como adequar a própria existência da IC e os esquemas teóricos propostos até então com o contexto de refreada da revolução mundial? Nesse sentido, as teses do III Congresso da IC passaram a orientar os comunistas para a conquista das grandes massas operárias, disputando espaço com as tendências reformistas que haviam crescido nos últimos anos. Dessa maneira, a luta contra a socialdemocracia sofreria uma mudança tática: os comunistas deveriam

penetrar nos espaços dominados por ela para, assim, aumentar sua influência entre a classe operária. A estratégia indicada para a realização dessa nova tarefa passava a ser a construção de uma “frente única” que unisse os operários – fossem eles comunistas, socialistas ou social-democratas – contra a ofensiva do capitalismo (PINHEIRO, 1991, p. 49).

Quando, em 1924, durante o V Congresso da IC, o PCB conseguiu sua filiação oficial à Internacional, o movimento comunista estava enfrentando uma nova radicalização no que diz respeito à relação com a social-democracia, que passava a ser identificada como uma ala moderada do fascismo. Ao mesmo tempo, contudo, essa radicalização precisava ser conciliada com a tática de frente única, gerando a política que ficou conhecida como “frente única nas bases” (PINHEIRO, 1991, p. 60).

As teses desenvolvidas pela IC foram absorvidas de maneira difusa nos primeiros anos do PCB. Nesse primeiro período, a Internacional não exercia ainda um controle direto sobre as demais seções nacionais, funcionando mais como um centro de orientação. O PCB, por sua vez, lutava para organizar suas bases em meio à clandestinidade, adequando-se precariamente às viradas teóricas dos Congressos mundiais. De alguma maneira, o Partido foi capaz de incorporar a cisão com a social-democracia, nos termos do II Congresso, não sem, no entanto, distanciar-se das bases sindicais, comprometendo, na prática, a tática de frente única. As idas e vindas da Internacional, bem como a imaturidade política do PCB, geraram interpretações contraditórias e políticas imprecisas, que mais tarde culminaram em uma série de mal entendidos.

Quando Mário Pedrosa entrou para o PCB, em setembro de 1925, o Partido havia acabado de realizar o seu II Congresso, em que foram produzidas teses importantes que permaneceriam no horizonte da organização nos anos seguintes. No que se refere à situação nacional, as teses aprovadas pelo Congresso baseavam-se na concepção dualista agrarismo-industrialismo, que identificava, na oposição entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, a principal contradição da sociedade brasileira (PEREIRA, 2012, p. 94).

Essa concepção era dominante entre a direção do Partido e cabe destacar a influência exercida por Octávio Brandão, autor de “Agrarismo e industrialismo”, que

apenas seria publicado em 1926, porém havia sido escrito entre 1924 e 1925. Nele, Brandão utilizou a análise da luta de classes combinada às relações políticas internacionais para caracterizar a economia brasileira dos anos 1920, concebendo-a como profundamente dependente no cenário do mercado mundial. Por meio dessa análise, o autor compreendeu que a sociedade brasileira se encontrava no centro de uma disputa imperialista por influência e dominação econômica, estando de um lado o imperialismo norte-americano, representando o industrialismo, e do outro o imperialismo inglês, representando o agrarismo. Além disso, também estava presente em no livro a caracterização do Brasil como predominantemente feudal. As teses do II Congresso do PCB também refletiam o combate às tendências representadas pela social-democracia – no tom dado pela Internacional – e pelos anarquistas, reforçando a cisão entre comunistas e anarquistas, característica da formação do Partido (CARONE, 1982, p. 39).

No que diz respeito à aliança com a pequena burguesia, as teses do II Congresso do PCB reconhecem o potencial progressista dessa contra a grande burguesia industrial e agrária, recomendando, no entanto, certo distanciamento político desses grupos, neutralizando-os ou cooptando-os. Evidencia-se assim a preocupação com a manutenção da autonomia do proletariado no movimento comunista, discussão também nos termos do V Congresso da IC. É esse contexto que Mário Pedrosa encontrará no Partido em 1925.

O primeiro contato de Mário Pedrosa com o PCB se deu pelo recebimento de três números do jornal “A Classe Operária”, aos quais Pedrosa respondeu com uma carta que, posteriormente, seria publicada na própria revista. Nessa carta, depois intitulada “P. S. B.”, Mário Pedrosa felicita os companheiros comunistas pela redação da revista, que classifica como “órgão legítimo dos interesses e das aspirações coletivas das vastas massas trabalhadoras do Brasil” (PEDROSA, 1925b). Em seguida, o autor faz um alerta para os perigos do reformismo:

Há, entretanto, um fato que convém salientar e sublinhar porque é característico da pequena e da média burguesia: a ilusão reformista. Nunca é demais denunciar o perigo do reformismo. Sobretudo entre nós, onde tudo ainda está por fazer. Podemos dizer, sem medo e sem erro, porque é a verdade,

que a missão do reformismo tem sido a de salvar a sociedade burguesa da transformação social rápida (PEDROSA, 1925b).

O reformismo que Pedrosa criticava era, provavelmente, o do partido socialista de Antônio Evaristo de Moraes, pois em carta a Lívio Xavier, de 8 de julho de 1925, Mário Pedrosa relata o recebimento dos três números de “A Classe Operária” e diz: “Gostei do jornal que esculhambava o partido socialista do Carpenter e do Evaristo.” (PEDROSA, 1925a). No entanto, diante do contexto exposto anteriormente, a resposta de Mário Pedrosa aos comunistas revela-se coerente com as demarcações políticas e teóricas de repúdio a tendências reformistas de caráter social-democrata. Assim, a relevância desse texto, que é provavelmente a primeira manifestação pública de Pedrosa em favor do comunismo (MARQUES NETO, 1993, p. 194), aprofunda-se quando colocada em seu contexto político. É compreensível que o tom das críticas de Pedrosa às tendências reformistas tenha chamado a atenção dos quadros dirigentes do PCB, selando sua aproximação com o Partido.

No PCB, Pedrosa inicialmente dedicou-se à edição da “Revista Proletária”, que tinha como diretor o comunista Mário Grazini, então secretário do Comitê Regional de São Paulo, citado por Pedrosa como um dos primeiros contatos dentro do Partido (PEDROSA, 1925c). No único número publicado da revista, Mário Pedrosa foi responsável pela escrita de dois artigos. O primeiro deles, intitulado “Aos proletários”<sup>2</sup>, dedica-se à apresentação da revista, que pretende tornar-se órgão de expressão das aspirações e interesses da classe proletária. A validade e necessidade desse órgão se explica no pressuposto do qual parte o artigo: no Brasil, a classe proletária encontra-se desorganizada, oprimida e sem consciência.

E é nesse estado de inconsciência que, infelizmente, em sua enorme maioria, até hoje tem vivido o operariado brasileiro: sem coesão, amorfo, sem uma base comum de interesses que lhe dê uma unidade concreta e lhe seja o ponto de partida para a sua atuação como coletividade, e finalmente, para tudo resumir, -- ainda inorganizado (PEDROSA, 1926a, p. 3).

---

<sup>2</sup> No documento original, este texto foi publicado com assinatura de “A Redação”. A autoria à Mário Pedrosa é atribuída por Dainis Karepovs, em KAREPOVS, 2017, p. 253.

A partir desse diagnóstico, toda a argumentação gira em torno da necessidade de oferecer ao proletariado os instrumentos necessários para que esse possa se dar conta da força que possui enquanto classe. O ponto mais interessante, contudo, é a consideração feita a seguir:

O operário brasileiro, por si só, tomado cada um isoladamente, ainda na maneira de viver e até na de sentir e de pensar é um pequeno burguês. Como, pois, desfazer essa semelhança deprimente que subordina o proletário ao pequeno burguês, que faz daquele um copador servil, sem originalidade, deste, e deste, oh irrisão, o alto tipo social em que aquele se mira, aspirando imitá-lo? (PEDROSA, 1926a, p. 4).

Há neste trecho uma aproximação entre o proletariado politicamente inconsciente e a pequena burguesia – confluência que parte de uma caracterização do “modo de sentir e pensar” pequeno-burguês – ao espelho da tendência pequeno-burguesa de vislumbrar-se como burguesia. Evidentemente, o recurso estilístico aqui empregado diz respeito a um artigo essencialmente programático, mas que não deixa, por outro lado, de oferecer uma caracterização nada favorável dessa “classe anfíbia, classe sem caráter, que vive perpetuamente a oscilar, ao léu das vicissitudes econômicas, sociais, financeiras [...]” (PEDROSA, 1926a, p. 4).

O segundo artigo escrito por Pedrosa (1926b) na “Revista Proletária” é uma homenagem a Lenin, por ocasião de seu segundo aniversário de morte. Pedrosa limita-se a exaltar o líder da Revolução Russa e encorajar a continuidade do seu legado, isto é, o desenvolvimento da revolução proletária na Rússia. Para isso, reproduz os deveres leninistas pronunciados por Zinoviev após a morte de Lenin, conclamando os marxistas-leninistas brasileiros a colaborar com os bolcheviques em direção à realização do objetivo comum: a revolução.

Nesse período, Pedrosa contribuiu também com dois informes para o periódico “O Internacional” sobre a greve geral de 1926 na Inglaterra. Os textos são: “A Luta de classes na Inglaterra” e “Por que foi suspensa a greve geral na Inglaterra”, publicados, respectivamente, nos números 106, de 10 de julho de 1926, e 107, de 20 de julho do mesmo ano. Nos textos, o autor condena a política dos dirigentes do Conselho Geral dos Trade

Unions, acusando-os de capitularem frente aos interesses do governo e dos patrões, colocando fim à greve:

Muita gente pensa que a greve geral na Inglaterra terminou porque os operários quiseram. Não: hoje está provado que foi a traição dos chefes do Conselho Geral dos Trade Unions que causou a terminação da greve. É preciso que o proletariado brasileiro saiba o que se passou, para poder aproveitar a lição e não consentir que suas organizações de classe, os seus sindicatos, caiam nas mãos de homens fracos, sem consciência de classe e que tenham medo da luta (PEDROSA, 1926d).

É interessante apontar que, em “Aos proletários”, Pedrosa já havia tecido uma crítica à política dos *Trade Unions* do *Labor Party* inglês:

Armado com essa doutrina [a ideologia comunista], a consciência de classe dos trabalhadores nunca há de se turbar com ilusões reformistas, com a estreiteza egoísta de certas doutrinas que só visam o interesse imediato como o trade-unionismo, (que nunca há de libertar o proletário do jugo capitalista) e conduzem fatalmente o trabalhador à contaminação da ideologia burguesa, apagada nele sua dignificadora origem de classe, tornando-o pequeno burguês (PEDROSA, 1926a, p. 3).

Como veremos, a crítica de Pedrosa aos dirigentes dos *Trade Unions* será aprofundada, no início da década de 1930, de acordo com as ideias da Oposição de Esquerda, estendendo-se à política do Comitê Anglo-Russo e, especialmente, à atuação de Stalin diante do episódio. Por ora, cabe demonstrar que, já em 1926, o autor acompanhava atentamente os acontecimentos internacionais e assumia diante deles uma postura crítica, que mais tarde o levaria à identificação com o trotskismo. Assim, a ruptura de Pedrosa com o PCB deve ser vista, de certa maneira, como a continuidade de uma postura independente pela qual o intelectual comunista sempre prezou. Como aponta Marques Neto, as cartas que Pedrosa trocou com Lívio Xavier em 1926 demonstram que:

(...) o conflito entre o intelectual e o militante já está presente. [...] De uma parte, ele não se admite fora da atividade política: “[...] Como acreditar no proletariado ocidental vendo-se o que se vê, sendo-se intelectual burguês, embora diga-se revolucionário... conservando-se fora da política”. De outra parte, não abre mão de sua independência intelectual. (MARQUES NETO, 1993, p. 195)

Em novembro de 1927, Mário Pedrosa foi escolhido pelo PCB para ser enviado a Moscou, a fim de frequentar a Escola Leninista Internacional, curso de formação para militantes da Internacional. O intelectual comunista ficaria na Europa até 1929, nunca chegando a realmente ir para Moscou. Inicialmente, Pedrosa permaneceu em Berlim e foi ao longo dessa viagem que entrou em contato direto com os debates do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que nesse momento enfrentava um agravamento da tensão entre o grupo de Stalin e a Oposição de Esquerda russa. Assim, decidiu permanecer na Alemanha, militando no Partido Comunista Alemão e aderindo finalmente às propostas do grupo oposicionista. O período que Pedrosa passou na Europa foi marcado por diversas crises no movimento comunista internacional e brasileiro. Cabe mencionar, especialmente, as mudanças provocadas pelo V Congresso da Internacional Comunista.

O VI Congresso da IC, em 1928, representou uma virada tática e teórica que refletiu uma nova política para a América Latina. Nele, as teses sobre a revolução burguesa nos países coloniais e semicoloniais sofreram mudanças, especialmente em razão do fracasso da aliança entre comunistas e nacionalistas na China – movimento encorajado pela Internacional nos termos do II Congresso. A partir da percepção do fracasso da estratégia da revolução na China, a Internacional passa a compreender que os erros cometidos pelo PC chinês partiram de uma avaliação incorreta acerca do caráter essencialmente reformista dos movimentos encabeçados pela burguesia nacional (Teses do VI Congresso da Internacional Comunista, 1977, p. 209).

Além disso, o reconhecimento da ligação entre as burguesias nacionais dos países coloniais, semicoloniais e dependentes com os interesses da grande propriedade rural, por um lado, e do imperialismo norte-americano, por outro, levou a IC ao diagnóstico da incapacidade revolucionária dos movimentos nacionalistas burgueses. Dessa maneira, ela considera que o movimento comunista não deveria depositar na pequena burguesia a direção da revolução democrático-pequeno-burguesa, participando e prezando pela sua hegemonia nos movimentos anti-imperialistas e de libertação nacional (Teses do VI Congresso da Internacional Comunista, 1977, p. 218).

Por fim, com a identificação da revolução democrático-burguesa como principal tarefa dos comunistas, a IC colocava a possibilidade de que a revolução socialista nas



colônias e semicolônias – lugares sob o jugo da dominação externa e marcados pela existência de relações feudais e pré-capitalistas – se realizasse sem que a “fase capitalista” do desenvolvimento das forças produtivas fosse necessária (Teses do VI Congresso da Internacional Comunista, 1977, p. 194).

A virada teórica da IC, em 1928, teve, portanto, como uma de suas bases, o novo tratamento dado aos movimentos social-democratas, rejeitando a tática de colaboração com as burguesias nacionais que era encorajada nos termos do II Congresso (PINHEIRO, 1991, p. 165). Parte significativa dessa radicalização pode ser compreendida pelo novo lugar que a União Soviética passou a ocupar nas análises a respeito do desenvolvimento da revolução mundial. A partir do VI Congresso, a defesa da União Soviética é marcadamente apresentada como condição necessária para a libertação dos demais países. Nesse sentido, a luta contra o imperialismo nas colônias e semicolônias é vista como braço de apoio da luta que a própria União Soviética travava contra os Estados Unidos. Esse ponto reflete, em parte, a forte crise econômica e social que o Estado soviético enfrentava desde o final da Primeira Guerra Mundial, combinada com uma crise interna do PCUS envolvendo a Oposição de Esquerda, articulada por Trotsky, e o grupo de Stálin, então secretário geral do Partido.

Uma das principais bases teóricas em que se construiu o pensamento oposicionista na União Soviética diz respeito ao caráter internacionalista da revolução. Partindo dos escritos de Marx, especialmente do “Manifesto comunista”, os militantes alinhados a Trotsky compreendiam a internacionalização da revolução como ponto vital para a própria sobrevivência do Estado soviético. No contexto do isolamento internacional cada vez maior enfrentado pela Rússia soviética (MARQUES NETO, 1993, p. 36), aumenta o apelo de Trotsky pela revolução permanente e a necessidade de que o PCUS e a Internacional Comunista funcionassem como polos difusores e de apoio aos outros países.

Já Stalin, opondo-se às teses internacionalistas, entrou no debate formulando as bases do que seria a teoria do “socialismo num só país”, baseada na ideia de que o desenvolvimento desigual do capitalismo justificava o desenvolvimento isolado do socialismo em cada país.

Assim, a análise acerca da revolução mundial sofre uma mudança brusca, transformando em tarefa dos comunistas de todo o mundo a defesa da própria União Soviética em primeiro lugar: “A teoria do socialismo num só país, convertida em fundamento teórico da estratégia da Internacional Comunista, significava, em resumo, subordinar a revolução mundial – em cada uma de suas fases e episódios – às exigências da construção do socialismo na URSS” (CLAUDÍN, 2013, p. 97).

No que diz respeito ao PCB, as teses elaboradas no VI Congresso marcaram uma inflexão na política da IC em relação ao Partido, e é nesse contexto que se dá a crise interna que culminou no fim do chamado “primeiro período” do PCB, sendo marcada pelo episódio da Oposição Sindical. A tensão se estabeleceu entre a direção do Partido, de um lado, e Joaquim Barbosa e Joaquim da Costa Pimenta, de outro, responsabilizados pelos erros na política sindical do PCB. A polêmica se alastrou entre os militantes do Partido e Joaquim Barbosa conseguiu reunir em torno de si um grupo oposicionista que viria a compor a primeira grande cisão do PCB (ROIO, 1990, pp. 47-51). Esse episódio é de extrema importância se levarmos em conta que entre os dissidentes encontravam-se militantes que mais tarde entraram para o Grupo Comunista Lênin (GCL), organizado por Mário Pedrosa como braço da Oposição de Esquerda no Brasil. Cabe destacar os nomes de Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Wenceslau Escobar Azambuja e Octaviano du Pin Galvão.

A crise vivida pelo movimento comunista, tanto em seu componente nacional – no PCB – quanto em seu componente externo – no PCUS – conformou a saída de Pedrosa do PC brasileiro e seu alinhamento com as ideias da Oposição de Esquerda.

Em 1929, após passar um período na França, Mário Pedrosa finalmente retornou ao Brasil. Durante todos os episódios que envolveram a crise interna do PCB, o militante manteve contato com Lívio Xavier, ao mesmo tempo informando-o dos desdobramentos da Oposição de Esquerda russa (KAREPOVS, 2017, p. 48). Essa aproximação com os acontecimentos no PCB, os desdobramentos da Oposição de Esquerda no movimento comunista internacional e o período de militância no Partido Comunista Alemão e no Partido Comunista Francês forneceram a Pedrosa os elementos necessários para organizar a Oposição Brasileira.

A adesão de Pedrosa à Oposição de Esquerda deve ser compreendida como o resultado de múltiplos fatores que se iniciam com o conhecimento das divergências políticas entre Trotsky e o grupo de Stalin no PCUS. A adesão de Pedrosa e a própria configuração da Oposição de Esquerda no Brasil deram-se, portanto, de maneira indissociável ao contexto internacional de disputa no comunismo soviético, que tem seu ápice na consolidação das ideias de Stalin e consequente expulsão de Trotsky do PCUS, em 1927, e da União Soviética, em 1928. O exílio de Trotsky, em janeiro de 1928, iniciou uma nova fase para a Oposição no mundo todo. O militante passou a dar mais atenção aos núcleos oposicionistas de outros países, fornecendo um impulso para a organização da Oposição Internacional de Esquerda (OIE). Data desse momento, por exemplo, a mudança da revista *Clarté* para *La Lutte de Classes*, demarcando sua posição oposicionista de forma mais veemente.

Como vimos, o contato do grupo de Pedrosa com as questões levantadas pela oposição por meio de publicações como a *Clarté* foi um fator determinante para a entrada no campo oposicionista. Essa característica revelou uma situação de independência e autonomia importante no que diz respeito à seção brasileira, bem como de outras seções nacionais, especialmente na América Latina. Ao tomar conhecimento dos debates veiculados pelas revistas de oposição, os militantes de países como o Brasil tiveram acesso a pontos de vistas diferentes sobre as discussões mais importantes, que não funcionavam como uma diretiva concreta e programática para a atuação política em seus países. Além disso, como analisou Marques Neto (1993, p. 50), o grupo brasileiro tinha um contato direto escasso, para não dizer quase nulo, com o secretariado internacional da oposição.

Por outro lado, não é possível deslocar a formação da Oposição de Esquerda Brasileira do contexto nacional, especialmente no que diz respeito ao PCB. Assim, deve estar claro que o processo de formação dessa organização teve estreita ligação com as tensões desenvolvidas no interior do Partido e se dilataram com os episódios da busca da aliança com Prestes, em 1927, com a Oposição Sindical e a cisão de 1928.

Apesar de todas as dissensões ocorridas no movimento comunista brasileiro, como descrito anteriormente, quando Pedrosa retornou ao Brasil em julho de 1929 encontrou o grupo de dissidentes do PCB desorganizados e dispersos. Sua primeira

tarefa foi reunir os militantes em torno dos argumentos apresentados pela Oposição de Esquerda, formando um grupo de debates que pudesse homogeneizar os comunistas dispersos e heterogêneos em direção a uma opção teórica comum. Os opositoristas brasileiros organizaram-se seguindo três questões principais: a política do comitê anglo-russo; a Revolução Chinesa; e a crítica à teoria do “socialismo num só país”, que teve seu contraponto na teoria da revolução permanente formulada por Trotsky em 1906 e atualizada em 1930. (MARQUES NETO, 1993, p. 51).

Os opositoristas fundaram então, em 1930, o Grupo Comunista Lênin, primeira organização trotskista brasileira. Da mesma maneira que a Oposição Internacional de Esquerda, o GCL colocava-se como fração do PCB, buscando reorientar sua política. Imediatamente, o grupo apresentou-se ao Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda e lançou, em 8 de maio, o jornal “A Luta de Classe”, que funcionaria como publicação oficial do órgão. Como aponta Karepovs (2017, p. 50), durante seus dez meses de duração, o GCL dedicou-se, pelas páginas de “A Luta de Classe”, a debater a orientação política do PCB, apresentar as posições da Oposição de Esquerda e, principalmente, analisar e compreender a realidade nacional. Foi durante esse período que Mário Pedrosa, junto a Lívio Xavier, escreveu “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil<sup>3</sup>”, texto que consolidou as bases teóricas da Oposição brasileira. A seguir são analisados os principais pontos abordados por Pedrosa e Xavier.

Mário Pedrosa e Lívio Xavier iniciam o “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” com uma interpretação do processo de colonização do “Novo Mundo”. A argumentação dos autores evidencia a utilização da análise desenvolvida por Marx no capítulo sobre a teoria moderna da colonização presente em “O capital” (2013): diante da abundância de terras existentes nas colônias, a burguesia da metrópole se vê obrigada a produzir a dependência do trabalhador em relação ao capitalista de maneira artificial, isto é, se apropriando das terras livres de forma a

---

<sup>3</sup> Este texto, datado de 12 de outubro de 1930, foi publicado no Brasil e na França, nas revistas *A Luta de Classe* n. 6 e *La Lutte de Classes* n. 28-29, respectivamente, ambas de fevereiro/março de 1931. Nesta pesquisa, optei por utilizar a versão publicada na revista brasileira, disponível para consulta no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem). Versão publicada em livro pode ser encontrada em: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (orgs.). Na contracorrente da história: Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 (tradução da versão em francês por Fúlvio Abramo).

introduzir a propriedade privada. Como Marx (2013, pp. 835-844), é dessa maneira que Pedrosa e Xavier descrevem a “colonização sistemática” (1931, p. 3).

No Brasil, esse processo artificial de colonização primitiva foi coroado, para os autores, com a abolição da escravidão, responsável por transformar o escravo em assalariado do campo e abastecer o mercado de trabalho de mão de obra livre para a indústria cafeeira. Em nota de rodapé, desenvolvem uma interessante formulação no sentido de que a abolição da escravidão é vista como “expressão jurídica de um processo econômico de que podemos compreender claramente a evolução, a partir de 1884, época em que a imigração aumentou progressivamente, apoiada em abundantes subsídios dados pelo Império.” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 3). Evidencia-se, nessa passagem, uma interpretação de cunho marcadamente materialista, que identifica na Abolição a expressão política de uma mudança de base econômica.

O resultado da implantação deste modelo colonial é apontado com clareza: diante da inexistência de terras livres e da exploração de mão de obra escrava, o Brasil constitui-se numa vasta exploração agrícola cujo produto destina-se aos mercados externos. Assim, Pedrosa e Xavier identificam, na formação colonial brasileira, uma “forma peculiar de feudalismo”, que se destaca por sua particularidade em relação às demais colônias da América Latina, onde a inexistência de agricultura organizada levou à luta contra o monopólio espanhol. A caracterização da formação econômica brasileira no período colonial como um feudalismo peculiar dialoga com as interpretações da III Internacional e do PCB. Mesmo que Pedrosa e Xavier afastem-se enfaticamente dessas formulações, questionando a identificação absoluta do esquema feudal para o Brasil, é evidente que a analogia com o desenvolvimento europeu encontra ecos em pontos frágeis do texto.

No entanto, o pequeno texto não deixa de fazer alguns apontamentos pioneiros, identificando no caráter exportador e agrícola da economia colonial a fonte de uma formação social e política de caráter particular, em que o processo de desenvolvimento do capitalismo se alimenta da abolição da escravidão para proclamar burgueses, os grandes latifundiários. Pedrosa e Xavier identificam no desenvolvimento da agricultura cafeeira o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil, resultado do esgotamento do sistema colonial de base escravocrata.

Os autores realizam, portanto, um duplo movimento. A predominância da grande exploração rural baseada na mão de obra escrava caracteriza um sistema colonial de caráter exportador. Por sua vez, o tipo de exploração determinará as bases do desenvolvimento capitalista implementadas pela economia cafeeira, marcada também pela grande produção e, na palavra dos autores, “dependente, desde o seu começo, do mercado mundial”. A partir dessa análise, a República brasileira é vista como resultado do esgotamento do sistema social e econômico baseado na exploração de mão de obra escrava. A substituição dos escravizados pelo imigrante, por sua vez, caracteriza a base da acumulação primitiva no país.

Para particularizar a burguesia brasileira, os autores partem de uma análise sobre o caráter econômico brasileiro, que culmina em uma interpretação original da presença imperialista. Se os esquemas interpretativos do PCB se restringiam à oposição entre a burguesia industrial e agrária – divididas com base nos interesses imperialistas a que respondiam –, Pedrosa e Xavier, de outro modo, partem do pressuposto de que a atividade econômica brasileira, desde o período colonial, sempre esteve voltada ao mercado externo: “A burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade. A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 3).

Assim, sem negar a penetração crescente do imperialismo no país, os autores encontram a justificativa para a dependência econômica brasileira na gênese de sua formação colonial. Nesse cenário, o imperialismo é apresentado antes como consequência da constituição econômica e social do país do que como causa. Essa afirmação não deve, contudo, ser compreendida à maneira de uma relação causal. O argumento mobilizado pelos autores é, essencialmente, dialético, relacionando as condições externas do capitalismo com as alterações na base econômica nacional e encontrando nestas últimas as possibilidades para as primeiras. A partir dessa compreensão do imperialismo, é identificada a incapacidade revolucionária das burguesias nacionais:

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e dependentes, e impede que o desenvolvimento capitalista se processe normalmente, não permitindo que esse desenvolvimento se faça

formalmente dentro dos limites do Estado. A burguesia nacional desses países não tem por isso uma base econômica estável para construir uma superestrutura política e social progressiva (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 3).

Portanto, incapaz de desenvolver sua autonomia política frente ao imperialismo, a burguesia nacional assume um caráter reacionário, recorrendo à defesa de governos fortes e à negação do liberalismo como forma de defender a si própria. Evidentemente, qualquer concepção teórica que condicione a revolução democrático-burguesa, em países como o Brasil, à ação das burguesias nacionais não encontra respaldo na análise de Pedrosa e Xavier.

Como consequência do desenvolvimento do capitalismo nessas condições, o Estado assume papel essencial no aprofundamento da industrialização: “a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 3). Essa característica se chocará de frente com a forma federativa do Estado: ao mesmo tempo em que o avanço do capitalismo depende da centralização do poder no Executivo, a forma política federativa leva as frações burguesas de cada estado a perseguirem interesses imediatos, desvinculados de seus interesses de classe.

É a partir dessa chave que a disputa de 1930 será compreendida. A burguesia paulista consolidou-se na medida em que se aprofundou o desenvolvimento capitalista baseado na centralização. Tal desenvolvimento capitalista, no entanto, se expandiu para outros estados, fazendo com que “as situações dominantes nesses estados queiram participar cada vez mais, em pé de igualdade, do aparelho do governo central” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 3). Assim, a Revolução de 1930 é compreendida como expressão máxima da contradição entre centralização e federação na formação brasileira. É importante ressaltar, no entanto, que o texto foi redigido antes da explosão da revolta em outubro de 1930, revelando a percepção aguçada dos autores, que preveem as principais motivações políticas que levariam ao conflito.

Cabe lembrar que, seguindo o esquema interpretativo da Internacional Comunista, as principais análises sobre a Revolução de 1930 desenvolvidas no interior do PCB identificaram o conflito como resultado da disputa entre o imperialismo inglês – representado pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e Washington Luís – e o imperialismo norte-americano – representado pela Aliança Liberal. Assim, a

interpretação de Pedrosa e Xavier destaca-se por superar a concepção essencialmente dualista do PCB e da Internacional, negando a disputa esquemática entre o imperialismo inglês e o norte-americano. Além disso, como aponta Marques Neto (1993), a visão dos trotskistas a respeito da revolução teve diversos pontos incorporados pela literatura especializada dos anos posteriores, consolidando-se como uma das mais correntes na produção acadêmica sobre o tema.

Por fim, cabe dizer que ao longo da argumentação desenvolvida por Pedrosa e Xavier evidencia-se o arcabouço teórico trotskista: as análises acerca do desenvolvimento do capitalismo nos estados brasileiros ecoam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, além da retomada de alguns argumentos do líder opositorista sobre a Rússia czarista (KAREPOVS; MARQUES NETO, 2007, p. 246). Além disso, Pedrosa e Xavier citam “O 18 brumário de Luís Bonaparte” (2011), de Marx, incorporando a análise de frações de classe como ponto-chave da sua interpretação.

### **Considerações finais**

A análise mobilizada anteriormente teve como objetivo esclarecer o contexto político e social em que Mário Pedrosa realizou suas primeiras apropriações do marxismo, permitindo a identificação dos significados, diálogos e particularidades da produção acadêmica do autor no período que compreende a década de 1920 e início de 1930. Nesse sentido, “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” foi mobilizado como exemplo da consolidação do marxismo enquanto opção teórica e política na trajetória do autor.

No que diz respeito ao cenário geral, a reconstrução do panorama histórico permitiu a definição do clima ainda incipiente de difusão do marxismo no Brasil no período em questão. Em grande parte determinado pelos passos incertos dos primeiros anos do Partido Comunista Brasil, o quadro teórico identificado como marxista é, nesse período, amplo e impreciso. Nesse contexto, a tentativa pioneira de interpretação marxista da realidade brasileira realizada por Octávio Brandão foi, sem demora, assimilada pelo PCB, figurando como base teórica de seus primeiros anos e, de certa



forma, estabelecendo os limites dos exames a serem realizados pelos comunistas a partir de então. De certa maneira, esse ambiente engendrou as possibilidades concretas de elaboração de análises marxistas originais por Mário Pedrosa. Por outro lado, a flexibilidade encontrada por Pedrosa no seio do movimento comunista foi acentuada pelo distanciamento da Internacional Comunista, que em seus primeiros anos concentrou-se nos países que compunham o centro do mundo, relegando à América Latina uma atenção imprecisa.

Em conclusão, no que diz respeito aos significados particulares de “Esboço...” na trajetória de Mário Pedrosa, é importante mencionar que, ao mesmo tempo em que o texto inicia uma tradição teórica que será seguida pelas vertentes trotskistas após 1931, ele foi uma das últimas contribuições intelectuais de Pedrosa na primeira fase de sua carreira. Isso porque a partir de 1933 se dedicará à crítica de arte, sem, no entanto, se desligar da militância política.

## Referências

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.). **Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ARANTES, Otilia B. F. **Mário Pedrosa: itinerário crítico**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

INTERNACIONAL COMUNISTA. Segundo Congreso: tesis y adiciones sobre los problemas nacional y colonial. *In: Los Cuatro Primeros Congresos de La Internacional Comunista*. Argentina: **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 43, 1. ed., 1973.

\_\_\_\_\_. Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semicolonias. *In: VI Congreso de la Internacional Comunista*. México: **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 66, 1977.

KAREPOVS, Dainis. **Pas de politique mariô! Mário Pedrosa e a política**. São Paulo: Ateliê Editorial/Fundação Perseu Abramo, 2017.

\_\_\_\_\_; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). *In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.)*. **História do**

**marxismo no Brasil:** partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. Vol. 5.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O II Congresso do P.C.B. Informe republicado pelo PCB no periódico *Classe Operária*, ano I, n. 11, 8 maio 1946. Ver reprodução em: CARONE, Edgar. **O P.C.B. (1922 a 1943).** São Paulo: Editora Difel, 1982. Vol. 1. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB (1922-1928).** São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Anita Garibaldi, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão:** a revolução mundial e o Brasil (1922 - 1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROIO, Marcos Del. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) **História do marxismo no Brasil:** o impacto das revoluções. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. **A classe operária na revolução burguesa:** a política de alianças do PCB (1928-1935). Belo Horizonte, 1990.

Z Aidan Filho, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929).** São Paulo: Vértice, 1988.

### **Cartas, textos e artigos de Mário Pedrosa**

Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier, 29 jul. 1925c. Disponível no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier, São Paulo, 8 jul. 1925a. Original encontra-se no acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

PEDROSA, Mário. **P.S.B.** Periódico *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, n. 12, 18 jul. 1925b. A transcrição do texto foi gentilmente fornecida pelo Prof. Dr. Dainis Karepovs, diante da impossibilidade de localizar o documento original que se encontra no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

\_\_\_\_\_. (assinado “A Redação”) **Aos proletários**. *Revista Proletária*. São Paulo, n. 1, 21 jan. 1926a, p. 3. O original encontra-se no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

\_\_\_\_\_. (assinado com pseudônimo de Spartacus) **Segundo aniversário da morte de Lenine**. *Revista Proletária*, São Paulo, n. 1, 21 jan. 1926b, p. 6. O original encontra-se no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

\_\_\_\_\_. (assinado M.P.) **A luta de classes na Inglaterra**. Periódico *O Internacional*, São Paulo, n. 107, 29 jul. 1926c. O original encontra-se no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

\_\_\_\_\_. (assinado M.P.) **Por que foi suspensa a greve geral na Inglaterra**. Periódico *O Internacional*, São Paulo, n. 107, 29 jul. 1926d. O original encontra-se no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

\_\_\_\_\_; XAVIER; Lívio. **Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil**. *Revista A Luta de Classes*, n. 6, fev./mar. 1931. O original encontra-se no Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem).

# ***Gestalttheorie*, Mário Pedrosa y el arte concreto argentino: un capítulo de la historia de la psicologización del estudio de la forma y el color en el arte<sup>1</sup>**

María Cecilia Grassi

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMEN

Mário Pedrosa constituye una figura clave en la historia cultural de Brasil. En este artículo analizamos en clave histórico-crítica su faceta de crítico de arte y su propuesta teórica de articulación de la *Gestalttheorie* y el arte y su circulación en el arte concreto argentino en las décadas de 1940 y 1950. Para ello, se analizan dos trabajos fundamentales sobre el tema teniendo en cuenta la centralidad del primero y la función de apéndice del segundo. Se trata de su tesis de 1949 *Da natureza afetiva da obra na arte y Forma e personalidade* de 1951. Mostramos cómo a partir de los intercambios surgidos entre Brasil y Argentina, sus ideas formaron parte del acervo de los artistas del último país aunque con diferencias en el enfoque del tópico de la forma: mientras Pedrosa reforzaba sus aspectos expresivos, los argentinos justificaban la universalidad en relación a los aspectos objetivos o racionales de la misma. Por último, se sugiere la importancia de analizar la circulación del ideario Pedrosa para situar sus aportes y originalidad en el campo de una historia de la psicología que canoniza la figura de Arnheim y olvida las propuestas surgidas en las periferias.

**Palabras-clave:** Pedrosa; Arte abstracto; Psicología; Estética.

## ***Gestalttheorie*, Mario Pedrosa e a Arte Concreta Argentina: um capítulo na história da psicologização do estudo da forma e da cor na arte**

## RESUMO

Mário Pedrosa é uma figura-chave na história cultural do Brasil. Neste artigo analisamos em um tom histórico-crítico sua faceta como crítico de arte e sua proposta teórica para a articulação da *Gestalttheorie* e a arte e sua circulação na arte concreta argentina nas décadas de 1940 e 1950. Para tanto, são analisadas duas obras fundamentais sobre o assunto levando em conta a centralidade do primeiro e a função de apéndice do segundo. Trata-se de sua tese de 1949 *Da natureza afetiva da obra na arte e Forma e personalidade* de 1951. Mostramos como a partir das trocas que surgiram entre o Brasil e a Argentina, suas idéias passaram a fazer parte do acervo de artistas do último país, embora com diferenças em a abordagem ao tema da forma: enquanto Pedrosa reforçava seus aspectos expressivos, os argentinos justificavam a universalidade em relação aos aspectos objetivos ou racionais dela. Por fim, sugere-se a importância de analisar a circulação da ideologia de Pedrosa em pesquisas futuras para situar

<sup>1</sup> Este artículo se basa en uno de los capítulos de mi tesis titulado “La traducción de la traducción: la *Gestalttheorie* a través de Grete Stern, los *Bauhausbücher* y Mário Pedrosa” (Grassi, 2019). A su vez, se enmarca en el Proyecto de Investigación “Psicología y Orden Social: Controversias teórico políticas en las intervenciones de la Psicología en la Argentina (1900-1990)”, UNLP dirigido por la Dra. Ana María Talak.

suas contribuições e originalidade no campo de uma história da psicologia que canoniza a figura de Arnheim e esquece as propostas que surgiram nas periferias.

**Palavras-chave:** Pedrosa; Arte abstrata; Psicologia; Estética.

### ***Gestalttheorie*, Mário Pedrosa and Argentinean Concrete Art: A Chapter in the History of the Psychologization of the Study of Form and Color in Art**

#### **ABSTRACT**

Mário Pedrosa is a key figure in Brazilian cultural history. In this article we analyze in a historical-critical key his facet as an art critic and his theoretical proposal of articulation of Gestalttheorie and art and its circulation in Argentinean Concrete art in the 1940s and 1950s. For this, two fundamental works on the subject are analyzed taking into account the centrality of the former and the function of appendix of the latter. These are his thesis from 1949 *Da natureza afetiva da obra na arte* and *Forma e personalidade* from 1951. Based on the exchanges that emerged between Brazil and Argentina, we show how his ideas became part of the document collection of artists from the last country, although with differences in the approach to the topic of form: while Pedrosa reinforced its expressive aspects, Argentinean artists justified universality in relation to the objective or rational aspects of it. Finally, as a suggestion for future research, we point out the importance of analyzing the circulation of the Pedrosa ideology to place his contributions and originality in the field of a history of psychology, which in general canonizes the figure of Arnheim and forgets the proposals that emerged in the peripheries.

**Key words:** Pedrosa; Abstract art; Psychology; Aesthetics.

#### **Introducción**

A principios del siglo XX, el arte abstracto de movimientos como el Constructivismo ruso, el Neoplasticismo holandés o la Bauhaus recurrió a la psicología para justificar sus ideas y experimentar en las obras de arte. En esos años se dio en el arte abstracto un proceso que hemos denominado *psicologización del estudio de la forma y el color*, que supuso la apelación a discursos psicológicos (en especial de la *Gestalttheorie*) para la experimentación y la fundamentación de los programas abstractos que cuestionaban la hegemonía del arte representativo. En Buenos Aires (Argentina) durante las décadas de 1940 y 1950, un grupo de jóvenes artistas crearon diferentes movimientos de arte abstracto como la Asociación Arte Concreto Invención [Asociación Arte Concreto-Invención o AACI], Madí o Perceptismo. Estos movimientos privilegiaron los aspectos racionales y objetivos de la obra de arte e hicieron que la forma y el color fueran los elementos principales de la pintura. Junto a otros discursos científicos como el de la física, la *Gestalttheorie* tuvo en ellos un lugar específico en la trama argumentativa que

justificaba tanto las prácticas artísticas de sus integrantes como sus elaboraciones teóricas. En una investigación previa hemos calificado como “latente” a la presencia de estos discursos psicológicos en el arte concreto argentino debido a la forma particular de inclusión en los textos, manifiestos y demás escritos realizados por los artistas de los diferentes movimientos. Esta latencia que se refleja en la ausencia de referencias bibliográficas o en las menciones de ideas o conceptos pero no de sus autores, daría cuenta de *regímenes estéticos de circulación epistémica* específicos que muestran la presencia de la *Gestalttheorie* a la vez que ocultan las fuentes o los autores a los que se apela (GRASSI, 2019).

Enfocados en las vías de recepción y de traducción por fuera del circuito académico que se establecieron entre la *Gestalttheorie* y el arte abstracto argentino durante las décadas de 1940 y 1950, en este artículo abordaremos los contactos de los artistas concretos argentinos con Mario Pedrosa en los años '50 y cuáles fueron las ideas de Pedrosa que pasaron a formar parte de la retórica de los primeros. De las múltiples facetas de Pedrosa, aquí consideraremos su rol como crítico de arte y en especial sus desarrollos sobre los vínculos entre arte y *Gestalttheorie*.

En 1951, Tomás Maldonado y Lidy Prati, ambos artistas abstractos argentinos, viajaron a Brasil y estuvieron en contacto con Pedrosa y con artistas abstractos brasileños como Geraldo De Barros y Waldemar Cordeiro. En ese encuentro y en sucesivos intercambios (que incluyeron cartas y publicaciones cruzadas) (GARCÍA, 2011) es que situamos el aporte de Pedrosa a las búsquedas argentinas ligadas a la *Gestalttheorie* en artistas como Prati, Alfredo Hlito o Raúl Lozza.

El material analizado en clave histórico-crítica a raíz de esos intercambios, consiste dos escritos de Pedrosa sobre el tema para mostrar la originalidad y la solidez de un planteo que articuló *Gestalttheorie* y arte y que en la historia de la psicología es un tópico aún poco indagado. Se trata, en orden cronológico, de *Da natureza afetiva da forma na obra de arte* (1949) y *Forma e personalidade* (1951). Aunque otras psicologías hayan sido consideradas por Pedrosa, analizaremos *Da natureza afetiva...* como texto fuente principal y *Forma e personalidade* como complemento en función de las continuidades en los temas de la *Gestalttheorie* en ambos.

*Da natureza afetiva da forma na obra de arte* fue la tesis que defendió en el

concurso de la cátedra de Historia del Arte y Estética de la facultad Nacional de Arquitectura de Río de Janeiro en 1949 en donde articulaba las leyes de la percepción con la experiencia estética a través del estudio de la forma. *Forma e personalidade* fue un libro publicado por el Ministerio de Educación y Salud en 1951 y si bien allí considera algunos desarrollos de la *Gestalttheorie*, es un texto en el que se advierte una mayor atención a otros desarrollos como los de Heinz Werner sobre la percepción fisionómica y las ideas de Hans Prinzhorn (CABANAS, 2018)<sup>2</sup>.

Otra razón para su consideración en conjunto es que ambos textos serían publicados en 1979 en su libro *Arte, Forma e Personalidade* a pedido del propio Pedrosa. Otília Beatriz Fiori Arantes (1995) recuerda que él consideraba este ensayo como un escrito complementario a su tesis (*Da natureza afetiva da forma na obra de arte*), prácticamente como un apéndice.

Durante las décadas de 1940 y 1950, en el contexto de una serie de intercambios culturales y relaciones interpersonales establecidas en diversos viajes (y continuadas a través de correspondencia), Argentina y Brasil contaron con instituciones, artistas, críticos y publicaciones que fueron agentes activos en la circulación del arte abstracto en la región. Este circuito implicó también la circulación de los usos de los discursos científicos en el arte -entre ellos, la psicología- que las diferentes propuestas hacían; de ahí, la importancia de Pedrosa para pensar en estos cruces.

Por el lado institucional, podemos mencionar el Instituto de Arte Moderno de Buenos Aires y el *Museu de Arte Moderna* de San Pablo que compartieron en 1949 la muestra *Do Figurativismo ao Abstracionismo*<sup>3</sup>. Esta muestra que constituía un panorama del arte no figurativo europeo (mayormente francés), inauguró ambos

---

<sup>2</sup> Cabanas (2018) considera que en 1951 hay un “giro fisionómico” en el pensamiento de Pedrosa en cuanto a la comprensión de la forma y la expresión. Nosotros entendemos que en realidad el tema de la fisionomía está presente desde 1949 cuando Pedrosa analiza los desarrollos de Koffka sobre las cualidades terciarias o fisionómicas.

<sup>3</sup> El catálogo de esta muestra fue escrito por Léon Degand, director artístico del MAM-SP quien, como parte del circuito regional en ciernes, publicó un artículo en la revista cultural porteña *Saber vivir*. En “Breve psicología del arte abstracto” (1949) planteaba el condicionamiento ambiental del gusto estético y la necesidad de desarrollar una psicología del lenguaje plástico. Degand sostenía que la emoción artística era un reflejo condicionado. La educación recibida por parte de los espectadores respecto del gusto estético explicaba la incomprensión o la prohibición de la emoción frente a una obra de arte abstracta (Grassi, 2018).

espacios aunque en escenas culturales diferentes. En Brasil, el arte abstracto no era bien recibido en algunos círculos y algunos sectores de la crítica. No obstante, Pedrosa constituía una excepción a ese clima de adversidad ya que apoyaba las propuestas no figurativas. En Argentina, la muestra se denominó El Arte Abstracto, inauguró en Buenos Aires el Instituto de Arte Moderno creado por Marcelo de Ridder y fue exitosa en cuanto a convocatoria y a la crítica que, en términos generales, destacó la propuesta (GARCÍA, 2011).

En cuanto al circuito de publicaciones, podemos hablar de textos o reportajes publicados por artistas argentinos como Maldonado en periódicos de Brasil y textos publicados por críticos del ámbito brasileño en la Argentina. De estos últimos, nos resultan de particular importancia dos trabajos de Pedrosa publicados en revistas culturales argentinas de la época en los que hallamos algunas ideas referidas a la noción de totalidad y al papel de la ciencia en el arte que poseen cierto aire de familia con las ideas aparecidas en *Forma e personalidade* y *Da natureza afetiva*. Se trata de los artículos “Calder y la música de los ritmos visuales”, aparecido en *Ver y Estimar* en el año 1953 y “Las relaciones entre la ciencia y el arte” publicado en la revista *nueva visión* en 1955<sup>4</sup>.

En el primero, Pedrosa (1953) analiza los móviles de Calder a propósito de una muestra reciente y destaca el esfuerzo de unidad en las creaciones del artista, quien logra con sus móviles superar la división entre artes espaciales y de sucesión en el tiempo. Describe a los móviles como formas totalmente libres, sin referencia alguna a objetos de la realidad y refuerza el carácter de síntesis final de fines, materiales y medios en cada uno:

La unidad visual y espacial de estos objetos se revela en la trama y contorno de líneas o planos externos y en la fuerza, convincente y funcional de los materiales utilizados. Lo que mantiene la unión y cohesión de todo ese grupo artístico es el **poder de afirmación de esa unidad total** en fuerte contraste con el espacio circundante (PEDROSA, 1953, p. 18, el destacado es nuestro).

Creemos que esta noción de unidad total está en sintonía con la idea de *gestalt*

---

<sup>4</sup> Este texto titulado en portugués “As relações entre a ciência e a arte” fue escrito en París y presentado en el IV Congreso de AICA en Dublin en julio de 1953.



o totalidad planteada por la *Gestalttheorie* que a su vez está enmarcada en el holismo que primaba en Alemania cuando esta psicología comenzó a desarrollarse y que fue clave en los desarrollos de Pedrosa en relación al arte. Además, podría interpretarse la relación del móvil como unidad total en relación con un espacio circundante diferenciado como una forma de la relación figura-fondo que es propia de la teoría y que Pedrosa analiza detalladamente en 1949.

Otro de los textos que permiten reconstruir el circuito de difusión de las ideas de Pedrosa en la Argentina, y más concretamente en el ámbito porteño, es el artículo aparecido en la revista dirigida por Tomás Maldonado, *nueva visión*. En este caso, se trata de un texto teórico en donde el crítico brasileño analiza las relaciones entre la ciencia y el arte. Allí describe cómo ha sido el proceso de autonomización de cada una de estas actividades sociales a lo largo de la historia. A su juicio, la ciencia como actividad autónoma es una conquista más vieja en comparación con la reciente situación del arte. Más concretamente, el arte abstracto corona el largo proceso del fenómeno artístico hacia la autonomía, al prescindir del objeto o al utilizar solamente sus proyecciones en el espacio. Al convertirse en un fin en sí mismo, Pedrosa (1955) sugiere que el arte ha logrado librarse de sus servidumbres seculares y se ha independizado de la realidad. El movimiento del arte moderno implicaba la reconciliación del artista con la cosa sensible y el reencuentro con las viejas bases intuitivas que por ejemplo, en la filosofía, habían desaparecido por la dominación del neokantismo y el positivismo.

En este trabajo, Pedrosa era sumamente claro con respecto a la relación de la psicología y en especial la *Gestalttheorie*, con el arte moderno y destacaba la coincidencia en los desarrollos de ambos al volver su atención nuevamente hacia el papel jugado por la intuición y la percepción directa inmediata:

En el plano de la psicología, el asociacionismo hacía imitaciones pueriles de los métodos de laboratorio del siglo 19. Las psicologías de profundidad y las psicologías de estructura hicieron su entrada en la ciudadela científica, en el mismo momento y con el mismo sentido histórico que el postimpresionismo, el fauvismo y el expresionismo. La última etapa del arte llamado moderno se inicia después de la recuperación intuicionista de los movimientos precedentes. El arte se coloca ahora en una posición diferente de la vieja concepción de la naturaleza y de la realidad, aunque simétrica con respecto a la de la ciencia (PEDROSA, 1955, p. 15).

A continuación, era el turno de los argumentos a favor de plantear al arte como una forma especial de conocimiento o como un pensamiento articulado intelectual y Pedrosa apelaba a los desarrollos de Sussanne Langer sobre los simbolismos no discursivos (como el arte) y su hipótesis, apoyada en las concepciones intuicionistas de la *Gestalttheorie*, de que la razón se basaría en primera instancia en la organización psicofísica de la percepción (PEDROSA, 1955).

Queda expuesto en el análisis de los textos de 1953 y 1955 que esta corriente de la psicología alemana era para Pedrosa un instrumento fértil para interpretar las obras de arte como en el caso de Calder y para analizar el devenir del arte en comparación con la ciencia y sus posibles vinculaciones. Ambos fueron en esos años, material de lectura de los artistas argentinos (además de otros lectores) quienes retomaron algunos temas planteados por Pedrosa en sus propios textos o en sus obras. No obstante, es necesario considerar que debido a la forma de circulación de las ideas en el ámbito artístico (muy distinta a la del ámbito académico, por ejemplo, con su regulación sobre las referencias bibliográficas) la presencia de la *Gestalttheorie* se advierte con claridad en los argentinos aunque resulta harto dificultoso situar con precisión de qué autores o textos se toman algunas ideas. En todo caso, aquí solo nos interesa cómo Pedrosa se incorporó a la lista de autores que formaron parte del *corpus* que permite hablar de la psicología de la Gestalt como corriente clave en el estudio de la forma y el color en el arte abstracto argentino y brasileño.

Si repasamos algunas cuestiones propias de los contextos históricos de ambos países, podemos decir que mientras en Brasil, durante esos años, el Estado y la burguesía adhirieron a las propuestas modernistas, en la Argentina no sucedió lo mismo a nivel estatal, en particular durante los comienzos del arte concreto, momento coincidente con los primeros años de la primera presidencia de Juan D. Perón. En el caso de Brasil, a fines de la década de 1940, estado y burguesía llevaron adelante un programa moderno de gestión cultural artística que aspiraba a disputar la supremacía cultural argentina de esa época. Como parte de las acciones del programa, entre 1947 y 1949 se abrieron tres museos de arte que fueron determinantes en el desarrollo cultural del país: el *Museu de Arte Moderna* de San Pablo (MAM-SP), el *Museu de Arte Moderna*

de Río de Janeiro (MAM-RJ) y el *Museu de Arte de São Paulo* (MASP). Otro hito en esta disputa por la hegemonía cultural, fue la creación de la *Bienal de São Paulo* en 1951, cuyo primer premio fue para una escultura constructivista del suizo Max Bill. (GARCÍA, 2011).

En este marco de renovación e intercambios culturales en donde lo abstracto se había transformado en sinónimo de moderno, se produjo un encuentro que posibilitó una nueva vía de acercamiento de los artistas concretos porteños con la *Gestalttheorie*<sup>5</sup>. Como ya mencionamos al comienzo, nos referimos concretamente al crítico de arte Mário Pedrosa y la visita que le hicieron Tomás Maldonado<sup>6</sup> y Lidy Prati en Río de Janeiro en el año 1951. En esa ocasión, Pedrosa le obsequió al matrimonio el libro *Forma e personalidade* (GARCÍA, 25 de agosto de 2009). A partir de ese entonces, quedaron establecidas vías de intercambio que, como analizamos antes, derivaron en publicaciones de Pedrosa en revistas argentinas y también (aunque no nos centremos en ellas aquí) comunicaciones por correspondencia con artistas y con críticos argentinos como Jorge Romero Brest.

Pedrosa apoyó e impulsó la abstracción geométrica y el neoconcretismo en Brasil. Sus escritos devinieron referencias teóricas para artistas miembros del *Grupo Frente* (de Río de Janeiro), como Lygia Clark (1920-1988), Ivan Serpa (1923-1973), Abraham Palatnik (1928-), Lygia Pape (1927-2004)<sup>7</sup> y del *Grupo Ruptura*<sup>8</sup> de San Pablo (véase por ejemplo el contacto De Barros- Pedrosa en García, 2011). Pedrosa

<sup>5</sup> En un trabajo anterior fijamos como otras vías de circulación y recepción de la *Gestalttheorie* en el ámbito artístico argentino el encuentro con Grete Stern y los *Bauhausbücher* (Grassi, 2019).

<sup>6</sup> Tomás Maldonado había sido invitado a dar un curso de enseñanza musical y artística organizado en Teresópolis por el músico dodecafónico alemán Hans-Joachim Koellreutter (García, 2011). Para profundizar en los contactos entre los concretos argentinos y este músico puede consultarse Rossi, C. (2007) "Vanguardia concreta rioplatense: acerca del arte concreto y la música" Recuperado de: <http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/Portals/0/WorkingPapers/No1/Cristina%20Rossi.pdf>

<sup>7</sup> *Frente* (1954-56) fue un grupo abstracto carioca que articuló la experimentación con los materiales y la función social del arte. No consideraban al objeto artístico como el resultado de un ejercicio racional, cuya ejecución debía ser previamente guiada por leyes claras e inteligibles, preferentemente vinculadas a la matemática. En ese sentido puede decirse que privilegiaban la libertad de creación. Si bien se los vinculaba con el arte concreto, no era el único estilo que practicaban.

<sup>8</sup> *Ruptura* fue un grupo de abstracción constructiva paulista creado en 1952, adherían a la abstracción constructiva y a la reelaboración del neoplasticismo europeo realizada por Bill. Consideraban al arte como un medio de conocimiento regido por principios objetivos y a la obra como una realidad en sí misma, no representacional. Algunos de sus integrantes fueron Luis Sacilotto (1924-2003), Geraldo De Barros (1923-1998), Waldemar Cordeiro (1925-1973) y Lothar Charoux (1912-1987).

reivindicaba un lugar propio para el arte brasileño y pretendía ponerlo en diálogo con el panorama internacional. Su visión desjerarquizada del arte se basaba en la idea de que no existía un estilo o un lenguaje superior a otro: simplemente era necesario situar las creaciones artísticas en el contexto histórico de origen para comprender sus condiciones de producción y de circulación (PEDROSA, 2017).

Pedrosa desafiaba la clásica oposición en el arte moderno entre la defensa de la diversidad de opciones estéticas y la lucha ideológica para defender una propuesta estética por encima del resto. Él constituía una excepción a estos planteos típicos de la modernidad (con los que los concretos argentinos estaban muy identificados), ya que si bien apoyó a los primeros artistas abstractos de Río de Janeiro nunca cayó en la defensa acérrima de un lenguaje por encima de otro. Este dato no resulta menor porque su filiación política -era marxista y trotskista- nunca fue un obstáculo para defender esta postura pluralista en el arte. De hecho, siempre criticó que la URSS apoyara exclusivamente el realismo socialista como el único arte revolucionario. Coherente con su posición, el apoyo que Pedrosa brindó a la nueva generación de artistas abstractos de los años '50 del Grupo Frente no fue exclusivo ni incondicional. Los integrantes del grupo reconocían su influencia por dos vías: los textos de Pedrosa sobre sus obras rescataban el potencial de ese lenguaje artístico y significaban un reconocimiento en el medio de muchas críticas. Y además, Pedrosa constituía una fuente de información sobre las teorías del arte e incluso muchos de esos artistas reconocían que las tesis de Pedrosa sobre la *Gestalttheorie* habían influido decisivamente en su obra y en sus ideas (por ejemplo Clark, Serpa y Oiticica) (PÉREZ-BARREIRO, 2017).

En 1925 Pedrosa había ingresado al Partido Comunista y en 1927 había sido enviado a la Escuela Leninista de Moscú. Cuando emprendió ese viaje, llegó primero a Berlín y por razones de salud no pudo arribar al destino final. Instalado allí entre 1927 y 1929, tomó contacto en la Universidad de Berlín con los desarrollos de la *Gestalttheorie* gracias a su incursión en la Sociología y la Filosofía (ARANTES, 1995; GARCÍA, 2011). Este acercamiento permitió a Pedrosa profundizar en el estudio subjetivo de los procesos de la percepción y de la creación artística, y descubrir que el potencial revolucionario del arte radicaba en el hecho de ser un fenómeno subjetivo individual y

no un mero síntoma de la lucha de clases. Esta última concepción, ligada al marxismo ortodoxo aparecía expuesta claramente en su texto “Las tendencias sociales del arte y Käthe Kollwitz” (1933). Allí destacaba la lealtad a su clase de la artista expresionista alemana y cómo a través de la obra se lograba que el espectador comprendiera la experiencia de clase transmitida en ella y se conmoviera hasta el punto de estar dispuesto a luchar (Pérez-Barreiro, 2017). Arantes (1995) considera este escrito como el primer ensayo científico sobre las artes modernas en donde el crítico brasileño, atento a lo político, realizaba una defensa del arte proletario y un ataque al arte “moderno” entendido como los juegos de una casta privilegiada.

Con el paso del tiempo, la posición de Pedrosa cambió al punto de renunciar a la exigencia planteada en el texto de Kollwitz y sostener que el artista estaba al margen del sistema de producción (o sea, era independiente del capitalismo o del comunismo) y que por lo tanto, no debía representar los intereses de su clase en su obra artística (PÉREZ-BARREIRO, 2017). Además de esta modificación en su visión de las relaciones entre arte y compromiso político, en la década de 1940 adhirió a la causa del arte moderno luego de que se exiliara unos años en Estados Unidos (ARANTES, 1995). Instalado en Brasil, escribió los textos que analizaremos en los siguientes apartados para mostrar cómo sus desarrollos forman parte de las vías de acceso a la *Gestalttheorie* de los artistas argentinos aún cuando la cuestión de la citabilidad en el mundo no académico sea un obstáculo para determinar con exactitud los autores y los textos de los que tomaban las ideas que fundamentaban sus propuestas o con las que directamente discutían.

### **Sobre *Forma e personalidade***

Pedrosa consideraba que el arte era el resultado de una profunda necesidad humana de comunicación y de un diálogo entre las formas y la percepción. La experimentación formal del arte abstracto ponía sobre el tapete el problema de la percepción y la manera de aprehender por parte del espectador una obra sin otra referencia que la forma misma. Respecto a este tema, la *Gestalttheorie* se presentaba como un instrumento útil para entender el proceso artístico y la creación de imágenes

visuales<sup>9</sup>. El arte abstracto no era un ejercicio de pura racionalidad, sino que debía considerarse dentro de la esfera del arte que, para Pedrosa, era un sistema de significación más complejo que la pura razón (PÉREZ-BARREIRO, 2017).

En esa suerte de apéndice a la tesis de 1949 que conformó *Forma e personalidade* (1951), el debate giraba en torno a los sustratos emocionales del placer estético. Para Pedrosa, quien retomaba esta idea de la intervención del crítico inglés Roger Fry en la Sociedad de Psicoanálisis de Londres, el fenómeno artístico escapaba a la pura interpretación psicoanalítica (sea freudiana o jungiana) porque no daba con los auténticos impulsos estéticos que impulsan al artista. Cuando se percibía una obra, la tarea de la psicología era desentrañar las fuentes del placer obtenido en el reconocimiento de un orden y de cierto tipo de relaciones en un sistema determinado. Para Fry existía un tono o cualidad afectiva que no serían de carácter inmediato. El arte tendría acceso a algo mucho más profundo en el ser humano, algo así como el sustrato de todos los colores emotivos de la vida y algo más allá de cualquier experiencia cotidiana<sup>10</sup>.

Por lo tanto, para develar el secreto de la emoción estética indiscutiblemente había que sopesar primero las cualidades plásticas y formales de una obra. Cuando el psicoanálisis interpretaba la obra de arte como manifestación de un deseo reprimido y deducía que el mecanismo activo era el mismo que en la formación de un síntoma, no distinguía, no aislaba, ni explicaba en absoluto, según Fry, la obra misma como objeto de arte, su razón de ser o la fuente de las emociones que despertaba sobre los que la percibían.

En este punto puede establecerse un acuerdo entre Fry y Pedrosa (1995 [1951]), dado que para ambos la obra de arte era una cosa en sí misma, su forma tenía un sentido propio y la contemplación de la misma provocaba en ciertas personas una emoción espacial que no dependía de la asociación de esas formas con cualquier otra

---

<sup>9</sup> Cabe recordar que la *Gestalttheorie* no es la única teoría psicológica utilizada por Pedrosa en sus escritos. Los desarrollos sobre el inconsciente y en particular la obra de Henry Wallon *La conscience et la vie Subconsciente*, París, PUF, 1942, fueron incorporados y están claramente expuestos en la conferencia pronunciada en 1947 a propósito del cierre de una exposición de pintura de los internos organizada por el Centro Psiquiátrico Nacional en Río de Janeiro, en el salón del Ministerio de Educación y Salud, entre el 21 de febrero y el 31 de marzo de 1947.

<sup>10</sup> Aquí Pedrosa realiza una comparación con el concepto de Jung de *imágenes o experiencias arquetípicas*. Dado que excede los objetivos de nuestro trabajo no profundizaremos en ello.

cosa (como sucedería con los símbolos).

Ahora bien, el crítico brasileño que en este texto se centraba en las manifestaciones primitivas del arte, no acordaba totalmente con el formalismo extremo de Fry. Pedrosa esbozaba una teoría que valorizaba la forma pero que también enfatizaba la subjetividad; allí, la *Gestalttheorie* y otras teorías se transformaban en el recurso adecuado para saldar algunas preguntas.

A partir de desarrollos como los de Jeanne Hersch, Minkowska, Heinz Werner y el médico psiquiatra Prinzhorn, Pedrosa adoptaba una posición que Arantes (1995) señala, es muy similar a la del poeta surrealista André Breton en 1941 en Estados Unidos. Al hacer un balance del surrealismo y considerar la psicología de la época, en especial la *Gestalttheorie*, Breton afirmaba que entre las cualidades sensibles y las formales no existía distinción y que el automatismo gráfico obedecía a tensiones individuales profundas, al mismo tiempo que era capaz de satisfacer plenamente la vista o el oído por su unidad rítmica. En un trabajo reciente, Cabanas (2018) señala que en *Forma e personalidade* se da un alejamiento de los autores de la *Gestalttheorie* por parte de Pedrosa y un acercamiento a Werner y sus teorías fisionómicas y a Prinzhorn por su trabajo en el arte con pacientes psiquiátricos. Si bien es cierto que para explicar el tema de la expresión acude a estos autores en 1951, consideramos que, a la luz de los planteos en *Da natureza afetiva...*, Pedrosa abordaba allí ese mismo tema a partir de la noción de cualidades terciarias de Koffka; por lo tanto, la incorporación de Werner y Prinzhorn puede ser entendida como una manera de ampliar los desarrollos de la tesis de 1949 y no necesariamente, un alejamiento.

En resumen, en *Forma e personalidade*, Pedrosa intentaba conciliar los impulsos inconscientes o de afirmación y los de ordenamiento formal. Es decir, pretendía contemplar tanto a la forma como a la personalidad en el proceso creativo y sus resultados, pero con una visión del inconsciente (claramente opuesta a la del psicoanálisis) como instancia que no escapaba a la regulación de las leyes de la percepción (PEDROSA, 1995[1951]). De todas formas, su función de apéndice exige analizar en detalle los núcleos principales de la tesis de Pedrosa *Da natureza afetiva...* para destacar su aporte innovador para la comprensión y explicación del arte y señalar algunas convergencias y diferencias respecto a las posiciones abstractas brasileñas y

argentinas.

### ***Da natureza afetiva da forma na obra de arte: la propuesta teórica y metodológica de Pedrosa***

El problema de la aprehensión del objeto por los sentidos, según Pedrosa (1995[1949]), es el primer problema del conocimiento humano. En el hecho de percibir las cosas están reunidas explicaciones científicas, filosóficas y estéticas.

Básicamente la aprehensión de un objeto por la vista consiste en distinguir allí una determinada estructura. Hay una experiencia inmediata del mundo que se ofrece al sujeto para ser percibida. Desde que el ser humano nace es capaz de distinguir una forma, por ejemplo, un punto luminoso en la oscuridad. Esta distinción es evidencia de que para él, el mundo inicial no es puro caos sino que se presenta como un campo delimitado sobre el que se destaca una figura. Nuestros ojos, nuestros sentidos segregan los objetos que nos estimulan de acuerdo con un patrón, una organización mediata o inmediata. Un proceso fisiológico resultante de un conjunto de excitaciones tiende a organizarse espontáneamente, más allá de cualquier conocimiento, conforme con ciertas leyes de la estructura. De ese modo, esta primera impresión o modo súbito e instantáneo de conocer es lo que los psicólogos han dado en llamar *percepción sincrética global*.

Según Koffka (1940), las impresiones primeras de las cosas constituyen las bases de la impresión estética. El arte se funda sobre ellas y pierde su fuerza expresiva, su pureza, cuando esa percepción sincrética global (sentimiento primero del objeto) se marea o tambalea. Eso se produce cuando el arte se mezcla con preocupaciones analíticas o de significación como las exigencias externas, didácticas, científicas, intelectuales, morales, religiosas, prácticas, etc. Cuando eso sucede, *el arte deja de ser un fin para convertirse en un medio*.

Paul Guillaume (1878-1962), referente de la *Gestalttheorie* en Francia, señalaba en su *Manuel de Psychologie* (1943) que la percepción estética frecuentemente respetaba o intentaba reencontrar esas impresiones sincréticas globales. Pero según Pedrosa (1995 [1949]), Guillaume solo presentaba el problema y no formulaba esa



tendencia en términos de una constancia específica del arte. Si la percepción perdía esas impresiones globales era porque se había perdido en preocupaciones extrínsecas a su propia naturaleza, sirviéndose de procesos como los analíticos, que si bien eran ajenos, se tornaban indispensables cuando se trataba de objetivos prácticos inmediatos o científicos. Era ese análisis el que cortaba y disecaba la impresión al destruir las cualidades sensibles que nos brindan el conocimiento primero del objeto. Entonces, esa característica sensorial pura de la percepción estética indicaba que el problema fundamental, cuando se abordaba el hecho artístico, no era saber cómo los objetos son concebidos en la conciencia reflexiva, sino cómo los *percibimos*. Lo que seducía al artista era ante todo el aspecto sensible.

La *Gestalttheorie* según Guillaume (1986 [1947]), procuraba comprender la *posibilidad del acto* en la psicología funcional. Conectaba, por medio de una causalidad física inteligible, a las propiedades generales del organismo y la acción específica de un excitante complejo. Opuesta a esta, la teoría de Lipps de la *Einfühlung* (empatía) consideraba que el acto era manifiesto en el sentido del creador, del artista. Todo partía de nosotros, de nuestras emociones y movimientos, siendo la emoción estética una cuestión subjetiva. El objeto era totalmente pasivo y se incurría en un subjetivismo extremo que para la *Gestalttheorie* significaba una deficiencia de la psicología funcional.

Pero esta teoría no era la única con la que Pedrosa (1995 [1949]) discutía; tampoco acordaba con el filósofo italiano Eugenio Rignano (1870-1930) que limitaba la percepción a una función utilitaria al servicio de la adaptación biológica. Pedrosa recuperaba los debates de la época y mostraba la respuesta al planteo de Rignano que publicó Köhler en el año 1928 en "*Bemerkungen zur Gestalttheorie*" (Observaciones sobre la teoría de la Gestalt). Köhler aceptaba cierta armonía general entre percepción y necesidad considerándola como expresión de la adaptación biológica; no obstante, ofrecía algunos argumentos para mostrar que no podía explicarse la organización perceptual por la influencia de condiciones afectivas o de los intereses. La segregación de los todos, la impresión global, se daba también relativamente en cosas que no podían definirse como actividades pragmáticas del ser humano o no estaban vinculadas con sus necesidades en términos de brindarle satisfacción (por ejemplo, la

percepción de una constelación en el cielo no podía ser explicada por necesidades prácticas).

Si ciertas formas nos recordaban las formas de los objetos más directamente ligados a nuestra actividad práctica, era una consecuencia, un efecto y no una causa de su organización formal. En una noche clara, nuestra percepción destaca algunas constelaciones que se agrupan y se delimitan por su contorno; sin embargo, el significado -la constelación de Escorpio, por ejemplo- no explica la agrupación de tales estrellas y no otras, vistas como un grupo aparte. La percepción estética, en gran medida, estaba regida por leyes de organización, de una manera aparentemente desinteresada. Rignano al contrario veía la unidad de una melodía en el sentimiento que la inspiraba y no en sus cualidades formales.

Una persona puede ver algunas manchas de color dispuestas irregularmente como una organización formal autónoma que obedece a leyes de estructura gracias a la variación de colores y de su distribución; esto para Pedrosa (1995 [1949]) no podía explicarse por los valores afectivos ni por la significación adquirida. Entonces, era necesario entender cómo más allá de la significación, en la percepción había ciertos procesos que segregaban las cosas en el espacio y a su vez, agrupaban esas cosas en función de ciertas semejanzas. Uno de esos procesos, la ley de segregación, definía como factor estructural la distancia y la semejanza entre partes como lo que producía agrupamientos (por ejemplo una serie de puntos que tienden a ser percibidos como una línea). A la vez, lo que predominaba en estos agrupamientos era la tendencia a la realización de la mejor prolongación o la continuación del mejor movimiento posibles. Para la *Gestalttheorie* existía un conjunto de leyes que eran entendidas como combinaciones espontáneas en el plano sensorial perceptivo y que estaban presentes en el ser humano desde el nacimiento. Estas eran las mismas leyes que, empírica e intuitivamente, los artistas habían desarrollado y empleaban desde los inicios del fenómeno artístico (PEDROSA, 1995 [1949]).

Pedrosa (1995 [1949]) sostenía que esas leyes de la psicología constituían un gran principio de la morfología que era indiscutible en las teorías estéticas y en las artes plásticas del momento. Las investigaciones realizadas en el campo de la *Gestalttheorie* no podían ser más provechosas para el arquitecto, el pintor o el escultor

que construían para lograr ciertos efectos, basados en esos aspectos del mundo de la visión (distancia, semejanza, buena forma). En el marco de la teoría alemana, la percepción no era fruto, como en el asociacionismo, de la actividad intelectual. El poder de cohesión dentro de toda unidad estructural, de todo complejo figural, se ejercía interiormente, gracias a fuerzas dinámicas autónomas que se manifestaban por la “dialéctica” (sic) del todo y de las partes en el integradas y a él subordinadas (PEDROSA, 1995 [1949]).

En la psicología y en el arte: la buena forma por doquier:

A percepção não nasce, assim, da necessidade de disciplinar dados caóticos descarregados atabalhoadamente sobre nossos sentidos por experiência anterior, preliminar a percepção. A organização perceptual não se compara a um chamado urgente à polícia para dominar a desordem. O mesmo princípio formal encontra-se na física, em que suas leis se manifestam em muitos fenômenos, como mostrou Köhler (PEDROSA, 1995 [1949], p. 116).

Como muestra esta cita, el concepto de forma podía aplicarse más allá de los límites de los campos sensoriales. En el arte como en la psicología, las exigencias de la buena forma estaban presentes. Para Pedrosa (1995 [1949]) la creación artística consistía en segregar un todo material o imaginario; el artista decidía cuál de sus partes quedaban, determinaba las posiciones de las mismas y a su vez recibía de estas las irradiaciones o las presiones necesarias para que el todo fuese dotado de su cualidad vital. En ese proceso también se cumplía la premisa de la *Gestalttheorie* de un máximo de simplicidad y un mínimo de energía en la conformación de la totalidad. El arte era un fenómeno en sí mismo, con sus leyes internas, su autonomía, su escala intrínseca de valores y su poder emocional derivado de su propio drama formal.

Gracias a los desarrollos de las teorías psicológicas de esos años, para Pedrosa, la autonomía de la obra de arte podía justificarse científicamente. El arte como actividad esencial del ser humano, perdía de ese modo su complejo de inferioridad y pasaba a estar en pie de igualdad con otras actividades humanas como la ciencia, la religión o la política. A partir de la *Gestalttheorie*, Pedrosa destacaba la importancia de considerar los problemas fenomenológicos asociados a la actividad artística, sin olvidar la independencia de la forma en la obra de arte ni entregarse a un subjetivismo abstracto e intelectual basado en el atomismo asociacionista del siglo XIX.

## La figura-fondo según Pedrosa

Pedrosa (1995 [1949]) planteaba que el ser humano solo percibe a través de diferenciaciones y tomaba de Guillaume los experimentos de Metzger sobre el campo homogéneo y su percepción. Las experiencias de Metzger descritas en “*Optische Untersuchungen am Ganzfeld*” (1930) y el libro *Gesetze des Sehens* (1936) consistían en colocar sujetos delante de una gran pantalla blanca débilmente iluminada por un proyector que llenaba todo el campo visual. De esta manera, la pantalla no era vista como una superficie localizada a cierta profundidad. El color parecía llenar el espacio por completo y parecía que se condensaba si se aumentaba la intensidad luminosa del proyector. Ahora bien, cuando la intensidad aumentaba más todavía, la impresión de superficie se precisaba al mismo tiempo que la de distancia. La explicación del fenómeno consistía en que había un progreso de la percepción al diferenciarse en un comienzo la textura superficial del papel de la pantalla, es decir, se hacía visible la trama del papel. Además se concluía que no era posible la percepción del objeto si no existían diferencias de intensidad entre las excitaciones provenientes de varias partes del campo (GUILLAUME, 1984 [1937]).

En una obra pictórica, la posibilidad de establecer una diferenciación de superficie generaba una sensación de espacio. De este modo, un diseño tipográfico, garabatos en un papel, puntos de color en una tela, juegos de luz, manipulaciones lineales se expresaban espacialmente:

A superfície de um quadro é um mundo espacial vitalizado não só quanto às forças espaciais que agem dentro dele, mas também no sentido de ser o próprio campo, entre esses movimentos, carregados de ação. Os elementos visuais são apenas os pontos focais desse campo; são a energia concentrada. Cor, valor, textura, pontos, linhas e área irradiam diferentes quantidades de energia –e assim cada elemento ou qualidade abrange certo raio no plano do quadro. Todo organismo vivo –de uma planta a um jogo de futebol– é condicionado por uma forma relativamente constante. A imagem plástica por natureza tende a completar sua unidade dinâmica. “O olho pede o completo” dizia Goethe (PEDROSA, 1995 [1949], p. 123).

Esa unidad dinámica hacia la que tendía la imagen plástica o cualquier organismo vivo, se explicaba por aquel principio que describía la tendencia a formar

unidades ópticas del modo más económico posible respecto al medio circundante. En el caso de un cuadro, las unidades no solo vivían sino que crecían dentro de un molde o de un marco de un cuadro y se fundían en un todo vitalizado por el equilibrio dinámico más logrado.

Ahora bien, el campo visual se organizaba siempre a partir dos elementos opuestos: una figura contra un fondo. Toda imagen se presentaba así en ese dualismo dinámico como la unidad de dos contrarios. En este punto de la exposición de sus ideas, Pedrosa apelaba a la filosofía oriental<sup>11</sup>, especialmente a Lao-Tse. Para ello retomaba lo que planteaba el historiador de arte británico Laurence Binyon (1869-1943) en *The spirit of Man in Asian Art* (1935). Según Binyon los sabios chinos, antes de Cristo, tenían registro del sentimiento de la vitalidad espacial. Mientras “vacío” y “hueco” eran palabras rechazadas en la mentalidad occidental, Lao-Tse era partidario de la idea de espacio como vacío. Al modelarse un vaso en barro, su utilidad dependía de su interior hueco. Para hacer una casa se abren puertas y ventanas: su utilidad dependía por ende, de los espacios vacíos. De este modo, Pedrosa destacaba que lo inexistente, lo que no estaba -en fin, el vacío- era lo que le daba utilidad a las cosas.

A propósito de las propiedades de los contornos de la cosas percibidas y las relaciones figuras-fondo, otro de los temas que Pedrosa (1995 [1949]) abordaba eran las experiencias sobre la inversión óptica de Erich von Hornbostel (1877-1935) (véase “*Über optische Inversion*” de 1922). A partir de las mismas concluía que la convexidad y la concavidad eran propiedades “totales”<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> La filosofía oriental y sus relaciones con el arte occidental es un tópico recurrente a lo largo de la historia del arte. A propósito de nuestro tema señalamos el debate de Bodenwijnse *et al.* (2012) sobre las relaciones entre la Gestalt y la Bauhaus y las ideas del artista Tomás Maldonado (1997 [1951]) quien sostenía que ocupar el vacío era fácil (arte tradicional): “la dificultad empieza –es la dificultad del arte concreto- cuando con sutiles elementos queremos *organizar estéticamente el vacío*” (p. 79. El destacado es nuestro).

<sup>12</sup> Para tal demostración, Hartmann (1935) diseñó un experimento en el que algunos modelos de alambre de figuras sólidas eran sostenidos ante un espejo en varias posiciones. Cuando una figura de este tipo se giraba en diferentes planos, se “caía” de una forma aparente a otra, semejante a las inversiones figura-fondo, salvo que con un objeto tridimensional se abrían más posibilidades. La figura utilizada, por ejemplo, podía aprehenderse mínimamente de cuatro maneras. Cuando ocurrían las inversiones, estas se daban como un solo movimiento completo y unificado: una parte no se “inclinaba” y luego otra, y así sucesivamente. A su vez estas inversiones cuasi sólidas no eran “construcciones” ilusorias ni ideacionales, sino cosas que el sujeto era capaz de percibir en condiciones especiales. Las propiedades fenomenales de una percepción “convexa” eran típicamente distintas de una “cóncava”. Lo convexo se

Luego de exponer estas experiencias sobre la figura y el fondo y las propiedades de los contornos, Pedrosa (1995 [1949]) abordaba la cuestión de la *unidad espacial en la pintura*. En ese contexto, señalaba primero la diferencia entre la vida y un cuadro. En un cuadro, las fuerzas espaciales se equilibraban entre un fondo y un centro. En cambio, para percibir la vida o el movimiento, no teníamos un fondo contra el cual los objetos se moviesen. Dentro de un cuadro pictórico, la construcción de un edificio, delante de una batalla o en presencia de una estatua, las leyes de la unidad dinámica imponían su orden.

La unidad espacial se daba dentro del plano dimensional de una pintura o del plano tridimensional de una escultura o en el plano temporal de la música. En el caso de la pintura, el movimiento lineal en la superficie de un cuadro era un organizador de las formas planas. Los contornos dentro de un cuadro tenían un rol clave en la dirección del curso visual. Cada patrón o figura estaba dotado de individualidad. No obstante, sus contornos tenían maneras propias de actuar; eran en cierta forma inquietos y generaban movimientos en la percepción que organizaban simultáneamente los primeros sub-todos. Es decir, conducían a mirar de un patrón a otro. Del movimiento de esas primeras líneas nacían los primeros sub-todos; de estos, surgían sub-unidades más complejas y así se procesaba dinámicamente la organización total del plano del cuadro. Este proceso de organización a partir de todos de complejidad creciente era para el crítico brasileño una ley de la estructura universal.

Percibir el espacio o la profundidad, era una complicidad perpetuada entre las cosas y el ser humano desde los primeros tiempos. Llenamos los intervalos ópticos con “condescendencia psicológica”. De ellos afloran, como peces del agua, líneas apenas latentes, pero dotadas de las mismas funciones que las cosas semejantes reales:

---

definía como lo cerrado, excluía al observador, proyectaba hacia delante y no podía ser penetrado visualmente debido a su opacidad ni tampoco manipulado debido a su impenetrabilidad. Así definido, los “objetos visuales” eran convexos. En contraposición, un elemento cóncavo se consideraba como abierto, abarcaba al observador, permitía la exploración visual y manual y poseía las características de un fondo vacío. Los “espacios” eran cóncavos. Todo el proceso de inversión implicaba hacer de algo convexo algo cóncavo y viceversa, aunque por alguna razón, normalmente era más difícil invertir un objeto convexo que uno cóncavo. Los objetos convexos, tomaban por asalto al sujeto e iban hacia él, eran los que más notaba y no ocurría lo mismo con los huecos que se abrían entre ellos (Hartmann, 1935).

Um quadro é um universo cheio de surpresas. Uma forma, uma estrutura, contém sempre dentro de si os mistérios e os dramas mais inverossímeis. Os intervalos de cores, valores, vivem em estado permanente de disponibilidade, e deles, com freqüência, emergem formas novas até então insuspeitadas. Estabelece-se mesmo uma hierarquia de metamorfoses, que em sentido descendente produz, dos intervalos de linhas, padrões, e dos intervalos de grupos, linhas. Nessas passagens sucessivas a geração de contornos cinéticos e figuras é incessante, É a lei da clausura em um de seus efeitos mais sutis (PEDROSA, 1995 [1949], P 132).

Por lo tanto, la dinámica lineal se fundaba en la actividad de las líneas reales y en los contornos existentes de las figuras, pero también se apoyaba en los contornos latentes de los intervalos, en la dialéctica de lo cóncavo y lo convexo que mediaba en las figuras. El fondo se tornaba en algo atractivo en términos psíquicos-sensoriales, los “vacíos” y los “lentos” se articulaban en la unidad espacial dinámica. De esta forma, el espacio que se veía entre las cosas no era un vacío sin forma. Hornbostel lo había advertido al decir: “Vemos las cosas, no vemos los agujeros que las separan” (HORNBOSTEL apud GUILLAUME, 1984 [1937], p. 65).

Los planteos de Pedrosa referidos a la forma y la significación provenían de las ideas de Koffka y Rubin acerca del fondo como sustancia (cuya particularidad es tener un grado menor de estructura) y la figura como cosa. La pregunta que orientaba la indagación de Pedrosa era a qué obedecía la fragmentación jerárquica del campo sensorial en términos de figura-fondo. En una nota al pie de su tesis, señalaba que esa misma diferenciación figura-fondo que preocupaba a los psicólogos de la *Gestalttheorie* era de sumo interés (y anterior en términos cronológicos) en la historia del arte. Pedrosa (1995 [1949]) argumentaba que los conceptos puramente estéticos pertenecientes a la historia del arte podían encuadrarse en esa diferenciación hecha también por la psicología. Recordemos que para los artistas concretos argentinos la relación figura-fondo también era objeto de cuestionamiento hasta el punto de pretender su abolición en la pintura concreta (MALDONADO, 1948; GRASSI, 2019).

En el ámbito de la historia del arte, un caso de abordaje de la relación figura-fondo era la apelación de Wölfflin a imágenes semejantes a las utilizadas en la psicología posteriormente en el siglo XX para la distinción de la figura y el fondo con el fin de explicar la diferencia entre lo clásico y lo barroco. Para Wölfflin, la esencia de esta diferenciación radicaba en que era un fenómeno elemental y comparaba su

variación a lo largo del tiempo, con el espectáculo de una vasija con agua hirviendo. Antes o después de la ebullición, el elemento agua no cambiaba. Lo único que cambiaba era que pasaba de calmo a movedizo, de perceptible a imperceptible. Análogamente, en la historia del arte había existido hegemonía figural en el estilo clásico y predominancia del fondo, durante el barroco pero de alguna forma, el elemento no cambiaba en su “esencia”, sino en su “estado”. Para Pedrosa (1995 [1949]), la relación de la figura y el fondo y cómo un estilo privilegiaba a la primera o al segundo, le permitían a Wölfflin trazar una historia del arte. Estos desarrollos habían inspirado a la *Gestalttheorie* y fueron traducidos a un lenguaje psicológico. Como consecuencia de esta operación, la percepción de la figura y el fondo en la obra de arte (pintura, arquitectura) aportaba al problema de la percepción de la figura y el fondo en el mundo circundante y ampliaba el espectro del problema al redefinir la percepción del mundo en esos términos como hecho psicológico general.

### **Los valores formales intrínsecos versus la memoria**

A lo largo de su tesis, Pedrosa (1995 [1949]) discutía con la psicología asociacionista al tomar diferentes temas de debate. Para argumentar a favor de la existencia de los valores formales intrínsecos de los todos percibidos, tomaba como contrapunto los desarrollos del filósofo Carl Thurston basados en aquella psicología, quien en *The Structure of Art* (1940) afirmaba que muchas veces observamos un cuadro y este posee unidades visuales o relaciones intrínsecas. Ellas se concretan en elementos básicos como las relaciones entre las formas visibles; relaciones entre las formas y el espacio dentro y en torno a ellas; las relaciones entre esas formas y todo el espacio que cae en su esfera y en la del observador y por último, las relaciones desarrolladas en torno al observador en contacto con la obra de arte. Para Thurston, la relación más básica entre dos unidades visuales era de igualdad: uno de los elementos de la organización formal que, apuntaba Pedrosa, postulaba la *Gestalttheorie*.

Pedrosa señalaba que de igualdad en igualdad, un proceso terminaba fatalmente en la figura simétrica o en las igualdades que eran completas en sí mismas, es decir, la mejor forma posible. Así Thurston, según Pedrosa (1995 [1949]), estaba



tentado de formular la ley de la buena forma, pero su concepción asociacionista no le permitía otorgarle al fenómeno su alcance en la profundización del problema de las *génesis estructurales* en la psicología y en el arte. Solo se conformaba con apelar a las figuras elementales geométricas para demostrar la génesis de la obra de arte y explicar el placer producido por ellas en función de su valor estético. Entonces, si bien Thurston era consciente de la autonomía formal porque reconocía que todo lo creado por el equilibrio era inmanente en todas sus partes y aceptaba que si la mayor parte de un área fuese destruida, el pedazo que quedara podría reconocerse como parte de un equilibrio, caía en un equívoco intelectualista. A pesar de todos los principios estructurales que desarrollaba, caía en la trampa de la pregunta acerca del papel de la experiencia previa. Cuando un artista conseguía finalmente transformar el espacio vacío en una parte integrante de su deseo, ¿hacia dónde dirigía su atención? La respuesta era: a su memoria ¿Por qué? Porque el espacio en las artes no se veía de una sola vez. Cuando estábamos frente a un cuadro, durante 5 o 10 minutos, lo que veíamos en ese momento dependía en gran escala de lo que habíamos visto allí antes.

Entonces, para Thurston, la memoria era la que decidía. Cuando el sujeto estaba frente a un cuadro no era capaz de descubrir algo novedoso; la apreciación artística era simplemente una evocación de imágenes vistas. No se trataba de una nueva relación con el universo, ni de una nueva vida: simplemente era una identificación de nuestra memoria con hechos, cosas o experiencias pasadas. Somos “virtuosos del reconocimiento” (THURSTON apud PEDROSA, 1995 [1949], p. 140. La traducción es nuestra). El sujeto no creaba nada, la virtuosidad era la fuerza de la persistencia y de la repetición.

Para Pedrosa, en cambio, percibir era crear y no solo participaba la visión en esa experiencia. Era preciso ver las formas, no con lo que se sabe sino con los sentidos. Los ojos, el movimiento y el tacto participaban de la visión y la inteligencia constituía un factor secundario, inclusive perjudicial, sobre todo en el arte.

### **La obra de arte como campo de estudio**

La *Gestalttheorie* partía de la existencia de formas primitivas y postulaba la

existencia de una disociación entre la figura y el fondo dependiente de cualidades espontáneas e intrínsecas. La percepción se organizaba en función de la influencia de la uniformidad del color o de la luz, la semejanza de los elementos, la solidaridad interna entre los componentes y del ritmo en su distribución. La forma en que se realizaba la percepción siempre era la mejor, o sea, la más regular y la más simple. Se trataba de un sistema que tenía ley propia: su dinámica interior. Por eso esta psicología afirmaba que la percepción no nacía de un caos al que se le imponía orden gracias al auxilio de experiencias anteriores, ni era el resultado de la actividad intelectual.

La percepción primitiva poseía una capacidad intrínseca de organizarse estructuralmente de la mejor manera posible en las condiciones dadas. Por tal motivo, Koffka designaba a la percepción primaria como fuente de la percepción artística. En los orígenes del desarrollo, la primera era idéntica a las primeras reacciones estéticas. Pero entonces Pedrosa se preguntaba ¿por qué necesitamos del arte si la percepción ya es artística? (1995 [1949]). Koffka (1940) respondía que los estímulos ordinarios eran temporarios, el organismo hacía lo mejor que podía en ciertas condiciones, pero en general esas condiciones no le permitían hacer un buen trabajo, artísticamente hablando. Pero una obra de arte era realizada precisamente con el objetivo de, una vez terminada, servir de fuente de estímulos seleccionados específicamente por sus efectos:

Assim, a arte seria uma espécie de correção individual, consciente, da percepção primeira, no sentido de lhe dar uma estrutura idealmente perfeita. É um retificador consciente mas desinteressado da percepção, respeitoso porém de sua autêntica espontaneidade primeira (PEDROSA, 1995 [1949], p 148).

A través de su estructura, de la vida cualitativa y funcional interior, las formas de los objetos sensibles se presentaban como unidades segregadas. Ciertos objetos tenían el poder de afectarnos directamente, es decir, actuar sobre nosotros mismos. De esta manera, el sujeto y el objeto entraban en una relación directa, espontánea, sintética y afectiva.

La psicología moderna derivaba algunos de sus conceptos explicativos más importantes de las cualidades perceptivas. Pedrosa retomaba aquí la distinción que

Koffka hizo en “*Problems in Psychology of Art*” (1940) cuando decía que la obra de arte como un objeto fenoménico del presente constituía un todo que poseía ciertas cualidades. La obra como objeto fenoménico era redondo, anguloso, simétrico, abierto y todos esos aspectos pertenecían a todos completos. También había cualidades como rápido, lento, áspero, liso, gracioso, torpe. Todas ellas eran cualidades de orden temporal o espacio-temporal. Por último, estaban las cualidades como alegre, fulgurante, radiante, sombrío que eran las *cualidades terciarias o fisonómicas* (que mencionamos en la Introducción). Pero ¿cómo explicar los ejemplos de este último grupo de cualidades?

En primer lugar Pedrosa (1995 [1949]) realizaba una aclaración respecto del método de la investigación. Sus propósitos apuntaban a la obra de arte en tanto objeto que existía independientemente, con sus cualidades intrínsecas y sus propiedades formales que la distinguían como un todo aparte. Por esa razón, para él, el trabajo de Koffka resultaba esclarecedor en lo metodológico. Para resolver el problema de la obra de arte Koffka se preguntaba por la necesidad de hacer foco en el proceso del creador y sus estados anímicos, o en el espectador ¿Cambiará *esencialmente* una experiencia de oír un *scherzo* de Beethoven si el oyente está en un estado irascible o triste? ¿No se trataba de escuchar un *scherzo* de cualquier manera? Para Koffka lo esencial para el psicólogo, era eso último, en tanto entendía el término esencial en el sentido de hacer de la experiencia, una experiencia de arte.

Lo que debía importarle entonces a la psicología era la obra de arte entendida como **fenomenológicamente objetiva y funcionalmente subjetiva** (el destacado es nuestro). La *Gestalttheorie* poseía la virtud de abordar el problema artístico sin caer en el unilateralismo subjetivo. Para Pedrosa (1995 [1949]) la distinción entre subjetivo y objetivo era incompleta; existían *grados* de objetividad y subjetividad. Desde ese punto de vista, una mesa era objetiva, no dependía del sujeto que la observaba para existir. Subjetivo era por ejemplo el sentimiento de miedo, o el dolor que podía sentirse ya que sucedía en la interioridad del sujeto.

Pero en el caso de los colores y los sonidos ocurría algo peculiar. Ambos eran clasificados como subjetivos porque dependían de los organismos para ser percibidos, mientras que la luz y las ondas entraban en la categoría de objetivo. Aparecía aquí otro

criterio de designación de dos conceptos. Como efecto, los colores y los sonidos eran en un caso subjetivos porque dependían de los organismos, pero también eran objetivos cuando los hallábamos en los objetos (luz y ondas). Según este último sentido, los colores de los objetos estaban en la misma categoría de una mesa, una flor. En ese sentido, se trataba de los colores *de* objetos.

Cuando se observaba el color marrón de un sombrero o el azul de las tapas de un libro estos no eran *del* sujeto, así como tampoco ni el sombrero ni el libro. Por lo tanto, según esta clasificación, eran categorías objetivas porque existían con independencia del sujeto; pero también eran subjetivas en otro sentido. En la medida en que se tomaba conocimiento de los objetos coloridos (el sombrero marrón o las tapas azules del libro), eran subjetivos pues dependían del funcionamiento de nuestro sistema nervioso. Sin embargo, nadie podría negar su carácter objetivo ya que ninguno precisaba de un sujeto para continuar existiendo.

De todas esas elaboraciones se desprendía que había dos categorías de subjetivo y dos categorías de objetivo. Según la *primera definición*, había cosas o cualidades que se clasifican como pertenecientes o no al sujeto. En una *segunda definición*, las cualidades se dividen en subjetivas porque dependen del organismo y objetivas porque no dependen de él. Toda vez que un objeto entraba en la primera definición, fuese como subjetivo u objetivo (conforme pertenezca o no al sujeto), también necesariamente entraba en una segunda definición, pero esta vez apenas en la categoría subjetiva (la segunda definición clasifica objetividad y subjetividad, según dependa o no del organismo). El dolor, por ejemplo, pertenecía a la categoría de subjetivo en los dos casos (pertenece al sujeto y depende del organismo). Un color, sin embargo, entraba en la categoría de objetivo de la primera definición, pero también en la categoría de subjetivo de la segunda definición porque cuando el organismo toma conocimiento de él, depende del sistema nervioso de ese organismo. Una mesa entraba en la columna de objetivo de la primera definición (no depende del sujeto para existir), en la columna de subjetivo de la segunda definición (existe para el organismo que la percibe), y en la columna de objetivo (no depende del organismo para existir) de esa segunda definición también.

Ahora bien, la mesa era sustituida por la *obra de arte*, nos encontramos con

que es *fenomenológicamente objetiva* (según la primera definición de la dependencia o no del sujeto). Pero de acuerdo con la segunda definición, es *funcionalmente subjetiva* porque depende, en términos relacionales, del organismo para existir. Entonces la obra de arte pertenecía a la categoría de lo funcionalmente objetivo, que es la característica de lo físico: en donde no hay una mesa, no podemos verla (lo mismo aplica para la obra de arte). Asimismo, un objeto fenoménico era el resultado de la percepción de un objeto físico por parte de un yo.

Los logros de la *Gestalttheorie* en este campo respondían por el carácter relativamente objetivo de las relaciones formales en el objeto de arte. Esta caracterización de la obra de arte, requería para Pedrosa (1995[1949]) algunas aclaraciones sobre la cuestión de la objetividad y la percepción. Si dos personas veían u oían lo mismo, apreciaban sin embargo, de distinta manera. Era habitual concluir que había una relatividad en ello, pero esto no debía conducir a negar cualquier grado de especificidad intrínseca a la obra de arte. La relatividad real en este caso, consistía simplemente en el hecho de que un objeto fenoménico dependía del organismo individual. Pero esta relatividad era muy distinta de la que suponía que el valor dado o atribuido al mismo objeto dependía de la persona.

Si por un lado la obra de arte como objeto percibido, según las leyes de la percepción, existía gracias a la actividad de un organismo; por otro lado, un organismo era forzado a entrar en actividad por la presencia de una obra de arte, como cosa física. Esta cosa física producía dos polos: en uno estaba su creador y en el otro, su espectador. El objeto realizado era el punto terminal de la acción del artista, pero el punto de partida del espectador también. Aquí era donde se posicionaban las psicologías del arte tradicionales y Pedrosa debatía con psicólogos como Robin George Collingwood, que argumentaba que las obras de arte no eran ni total ni relativamente objetivas. Para el arte y para la estética general afines a estas teorías, no existían las obras, sino solamente las experiencias.

Koffka (1940) reconocía la peculiaridad del objeto de arte (su existencia) y la caracterizaba como la *comunicación* que se daba a partir *una relación establecida entre un espectador y un creador*. El punto de referencia de ambos era la obra en tanto cosa, espectador y creador pasaban a existir en función de ésta. Psicológicamente, había un

sujeto en relación a un objeto en dos sentidos; en un caso, era el artista y la obra creada y en el otro, el espectador y la obra percibida. No se trataba de analizar vía introspección las emociones ocasionadas por la obra para entender su naturaleza o su sentido profundo; esas emociones eran solamente estados producidos por el sujeto. Lo que había que considerar era que esas emociones eran el resultado de la *indudable correlación entre el sujeto y ese objeto*.

Para Pedrosa (1995 [1949]) la clave de la emoción artística estaba en las propiedades del objeto de arte. Era imperioso considerar la relación *funcional* de la emoción y el objeto, y que constituía un *dato fenomenológico*. Justamente, la *Gestalttheorie* se apoyaba en datos de este tipo para sostener que la relación emocional no era una relación cualquiera, contingente o automática. Ella era un resultado “inteligente” de las propiedades del objeto. En el gozo artístico, esa era la *característica vital*: la reacción específica, personal e intransferible del yo al llamado de las cualidades propiamente exclusivas del objeto de arte.

Pedrosa recordaba que Koffka en *Bases de la evolución psíquica* (1926) afirmaba que los estímulos más influyentes en la percepción del niño no eran especialmente los simples. Las primeras reacciones diferenciadas al rostro humano se producían hacia el segundo mes, el bebé recibía el influjo del rostro humano y hacia la mitad del primer año, reaccionaba de manera diferente frente a un rostro “afable” y uno “malo”. Lo dado fenomenológicamente era un rostro con tal o cual característica, no un caos de sensaciones. Por ende, fenómenos como “afabilidad o amabilidad” o “rechazo” eran primitivos, inclusive más que una mancha azul o que la distribución amorfa de luz y oscuridad.

Pedrosa recordaba que para Max Scheler, la expresión era lo que primero que el ser humano aprehendía por fuera de él. Así definida, *la expresión era la traducción fenomenológica de las primeras estructuras y formas que el bebé recién nacido distingue*. Cuando se afirmaba que ciertos fenómenos eran primitivos, no era porque se dividiesen en afectivos y objetivos, ni se yuxtapusiesen; el mundo primitivo como fenómeno implicaba no solo determinaciones afectivas sino también las que se denominaban usualmente objetivas (1995 [1949]).

Entonces ¿por qué afirmar o por qué dudar que hubiese puntos de semejanza,

trazos comunes, correspondencia entre la forma y la expresión? De las experiencias existentes que revelaban esta relación entre forma expresiva y un fenómeno afectivo, el arte se encontraba tal vez en primer lugar. Entre el sujeto y lo otro, el fenómeno artístico presentaba una mediación incomparable: la obra de arte. Ella estaba dotada de ese poder fisonómico de un rostro que tan bien comprendían el animal y el niño:

A forma permite-nos comparar os aspectos sensíveis e fisionômicos das coisas e dos seres. Em arte ela é expressamente o elemento dominador, independente, que obriga os sujeitos a não irem além dela, não atravessarem em busca de elementos extrínsecos, uma intenção prática, um conceito abstrato, a satisfação do interesse, etc. (PEDROSA, 1995 [1949]).

Pedrosa (1995 [1949]) no consideraba que las vivencias psíquicas observadas en nosotros mismos a través de la autopercepción fuesen un método adecuado para conocer los sentimientos y las emociones de los otros (empatía). No era cierto que la única asociación o relación existente entre el fenómeno subjetivo y los movimientos de expresión a él subordinados fuera puramente externa. La psicología animal y la infantil con sus investigaciones desmentían ese empirismo. Según estas, no podía explicarse que los animales comprendieran las reacciones de sus compañeros por recurrir a una analogía consigo mismos vía introspección.

Otro de los argumentos a favor de esta idea de soldadura entre forma y expresión, pertenecía a Köhler quien recurría a la frase del poema de Goethe “*Epirrhema*” (1820) ya mencionada “*Denn was innen, das ist außen*” (Lo que está adentro, esta también afuera) para explicar el paralelismo entre lo externo y lo interno. Los dos aspectos expresaban un mismo dinamismo psicofísico. Köhler decía que con frecuencia, las partes del cuerpo donde ese dinamismo se expresaba de modo visible eran precisamente aquellas en donde más se sentía. Una primera coincidencia era que el curso temporal del fenómeno subjetivo y la expresión eran paralelos. Una misma curva acompañaba esa evolución, había un *crescendo* y un *decrescendo*, una fase estacionaria y fluctuaciones. Era posible describir en el pensamiento de un sujeto conmovido las mismas pulsaciones que en sus reacciones musculares. Los movimientos “secretos” del alma (GUILLAUME, 1986 [1947]) y los movimientos manifiestos u ocultos del cuerpo eran la imagen unos de los otros.

Un hecho indiscutible era que percibimos realmente cualidades formales de comportamiento y esas propiedades tienen por sí mismas un sentido, un valor, una exigencia interior. De acuerdo con esto, una de las funciones naturales, espontáneas del arte consistía en no permitir el desvío o el ocultamiento del sentido intrínseco emanado directamente de la percepción formal primitiva, desembarazada de todo asociacionismo mecánico y cultural (PEDROSA, 1995 [1949]).

Es interesante destacar aquí cómo se imbrican el hecho de que Pedrosa no adhería a la idea de definir un único lenguaje artístico por sobre otros, con el postulado de universalismo que subyacía a la concepción del sentido o exigencia interior como intrínseco de las formas en la obra de arte. Esta articulación marcaba una diferencia respecto de la cuestión de la prevalencia de un estilo y el universalismo de la forma para los artistas concretos argentinos. Sin embargo, como mostramos al principio de nuestro trabajo, esto no impidió la recepción de las ideas de Pedrosa en el circuito argentino, a pesar incluso de las diferencias en ambos países respecto a las formas específicas de circulación de la *Gestalttheorie* en el arte concreto que hemos denominado *latente* (en la Argentina) y *manifiesta* (en Brasil). Para los argentinos, el estilo concreto era considerado como la culminación de un proceso de evolución en la historia del arte (y por eso mismo, la única tendencia aceptable) y el universalismo de la forma estaba vinculado no exclusivamente a las cuestiones de expresión (más allá del carácter figurativo o no) sino al carácter presentativo o concreto de las formas geométricas empleadas en las obras (MALDONADO, 1997 [1945]).

En síntesis, para Pedrosa las propiedades formales se bastaban a sí mismas. Si nuestras vivencias eran evocadas por el comportamiento de los otros era porque esa evocación se daba en virtud de una *comunidad primitiva de estructura*. La *Gestalttheorie* llevaba a pensar en la irreductibilidad expresiva de cada conjunto, ser, cosa o situación y planteaba que:

Os objetos têm por si mesmos, em virtude de sua própria estrutura, *independentemente de toda experiência anterior do sujeito* que os percebe, *um caráter próprio, as qualidades do insólito, do estranho, do assustador, do irritante ou do plácido, do gracioso, do elegante, do áspero, do maravilhoso, do repulsivo, do atraente*, etc. (PEDROSA, 1995 [1949] p 163-164).



El aspecto fisonómico era parte del objeto, estaba en su naturaleza como una consecuencia de su forma. Wertheimer descartaba la tesis de la separación de cuerpo y experiencia o cuerpo y alma, y afirmaba que en la danza se hallaban la gracia y la alegría. No podíamos aislar los movimientos de los miembros por un lado y una experiencia psíquica consciente por el otro. En todo caso, se trataba de una identidad formal.

Para la *Einfühlung* (empatía) de Lipps, al contrario, las cualidades sensibles eran una proyección del yo. Toda esa “vida” que le otorgamos a las cosas que nos rodean solo puede darse en la medida en que atribuimos a las cosas exteriores nuestro propio sentimiento de fuerza, de lucha o de voluntad. Para esta teoría, la experiencia estética era de origen puramente subjetivo, en el sentido de que pertenecía al yo o al sujeto. Para Pedrosa (1995 [1949]) esta teoría era objetable: si se yergue el brazo delante de la columna dórica, la teoría de la empatía no explica la *razón* de esos sentimientos o gestos.

Él aportaba a favor de su posición los desarrollos de Naum Gabo, quien no dudaba en atribuir a la existencia misma de la obra de arte todas esas cualidades que nos afectan delante de ella. Pedrosa citaba entonces el texto publicado por el escultor constructivista ruso, aparecido en la revista *Circle* con el título “*Sculpture: Carving and Construction in Space*” (1937) en donde planteaba que toda forma que se había tornado “absoluta” adquiriría vida propia, hablaba su propia lengua y representaba un único embate emocional atrapado en ella misma. Es decir que para Gabo, las formas actuaban, influenciaban nuestra psique; eran, en sí mismas, acontecimientos y cosas (PEDROSA, 1995 [1949]).

En síntesis, la forma tenía en sí misma una fuerza emocional que era irresistible y universal. De ahí que fuese imposible aprender el contenido de una forma absoluta solamente por medio de la razón. Nuestras emociones eran una verdadera manifestación de ese contenido. Pedrosa (1995 [1949]) afirmaba que esos caracteres terciarios y fisonómicos de los objetos que habían sido un misterio para la psicología, ya no lo eran porque se había llegado a la conclusión de que eran cualidades inherentes al objeto fenomenal. Nuestra tarea consistía en consentir y verificar la presencia de esas cualidades terciarias donde las veíamos: en otro sujeto, en un

triángulo, en una columna egipcia, en una palma ornamental, en definitiva, en un todo cualquiera segregado. En esas condiciones, no estaba del todo mal admitir los ingenuos planteos de la teoría de la empatía de Lipps que atribuían la cualidad de esa misma cosa a la acción que esa cosa ejercía sobre nosotros. Pero los artistas modernos, en este punto daban un testimonio para nada despreciable. No era propiedad exclusiva de los artistas sentir los efectos de las cualidades terciarias, sino que en la apreciación de una obra de arte, todo el mundo era artista, pues debía colocarse en el mismo plano que este para apreciarla<sup>13</sup>.

La afirmación de que todo el mundo era artista es interesante ponerla en diálogo con la aspiración de un arte para todos, propia del concretismo argentino. Es decir, con la apuesta política de que todos podían apreciar el arte abstracto porque la significación estaba en la forma, razón por la que no había que ser ni erudito ni especialista (MALDONADO, 1951). El hecho de prescindir del capital cultural del espectador o de la memoria como función psíquica participante, ampliaba considerablemente el público del arte tanto para Pedrosa como para los argentinos<sup>14</sup>.

Pero ¿cómo explicar el proceso de fabricación de cualidades terciarias artísticas? Este era en sí un tema difícil de elucidar para Pedrosa. Para hacerlo, proponía centrarse en algo más preciso y concreto: las relaciones del sujeto y del objeto (la obra de arte concretamente), y de ambos con el mundo. El objeto, cuando estaba en el mismo campo que el sujeto, lo tocaba emocionalmente por sus cualidades intrínsecas. Todo pasaba a ser en el plano de las emociones y los sentimientos. Sin embargo, el campo que los envolvía variaba de caso en caso e iba desde la integración hasta la oposición del sujeto respecto al objeto en ese campo. En este punto, en la tesis de Pedrosa se retomaban cuestiones acerca del contexto histórico social del surgimiento de la *Gestalttheorie* (véase Grassi, 2019). Básicamente se remontaba a los desarrollos de Koffka en lo relativo al problema de la diferenciación, la fragmentación y el aislamiento del sujeto concomitante con el progreso de la civilización. A raíz de esto,

---

<sup>13</sup> No obstante, puede pasar que no toda obra de arte nos emocione, pero es debido a otras razones. Las cualidades terciarias inherentes a todo objeto fenomenal no son todas de orden artístico. Pero la función del artista consiste precisamente en fabricarlas.

<sup>14</sup> Téngase en cuenta también la inclusión por parte de Pedrosa del arte producido por pacientes psiquiátricos y sus interesantes elaboraciones al respecto. Puede consultarse sobre el tema *Learning from Madness* (2018) de K. Cabanas.

el mundo de esos años era más pobre en caracteres fisonómicos comparado con las civilizaciones primitivas. Nuestra civilización utilitaria había lanzado un importante descrédito sobre las propiedades fisonómicas, estructurales de los objetos. Pero el arte era el modo específico de las más puras y desinteresadas de esas cualidades de las cosas. Esta diferencia había mutado en una incompatibilidad entre el sistema racional y científico por un lado, y el sistema cualitativo dominante en la estética por el otro (PEDROSA 1995 [1949]).

Finalmente, Pedrosa cerraba su tesis con la idea de que el acto de percibir era un acto de creación. La forma perceptual obedecía, en lo rudimentario de su organización, a las mismas leyes de la buena forma que regían el mundo y la obra de arte. Esta idea aparecería unos años después (en 1954) en el libro de Arnheim *Arte y percepción visual. Psicología de la visión creadora*. Para muchos, esta obra era el primer intento de aplicar las leyes de la *Gestalttheorie* al arte visual (Herbert Read creía esto, por ejemplo). Sin embargo, Pedrosa ya había presentado su original tesis en Río de Janeiro e incluso Arnheim había publicado antes un libro sobre cine (ARNHEIM, 1933).

No obstante, aún cuando haya considerado desarrollos teóricos sobre el arte de la *Gestalttheorie* (tal es el caso del artículo de 1940 de Koffka “*The problems of the Psychology of Art*” para hablar de las propiedades fisonómicas), la propuesta teórica y metodológica del crítico brasileiro, constituyó un aporte tanto para el arte como para la psicología al lograr articular ambos y dar respuesta a planteos cruciales como la significación, la expresión y aspecto relacional de la apreciación artística a partir de considerar a la obra como un objeto fenomenológico.

## **Reflexiones finales**

Hasta aquí hemos analizado la propuesta teórico-metodológica de Pedrosa retomando algunos núcleos de *Forma e personalidade* vinculados con la *Gestalttheorie* centrados en su obra más importante sobre la *Gestalttheorie* que fue *Da natureza afetiva...* Algunos de estos núcleos como la noción de totalidad, el papel de la percepción entendida como acto inteligente y creador y la importancia de la forma y la tendencia a la configuración reaparecen de manera abreviada en dos artículos suyos

publicados en revistas culturales argentinas y dan cuenta del “ideario Pedrosa” que circuló entre los artistas concretos argentinos quienes, a su vez, escribieron textos y crearon sus obras en el marco de una variedad de discursos científicos y estéticos. Mencionamos en el caso argentino, la “latencia” de la *Gestalttheorie* –manifiesta en la cuestión de la citabilidad- que no ponderamos como un déficit o una falta de rigor ya que eso significaría confundir regímenes científicos de circulación epistémica con lo que denominamos *regímenes estéticos de circulación epistémica*. Consideramos que señalar esto simplemente contribuye a pensar la diferencia en la modalidad de circulación de la teoría respecto al caso del arte abstracto brasileño.

La investigación de Pedrosa fue una de las vías de la psicologización del estudio de la forma y el color a través de la articulación *Gestalttheorie*-arte que destacó el carácter expresivo de la forma. Si bien este último no constituyó el argumento más fuerte de los concretos argentinos para justificar el carácter universalista de su propuesta estética (estaban volcados a una concepción más racionalista), Pedrosa estuvo presente y fue un autor que circuló en el ámbito argentino. Queda pendiente analizar la circulación a nivel internacional que lograron este texto y otros elaborados en aquellos años. Un análisis futuro más detallado, permitirá situar mejor la originalidad de Pedrosa y la innovación que supuso su enfoque respecto a los desarrollos de Arnheim sobre arte y *Gestalttheorie* mundialmente conocidos. Para ello, será necesario cuestionar la *mainstream* de la historia de la psicología y dejar que las “periferias” nos sorprendan como lo hizo Pedrosa con sus desarrollos en aquellos años.

## Referencias

ARANTES, O.B.F. (1995). Prefácio: Mário Pedrosa, um capítulo brasileiro da teoria da abstração. In: **Forma e Percepção Estética**. Textos Escolhidos II. San Pablo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995. p. 13-38.

ARNHEIM, R. **Film**. London: Faber & Faber. 1933.

BINYON, L. **The Spirit of Man in Asia Art**: Being the Charles Eliot Norton Lectures Delivered in Harvard University, Cambridge: The Harvard University Press. 1935.

CABANAS, K. **Learning from Madness**. Brazilian modernism and Global

Contemporary Art. Chicago y Londres: The University of Chicago Press Chicago and London. 2018.

GARCÍA, M. A. Prati, pionera de la abstracción argentina. **Diario** Página 12. 25 de agosto de 2009. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/6-15051-2009-08-25.html>

\_\_\_\_\_. **El arte abstracto**. Intercambios culturales entre Argentina y Brasil. Buenos Aires: Siglo XXI. 2011.

GOETHE, W. **Ephirrema**. Recuperado de: <https://www.textlog.de/18635.html>. 1820.

GRASSI, M. C. **Arte abstracto y psicología de la Gestalt en la Argentina**. Una historia de la psicologización del estudio de la forma y el color (1944-1953) (Tesis doctoral). Facultad de Psicología de la UNLP, Ensenada. 2019. Disponible em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/77425>>.

GUILLAUME, P. **Psicología de la forma**. Buenos Aires: Psique. 1986 [1947].

HARTMANN, G. W. **Gestalt Psychology: A Survey of facts and principles**. New York: The Ronald Press Company. 1935.

KOFFKA, K. **Bases de la evolución psíquica**: Introducción a la psicología infantil. Madrid: Revista de Occidente. 1926.

\_\_\_\_\_. Problems in the psychology of art. En R. Bernheimer, R. Carpenter, K. Koffka, & M. C. Nahm (Eds.), **ART: A Bryn Mawr Symposium** (Vol. IX, pp. 180-273). New York: Sentry Press. 1940.

MALDONADO, T. **El arte concreto y el problema de lo ilimitado**. Notas para un estudio teórico. Material cedido por Yale University Art Gallery (17/11/2015) (1948).

\_\_\_\_\_. Respuesta ¿A dónde va la pintura?, *Contrapunto*, nº3, Buenos Aires, 3 de abril. En T. Maldonado, **Escritos preulmianos**. Buenos Aires: Ediciones Infinito. p. 35-36. 1997 [1945].

\_\_\_\_\_. Actualidad y Porvenir del Arte Concreto. En T. Maldonado, **Escritos preulmianos** (71-80). Buenos Aires: Ediciones Infinito. 1997 [1951].

PEDROSA, M. Calder y la música de los ritmos visuales. **Ver y Estimar: revista de crítica artística**, 9(31), 5-24. Recuperado de *Revistas de Arte Latinoamericano*, Disponible em: <<http://www.revistasdeartelatinoamericano.org/items/show/86.1953>>. Acceso em: 3 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. (1955). Las relaciones entre la ciencia y el arte. **Nueva visión: Revista de cultura visual**, 6, 14-17. Recuperado de: *Revistas de Arte Latinoamericano*, Disponible em: <<http://revistasdeartelatinoamericano.org/items/show/167>>. Acesso em: 8 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Da natureza Afetiva da forma na obra de arte. In: O.B.F. Arantes. **Forma e Percepção Estética**. Textos Escolhidos II. San Pablo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995 [1949]). p. 107-177.

\_\_\_\_\_. Forma e personalidade. In O.B.F. Arantes. **Forma e Percepção Estética**. Textos Escolhidos II. San Pablo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995[1951]. p. 179-220.

\_\_\_\_\_. **De la naturaleza afectiva de la forma**. Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía. Catálogo publicado con motivo de la exposición Mário Pedrosa. De la naturaleza afectiva de la forma, organizada por el Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía desde el 28 de abril al 16 de octubre del 2017. 2017

PEREZ-BARREIRO, G. Sensibilizar la inteligencia: una introducción a la crítica de arte de Mário Pedrosa. In: PEDROSA, M. **De la naturaleza afectiva de la forma**. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía. 2017. p. 14 – 33.

THURSTON, C. **The Structure of Art**. Chicago: The University of Chicago Press. 1940.

# As relações entre Arte e Política na Ditadura Militar Brasileira

Luis Claudio Reginato Carvalho<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

Escrever sobre este assunto é extremamente cativante, já que se trata do Mário Pedrosa que transitou como militante político e grande crítico de arte. Nesse ano de 2020, relembro que se comemora não só os cento e vinte anos de seu nascimento mas também de seus estudos, artigos em jornais, mostras de artes e de lutas e resistência ao *establishment* brasileiro, cuja sociedade persistiu desde sempre em não tolerar que as mesmas chances e oportunidades de trabalho, cultura, entre outros direitos do cidadão fossem dadas para a camada mais popular da população em todo o país. Contudo, este artigo irá percorrer um caminho complexo daquele momento, vivido por Mário Pedrosa na década de sessenta, e da indissociabilidade da arte com a política, precisamente representada nesse contexto.

**Palavras-chave:** arte; desenvolvimentismo; marxismo; análise econômica; transição; ditadura militar; instituições nacionais; política; partilha; sociedade.

Iniciando a pesquisa e fundamentação para esse artigo já tinha em mente o tamanho do grande desafio e responsabilidade que seria elaborar este trabalho sob o mote tão importante dos cento e vinte anos de Mário Pedrosa.

A elaboração deste artigo vai desde o nascimento de Mário Pedrosa, a Partilha do Sensível de Jacques Rancière, contextualizando as relações entre arte e política com a historiografia da ditadura militar brasileira até as instituições de cunho cultural e social que fizeram parte de toda a vida de Mário Pedrosa.

Escrever sobre este assunto é extremamente cativante, já que se trata do Mário Pedrosa que transitou como militante político e grande crítico de arte. Nesse ano de 2020, relembro que se comemora não só os cento e vinte anos de seu nascimento mas também de seus estudos, artigos em jornais, mostras de artes e de lutas e resistência ao *establishment*<sup>2</sup> brasileiro, cuja sociedade persistiu desde sempre em não tolerar que as

<sup>1</sup> Graduado em História, no Departamento de História e Licenciatura na Faculdade de Educação, ambos na Universidade de São Paulo - USP. Mestrando em História Econômica no Programa de Pós-Graduação em História Econômica na USP.

<sup>2</sup> Establishment: substantivo masculino - a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado.: "o e. brasileiro"; - a elite social, econômica e política de um país. - "o e. no Brasil sempre apoia os políticos vitoriosos".

mesmas chances e oportunidades de trabalho, cultura, entre outros direitos do cidadão fossem dadas para a camada mais popular da população em todo o país. Contudo, este artigo irá percorrer um caminho complexo daquele momento, vivido por Mário Pedrosa na década de sessenta, e da indissociabilidade da arte com a política, precisamente representada nesse contexto.

Em um momento que a ditadura militar endurecia com os que não concordavam com a nova ordem política no país, Mário Pedrosa, com o intuito de implementar um projeto de uma nova sociedade, que seu autor chamaria de uma revolução sem luta armada, e buscando o entendimento entre os próprios trabalhadores e participação de sindicatos, Mário Pedrosa lançou as obras: “A opção brasileira”<sup>3</sup>, e “A opção imperialista”<sup>4</sup>. O objetivo era que se desenvolvesse uma consciência de classe, inexistente nas camadas mais populares.

Serão unidas nesse estudo a Partilha do Sensível de Rancière com Mário Pedrosa. Mas não o Mário Pedrosa escritor, crítico de artes, jornalista, tradutor, mas como se fosse possível fazer um abarcamento em um só ser humano, e unir ao primeiro, o grande pensador da política no Brasil.

É realmente um grande desafio unir em um mesmo tema este projeto à história econômica, em um momento que precisa retornar ao seu lugar de destaque na Academia.

Inicialmente será estudado quem era ele, o que fazia, porque fazia, e como fazia, desde sua juventude até o momento que viveu pela segunda vez um Estado de exceção (1937, 1964) em sua pátria.

Sua biografia, já muito bem investigadas por pesquisadores, como, José Castilho Marques Neto, Isabel Loureiro, Dainis Karepovs, Francisco Alambert, Otilia Arantes e Everaldo de Oliveira Andrade, se resume inicialmente ao nascimento em Timbaúba, Pernambuco, no ano de 1900. Filho de burocrata, ligado aos negócios do Estado, o jovem vai estudar em um internato na Suíça. Já vivendo no Rio de Janeiro, e de volta ao Brasil, por causa da primeira guerra mundial, conclui o curso de direito. A partir desse momento, passa a se interessar pelo marxismo e a se preocupar com questões sociais.

<sup>3</sup> PEDROSA, M. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>4</sup> PEDROSA, M. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



Em 1926, entra no Partido Comunista Brasileiro (PCB), ganha o prêmio para estudar na Escola Leninista de Moscou. Entretanto, não chegou a estudar lá, primeiro por motivo de saúde, e depois por entender que o momento que atravessava a União Soviética não seria propício a ele. Com a morte de Lenin em 1924, Stálin chegava ao poder e sua condução para com a nação não era compreendida por Mário Pedrosa. Neste momento ele se aproxima do pensamento trotskista, e de Leon Trotsky, da internacionalização do socialismo nos demais países, e assim dissemina as ideias da teoria da Revolução Permanente que é diferente e contrária ao socialismo em um país só, modelo defendido por Stalin. Instala-se em Berlim, Alemanha, e fica por um tempo estudando filosofia, estética e economia.

De volta ao Brasil no final da década de vinte, após as turbulências ocorridas na União Soviética, e do fortalecimento político em alguns países pelo fascismo e o nazismo na Europa, passa a integrar grupo trotskista que combatia o Estado Operário Degenerado. Segundo a definição de Trotsky, era a burocracia stalinista que toma o protagonismo do Estado Operário, e do Partido Bolchevique<sup>5</sup>, criando uma categoria para este setor social, e não uma nova classe social. Por isso era chamado pelos trotskistas de estado operário degenerado, e assim criou divergência política irremediável com Partido Comunista Brasileiro (PCB), apoiador e vinculado à Teoria Stalinista.

Chega à cidade de São Paulo, e funda a Editora Unitas com alguns conhecidos, com o intuito de publicar textos referentes ao marxismo. Em 1933, mesmo sendo advogado, faz a opção pelo jornalismo; por conhecer o que ocorria naquele momento na Alemanha e Itália, participa e ajuda a fundar um jornal de massas, conhecido por “O Homem Livre”. Foram quase dois anos de vida desse veículo de comunicação, voltado

---

<sup>5</sup> Bolchevique: origina-se na doutrina da ala esquerda majoritária do Partido Operário Social-Democrata Russo, adepta do marxismo revolucionário pregado por Lênin, que tinha como compromissos para os componentes do partido a militância e o engajamento político, implementação integral do programa socialista, liderança proletária e centralizada.

exclusivamente para combater a barbárie, e o avanço do fascismo<sup>6</sup> e do nazismo<sup>7</sup>, que eram regimes que ele como bom marxista conhecia e combateu, e que iniciaram perseguições desde 1933 aos partidos socialistas e comunistas na Europa.

Nesse jornal, em que ele escrevia artigos e notícias, procura a mobilização das camadas de todos os trabalhadores, denunciando esses regimes para o público brasileiro. Mário escreveu artigos que se opunham frontalmente ao fascismo. Contudo, inicia a fase de crítica a obra de artes, do trabalho da gravurista alemã Khäte Kollwitz. Ele continuou ainda na mesma época a escrever e trabalhar com livros, e na linha no editorial de cultura, conforme relato no artigo do professor Everaldo de Oliveira Andrade, de História Contemporânea na FFLCH/USP:

Mário Pedrosa escreveu artigos principalmente sobre temáticas da luta anti-fascista. Mas também colaborou com temas culturais como uma interessante resenha sobre o filme recém-lançado Scarface em que ele aproveita para comparar a prática dos gangsteres de Chicago com àquelas das burguesias de todos o mundo; uma resenha do livro História do Brasil do poeta Murilo Mendes em que ele destaca a importância dos poemas sobre Canudos, Palmares e a revolta da Chibata; e uma longa resenha publicada ao longo de quatro números sobre a exposição em São Paulo de pinturas da artista alemã Khäte Kollwitz e que é praticamente sua estreia como futuro e brilhante crítico de arte.<sup>8</sup>

Conhecedor das práticas de combate utilizadas pelos fascistas, Mário Pedrosa, como homem de lutas, e assim, pode-se dizer que não era somente um burocrata como militante, estando atrás de uma mesa com máquina de escrever, mas participando de atividade de rua, organizando ações antifascistas, e ainda tentando alertar a população brasileira para não fazer como a U.R.S.S.<sup>9</sup> (que desprezou a capacidade do movimento operário) que prefere trilhar o caminho de concessões e acordos com os países

<sup>6</sup> Fascismo: substantivo; masculino, movimento político e filosófico ou regime (como o estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que faz prevalecer os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador.

<sup>7</sup> Nazismo: substantivo masculino; doutrina e partido do movimento nacional-socialista alemão fundado e liderado por Adolph Hitler 1889-1945; hitlerismo, nacional-socialismo. Perseguiu minorias políticas, religiosas (6 milhões de judeus mortos), estimulava a apologia ao novo reich e a raça ariana.

<sup>8</sup> ANDRADE, E. O. **Mário Pedrosa, antifascista**. 2020 jun 12. Disponível em: <[https://aterraeredonda.com.br/Mário-pedrosa-antifascista/?fbclid=IwAR3JfaBDgTfXhfRGdirqjRZ7sw9B9Z\\_-cJdoyfjW69ihfSzaYwbQO\\_liRew](https://aterraeredonda.com.br/Mário-pedrosa-antifascista/?fbclid=IwAR3JfaBDgTfXhfRGdirqjRZ7sw9B9Z_-cJdoyfjW69ihfSzaYwbQO_liRew)>. Acesso em: 29 ago. 2020.

<sup>9</sup> U.R.S.S.: abreviação para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1917- 1991).

capitalistas. Mário escreveu em artigo no jornal “O homem livre” nº17 de 1933:

presos à miragem do socialismo nacional, os dirigentes soviéticos, sem fé nas forças do proletariado internacional, preferiram recorrer aos métodos das negociações diplomáticas, das combinações com os governos capitalistas, das ilusões do pacifismo, à procura de garantia de paz e de segurança pelos acordos e tratados internacionais, os pactos de não-agressão e de amizade, os conchavos “desarmamentistas”, e enredar-se na malha das Intrigas diplomáticas imperialistas”. E prossegue: “A sorte do Estado soviético sempre esteve indissolúvelmente ligada à sorte das massas oprimidas pelos imperialistas. A política da diplomacia soviética separou porém, os seus interesses imediatos dos interesses das massas proletárias no exterior. (...). É hora do proletariado reafirmar o seu internacionalismo ativo para impor ao mundo capitalista a sua solução, isto é, a civilização radiosa que traz no seu seio. Aos povos europeus às vésperas de serem novamente assassinados, é preciso que a voz poderosa do internacionalismo proletário se faça ouvir.

Fato importante foi a fundação em 1936, do Partido Operário Leninista, em que pela primeira vez se vê obrigado ao exílio, com a cassação de seus direitos políticos, pela decretação do Estado Novo em 1937, e da total inexistência de um estado democrático de direito no país.

Exilado em Paris, no ano de 1938, funda e torna-se membro de seu comitê executivo da IV Internacional, em companhia de Leon Trotsky e do fundador do surrealismo André Breton, que elabora o Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente e defende que a arte tem um potencial libertário e revolucionário entre si. Conceito, que teve na época, a intenção de levar a classe trabalhadora internacional ao poder político, e os seguidores de Trotsky, chamados de trotskistas a fundar sua própria Internacional Comunista. Deixou a IV Internacional (trotskista), após divergir e não concordar com a posição de Trotsky de apoio a União Soviética (Mário que considera contraditório esse apoio ao pensamento de Estado Operário Degenerado<sup>10</sup>), na Segunda Guerra Mundial.

Retornou ao Brasil, clandestinamente em 1941, sendo preso novamente. Solto,

---

<sup>10</sup> Estado Operário degenerado: Leon Trotsky, desenvolve o termo em *A Revolução Traída* - Global Editora, Brasil, 1980; que para ele, o Estado Operário e o Partido Bolchevique haviam sido “tomados” pela burocracia stalinista, que era um setor que tinha origem no proletariado, mas que, por seus privilégios com os próprios interesses, e era inimigo ao conjunto da classe trabalhadora, tornando-se autônomo em relação à mesma. Para Trotsky, este setor social gerou uma “casta” uma vez que sem ser uma nova classe social por não ter um papel qualitativamente distinto do proletariado no processo de produção, usurpou-lhe o poder político.

tem a obrigação de deixar o país, o que faz indo para os Estados Unidos e trabalhando na União Pan-Americana. Em 1942, publica artigo referente aos painéis de Cândido Portinari<sup>11</sup>, instalados na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington. A partir de 1943 trabalha em Nova York na seção de cinema do Escritório de Coordenação de Negócios Interamericanos, sendo também correspondente do jornal *Correio da Manhã* de 1943 a 1945.

Com o fim do governo de Getúlio Vargas em 1945, volta ao Brasil, participa do início da União Socialista Popular e também da criação do semanário *A Vanguarda Socialista*.

À época entre 1949 e 1951, torna-se professor da antiga Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cátedra de História da Arte no departamento de Arquitetura, que influenciou muitos artistas em começo de carreira por seu trabalho em arte com Gestalt, e que no século XX, nas décadas de 50 e 60, Mário estimulou grandes nomes da arte concreta e do neoconcretismo. Ainda teve tempo para criar no *Correio da Manhã* em 1949, a seção de artes plásticas. Foi também responsável pela criação do primeiro grupo de vanguarda denominados, artistas concretos no Rio de Janeiro, com Ivan Serpa, Abraham Palattinik, e também dos neoconcretistas, Lígia Clark, Hélio Oiticica, Lygia Pape, e Ferreira Gullar. Segundo a professora Otilia Beatriz Fiori Arantes, que afirma em seu livro sobre os artistas, que “considera Mário Pedrosa que a tendência expressiva que se encontrará nestes artistas, à exemplo da pintura do artista plástico russo Kandinsky, é a origem de toda a arte, e que a união da sensibilidade com a inteligência teria produzido as obras de arte “mais vivas” da modernidade”.<sup>12</sup>

Organizador do programa artístico da II Bienal de São Paulo em 1953, e secretário-geral da IV Bienal Internacional de São Paulo no ano de 1957, Mário estava acostumado a andar em todas as esferas, manteve relação profissional com o empresário que era considerado por muitos como mecenas e incentivador das artes plásticas,

---

<sup>11</sup> Cândido Portinari: nascido em Brodowski, em 1903, pintou mais de cinco mil obras, de pequenos esboços e pinturas de proporções padrão, como *O Lavrador de Café*, até enormes murais, como os painéis, *Guerra e Paz*, presenteados à sede da ONU em Nova Iorque em 1956. Considerado pela crítica internacional, como um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos, sendo o pintor brasileiro a alcançar maior projeção internacional.

<sup>12</sup> ARANTES, O. B. F. **Mário Pedrosa**: itinerário crítico. São Paulo. Cosac. Naify, 2004.

Francisco Matarazzo Sobrinho, mais conhecido como Ciccillo Matarazzo.

Mário Pedrosa também foi membro várias vezes do júri de inúmeras bienais de artes plásticas ao redor do mundo e em 1959, organizou o Congresso Internacional em Brasília (cidade projetada por Oscar Niemayer e ainda em construção), São Paulo e Rio de Janeiro. Como crítico de arte manteve o cargo de vice-presidente da Associação Internacional de Críticos de Artes (AICA), 1957-1970. Na década de 60 escreve sobre arte e política por anos no *Correio da Manhã*. Foi diretor da Bienal em 1961 e também diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAN) de 1961 a 1963. Nesse momento foi secretário no Conselho Federal de Cultura do governo Jânio Quadros no ano de 1961 a 1963.

Sobre a política econômica nos anos 60, tem divergências com os desenvolvimentistas. Dentre eles, o ministro do planejamento do governo JK Celso Furtado a quem cita como criador do Plano Trienal. Este plano cedeu ante a dos capitais estrangeiros na política cambial, durante o tempo que resistiu à pressão da finança internacional no que concerne a sustentação dos investimentos do setor estatal – conforme Mário Pedrosa escreve na página 3 de seu artigo ‘Entreguismo e nacionalismo’, do *Jornal do Brasil* em 102 de agosto de 1959. Mário acreditou que o desenvolvimentismo brasileiro cresceu e se formou através da barganha do Imperialismo. Criticou também os comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em que, “rejeita a tese dominante na esquerda, de que seria possível uma revolução burguesa no Brasil, com desenvolvimento social, pois nossas elites estavam submissas sob as ordens do capital financeiro internacional, que segundo Pedrosa ditava as regras de uma política econômica de mercado e neoliberal, a qual seria obediente conforme afirmei anteriormente aos interesses do capital internacional.”<sup>13</sup>

Com o Golpe de 1964, Mário Pedrosa nos traz seu diagnóstico do Regime Militar de 1964 em comparação com o governo Vargas além de concluir o capítulo quatro do livro “A Opção Brasileira” de 1966 onde contava que o golpe e o regime militar de 64 estavam ligados ao capitalismo internacional imperialista, momento pelo qual as Forças Armadas Brasileiras estavam sob forte influência do Estado Americano, de suas

---

<sup>13</sup> DI CARLO, J. O desenvolvimentismo na crítica de Mário Pedrosa. *Movimentação*, v. 5, n. 8, p. 18-37, 2018.

corporações, de empresas e financeiras, em que podia-se considerar as forças armadas até como uma analogia de "um adido militar da embaixada estadunidense no Brasil", e este prejudicando setores da própria burguesia nacional, diferente da mentalidade na época do presidente Getúlio Vargas. Naquele momento houve a criação das várias companhias estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Hidrelétrica do Vale do São Francisco, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), e a campanha do "petróleo é nosso", pela empresa criada em 1953 com o nome de Petrobras, com a grande descoberta das jazidas de petróleo em 1954 na Bahia. Com o intuito de se fortalecer o investimento financeiro externo americano (que foi negociado com Vargas), o parque industrial se desenvolve rapidamente nessa época com o apoio do Estado e através da política desenvolvimentista, que deu prosseguimento com o mandato do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Todavia, na visão que Mário tinha como militante político ele observou que seria impossível termos objetivos alcançados com esse modelo (desenvolvimentista), já que não havia uma burguesia industrial progressista favorável às instituições democráticas, que, ao mesmo tempo, não sendo a favor do desenvolvimento social e financeiro da camada trabalhadora urbana e do campo. O que o leva a teorizar por uma revolução apoiada pelas massas e organizada pelos sindicatos como representantes da classe trabalhadora, mas sem a luta armada. Mário acredita num movimento de passagem para o socialismo nos países do terceiro mundo, com o pensamento que uniria o gerenciamento de negócios das grandes corporações estadunidenses com o modelo de empresas estatais soviéticas. Complexo, mas muito marxista, já que em sua ideia se concentrava a tese original de Karl Marx, em que a revolução comunista estava ligada com o máximo desenvolvimento das contradições do capitalismo, como último passo para o socialismo.

Em resumo, ele foi um homem do Século XX, mas que compreendia na heterodoxia do pensar, a arte e a política, se unindo na complexidade para caminharem juntas e sempre, passando subjetivamente a sensação de estarem juntas, e assim dando uma percepção física para abranger que os conceitos de arte e revolução social caminham juntos, um verdadeiro marxista.

Em outra chave que complementa, ou melhor, estabelece uma conexão com esse

artigo, se encontra a História Econômica, ela que no seu entender é de grande importância para a sociedade, entra em cena depois de analisarmos melhor a questão da arte e a política.

Por quê? Porque em muitos momentos de sua vida, Mário Pedrosa trabalha com artigos de crítica de arte, mostras culturais, aulas, e traduções, mas jamais sem esquecer do pensamento político e que a economia reflete como parte dessa sua preocupação com conquistas para a sociedade pelo homem novo.

Chega a ser muito precisa e correta como o pensar de dois estudiosos de Mário Pedrosa, como o de Marcelo Ribeiro Vasconcelos e Marcelo Mari, sendo que o primeiro em sua tese de doutorado em Filosofia pela UNICAMP: “O exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos e os New York Intellectuals: abstracionismo na barbárie”, e o segundo autor que pesquisou também em sua tese de doutorado em Filosofia e Ciências Humanas pela USP, com o tema: “Estética e política em Mário Pedrosa (1930-1950)”. Análises que vão a fundo no conceito que Pedrosa vislumbra através da força que a arte tem, construindo um modelo de uma nova sociedade mais igualitária.

Como também se pode encontrar na relação à “arte política” em que existe a provocação elaborada pelo filósofo francês Jacques Rancière, que caminhou pelo universo da arte e com análise peculiar conseguiu observar o que artistas pretenderam fazer com que suas obras não ficassem somente na esfera artística e sim produzissem efeitos práticos no mundo real.

Um caminho relatado aqui anteriormente, em que esse caminho também é percorrido ideologicamente por Mário Pedrosa. Exemplos não faltam, o grupo de artistas concretistas que ele reúne e exerce encontros com debates sobre essa dinâmica. Nomes como Ferreira Gullar, Hélio Oiticica, Lygia Clark, entre tantos outros, que se rebelam e criam o neoconcretismo como adversidade revolucionária ao concretismo e sua tendência racional, positivista, dogmática e técnico-científica.

Movimentação compreendida pelo contexto, pela época, e também espaço, trazendo algo extremamente significativo, e mostrando-se revolucionário, pois nesse momento a arte estava sendo disputado em pleno litígio e enfrentamento do pensamento neoliberal, em oposição ao desenvolvimentismo e os pensamentos de uma arte popular pelas elites subservientes ao capital estrangeiro.

O Brasil na década de 60 se encontra numa disputa política, grupos conservadores nos costumes e ultraliberais no pensamento econômico organizam o golpe, para a implantação ditatorial, que foi bancada pela elite subserviente, e ligada ao corporativismo Imperialista em uma periferia mundial.

Os movimentos populares, os sindicatos e artistas necessitam se organizar como movimentos que pretendem resistir e desfrouxar as amarras do sub-desenvolvimentismo colocadas pelos Nações ligadas a ideologia do Imperialismo estadunidense.

O projeto vai se organizando e chega na década de setenta com uma proposta de decolonialismo, quer ultrapassar a essa face obscura de modernidade, e que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder da ideologia colonial e eurocentrista. Porque conforme me relatou Marcia Basseto Paes,

[...] para Mário Pedrosa interessava a forma como a burguesia se apropriava da arte como mercadoria e, portanto, a descaracterizava para simplesmente cumprir função no processo de acumulação de capital. Para Mário a burguesia, o liberalismo burguês, aceita todas as obras de bate-pronto. A vilipêndia, polui, apodrece, digere e cospe para o consumo. Em 1978 Mário dizia que como a burguesia não tem mais força para impor valores que são dela, ela aceita qualquer coisa porque pode ser que algum dia aquilo pode proporcionar lucro.

Segundo ainda Marcia Basseto Paes, que por anos trabalhou e o ajudando a organizar seus livros, arquivos e peças de arte nessa época para Mário Pedrosa, e com que tive a oportunidade de trocar alguns e-mails sobre o assunto, ela relatou que a grande percepção a que Mário pode nos trazer, foi de um processo através da concepção da proposta de criação do Museu das Origens foi publicada no Jornal do Brasil do dia seguinte e em Arte Hoje de outubro de 1978. O Museu das Origens se comporia de cinco museus – do Índio; de Arte Virgem, Museu do Inconsciente; do Negro; de Arte Moderna e de Artes Populares. O novo Museu de Arte Moderna deveria reconstituir um acervo “representativo da arte brasileira”, no entender de Mário.

Essa busca pela superação à dominação ideológica das Nações Imperialistas para com outras que já tinham identidade cultural própria, já se vê desde muito cedo, nos anos de 1930, segundo nos informa Marcelo Ribeiro Vasconcelos em sua tese de doutorado, conforme cito abaixo:



A tese tem como principal objetivo a análise sobre as experiências de exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos (1938-1945) e os impactos de tais experiências em suas práticas e posições. Foi privilegiada ao longo da análise a observação das formas de sua participação em um campo de disputas estabelecido pela imprensa radical nova-iorquina, que tinha como principal elemento em disputa as formas e o sentido do radicalismo cultural. Nos EUA, desde as primeiras décadas do século XX, radicalismo político e modernismo cultural acabam por se entrelaçar como uma possibilidade de superação da tradição anglo-saxã.

Vê-se que esse processo de Decolonialismo para Nações periféricas e principalmente para o Brasil, se torna claro em suas projeções, pois Mário, já naquela época lançava a hipótese de libertação cultural, social e também econômica, e como trotskista, acreditou que ela ocorreria através de uma libertação proletária e popular para com aquela elite nacional submissa ao Imperialismo mundial.

Marcelo Mari que também em sua tese de doutorado analisa a crítica de Mário Pedrosa, em que estuda e analisa a contribuição pedrosiana de modo decisivo na formação e no desenvolvimento do meio político e artístico brasileiro. Aqui mais especificamente a influência sobre a obra da artista gravurista alemã Käthe Kollwitz, que em 1933, Pedrosa pronunciou em conferência sobre ela e “defendeu uma arte tendenciosa que tomasse partido em favor da luta revolucionária e internacionalista do proletariado”. Mari alerta para o que se define como uma:

[...] pressão dos acontecimentos políticos e sociais e que se fez sentir de tal forma no ambiente artístico e cultural do Brasil que artistas, escritores e intelectuais começaram a participar mais ativamente da política” (...). “A política passava a ter maior relevância do que a discussão centrada sobre a legitimidade ou não da arte moderna ou, como diria Mário Pedrosa, as polêmicas deixavam de ser artísticas para se tornarem políticas.

No caso da pesquisa que faço sobre o pensador Mário Pedrosa, deve-se esclarecer que aprofundo no ponto de vista econômico, e como ele pode agir conectado e sem ruptura de esclarecer o assunto que o projeto trata. Um homem que é crítico de arte por opção, e jornalista por profissão, que pretende trazer um novo pensamento político-econômico para um país periférico e subdesenvolvido, vivendo o Estado de Exceção, com uma política econômica remanescente de seus últimos anos no

desenvolvimentismo, e que inicia uma nova e amarga fase neoliberal, que a longo prazo arrastará o país para uma crise inflacionária e de uma dívida externa colossal. E como Marx disse, “o capitalismo necessita das crises cíclicas nas políticas econômica, e social para sobreviver, sendo provocadas pelas próprias leis do funcionamento capitalista no sistema econômico liberal.”.

A influência trotskista também é proeminente, o internacionalismo é a grande marca para essa arte, já que não se aceita o regionalismo defendido pelos partidos comunistas. Cito Marcelo Mari, que a mensagem e a intervenção da arte para Mário Pedrosa estavam na área de: “como lutar por um tipo de internacionalismo nas artes que fizesse frente à divisão internacional do trabalho resultante da perpetuação das relações desiguais e combinadas entre centro e periferia no Capitalismo.”.

Mário sempre teve essa antevisão com o assunto, e mesmo que ele não seja um economista de formação, e projetando algo de fora da “bolha do economês”, através de sua ‘práxis’, com os estudos marxistas, e experiências em outros países, ele teve a oportunidade de conhecer, e comutar informações com inúmeros estudiosos do assunto em questão, para alcançar um objetivo, e que fosse de um início através de um país socialista, voltado mais para as questões humanas e menos para as questões do mercado, em um sistema capitalista mundial.

Nesse caso se torna importante que o respaldo do estudo e da pesquisa necessite não só do meu entendimento, mas também do conhecimento de outros historiadores que conseguiram de forma correta e segura apresentar os fatos da História Econômica.

No artigo “*História econômica: algumas questões metodológicas*” da professora Luciana Lamblet Pereira de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), para o XXII Simpósio Nacional de História, em Londrina, em 2005.

Concordo que para uma pesquisa unificadora com duas disciplinas, sendo a Economia e a História, para se compreender a História Econômica, é preciso entender como se relacionam e conversam entre si. Assim desde o Século XIX, existe o conflito de ideias entre a Escola Histórica, que é uma corrente que reforça os aspectos individuais do desenvolvimento econômico, defendendo as especificidades do mesmo em vários países, que difere das ideias de Smith e Ricardo, que eram concepções mais generalizantes.

Com o surgimento e o crescimento da classe operária nesse mesmo século é estimulado o interesse sobre a história econômica, que tem, nessa mesma época, uma grande influência pela teoria marxista.

Luciana L. Pereira, afirma ainda em seu artigo:

[...] que o historiador econômico não caia no tão repudiado anacronismo, aplicando variáveis concernentes à empresa capitalista, compreendo a necessidade de estudar as relações internas do sistema econômico da sociedade abordada com sua estrutura social, evitando, com isso, o risco das generalizações, geralmente cometidas pela economia retrospectiva.<sup>14</sup>

No artigo a autora entende que na obra “Sobre História”<sup>15</sup>, do historiador marxista Eric Hobsbawm, os economistas tinham o hábito de apartar a história em seus trabalhos, e não dando ênfase às mudanças do conjunto em toda sociedade. No livro o autor deixa claro que a economia não pode ser separada, pois, faz parte da essência da história, senão terá perdido sensivelmente o seu realismo enquanto ciência social aplicada.

Acredita que não se pode fechar em pequenos compartimentos separados, como História do Poder e Ideias Políticas e História Cultural, o que sem dúvida está correta, e assim haverá uma história em sua totalidade, pois se sabe que na sociedade não existe somente o homus econômico, ou político, e um outro cultural.

Para Hobsbawm, o ser humano vive em sua totalidade, com seus conflitos pessoais, suas vidas particulares e suas hesitações, e que em suas relações e o jeito de se ver nesse mundo novo, ele tem para dar sua contribuição à História Econômica.

Nesse momento penso que a utilização da História Econômica como uma das vigas que pretendo dar alicerce para produzir nesse artigo, olhando sem preconceito para as críticas, para a produção de debates anteriores, e que leve à produção de minha pesquisa, em que há um Mário Pedrosa crítico de arte, constituindo parte importante na partilha do sensível, e um “outro” Mário Pedrosa, pensador político com viés ao estudo político econômico para solução do problema social de uma nação periférica a partir de

<sup>14</sup> PEREIRA, L. L. História econômica: algumas questões metodológicas. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História, 2005. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369\\_3be6a0aobbcc555958194da64a18d92c.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_3be6a0aobbcc555958194da64a18d92c.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2020.

<sup>15</sup> HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

minhas fontes.

Essa análise passa a partir da obra de Rancère, de como foram as relações entre a arte e a política em uma época de um passado recente – o golpe de 64, e que tanto foi importante para a cultura nas relações que as instituições nacionais (ABI, CNBB, OAB, entre outras) se mobilizaram por proteção ao Estado de Direito da população desprotegida.

A Ditadura Militar Brasileira teve o enfrentamento e resistência de alguns setores da sociedade com o golpe civil / militar de 1964 e, mesmo que tivesse inicialmente o apoio dessa sociedade, o que ocorreu foi que muitos grupos se estruturaram para combater o que era a perda do estado democrático de direito. Esse processo de um “contragolpe” de alguns setores da sociedade, como por exemplo, sindicatos de trabalhadores, estudantes, artistas, professores, começa em primeiro de abril de 1964 e sobrevive, atinge e ultrapassa com muita luta, o treze de dezembro do ano de 1968 com o Ato Institucional nº5 decretado pelo governo autocrata.

Os setores ligados a arte, cultura, educação, que eram a princípio, os artistas, escritores, estudantes, não contava com a simpatia e apoio de algumas instituições (citadas a dois parágrafo acima) que se tornaram no final da década de 70 em pilares da redemocratização com a mudança de comportamento e da opinião da sociedade brasileira já no fim da ditadura, que já se prenunciava seu final para o começo da década de 80.

Instituições<sup>16</sup> como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que somente com o processo, e do andamento de medidas autocráticas do golpe, foram percebendo com o tempo, e a luz, o que realmente tinham em mente os militares. Em parceria com alguns setores da elite empresarial, pois no início, essas instituições sociais e políticas até deram apoio ou silenciaram ao que para eles seriam como uma salvação do comunismo que, assim diziam, que o movimento popular de esquerda estava

---

<sup>16</sup> ROLLEMBERG, D. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2: Brasil e América Latina; ROLLEMBERG, D. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, D. A.; ROLLAND, D. (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

instalando no país o caos urbano e rural.

Conforme artigo de Marcelo Ridenti,<sup>17</sup> temos o estudo do sociólogo Sergio Miceli, que, “a maioria dos intelectuais desse período [1920-45] pertencia à família de ‘parentes pobres’ da oligarquia ou, então, a famílias de longa data especializadas no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio”.<sup>18</sup> Eram oriundos das famílias tradicionais do nordeste brasileiro e do Rio de Janeiro, e tendo sido deslocados de sua posição social, o que com isso podiam enxergar a realidade de outros pontos de vista sociais, segundo Leôncio Martins Rodrigues, os principais dirigentes comunistas. Sendo que o dirigente esquerdista típico seria “o jovem intelectualizado de família tradicional decadente dos Estados pobres”.<sup>19</sup>

Segundo os pesquisadores Miceli e Rodrigues, a análise feita para a primeira metade do Século XX pode ser para o período posterior, pois vários militantes, intelectuais, e artistas, continuaram com sua atuação na segunda metade e na década de 60 ainda seriam até mais importantes, pois existem dados quantitativos, quanto qualitativos, dos grupos compostos por artistas, políticos, intelectuais. Eram as novas classes médias que se tomavam espaço na sociedade.

Concordante às páginas anteriores, observo um Mário Pedrosa crítico de arte totalmente envolvido e inserido na Partilha do Sensível a que Rancière nos ensina, sendo o intelectual ligado às artes de forma crítica e consciente, pois para ele, o aprender é uma forma de libertação para todos os envolvidos, e não só para poucos privilegiados.

Lendo a biografia de Mário Pedrosa, escrita nas primeiras páginas desse artigo, vem incrivelmente de encontro com tudo o que Marcelo Ridenti, Sergio Miceli, e Leoncio M. Rodrigues descrevem sobre as características e predicados dos intelectuais e pessoas ligadas as artes e cultura, na política.

O termo partilha foi estudado em curso que tive a oportunidade de participar e que foi ministrado pela professora de história Míriam Hermeto da UFMG. Ela me despertou, e me levou a pensar que a palavra partilha tem dois sentidos, e é com esses

---

<sup>17</sup> RIDENTI, M. Intelectuais e artistas brasileiros - nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. *ArtCultura*, v. 9, n. 14, p.185-195, jan./jun. 2007.

<sup>18</sup> MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>19</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981.

dois sentidos que se fazem compreender em primeiro lugar a aquilo a que me pertence, e é depois também, aquilo em que eu compartilho. Assim se encontra com o Mário Pedrosa um intelectual, mas engajado politicamente que por acreditar que a revolução em partilha com a arte será benéfica para a nação.

No livro “A Opção Brasileira”<sup>20</sup> em seu capítulo quatro, ele aponta que a opção é mesmo de revolução já que primeiro o presidente João Goulart trai todas as expectativas e não consegue governar, assim se instalando o caos. E também as elites que até esse momento jamais conseguiram a sobrevivência sem a ajuda do Estado, e que sua única preocupação é a subserviência ao Imperialismo estadunidense. Entretanto, esse sistema econômico criado pelo governo ditatorial brasileiro de cunho neoliberal, será depois de alguns anos muito criticado pelos empresários “tupiniquins”.

Pedrosa não comete deslize na sua análise, e sabe que um novo Imperialismo dirigido pelo Estado, ainda existindo com o velho imperialismo, que nada mais era que a união do capital estatal que financia projetos do setor estrutural e o capital privado e estrangeiro que financia setores da indústria, dando suporte para alavancar os Estados Unidos da América como a superpotência imperialista no século passado “Foi a época do apogeu do desenvolvimentismo, marca JK”.<sup>21</sup>

O comum também se encontra nele, e não é só na estética, mas também na política, pois Mário Pedrosa pretende a popularização cada vez maior, mesmo depois de ser considerado o maior crítico brasileiro de artes plásticas, e oriundo de família oligárquica nordestina em decadência, como nos lembra Marcelo Ridenti.

Mário Pedrosa enfim busca dentro desse contexto que a transformação aconteça com a consciência de classe da população trabalhadora, e sendo que o fruto do trabalho deve continuar através das conquistas sociais, com uma evolução econômica, intelectual, e na vida cotidiana, que assim numa dialética, termina coma subserviência de quem não concorda com o que é o parasita nessa engrenagem da meritocracia capitalista. Assim o homem novo surgirá e terá a possibilidade de alcançar a libertação, com ajuda e parceria do Estado, Conselhos e Sindicatos, em uma próxima etapa entre a passagem do capitalismo para o socialismo.

---

<sup>20</sup>PEDROSA, M. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p.181- 245.

<sup>21</sup>PEDROSA, M. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 203.

Com valores partilhados que sejam trazidos do passado, rompendo com o presente, e trazendo perspectivas melhores das que se apresentam nesse presente, e se apropriando do partilhado universalmente e também na temporalidade.

Quebra-se a bipolaridade da repressão e resistência, para encontrar a acomodação como fronteira tênue dessa condição, rompendo o sistema binário, havendo além da simples resistência, uma resistência plural. Essa estava para Mário Pedrosa num mesmo eixo do intelectual preocupado com a arte alcançando e levando ensinamento e cultura a todos, em conjunto, com aquele que nunca esteve separado do primeiro, que como militante político pode acreditar numa nova possibilidade de vida para uma nação periférica, latino-americana, em uma sociedade mais uniforme com menos desigualdade, libertando-se de uma elite que em grande parte ainda vivia de ideias que não eram apenas conservadores, mas arcaicas e ultrapassadas, sufocando aos que realmente movimentam a roda da economia, e que é, seus trabalhadores.

## Referências

ALONSO, G. “O preto que ri” ou um negro entre Zumbis e Tornados. In: **Simonal: quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga**. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 79-141.

AMATO, G. **Ele compra o “Lampião”, mas manda embrulhar: reconfigurações do sensível no documentário “Lampião da esquina” (2016)**. PPGHIS-UFMG, 2018.

ANDERSON, P. Internacionalismo: um breviário. **Anos 90, Porto Alegre**, v. 12, n. 21/22, p. 13-42, jan./dez. 2005.

ANDRADE, E. O. **Mário Pedrosa, antifascista**. 2020 jun 12. Disponível em: <[https://aterraeredonda.com.br/Mário-pedrosa-antifascista/?fbclid=IwAR3JfaBDgTfXhfRGdirqjRZ7sw9B9Z\\_-cJdoyfjW691hfSzaYwbQO\\_liRew](https://aterraeredonda.com.br/Mário-pedrosa-antifascista/?fbclid=IwAR3JfaBDgTfXhfRGdirqjRZ7sw9B9Z_-cJdoyfjW691hfSzaYwbQO_liRew)>. Acesso em: 29 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Mário Pedrosa, o golpe de 1964 e a crítica ao desenvolvimentismo. **Revista Perseu: História, Memória e Política**, p. 263-280, 2016.

\_\_\_\_\_. Mário Pedrosa. In: SECCO, L.; PERICÁS, L. (Orgs.). **Intérpretes do Brasil, clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo; Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O debate sobre a planificação econômica socialista no Brasil**. São Paulo:

Mimeo, 2013.

ARANTES, O. B. F. **Mário Pedrosa: itinerário crítico**. São Paulo. Cosac. Naify, 2004.

BATISTA, N. O processo de montagem em São Paulo: pode o povo estar na Bienal? In: **O tempo em processo: cultura na ditadura militar e os impasses em torno do popular na peça “O Último Carro” (1964-1978)**. Tese (Doutorado) - PPG História Social, USP, 2019. p. 227-293.

BERTELLI, A. R. (Org.) **A Nova Política Econômica (NEP) - Capitalismo de Estado, transição e socialismo**. São Paulo: Global Editora, 1987.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRANDÃO, T. O teatro brasileiro do século 20. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Olhar o Brasil**, n. 29, 2001.

CARDENUTO, R. Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 76, p. 311-332, 2012.

CHAUÍ, M. **Cultura e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DI CARLO, J. O desenvolvimentismo na crítica de Mário Pedrosa. **Movimentação**, v. 5, n. 8, p. 18-37, 2018.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-8, jan./abr. 2017.

FRANCO, R. **Itinerário político do romance pós-64: a festa**. São Paulo: EdUnesp, 1998.

GARCIA, M. **Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

GAUDENCIO, L. **A partilha do Cruzeiro: rearranjos de identidades sem-valor**. PPGHIS-UFMG, 2018.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAREPOVS, D. **Pas de politique Mariô! Mário Pedrosa e a política**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_; MARQUES NETO, J. C.; LOWY, M. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, J. Q. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1995. v. II.



KONDER, L. **Marx: vida e obra**. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. sd. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

LUNARDI, R. Elis Regina: entre o canto e a política na década de 1970. **ArtCultura (UFU)**. v. 29, p. 187-202, 2014.

LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, A. **Teoria da organização política. Escritos de Engels - Marx - Lenin - Rosa - Mao**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARI, M. **Estética e política em Mário Pedrosa (1930-1950)**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Mário Pedrosa: Agit prop e arte independente na periferia capitalista. In: **Arte e vida social: pesquisas recentes no Brasil e na França**. Marseille: OpenEdition Press, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F.; COGGIOLA, O. (Org.). **O manifesto comunista**. São Paulo; Boitempo Editorial. 1998.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NAPOLITANO, M. A arte engajada e seus públicos. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PACHECO, T. Teatro alternativo em 70: a luz no final do túnel. In: MELLO, M. A. (org.). **20 anos de resistência. Alternativas da Cultura no Regime Militar**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. p. 95-106.

PATRIOTA, R. O teatro e o historiador: interlocuções entre linguagem artística e pesquisa histórica. In: RAMOS, A. F., PEIXOTO, F.; PATRIOTA, R. (orgs.). **A história invade a cena**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 26-58.

PEDROSA, M. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. Entreguismo e nacionalismo. **Jornal do Brasil**, a. LXIX, n. 179, p.3 e 8, 2 ago. 1959.

\_\_\_\_\_. O partido do gabarito curto. **Jornal do Brasil**, a. LXIX, n. 1, p. 3, 1 jan. 1960.

PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PEREIRA, L. L. História econômica: algumas questões metodológicas. **ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História**, 2005. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369\\_3be6a0aobbcc555958194da64a18d92c.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_3be6a0aobbcc555958194da64a18d92c.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PERICÁS, L. B. **Caio Prado Jr. – uma biografia política**. São Paulo, Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREOBRAJENSKY, E. **A nova economia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RANCIÈRE, J. **A noite dos proletários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo, EXO / Ed. 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **O desentendimento**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **O mestre ignorante**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os nomes da história**. Educ/Pontes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Políticas da escrita**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

RIBEIRO VASCONCELOS, M. **O exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos e os New York Intellectuals: abstracionismo na barbárie**. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

RIBEIRO, I. L. C. **Uma leitura de “A noite da espera” (Milton Hatoum, 2017)**. PPGHIS-UFMG, 2018.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, R. P. S.; REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. v. 1. p. 30-47.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e artistas brasileiros - nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, p.185-195, jan./jun. 2007.

RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B (org.). **História**

**geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1981.

ROLLEMBERG, D. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2: Brasil e América Latina.

\_\_\_\_\_. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, D. A.; ROLLAND, D. (Orgs.). **Modernidades alternativas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (Org.). “Introdução”. In: **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2: Brasil e América Latina.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TROTSKY, L. **A revolução Permanente.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **A revolução traída.** São Paulo: Sudermann, 2005.

VIANNA FILHO, O. Um pouco de pessedismo não faz mal a ninguém. **Revista Civilização Brasileira, Caderno Especial de Teatro e Realidade Brasileira,** a. 4, p. 69-78, 1968.

# Do museu de reproduções ao Museu das Origens: reflexões sobre projetos institucionais de Mário Pedrosa

Sabrina Parracho Sant'anna<sup>1</sup>

Marcelo Ribeiro Vasconcelos<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo faz uma análise sobre a proposta de Mário Pedrosa para o Museu de Brasília (1958). O projeto, apresentado por Pedrosa por meio de uma carta enviada a Oscar Niemeyer, se caracteriza pela recusa em constituir um acervo próprio de obras de arte e pela intenção de utilizar em suas exposições e projetos didáticos reproduções de obras de arte. O artigo procurou estabelecer entendimentos sobre papel desempenhado por tal instituição dentro do projeto de Brasília, mas também como parte de um projeto estético mais amplo, em que eram privilegiadas as potencialidades comunicativas das artes visuais não figurativas, como o abstracionismo geométrico. Para compreender como o projeto do museu de reproduções responderia às demandas históricas identificadas por Pedrosa a partir de sua interpretação sobre a função da arte moderna na construção de novas sensibilidades, foram estabelecidas comparações com outros dois projetos institucionais realizados e idealizados por Pedrosa: o *Museo de la Solidaridad* e o Museu das Origens.

**Palavras-chave:** Mário Pedrosa; museus; Brasília; arte; educação.

## From the museum of reproductions to the “Museu das Origens”: reflections on Mário Pedrosa's institutional projects

## ABSTRACT

The article analyzes the proposal of Mario Pedrosa for the Brasília Museum (1958). The project was presented by Pedrosa through a letter sent to Oscar Niemeyer and was characterized by the refusal to create its own collection of works of art and by the intention to use reproductions of works of art in its exhibitions and didactic projects. The article sought to establish understandings about the role played by such an institution within the Brasilia project, but also as part of a broader aesthetic project, in which the communicative potential of non-figurative visual arts, such as geometric abstractionism, was privileged. In order to understand how this museum of reproductions would respond to the historical demands identified by Pedrosa from his interpretation of the role of modern art in the construction of new sensibilities, comparisons were established with two other institutional projects carried out and idealized by Pedrosa: the “Museo de la Solidaridad” and the “Museu das Origens”

**Keywords:** Mário Pedrosa; museums; Brasília; art; education.

<sup>1</sup> Professora associada do Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. E-mail: saparracho@gmail.com

<sup>2</sup> Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagem da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). E-mail:marcelo.ribeiro84@gmail.com.

## Introdução

Em tempos de quarentena e isolamento social por covid-19, quando a circulação cotidiana está interrompida e a cultura se fecha sobre si mesma a procura de novos meios de difusão<sup>3</sup>, museus e espaços expositivos retomam antigos debates sobre as possibilidades do uso de tecnologias para ampliação do acesso às obras de arte. De fato, não apenas momentos críticos, como o recente incêndio do Museu Nacional e a discussão sobre o uso de impressoras 3D para a reconstituição de réplicas, mas também o uso intensivo de imagens reproduzidas em museus de tecnologia, apontam para a atualidade de um debate que não vem de hoje. Entre os projetos museais em que Mário Pedrosa esteve envolvido, o projeto de 1958 para o Museu de Arte de Brasília parece especialmente oportuno para a reflexão hodierna.

Como é sabido, para além de sua atuação na vida política brasileira e na crítica de arte, Pedrosa se dedicou intensamente a projetos de institucionalização da arte, tanto em âmbito nacional, como internacional (PUCU, 2019). Já foi objeto de análise sua conhecida participação na fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em meados do século XX (SANT'ANNA, 2011), na reformulação do MAM após o incêndio em 1978 (SANT'ANNA, 2014; LOPES, 2013.), na criação do Museu da Solidariedade no Chile (CACERES, 2010; LOPEZ, 2010). No entanto, dentro do que se poderia chamar de um projeto para arte e educação de Pedrosa, o museu de Brasília foi ainda muito pouco debatido. De fato, além da relevante contribuição de Quinderé (2018), o museu de Brasília pouco ocupou as reflexões daqueles que pesquisam sua obra. Talvez por que o projeto abandonado pouca repercussão tenha tido no momento de sua formulação, talvez por que o debate em torno dele pouco tenha ocupado a agenda pública naquele momento e faltem dados para uma compreensão mais detalhada sobre seu fracasso. De todo modo, partimos do pressuposto de que projetos silenciados também ordenam a vida social e reaparecem quando passam a responder às questões postas no horizonte de expectativas de épocas porvir (JAUSS, 1994). Nesse

---

<sup>3</sup> Even during COVID-19, art 'brings us closer together than ever' – UN cultural agency. <https://news.un.org/en/story/2020/04/1061802>

sentido, vale a pena retomar o projeto de Pedrosa, do ponto de vista da rede discursiva que acionava no momento de sua formulação e, sobretudo, dos projetos de arte e educação que formulava então.

### **O projeto do Museu de Brasília: referências e silêncios**

Em carta endereçada a Oscar Niemeyer, em 24 de julho de 1958, Pedrosa evocava trocas de ideias anteriores sobre o Museu de Brasília e punha por escrito como deveria ser uma tal instituição. A correspondência, preservada nos arquivos CEMAP, foi publicada por Otília Arantes em *Política das Artes* (1995) e tanto expressa muito claramente o projeto do museu, como aponta para visões mais amplas sobre o que Pedrosa compreendia pela relação arte e educação e para sua compreensão do papel de Brasília na constituição de um novo país. Na imprensa, o projeto teve pouca repercussão. No entanto, no *Correio da Manhã*, a coluna de Jayme Maurício de 06 de agosto de 1958, incluía nota anunciando que Juscelino Kubitschek autorizara Oscar Niemeyer “a combinar oficialmente com o crítico Mário Pedrosa a organização de um museu de reproduções em Brasília” (MAURÍCIO, 1958, p.12).

Na carta a Niemeyer, a proposta se iniciava enumerando as dificuldades para criação de um novo museu de arte na cidade e apontando as falhas dos inúmeros projetos que povoavam, então, o país. Num olhar retrospectivo, Pedrosa olhava para as instituições que havia visto serem criados naquela década e apontava suas ausências. Os esforços para criação dos museus de arte moderna no Rio e em São Paulo e, sobretudo, do MASP eram, então, revisados. Segundo Pedrosa:

O resultado é que há de ser sempre um museu ‘à americana’, isto é, incompleto nas suas coleções quanto a uma autêntica representação por escolas e arte do passado, e híbrido, quer dizer, sem uma especialização caracterizada, de nível verdadeiramente histórico e científico (PEDROSA, 1995a, p.287-288).

Diante da construção da nova capital, Pedrosa remetia ainda às dificuldades da realidade *sui generis* de sua localização espacial. Numa “cidade apenas em formação – e que em formação ainda estará durante muito tempo”, Brasília estava “isolada dos

grandes centros culturais” e “só muito dificilmente poderia aproximar-se do nível dos congêneres das duas velhas capitais, apesar de enormes somas, a serem contadas por milhões e milhões, que o governo quisesse ou pudesse investir, continuamente, para constituir-lhe o acervo” (PEDROSA, 1995a, p.288). Não eram apenas os obstáculos concretos, no entanto, que ordenavam as preocupações de Pedrosa. Como discutido em outras ocasiões, Pedrosa concebera “Brasília como uma continuidade do projeto estético que procurava defender no Brasil” (RIBEIRO VASCONCELOS, 2019, p.36) O projeto de fundação da nova capital, ao lado do projeto construtivo de Pedrosa, possibilitava “melhorar a qualidade artesanal e mesmo estética de nossas artes” em razão de uma “autodisciplina” e de um “espírito menos complacente consigo mesmo” (PEDROSA, 1959a).

Assim também, o museu digno da nova capital não poderia ser construído “nos moldes tradicionais, caracterizado por sua coleção de obras originais”. Ao contrário, seria “todo ele um museu de cópias, reproduções fotográficas, moldagens de toda espécie, maquetes, etc.” (PEDROSA, 1995a, p.288). Orientado para a maior completude possível, o museu se dedicaria à apresentação de “todos os ciclos da história da arte mundial”. Sem falhas ou omissões se voltaria “às manifestações artísticas das diversas civilizações e culturas históricas e aos diversos movimentos que definem a arte contemporânea” (Idem). Acompanhadas de projeções de slides e textos explicativos gravados, as exposições de ciclos históricos estariam também integradas a uma filmoteca e cursos de iniciação artística.

Em 1958, Pedrosa ecoava discussões que grassaram no debate sobre o uso das técnicas de reprodução na democratização do acesso à arte, a partir dos projetos de reconstrução pela cultura que se seguiram às duas grandes guerras (COSTA, 2015). Pioneiro no Brasil nesse debate, Mário de Andrade publicara em 1938, texto sobre museus populares em que defendia que: “Em vez de tortuosos museus de belas-artes, cheios de quadros verdadeiros de pintores medíocres, com menos dinheiro abramos museus populares de ótimas reproduções feitas por meios mecânicos” (ANDRADE, 1938). Escrito no período em que atuava como diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, o texto de Mário de Andrade, com quem Pedrosa travou intensa correspondência em seus anos de formação (FORMIGA, 2014), expressa algumas das

questões que ecoavam no projeto do museu de Brasília. O autor de Macunaíma, que sabidamente saíra do Brasil apenas para Iquitos e conhecera as obras da cultura mundial pelas reproduções que lhe chegaram nos livros, argumentava ainda em favor do potencial transformador dos museus (LOURENÇO, 2002):

Mas é que o verdadeiro museu não ensina a repetir o passado, porém a tirar dele tudo o quanto ele nos dá dinamicamente para avançar em cultura dentro de nós, e em transformação dentro do progresso social (ANDRADE, 1938).

A ideia de formação e transformação social pela arte, de fato, era cara também a Pedrosa e aparecia em outros projetos baseados em técnicas de reprodução com que o crítico havia tido contato. São, decerto, dignas de nota as experiências do MoMA de Nova York na difusão da arte moderna a partir da exposição itinerante *What's Modern Painting*, que circulou pelos Estados Unidos na década de 1940. De fato, o departamento educativo do Museu de Arte Moderna nova iorquina, do qual Victor D'Amico esteve à frente a partir de 1937, serviria, por exemplo, de inspiração para o projeto de Pedrosa e Niomar Moniz Sodré para o MAM carioca, a partir de 1951. Ainda que a questão da formação do artista, negligenciada por D'Amico, estivesse no cerne do projeto sediado no Rio de Janeiro, a transformação pela arte, e sobretudo pela arte moderna, era questão central para os dois museus (SANT'ANNA, 2011).<sup>4</sup>

Ainda com respeito às exposições itinerantes, cabe ressaltar o papel da UNESCO na consolidação do uso das técnicas de reprodução para difusão da arte. Helouise Costa ressalta, por exemplo, a primeira exposição itinerante da UNESCO, montada entre 1948 e 1949 com 50 reproduções coloridas, *“From Impressionism to Today”*, e chama a atenção também para o “Catálogo de reproduções coloridas de pinturas a partir de 1860”, publicado em 1950 e que seria o primeiro de uma série

---

<sup>4</sup> Decerto a crença no papel formativo dos museus e num poder transformador da arte moderna também eram elementos presentes no projeto do Museu de Brasília e nos demais projetos institucionais citados aqui. Tendo em vista a participação de Pedrosa no MAM-RJ ao longo da década de 1950 e sua atuação como diretor do MAM-SP (1961-1963), parece pertinente abordar possíveis confluências entre tais experiências e o projeto de Pedrosa para Brasília. Mas como já foi apontado anteriormente, a carta de Pedrosa a Niemeyer procurou exatamente marcar a diferença entre o museu de reproduções e instituições museais já estabelecidas, enfatizando as condições únicas enfrentadas pelo museu planejado para a nova capital. Como o intuito do artigo é compreender o sentido de um museu de reproduções no contexto de Brasília e em um projeto estético pedrosiano, privilegiou-se o estabelecimento de comparações com outros projetos institucionais idealizados por Pedrosa.



(COSTA,2015). De fato, em sua carta a Niemeyer, Pedrosa remetia, por sua vez, ao museu de reproduções em Beirute, organizado pela UNESCO, e retomava ainda a tentativa de construir uma instituição congênere em São Paulo, projetada, em 1953, para as comemorações do IV Centenário da cidade. O projeto para o IV Centenário contara, segundo Pedrosa, com participação de Herbert Read e Ernesto Rogers, mas não fora levado adiante por “motivos de ordem financeira” (PEDROSA, 1995a, p.292).

Com efeito, em 1953, nos registros do IV Congresso da Associação de Críticos de Arte, em Dublin, ao qual Pedrosa comparecera com comunicação sobre as relações entre arte e ciência, James Johnson Sweeney fizera longa defesa dos filmes de arte como meio de difusão da crítica. Também Jean Leymarie mencionara expressamente o conceito de museu imaginário que dizia, então, em voga. O congresso de 1953 chama, portanto, a atenção para o uso das técnicas de reprodução na difusão da arte e da cultura, uma questão que seria cara a Pedrosa no projeto de Brasília.

Também na imprensa brasileira, o debate sobre museus de reproduções se alargava pela recepção da obra de André Malraux. Publicado em 1947, o *Museu Imaginário* de Malraux difundia pelo mundo, juntamente com o nome do autor que ganhava crescente notoriedade, o uso intensivo das reproduções para difusão do conhecimento da arte. Diante dos museus sempre incompletos, Malraux argumentava que as reproduções das obras de arte criavam um museu imaginário capaz de “aprofundar ao máximo o incompleto confronto imposto pelos verdadeiros museus”. Segundo ele, respondendo ao apelo por estes lançado, “as artes plásticas inventaram a sua imprensa” (MALRAUX, 2000, p.14).

Em levantamento no Correio da Manhã o nome de Malraux é recorrentemente citado, ao lado de Camus, como um dos principais expoentes das letras na França. Como Ministro da Informação (1945-1946) e mais tarde Ministro de Assuntos Culturais (1959-1969) de De Gaulle, o nome de Malraux alcançava ainda com maior frequência as manchetes dos jornais. Por exemplo, em 1956, Murilo Mendes, em entrevista a Jayme Maurício por ocasião da Campanha Internacional de Museus, promovida pela UNESCO, fazia referência explícita ao projeto de Malraux. A manchete que encabeçava a coluna de Jayme Maurício, “Museu, necessidade vital”, coincidia com a célebre conferência de Pedrosa “Arte, necessidade vital”, proferida quase uma década antes no

salão do Ministério da Educação e Saúde, e publicada naquele mesmo jornal. Na entrevista, Murilo Mendes defendia o museu de reproduções como “fórmula capaz de romper as barreiras ainda existentes entre a alta arte e o grande público” e lembrava que “no breve período em que foi ministro da educação no governo De Gaulle, André Malraux propusera que todas as escolas de França possuíssem, para começo de conversa, cem reproduções de obras fundamentais de pintura e escultura” (MAURÍCIO, 1956).

De fato, naquele momento o nome de Malraux, que concorrera com Camus ao Prêmio Nobel de 1957, circulava com frequência na imprensa brasileira. Em 1959, pela proximidade de sua visita ao Brasil, já como Ministro de Assuntos Culturais, o nome de Malraux aparece em 123 ocorrências no Correio da Manhã. Na coluna de Jayme Maurício, seu nome chega a ser mencionado entre os críticos que acorreriam à célebre conferência da AICA, organizada por Pedrosa em Brasília (MAURÍCIO, 1959). A visita acabaria se dando um mês antes da conferência, mas também contaria com visita de Malraux à capital em construção. Seu nome estava, de fato, inscrito no horizonte de expectativas da época e contribuiu para conferir legitimidade ao uso das técnicas de reprodução na difusão da arte.

No período, no entanto, as menções de Pedrosa a seu nome se restringem à lista de delegados convidados à AICA, divulgada em 1959. Ao contrário da coluna de Jayme Maurício, pródiga na publicação de menções ao autor, as críticas de Pedrosa publicadas no Correio da Manhã ou no Jornal do Brasil silenciam sobre Malraux na década de 1950. Em 1948, Pedrosa já deixara claras suas divergências em relação ao autor, quando publicara o texto “Meu encontro com Malraux”, no Correio da Manhã. Ainda que reabilitado pela *Partisan Review*, de que Pedrosa se aproximara nos primeiros anos de seu exílio nos EUA (RIBEIRO VASCONCELOS, 2018), Malraux era visto com restrições pelo crítico. A participação de ambos no mesmo círculo internacional de intelectuais anti-stalinistas certamente facilitara a realização da entrevista publicada no Correio da Manhã, mas havia dentro deste grupo uma clara clivagem entre aqueles que defendiam a construção de outro modelo socialista, de caráter democrático, e aqueles que se voltaram abertamente para o anticomunismo. O

fato de Pedrosa e Malraux estarem à época em polos opostos de tal clivagem ajuda a compreender o tom mais cauteloso de Pedrosa ao descrevê-lo naquela ocasião.

No artigo, Pedrosa descreve Malraux como alguém que impõe a si mesmo a necessidade de dar explicações. Situado, no início do artigo, em comício diante da multidão entusiasmada de gaullistas que o ouvem, o Malraux descrito por Pedrosa é, em seguida, caracterizado pela guinada biográfica de quem deve satisfações à própria história: “Sente entretanto ser preciso dar ‘satisfações’, e isso o aborrece. Talvez humilhe.”. O afastamento da causa operária e a aproximação de um governo à direita fazem transparecer a decepção de Pedrosa e suas divergências em relação ao autor. Descrevendo as sucessivas incursões de Malraux na vida política internacional – na causa anticolonial na Indochina, na Guerra Civil Espanhola, na Resistência francesa – Pedrosa lhe atribui uma personalidade movida pela ação e entregue ao destino. Em lugar da decisão deliberada e humana que define o domínio sobre a natureza e dá forma ao curso da própria vida, Malraux estaria entregue às moiras e ao sabor dos acontecimentos históricos:

A meditação malrauviana é impregnada desse sentido trágico do destino. Este realmente domina o desinteresse e o jogo criador do artista. A nossa época oferece em abundância o drama de que carece a sua imaginação, mas precisamente porque o oferece perdulariamente, o artista tende a apagar-se, dispensando-se do criar, e o homem prefere render-se ao destino do que reagir para ser livre na distância e na perspectiva (PEDROSA,1948).

De fato, é digno de nota que, em seus projetos museais, Pedrosa saliente de maneira enfática a capacidade de transformação das percepções pela forma artística, mas uma transformação que é necessariamente reflexiva. Assim também, dez anos mais tarde ao conceber o Museu de Brasília, Pedrosa impõe a necessidade de acrescentar ao projeto “bancos para reflexão e contemplação”, como um momento de introspecção para elaboração da experiência vivida: “Nesse sentido, seria ainda conveniente que fosse proporcionada ao visitante a possibilidade de, após alguns ciclos, ir ao exterior, descansar espairecer, meditar sobre o que viu” (PEDROSA, 1995a, p.293). Embora a menção aos momentos de introspecção seja breve, é digno de nota que sua necessidade seja expressa na carta tão sucinta. De fato, se Pedrosa

contrapunha na personalidade de Malraux ação e reflexão, seu projeto colocava ênfase no ponto que dizia faltar ao autor gaullista. De fato, embora tenha tomado posição nos principais acontecimentos políticos do século XX, Pedrosa marcava sua perspectiva pelo caráter autorreflexivo de sua produção e de uma crítica que incorporava em diálogo interior as mudanças rápidas e profundas pelas quais passava o mundo em que vivia (SANT'ANNA, 2019). De fato, Pedrosa levava para seus projetos de museu a crença na arte como processo de reflexão, imaginação, criação e transformação, como dissera também Mário de Andrade em seu texto de 1938.

### **Gestalt, comunicação e educação no fenômeno artístico.**

Desde o seu encontro com Malraux em Paris até suas proposições sobre o museu de Brasília, Pedrosa estabeleceu uma profícua trajetória na crítica de arte. Desde 1945, ano de seu retorno ao Brasil após cerca de sete anos de exílio, Pedrosa produziu um pensamento em artes visuais que impactou artistas e instituições brasileiras. Mas como o projeto de museu para a Brasília se encaixaria em tal projeto?

Um primeiro ponto que deve ser considerado é que a proposta de um museu de reproduções parece, à primeira vista, divergir da produção crítica de Pedrosa no período. Tal impressão é reforçada, principalmente, se for observada apenas a tese de 1949, “Da Natureza Afetiva da Forma na Obra de Arte”. Nesta, Pedrosa enfatizou a análise dos elementos objetivos que conduziriam a experiência artística, estabelecendo como um dos princípios de tais experiências uma homologia entre as qualidades formais da obra e as estruturas cognitivas dos sujeitos impressas no próprio sistema nervoso do indivíduo. A partir de tal perspectiva baseada na *Gestalttheorie*, as reações afetivas do espectador da arte poderiam e deveriam se manifestar sem a mediação de preocupações analíticas e significativas, que acabariam por embotar a força das impressões estéticas (ARANTES, 1979).

Mas tal preocupação com uma fundamentação biológica do fenômeno artístico não determinaria nem a psicologia da forma e nem abordagem pedrosiana sobre as artes visuais. Sobre a Gestalt, Paul Guillaume deixa claro em *La psychologie de la forme* (1937), uma das obras citadas por Pedrosa em sua tese, que tal teoria não ignora “a

experiência vivida pelo sujeito” (GUILLAUME, 1966, p.176). Segundo o autor, o essencial da Gestalt seria exatamente “determinar como o sujeito percebe a situação na qual está colocado”, procurando não apenas observar os vínculos inteligíveis entre os estímulos do meio e as respostas biológicas e cognitivas dos sujeitos, mas, sobretudo, estabelecer “como a constelação objetiva dos estímulos condiciona a organização perceptiva e com esta, por sua vez, reflete-se na organização da reação” (Idem). Da mesma maneira, Pedrosa parece ter se interessado, nesse momento, pelas qualidades fisionômicas que orientariam o fenômeno artístico em razão da busca por fundamentações teóricas que permitissem uma contraposição à tendência subjetivista que observara nas vanguardas artísticas e na crítica norte-americanas<sup>5</sup> e, também, como uma justificação estética de sua defesa do caráter artístico dos trabalhos dos internos do Ateliê do Engenho de Dentro.<sup>6</sup>

Apesar de parecerem motivações distintas, a rejeição ao excessivo subjetivismo e às críticas daqueles que não viam nas pinturas de Raphael e Emygdio a manifestação de uma vontade artística<sup>7</sup> se encontravam na busca pedrosiana pelos caminhos possíveis para se alcançar a “boa forma”, isto é, “a força coordenadora interna que renuncia o dinamismo das mais altas atividades mentais (...) [que] exerce-se interiormente, graças a forças dinâmicas autônomas que se manifestam na dialética de todos e das partes nele integradas e a ele subordinadas” (PEDROSA, 1979a, p.21). Nos

---

<sup>5</sup> O surgimento e o desenvolvimento do expressionismo abstrato no pós 2ª Guerra Mundial pode ser relacionado ao processo de “de-marxização” de artistas e críticos participantes dos círculos da esquerda anti-stalinista norte-americana (GUILBAUT, 1983). Em um esforço de se distanciar tanto das ideologias de esquerda e de direita, estes teriam estabelecido um movimento de vanguarda que afirmava a recusa modernista ao mercado e colocava como único “comprometimento” radical possível ao artista moderno a liberdade individual e a expressão de impulsos subjetivos que só se manifestariam diante da alienação do artista em relação ao restante da sociedade. De acordo com Harold Rosenberg, um dos principais críticos vinculado à nova pintura norte-americana, esta nova postura estabelecia a pintura enquanto um “ato” que se constitui enquanto arte na medida em que “traduz o que é fornecido psicologicamente para o intencional, para um ‘mundo’ e, deste modo, o transcende” (ROSENBERG, 1951).

<sup>6</sup> Foi em sua defesa sobre o caráter artístico da produção dos internos do Ateliê do Engenho de Dentro que Pedrosa demonstrou suas posições sobre a ordenação objetiva da experiência estética e sua universalidade, assim como a sua recusa a uma concepção de arte como uma projeção livre de emoções. Tais crenças ampararam, de diferentes maneiras, os projetos institucionais idealizados por Pedrosa. Sobre a relação entre Mário Pedrosa e o Ateliê do Engenho de Dentro, ver VILLAS BÔAS, 2008.

<sup>7</sup> A principal polêmica em torno da defesa do caráter artístico da produção dos internos que participavam do ateliê se deu entre Pedrosa e o crítico Quirino Campofiorito. Sobre tal polêmica, ver DIONISIO, 2012.

primeiros, a recusa se dá pela crença na necessidade de conduzir conscientemente e objetivamente os processos imanentes a tal princípio, enquanto nos demais tal recusa se dá pela crença na possibilidade que tal “boa forma” possa ser alcançada espontaneamente.

Ao longo da década de 1950, Pedrosa desenvolveu sua abordagem sobre a Gestalt, agregando outras ideias e debates. Compreender o sentido que a proposta de museu de Brasília possui no interior da visão de Pedrosa deve considerar o lugar de um museu deste tipo nessas reflexões, assim como a incorporação de autores como Maurice Merleau-Ponty, Suzanne Langer, Ernst Cassirer, Herbert Read a tal interpretação sobre o fenômeno artístico. Mas é importante também ter em vista que o fato de o museu de reproduções ter sido planejado como parte do projeto de construção de Brasília também é um elemento importante para compreender o papel de tal museu em um projeto civilizatório que Pedrosa visionava para o Brasil. Se visto como parte de tal projeto, o museu de Brasília, assim como a nova capital e a própria arte moderna abstracionista, ganham um caráter social – ou até mesmo político. Em um período de “barbarização progressiva”,<sup>8</sup> a arte moderna deveria assumir uma nova função, capaz de desempenhar um poderoso papel no interior do “conflito aberto nos limites perceptivos do indivíduo numa sociedade de massa” (ARANTES, 1996, p.10). Em tal contexto, caberia aos artistas abstratos, “os mais conscientes da época histórica em que vivem”, a missão de “ampliar o campo da linguagem humana na pura percepção, nos *limites do individual*” (PEDROSA, 1957). Cabe então a pergunta: como um museu de reproduções contribuiria para tal missão?

Já em 1946, em uma série de artigos sobre o tema da função da arte, Mário Pedrosa abordava a importância da educação artística, concebendo-a não como um processo de formação de artistas e para a criação de obras, mas como uma educação

---

<sup>8</sup> Tal termo foi utilizado por Pedrosa em 1947 para descrever a realidade enfrentada pelos intelectuais e artistas do seu tempo. Ao utilizá-lo, Pedrosa parece, em primeiro lugar, identificar uma crise na cultura ocidental estabelecida pelo avanço de um processo de barbárie que se tornou evidente com a 2ª Guerra Mundial. Contudo, tal termo também parece remeter ao fato de tal crise estar intimamente ligado à ideia de progresso estabelecido pela tradição ocidental e a conseqüente hipertrofia da burocracia e da técnica. Na mesma entrevista, Pedrosa diz: “o Estado nacional totalitário, no seu desenvolvimento perfeito, como na Rússia, ou ainda em evolução, como nos Estados Unidos, tem sua lógica impessoal, implacável que funciona com a perfeição da técnica moderna. Os cientistas vão sendo cada vez mais arregimentados tanto num país como no outro, e posto a serviço do ‘grande patrão’. Este os quer para a fabricação de novas superatômicas e novíssimos gases venenosos” (PEDROSA, 1947).

“dos sentidos e das emoções”, que deveria, preferencialmente, “preceder a educação do intelecto e do espírito” e ensinar aos jovens aprendizes “a ver os objetos, a distinguir sons, a sentir a vida palpitante das coisas por si mesmas” (PEDROSA, 1946). O Museu de Brasília idealizado por Pedrosa parece proporcionar meios para contribuir com essa primeira educação em artes, mas não seria esse o objetivo do museu. A ênfase em textos explicativos, documentos, o uso de meios tecnológicos de instrução, a divisão espacial do museu em ciclos históricos e muitas das demais características do museu enumeradas por Pedrosa em sua carta a Niemeyer indicam que esse museu deveria atender a todo tipo de público.

Na mesma carta, Pedrosa cita uma tentativa anterior de organização de um museu do mesmo tipo, que deveria ser criado em São Paulo para as comemorações do seu IV Centenário. Segundo Pedrosa, a comissão que idealizou essa tentativa era constituída por ele, Herbert Read e Ernesto Rogers. Apesar de não terem sido encontrados dados sobre tal projeto e nem resultados alcançados por tal comissão, a informação presente na carta de Pedrosa nos indica que Read, autor com extensa produção em educação artística, colaborou no projeto de museu de reproduções, o que também é reforçado pelas várias aproximações entre tais obras e as posições de Pedrosa acerca da questão da arte e educação. Ao abordar a educação infantil, Read caracterizou a relação entre arte, educação e racionalidade enfatizada por Pedrosa como uma “experiência orgânica total”, vivenciada principalmente por crianças e pelos chamados “primitivos”. Em tal experiência, não há uma evidente diferenciação entre a imagem e aquilo que é percebido, o que significaria a ausência de uma mediação de conceitos abstratos entre ambos. Nas sociedades modernas, essa experiência direta sobre a realidade se enfraqueceria e os indivíduos acabariam por estabelecer uma consciência partida, em que os conceitos acabam apartados das sensações. Nesta interpretação de Read, a arte aparece como uma das formas de restabelecer essa consciência integrada, o que pode ser prejudicado quando a arte é invadida por uma atitude excessivamente intelectual. Assim, tanto a arte como a educação teriam a possibilidade de preservar essa unidade da consciência e da percepção.

O que agora é sugerido, em oposição a toda a tradição lógico-racionalista, é que existe um modo visual concreto de "pensar", um processo mental que atinge sua maior eficiência na criação do mundo da arte. É um modo de pensar que sustenta aquela unidade primária de percepção e sentimento encontrada na disposição eidética. Esta unidade primária se desenvolve na unidade de sensibilidade e razão (sensação e ideias) e é então a base de toda atividade imaginativa e prática (READ, 1958, p.69 [tradução dos autores]).

Anos depois, em 1953, elementos de tal debate foram retomados em “As relações entre a ciência e a arte”, trabalho apresentado no IV Congresso da AICA, realizado em Dublin. No artigo, Pedrosa enfatiza um ponto comum compartilhado tanto pela arte como pela ciência moderna: a independência em relação à natureza exterior e a experiência imediata. Tal autonomia teria permitido aos artistas finalmente se desvencilhar do “velho ferrete conceitual”, permitindo a “recolocação do artista diante da coisa sensível, para que ele pudesse novamente manter com esta um diálogo sem intermediários verbais, sem associações conceituais alheias a ela” (PEDROSA, 1996, p.245). Para Pedrosa, em sua fase mais moderna, a arte poderia ser reivindicada como um meio de conhecimento assim como a ciência, pois agora ela seria capaz de “chegar a um pensamento articulado das essências, dos fundamentos do real que a ciência apreende, analisa e submete à sua crítica precisa” e tentar “trazer-nos novas concepções de objetos ideais, que se manteriam em um plano de analogia com as unidades formais de significação própria como as *gestalts* no mundo psicofísico e as estruturas físico-matemáticas” (PEDROSA, 1996, p.246). Como um modo de conhecimento autônomo, a arte se debruçaria exatamente sobre uma comunicação simbólica, ou um “simbolismo presentativo”<sup>9</sup> que se caracterizaria por seu poder totalizador e intraduzível, em que a experiência sensível é imprescindível. Em sua diferença em relação à linguagem verbal, tal comunicação não poderia ser expressa por símbolos equivalentes, se manifestando apenas “por uma ação de presença direta”:

---

<sup>9</sup> Pedrosa mobiliza aqui a noção de “simbolismo presentativo” em referência à Susanne K. Langer, que definiu tal conceito como um simbolismo sem palavras, não discursivo e intraduzível e que “não permite definições dentro de seu próprio sistema e não pode transmitir generalidades diretamente”. Neste tipo de simbolismo, “os significados de todos os outros elementos simbólicos que compõem um símbolo maior e articulado são compreendidos apenas por meio do significado do todo, por meio de suas relações dentro da estrutura total”, de modo que o funcionamento de tais símbolos depende do fato de estarem “envolvidos em uma apresentação integral e simultânea”. Langer estabelece tal conceito com o intuito de caracterizar a distinção essencial entre o simbolismo presentativo e o simbolismo discursivo, ou seja, da “linguagem” propriamente dita. (LANGER, 1954, p.78-79).



Neste novo modo o conhecimento vem por descobertas; com efeito, deve-se descobrir, entre suas partes constituintes, entre suas estruturas parciais, ligações, aproximações súbitas, inesperadas ou impossíveis de atingir pelo desenvolvimento lógico, mas que nos dão, só elas e de uma vez, a significação do pensamento simbólico global presente. Este pensamento, esta ideia, não é demonstrativo e não apresenta nenhuma solução que se possa transferir, não sendo nunca, por outro lado, desmontável em suas partes. Mas é uma verdade, a verdade do nascimento de um novo ser. A contribuição deste conhecimento novo não é nunca uma lei, nem um conceito puro, está claro; mas, mais do que uma imagem, é um acontecimento. Assim, por este outro modo de pensamento simbólico, o campo do cognoscível é ampliado, e nós nos aproximamos um pouco mais da natureza das coisas, ou antes, do misterioso trabalho de elaboração formativa da natureza (PEDROSA, 1996, p.249).

Em 1953, Pedrosa argumentava, portanto, que a arte havia se desligado de suas peias seculares, tornando-se autônoma, um fim em si mesma, “un phénomène esthétique tout court”. Pondo-se como um meio de conhecimento próprio, rejeitando a mimesis da natureza, mas também relações diretas com outros saberes, a arte se punha, ainda sim, como testemunho de seu tempo. De fato, o conhecimento estético, que se dava como Gestalt, como um flash de revelação, deveria, no museu, se revestir de “caráter eminentemente pedagógico e documental” e exigia para, assim se realizar, projeções de slides, com textos explicativos gravados “a fim de que a finalidade instrutiva e educacional [fosse] melhor alcançada” (PEDROSA, 1996, p.292). Com efeito, também a relativa autonomia da arte deveria estar ali relacionada aos avanços da técnica que colocavam a arte como produto dos contemporâneos de seu tempo: “Os ciclos (...) serão providos de instalações para exemplificar inovações técnicas e industriais, novos materiais e meios de expressão, descobertas e invenções que exerceram influência sobre determinados estilos ou provocaram modificações ou interrupções no curso da evolução artística” (PEDROSA, 1996, p.293). Em Brasília, onde tudo era novo, o projeto de país moderno podia finalmente se realizar. A afetação da forma, manifesta tanto na arquitetura, como no entendimento de seu lugar na história da arte, faziam, portanto do museu, espaço privilegiado para a reflexão sobre a construção da nova cidade e um país condenado ao moderno. Como já discutido em ocasiões anteriores:

Para Pedrosa, a força motriz de Brasília seria o espírito da utopia, capaz de, a partir do centro mesmo do país, criar uma nova região que fosse de fato moderna, construída “de alto a baixo” como “produto acabado da vontade consciente do homem”, capaz de estabelecer uma nova forma de colonização que suplantasse aquele “espírito mercantilista do rei colonizador” que marcara a formação brasileira até então. Brasília se estabeleceria como marco e exemplo de uma nova geração no Brasil, que deveria povoar essa nova região sob o signo do ideal que levava à construção da nova capital (RIBEIRO VASCONCELOS, 2019, p.35).

### **1959, o Neoconcretismo e outros projetos museais de Pedrosa**

Estabelecido no período do deslocamento do crítico ao Japão, o diálogo de Pedrosa com Niemeyer era também contemporâneo de outros debates por ele travados. É especialmente digno de nota que correspondências foram trocadas, então, com os artistas que no mesmo período formulavam, no Rio de Janeiro, as bases da mais efetiva ruptura com o grupo concreto paulista. Em 16 de fevereiro de 1959, Ferreira Gullar escreveria a Pedrosa relatando o texto do manifesto neoconcreto que o grupo carioca publicaria em março daquele ano. Dizia Gullar:

Quanto ao neoconcretismo, mandaremos a você o manifesto. Você já deve imaginar do que se trata. O nome, antipático como sempre, é uma necessidade: pretendemos afirmar uma continuidade da arte não-figurativa construtiva, de Mondrian a nós (!), mas levando em conta mais as obras que a teoria. Consideramos certa identificação da arte e da ciência (transposição de conceitos científicos para o campo da arte) como uma necessidade de certa época que não se manifesta hoje. Pede-se assim uma nova interpretação dessa arte, na base dos valores expressivos (GULLAR, 1959).

Embora, em entrevista a Nina Galanternick, Gullar se refira à carta e ao movimento neoconcreto como um “golpe” dado na “ausência do papai grande”, dirigido a Pedrosa justamente durante o período de seu afastamento no Japão, o poeta também reconhece que a leitura da fenomenologia de Merleau Ponty, ordenadora da ruptura no interior do movimento, foi recomendada a ele pelo próprio crítico (GULLAR, 2008). Ainda na mesma entrevista, Gullar reconhece, ademais, que Pedrosa adere às obras produzidas dentro dos novos preceitos e que reconhece também que o crítico não se opõe ao movimento que se desenvolveria nos meses seguintes. Mais que isso, vale ressaltar que há muito discutindo a autonomia da arte, Pedrosa já chamava a

atenção para a independência entre arte e ciência como meios de conhecimento rivais e também para a distinção de interpretações no interior dos grupos concretistas sediados no Rio e em São Paulo (SANT'ANNA, 2004).

O que vale chamar a atenção, no entanto, é que se, dentro do projeto de Pedrosa para o museu, o passado histórico se erigia para concluir-se no núcleo da arte moderna, o advento do neoconcretismo e outras sucessivas rupturas na história da arte e da política brasileiras colocariam em questão o modelo sugerido para o Museu de Brasília em 1958. De fato, naquele ano, quando escrevia a Oscar Niemeyer, Pedrosa propunha que os núcleos históricos, que incluíam da “Pré-História” à “Época Moderna” e à “Arte dos Povos Primitivos Contemporâneos”, se concluíssem na etapa contemporânea incluindo uma forma de arte que para Pedrosa se sintetizava na própria cidade. Ainda que trajetórias alternativas pudessem ser percorridas pelos visitantes, o percurso antevia um traçado que o levava inexoravelmente ao contemporâneo. Um contemporâneo que, para Pedrosa se inscrevia no destino da abstração (REINHEIMER, 2013) e cuja necessidade o crítico já atribuía em 1953 ao percurso em direção à autonomia. Dizia ele, então:

Cézanne pressentiu o que era a realidade artística, e reclamou para o artista o direito de descobrir nas coisas sua “pequena sensação”. O cubismo deu à obra realizada uma dignidade nova, e a tela cubista é um universo em si, com suas leis, seus acontecimentos. A arte abstrata coroa esse longo processo de conquista da autonomia do fenômeno artístico, dispensando o objeto ou conservando dele apenas o rastro no espaço (PEDROSA, 1996, p.244).

Se em 1959 Brasília se punha também como coroamento da síntese nas artes, se colocando como forma a intervir concretamente na realidade e formulando um destino de país condenado ao moderno, nos anos que se seguiram Pedrosa parecia crescentemente preocupado com uma forma que, classificada por ele como antiarte ou arte pós-moderna, se dirigia a um “comportamento significativo” (PEDROSA, 1966). Tanto Homenagem a Cara de Cavalo de Hélio Oiticica, como o pop sertanejo de Antônio Dias seriam objeto de reflexão e índices do surgimento de uma nova arte, na qual o discurso era tão imprescindível quanto a forma.

As sucessivas rupturas no desenvolvimento da arte poriam em xeque a linearidade de processos e, se o desencantamento de Pedrosa com a arte é ainda objeto de intenso debate, fato é que seus projetos posteriores de museu pouco diálogo estabeleceram com aquele que é aqui objeto deste artigo. Em 1978, quando diante do incêndio do MAM e da missão de reformular um projeto de museu, Pedrosa se punha mais uma vez frente a uma realidade de ainda mais profunda escassez de recursos e da falência do projeto das elites que haviam sido destituídas pelo golpe de 1964. É digno de nota, no entanto, que na ocasião, Pedrosa não retome o projeto de um museu de reproduções como havia concebido para Brasília, mas advogue a criação de um Museu das Origens (SANT'ANNA, 2014). O projeto lembrava que o MAM carioca tinha “local e sede magníficos”, mas, diante do fogo, estava inteiramente destituído de acervo próprio. Pedrosa sugeria então a junção de cinco museus: o Museu do Índio; um museu para a Arte Virgem, formado a partir do Museu do Inconsciente; o Museu do Negro, a ser constituído “a partir de peças trazidas de África e de obras criadas aqui no Brasil, principalmente nos cultos religiosos, onde são usadas”; o Museu de Artes Populares, composto por “peças colhidas nas várias regiões do Brasil”; e o Museu de Arte Moderna que deveria “reconstituir um acervo que seja antes de tudo representativo da arte brasileira”.

Se, em 1958, Brasília se punha como realização utópica universal que coincidia no pós-guerra com “a necessidade de reconstrução do mundo que se reclama[va] por toda parte” (PEDROSA, 1959b), o museu de reproduções se punha como a narrativa de seu ápice, realização de um Brasil moderno na arte coletiva da forma arquitetônica. Em 1978, no entanto, o incêndio do MAM, acaso distópico de um projeto que fracassava, tornava necessário fazer ressurgir das cinzas um futuro possível, a partir da coetaneidade do não contemporâneo. Em lugar de uma narrativa linear em direção ao futuro, era chegado um momento de impasse e a arte precisava refletir sobre si mesma. O projeto de um Museu das Origens se colocava, portanto, numa chave de renovação, em que mais uma vez a arte poderia servir para transformar experiências, não mais remetendo ao futuro, mas encontrando num mundo originário um vínculo afetivo capaz de, para Pedrosa, mudar um sistema capitalista em decadência que era também tragédia da cultura (SANT'ANNA, 2019).

### **Dois contrapontos: O projeto de Museu das origens e o *Museo de la Solidaridad*.**

Aproximadamente vinte anos depois da proposta de instalação de um museu de reproduções em Brasília, Pedrosa volta a público para apresentar um novo projeto que envolveria a organização do chamado “Museu das Origens”. A proposta de 1978 é retomada aqui tendo em vista um olhar comparativo em relação ao museu planejado para Brasília. Cabe perguntar as razões pelas quais as ideias que constituíam o museu de reproduções parecem ser abandonadas e substituídas, deixando de lado uma leitura sobre a história da arte que parecia privilegiar a arte abstrata como força pedagógica.

Claro que as circunstâncias mais imediatas em torno dos dois projetos possibilitam algumas conjecturas acerca do sentido atribuído por Pedrosa às duas instituições ao serem propostas. O museu de reproduções foi imaginado como parte do projeto da nova capital brasileira, que foi visto por Pedrosa com um relativo otimismo e como uma oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Já o Museu das Origens foi concebido como uma reação ao trágico incêndio do MAM. Mas outras condições parecem mais determinantes para entender as diferenças entre os papéis desempenhados pelos dois museus.

O projeto de 1978 idealizava o Museu das Origens como uma unidade constituída por cinco museus “independentes mas orgânicos” (PEDROSA, 1978a): Museu do Índio, o Museu da Arte Virgem (do Inconsciente), Museu de Arte Moderna, o Museu do Negro, o Museu de Artes Populares. Como afirmado por Pedrosa, essa nova instituição não deveria tentar imitar o MAM ou seguir os mesmos passos que levaram a sua origem. Segundo ele, o tempo, a filosofia e até mesmo a ideologia que inspirou a constituição do museu ao final da década de 1940 já eram outros em 1978. Diante da destruição de boa parte do acervo, Pedrosa via a parceria entre poder público, gestores privados e sócios do MAM como única forma de estabelecer essa nova instituição e constituir um novo acervo.

Há em tal proposta certa conveniência, já que ela permitiria constituir um novo acervo mais rapidamente e com custos menores. Mas é evidente que não foi tal dimensão prática o principal elemento que condicionou o novo projeto de museu

idealizado por Pedrosa. Como afirmado por ele em entrevista realizada pela FUNARTE cerca de um ano depois da proposta de Museu das Origens, Pedrosa aponta que sua intenção ao apresentar o projeto estava ligada ao seu entendimento sobre a crise da arte moderna. Nesse sentido, esse novo museu não deveria despende um esforço colossal para comprar novos Picassos e Matises, mas sim procurar constituir um acervo que “que realmente fosse representativo do que havia de cultura ou de criativo neste país” e que fosse capaz de mostrar aos brasileiros e aos visitantes estrangeiros que o Brasil “não é um país anônimo, um país que segue as regras do que se faz em Nova Iorque ou Paris sem nenhum mais respeito de ligação com as raízes deste país” (PEDROSA, 1979b). Pedrosa via tais raízes não como uma bravata patriota, mas como um elemento de iniciação e de identidade que poderia ter mais importância no presente contexto do que qualquer modernismo, que, segundo ele, deveriam ser esquecidos para que o Brasil pudesse “baixar ao chão e tirar lá de dentro os tesouros que estão lá e que nós não soubemos mostrar nem utilizar” (PEDROSA, 1979b).

A defesa de tais artes “originais” entre as inquietações presentes na crítica de Pedrosa não é uma novidade. Mas o que parece ocorrer ao final da década de 1970 é uma profunda mudança de ênfase, em que as pesquisas sobre a capacidade comunicativa da arte moderna a partir das experiências estéticas não mediadas por uma tradição eurocêntrica perdem lugar para um retorno às “raízes” de uma arte brasileira intocada. Tal mudança de perspectiva já pode ser observada pela primeira vez nos planejamentos para a exposição “Alegria de Viver, Alegria de Criar”, proposta por Pedrosa logo após seu retorno ao Brasil, em 1977, (REINALDIM, 2019) e que pode ser entendida como fruto das experiências de seu exílio no Chile. Mas mesmo enquanto esteve envolvido na construção do *Museo de la Solidaridad*, Pedrosa ainda não atribuía a este um papel de resgate de nenhuma “origem” ou tradição em especial. O *Museo de la Solidaridad* foi concebido como uma forma de angariar atenção mundial e apoio ao projeto socialista idealizado por Allende. Isso foi feito, sobretudo, pela doação de artistas modernos de todo o mundo, sem estabelecer uma divisão entre arte moderna e artes originais.

Em 1971, quando Pedrosa já estava envolvido na construção do projeto socialista chileno, ele ainda afirmava que o ponto de entrecruzamento entre a arte e o

socialismo estaria no esforço para “recriar as condições para que a arte seja outra vez como foi em épocas remotas, nas velhas sociedades pré-capitalistas, uma necessidade coletiva, o que hoje, sobretudo nas sociedades de economia de mercado não, sendo simplesmente uma atividade elitista” (PEDROSA, 1995b, p.320). Ainda perdurava no período uma crença no poder transformador da arte moderna semelhante àquela presente no projeto do museu de reproduções. Tais obras não serviriam apenas como uma propaganda do governo Allende, assim como o museu de reproduções de Brasília não pretendia ser uma propaganda do governo Kubitschek. Vislumbrava-se uma real contribuição ao potencial criativo do povo chileno, possibilidade esta que só se cumpriria na medida em que estas obras se tornassem um patrimônio do povo chileno, acessível a todos e distribuído em um espaço construído com o único intuito de potencializar as experiências comunicativas e a possibilidade de reflexão<sup>10</sup> sobre aquilo que foi vivenciado através das obras dos artistas modernos irmanados com a causa socialista chilena. Como colocado por Pedrosa em maio de 1972, em ocasião da inauguração do *Museo de la Solidaridad*:

Agora encerrada nessas salas, pendurada em suas paredes, já está materializada a ideia sob cujo valor enobrecedor nos encontramos, juntos, aqui. Essa materialização é a arte em seu processo de manifestação. Além de olhá-las, contemplá-las, admirar essas peças vivas e corpóreas, de dialogar com elas pelo tato, pelos sentidos, pelo pensamento, adquirimos uma nova experiência de vida, um novo enriquecimento cognitivo, que é sobretudo, um veículo da Verdade, ainda transcendente em seu contraste com uma realidade que a nega. E enquanto a realidade permaneça negando-a, a arte continua em sua permanente aproximação a uma verdade cada vez mais histórica, e cada vez menos transcendente. Um dia, num ponto do horizonte, os dois processos se encontrarão, e então a arte será vida, e a vida será arte. Desse otimismo vivem os homens da ação, que acreditam no futuro, e querem forjá-lo com progresso e bem-estar; e desse otimismo vivem os artistas, que são os homens da imaginação, que querem criar a felicidade humana sobre a terra (PEDROSA, 2013, p.99).

---

<sup>10</sup> Como colocado por Cáceres, o “Museu de Arte Moderna e Experimental” imaginado por Pedrosa para receber as obras dos artistas que colaborassem como o projeto chileno “consistia na concepção de museu como espaço reflexivo onde o público e o artista teriam um espaço de aprendizagem em contato com as obras de diversos períodos históricos e, a partir da criação de um ambiente reflexivo seriam levados a perscrutar as novas formas possíveis que a arte poderia adquirir mantendo certo sentido originário da atividade: dar forma ao mundo ao mesmo tempo em que se dá forma à sensibilidade humana (CÁCERES, 2010, p.97).

Mas há de se perceber também que uma idealização romântica<sup>11</sup> de um passado pré-capitalista esteve presente em boa parte do pensamento pedrosiano ao longo de sua trajetória. Esse fenômeno não é exatamente raro na história do marxismo e pode ser observado, destacadamente, nos autores alemães cujo interesse analítico recaia nas questões culturais, como György Lukács, Ernst Bloch, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e outros dos vinculados à chamada “Escola de Frankfurt” (LOWY & SAYRE, 1995, p.126-127). Ainda que tal pré-capitalismo idealizado fosse apresentado como forma de conter a crescente mercantilização da arte desde meados da década de 1960, a posição de Pedrosa enquanto esteve no Chile ainda estabelecia como ponto nevrálgico de qualquer transformação cultural orientada pelo socialismo a atuação do artista que, ao se conscientizarem das contradições entre as práticas artísticas e os condicionamentos impostos pelo capitalismo, buscariam no exercício da própria arte “livrar-se dessas modalidades de servidão” e servir como “implacáveis acusadores e testemunhas a favor da causa do nosso modelo socialista” na medida em que “denunciam por suas atividades e por suas ‘obras’ os males e impasses a que foram levados por sua sociedade” (PEDROSA, 1995b, p.318). Em tal modo de perceber a atuação do artista em prol de uma transformação social, Pedrosa ainda se mostra um adepto da defesa das capacidades comunicativas da arte e permanece dando ênfase ao papel exercido pelo artista moderno ao pensar no sentido antecipador e transformador que as “especulações estéticas” destes ganham no contexto capitalista. Contudo, aqui ele já teria deixado de lado a preeminência do abstracionismo geométrico enquanto forma privilegiada. Isso fica claro no prefácio escrito por ele em 1972 para a coletânea de artigos “Mundo, homem, arte em crise”. Escrito enquanto Pedrosa ainda estava em Santiago, o prefácio apresenta a função comunicativa da arte e sua função social no contexto do “alto capitalismo” como enfoques pertinentes para a abordagem dos problemas estéticos-sociais que atingem a condição de produção artística do período. Porém, Pedrosa também observava que não havia “mais nada a extrair” do

---

<sup>11</sup> Segundo o sentido atribuído ao termo por Lowy e Sayre, romantismo pode ser definido uma “visão do mundo [que] constitui-se enquanto forma específica de crítica da ‘modernidade’” (LOWY & SAYRE, 1995, p.35) em que o teor de tal crítica está ligada à “convicção dolorosa e melancólica de que o presente carece de certos valores humanos essenciais que foram alienados” (LOWY & SAYRE, 1995, p.40). Assim, tal atitude romântica é marcada por uma nostalgia que “incide sobre um passado pré-capitalista” que pode ser “inteiramente mitológico ou legendário” (LOWY & SAYRE, 1995, p.40-41).



abstracionismo geométrico ou de quaisquer outras das designações que eram, à época, atribuídas à arte abstrata em razão. Para Pedrosa, a arte de seu tempo, uma “arte dita moderna”, era uma arte que “arquejava” em razão da crise estético-social estabelecida pelo desenvolvimento da sociedade de consumo (PEDROSA, 1975, p.8).

A posição de Pedrosa só parece se direcionar àquela que se pronunciaria com o projeto de Museu das Origens a partir do fim da breve experiência socialista chilena, violentamente encerrada em razão do golpe militar de 11 de setembro de 1973. Depois de ter sofrido perseguições políticas no Brasil e no Chile e ser forçado a se retirar em exílio dos dois países, Pedrosa passa a expressar mais diretamente um esgotamento das possibilidades transformadoras pela via da arte moderna. É inegável que há nos escritos de Pedrosa um retorno às questões políticas e certa decepção com os rumos tomados pela arte. Após a sua fuga do Chile em direção à França, onde passou os últimos anos de seu exílio até o seu retorno ao Brasil em 1977, Pedrosa começa a redação das “Teses do Terceiro Mundo”, em que aborda a crise que assolaria não apenas a arte, mas o mundo inteiro, mas cujo peso recairia, sobretudo, no terceiro mundo, afligido pelo imperialismo e seus males. A crise do capitalismo também atingia os países desenvolvidos naquele período, mas era nos países em sua periferia que tal crise toma a forma de um descontentamento político generalizado que põe em questão a própria ordem econômica capitalista e as instituições políticas que esta impunha ao sul global, exemplificada no texto pela ditadura de Pinochet e outros. Depois de “mais de duzentos anos de capitalismo e mais de cem anos de imperialismo predatório”, a lógica perversa imposta aos países do hemisfério sul toma a forma de um único “grande” ideal: “o mínimo de organização para que (...) possam matar a sua fome” (PEDROSA, 1978b, p.17).

Pedrosa via nos crimes do imperialismo exatamente a ruína de todas as velhas culturas pré-capitalistas e é em tal chave que a proposta de Museu das Origens pode ser lida. A queda do projeto socialista de Salvador Allende pôs fim às esperanças civilizatórias que Pedrosa depositara na arte moderna, que em 1975 já era resumida por ele como mais um dos “‘aparelhos ideológicos’ em que se apoia o poder da burguesia” (PEDROSA, 1995c, p.321). Retomando, em parte, uma perspectiva mais frequente em seus escritos da década de 1930, Pedrosa parece, mais uma vez, rejeitar a arte burguesa

– vista como aquela que “reivindica para si toda a criatividade toda a criatividade humana”, transformando-os “em valores de troca” – e os museus inseridos em sua lógica - que colaboram com tal intento ao “consagrar” as obras neles expostas para assim “subir às nuvens” seus preços e de outras do mesmo autor ou estilo, aos modos de um mercado de ações (PEDROSA, 1995c, p.322). Em suas acusações, Pedrosa atribuía ao informal e à *pop art* o fim da arte moderna, pois estabeleciam uma recusa aos valores plásticos, formais e estéticos que a caracterizavam (PEDROSA, 1995c, p.325). Nesta nova fase de seu pensamento estético, no entanto, sua recusa à arte burguesa não recai apenas sobre tais tendências, já que ele colocava não apenas estas, mas também a arte minimalista, a arte conceitual e até mesmo as expressões contemporâneas da arte abstrata como expressões de um consumo conspícuo, fruto de uma “mistificação cultural” que se reproduz e se projeta como “bens supremos que os grandes monopólios (...) transnacionais levam para todo o mundo, principalmente para os países da periferia, como os emblemas, os símbolos da civilização cosmopolita do *global shopping center* a que os sumo-sacerdotes das gigantescas empresas monopolistas querem reduzir o planeta” (PEDROSA, 1995c, p.326).

Mas em contraponto a tal visão pessimista sobre a possibilidade emancipatória da arte moderna, Pedrosa também reforça aquilo que chamamos aqui de um “romantismo” em relação às práticas artísticas que remetem às sociedades pré-capitalistas, que se manifestam nas práticas dos povos tradicionais denominadas em sua maioria como “arte popular” ou “artesanato”. A partir desse ponto de vista, o artista recupera uma posição transformadora e revolucionária na medida em busca de um “retorno (...) à condição de artesão” (PEDROSA, 1995c, p.326) que não deve ser confundida como uma resposta ao gosto pelo exótico e folclórico do colonizador, mas sim como um artesanato que “contribui para romper a estrutura de classes e põe em questão o monopólio da atividade criadora da burguesia” (PEDROSA, 1995c, p.328). Tal artesanato de caráter revolucionário é exemplificado nas cooperativas de artesãos formadas no Chile durante o governo Allende, que teriam estabelecido não apenas novas formas de renda para estes trabalhadores, mas também uma nova autonomia na organização do trabalho, um restabelecimento da liberdade criadora, a criação de um novo público e a transformação dos gostos. Na medida em que avança em direção à

“destruição” dos valores de classe burgueses e contribui para a “desalienação cultural”, que atinge aos países latino-americanos, tal artesanato ganharia, segundo Pedrosa, um sentido revolucionário (PEDROSA, 1995c, p.330). E é também nesse sentido que Pedrosa passaria a promover, já de volta ao Brasil, em 1978, um museu que resgatasse tal caráter artesanal dormente na sociedade brasileira.

É neste contexto que se estabelece a nova interpretação sobre a condição de exercício da prática artística que orientou o projeto do Museu das Origens. A notável diferença entre o projeto de 1978 e aquele imaginado por Pedrosa cerca de 20 anos antes e que deu forma à proposta do museu de reproduções poderia ser facilmente justificado como uma decepção em razão de todas as lutas perdidas e pela emergência da crise mundial que se aprofundou ao longo da década de 1980. É inegável que o fato de Pedrosa ter vivenciado em menos de uma década dois golpes de estado e de ter sido perseguido, já aos setenta anos de idade, pela ditadura brasileira e chilena acabou por afetar o seu julgamento sobre arte do seu tempo. Em tais condições, não é uma surpresa notar um pessimismo e um viés mais ríspido em relação às possibilidades emancipatórias. Seria compreensível se Pedrosa optasse em deixar de lado as questões estéticas para retomar aos seus escritos políticos e sua militância socialista. De fato, Pedrosa, se voltou novamente para as questões políticas, mas sem abandonar sua reflexão sobre a condição do artista na sociedade capitalista, até mesmo porque essas dimensões estavam intrincadas ao longo de toda a sua trajetória. E mesmo que este tenha apresentado clivagens significativas em relação às posições defendidas por Pedrosa durante as décadas de 1950 e 1960, também existem continuidades significativas e são exatamente estas que nos ajudam a compreender a proposta do museu das reproduções projetado para Brasília e o sentido desta instituição em seu pensamento estético.

Já aos 78 anos de idade, Pedrosa ainda acreditava, assim como em 1958, na potencialidade revolucionária da arte. Essa crença perdurou desde a década de 1930 e permaneceu intacta até sua morte, em 1981. Tal potencialidade sempre foi ancorada na crença na capacidade da arte em proporcionar um alargamento das sensibilidades e das competências cognitivas daqueles que incorporam em suas vidas a vivência de experiências criadoras. Mas o que se transforma nessa última etapa do pensamento

pedrosiano em artes são os sentidos e as formas como possibilitar a construção dessa nova consciência, o que é estabelecido não apenas pelas decepções e pelas dificuldades enfrentadas por Pedrosa ao longo da década de 1970, mas, fundamentalmente, pelas profundas transformações que atingiram o mundo das artes nas últimas décadas do século XX. Assim, o Museu das Origens, assim como o Museu de Brasília, são expressões das interpretações feitas por Pedrosa acerca das condições materiais de produção de arte e de sua determinação a partir do modo de produção capitalista de seu tempo. Se no período ao qual se refere o Museu das Origens, a possibilidade ação emancipadora da arte estaria naquilo que Pedrosa chamou de “arte de retaguarda”, no período em que Pedrosa mobilizou seus esforços pela adesão do Museu de Reproduções ao conjunto arquitetônico que constituía a nova capital, tal possibilidade ainda era vista na experiência e na vivência com a forma moderna. Como a própria cidade era fruto de tal idealização transformadora da especulação estética transfigurada na arquitetura de Brasília, a vivência proporcionada pelo Museu de reproduções deveria ser de outro tipo, mas complementar à unidade que constituía a nova capital.

### **Considerações finais: museus e experiência**

Aproximadamente dois anos antes de apresentar ao público os treze pontos que alicerçaram o Museu de Reproduções, ao responder à “*enquête sur l’art magique*” de André Breton, Pedrosa traçara um paralelo entre a arte moderna e o pensamento mítico, em que a arte é entendida como “o maior e mais profundo esforço do pensamento e da sensibilidade ocidental para recuperar o espírito, mágico ou, pelo menos, para retornar aos modos, do pensamento mítico, caído em desuso com o advento do racionalismo metafísico da civilização utilitária burguesa”. Se na última fase de sua crítica, Pedrosa parece retomar a questão do pensamento mítico como esperança de um restabelecimento entre arte e vida, no período em que Pedrosa elaborou o projeto de museu de reproduções, Pedrosa ainda via na arte abstrata e na sua inerente incomunicabilidade pela via da linguagem discursiva “um convite a esse retorno recuperativo” de uma dimensão mágica. Nesta perspectiva, a arte abstrata

cumpriria não apenas sua função comunicativa, mas também sua função social, ao convidar o público que deseja compreendê-la, a “pôr de lado o aparelho um tanto rígido ou especializado de nossos conceitos lógicos” para tornar possível o acesso a uma “atitude mental e espiritual diferente da que governa as relações intelectuais e sociais dos homens em nossa sociedade ocidental” (PEDROSA, 1956).

Neste sentido, o museu desempenharia, em primeiro lugar, o papel de estabelecer meios de acesso facilitado às obras a que eram atribuídas uma capacidade comunicativa privilegiada, seguindo a narrativa linear idealizada por Pedrosa. Isso só foi possível em razão dos avanços tecnológicos que tornaram possível reproduzir imagens dos diferentes períodos históricos de maneira fiel. Mas o museu de reproduções também desempenharia uma outra função, baseada na sua espacialidade apartada dos fluxos contínuos da vida e na sua potencialidade para servir como espécie de “função ritual”. Nesse sentido, o museu também deveria ser um espaço de ruptura com a vida urbana, com o “mecanismo do cotidiano” que impede a apreciação das coisas “direta e imediatamente percebidas” (PEDROSA, 1961). Seja no dia-a-dia da vida do trabalhador, na apreciação da cultura de massas e até mesmo nos típicos museus e suas visitas guiadas, há, segundo Pedrosa, a predominância da inferência lógica como modo de apreciação dos fenômenos estéticos. As exigências para que um dado objeto seja percebido artisticamente envolvem certo isolamento e concentração e são as instituições como os museus, apesar de sua precariedade e heterogeneidade, aquelas que melhor cumprem tal função no mundo ocidental.

Não é nova a ideia de que os museus possuem a potencialidade de servir como um espaço de formação moral e espiritual. É um lugar-comum a afirmação de que os museus foram construídos, arquitetonicamente e ideologicamente, como espaços de contemplação de uma arte que, apesar de secular, ganhava contornos de “sagrada” pelo poder imbuído a tais espaços. Mesmo que tais museus, típicos do século XIX, tenham desempenhado um importante papel na sacralização de uma noção de “cultura” combatida por Pedrosa, há um elemento que os aproxima não apenas do caso do Museu de Brasília, mas também dos outros dois projetos museais desenvolvidos por Pedrosa citados aqui: o papel do museu – ou qualquer outra instituição congênere nomeada de maneira distinta – enquanto espaço de liminaridade ritual, elemento

fundamental para que a experiência possa ser deslocada das expectativas cotidianas (DUNCAN, 2008). A necessidade de o museu ser capaz de cumprir tal função parece ainda mais fundamental nos três projetos pedrosianos, na medida em que todos eles compartilham a noção do museu enquanto forma institucional que é pensada enquanto “lugar privilegiado para essa reeducação não-lógica, mas perceptivo-estética”, em que cumpriria a sua finalidade na medida em que fosse capaz de “ensinar os visitantes a perceber, direta e imediatamente tudo: quadro, escultura, gravura, espaço, cor, arquitetura” (PEDROSA, 1961). Tal finalidade da forma institucional museu estaria no cerne dos projetos do Museu de Brasília, do *Museo de la Solidaridad* e do Museu das Origens, alterando-se em cada um dos casos a pertinência dos conteúdos considerados por Pedrosa como necessários de acordo com as demandas de seu tempo.

No caso específico do Museu de Reproduções, Pedrosa propõe que o caráter ritual proporcionado pelo museu seja deslocado, deixando de servir como força para a construção do valor de culto da obra. Em razão do fenômeno que Walter Benjamin chamou de “metamorfose do modo de exposição pela técnica da reprodução” (BENJAMIN, 1987, p.183), os usos sociais do museu poderiam deixar de operar como elemento de reforço da unicidade e de autenticidade da obra de arte – ou seja, como elemento de reforço de sua “aura” – para operar no sentido de possibilitar os deslocamentos necessários para o tipo de experiência estética e pedagógica idealizada por Pedrosa para tal museu. Nesse sentido, as possibilidades políticas vislumbradas por Benjamin ao abordar as artes tecnicamente reproduzíveis parecem aqui transfiguradas por Pedrosa para o caso das artes visuais. Ao mobilizar a função ritual do museu e as técnicas de reprodução tendo em vista o cumprimento do papel pedagógico das artes, não é apenas a arte e a política que se entrecruzam, pois, ao permitir uma experiência direta de comunicação com as obras mais significativas da arte moderna até ali, essa experiência também seria entendida por Pedrosa como um momento de vivência, ainda que breve e fugidio, de uma síntese entre arte e vida.

## Referências

ANDRADE, Mário. Museus populares. **Revista Problemas**, ano I, nº 5, SP, 1938.

ARANTES, O. Prefácio in: PEDROSA, M. **Arte/forma e personalidade: 3 estudos**. São Paulo: Kairós, 1979.

ARANTES, O. Este Volume. In: \_\_\_\_\_(org.). **Forma e Percepção estética: Textos Escolhidos II**. São Paulo EdUSP, 1996.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas vol. 1: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987.

CÁCERES, Silvia. **Fulguração Moderna: A educação pela arte no Museo de la Solidaridad (Chile, 1971-73)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Helouise. Museus Imaginários no pós-guerra: o programa da seção de arte da Biblioteca Municipal de São Paulo (1945-1960). **Anais do I Seminário Internacional de História da Arte Sérgio Milliet**. São Paulo: MAC/USP, 2015.

DIONÍSIO, G. **Antídoto do Mal: crítica de arte e loucura na modernidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2012.

DUNCAN, C. O museu de arte como ritual. **Revista Poiésis**, n. 11, p.117-134, nov. 2008.

FORMIGA, Tarcila. **À espera da hora plástica: o percurso de Mário Pedrosa na crítica de arte brasileira**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

GUILBAUT, S. **How New York Stole the Idea of Modern Art: Abstract Expressionism, Freedom, and the Cold War**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1983.

GUILLAUME, P. **Psicologia da forma**. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.

GULLAR, F. [carta] 16 fev. 1959, Rio de Janeiro [para] PEDROSA, M. Rio de Janeiro. Acervo Mario Pedrosa. CEMAP-UNESP.

\_\_\_\_\_. **Entrevista a Nina Galanternick para Formas do Afeto: Um filme de Mario Pedrosa**. Arquivo NUSC-UFRJ. Rio de Janeiro. 2008

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

LANGER, S. K. **Philosophy in a New Key: A Study in the symbolism of reason, rite and art**. Nova Iorque: Mentor Book, 1954.

LOPES, Fernanda. **Área experimental: lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970**. São Paulo Prestígio editorial, 2013.

LÓPEZ, Matias. Ideologia e utopia no Chile: os usos sociais do exílio e da arte. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis: UFSC 2010.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Paz e Terra, 1995

LOURENÇO, Maria Cecília F. Museus à grande. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, p. 182-209, 2002.

MALRAUX, André. **O Museu Imaginário**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MAURÍCIO, Jayme. **Itinerários da arte**. In: Correio da Manhã. 09 out. 1956. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/o89842\\_06/67722](http://memoria.bn.br/docreader/o89842_06/67722)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Itinerários da arte**. In: Correio da Manhã. 06 ago. 1958. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/o89842\\_06/94681](http://memoria.bn.br/docreader/o89842_06/94681)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Itinerários da arte**. In: Correio da Manhã. 16 mar. 1959. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/o89842\\_06/103570](http://memoria.bn.br/docreader/o89842_06/103570)>. Acesso: 14 ago. 2020.

PEDROSA, M. **A força educadora da arte**. Correio da Manhã. 06 nov. 1946. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/o89842\\_05/33811](http://memoria.bn.br/docreader/o89842_05/33811)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **O Mundo perdeu seus mitos**. Diário Carioca. 09 de novembro de 1947. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093092\\_03/30483](http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/30483)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Meu Encontro com Malraux**. Correio da Manhã. 07 mar. 1948. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/o89842\\_05/40472](http://memoria.bn.br/DocReader/o89842_05/40472)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Arte Mágica e o Pensamento Atual**. Jornal do Brasil. 23 dez. 1956. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/68941](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/68941)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Arte e revolução**. Jornal do Brasil. 16 abr. 1957. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/72854](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/72854)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Paradoxo Concretista**. Jornal do Brasil. 25 Jun. 1959a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/103413](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/103413)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Brasília, Cidade Nova**. Jornal do Brasil. 19 Jul. 1959b. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/106524](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/106524)>. Acesso: 14 ago. 2020.



\_\_\_\_\_. **Museu, instrumento de síntese.** Jornal do Brasil. 03 jan. 1961. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/13826](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/13826)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Arte Ambiental, Arte pós-moderna, Hélio Oiticica.** Correio da Manhã. 26 jun. 1966.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Homem, mundo, arte em crise.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Novo MAM terá cinco museus.** É a proposta de Mário Pedrosa. In: Jornal do Brasil, 15 set. 1978a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_09/186457](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/186457)>. Acesso: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Teses para o Terceiro Mundo. In: **Encontros com a civilização brasileira.** n. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

\_\_\_\_\_. Da Natureza afetiva da forma na obra de arte. In: \_\_\_\_\_. **Arte/forma e personalidade: 3 estudos.** São Paulo: Kairós, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Entrevista para Projeto Memória INAP/FUNARTE.** Rio de Janeiro. 1979b.

\_\_\_\_\_. Projeto para o Museu de Brasília. In: ARANTES, O. (org.). **Política das artes: textos escolhidos I.** São Paulo: Edusp, 1995<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. O modelo chileno de socialismo e a Frente das Artes. In: ARANTES, O. (org.). **Política das artes: textos escolhidos I.** São Paulo: Edusp, 1995b.

\_\_\_\_\_. Arte culta e arte popular. In: ARANTES, O. (org.). **Política das artes: textos escolhidos I.** São Paulo: Edusp, 1995c.

\_\_\_\_\_. As relações entre arte e ciência in: ARANTES, O. (org.). **Forma e Percepção estética: Textos Escolhidos II.** São Paulo EdUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. Discurso de inauguração do Museu da Solidariedade. In: OITICICA FILHO, C. **Encontros: Mario Pedrosa.** Rio de Janeiro: Azougue, 2013.

PUCU, Izabela. Mário Pedrosa: imaginação instituinte, museus e pós-modernidade. In: \_\_\_\_; VILLAS BÔAS, Glaucia; PEDROSA, Quito (orgs.). **Mário Pedrosa Atual.** 1ed. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2019, v. 1.

QUINDERÉ, N. Pedrosa and Malraux: Impossible Meetings in the Museum of Copies. In: GREET, Michele; TARVER, Gina (orgs.). **Art Museums of Latin America: Structuring Representation.** Nova Iorque: Routledge, 2018

READ, Herbert. **Education Through Art.** Londres: Faber and Faber, 1958

REINALDIM, I. Produção cultural indígena e história da arte no Brasil: exposições e seus enunciados (parte I – Alegria de Viver, Alegria de Criar). **MODOS**, Revista de História da Arte. Campinas, v. 3, n. 3, p.135-151, set. 2019. Disponível em: <<https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/4303>>. Acesso: 14 ago. 2020.

REINHEIMER, P. **Cândido Portinari e Mário Pedrosa: uma leitura antropológica do embate entre figuração e abstração no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

RIBEIRO VASCONCELOS, Marcelo. **O Exílio de Mário Pedrosa nos Estados Unidos e os New York Intellectuals: abstracionismo na barbárie**. Tese de Doutorado em Sociologia, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

\_\_\_\_\_. A crítica de arte na imprensa carioca e o debate sobre Brasília no congresso da AICA (1959). **Teoria e Cultura**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF. v. 14 n. 1 Junho. 2019.

ROSENBERG, Harold. The American Action Painters, **Art News**, vol. 51, no. 8, p.22-23, Dez. 1952.

VILLAS BÔAS, Glaucia. A estética da conversão: o ateliê do Engenho de Dentro e a arte concreta carioca (1946-1951). **Tempo social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 197-219, nov. 2008.

SANT'ANNA, Sabrina Parracho. "**Pecados de Heresia**": trajetória do Concretismo carioca. 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Construindo a memória do futuro: uma análise da fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. Presságios e projetos: o incêndio do MAM e os rumos da arte contemporânea. **Revista VIS** (UnB), v. 13, p. 1/14-18, 2014.

\_\_\_\_\_. Mário Pedrosa e as Musas: reflexões sobre crítica e projetos museais. In: PUCU, Izabela; VILLAS BÔAS, Glaucia; PEDROSA, Quito (orgs.). **Mário Pedrosa Atual**. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2019, v. 1, p. 373-413.

# O incêndio do MAM-RJ e as respostas de Mário Pedrosa às crises artísticas, museológicas e políticas da época

André Leal<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

O incêndio do MAM-RJ, em 1978, foi o maior desastre patrimonial brasileiro até aquele momento, destruindo praticamente todo seu acervo. Ao acompanharmos os escritos e a atuação do crítico de arte Mário Pedrosa antes e depois do incêndio, muitas de suas ideias sobre arte e curadoria vêm à tona. Iremos aqui apresentar três momentos do pensamento “museal” de Pedrosa em torno desse evento: a proposta de exposição de arte indígena “Alegria de viver, Alegria de criar”, prevista para o MAM-RJ antes do incêndio, sua proposta de reconstrução do museu depois do incêndio como “Museu das Origens” e sua atuação junto ao Museu da Solidariedade Salvador Allende, no Chile. Esses três eventos não apenas demonstram o pensamento museológico de Pedrosa, mas também expressam o potencial de atuação do crítico frente a diferentes momentos de esgotamentos e crises de modelos: da arte moderna e ocidental, da tragédia patrimonial e da política internacional, respectivamente.

**Palavras-chave:** Mário Pedrosa; arte moderna; arte contemporânea; experimental.

## The MAM-RJ fire and Mário Pedrosa’s answers to the artistic, museological and politic crises of the period

## ABSTRACT

The great fire of the MAM-RJ, in 1978, was the biggest Brazilian patrimonial disaster until that moment, destroying almost its entire collection. As we follow the writings and practice of art critic Mário Pedrosa before and after the fire many of his curatorial and artistic ideas emerge. We will here present three moments of Pedrosa’s “museal” conceptions around this event: the proposal for the indigenous art exhibition “Joy of living, Joy of creating”, planned for MAM-RJ before the fire, his proposal for the reconstruction of the museum after the fire as the “Museum of Origins” and his work in creating the Salvador Allende Solidarity Museum, in Chile. These three events not only demonstrate Pedrosa’s museological thought, but also express the potential of the critic’s responses in face of different moments of exhaustion and model crises: of modern and western art, of heritage tragedy, and of international politics, respectively.

**Keywords:** Mário Pedrosa; modern art; contemporary art; experimental.

## El incendio del MAM-RJ y las respuestas de Mário Pedrosa a las crisis artísticas, museológicas y políticas de la época

<sup>1</sup> Doutorando em Artes Visuais no PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil; bolsista FAPERJ Nota 10. Faz parte da Rede Solidária de Pesquisadores do Arquivo do Museu da Solidariedade Salvador Allende. E-mail: coxaleal@gmail.com

## RESUMEN

El incendio del MAM-RJ, en 1978, fue el mayor desastre patrimonial brasileño hasta entonces, destruyendo prácticamente toda su colección. A medida que seguimos los escritos y la actuación del crítico de arte Mário Pedrosa antes y después del incendio, muchas de sus ideas sobre el arte y la curaduría pasan a primer plano. Aquí presentaremos tres momentos del pensamiento “museístico” de Pedrosa en torno a este evento: la propuesta de la exposición de arte indígena “Alegría de vivir, Alegría de crear”, prevista para el MAM-RJ antes del incendio, su propuesta de reconstrucción del museo después del incendio como “Museo de los Orígenes” y su actuación en el Museo de la Solidaridad Salvador Allende, en Chile. Estos tres hechos no solo demuestran el pensamiento museológico de Pedrosa, sino que también expresan el potencial de la actuación del crítico ante diferentes momentos de agotamiento y crisis de modelos: del arte moderno y occidental, de la tragedia patrimonial y de la política internacional, respectivamente.

**Palabras-clave:** Mário Pedrosa; arte moderno; arte contemporâneo; experimental.

## 1. Introdução

Na madrugada de 8 de julho de 1978 o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ) foi tomado por um incêndio que consumiu praticamente todo seu acervo com obras de renomados artistas nacionais e internacionais, encerrando um ciclo de experimentações artísticas que ali ocorriam desde a inauguração de sua sede definitiva no Aterro do Flamengo em 1958.<sup>2</sup> O crítico de arte Mário Pedrosa, que havia acabado de voltar de seu segundo exílio, estava organizando, junto com a artista Lygia Pape e equipe interdisciplinar, a exposição de arte indígena “Alegría de viver, Alegría de criar”, que iria ocupar os três pisos do museu no início de 1979. Tratava-se de uma incipiente e inédita tentativa decolonial de inserir a produção indígena no circuito artístico da época em pé de igualdade com a produção artística moderna e contemporânea. Sendo sobretudo uma forma de reparação histórica com as populações indígenas dizimadas desde a invasão portuguesa (PEDROSA, 1981b, p. 09), era também uma resposta de Pedrosa e de Pape ao que identificavam como um esgotamento das possibilidades da arte moderna, e ocidental, de modo geral.

---

<sup>2</sup> O edifício-sede do MAM-RJ, projetado por Affonso Eduardo Reidy, foi inaugurado em etapas entre 1958 e 1967. A partir de então ali se estabelece um importante polo de arte experimental, com viés também pedagógico e político, sendo um importante refúgio da repressão do governo ditatorial instalado no país a partir do golpe militar de 1964. Para maiores informações sobre o MAM-RJ nas décadas de 1960 e 1970, ver: GOGAN, Jessica (org.); MORAIS, Frederico. **Domingos da criação: uma coleção poética do experimental em arte e educação**. Rio de Janeiro: Instituto MESA, 2017. E LOPES, Fernanda. **Área experimental: lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970**. São Paulo: Prestígio editorial, 2013.

Após o incêndio do museu, Pedrosa propôs que este fosse transformado no “Museu das Origens”, composto por cinco museus: de arte negra, indígena, popular, “virgem” (do inconsciente), e moderna e contemporânea, orbitando ao redor de um núcleo “criativo e experimental” (PEDROSA, 1978b). Tais museus demarcariam as matrizes históricas da arte contemporânea brasileira ativas no presente. A proposta também revela as transformações no pensamento do crítico frente ao que ele identificava como o esgotamento da arte moderna e aos impasses gerados tanto pelo incêndio do MAM-RJ, quanto pela situação da política cultural brasileira à época.

Alguns anos antes, entre 1971 e 1973, Pedrosa esteve à frente da criação do Museu da Solidariedade no Chile, reunindo centenas de obras doadas por importantes artistas internacionais em apoio à “via chilena do socialismo” de Salvador Allende. Como resposta aos ataques da direita nacional e internacional ao governo Allende e à crise política por eles gerada, pensou-se na criação de um museu de arte moderna e experimental que demonstrasse o apoio dos artistas ao governo chileno. A passagem de Pedrosa pelo Chile também informa mudanças de postura pela qual o pensamento do crítico passou na década de 1970.

Tratam-se, portanto, de três momentos da fase tardia da carreira de Pedrosa, nascido em 1900 em Pernambuco e falecido em 1981 no Rio de Janeiro, que indicam as saídas propostas pelo crítico para três diferentes crises – das artes, patrimonial e política –, mas que reúnem e conjugam diferentes aspectos de seu pensamento ao longo das mais de quatro décadas de carreira como crítico e curador. Iremos debater também textos anteriores de Pedrosa que informam ou contradizem os eventos em questão, apresentando as vicissitudes de uma carreira tão longa e plural, mas diretamente relacionadas com os desdobramentos artísticos e políticos de seu tempo. Assim, é possível identificar nesses eventos diferentes aspectos de um período registrado por muitos pesquisadores como de passagem entre o “moderno” e o “contemporâneo”.

Cabe ressaltar que dentre as contradições expressas nos escritos de Pedrosa a que mais nos interessa neste ensaio é sua relação com a produção indígena, presente nas propostas expositivas “Alegria de viver, Alegria de criar” e no “Museu das Origens”. Em sua trajetória, o crítico oscila entre duas visões conflitantes em relação a essa produção, mas que se atravessam no decorrer dos anos. Até a década de 1970 poucas vezes Pedrosa

a vê como algo a ser mobilizado no presente; a produção indígena seria parte de um passado anterior à invasão portuguesa e o Brasil não teria uma cultura prévia digna de valor. Ao longo da década de 1970, e principalmente após sua passagem pelo Chile como veremos, ele mobiliza essa produção no presente, como na exposição “Alegria de viver, Alegria de criar”, entendendo o modo de produção dos indígenas como exemplo para os artistas experimentais da época. A produção indígena, portanto, é vista como modelo de produção estética dentro de uma sociedade não-capitalista, apesar de Pedrosa abordá-la muitas vezes ainda de modo abstrato e como parte de um presente a-histórico.<sup>3</sup> Para fins analíticos apresentamos esses dois momentos na trajetória de Pedrosa de modo um tanto esquemático, mas é importante frisar que ambas as atitudes do crítico frente à produção indígena se interpenetram e não se deixam reduzir a esquematismos, fazendo parte da complexa trama de produções mobilizada por Pedrosa em seus escritos ao longo de sua vida. Assim, sua sensibilidade lhe permitiu abordar, ainda em sua fase mais radicalmente modernista, produções desviantes dos cânones consagrados, bem como posteriormente ele continua sendo um homem de seu tempo e não leva a inclusão da produção indígena à radicalidade contemporânea de seu estatuto de objetos produzidos no presente, como atualmente se vê em alguns museus e exposições pontuais, algo que pretendemos deixar mais claro ao longo do texto.

## **2.1 Crise artística: impasses da arte moderna e o pós-modernismo experimental**

As décadas de 1960 e 70 são vistas por muitos pesquisadores como um momento de inflexão na produção artística ocidental, de passagem do “moderno” para o “contemporâneo” (REINALDIM; SOMMER, 2020, p. 91). Mesmo tendo uma atuação essencialmente modernista em sua linguagem e também estreitamente ligada à produção artística e arquitetônica dos modernismos brasileiros, Mário Pedrosa foi um dos primeiros a captar o que identificou em diversos textos como um “esgotamento” da

---

<sup>3</sup> ver a esse respeito a pesquisa de mestrado de Pollyana Quintella, na qual ela analisa a questão do “primitivismo” em Mário Pedrosa, com foco principal justamente nas propostas expositivas aqui abordadas: QUINTELLA, 2018.

arte moderna e já em 1966 denominou a produção ambiental de Hélio Oiticica de “pós-moderna”, muito antes do termo se tornar corrente.

Em “Arte ambiental, arte pós-moderna, Hélio Oiticica”, Pedrosa indica o que seria uma passagem das questões materiais e perceptivas do modernismo para questões culturais e sociais mais amplas, e a produção de Oiticica daria a ver tal movimento. Segundo o crítico, estaríamos “agora em outro ciclo, que não é mais puramente artístico, mas cultural, radicalmente diferente do anterior”, inaugurado pelas *Demoiselles d’Avignon* (1907) de Picasso. “Nessa fase de arte na situação, de arte antiarte, de ‘arte pós-moderna’ [...] os valores propriamente plásticos tendem a ser absorvidos na plasticidade das estruturas perceptivas e situacionistas” (PEDROSA, 1966a, s/p).<sup>4</sup>

Pedrosa identifica na produção de Oiticica uma série de pontos que resumem também ideias que tinha em relação à produção artística de modo geral, reunindo sua visão política, marcadamente marxista, a importância que dava à teoria da *gestalt* para a percepção artística e as preocupações sociais e biográficas que sempre informaram sua produção crítica.<sup>5</sup> Segundo Pedrosa (1966a, s/p), na “arte ambiental” de Oiticica, “nada é isolado” e “o conjunto sensorial domina”, algo que o artista havia absorvido em sua vivência no morro da Mangueira. O *Bólido* em homenagem a Cara de Cavalo, criminoso assassinado brutalmente pela milícia Scuderie Le Cocq, também era outro momento dessa nova etapa artística, pois seria “verdadeiro monumento de autêntica beleza patética, para a qual os valores plásticos por fim não foram supremos. [...] Aqui é o conteúdo emocional que absorve o artista” (PEDROSA, 1966a, s/p). Portanto, as questões levantadas pela produção de Oiticica em particular, mas também de outros artistas “experimentais”, corresponderiam a temas muito mais amplos que aqueles estritamente artísticos colocados pelas vanguardas modernistas, podendo assim ser caracterizadas como pós-modernas.

Em outro texto do mesmo ano, Pedrosa realizaria uma leitura fundamentalmente marxista das condições da produção artística daquele momento, que desdobram pontos apresentados acima. No artigo “Crise do condicionamento artístico”,

---

<sup>4</sup> buscamos aqui citar o máximo possível as fontes primárias dos textos críticos de Pedrosa, a maioria publicados em jornais diários e revistas.

<sup>5</sup> Ver: PÉREZ-BARREIRO, 2017.

o crítico afirma que, frente aos desenvolvimentos tecnológicos recentes, o estilo já não teria preponderância na produção industrial e artística. Faltariam “as qualidades artesanais de perenidade e similitudes intrínsecas para criar unidade formal e estilística”, além da “solidez de profundas tradições culturais capazes de fornecer o estrume para uma criação coletiva super individual” (PEDROSA, 1966b, p. 10), levando os artistas e a indústria a se submeterem aos caprichos sempre cambiantes do mercado de consumo. Essa falta de “padrões preexistentes” também indicaria “que a Arte perdeu suas raízes culturais, e foi subordinada a outros padrões necessariamente instáveis e aleatórios como os dominantes no mercado consumidor” (PEDROSA, 1966b, p. 10). Mais uma vez, Pedrosa conclui identificando uma nova atitude dos artistas frente à sua produção, que já não poderia ser incluída nos modelos modernistas. Para o crítico, estaríamos diante de “um fenômeno cultural e mesmo sociológico inteiramente novo”, que fugiriam “dos parâmetros do que se chamou de arte moderna. Chamai a isso de arte pós-moderna, para significar a diferença” (PEDROSA, 1966b, p. 10).

Em 1967, Pedrosa escreveria o artigo “Mundo em crise, homem em crise, arte em crise”, no qual aprofunda sua análise da nascente “sociedade de consumo espetacular” (LEAL, 2015, p. 65) e as possibilidades de alienação ou de emancipação que esta nova situação permitiria, sempre movida pelos avanços tecnológicos. Segundo o crítico, “para vencer a defasagem entre o acúmulo das transformações tecnológicas no presente e o isolacionismo de fundo artesanal, não se vê, hoje, outro recurso senão em tudo projetar, seja no domínio científico, técnico ou estético, em termos ambientais” (PEDROSA, 1967, p. 3). Em sentido similar ao que colocara, em 1966, em relação às pressões exercidas pelo mercado sobre os artistas, Pedrosa (1967, p. 3) segue afirmando que “nessa grave encruzilhada em que se encontra a arte, o artista é excitado por mil solicitações, vindas do mundo ambiente, cada vez mais amplo, mais complexo e surpreendente”, daí também a exigência da arte em se reintegrar ao ambiente de modo geral.

Se nestes textos podemos acompanhar as transformações pelas quais o campo artístico estava passando nesse momento de transição do “moderno” para o “contemporâneo”, Pedrosa já havia apresentado uma visão sobre a produção artística em termos muito mais amplos que aqueles rigorosamente modernistas em 1947, em uma



conferência que teve o sugestivo título de “Arte, necessidade vital”. Proferida na abertura da exposição de pinturas dos usuários do Setor de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, comandado por Nise da Silveira, Pedrosa busca apresentar seu modelo de concepção artística como inerente à humanidade, afastando-se das concepções acadêmicas e do primeiro modernismo brasileiro então vigentes no país. Essa postura também está relacionada à sua tentativa de ampliação do campo artístico para o abstracionismo, que vigoraria nas décadas seguintes e cujo ápice foram os movimentos concreto e neoconcreto nos quais Pedrosa teve participação fundamental.

Contrapondo-se aos excessos regulatórios e intelectuais do academismo e explorando o papel do inconsciente na produção dos artistas – profissionais ou não –, o crítico defende a abertura do campo artístico para produções “desviantes” como as das crianças, dos povos “primitivos”, além da dos internos de hospitais psiquiátricos como o do Engenho de Dentro. Segundo Pedrosa (1947, s/p), “a atividade artística é uma coisa que não depende [...] de leis estratificadas, frutos da experiência de apenas uma época na história da evolução da arte”, mas se estenderia “a todos os seres humanos”. Para ele, “a vontade de arte se manifesta em qualquer homem de nossa terra, independente do seu meridiano, seja ele papua ou cafuzo, brasileiro ou russo, negro ou amarelo, letrado ou iletrado, equilibrado ou desequilibrado”.

A “necessidade vital” de criação artística escaparia, portanto, às regras intelectuais elaboradas desde o Renascimento e as “modernas teorias psicológicas” confirmariam isso. Para Pedrosa (1947, s/p), “cada indivíduo é um sistema psíquico à parte, e também uma organização plástica e formal em potência”. Assim, o fenômeno artístico teria que “ser entendido num sentido mais amplo que até ontem” (PEDROSA, 1947, s/p), chancelando nos círculos for mais das artes a exposição instalada no salão do Ministério da Educação e Saúde, símbolo do modernismo arquitetônico brasileiro e que já tinha abrigado e abrigaria muitas outras exposições de arte moderna. Para Pedrosa, a arte seria “a linguagem das forças inconscientes que atuam dentro de nós” (PEDROSA, 1947, s/p). Vemos, assim, que o crítico já buscava dar um sentido mais abrangente à arte, além dos círculos estreitos de iniciados, e a experiência com os internos do Engenho de Dentro lhe abriu os olhos para produções que escapavam a esses círculos.

Outra indicação dessa visão ampliada da produção artística que Pedrosa tinha está na citação à produção de “povos primitivos”, mesmo que ainda tratados como parte de um passado arqueológico ou como uma cultura mais atrasada que a ocidental. Desde um ponto de vista bastante eurocêntrico, Pedrosa (1947, s/p) afirma que reconhecer “os povos bárbaros da América pré-colombiana, da Oceania, da África” como produtores de arte digna de interesse faz com que esta deixe “de ser privilégio de raças superiores da Europa ocidental”. Assim, “a arte não é mais produto de altas culturas intelectuais e científicas. Povos primitivos também a fazem” e seus “produtos artísticos [...] são formalmente tão legítimos e bons quanto os das civilizações super-requintadas da Grécia ou da França” (PEDROSA, 1947, s/p). Apesar dessa sua visão ainda muito calcada na experiência ocidental, vemos que há um esforço do crítico em incorporar essas produções no circuito artístico formal, como estava a fazer com os internos do hospital psiquiátrico. Tardariam algumas décadas, porém, para que Pedrosa ampliasse esse esforço e vislumbrasse a produção indígena como possível saída para os impasses do modernismo por ele identificados, mesmo que essa saída ainda contivesse suas próprias contradições, como veremos adiante.

Mário Pedrosa foi também um entusiasta da arquitetura moderna brasileira e viu em Brasília o ápice de sua realização, o termo final de sua profética frase de que o Brasil seria um país “condenado a ser moderno” e também a culminação de sua ideia da arquitetura moderna como síntese das artes. Muitas contradições estão presentes nessa linha de raciocínio, nas quais não iremos adentrar aqui senão na que nos interessa para o presente debate: a condenação ao moderno era também fruto de sua ideia do Brasil como um país colonizado e sem passado próprio. Segundo Pedrosa, o Brasil teria “vindo à civilização” com a chegada dos portugueses. Assim,

nosso passado não é fatal, pois nós o refazemos todos os dias. E bem pouco preside ele ao nosso destino. Somos, pela fatalidade mesma de nossa formação, *condenados ao moderno*. A nossa ‘modernidade’ é tão radical que, coisa rara entre os Estados, temos a certidão do nosso batismo. Nascemos numa data precisa: 22 de abril de 1500. Antes disso simplesmente não existíamos (PEDROSA, 1959, p. 3, grifo do autor).

Pedrosa segue descrevendo a formação nacional em termos quase neutros em relação à exploração da mão de obra negra escravizada e ignorando a presença indígena por aqui. Seu entusiasmo com a construção de Brasília, além das questões formais da arquitetura e do urbanismo modernistas de Costa e Niemeyer, se encaixava também em sua visão marxista de uma dialética que levaria a uma melhoria das condições sociais e geográficas do país, fugindo à trajetória extrativista que sempre marcou – e continua marcando – a ampliação das fronteiras agrícolas brasileiras. Segundo Pedrosa (1981a, p. 307), a solução de Lucio Costa, aceitaria as contradições nacionais, no caso a falta de um efetivo planejamento regional anterior à construção da nova capital, e reconhece que “a solução possível ainda era na base da experiência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz”. A instalação da capital no coração do Brasil poderia então ser encarada como um processo de autocolonização de nosso território, fruto do “espírito do plano” (PEDROSA, 1959, p. 3) que marcaria a época, permitindo o desenvolvimento do interior do país. Para tanto, porém, seria fundamental a realização da reforma agrária, que como sabemos nunca foi levada adiante no Brasil.

## **2.2 Alegria de viver, alegria de criar: a saída indígena**

Em uma produção extensa como a de Pedrosa, é possível acompanharmos as transformações no pensamento exposto pelo crítico em suas críticas nos jornais da época e no debate público de modo geral. Assim, se nas décadas de 1940 e 50 ele via os indígenas brasileiros como “povos primitivos” de um passado anterior à invasão portuguesa, anos mais tarde ele buscava apresentar a produção estética desses povos em pé de igualdade com a produção ocidental justamente no MAM-RJ, mesmo que muitas vezes ainda trate a produção indígena de modo abstrato e como parte de um passado pré-histórico. Segundo o crítico, depois de sete anos de exílio no Chile e na França, “uma nostalgia imensa da nação brasileira” o invadiu quando visitou a Amazônia peruana (PEDROSA, 1977, s/p). Ali também tomou consciência da necessidade de se dirigir às tragédias do genocídio indígena e da destruição da floresta amazônica. Recuperar a produção indígena, portanto, ia ao encontro tanto de questões políticas

urgentes, quanto da necessidade de ampliação do campo artístico face ao esgotamento do modernismo apontado pelo crítico. Como afirmou Pedrosa (1977, s/p) na mesma entrevista a Casimiro Xavier de Mendonça, frente à “crise profunda” da arte moderna devida à “crise geral do mundo”, ele queria “mostrar para essa menina, deste outro lado, esse trabalho dos índios, esse mundo onde os valores são outros e têm este prazer no fazer e no criar”.

Assim, Pedrosa propôs, junto com uma série de artistas, antropólogos e arqueólogos, a exposição “Alegria de viver, Alegria de criar”. Essa exposição iria reunir centenas de peças indígenas no MAM-RJ no início de 1979, mas o incêndio do museu interrompeu sua produção. A exposição contava com curadoria adjunta da artista Lygia Pape, cuja dissertação de mestrado “Catiti Catiti na terra dos Brasis”, defendida em julho de 1980, teve “como tema o problema da crise da arte no mundo contemporâneo” (PAPE, 1980, p. 01) e, apoiando-se nos escritos de Mário Pedrosa, indicava o “artista-inventor” e o modelo de produção estética dos indígenas brasileiros como saída para tal crise. A equipe de pesquisa da exposição também incluía a museóloga Tereza Bauman, os antropólogos Berta Ribeiro e Eduardo Viveiros de Castro; a iconografia seria realizada pelas artistas Maureen Bisilliat e Claudia Andujar e a programação visual estaria a cargo do artista Aloísio Carvão. Nos arquivos de Pedrosa na Biblioteca Nacional há um extenso levantamento das obras que já haviam sido mapeadas pelos pesquisadores em museus nacionais e internacionais, incluindo o manto Tupinambá de uma coleção dinamarquesa, além de um orçamento detalhado dos custos da exposição. Como a exposição não iria poder circular em outras localidades devido à complexidade logística, seria realizado um documentário para divulgá-la país afora. De acordo com as notas de Pedrosa, uma oca seria construída no térreo do MAM-RJ e seriam reunidas 1563 peças, divididas entre brinquedos, plumária, artefatos de miçanga, cerâmica, tecidos e trançados e peças arqueológicas (PEDROSA, 1978a).

Nas notas há também um esboço do texto de apresentação da “mostra de arte dos povos indígenas do Brasil” que seria “um projeto destinado a marcar época na história cultural do nosso país”:

a exposição abrangerá todos aspectos decisivos dessa arte e cultura, não só da atualidade como de seu tempo histórico e mesmo pré-histórico. [...] Esta oportunidade não se justifica apenas em função do momento cultural do Brasil, mas **em função da crise do condicionamento histórico-cultural-artístico** que alcança o nosso país, que alcança a América Latina em seu todo e se estende mesmo à[s] velhas metrópoles do mundo. (PEDROSA, 1978a, s/p, grifos nossos).

Tratava-se de “encontrar as raízes de nossos antepassados pré-históricos que foram certamente em linha reta os fundadores da nossa nação primeira”, assim acrescentando “nova dimensão à formação de nosso complexo cultural nacional” (PEDROSA, 1978a, s/p). Vemos que Pedrosa está buscando incorporar a produção indígena na historiografia da arte brasileira, bem como em rever o papel dessas populações no presente, contando inclusive “com a colaboração viva e indispensável dos índios xinguanos” (PEDROSA apud SOMMER, 2020, p. 129). A produção indígena, além de seu papel histórico, seria também exemplo para o artista-inventor na reintegração da criação artística às práticas vitais como saída para o impasse da arte moderna e sua inserção na sociedade contemporânea livre das amarras do mercado. Segundo Pedrosa (1981b, p. 09), a arte plumária seria “onde o índio mostra as qualidades de um artista sem saber que é artista, de um homem que vive na sua comunidade e, apesar de todas as pressões de fora, mantém sua individualidade, embora histórica e socialmente esteja condenado a desaparecer”. A exposição teria, portanto, “esse caráter de reposição histórica, moral, política e cultural”, já que “temos uma dívida para com esta raça, a primeira, a matriz, que constitui a formação do Brasil”.

É importante frisar, porém, que apesar da menção aos índios xinguanos indicada acima, Pedrosa raramente nomeia diretamente os povos que participariam da mostra, e a maioria das peças elencadas pelos curadores viria de coleções já existentes. Também transparece de um modo geral um interesse maior do crítico pelo contexto de produção dos povos indígenas do que pelas suas características formais ou estéticas propriamente, sendo este contexto – a estereotipada “alegria de viver” de um povo pristino – um modelo para o artista experimental de sua época. Como afirma Pollyana Quintella (2018, p. 40), a atuação de Pedrosa está “longe de qualquer experiência etnográfica ou de um exercício de teorização sistemática” e o crítico “recorre à arte indígena como um todo abstrato, [...] para apresentar um referencial produtivo simultaneamente próximo – como origem

da arte brasileira – e distante, localizado num outro tempo, numa outra geografia”. Ou seja, há um duplo movimento de abstração dessas populações que Pedrosa realiza, apesar de seu louvável e precursor esforço em incorporar a produção indígena à história da arte brasileira: os povos indígenas são reconhecidos como precursores de nossa cultura, mas ao mesmo tempo estariam fadados ao desaparecimento dentro do “progresso capitalista”.

Fica claro, portanto, que o que interessava ao crítico em última instância era o contexto de produção da arte indígena brasileira como motor para uma revisão do papel das vanguardas artísticas em um presente acossado pelas tecnologias da comunicação e o status de mercadoria que tudo integra ao sistema capitalista. Argumento explicitado na mesma entrevista de Pedrosa a *O Pasquim*:

não posso dizer: “a Arte Moderna acabou! Viva a Arte Primitiva!”. [...] Mas as vanguardas acabaram, isto se considerarmos vanguarda aquilo que amplia o repertório. O que amplia o repertório hoje não é vanguarda, pois não amplia nada pelo qual o homem possa aumentar seu saber. No processo que está aí, a Arte não se conjuga ao que se passa no mundo. Não é vanguarda aquilo que fica de um lado da rua enquanto que do outro corre o drama do mundo de hoje (PEDROSA, 1981b, p. 9).

O incêndio do MAM-RJ, porém, interrompeu suas atividades e deixou claro que a crise das artes e da sociedade era de fato muito mais profunda. Em texto anterior ao projeto de “Alegria de viver, Alegria de criar”, Pedrosa já havia analisado a importância da produção estética indígena e negra em relação à crise da arte moderna do período, em outra de suas aberturas do campo artístico a produções não-canônicas. Em “Arte dos Caduceus, arte negra, artistas de hoje”, de 1968, o crítico parte das pesquisas etnográficas de Franz Boas e Claude Lévi-Strauss para aproximar a produção desses povos “primitivos” às de artistas contemporâneos, além de se referir à importância da arte africana para a arte moderna europeia. Segundo Pedrosa (1968, p. 4), “a arte negra” havia atraído os primeiros modernistas europeus por “suas intrínsecas qualidades formais, sua estrutura hierarquizada” em contraposição a “uma escultura [...] naturalista ou naturalizante, puro amálgama de massas ou teatralidade convencional que então dominava os centros artísticos mais eminentes da Europa”. Em contraste, naquele momento, “as artes das culturas primitivas”, como a dos caduceus, ou Kadiwéu,

“exercem fascínio sobre a sensibilidade moderna pelo que significavam, pela ação que exerciam, pelo comportamento coletivo que impunham à sociedade de onde brotavam” (PEDROSA, 1968, p. 4).

Vemos novamente Pedrosa voltar sua atenção para produções não-ocidentais como resposta ao esgotamento dos preceitos modernistas e das mudanças sociais de sua época. Uma arte participativa e ativa na coletividade era o que os melhores artistas estariam produzindo, e a arte dos “primitivos” seria um momento anterior na genealogia dessa atitude artística. Ou seja, aqui é que aparece pela primeira vez em seus escritos o contexto da produção artística indígena como possível modelo para os artistas experimentais contemporâneos.

Na realidade o que torna os artistas de hoje [...] nostálgicos, no seu isolamento cultural e espiritual, é a ausência de ressonâncias culturais coletivas acima do apelo estético de sua obra. Esta não consegue vencer o isolamento, alcançar o coletivo e o mítico, através do campo solitário do gosto individual, cujo pólo contrário, é o gosto da moda (PEDROSA, 1968, p. 3).

Assim, para além dos valores formais dessa produção, o interesse contemporâneo estaria novamente voltado para a “atitude e o trabalho do artista negro ou do artista caduceu, nos seus respectivos contextos sociais”. Pedrosa (1968, p. 3) conclui seu texto afirmando que “o artista primitivo cria um objeto ‘que participa’. O artista de hoje, com algo de um desespero dentro dele, chama os outros a que dêem participação ao seu objeto”, como forma de fazer com que sua produção participe da sociedade de maneira mais livre que aquela imposta pelo mercado.

### **3.1 Crise museológica: o incêndio do MAM-RJ**

Em 8 de julho de 1978 um incêndio de grandes proporções atingiu o MAM-RJ, destruindo quase a totalidade de seu acervo de obras nacionais e internacionais. Das cerca de mil obras da coleção do museu, apenas 50 sobreviveram e a exposição temporária que estava em cartaz, “Arte Agora III – América Latina: Geometria sensível”, com 205 obras expostas, queimou por completo, incluindo toda a fase construtiva do pintor uruguaio Joaquín Torres Garcia, verdadeira tragédia cultural para nosso vizinho

sul-americano. A matéria que estampou a capa do Jornal do Brasil de 9 de julho dá as dimensões do desastre cultural e ecoa no século 21, dada a semelhança com o descaso que levou ao incêndio do Museu Nacional em setembro de 2018 – quase exatos 40 anos depois – e cujo combate também falhou devido à falta de pressão nas mangueiras dos bombeiros.

As chamadas foram percebidas pelo vigia do museu às 3h25m e acredita-se que tenham sido provocadas por um curto-circuito. Vinte e cinco minutos depois chegaram dois carros dos bombeiros que pouco puderam fazer, pois um tinha uma mangueira furada, conforme disse uma testemunha (JORNAL DO BRASIL, 1978, p. 1).

A tragédia interrompeu um ciclo de experimentações no MAM-RJ que seria o ápice de um momento cultural neovanguardista na cena artística nacional, mas que já vinha dando sinais de esgotamento havia alguns anos, como sentido por Mário Pedrosa. A resposta dos agentes culturais cariocas foi imediata e uma grande mobilização surgiu sobre as cinzas do museu. Um “Comitê Permanente para a Reconstrução do MAM” foi prontamente organizado e no final de semana seguinte uma grande manifestação, um ato cultural roteirizado pelo cineasta Aurélio Michiles, tomou as ruas da cidade. Acudida por diversos artistas e grupos culturais cariocas, o ato reuniu cerca de 3 mil pessoas e terminou com a atriz Bibi Ferreira lendo o documento preparado pelo Comitê.

Novamente as palavras de 1978 podem ser replicadas para o presente nacional, no qual a cultura é vista como um luxo das elites, e sofre com a carência de políticas públicas. Seria o momento das “classes dirigentes do Brasil [...] olharem para dentro de si mesmas e verem o estado de pobreza em que se encontra o seu país, o nosso país”, elencando diversos aspectos do estado de “abandono” no qual o país se encontrava, incluindo o desaparecimento de nossas florestas e dos povos originários, que viveriam como “fósseis”, “condenados a desaparecer com a ‘marcha da civilização e do progresso’, se um esforço gigantesco e sábio não os vier preservar.” Ademais, o fato principal relacionado ao incêndio do MAM-RJ era o de que “cultura e arte no Brasil [...] continuam a ser realidades periféricas, ilhas de luxo” pois não eram vistas como “necessidades também fundamentais de todo ser humano”, recebendo “migalhas – recursos financeiros irrisórios, tardios e dispersos, gestos altruísticos esporádicos, brilhos propagandísticos,



artifícios de retórica, rebarbas de politicagem, resíduos de ócio”, já que não tínhamos, e novamente não temos, uma política cultural sólida e de amplo alcance (A CAMPANHA, 1978, p. 10).

### **3.2 O “Museu das Origens”: uma história experimental da arte brasileira**

Mário Pedrosa também elaborou seu próprio projeto de reconstrução para o MAM-RJ, que se insere em seu pensamento museológico da época. O assim chamado “Museu das origens” deveria, mais do que um museu de arte moderna, ser uma plataforma cultural em sentido mais amplo, abarcando não apenas a arte moderna nacional e internacional, mas também a produção negra, indígena, popular e “virgem”, como chamava a produção reunida no Museu do Inconsciente. Segundo Pedrosa (1978b, s/p), “na fundação do Museu das origens prevê-se o estabelecimento de cinco museus [...] afins embora independentes entre si”: Museu do Índio; Museu da Arte Virgem (Museu do Inconsciente); Museu de arte moderna; Museu do Negro e Museu das Artes Populares. Essa proposta foi apresentada na reunião do Comitê Permanente pela Reconstrução do MAM, ocorrida no Parque Lage em 14 de setembro e publicada no *Jornal do Brasil* no dia seguinte, mas prontamente rejeitada pela direção do MAM-RJ, como apontado por Pollyana Quintella (2018, p. 44).

Dentro da visão de uma reconfiguração da historiografia das artes brasileiras é coerente a proposta que Pedrosa esboça para o que deveria compor o novo acervo de arte moderna dessa constelação de museus, reafirmando sua relação com a arte brasileira. O Museu de Arte Moderna proposto por Pedrosa deveria “reconstruir um acervo que seja antes de tudo representativo da arte brasileira”, desde o impressionismo, com Eliseu Visconti, passando pelos modernistas da primeira geração como Victor Brecheret, Lasar Segall, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Cândido Portinari, Alfredo Volpi, Oswaldo Goeldi e Lívio Abramo. Além disso, também deveria contemplar os artistas da época e as filiações internacionais da arte concreta brasileira, com uma sala de arte neoconcreta, como não poderia deixar de faltar (PEDROSA, 1978b, s/p).

Cabe destacar também que o Museu do Negro e o de Artes Populares teriam relação direta com as populações ali inseridas. Assim, o Museu do Negro teria não apenas peças trazidas de África, mas também criadas no Brasil, “principalmente nos cultos religiosos, onde são usadas” (PEDROSA, 1978b, s/p). E o Museu de Artes Populares deveria ser composto por peças que representassem essa produção nas diversas regiões do país. A proposta do crítico, porém, não foi adiante, mas seria uma forma alternativa de encarar o futuro dos espaços museais e da própria arte, nos termos que apresentamos até aqui. Como afirma Sabrina Sant’Anna, o incêndio impôs duas possibilidades para a arte contemporânea, que representariam “percepções distintas” acerca de seu futuro:

de um lado, a ênfase na experimentação se constituiria como principal esperança para os espaços expositivos. [...] De outro, a partir do diagnóstico [d]o esgotamento da sucessão de vanguardas, o turvamento de fronteiras entre alta e baixa cultura, arte popular e arte erudita, começaria a se colocar como possibilidade (SANT’ANNA, 2015, s/p).

Pedrosa, apesar de enfatizar o segundo projeto com seu “Museu das Origens” e não mencionar a Área Experimental, importante polo de atuação dos jovens artistas até o incêndio, parece buscar um equilíbrio entre os dois rumos apontados por Sant’Anna. O crítico tinha uma relação muito próxima com as propostas artísticas experimentais e estas eram parte de todo o debate sobre o esgotamento da arte moderna e suas possíveis saídas. Também é emblemático que Pedrosa tenha representado o “Museu das Origens” por meio de um diagrama no qual apresenta os cinco museus em círculo, demonstrando que não haveria qualquer hierarquia entre eles, e, ao centro, reunindo todos eles, estão as “atividades criativas e experimentais” (PEDROSA, 1978b, s/p).

Seriam tais atividades, portanto, que uniriam os cinco museus, traçando o plano no qual se daria a “contaminação híbrida entre matrizes culturais brasileiras” junto com a “contextualização sobre as imagens do inconsciente e da arte moderna” do qual nos falam Ivair Reinaldim e Michelle Sommer (2020, p. 102). Logo, o “Museu das Origens” seria uma maneira de trazer o passado à tona no presente, ampliando o repertório artístico para aquelas produções que não tinham espaços à altura nos circuitos institucionais. Do mesmo modo, podemos dizer que essa estrutura do “Museu das

Origens” é coerente com o pensamento museológico de Pedrosa dentro de sua defesa pela “opção terceiro-mundista” para um país como o Brasil.

Esse pensamento de Pedrosa, no entanto, também já havia sido esboçado anteriormente. Em 1958, em carta a Oscar Niemeyer a respeito da criação de um Museu de Arte Moderna em Brasília, o crítico expõe sua opinião sobre a criação de museus com acervos internacionais em um país como o Brasil. Em primeiro lugar, critica os acervos modernistas já existentes em São Paulo e no Rio de Janeiro, a despeito dos esforços de seus criadores, por vê-los como um gasto enorme de dinheiro que resultaria em coleções sempre incompletas. Em Brasília a situação seria ainda pior, já que estaria afastada dos centros intelectuais do país e permaneceria em formação por muitos anos. O Pedrosa, porém, dá um salto ao pensar o museu não como um repositório de obras-primas, mas sim como uma instituição cultural e educativa – um “instituto de artes” em suas palavras. Para ele, o museu de Brasília deveria ser *suis generis* e atender a objetivos de ordem educacional e documental, por meio de reproduções e maquetes de obras históricas que representassem a história da arte. Assim, não competiria com outros museus nacionais e internacionais, mas ao mesmo tempo seria o mais completo de todos, sem as lacunas que seriam impossíveis de serem preenchidas por meio da aquisição de obras originais.

Nele não haverá falhas e omissões quanto a escolas e estilos do passado, às manifestações artísticas das diversas civilizações e culturas históricas e aos diversos movimentos que definem a arte contemporânea. O museu será traçado de forma a dar ao público a exata curva da evolução criadora e artística da humanidade, desde a arte das cavernas pré-históricas até a arte de nossos dias. Tudo o que é representativo de cada época, de cada cultura e civilização, de cada escola estará presente no museu.<sup>6</sup>

Como podemos perceber, seu pensamento é essencialmente historiográfico, mas ao mesmo tempo busca acolher todas as principais culturas humanas, ocidentais e orientais, como exposto no “roteiro expositivo” que apresenta ao arquiteto de Brasília. Podemos notar, porém, que os povos indígenas brasileiros não estão presentes na lista dos “ciclos históricos” que o museu deveria abranger. Na lista de “civilizações pré-colombianas” vemos apenas a Maia, a Asteca e a Inca, enquanto que os indígenas

---

<sup>6</sup> Carta de Mário Pedrosa a Oscar Niemeyer datada de 24 de julho de 1958

brasileiros estariam junto a outros “povos primitivos contemporâneos” da África, da Polinésia e das Américas. É sintomático vermos como o crítico ainda relegava a produção indígena ao passado folclórico do país, fora das questões contemporâneas de uma civilização tropical que erigia em meio ao cerrado sua monumental capital modernista. Desse modo, também é possível compreender seu entusiasmo em relação à construção de Brasília em solo “virgem” por meio de um esforço heroico equiparável ao dos colonizadores portugueses. De todo modo é possível indicar que apesar das questões indígenas não ressoarem no presente histórico da inauguração de Brasília elas se fazem presentes por meio da inserção dessas culturas no museu a ser criado. Assim, vemos como há um esforço – semelhante àquele que levou à criação do Museu do Índio – em se preservar aquelas culturas que estavam ameaçadas de extinção pelas políticas desenvolvimentistas nacionais.

Dois anos depois Pedrosa iria aprofundar sua ideia de um museu para aquela contemporaneidade, em sintonia com desdobramentos que apenas ficariam evidentes na produção artística dos anos subsequentes. Em “Arte experimental e museu”, o crítico afirma que o museu “de hoje é, sobretudo, uma casa de experiências. É um par laboratório. É dentro dele que se pode compreender o que se chama de arte experimental, de invenção” (PEDROSA, 1960, p. 2). Na alvorada da diluição das fronteiras dos meios artísticos, Pedrosa advogava por um museu que abrigasse as experiências artísticas da sua época, cada vez mais realizadas no espaço. Sua proposta baseava-se também na observação e acompanhamento atento das práticas artísticas ligadas ao neoconcretismo de um “fazer experimental” e o museu deveria, ser “o sítio privilegiado onde essa experiência se deve fazer e decantar” (idem).

#### **4.1 Crise política: o Museu da Solidariedade Salvador Allende**

Iremos agora nos dirigir a um evento ocorrido alguns anos antes das propostas de “Alegria de viver, Alegria de criar” e do “Museu das Origens”, mas que informa essas duas experiências. Em 1970, Pedrosa teve que fugir novamente do Brasil, pois estava sendo perseguido pelo governo militar, e se exilou no Chile, então sob o governo socialista da *Unidad Popular* de Salvador Allende. Rapidamente integrou-se nas

instituições artísticas locais, passando a dar aulas no Instituto de Arte Latinoamericano (IAL) da Universidade do Chile. Em 1971 o governo de Allende, frente à dificuldade em se contrapor à narrativa dos meios de comunicação hegemônicos nacionais e internacionais, organizou a *Operación Verdad*, um “convite massivo a intelectuais, artistas, ativistas e políticos progressistas de todo o mundo para ‘que percorressem o país sem travas e nem guias de amabilidade opressiva’” (BERRÍOS, 2017, p. 89).

Entre os visitantes estava o crítico de arte espanhol José María Moreno Galván que pensou na possibilidade de se criar um “Museu de Arte Moderna e Experimental”, com doações de artistas do mundo todo em apoio ao processo político chileno. Alguns meses depois, o próprio Allende escreveu a Galván pedindo que acelerasse a criação do museu para inaugurá-lo na abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento III (UNCTAD III), que seria realizada em Santiago no ano seguinte. Para tanto foi criado o Comitê Internacional de Solidariedade Artística com Chile (C.I.S.A.C.), reunindo importantes nomes da cena artística internacional, como Dore Ashton, Giulio Carlo Argan e Louis Aragon, entre outros, tendo Pedrosa como diretor. O C.I.S.A.C. tinha como objetivo de criar uma rede para buscar doações de artistas do mundo todo e conseguiu apoio de diversas personalidades internacionais, como Harald Szeemann, então curador da Documenta 5, realizada em 1972, que contactou todos os artistas com os quais já estava trabalhando para a exposição alemã (MACCHIAVELLO, 2016, p. 34).

Rapidamente as obras foram chegando e em maio de 1972 a coleção já contava com mais de 400 trabalhos de artistas de renome de diversos países. A obra mais emblemática era a pintura de um galo doada por Joan Miró, que se tornou símbolo dessa coleção pouco coerente, porém reunida sob o signo da solidariedade ao projeto socialista de Allende. Segundo Berríos (2017, pp. 96-97), em 1973 a coleção já possuía cerca de “800 obras, com valor estimado em 8 milhões de dólares”, valor maior que “o gasto direto do regime de Nixon para desestabilizar o Chile no mesmo período”. O museu foi rebatizado como Museu da Solidariedade e foi aberto ao público, em maio de 1972, junto à UNCTAD III.

Com o golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, em setembro de 1973, o museu foi fechado e suas obras supostamente desapareceram – a maioria foi

escondida no subsolo do Museu de Arte Contemporânea de Santiago e só voltou à luz depois da queda do regime de Pinochet. O Museu da Solidariedade tornou-se então um programa verdadeiramente internacional como Museu Internacional da Resistência Salvador Allende (MIRSA) e núcleos foram criados ao redor do mundo – em 1979 existiam representações do MIRSA em Cuba, México, Venezuela, Panamá, Colômbia, França, Espanha, Suécia, Finlândia e Polônia, além de uma seção africana que seria inaugurada logo depois (MACCHIAVELLO, 2016). Apenas em 1991 a coleção voltou a ser exposta em Santiago e ganhou sede própria e seu nome atual, Museu da Solidariedade Salvador Allende (MSSA).

Na “Declaração Necessária” divulgada pelos membros do C.I.S.A.C., em novembro de 1971, estão expostos alguns pontos importantes na relação entre arte e política que estava sendo gestada ali. Para além da necessidade em se organizar a solidariedade dos “artistas do mundo” com a “via chilena para o socialismo”, o projeto do Museu da Solidariedade girava em torno da ideia de política “no mais alto sentido do termo, quer dizer, em um sentido eminentemente ético, humanista e libertário” (*apud* LEAL, 2018, p. 186). Havia ainda a aspiração dos artistas de que suas obras não ficassem “confinadas nas áreas metropolitanas dos países ricos e avançados do hemisfério norte-ocidental, mas antes que cheguem em profusão às grandes áreas desprivilegiadas do Terceiro Mundo” (*idem*). Também Allende, ao agradecer a solidariedade dos artistas que doaram suas obras, afirma que seria o primeiro museu “em um país do Terceiro Mundo” no qual, “por vontade dos próprios artistas, aproximará as mais elevadas manifestações da plástica contemporânea às grandes massas populares” (ALLENDE *apud* LEAL, 2018, p. 189). De fato, calcula-se que mais de cem mil pessoas visitaram a exposição, um número extraordinário para o Chile (BERRÍOS, 2017, p. 95).

#### **4.2 A diluição das fronteiras entre arte “cultura” e arte “popular”**

A criação do Museu da Solidariedade também deve ser vista em um movimento mais amplo da política cultural de Allende, que inclusive estava em seu programa de governo (ZOLI, 2011, p. 232). Havia ainda a busca por reparar as injustiças históricas cometidas contra o povo Mapuche e pela criação e fortalecimento das cooperativas de

artesãos do país e suas cadeias econômicas. Pedrosa esteve bastante próximo dessa construção, tanto que a relatou em conferência realizada no México em 1975, intitulada “Arte culta e arte popular”. Novamente o crítico busca descrever historicamente a inserção da arte na sociedade ocidental para chegar ao impasse da arte moderna na sociedade capitalista daquele momento. Segundo Pedrosa, a “arte erudita” seria uma forma de “mistificação cultural”, reproduzindo e projetando essa

mistificação como os bens supremos que os grandes monopólios das multi, ou melhor, transnacionais levam para todo o mundo, principalmente para os países da periferia” como “os símbolos da civilização cosmopolita do *global shopping center* a que os sumos sacerdotes das gigantescas empresas monopolistas querem reduzir o planeta (PEDROSA, 1980, p. 24, grifos do autor).

O artesanato poderia então ser “revolucionariamente valioso” caso contribuísse “para romper a estrutura de classes” e para colocar “em questão o monopólio da atividade criadora da burguesia”. Essa teria sido a experiência impulsionada no governo de Allende, que reforçou as iniciativas já existentes de cooperativas de artesãos, como a Cooperativa Centro de Mães, que servia de intermediária entre as artesãs e o comércio na capital chilena, permitindo não só a popularização dessa produção, mas “também a criação de numerosas pequenas indústrias e a incorporação, em forma de centros de mães ou comunidades de bairros, de novos setores à produção” (PEDROSA, 1980, p. 24). Assim, não só o artesão pôde se dedicar exclusivamente ao seu trabalho, sem se preocupar com sua comercialização, mas também a redistribuição de renda promovida pelo governo Allende criou um novo mercado consumidor que podia agora comprar essas peças artesanais, contribuindo para a “desalienação do ‘gosto’” entre os setores populares. Isso se dava pois, aos poucos, essa produção artesanal ia substituindo, nas paredes das “casas da pequena burguesia e nos lares proletários [...] as más reproduções e as folhas de calendário”, assim colaborando “para a formação de um novo ambiente plástico íntimo para o chileno” (PEDROSA, 1980, p. 25).

Essa ideia de um novo “ambiente plástico” é bastante interessante de ser pensada à luz do que viemos debatendo sobre a arte ambiental nos artistas experimentais, levando agora à criação de um ambiente plástico para a população em

geral e assentado na experiência cultural local, fomentando todo um circuito de arte popular. Outra importante transformação social identificada por Pedrosa no processo político-cultural chileno é a do papel da mulher na produção artesanal que, além de encontrar uma atividade que a liberava do trabalho doméstico nas casas da burguesia para complementar a renda familiar, também ganhava “um prestígio que afirma sua situação no lar, assim como no interior do grupo local e familiar” (PEDROSA, 1980, p. 26).

Outro ponto destacado por Pedrosa é a diluição entre as fronteiras da “alta” e da “baixa” cultura no processo econômico e cultural chileno, pois com a ampliação da produção artesanal fomentada pelas políticas públicas do governo de Allende, cresce também o interesse da burguesia por essa produção. Assim, “a distinção entre artesão e artista se desvanece e o artesão assume a condição social de artista” e as universidades também passam a integrar o artesanato em seus currículos, fazendo com que os artistas desçam “de seu pedestal” já que o artesanato passa a ser visto como “uma atividade tão importante como a pintura ou a escultura” (PEDROSA, 1980, p. 26).

Ocorre ainda a transformação do artesanato de “souvenir para turista” em decoração das casas da burguesia que passam a cultivar “uma identificação nacional ou latino-americana” e, finalmente, as cadeias produtivas locais também se tornam espaços de confraternização e discussões políticas da comunidade, tendo um impacto social e cultural muito mais amplo (PEDROSA, 1980, p. 26). Podemos ver, portanto, como essa “descoberta” da arte popular e seus mecanismos de produção por Pedrosa se aliam à sua visão sobre as artes de modo geral e o impasse que ele identificava, pois a hibridização entre a arte popular e a erudita seria outra maneira de afirmar seu caráter experimental e também de impulsionar sua renovação, assim como Oiticica havia descoberto seu veio experimental no morro da Mangueira.

Vemos aqui se conjugar toda a trajetória política e cultural de Pedrosa, unindo arte, cultura e política de uma vez. Em conferência proferida no IAL em 1971, Pedrosa dá a ver seu pensamento em torno dessa relação, definindo o papel fundamental que a cultura deveria ter na luta pelo socialismo. Segundo Pedrosa (2017, p. 134), “em sua essência a luta pelo socialismo é a luta pela cultura” e esta não deveria se limitar a “meras propagandas partidárias mas alcançar todos os problemas implícitos e explícitos



concernentes à implantação do socialismo em nosso país”, devendo envolver todos os artistas, tanto os já atuantes, quanto aqueles que “estão por ser formados no seio do povo, solicitados por milhares de chamados, gerando milhares de iniciativas. Não é isso a revolução?”

O crítico segue com o raciocínio da eliminação das barreiras entre “alta” e “baixa” cultura como exposto em “Arte culta e popular”, mas trazendo para o contexto político e social da revolução socialista. Por fim, vemos novamente Pedrosa explorando possíveis saídas para o impasse colocado à produção artística ocidental e sua relação tanto com a economia capitalista quanto com as produções dos povos “primitivos” ou dos artesãos. Para ele, deveriam ser recriadas “as condições para que a arte seja outra vez como nas épocas remotas, nas velhas sociedades pré-capitalistas, uma necessidade coletiva, o que hoje, sobretudo nas sociedades de economia de mercado não o é, sendo simplesmente uma atividade elitista” (PEDROSA, 2017, p. 136).

Vemos, portanto, que o crítico depositava grandes esperanças na transformação socialista pela qual o Chile estava passando e a via como uma possibilidade prática para a política dos países periféricos de modo geral e também como um indicador para os rumos culturais da humanidade, que floresceria justamente por meio de políticas socialistas nos países do chamado terceiro mundo. Aqui vemos também a emergência do pensamento do crítico em relação ao contexto de produção da arte indígena que mencionamos anteriormente. Seja a produção indígena ou a popular, Pedrosa se interessa menos por suas características formais do que pelo seu contexto de produção, que deveria servir de farol para os artistas experimentais de sua época.

Neste sentido, o processo político cultural chileno parece ter tido grande impacto no pensamento de Pedrosa em meio à sua visão do esgotamento da arte moderna, e da própria arte de modo geral, e reforça sua opção pelos países do chamado terceiro mundo como potenciais renovadores da linguagem artística. Em seu importante “Discurso aos Tupiniquins ou Nambás”, escrito em Paris no ano de 1975, Pedrosa (1976, p. 40) afirma que nos países centrais a arte perdera completamente sua “autonomia existencial e naturalmente espiritual” e que já não seriam “sociedades propícias ao desenvolvimento do fenômeno artístico”. Já os países ao sul do Equador, onde “o que é natureza já é cultura e o que é cultura ainda é natureza”, deveriam traçar seus próprios

caminhos de desenvolvimento econômico e “expulsar de seu seio a mentalidade ‘desenvolvimentista’, que é a barra em que se apoia o espírito colonialista”. Frente ao “beco sem saída” no qual a “civilização burguesa imperialista” se encontrava, novos caminhos teriam que ser abertos pelos países do terceiro mundo: “deste beco não temos que participar – os bugres das baixas latitudes e adjacências”.

Os países periféricos deveriam, portanto, inventar suas próprias trajetórias para saírem desse “beco sem saída”, já que até ali a imitação de modelos do norte global nos haviam legado apenas a miséria.

Os ultramodernismos e alguns de seus progressos, de molde comumente americano, estão umbilicamente vinculados a nossas favelas e *barriadas*. O paradoxo é que estas são as que não mudam, como não mudam a miséria, a fome, a pobreza, choças e ruínas. Mas é por aí que passa o futuro. **Aqui está a opção do Terceiro Mundo: um futuro aberto ou a miséria eterna** (PEDROSA, 1976, p. 40, grifos nossos).

Como coloca Carmen Palumbo (2018, p. 135), neste texto Pedrosa afirma sua “opção terceiro-mundista” que se tornaria “projeto político, no qual a abolição do neocolonialismo implantado com a ditadura militar seria possível apenas com um projeto socialista democrático, em ruptura com o estado burguês”. Conjugam-se, portanto, as questões sociais e artísticas que vinham mobilizando o crítico havia algumas décadas e que aqui analisamos. E essa “opção terceiro-mundista” seria também o que levaria Pedrosa a pensar na elaboração da exposição “Alegria de viver, Alegria de criar”, como produção do sul para o sul global.

## 5. Considerações finais

Como pudemos ver, Mário Pedrosa, em sua longa trajetória crítica, curatorial e política, buscou dar respostas aos principais impasses sociais e estéticos de seu tempo, sintonizando mudanças que inclusive ainda demorariam alguns anos a se consolidarem. Assim, acompanhamos três momentos emblemáticos da última década de sua vida, nos quais ele busca responder a diferentes crises que se colocavam diante dele. Do mesmo modo, pudemos acompanhar algumas reviravoltas em seu pensamento, principalmente

em relação à produção indígena, fruto também de sua sensibilidade às urgências sociais de seu tempo e da estreita colaboração com os artistas. Como afirma Adele Nelson, a visão de Pedrosa

das instituições artísticas se encontra indissociavelmente ligada à evolução de sua ideia de arte em geral. Em particular, o processo de ampliação e reformulação de sua imagem da modernidade, que se prolongou desde os anos quarenta até os setenta, não se pode entender completamente sem ter em conta a mudança paralela de suas proposições museológicas e curatoriais (NELSON, 2017, p. 55-56).

Assim, os esforços de ampliação do campo artístico e político que vimos nas produções de Pedrosa aqui abordadas, revelam uma nova postura diante da produção artística de seu tempo, substituindo “a narrativa eurocêntrica por um relato global no qual a criatividade não era domínio exclusivo dos artistas, mas formava parte de uma herança mais ampla, comum a toda humanidade” (NELSON, 2017, p. 56). Como também coloca Pollyana Quintella (2018, p.18), o crítico buscava “garantir o aspecto universalista da arte”, daí advindo “a possibilidade de inserir as experiências artísticas não ocidentais dentro de dispositivos de legitimação artística” como os museus. E sua inequívoca “opção terceiro-mundista” era o caminho a ser perseguido para conquistar essa nova narrativa em nível global. Seguimos perseguindo esse farol lançado por Pedrosa há mais de quarenta anos e que parece sempre atual à luz das tragédias e impasses políticos, estéticos, patrimoniais e ambientais que teimam em assolar nossa sociedade rotineiramente.

## Referências

A CAMPANHA pelo MAM. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 18 jul. 1978. p. 10

BERRÍOS, María. Por el futuro artístico del mundo. Mário Pedrosa y el Museo de la Solidaridad. In: PÉREZ-BARREIRO, Gabriel; SOMMER, Michelle Farias (orgs.). **Mário Pedrosa – De la naturaleza afectiva de la forma** [catálogo de exposição]. Madrid: Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2017, p. 86-101.

GOGAN, Jessica (org.); MORAIS, Frederico. **Domingos da criação: uma coleção poética do experimental em arte e educação**. Rio de Janeiro: Instituto MESA, 2017.

INCÊNDIO destrói todo acervo do MAM. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 jul. 1978. p. 01

LEAL, André. **Espaço-corpo, ambiente-experiência: Hélio Oiticica e Gordon Matta-Clark – genealogias do ‘contemporâneo’** [dissertação de mestrado]. 2015. 205 fls. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas-Artes/UFRJ.

\_\_\_\_\_. 2018. Por museus da solidariedade. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, ano XXIII, nº 36, p. 179-191.

LOPES, Fernanda. **Área experimental: lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970**. São Paulo: Prestígio editorial, 2013.

MACCHIAVELLO, Carla. Un caso de resistencia colectiva: el Museo de la Solidaridad Salvador Allende. In: **A los artistas del mundo... Museo de la Solidaridad Salvador Allende, México/Chile 1971-1977** [catálogo de exposição]. Cidade do México: Editorial RM, 2016, p. 26-69.

NELSON, Adele. Mario Pedrosa, el museo de arte moderno y sus márgenes. In: PÉREZ-BARREIRO, Gabriel; SOMMER, Michelle Farias (orgs.). **Mário Pedrosa – De la naturaleza afectiva de la forma** [catálogo de exposição]. Madri: Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2017, p. 54-63.

PAPE, Lygia. **Catiti Catiti na terra dos Brasis** [dissertação de mestrado]. 1980. 104 fls. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ.

PEDROSA, Mário. Arte, necessidade vital. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 e 20 abril 1947. s/p

\_\_\_\_\_. Nuvens sobre Brasília. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 maio 1958. p. 6

\_\_\_\_\_. Brasília, a cidade nova. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 set. 1959. p. 3

\_\_\_\_\_. Arte experimental e museu. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 dez. 1960. p. 2

\_\_\_\_\_. Arte ambiental, arte pós-moderna, Hélio Oiticica. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1966a. s/p

\_\_\_\_\_. Crise do condicionamento artístico. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 31 jul. 1966b. p.10

\_\_\_\_\_. Mundo em crise, homem em crise, arte em crise. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 24 dez. 1967. p. 3

\_\_\_\_\_. Arte dos Caduceus, arte negra, artistas de hoje. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 jan. 1968. p.4

\_\_\_\_\_. Discurso aos Tupiniquins ou Nambás. **Versus**, nº 4. São Paulo, 1976, p. 40.

\_\_\_\_\_. Escolha do crítico que cansou da vanguarda: a arte indígena [entrevista]. **Jornal da Tarde**. São Paulo, 31 dez. 1977. s/p

\_\_\_\_\_. Exposição Alegria de viver, Alegria de criar [manuscrito]. **Coleção Mário Pedrosa, Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1978a. s/p

\_\_\_\_\_. Projeto Museu das Origens [manuscrito]. **Coleção Mário Pedrosa, Biblioteca Nacional**, 1978b. s/p

\_\_\_\_\_. Arte culta e arte popular. **Arte em revista**, nº 3. São Paulo, 1980, p. 22-26.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno da nova capital. Em: AMARAL, Aracy (org.). **Mário Pedrosa: Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981a. p. 303-316.

\_\_\_\_\_. Arte não é fundamental. A profissão do intelectual é ser revolucionário [entrevista]. **O Pasquim**. Rio de Janeiro, 18 nov. 1981b. p. 07-11

\_\_\_\_\_. El modelo de Socialismo Chileno y el Frente del Arte. In: Pérez-Barreiro, Gabriel; Sommer, Michelle Farias (orgs.). **Mário Pedrosa – De la naturaleza afectiva de la forma** [catálogo de exposição]. Madri: Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2017. p. 132-136

PÉREZ-BARREIRO, Gabriel. Sensibilizar la inteligencia: una introducción a la crítica de arte de Mário Pedrosa. In: Pérez-Barreiro, Gabriel; Sommer, Michelle Farias (orgs.). **Mário Pedrosa – De la naturaleza afectiva de la forma** [catálogo de exposição]. Madri: Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2017. p. 14-31

QUINTELLA, Pollyana Campos. **Mário Pedrosa entre os tupiniquins ou nambás: uma perspectiva primitivista para a arte pós-moderna** [dissertação de mestrado]. 2018. 109 fls. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes/UERJ.

REINALDIM, Ivair; SOMMER, Michelle Farias. Experimentar o experimental: onde a pureza é um mi(s)to. In: REINALDIM, Ivair; SOMMER, Michelle Farias (orgs.). **Experimentar o experimental: onde a pureza é um mi(s)to, furor da margem**. Rio de Janeiro: Circuito, 2020. p. 87-107

SANT'ANNA, Sabrina Parracho. 2014. Presságios e projetos: o incêndio do MAM e os rumos da arte contemporânea. **Revista VIS**, Brasília, nº 13, v. 1, s/p

SOMMER, Michelle Farias. Nós, os bugres das baixas altitudes e adjacências. In: REINALDIM, Ivair; SOMMER, Michelle Farias (orgs.). **Experimentar o experimental: onde a pureza é um mi(s)to, furor da margem**. Rio de Janeiro: Circuito, 2020. p. 109-143

ZOLI, Ana Flávia. 2011. O Museu da solidariedade do Chile e Mário Pedrosa. **Humanidades Em Diálogo**, São Paulo, nº 4, v. 1, p. 231-243.

# ARTIGOS

# “Água enquanto...”: estudo das múltiplas performances da água no contexto de escassez hídrica do Distrito Federal<sup>1</sup>

Larissa do Carmo Inácio<sup>2</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

O propósito deste estudo é inserir a questão hídrica e suas performances nos debates das Ciências Sociais, a partir de sua entrada nos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), tomando como principal eixo teórico as contribuições dos autores e autoras da Pós-Teoria Ator-Rede (Pós-TAR). Buscou-se mapear como as diferentes performances discursivas da água, em torno do recente contexto de escassez hídrica pelo qual o Distrito Federal passou, entre os anos de 2016 e 2018, se distinguiram, quais atores e atoras estiveram envolvidos nessa rede e de quais maneiras essas distinções estão presentes em seus discursos. O objetivo do presente estudo é analisar a arena do conflito hídrico, mobilizado pelo contexto de escassez, como um local de performatização de atores não humanos no mundo social. Conduzidas as análises de conteúdo dos múltiplos atores e atoras sobre a questão, se buscou observar nessas performances discursivas os modos de coordenação e descoordenação que permitem a performatização da água enquanto parte de múltiplas realidades.

**Palavras-chave:** Água; escassez hídrica; performance; teoria ator-rede; pós-TAR.

## “Water as...”: study of multiple water performances in the context of water scarcity at Distrito Federal

## ABSTRACT

This paper aims to include water and the way it is performed in debates in the Social Sciences by using approaches from the Social Studies of Science and Technology (SSST), more specifically, contributions from Post-Actor-Network Theory (Post-ANT). To do so, we map out the discursive performances of water during the water scarcity in Distrito Federal, Brazil, in the years of 2016 and 2018, which actors were involved in these performances, and the ways water was performed by each group. By doing so, we examine the conflicts surrounding the water as situations where non-human actors are performed in the social world. By conducting a content analysis of the discourses of a number of diverse actors, we examined how, through mechanisms of coordination and discoordination, water is performed as part of multiple realities.

**Keywords:** Water; water scarcity; performance; post-ANT.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar do presente trabalho foi apresentada no VIII Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade/VIII ESOCITE.BR e encontra-se disponível no endereço <<http://www.esocite8.cefetmg.br/anais-2/>>.

<sup>2</sup> Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Bolsista de mestrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante do Grupo de Pesquisa “Ciências, Tecnologias e Públicos” (CTP/CNPq). E-mail: larissacinacio@gmail.com.



O termo “água”, enquanto objeto das ciências sociais, é polissêmico e responde às circunstâncias ao seu redor (STRANG, 2004; ANAND, 2017). Seja enquanto recurso natural, ferramenta de desenvolvimento econômico, mecanismo estratégico de implementação de políticas ou enquanto mudanças de práticas, o termo mobiliza com ele uma série de aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos que, por sua vez, tocam outra série de variáveis ao seu redor. De modo que torna-se difícil dizer “Água é...” e permite que a expressão “Água enquanto...” seja cada vez mais adequada à medida em que se avançará neste trabalho.

O propósito deste estudo é inserir a questão hídrica e suas perspectivas nos debates das ciências sociais a partir de sua entrada nos estudos em ciência, tecnologia e sociedade, com enfoque teórico nas contribuições dos autores e autoras da Pós-Teoria Ator-Rede (Pós-TAR). O recente contexto de escassez hídrica pelo qual passou o Distrito Federal, entre os anos de 2016 e 2018, suscitou o debate sobre como a água pode ser performada a partir dos referenciais ontológicos dos mais distintos atores. Desse modo, buscou-se mapear como algumas das performances discursivas se distinguem, quais os atores envolvidos nessa rede e de quais maneiras essas distinções estão presentes em seus discursos.

O objetivo é observar a arena do conflito hídrico, mobilizado pelo contexto de escassez, como local das práticas de atores não-humanos sendo performadas sobre o mundo social. Em seguida, são discutidos, a partir das contribuições do pós-TAR, os entendimentos da água enquanto prática econômica, científico-tecnológica e vinculadas ao bem-estar humano, e em como realidades específicas são performadas a partir dessas práticas. Os alinhamentos teóricos do trabalho dão seguimento às análises de conteúdo dos discursos de múltiplos atores e autoras sobre a questão. Se busca observar nessas práticas discursivas como os modos de performatizar água e produzir realidades se distinguem e se coordenam continuamente. Para isso, foram examinadas as reportagens da cobertura jornalística da questão hídrica no Distrito Federal no período entre os anos de 2016 e 2018, coincidente com as medidas de contingenciamento implantadas pela Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa).

Usando-se da metodologia de análise documental (CRESWELL, 2007), foi feito o levantamento prévio das reportagens nos arquivos dos portais eletrônicos dos periódicos com os termos “acionamento”, “crise hídrica” e “Distrito Federal”. A partir das reportagens obtidas, foram selecionadas aquelas que possuísem como palavras-chave os termos “conflito”, “soluções” e “desigualdade”. Este estudo foi realizado a partir da análise do conteúdo das reportagens jornalísticas selecionadas (CRESWELL, 2007), verificando-se, principalmente, a ocorrência dos termos “prejuízo”, “dependência”, “produção”, “investimento”, “tecnologia”, “fontes de captação”, “desigualdade”, “direito” e “injustiça”.

A partir das análises dos conteúdos encontrados nos discursos dos atores e tendo como aparato teórico a perspectiva de realidades múltiplas produzidas em torno da água, ficaram evidentes alguns pontos de tensão e as condições nas quais são situados os discursos sobre a água. Ainda que a noção de escassez seja comum aos mais diferentes grupos em torno da questão, a água é performada de maneiras também diferentes. A coleta dos dados documentais dos discursos dos atores coloca em questão a noção de que falar sobre água mobilizaria categorias ontológicas, ou seja, realidades possíveis dadas as circunstâncias, diferentes para cada grupo. Argumenta-se aqui que as realidades performadas em torno da água são fluidas e variadas.

## **1. Os estudos sociais de ciência e tecnologia e a emergência das abordagens relativistas**

O campo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) é uma área que, inicialmente, inspirou-se nos estudos de Émile Durkheim sobre as crenças religiosas e sua relação com o mundo social (DUARTE, 2007). Durkheim afirmava que, sendo as crenças religiosas um reflexo dos fundamentos sociais que organizavam uma sociedade, elas deveriam ser explicadas pela sociologia a partir de fatores sociológicos (DURKHEIM, 1973).

Baseado nisso, o Programa Forte em Sociologia (BLOOR, 1976/2009; BARNES et al., 1996; SHAPIN, 1979) (Bloor, 1976/2009; Barnes et al., 1996; Shapin, 1979), fundado em Edimburgo, na década de 1970, retomou as considerações de Durkheim sobre as

crenças religiosas, com o objetivo de aplicá-las no estudo do conhecimento científico. Até então, a ciência era objeto da sociologia a partir das normas e valores que orientariam as práticas das cientistas.<sup>3</sup> Enquanto isso, a natureza desse mesmo conhecimento permanecia livre do escrutínio sociológico. Dessa forma, o Programa Forte se propôs ao exame do conhecimento, entendido aqui como um conjunto de crenças socialmente compartilhadas, assumidas como verdadeiras e coletivamente endossadas (BLOOR, 1976/2009).

A principal contribuição que o Programa Forte traz para a agenda de pesquisa nos ESCT está na análise do conhecimento científico não mais como produto de um processo cognitivo distinto e privilegiado, mas resultante das práticas sociais, permitindo, assim, que se tornasse objeto de análise da sociologia (PREMEBIDA et al., 2011; Duarte e Reyes-Galindo, 2019). O *status* de verdade atribuído ao conhecimento científico se deveria, portanto, a fatores sociais e não a uma racionalidade universal subjacente à ciência. Desse modo, os processos de consolidação desse conhecimento estariam vinculados aos contextos de negociação, fatores de persuasão, mobilização de interesses e envolveriam variadas dinâmicas sociais de poder (DUARTE E REYES-GALINDO, 2019).

Dos anos 1970 em diante, os ESCT experimentaram uma vertiginosa expansão da agenda de pesquisa, com os mais distintos direcionamentos, incluindo: o Programa Empírico-Relativista (COLLINS, 1985/2011), as etnografias de laboratório (KNORR-CETINA, 1982; TRAWEEK, 1988; LATOUR E WOOLGAR, 1997), a teoria ator-rede (TAR) (LATOUR, 1994; CALLON, 1986), o estudo das Políticas Ontológicas, ou Pós-TAR (MOL, 2002; LAW, 2004, 2009) e as contribuições feministas (HARDING, 1987; HARAWAY, 1995; SCHIEBINGER, 2001) são apenas alguns exemplos das abordagens que se desenvolveram posteriormente ao Programa Forte.

O presente estudo leva em consideração as contribuições da Teoria Ator-Rede no campo dos estudos em ciência e tecnologia e, principalmente, no campo dos estudos ambientais. Os desenvolvimentos da TAR levaram a um processo de deslocamento do olhar dos pesquisadores e pesquisadoras para objetos, sujeitos e atores que

---

<sup>3</sup> Como sugestão de leitura sobre a temática das normas e valores que orientam as práticas das cientistas, ver o estudo de Robert K. Merton “Sociologia: Teoria e Estrutura” (1968).

anteriormente não eram considerados nos processos de reconstrução das narrativas sociais, requerendo uma reconfiguração das relações sociomateriais entre humanos e objetos (MARRES, 2009). Alcadipani e Tureta (2009, p. 648) referem-se à TAR como “[...] ontologicamente relativista, ao considerar que o mundo pode ser organizado de muitas formas diferentes [...]”. Essa característica de relativização da ontologia da TAR surge como uma alternativa para se refletir acerca de questões que já não mais podiam ser contidas nos pressupostos teóricos até então mobilizados pelas ciências sociais.

Se compreendermos esse processo de emergência de agendas, segundo Souza (2015) ao mesmo tempo em que coloca em evidência variáveis que anteriormente não eram consideradas, passamos a recuperar elementos de construção do mundo e da realidade e, por consequência, das relações sociais que se formam nesse emaranhado de atores, objetos e práticas. Nesse sentido, são desenvolvidos estudos posteriores à TAR que focalizam na reflexão acerca dos processos produtores de realidades e organização do mundo, tomando o lugar de idiomas representacionais e abrindo espaço para a emergência da multiplicidade das realidades. A noção de ontologia transforma-se, pois, em elemento fundamental para a compreensão de um mundo – ou vários – povoado pela agencialidade de atores e atoras que escapam às dicotomias humano e não humano, não se limitando a uma compreensão rígida do “social” (MOL, 2002; SOUZA, 2015; LAW 2019).

### **1.1 A noção de ontologia no Pós-Teoria Ator-Rede: performando realidades e multiplicando mundos**

Segundo Mol (2002; 2008) entendimento de ontologia refere-se às condições de possibilidades com as quais somos capazes de viver.<sup>4</sup> E quando inscrito na esfera da política evidencia o pressuposto de que a realidade não será um elemento predecessor das práticas, mas ao contrário: é através das práticas que a realidade é construída. Mol

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o posicionamento ontológico ao qual o presente trabalho faz referência é o que Souza (2015) destaca como “empírico”. Neste esquema inicialmente proposto por Marres (2009), leva-se em consideração não somente o aspecto teórico através do qual a existência de algumas entidades são postas a prova; mas as multiplicações das realidades estão voltadas para as diferentes práticas e discursos que se constituem e se articulam na produção desses mundos (SOUZA, 2015).

(2008) procura deixar claro que a ontologia se refere ao real, às reais condições de possibilidade com a qual vivemos, que não nos são dadas à partida:

Refere-se a ontologia – que na linguagem filosófica comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos. A combinação dos termos “ontologia” e “política” sugere-nos que as condições de possibilidade não são dadas à partida. Que a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas. O termo política, portanto, permite sublinhar este modo ativo, este processo de modelação, bem como o seu caráter aberto e contestado (MOL, 2008, p. 2).

Diferentemente de um perspectivismo ou construtivismo teórico, as realidades performadas através de conjuntos de práticas assentam-se no pressuposto de serem múltiplas (MOL, 2002, 2008), aspirando dar conta de entidades e processos que antes se encontravam à margem dos estudos sociológicos. Não ocorre aqui a multiplicidade de olhares ou a criação de um olhar específico; ao contrário, multiplicam-se os mundos através das mais diferentes práticas que os constroem (LAW, 2019; MOL, 2008). Realidades não são construtos ou meros dados observáveis, mas se formam a partir dos entendimentos e das práticas cotidianas (LAW e MOL, 1995).

Contribuições posteriores ao desenvolvimento da TAR, como as apresentadas por Annemarie Mol (2002, 2008), Noortje Marres (2009), Casper Bruun Jansen (2004) e John Law (2004), envolvem, primeiramente, um exercício que Souza (2015) define como uma “virada ontológica”, através da qual rejeita-se as abordagens epistemológicas representacionais e a própria concepção de ciência como uma esfera bem delimitada, autônoma e universalista. Rejeita-se da mesma maneira o pressuposto de que as relações da ciência com a política, por exemplo, se dariam a partir de pontos de contato específicos, cada uma preservando as características que lhe são distintivas, sem nunca se misturarem de fato. Ao mesmo tempo, as perspectivas do pós-TAR assumem como pressuposto fundamental a noção que no mundo coexistem as mais variadas formas de agencialidade, não estando estas restritas à seara dos humanos. Da mesma forma que a investigação social precisa ser contextualizada, trabalhar a partir de visões universalizantes e imparciais não seria possível (LAW, 2019). Em lugar disso, os pesquisadores e pesquisadoras são capazes de criar as realidades nas quais suas investigações estão inseridas, pois suas práticas colocam em cena um mundo passível de

interferência e a partir do qual novos mundos podem ser produzidos (MORAES e ARENDT, 2013).

Nesse sentido, noções como “atores”, “objetos”, “materialidade” e “práticas” tornam-se centrais para a compreensão do emaranhado de variáveis ou elementos que integram as redes de construções de mundos. A sociabilidade dos mundos está construída em conjunto com a materialidade dos objetos (LAW, 2019). Da mesma forma, sua estabilização ou desestabilização estão conectadas às distinções materiais e o social não pode ser compreendido como uma esfera puramente “social” (LAW e MOL, 1995), sendo necessário atentar-se aos contextos de produção das realidades a partir das práticas que as criam.

O mundo torna-se mais complexo com a aceção de que a capacidade de agência, ou seja, a capacidade de participar das situações cotidianas, agir e provocar transformações, afetar trajetórias e tendências, não se restringe aos humanos, ampliando o escopo daquilo que pode ser enquadrado enquanto “ator” (LATOURE, 1994; SOUZA, 2015). Objetos que, até então, existiam apenas enquanto sujeitos da agência humana tornam-se detentores de semelhante capacidade de agir, transformar e produzir realidades na mesma medida em que os humanos também são capazes, produzindo tal nível de indeterminação que se torne impossível prever de antemão o que dali poderá emergir (MARRES, 2009; SOUZA, 2015, p. 56).

## **1.2 Performando realidades: três distintas performances de água**

Observa-se então que nos desenvolvimentos posteriores a TAR destaca a impossibilidade de conceber a realidade como um dado *a priori*, mas resultante das práticas, das materialidades e dos processos associativos entre os componentes da rede que a produz, sejam humanos ou não (MOL, 2002, 2008; LAW e MOL, 1995). Resulta disso um convite às ciências sociais para retomar os aspectos práticos da construção da vida cotidiana no momento em que eles formam as realidades (MORAES e ARENDT, 2013). E tanto quanto multiplicam-se as práticas e as materialidades, multiplicam-se mundos, não necessariamente controversos, mas que coexistem (LAW, 2004, 2011; SOUZA, 2015). Isso abre, pois, a possibilidade das ontologias, a saber as condições reais

de realização com as quais é possível viver e existir no mundo também se tornam múltiplas (LAW e MOL, 1995; MOL, 2008).

A partir desse panorama, se sugere que uma concepção empírica de ontologia (LAW, 2004; MOL, 2008)<sup>5</sup> ofereceria mecanismos de entendimento das práticas que permitem performar a água de maneiras múltiplas – considerando-a, ao mesmo tempo, uma categoria híbrida. Na mesma medida, seria na dimensão das práticas que a realidade de um conflito, enquanto limitação ou violação a um direito (FLEURY, 2010), é performada. Semelhante esforço foi realizado no trabalho de Anand (2017), ao analisar como a água é produzida e gerenciada nas cidades em contextos de escassez ou de grandes eventos climáticos. A água, enquanto objeto de análise da autora, integra uma categoria de actante, ou seja, com capacidade de agência, e estabelece realidades distintas a partir das práticas dos humanos ao seu redor. As diferentes reivindicações daqueles que demandam água como um bem público ou como um item a ser precificado são perpassadas pelas práticas cotidianas em torno do abastecimento; performando realidades de uma água que serve para a dessedentação, bem como uma água que atua como um elemento de pertencimento à cidade de Mumbai (ANAND, 2017).

O presente trabalho procura evidenciar os aspectos performáticos que estão em torno do elemento água (ANAND, 2017). O enfoque da análise está voltado para as performances discursivas que criam realidades, agem e transformam práticas em mundo possíveis (LAW e MOL, 2002; NIMMO, 2011). No caso em questão, serão abordadas três performances discursivas distintas, mas que se sobrepõem, através das quais a questão do conflito hídrico pode ser compreendida no contexto de escassez hídrica pelo qual o Distrito Federal passou entre os anos de 2016 e 2018. A primeira delas refere-se à água enquanto práticas econômicas, o que se pode chamar de *recurso hídrico*. A segunda performance parte do entendimento da água enquanto parte de um discurso científico-tecnológico, como um *recurso natural*. Por fim, a última delas refere-se à água como um elemento necessário à manutenção do bem-estar social; água enquanto *direito*. Em seguida, as discussões serão direcionadas para aspectos empíricos relativos à análise

---

<sup>5</sup> Em seu trabalho, Annemarie Mol (2008) esclarece que o conceito de “Política Ontológica” é uma criação de John Law (2004). Para referência neste trabalho, entretanto, será utilizado o recorte teórico-conceitual desenvolvido por Mol (2008).

exploratória do período de crise hídrica pelo qual o Distrito Federal passou entre os anos de 2016 e 2018. Todas essas dimensões têm em comum a necessidade de performar uma realidade discursiva bastante específica: de demanda por justiça hídrica que se traduz, ao mesmo tempo, em segurança hídrica (ANAND, 2017).

Primeiramente, as performances discursivas da água enquanto recurso hídrico, ou seja, vinculada às atividades econômicas, sejam elas industriais ou agropecuárias, envolvem argumentos vinculados ao desenvolvimento econômico, à manutenção dos padrões produtivos e dos modos de vida modernos. Os principais questionamentos que envolvem essa performance resumem-se em: de que modo as atividades econômicas podem ser afetadas com a restrição do uso da água? Martín (2015) argumenta que contextos de crise hídrica podem ser vinculados às dinâmicas inflacionárias. Água é, desse modo, articulada como um elemento da cadeia produtiva, na medida em que as condições de vida na Terra, de modo geral, estão a ela vinculadas. O discurso de preocupação com a escassez de água é performado pela impossibilidade da manutenção das atividades econômicas nos mesmos padrões que os utilizados em um período de afluência hídrica. Isso é operacionalizado através das respostas que o mercado poderia dar em um novo contexto de produção, no qual o uso econômico da água seria restringido:

Márcio Salvato, coordenador da Graduação em Ciências Econômicas do Ibmec, como os demais especialistas consultados, acredita que o impacto econômico da falta de água vai acabar afetando a economia nacional. “Os índices de inflação ao consumidor irão subir, e é claro que à medida que existe uma expectativa de subida, o Banco Central vai responder a isso com juros elevados, o que vai provocar ainda um maior desaquecimento da economia”, afirma o economista (MARTÍN, 2015).

O direcionamento para as atividades agrícolas industriais são um dos principais elementos de atribuição de seu valor econômico, pois o entendimento de um recurso a ser explorado, a integra nos mais distintos níveis dos sistemas produtivos. Água é performada como uma *commodity*, cujos custos crescentes para seu acesso a coloca na centralidade dos conflitos entre distribuidores e consumidores (DUPAS, 2008).

Por outro lado, a água enquanto recurso natural está vinculada a uma arena científica de debate, na qual a ciência e a tecnologia performam discursos a respeito de



uma realidade na qual ela é vista sob a ótica de seus usos, mecanismos, dinâmicas e fluxos (BLASER, 2019). Ela é performada, nesse caso, como um recurso natural que está se esgotando em razão das falhas humanas ao estabelecer mecanismos efetivos de controle e comunicação com o meio natural. Cabe à agenda científica-tecnológica a responsabilidade de produzir novas ferramentas de comunicação com os fluxos naturais dos ciclos hidrológicos. São práticas do gênero que estabelecem uma performance dos recursos hídricos cuja centralidade é deslocada para o elemento humano.

Essa performance científico-tecnológica da água, em alguma medida, cria uma intersecção com a arena política, pois é frequentemente mobilizada como estratégia de *policymaking*. O argumento científico tem potencial de transitar entre as mais distintas realidades que são performadas, mas, na arena da política, há ocasiões em que ambas podem se confundir.

Por fim, a performance da água enquanto direito, mais especificamente enquanto direito humano, é traduzida nas dimensões de seu acesso como um critério de construção de uma sociedade mais justa e sustentável. O argumento da equidade deixa de lado algumas das recomendações técnicas e se vincula à noção de segurança hídrica, que têm acionado estratégias jurídicas de legitimação de demandas. O princípio do uso prioritário dos recursos hídricos para o consumo humano e a dessedentação de animais (BRASIL, 1997) é uma tradução de demandas que são consideradas legítimas dentro das performances da água.

Água performada enquanto um direito, além de acionar mecanismos jurídicos formais, relaciona-se a elementos sociais estruturantes, considerando-se as dimensões do acesso (ANAND, 2017). Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) publica um relatório que reporta 829.000 mortes por diarreia no ano de 2016, cujas condições de contágio estão intimamente ligadas às condições (ou à ausência) de acesso à água, saneamento e higiene, a performance da água como um direito adquire contornos de interseccionalidade, considerando-se que o maior contingente de mortes se encontra em países do Sul Global, mais especificamente no continente Africano (OMS, 2016).

## 2. As práticas de discurso e os múltiplos mundos: caso da crise hídrica no Distrito Federal

Para começar a explorar alguns aspectos empíricos do presente trabalho a seção toma como objeto o período de crise hídrica pelo qual o Distrito Federal passou entre os anos de 2016 e 2018.<sup>6</sup> A metodologia geral desenvolvida está baseada no mapeamento exploratório de conflitos ambientais. Segundo Fuks (1998), a vida política se constitui como uma arena argumentativa, no qual o conflito social é manifestado, assim como os recursos argumentativos mobilizados no desdobramento das dinâmicas de reivindicação. O meio ambiente, enquanto um problema social, define algumas dessas arenas, e os argumentos mobilizados por atores expressam o processo de evolução da agenda de debate (FUKS, 1998).

A montagem do corpo exploratório foi composta, principalmente, por publicações jornalísticas durante o recorte temporal do período de contingenciamento de água. Delimitou-se os conteúdos das plataformas digitais dos jornais Correio Braziliense, Portal G1 e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).<sup>7</sup> Buscou-se observar as práticas de discursos pelas quais a água poderia ser performada em um contexto de crise, como o que ocorreu no DF, e em como elas foram veiculadas na mídia.

Utilizando-se da metodologia de análise documental (CRESWELL, 2007), foi feito o levantamento prévio das reportagens nos arquivos dos portais eletrônicos dos periódicos com os termos “acionamento”, “crise hídrica” e “Distrito Federal”. A partir das reportagens obtidas, foram selecionadas aquelas que possuíssem como palavras-chave os termos “conflito”, “soluções” e “desigualdade”. As análises das reportagens jornalísticas foram feitas a partir da análise de conteúdo dos discursos (CRESWELL,

---

<sup>6</sup> A questão hídrica na região do Distrito Federal, ainda que tenha um histórico mais longo que o período de contingenciamento de água, somente se materializou como uma realidade entre os anos de 2016 e 2018. A despeito do ciclo hídrico da região prever um longo e característico período de estiagem, entre os meses de junho e outubro, no ano de 2016, a tendência de decréscimo do volume útil das barragens que abastecem o DF não se reverteu iniciado o período de chuvas. Assim, em janeiro de 2017, após o Reservatório da Barragem do Descoberto – o maior reservatório do DF e responsável pelo abastecimento de mais de 50% da população – alcançar 20% de sua capacidade, excluindo-se o seu volume morto, a Adasa, amparada pela Resolução nº 20, publicada em novembro de 2016 (Adasa, 2016), deu início ao sistema de rodízio no fornecimento de água, que durou até junho de 2018.

<sup>7</sup> A seleção desses três veículos se deveu a sua ampla circulação no Distrito Federal.

2007), verificando-se, principalmente, a ocorrência dos termos “prejuízo”, “dependência”, “produção”, “investimento”, “tecnologia”, “fontes de captação”, “desigualdade”, “direito” e “injustiça”.

### **2.1 Discurso econômico: recurso hídrico**

Um dos mais proeminentes discursos pelo qual a água foi performada como um recurso componente da cadeia produtiva envolvia a manutenção dos padrões produtivos, frente ao contexto de contingenciamento dos recursos. Nessa performance, a presença de atores ligados ao setor produtivo do Distrito Federal é evidente. Não somente de agentes individuais, como empresários e produtores rurais que aceitaram falar em uma entrevista, mas iniciativas institucionais, como as confederações relacionadas à indústria e institutos ligados ao comércio, que endossam o discurso das perdas e da dependência hídrica como um elemento da cadeia produtiva.

Os discursos veiculados na mídia evidenciam, primeiramente, a dependência da água em duas principais frentes: processos produtivos e manutenção de maquinário e uso dos trabalhadores (IEL, 2018). A partir da dependência, o elemento do prejuízo financeiro alia-se como uma segunda variável no quadro esquemático (MAIA, 2018a). Por fim, vinculados aos discursos de perda e dependência, no contexto de crise pelo qual o Distrito Federal passou, a água também foi performada como um recurso hídrico através de mudanças de práticas de usos, vinculadas a um discurso de adaptação à nova realidade materializada naquelas performances.

Primeiramente, as práticas discursivas recuperadas nos conteúdos jornalísticos se interligam de maneira peculiar, seguindo uma ordem específica de exposição. Primeiramente expõe-se a necessidade e a dependência do recurso para o desenvolvimento da atividade produtiva:

Praticamente metade das 5.530 fábricas instaladas na capital utilizam a água na produção. Dessas, 42,4% alegam que tiveram a produção prejudicada nas mais diversas escalas, a depender da necessidade do insumo em suas respectivas atividades. [...]das mais de 5 mil plantas industriais do DF, 360 têm sistemas próprios de água — 347 contam com poços artesianos e 13 captam diretamente do rio. As demais recorrem à Companhia de Saneamento Ambiental do DF

(Caesb). A agência reforça que a liberação para captações e poços depende da disponibilidade hídrica (MAIA, 2018a).

Em seguida, o elemento do prejuízo financeiro compõe o discurso: “A expectativa é que a margem de lucro tenha caído em até 5%.” (MAIA, 2018a). Não se limitando a expor as perdas financeiras, os agentes salientam os riscos econômicos que envolvem o contingenciamento:

Cerca de 15,3% alegam perdas financeiras por causa do rodízio. “É um prejuízo a mais em uma indústria que vem de anos difíceis”, analisa Jamal Bittar, presidente da Fibra. Ele explica que o impacto só não foi mais significativo por causa do desaquecimento da atividade industrial no DF. “A nossa preocupação é com este ano, em que se observa a melhora na economia e o crescimento na produção”, alerta. [...] De 2014 a 2017, o uso de água na indústria reduz drasticamente — passou de 40,9 mil litros anuais por unidade para 26,4 mil litros. O que evidencia o desaquecimento do setor e os prejuízos da falta do insumo (MAIA, 2018a).

O elemento das novas práticas de usos da água articula-se de maneira interessante com alguns discursos de adaptação. A água, ou sua ausência, performa uma realidade que se materializa entre os elementos da produção e do acesso à água (STRANG, 2004):

Com um dia da semana sem água, o dono de uma marmoraria no SIA, Carlos Roberto Oliveira Mourão, se adaptou: dobrou o armazenamento, recorre a um caminhão-pipa a cada 15 dias e instituiu o reuso. “Uso o caminhão-pipa porque a água da máquina que corta o mármore não precisa ser potável. Além disso, reaproveito a água da chuva”, explica. Roberto Bontempo tem uma fábrica de móveis em Taguatinga Sul. Ele reduziu o consumo em 30% ao trocar a caixa d’água por outra menor. Além disso, colocou uma garrafa pet nas descargas dos oito banheiros da empresa (MAIA, 2018a).

Juntamente aos demais, o elemento discursivo e prático da necessidade de adaptação materializava uma realidade na qual a esfera produtiva da região do Distrito Federal se viu vivenciando. O acesso – ou sua restrição – à água performado nos discursos moldava uma realidade de risco produtivo, que demandava práticas de adaptação e mecanismos. Um dos elementos da produção estava sendo restringido, e algum curso de ação era demandado.

## 2.2 Discurso tecnológico-científico: recurso natural

Nesse ponto, a performance da água como um *recurso natural* está contornada por argumentos de aspectos técnicos-científicos que observam seus usos, dinâmicas, fluxos e inter-relações com os demais elementos humanos e não-humanos da cadeia que a compõem. São atores nas performances de discursos toda uma comunidade acadêmica que é colocada como corresponsável para a resolução das dinâmicas de contingenciamento que foram impostas pela escassez da água. Aqui o elemento humano retoma uma série de categorias distintivas de natureza e cultura ao assumir, em suas práticas discursivas, que a escassez hídrica é fruto de uma lacuna na comunicação entre o mundo humano e os fluxos hídricos. Essa dinâmica também pode ser evidenciada nos discursos econômicos, mas o curso de ação que solucionará o problema é demandado, primeiramente, das esferas técnico-científicas.

O aumento do consumo, a destruição das nascentes pela impermeabilização do solo, o desmatamento e a poluição, o rebaixamento dos lençóis freáticos e o regime escasso de chuvas contribuem para o cenário pouco esperançoso em 2017. “Com a crise hídrica de 2016, nós, sociedade e governo, **avancamos muito na compreensão do ciclo da água**. Mas a recuperação dos reservatórios está mais lenta, por isso teremos um 2017 que também vai demandar cuidados e economia”, acredita Paulo Salles, presidente da Agência Reguladora de Águas do DF (Adasa) (MAIA, 2018b, grifo da autora).

O discurso da interferência humana no meio natural talvez seja o mais proeminente elemento de performance da água como um *recurso natural*. Enquanto no discurso econômico a água performada como um elemento da cadeia produtiva - assim como o maquinário, a força de trabalho ou a matéria-prima - não distingue, de forma tão evidente, a separação entre aquilo que cabe ao social e ao ambiental, no discurso científico-tecnológico essa separação se torna cada vez mais evidente.

Com quase 25% da população vivendo em área irregular e um crescimento populacional de mais 70 mil pessoas por ano, a crise hídrica era uma tragédia anunciada. **Somam-se a essa realidade os poucos investimentos feitos ao longo dos anos para diversificar a matriz de captação de água**. O principal reservatório da capital federal, a Barragem do Descoberto, tem 42 anos. À época, Brasília contava com pouco mais de 500 mil habitantes. Atualmente, são quase 3 milhões. A última obra de médio porte para captação do recurso foi

inaugurada em 2000, há 16 anos, no Pipiripau, em Planaltina (MAIA, 2018b, grifo da autora).

O trecho em destaque foi um elemento presente na grande maioria dos registros jornalísticos examinados. A constante demanda por investimentos, por novas tecnologias de captação evidenciava como o discurso científico-tecnológico esteve interseccionado na arena da política e do *policymaking*, trazendo para o debate mais atores; dessa vez vinculados à esfera político-institucional. É um discurso que transita nas mais distintas realidades, mas que encontra acolhida na arena da política.

Esse discurso, pois, performa a água através de uma lacuna de comunicação entre natureza e cultura. Tal lacuna cria uma situação problemática, na qual demanda-se da ciência novas pontes e pontos de comunicação que solucionem esse problema. Nesse sentido, a arena da ciência e da política se veem facilmente confundidas.

### **2.3 Discurso do bem-estar humano: direito**

Quando performada enquanto um direito humano de manutenção e garantia do bem-estar, a água remete a práticas e discursos que possibilitem a materialização de uma realidade de justiça e segurança hídrica. É comum, nesse ponto, falar-se em processos de “crises”, pois diferentes grupos são tocados por essas realidades de maneiras muito distintas. Aqui, as percepções de mundo sobre o que se entende pelo acesso à água são bastante dissemelhantes mesmo dentro de uma mesma performance.

Ampliando um pouco o olhar da análise, em 13 de outubro de 2015, mesma data que, o então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin recebeu um prêmio, em Brasília, por sua gestão à frente da Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp) e da Secretaria de Recursos Hídricos (PINHO, 2015), entidades do Terceiro Setor divulgaram um relatório que denunciava à Organização das Nações Unidas (ONU) o que consideravam indícios de violações aos direitos humanos na gestão da crise hídrica no Estado de São Paulo (SOARES, 2015). Na ocasião da divulgação do relatório, Rafael Poço, integrante do secretariado da Aliança pela Água, classificou a premiação como “cinismo institucional”: “Isso mostra que temos duas realidades: a de quem está vivendo

com a falta d'água, com dificuldades e privações, e a realidade de quem acredita no seu próprio discurso" (POÇO, 2015).<sup>8</sup>

A fala de Rafael Poço na ocasião da premiação do então governador Geraldo Alckmin começa a ilustrar como são distintas as realidades sobre o que se entende pela garantia do direito à água e o que seriam violações a esses direitos em um contexto de desabastecimento. Ao mesmo tempo em que, institucionalmente, afirma-se que a gestão da crise hídrica em São Paulo tenha sido um sucesso, são denunciadas violações de direitos:

Em termos quantitativos, a medida que teve maior impacto na diminuição de consumo foi a chamada "redução de pressão" na rede de distribuição de água, medida adotada para toda a Grande São Paulo e que, infelizmente, atinge de forma diferente regiões e segmentos da sociedade. Cidadãos com menor capacidade de reservar água ou distantes dos centros de distribuição, ficam sem água. Essa é uma medida técnica, mas que tem impactos desiguais sobre a população, como apontado em diferentes matérias divulgadas na imprensa, com destaque para matéria do jornal El País que mostra a correlação entre medidas adotadas para diminuir consumo (redução de pressão) e problemas de saúde, como aumento de surtos de diarreia e a epidemia de dengue (ALIANÇA, 2015, p. 16).

A realidade do direito ao acesso à água para o bem-estar humano que é performada, no contexto de crise vivenciado no estado de São Paulo, esteve fortemente relacionada a dinâmicas sociais de discriminação, mecanismos estruturantes no Brasil (HERINGER, 2002; VILLACA, 2011). No Distrito Federal, essas dinâmicas tinham um recorte distinto, mas que seguiam uma lógica comum na qual eram múltiplas as realidades de água como um direito fundamental.

Apesar de tanto a Adasa quanto a Caesb terem reforçado a importância do rodízio, o aposentado José Nonato da Silva está desconfiado. Em sua casa no Gama, ele afirma que "até quando vai ao banheiro, evita dar descarga para economizar água". **"Se (o corte) for só na casa dos pobres e dos mais necessitados aí é diferente. Tem que ver se na casa dos deputados e do pessoal da Caesb também está sendo cortado"**, alfineta. Pelas redes sociais, o Governo de Brasília tem recebido muitos questionamentos. Na página oficial no Facebook, por exemplo, uma postagem relativa ao rodízio recebeu 82 respostas. **"Também acho injusto os bairros nobres não terem**

<sup>8</sup> Ver em: Soares, W. **ONGs apontam violações de direitos humanos durante crise hídrica em SP**. São Paulo: Portal G1, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/ongs-apontam-violacoes-de-direitos-humanos-durante-crise-hidrica-em-sp.html>> Acesso em 03 de setembro de 2019.

acionamento. Aqui (em Brasília) não era para faltar água, mas, infelizmente, até hoje não tivemos governo para fazer algo para a parte hídrica”, criticou uma usuária (ZAMBON, 2017, grifo da autora).

O trecho acima faz referência ao critério inicial de abrangência do sistema de rodízio, no Distrito Federal. Os instrumentos regulatórios do sistema de racionamento previram, inicialmente, o contingenciamento de água apenas nas regiões administrativas<sup>9</sup> abastecidas pelo sistema do Reservatório da Barragem do Descoberto - o maior do DF e responsável pelo abastecimento de, aproximadamente, 60% da população. Outros 30%, abastecidos pelo Sistema Santa Maria/Torto, concentravam os bairros mais nobres da capital, cujo consumo “*per capita*”, a exemplo do Lago Sul, verificado em 2016, era cerca de seis vezes maior do que o consumo em bairros periféricos (DE CASTRO, 2018). O sistema de rodízio só passou a abranger o sistema Santa Maria/Torto após um mês iniciado o rodízio para as regiões abastecidas pelo Descoberto, ainda que contasse com níveis, proporcionalmente, tão baixos quanto o do Descoberto.

Os discursos dos entrevistados refletem a percepção de que realidades distintas de água e crise são vivenciadas. A noção de água como um direito fundamental nessas situações de escassez é profundamente perpassada por interseccionalidades que manifestam essas percepções distintas inclusive no que tocam às noções de bem-estar (LAW e MOL, 2002; ANAND, 2017). Ou seja, às práticas que performatizam as realidades de bem-estar hídrico de um morador do Lago Sul, bairro nobre do Distrito Federal, são distintas das práticas, e realidades através delas performadas, de um morador da Fercal, bairro periférico. E são, pois, contextos de crise e de escassez que tornam mais evidentes essas realidades distintas.

### 3. Considerações finais

A presença da ontologia, de princípio, não implica na busca pela realidade através de práticas epistemológicas, mas como resultado das performances que são

---

<sup>9</sup> As regiões administrativas são subdivisões territoriais do Distrito Federal, cujos limites físicos, estabelecidos pelo poder público, definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local.



realizadas através dos saberes e dos conhecimentos múltiplos de mundo (MOL, 2008; LAW e MOL, 2002, 1995). Utiliza-se “ontologias”, no plural, para evidenciar seu aspecto múltiplo. A noção de múltiplas realidades, entretanto, não é um aparato de escolha, mas evidencia momentos de choque, tensão, sobreposição, produção conjunta e intersecção entre as realidades performadas.

Mais especificamente, pensar a água e episódios de estresse hídrico no Brasil, como ocorreu na região Sudeste entre os anos de 2014 e 2016, ou mesmo no Distrito Federal, entre 2016 e primeira metade do ano de 2018, a partir da perspectiva de realidades que são produzidas em torno dos usos da água, evidencia pontos de tensão e as condições nas quais são situados os discursos sobre a água. Observando-se de modo exploratório o contexto recente do Distrito Federal, percebeu-se que os atores humanos que se viam envolvidos na questão – produtores, membros do governo e da comunidade acadêmica, consumidores – mobilizam aparatos discursivos e argumentativos distintos, mas sempre com o intuito comum de legitimar seu interesse em relação ao acesso à água. A água, e a crise, em grande medida, eram performadas através de discursos econômicos, científicos e, inclusive, jurídicos; performava formas de viver e experienciar realidades muito distintas entre si (ANAND, 2017).

Se houvesse uma realidade comum a todos esses atores, a ver, a realidade da crise hídrica, esta seria performada, ao mesmo tempo, pelas noções de escassez, importância estratégica e de responsabilidade ética de todos os atores sociais envolvidos nessa rede. Junto a isso, práticas e discursos múltiplos coexistem em torno da questão, demonstrado que ontologias – no plural - se constroem nesses momentos de exercício das práticas cotidianas locais, multiplicando as realidades ao mesmo tempo (SOUZA, 2015).

Desse modo, ainda que as performances de determinadas práticas adquiram certa homogeneidade, como ocorre no caso da água enquanto um direito, quando vinculada às noções de bem-estar nota-se pontos de conflito e de estranhamento frente a fatores outros que não apenas a realidade da crise (MOL e LAW, 2002). Nesse ponto, há o choque entre ontologias dentro de uma mesma realidade. O que não implica que o choque e a tensão sejam constantes, uma vez que realidades tão distintas se sobrepõem. Significa dizer que existem e cristalizam-se em coexistem (SOUZA, 2015). A fluidez das

posições é recuperada a partir do momento em que se torna necessário reconhecer de quais arranjos, ou de quais realidades falam os atores. A despeito de falar em “água”, multiplicam-se os mundos e os entendimentos que circundam a questão.

## Referências

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (Adasa) (Brasília, DF). Distrito Federal. Resolução normativa nº 20, de 07 de novembro de 2016. **Resolução normativa nº 20**, Brasília, DF, 7 nov. 2016. Disponível em:

[http://www.adasa.df.gov.br/images/pdf/Resolucao20\\_2016\\_DeclaraEstadodeRestricaoeRegimededeRacionamento.pdf](http://www.adasa.df.gov.br/images/pdf/Resolucao20_2016_DeclaraEstadodeRestricaoeRegimededeRacionamento.pdf). Acesso em: 4 set. 2019.

ALCADIPANI, Rafael; TURETA, César. **Teoria ator-rede e análise organizacional: Contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil**. Organizações e Sociedade, Salvador, v. 16, n. 51, p. 647-664, Out-Dez 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302009000400003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302009000400003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 7 dez. 2020.

ALIANÇA pela Água. **Crise hídrica e direitos humanos: Relatório sobre violações de direitos humanos na gestão hídrica no estado de São Paulo (versão completa)**. São Paulo: Coletivo de Luta pela Água, outubro de 2015. Disponível em: <https://www.aliancapelaagua.com.br/wp-content/uploads/2016/10/relatorio-direitos-humanos-completo-2016.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ANAND, Nikhil. **Hydraulic city: water and the infrastructures of citizenship in Mumbai**. Durham e Londres: Duke University Press, 2017.

BARNES, Barry; BLOOR, David; HENRY, John. **Scientific Knowledge: a sociological analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BLASER, Mario. On the properly political (disposition for the) Anthropocene. **Anthropological Theory**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 74-94, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1463499618779745>. Acesso em: 13 maio 2019.

BLOOR, David. **Programa Forte na Sociologia do Conhecimento**. In: CONHECIMENTO e imaginário social. São Paulo: Editora UNESP, 1976/2009. cap. 1, p. 15-44.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos**, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 8 jan. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm). Acesso em: 5 mai 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Programa Produtor de Água** (Nota informativa). Brasília, DF, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sip/produtor-de-agua/documentos-relacionados/1-nota-informativa-programa-produtor-de-agua.pdf>. Acesso em: 5 mai 2019.

CALLON, Michel. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. In: LAW, John (org.). *Power, action and belief: A new sociology of knowledge*. Londres: Routledge, 1986. p. 196-233.

DE CASTRO, Kássia Batista. **Consumo de água do Distrito Federal por Região Administrativa**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2018. 36 p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-50-Consumo-de-%C3%81gua-do-Distrito-Federal-por-Regi%C3%A3o-Administrativa.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.

COLLINS, Harry. **Mudando a ordem: replicação e indução na prática científica**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 1985/2011.

CORTE, Thaís Dalla. **A (re)definição do direito à água no século XXI: perspectiva sob os enfoques da justiça e da governança ambiental**. 2015. 612 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133225>. Acesso em: 4 set. 2019.

CRESWELL, John W. **Qualitative and research design: Choosing among five approaches**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2007.

DUARTE, Tiago Ribeiro. **Émile Durkheim e o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento: Duas perspectivas sobre as relações entre conhecimento científico, realidade empírica e sociedade**. *Teoria e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 26-51, 2007.

\_\_\_\_\_; REYES-GALINDO, Luís. **Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias**. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Pós)*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 11-33, agosto 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/issue/download/1754/343>. Acesso em: 20 set. 2019.

DUPAS, Gilberto (org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: Tensões estruturais**. São Paulo: UNESP, 2008. 304 p. ISBN 9788571398658.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. In: CIVITA, Victor (ed.). **Os pensadores: XXXIII**. 1. ed. São Paulo: Abril cultural, 1973. p. 505-547.

FLEURY, Lorena C. Conflitos ambientais: uma proposta de bases teóricas para a discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), V., 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-829-954-20100904002905.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FLICK, Uwe. **Designing qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2007.

FUKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 87-113, 7 jan. 2021. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003). Acesso em: 4 set. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 5 set. 2019.

HARDING, Sandra. **Feminism and methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. suppl, p. S57-S65, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v18so/13793.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

IEL. **Pesquisa Impacto do Racionamento de Água na Indústria do DF**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-DF), 2018. Disponível em: <<https://www.sistemapfira.org.br/iel/component/edocman/pesquisa-impacto-do-acionamento-de-agua-na-industria-do-distrito-federal>> Acesso em: 03 set. 2019.

JENSEN, Carl B. A nonhumanist disposition: on performativity, practical ontology, and intervention. **Configurations**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 229-261, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/236724091\\_A\\_Nonhumanist\\_Disposition\\_On\\_Performativity\\_Practical\\_Ontology\\_and\\_Intervention](https://www.researchgate.net/publication/236724091_A_Nonhumanist_Disposition_On_Performativity_Practical_Ontology_and_Intervention). Acesso em: 3 dez. 2020.

KNORR-CETINA, Karin D. Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research?: a critique of quasi-economic models of science. **Social Studies of Science**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 101-130, 1982. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030631282012001005>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LATOUR, B. **Jamais formos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems practice**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01059830>. Acesso em: 20 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **After Method**: Mess in Social Science Research. Oxford and New York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. Colateral realities. In: DOMINGUEZ RUBIO, F; BAERT, P (ed.). **The politics of knowledge**. Londres: Routledge, 2009. p. 156-178. Disponível em: <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2009CollateralRealities.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020. \_\_\_\_\_. **Material semiotics**. 2019. Disponível em: <<http://w.heterogeneities.net/publications/Law2019MaterialSemiotics.pdf>> Acesso em 04 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_; MOL, Annemarie. Local entanglements or utopian moves: an inquiry into train accidents. **The Sociological Review**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 82-105, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.2002.tb03580.x>. Acesso em: 4 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Notes on materiality and sociality. **The Sociological Review**, [s. l.], v. 24, p. 274-294, 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1995.tb00604.x>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MAIA, Flávia. Indústria busca solução contra a crise hídrica no Distrito Federal. **Correio Braziliense** [On-line], Brasília, 21 fev. 2018. Cidades, p. 1-1. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/21/interna\\_cidade\\_sdf,661158/industria-busca-solucao-contr-a-crise-hidrica-no-distrito-federal.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/21/interna_cidade_sdf,661158/industria-busca-solucao-contr-a-crise-hidrica-no-distrito-federal.shtml). Acesso em: 3 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Níveis críticos ameaçam o abastecimento e conflitos pela água são realidade no DF. **Correio Braziliense** [On-line], Brasília, 23 jan. 2018. Especial, p. 1-1. Disponível em: <http://especiais.correio braziliense.com.br/niveis-criticos-ameacam-o-abastecimento-e-conflitos-pela-agua-sao-realidade-no-df>. Acesso em: 1 set. 2019.

MARRES, Noortje. Testing powers of engagement: green living experiments, the ontological turn and the undoability of involvement. **European Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 117-133, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431008099647>. Acesso em: 7 dez. 2020.

MARTIN, María. Efeito dominó da seca afetará toda a economia, começando pela alface. **El País** [On-line], São Paulo, 28 jan. 2015. Crise Hídrica, p. 1-1. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/28/economia/1422463421\\_541248.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/28/economia/1422463421_541248.html). Acesso em: 8 jul. 2019.

MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MOL, A. Política ontológica: Algumas ideias e várias perguntas. In: Nunes, J. A. e Roque, R. (orgs.) **Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. Disponível em: [https://www.who.int/gho/phe/water\\_sanitation/burden/en/](https://www.who.int/gho/phe/water_sanitation/burden/en/). Acesso em 11 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **The Body Multiple: Ontology in Medical Practice**. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MORAES, Marcia Oliveira; ARENDT, Ronald João Jacques. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 313-321, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722013000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200012). Acesso em: 6 dez. 2020.

NIMMO, Richie. Actor-network theory and methodology: social research in a more-than-human world. **Methodological Innovations**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 108-119, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.4256/mio.2011.010>. Acesso em: 9 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global Health Observatory (GHO) data. In: **Mortality and burden of disease from water and sanitation**. [S. l.], 2016. Disponível em: [https://www.who.int/gho/phe/water\\_sanitation/burden\\_text/en/](https://www.who.int/gho/phe/water_sanitation/burden_text/en/). Acesso em: 3 jun. 2019.

PINHO, Márcio. Alckmin diz que prêmio sobre gestão hídrica é ‘modéstia à parte, merecido’. **Portal G1** [On-line], São Paulo, 23 set. 2015. São Paulo, p. 1-1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/alckmin-diz-que-premio-sobre-gestao-hidrica-e-modestia-parte-merecido.html>. Acesso em: 3 set. 2019.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 22-42, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/o3.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RALLIS, Sharon; ROSSMAN, Gretchen. **An introduction to qualitative research: learning in the field**. Thousand Oaks: Sage, 2017.

SANTOS, Sinval Neves. O compartilhamento das águas transfronteiriças superficiais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), II., 2004, Indaiatuba, SP. **Anais**

[...]. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT13/sinval\\_neves.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/sinval_neves.pdf). Acesso em: 9 jul. 2019.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SHAPIN, Steve. The politics of observation: cerebral anatomy and social interests in the Edinburgh phrenology dispute. **The Sociological Review**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 139-178, 1979. Disponível em: [https://scholar.harvard.edu/files/shapin/files/shapin-politics\\_of\\_observation\\_1979.pdf](https://scholar.harvard.edu/files/shapin/files/shapin-politics_of_observation_1979.pdf). Acesso em: 11 jul. 2019.

SOARES, Will. ONGs apontam violações de direitos humanos durante crise hídrica em SP. **Portal G1** [On-line], São Paulo, 14 out. 2015. São Paulo, p. 1-1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/ongs-apontam-violacoes-de-direitos-humanos-durante-crise-hidrica-em-sp.html>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. **Ilha - Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 49-73, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p49>. Acesso em: 2 dez. 2020.

STRANG, Veronica. **The Meaning of Water**. Oxford e Nova Iorque: Berg, 2004.

TRAWEEK, Sharon. **Beamtimes and lifetimes: the world of high-energy physicists**. Cambridge e Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

VILLACA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**: [On-line], São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/o4.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ZAMBON, Eric. Chuva de reclamações nas regiões afetadas pela crise hídrica no DF. **Jornal de Brasília** [On-line], Brasília, 19 jan. 2017. Cidades, p. 1-1. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/chuva-de-reclamacoes-nas-regioes-afetadas-pela-crise-hidrica-no-df/>. Acesso em: 3 jul. 2019.

# Modernidade e Racionalização: Entre a Tragédia do Esclarecimento e a Esperança no Agir Comunicativo

Renan Oliveira de Carvalho<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a perspectiva de autores que construíram suas teorias da Modernidade a partir do paradigma da racionalização. Para isso, pretende-se lançar um olhar para as teorias de sociólogos como Weber, Adorno, Horkheimer e Habermas, e suas diferentes perspectivas acerca do tema. O que se pretende nas páginas que seguem é apresentar as diferentes teorias da Modernidade dos autores em questão e refletir sobre suas perspectivas, diagnósticos e projeções em torno da percepção de que a Modernidade é fruto de um processo de racionalização da vida e do mundo pelo qual passou a sociedade ocidental.

**Palavras chave:** Modernidade; Racionalização; Adorno; Horkheimer; Habermas.

## Modernity and Rationalization: Between the Tragedy of Enlightenment and the Hope in Communicative Action.

## ABSTRACT

This paper aims to analyse the perspective of authors that built their theory of modernity from the rationalization paradigm. To accomplish that, its intents to present the theory of sociologists as Weber, Adorno, Horkheimer and Habermas, and their different perspectives about the subject. What is intended in the following pages is to present their theories about modernity, and from that reflect on their perspectives, diagnoses and projections around the perception that modernity is the result of a process of rationalization of life and the world that Western society has gone through.

**Keywords:** Modernity; Rationalization; Adorno; Horkheimer; Habermas.

## Introdução

O processo de desenvolvimento das sociedades modernas levou diversos autores da sociologia — e das ciências humanas em geral — a tentar compreender esse fenômeno. Afinal, o que definiria a Modernidade? Qual seria sua característica distintiva que

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela UFRJ e licenciado em Ciências Sociais também pela UFRJ. Mestre em Ciência Política pela UFF. Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Bolsista CAPES. Contato: reenan.carvalho@gmail.com.



permitiria separar a época moderna daquilo que se convencionou chamar de Idade Média?

O conceito de Modernidade refere-se a um conjunto de fenômenos que se estabeleceram e se desenvolveram cumulativamente, reforçando-se mutuamente num processo de grandes transformações sociais que tornaram possível a conformação de uma nova realidade social. Dentre os acontecimentos fundamentais que contribuíram para a conformação da Modernidade, podemos citar: A formação de capital, o processo de industrialização, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho; o estabelecimento do Estado-nação, a centralização do poder estatal e o surgimento de sua burocracia; a expansão dos direitos individuais e da participação política; o surgimento das grandes metrópoles e das formas urbanas de vida; o desenvolvimento da ciência, da escolarização formal e a secularização de valores e normas (HABERMAS, 2000).

Muitas foram as chaves interpretativas utilizadas na tentativa de apreender o desenvolvimento daquilo que se convencionou chamar de Modernidade. Segundo Habermas (2000), o primeiro filósofo a desenvolver um conceito claro de Modernidade foi Hegel, para quem o princípio dos “novos tempos” seria a subjetividade. Na sociologia, Marx identifica a Modernidade com o capitalismo, apontando também a importância da razão para a conformação e superação das contradições existentes nessa nova sociedade; Durkheim, a percebe como fruto de um processo de diferenciação funcional que transformou cabalmente as estruturas da sociedade; Tocqueville vislumbra a igualdade como a característica distintiva da Modernidade, identificando-a como caminho pelo qual as sociedades tenderiam a seguir nesses “novos tempos”; já para o historiador Reinhart Koselleck, a Modernidade poderia ser percebida como uma nova temporalidade histórica, identificada através da percepção de um progressivo distanciamento entre o espaço de experiência do passado e o horizonte de expectativa do futuro.

Neste artigo buscarei explicitar a perspectiva teórica acerca da Modernidade em alguns autores que analisaram o fenômeno do seu advento a partir do paradigma da racionalização. Para isso, a primeira parte deste trabalho traz as contribuições do primeiro autor a formular este prisma para a análise daquilo que se convencionou

chamar de Modernidade, Max Weber. Ao trazer sua percepção da Modernidade como racionalização, Weber cria uma nova forma de abordagem deste fenômeno que, como veremos, iria posteriormente influenciar grandes sociólogos e filósofos do século XX.

Em seguida, o artigo analisa o trabalho de Theodor Adorno e Max Horkheimer, principalmente no que tange às reflexões realizadas na obra intitulada “Dialética do Esclarecimento” e a angústia e o mal-estar que este escrito carrega. É nesta oportunidade que os autores desenvolvem em conjunto suas perspectivas acerca da Modernidade, descrevendo-a como a “consagração” de um processo de esclarecimento, pelo qual a humanidade já vinha percorrendo desde os tempos helenísticos até o iluminismo, e que sob a ótica destes autores, produziu efeitos terríveis que culminaram em tragédias humanitárias que se manifestaram por meio de acontecimentos marcantes e dolorosos como as duas grandes guerras, o totalitarismo estatal e o holocausto. Neste sentido, o artigo percebe as reflexões de Adorno e Horkheimer como um desenvolvimento e superação da teoria de Weber sobre a Modernidade, e como uma reafirmação — com maior ênfase, tendo em vista justamente os acontecimentos do século XX testemunhados por eles — do mal-estar que engendra o processo de racionalização e o desenvolvimento da Modernidade.

Por fim, o trabalho traz ao debate as contribuições de Jürgen Habermas, com suas reflexões sobre a Modernidade que deságuam em sua Teoria do Agir Comunicativo. A partir da exposição e discussão acerca dos principais elementos de sua teorização sobre a Modernidade e de sua Teoria do Agir Comunicativo, pretendo identificar os elementos desenvolvidos pela teoria de Habermas que o permitem buscar a superação dos impasses e o enfrentamento dos fantasmas detectados por Weber, Adorno e Horkheimer nos processos de conformação e desenvolvimento da Modernidade. O autor intenta com isso redefinir a própria Teoria Crítica formulada pelos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt. Para isso, Habermas recorre a formulação de um arcabouço teórico que denota a esperança de que o processo de racionalização poderia, por meio da ação comunicativa, trazer o entendimento entre as pessoas e os povos, substituindo as ações fundadas na racionalidade instrumental em favor de sociabilidade pautada na comunicação, com vistas a reorientar as interações entre os indivíduos na busca pelo entendimento.

## Max Weber e a Modernidade como Racionalização<sup>2</sup>

Max Weber foi sem dúvidas o principal dos sociólogos tidos como um dos “clássicos da sociologia” a analisar e descrever a Modernidade a partir do paradigma da racionalização — ao menos de forma mais explícita e sistemática.<sup>3</sup> Para Weber a característica distintiva da Modernidade seria o processo de racionalização da vida e desencantamento do mundo que as sociedades ocidentais haviam experimentado. Em linhas gerais, entende-se que o conceito de racionalização, como utilizado por Weber, significa a redução à racionalidade de todos os aspectos da vida social. Quando trata do processo de racionalização da vida, o autor busca descrever o processo por meio do qual, nas sociedades ocidentais, as ações sociais dos indivíduos passam a ser orientadas não mais a partir de motivações tradicionais e afetivas — baseadas nos costumes, tradições ou sentimentos — mas a partir de uma lógica estritamente racional, seja quanto aos valores ou, principalmente, em relação aos fins (WEBER, 1994).<sup>4</sup>

Sobre o processo de racionalização em Weber, Habermas escreve:

O que Max Weber descreveu do ponto de vista da racionalização não foi apenas a profanação da cultura ocidental, mas, sobretudo, o desenvolvimento das sociedades modernas. [...] Weber entende esse processo como a institucionalização de uma ação econômica e administrativa racional com respeito a fins. À medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício (HABERMAS, 2000, p. 3).

<sup>2</sup> Esta seção é uma versão modificada da seção de mesmo nome contida no artigo: CARVALHO, R. O. de. A modernidade nos clássicos da sociologia: percepções acerca do mundo moderno em Tocqueville, Durkheim e Weber, **Sociologias Plurais**, v.5 n.2, p. 194–211, dez 2019.

<sup>3</sup> Antes dele podemos perceber em Marx uma aproximação a essa abordagem, porém, de forma mais residual e não sistemática – estando o conceito de racionalização em meio a sua teoria do capitalismo e da revolução. Marx percebia de forma positiva os avanços que poderiam ser aferidos com o progresso da razão e da técnica, e buscava, a partir de sua teoria da luta de classes e de suas projeções acerca de uma futura sociedade comunista, imaginar um mundo onde a racionalidade conformasse uma sociedade onde a humanidade tomasse as rédeas do seu próprio destino, sem a necessidade da dominação do homem pelo homem.

<sup>4</sup> Nesse sentido, a racionalização ofereceria as condições nas quais a ação social é exercida. A racionalização é o processo que confere significado à diferenciação entre as linhas de ação.

Um processo análogo ao de racionalização e — em parte<sup>5</sup> — concomitante a ele que também é fundamental para análise weberiana da Modernidade, é aquilo que Weber conceitua como processo de “desencantamento do mundo”. Com o processo de desencantamento, cada vez mais as sociedades ocidentais deixam de conceber o mundo como permeado por forças ocultas que podem ser manipuladas através de rituais e feitiços, e passam a repudiar e perseguir a prática da magia, que começa a ser percebida como superstição e sacrilégio (WEBER, 2004, p. 96). Tal processo se desenvolve desde a conformação do pensamento científico-filosófico do período helenístico e tem seu apogeu com o protestantismo ascético, que, segundo Weber (2004), tem grande influência na conformação do capitalismo e da Modernidade.

É na obra “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo”, que Weber vai buscar demonstrar como uma conjunção de fatores estabelecidos por determinadas denominações protestantes convergiram de forma a proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental. As afinidades eletivas existentes entre certas práticas e ideias conformadas pelo protestantismo do calvinismo e de outras orientações “puritanas” — tais quais a angústia pela salvação trazida pela doutrina teológica da predestinação, os elementos que identificavam a ética do trabalho e a vocação profissional como formas de glorificar a Deus e o ascetismo como forma de condução da vida cotidiana — ensejaram, ao longo do tempo, tanto um processo de acumulação de capital, quanto o surgimento de um “espírito do capitalismo”.<sup>6</sup> “Essa racionalização da conduta de vida no mundo, mas de olho no Outro Mundo é o efeito da concepção de profissão do protestantismo ascético” (WEBER, 2004, p. 139). Neste sentido, para Weber, os processos de racionalização da vida e desencantamento do mundo estariam profundamente imbricados, sendo ambos fundamentais para a

---

<sup>5</sup> Em parte, pois o processo de desencantamento do mundo seria anterior a este processo de racionalização da vida no mundo ocidental. Uma vez que, como visto, tem início ainda na antiguidade com a conformação das religiões judaicas e prossegue até a Modernidade. De certo modo, o processo de racionalização é também anterior ao advento da Modernidade, uma vez que não se pode dissociá-lo completamente do desencantamento do mundo. O que é característico da Modernidade é a predominância cada vez mais acentuada de uma racionalidade instrumental, ligada a ação social com relação aos fins.

<sup>6</sup> Por “espírito do capitalismo”, devemos entender a conformação de um “ethos”, “uma ideia do dever que tem o indivíduo de se interessar pelo aumento de suas posses com um fim em si mesmo” que se conforma assumindo “o caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada” (Weber, 2004, p. 45).

conformação daquilo que entendemos como Modernidade.

A intelectualização e a racionalização geral não significam, pois, um maior conhecimento geral das condições da vida, mas algo de muito diverso: o saber ou a crença em que, se alguém simplesmente quisesse, poderia, em qualquer momento, experimentar que, em princípio, não há poderes ocultos e imprevisíveis, que nela interfiram; que, pelo contrário, todas as coisas podem — em princípio — ser dominadas mediante o cálculo. Quer isto dizer: o desencantamento do mundo. Diferentemente do selvagem, para o qual tais poderes existem, já não temos de recorrer a meios mágicos para controlar ou invocar os espíritos. Isso consegue-se graças aos meios técnicos e ao cálculo. Tal é, essencialmente, o significado da intelectualização (WEBER, 2010, p. 30–31).

Portanto, é através do paradigma da racionalização que Weber busca entender e explicar ao longo de suas obras os processos de transformação que ensejaram a conformação de realidades até então inéditas como o desenvolvimento das ciências, a industrialização, o surgimento do Estado moderno e sua centralização, a formação de sua burocracia e até a própria formação da sociedade capitalista. Através de seus escritos podemos perceber sua posição acerca da tendência ao aprofundamento destes processos, percebendo-os como quase inevitáveis e alertando para a falta de sentido e o mal-estar que poderiam ensejar à existência do homem moderno. A ideia de que na Modernidade o ser humano estaria preso a uma “jaula de ferro” — na célebre tradução de Talcott Parsons —, ou em uma “crosta de aço”, que nos prenderia a uma lógica que percebe a acumulação de bens materiais como o fim último da existência e, com isso, negaria ao ser humano a possibilidade de atribuir outros sentidos a sua própria existência, é expressão de seu pessimismo com a Modernidade (WEBER, 2004, p. 165).

Ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e se ao cabo do desenvolvimento monstro hão de surgir profetas inteiramente novos [...] Então, para os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural, bem poderiam tornar-se verdades as palavras: **“Especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado”** (WEBER, 2004, p. 166, grifo do autor).

Weber nos dá elementos para perceber na racionalização um processo cujo aprofundamento possibilita a conformação de mudanças materiais e culturais na sociedade, mas que ao mesmo tempo ensejam certo “aprisionamento” da subjetividade

humana.<sup>7</sup> Nesse sentido, podemos perceber que apesar da Modernidade conformar um tempo de mudança social e de ruptura com as “amarras” da tradição, esta ruptura parece se efetivar à custa ou a despeito da liberdade humana.

Ao estabelecer uma concepção do capitalismo como “cultura” — identificando a conformação de um “espírito do capitalismo”, ou seja, uma forma de ser eminentemente capitalista — e perceber na racionalização o elemento fundamental a caracterizar a Modernidade, Weber nos fornece importantes contribuições para interpretar esses “novos tempos”. É a partir de suas reflexões que diversos autores buscaram também teorizar sobre a Modernidade, seja na busca por avançar em seus achados, ou na tentativa de superar esse paradigma com vistas à construção de novas teorias e reflexões acerca da Modernidade.

### **Adorno e Horkheimer e a tragédia do esclarecimento**

Theodor Adorno e Max Horkheimer vão além do diagnóstico de Weber acerca do mal-estar que engendra o processo de racionalização e o desenvolvimento da Modernidade. Suas análises — que buscam conformar um campo da teoria social denominado Teoria Crítica — dão conta não só da perda de sentido que o advento de uma forma de vida calcada na racionalidade instrumental teria gerado, mas da derrocada do processo de esclarecimento<sup>8</sup> pelo qual a sociedade ocidental teria passado desde sua “constituição” — ainda na antiguidade —, e que teria levado o ser humano a objetificar e dominar a natureza, para, a partir daí, estabelecer uma estrutura de dominação e subjugação do homem pelo homem nunca antes vista na história da humanidade. Segundo esses autores, fundadores da Escola de Frankfurt, o projeto do esclarecimento e a conseqüente constituição da Modernidade teriam levado a humanidade a um ponto de calamidade social, que pode ser percebido quando observamos a conformação de realidades sociais novas que vão desde o estabelecimento do terror do nazismo e do holocausto, do totalitarismo estatal — de esquerda e de direita — e das demais formas

---

<sup>7</sup> E para isso, a utilização da metáfora da “jaula de ferro” ou “crosta de aço” – conforme as diferentes traduções - é realmente ilustrativa.

<sup>8</sup>Por vezes também traduzido como “Ilustração”, o conceito de esclarecimento em Adorno e Horkheimer se refere tanto ao iluminismo quanto ao processo de racionalização já salientado por Weber em sua obra.

de controle e dominação desenvolvidas com o advento da Modernidade.

Como bem observa José Maurício Domingues:

Seus escritos exalam um desespero e uma asfixia que não são difíceis de compreender, se nos pusermos naquela conjuntura, no dizer de Hannah Arendt, de “tempos sombrios”, com o stalinismo de um lado, o nazismo e o fascismo do outro, e ainda com a expansão que perceberam como assustadora da cultura de massas nos Estados Unidos (DOMINGUES, 2001, p. 73).

Assim como Weber remete os processos de racionalização e desencantamento do mundo ao período helenístico, com a conformação do pensamento científico a partir da filosofia, Adorno e Horkheimer identificam o “surgimento” do esclarecimento como tendo se dado na mesma época, e entendem o processo de esclarecimento como sendo a “superação” do mito. Na verdade, para esses autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, a constituição do próprio mito já consistia em uma primeira fase do processo de esclarecimento.<sup>9</sup> Isto pelo fato de que o mito já pretendia relatar os fatos, dizer a origem das coisas e explicar a realidade, ou seja, dar inteligibilidade ao mundo. “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 21).

Segundo Adorno e Horkheimer o conceito de esclarecimento designa o processo segundo o qual os homens passam a se utilizar da razão para dominar a natureza e superar o medo do desconhecido. Consiste num processo de separação do homem em relação à natureza para melhor “compreendê-la”. Leia-se, classificá-la, dominá-la e instrumentalizá-la através da razão.<sup>10</sup> Separação entre o homem e a natureza, do sujeito cognoscente frente ao objeto cognoscível. É o processo do esclarecimento que, segundo esses autores, vai tornar possível todo o progresso técnico e científico observado desde o fim da Idade Média, fenômeno que produziu tantas transformações na sociedade, como a industrialização, a burocratização, e a economia de mercado.

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e investi-los na

<sup>9</sup> “Mas os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram produto do próprio esclarecimento”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

<sup>10</sup> Vale salientar aqui que a razão a que Adorno e Horkheimer se referem ao tratar do tema é a razão instrumental, ou seja, aquela razão finalística ou teleológica, já criticada por Weber como a forma prevaiente da racionalidade no processo de racionalização da vida na Modernidade.

posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Entretanto, segundo os autores: “O preço que os homens pagam pelo aumento do seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador comporta-se com os homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 21). O esclarecimento é também o processo por meio do qual se conforma uma nova subjetividade, a do homem capitalista, que se expressa essencialmente através de um individualismo existencial, de uma ética utilitarista e do cálculo racional como fundamento de sua ação social.

Para Adorno e Horkheimer, em escritos diversos e formas diferentes o sistema capitalista, a forma de organização daquele modo de produção, atomizava as pessoas, as quais, buscando seus fins utilitários individuais, acabavam prisioneiras da própria lógica do capital. Transformando as relações sociais em fenômenos objetivos e abstratos que escapavam ao controle e mesmo à consciência das pessoas – em outras palavras, que reificavam as interações humanas – o capitalismo tolhia a liberdade do sujeito. [...] Fazendo uso de sua razão individual, os indivíduos conseguiam de fato impulsionar o controle da espécie sobre a natureza. A contrapartida disso, entretanto era um controle também crescente dos indivíduos uns sobre os outros (DOMINGUES, 2001, p. 75-77).

Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p.20), “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa”. É essa nova subjetividade do homem capitalista, que se conforma através do esclarecimento e vai produzir a tragédia social da Modernidade a qual os autores da Escola de Frankfurt buscam denunciar. Pois a razão instrumental e o individualismo, utilizados para o exercício da dominação do homem pelo homem vão produzir efeitos nunca imaginados. As experiências do nazismo e do fascismo seriam a expressão máxima do horror racionalizado. O holocausto se mostra como processo que consagra a racionalização da barbárie. Isto porque utiliza de métodos e procedimentos organizacionais para, em primeiro lugar, arrancar de milhões de pessoas sua força de trabalho escravizada com vistas a suprir a máquina de guerra e o capitalismo alemão. Em um segundo momento, são essas pessoas que — após chegarem a um nível inimaginável de desgaste físico e existencial sob as condições de trabalhos forçados nos



campos de concentração — serão vítimas de uma verdadeira indústria da morte construída com objetivo de dizimar populações inteiras.

A perseguição e o extermínio também foram experimentados sob o stalinismo, sepultando as esperanças de grande parte dos marxistas na conquista da liberdade humana através da formação de uma sociedade comunista esclarecida e livre da alienação produzida pelo modo de produção capitalista. Entretanto, é a emergência do poder da burocracia e seus efeitos no controle da vida dos indivíduos pelo Estado que se faz sentir. Da mesma forma, o esclarecimento traz consigo a emergência da indústria cultural nos Estados Unidos e a dominação através da reprodução cultural totalmente racionalizada, padronizada e escravizante. Ou seja, a razão e a técnica usadas como elementos de dominação e sujeição de indivíduos que creem serem livres mesmo sendo dominados.

Segundo Marcos Nobre (2008, p.47), “Na Dialética do esclarecimento, o que se encontra é o “mundo administrado”, uma forma sofisticada de controle social de que as massas são inteiramente excluídas e sobre a qual não tem qualquer tipo de domínio”. Seria justamente esse “mundo administrado”<sup>11</sup>, conceito que busca reelaborar as contribuições teóricas de Friedrich Pollock — que em suas pesquisas teria apontado para mudanças estruturais no funcionamento do capitalismo, por meio das quais teria se conformado uma nova fase do capitalismo, o “capitalismo de Estado”, onde haveria a preponderância cada vez maior da intervenção e do planejamento estatal na condução da economia e, com isso, uma primazia cada vez maior da política estatal sobre a sociedade —, o que dificultaria a ação social com vistas a emancipação.

Isto porque, diferentemente de Pollock, Adorno e Horkheimer não acreditavam na possibilidade de controle democrático popular efetivo sobre as estruturas burocráticas que organizavam essa nova conformação da sociedade capitalista. O controle social efetivado pelas estruturas desse mundo administrado seria orientado pela racionalidade instrumental, que direciona o aparato burocrático com vistas a reprodução da sociedade capitalista e das formas de dominação que lhe são próprias. Seria através do planejamento e da intervenção do Estado nos domínios da economia,

---

<sup>11</sup>Também denominado de “capitalismo administrado”, ou ainda, “capitalismo tardio”.

da política e da sociedade como um todo, agindo tanto para dirimir as possíveis causas de insurreições e estabilizar os elementos disruptivos do capitalismo,<sup>12</sup> quanto para reforçar sua lógica,<sup>13</sup> que o “capitalismo administrado” bloquearia as possibilidades de sua superação. “O capitalismo administrado é um sistema que se fecha sobre si mesmo, que bloqueia estruturalmente qualquer possibilidade de superação virtuosa da injustiça vigente e paralisa, portanto, a ação genuinamente transformadora” (NOBRE, 2008, p. 47).

Por isso, Horkheimer e Adorno empreenderam, na *Dialética do esclarecimento*, uma investigação sobre a razão humana de amplo espectro. Seu objetivo foi o de buscar compreender por que a racionalidade das relações sociais humanas, ao invés de levar à emancipação, à instauração de uma sociedade de homens livres e iguais, acabou por produzir um sistema social que bloqueou estruturalmente qualquer possibilidade emancipatória, transformando os indivíduos em engrenagens de um mecanismo que não compreendem e não dominam e ao qual se submetem e se adaptam impotentes. Esse problema mais geral se traduz na tarefa de compreender como a razão humana acabou por restringir-se historicamente à sua forma instrumental, cuja forma social concreta é a do mundo administrado (NOBRE, 2008, p. 50).

Essa seria a tragédia do esclarecimento a qual Adorno e Horkheimer se referem. Nesse sentido, vão além de Weber na crítica à razão instrumental, que sobre a forma do esclarecimento se torna totalitária, abrangendo todos os aspectos da vida e produzindo os resultados aqui apresentados. Não é apenas a descrença com o que está por vir, mas a constatação de que o processo do esclarecimento nos legou um período de “tempos sombrios”, onde as mazelas sociais não são apenas projeções descrentes sobre um futuro nebuloso, mas constatações de um presente cuja realidade se mostra trágica.

---

<sup>12</sup> Como exemplo, temos o controle do governo sobre os sistemas de crédito e comércio exterior, as ações empreendidas pelo Estado para evitar ou superar as crises econômicas, as polícias e departamentos de inteligência empenhados em desarticular grupos ou movimentos de oposição ao sistema e as políticas de assistência social que visam atenuar os efeitos da exclusão econômica e social conformados pelas contradições próprias do capitalismo.

<sup>13</sup> Entre os mecanismos desse mundo administrado que contribuem decisivamente para esse “reforço da lógica” do capital, ou mesmo para conformação de uma subjetividade humana eminentemente capitalista está a indústria cultural. Fenômeno que designa o processo de padronização e racionalização tanto do processo produtivo quanto da difusão de bens culturais — através do cinema, do rádio, da televisão e da imprensa — observado pelos autores nas sociedades modernas, que teria o efeito de homogeneizar a cultura, e através dela, a própria consciência das pessoas. Ao implementar a lógica da produção em massa da fábrica e do sistema capitalista para o campo da cultura, a indústria cultural se estabelece como instrumento fundamental empregado para reproduzir a ideologia do sistema e integrar os indivíduos à sua lógica.

## Jürgen Habermas e a Esperança no Agir Comunicativo

É a partir da busca pela superação dos impasses e enfrentamento dos fantasmas detectados por Weber, Adorno e Horkheimer nos processos de conformação e desenvolvimento da Modernidade, bem como, na tentativa de renovar a Teoria Crítica formulada pelos dois últimos que Jürgen Habermas construiu boa parte de sua obra. Para elaboração de sua síntese teórica, melhor sistematizada em seu livro de 1981, “Teoria do Agir Comunicativo”, Habermas vai se utilizar de um amálgama de autores e teorias. Mead e sua psicologia social interacionista; Durkheim e a sociologia funcionalista; Schütz e sua fenomenologia; Parsons e sua teoria dos sistemas de ação; Luhmann e sua teoria dos sistemas autorregulados; são algumas das principais referências utilizadas pelo autor, assim como Marx, Weber, Piaget, e os já citados, Adorno e Horkheimer.

No cerne de suas contribuições teóricas, está a busca pela construção de um novo paradigma que dê conta de superar as análises sobre a Modernidade que se fundam exclusivamente na crítica à razão instrumental – uma vez que a racionalidade instrumental não seria a única forma de racionalidade existente. Para isso, Habermas formula um novo conceito, o de racionalidade comunicativa, através do qual buscará tanto desenvolver sua análise sobre a Modernidade quanto escapar das conclusões e projeções absolutamente pessimistas sobre ela formuladas pelos autores aqui trabalhados.

Acredita Habermas que, desde Marx, passando por Simmel, Weber e Lukács, e chegando a Adorno e Horkheimer, a razão tem sido concebida como basicamente instrumental e referida ao indivíduo em si, ou então objetificado em relações sociais reificadas. Habermas aceita, em parte, essa postulação e o diagnóstico que veria na modernidade a apoteose da razão instrumental, conceituando, em compensação uma outra racionalidade, a comunicativa (DOMINGUES, 2001, p. 83).

Segundo Habermas, a racionalidade comunicativa se constitui socialmente por meio do processo de interação dialógica entre atores presentes em uma situação social. Nesse sentido, diferentemente da racionalidade instrumental, percebida como uma faculdade humana onde o indivíduo é considerado isoladamente frente à realidade que

o cerca, a racionalidade comunicativa seria um processo interativo e constituído socialmente a partir de situações sociais onde os indivíduos realizam um procedimento cognitivo de natureza intersubjetiva. Neste processo, os atores em comunicação buscam chegar a um entendimento quanto a pretensões de validade criticáveis de suas afirmativas. É por meio dessa racionalidade dialógica, que vai se orientar na busca pelo entendimento, que se estrutura o que Habermas chama de “ação comunicativa”. A ação comunicativa consiste justamente nessa interação dialógica na busca pelo entendimento onde os atores vão buscar não o sucesso individual na interação, mas a harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação.

Entre os conceitos mais importantes para se entender a sua Teoria do Agir Comunicativo temos o conceito de mundo da vida. Oriundo da fenomenologia de Schütz, o conceito de mundo da vida em Habermas designa um saber implícito acerca do mundo, sobre o qual nós não temos acesso imediato uma vez que é pré-reflexivo e não problemático. Seria como um ambiente, ou um horizonte dentro do qual as interações se estabelecem, uma vez que ele é compartilhado pelos atores como uma realidade auto evidente. Como nos ensina Domingues (2001, p.87): “Para Habermas o sujeito individual é estruturado interativamente no mundo da vida, no curso de sua socialização”. Dessa forma, o mundo da vida pode ser considerado como a base ou o solo a partir do qual toda ação comunicativa vai se estabelecer. O mundo da vida seria formado por três elementos, que poderiam ser designados como: “cultura”, “sociedade” e “pessoa”. Por “cultura”, podemos entender que seria o conjunto de símbolos comuns aos indivíduos, ou estoque de conhecimentos compartilhados aos quais os atores recorrem quando buscam compreender algo no mundo. “Sociedade” aqui designa o conjunto de comportamentos regularizados e socialmente sancionados (DOMINGUES, 2001, p. 85). Já no que tange ao elemento que se refere à “pessoa”, entendemos que Habermas designa o processo de socialização e formação da personalidade dos indivíduos, onde estes adquirem as competências necessárias para agir em sociedade.

Sob o aspecto funcional do entendimento, o agir comunicativo se presta à transmissão e à renovação de um saber cultural; sob o aspecto da coordenação da ação, ele possibilita a integração social e a geração de solidariedade; e, sob o aspecto da socialização, o agir comunicativo serve à formação de identidades pessoais. [...] A esses processos de reprodução cultural, de integração social e

de socialização correspondem, enquanto componentes estruturais do mundo da vida, a cultura, a sociedade e a pessoa (HABERMAS, 2012, p. 252).

Concomitante a ação comunicativa estaria à ação instrumental e a ação estratégica, conformadas pela racionalidade instrumental. Por meio dela, realizamos nosso intercâmbio com a natureza e com os demais indivíduos de forma a alcançar nossos objetivos individuais na interação. Segundo Domingues (2001), esses aspectos da racionalidade humana estariam reservados aqueles sistemas de ação social nos quais nós tratamos os outros como meios para atingir fins, sem considerações mais reflexivas em relação à humanidade ou a individualidade daqueles com quem interagimos. Habermas interpreta o capitalismo — tido aqui como a sociedade de mercado ou sistema econômico — e o Estado moderno como subsistemas que se diferenciam dos componentes sociais do mundo da vida através dos meios “dinheiro” e “poder”. Segundo o autor, é através da institucionalização das atividades econômicas e administrativas que se conforma um processo mediante o qual os meios “dinheiro” e “poder” se ancoram no mundo da vida. Inicialmente, esses sistemas autorregulados cumprem uma função de mediar as interações comunicativas entre os indivíduos, cada vez mais sobrecarregadas em razão da crescente complexificação de uma sociedade cada vez mais diferenciada.

À medida que os meios do dinheiro e do poder permitem aos subsistemas da economia e do Estado se diferenciar de um sistema de instituições inserido no mundo da vida, despontam esferas de ação organizadas formalmente, não mais integradas pelo mecanismo do entendimento, as quais irão se destacar dos contextos do mundo da vida, cristalizando-se numa espécie de sociedade sem normas. As novas organizações geram perspectivas sistêmicas, à luz das quais o mundo da vida é percebido como algo distanciado e confuso, que não se distingue dos componentes do respectivo entorno. Elas se tornam autônomas mediante uma delimitação neutralizadora, que se contrapõe às estruturas simbólicas do mundo da vida; e nesse processo elas se tornam indiferentes em relação à cultura, à sociedade e à personalidade (HABERMAS, 2012, p.556).

Entretanto, com o tempo, esses sistemas passam a ganhar cada vez mais preponderância em relação ao mundo da vida estruturado simbolicamente, e não só se destacam dele como o relegam a um “segundo plano”. Dessa forma, um agir teleológico orientado pelo sucesso e controlado pelos cálculos egocêntricos do lucro e com vistas à consecução de fins individuais ganha cada vez mais preponderância em face do agir orientado pelo entendimento. É nesse sentido que Habermas (2012, p. 355) vai afirmar

que “a partir daí, a mediatização do mundo da vida se transforma em colonização”.

Seria justamente essa colonização do mundo da vida pelos sistemas do “poder” e do “dinheiro” que estaria levando a sociedade às patologias sociais severas observadas na Modernidade, “uma vez que a cultura, as instituições e a personalidade só podem reproduzir-se por intermédio do mundo da vida e da ação comunicativa” (DOMINGUES, 2001, p. 89).

As ações comunicativas não constituem apenas processos de interpretação em que um saber cultural é submetido a um “teste no mundo”; elas significam também processos de socialização e de integração social. [...] Quando os participantes da interação, voltados “ao mundo”, reproduzem, mediante suas realizações de entendimento, o saber cultural do qual se nutrem, eles reproduzem ao mesmo tempo sua identidade e sua pertença a coletividades (HABERMAS, 2012, p. 255).

As esperanças de Habermas na solução das patologias sociais percebidas na Modernidade seriam, portanto, depositadas em uma sociedade cada vez mais orientada pelo agir comunicativo. “Habermas acredita haver um potencial cognitivo e sobretudo moral mais reflexivo e universalista — disponível nas estruturas de consciência contemporâneas — e, portanto, mais avançado que aquele incorporado nas instituições sociais.” (DOMINGUES, 2001, p. 89). Faltariam, porém, em sua avaliação, atores coletivos capazes de colocar em prática esse projeto. Por essa razão, suas investigações e formulações teóricas passam a se dirigir para os conceitos de democracia deliberativa e de esfera pública, além de se direcionarem também para o conteúdo emancipador do direito — principalmente como meio de expressar e consagrar institucionalmente o resultado de deliberações livres de coerção efetuadas através da esfera pública —, na busca de imaginar soluções para as questões sociais que afligem a sociedade na Modernidade do capitalismo tardio. “Em correspondência com isso, direito e democracia se tornam, no decorrer da obra de Habermas, principalmente a partir do final dos anos 1980, temas cada vez mais centrais” (NOBRE, 2008, p.126).

Neste sentido, em obras mais tardias<sup>14</sup> Habermas passa a considerar que o direito poderia cumprir a função de mediar as relações entre o mundo da vida e os

---

<sup>14</sup> Como na obra intitulada “Direito e democracia: entre a facticidade e validade”, de 1992.

sistemas funcionais do “dinheiro” e do “poder”, uma vez que em sua estrutura estariam presentes tanto a racionalidade instrumental — através de sua utilização como meio de se atingir objetivos — quanto a comunicativa — uma vez que o debate e o discurso, e, portanto, a ação comunicativa, são elementos constitutivos do direito.<sup>15</sup> Para que se possa alcançar esse resultado, entretanto, é fundamental a existência de um ambiente livre de coerções na esfera pública, onde se possa debater livremente as ideias na busca pelo consenso, garantindo assim a legitimidade das deliberações — e do próprio direito.

Só através de uma sociedade que estimule a busca pelo consenso, através de uma forma de sociabilidade mais pautada no diálogo e na argumentação com vistas a chegar ao entendimento que, com o tempo, o agir comunicativo poderia retomar o espaço perdido pela colonização dos sistemas autorreferidos do “poder” e do “dinheiro” e passar a reorientar as interações entre os indivíduos na busca pelo entendimento, reordenando assim a sociedade.

### **Considerações finais**

A perspectiva que interpreta a constituição e o desenvolvimento da Modernidade a partir do paradigma da racionalização orientou diferentes autores a formularem teorias que — apesar de compartilharem em muitos aspectos certos princípios fundamentais — variam bastante entre si. Em um primeiro momento, marcado por um pessimismo resignado e descrente em relação ao presente e ao futuro nas penas de Weber, Adorno e Horkheimer, a racionalidade é vista não só como elemento fundamental a possibilitar as transformações técnicas e sociais que vão dar emergência à Modernidade, mas também, e principalmente,<sup>16</sup> como a origem das mazelas e da tragédia que resultou da conformação desses “novos tempos”.

Já em um segundo momento, a racionalidade é “dividida” entre racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa, com vistas a formular uma teoria social capaz de superar a descrença em relação às patologias sociais percebidas na

---

<sup>15</sup> Estando presentes tanto em sua elaboração através dos debates legislativos — que por sua vez são influenciados pelo debate existente na esfera pública — quanto na prática judiciária.

<sup>16</sup> No caso de Adorno e Horkheimer.

Modernidade. É através da esperança utópica na potencialidade do uso da razão na estruturação de uma sociedade pautada na busca do consenso por meio da crítica argumentativa e do diálogo que Habermas vai tentar renovar a Teoria Crítica e resolver o “nó teórico” deixado por Adorno e Horkheimer.

As novas tecnologias e novas formas de sociabilidade que elas ensejam tem renovado as possibilidades de mobilização do paradigma da racionalização como prisma de interpretação o mundo,<sup>17</sup> tanto no que tange a percepção de que, através do avanço da tecnologia, estamos caminhando para um mundo cada vez mais dominado pela racionalidade instrumental — pensemos nas possibilidades de controle social por parte do Estado e de corporações privadas advindas dos dados coletados pelos aplicativos instalados nos dispositivos móveis que cada vez mais fazem parte da vida dos indivíduos, e dos quais o sistema de crédito social chinês é o “tipo ideal” mais assustador — quanto ao que se refere às possibilidades abertas à ação comunicativa e ao livre debate de ideias com essa nova arena da esfera pública trazida pela internet e pelas redes sociais.<sup>18</sup>

Aceitando ou não a perspectiva e os diagnósticos dos autores aqui analisados, podemos perceber que as interpretações acerca da Modernidade como racionalização — ou esclarecimento, para ficar com o termo usado pelos fundadores da Escola de Frankfurt — sejam elas a denúncia e a crítica a uma Modernidade que é percebida como tragédia, ou a busca pela solução das patologias sociais por meio da construção de uma utopia comunicativa, nos servem como lentes para tentar apreender o que chamamos de Modernidade. Por meio dessas e de outras teorias, percebemos a potencialidade do uso do paradigma da racionalidade para interpretação e inteligibilidade desse tempo tão complexo e cheio de mudanças e incertezas que se convencionou chamar de Modernidade.

---

<sup>17</sup> A despeito do debate em relação a emergência ou não de uma pós-modernidade — o que não se propõe aqui debater.

<sup>18</sup> A despeito dos problemas que já são observados e podem advir nesses novos espaços, como a proliferação das fake news e a possibilidade de manipulação da população via redes sociais, por exemplo, a influenciar eleições, podemos perceber também esses espaços como uma nova arena aberta para a ação comunicativa, onde as vozes de grupos antes relegados ao silêncio passam a ressoar e novos repertórios de ação passam a integrar o espaço público. Como exemplo, podemos citar a Primavera Árabe como fenômeno de mobilização proporcionado pela liberdade de circulação de ideias propiciada pelas redes sociais.



## Referências

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CARVALHO, R. O. de. A modernidade nos clássicos da sociologia: percepções acerca do mundo moderno em Tocqueville, Durkheim e Weber, **Sociologias Plurais**, v.5 n.2, p. 194–211, dez 2019.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª. Edição, 2001.

FERREIRA, Wallace. Uma análise revisionista de Adorno e Horkheimer em “A Dialética do Esclarecimento”, **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Ano 2, Volume 5, dezembro 2008.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola, **Educação e Sociedade**, Vol.20, n.66, Campinas, abril 1999.

HABERMAS. Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre a facticidade e validade**, vol I, trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

NOBRE, Marcos. (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 2010.

# A dinâmica da recepção: a intelectualidade brasileira e o ingresso do pensamento europeu do século XIX

Maxmiliano Martins Pinheiro<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre a sociologia pós-colonial e sua crítica ao pensamento eurocêntrico que procura obliterar a potencialidade científica dos países latino-americanos. Tendo como base a teoria social de Boaventura de Sousa Santos que se desdobra na defesa das “Epistemologias do Sul”, o texto almeja dialogar com a tese defendida por Angela Alonso, posteriormente transformada em livro, que sustenta a dinamicidade da intelectualidade brasileira, no século XIX, durante a transição do período monárquico ao republicano, que concebeu nas matrizes do pensamento europeu, personificadas no liberalismo político e no positivismo, chaves para uma reconstrução sócio-política do Brasil. A partir disso, essa abordagem tem como pressupostos analisar a interação da sociologia pós-colonial de Sousa Santos com as de outros autores que ressaltam a problemática da condição pós-colonial em diferentes países e etnias, e em seguida, apresentar a análise histórica de Alonso, mediante o papel das elites intelectuais brasileiras, no processo de recepção das ideias européias, dialogando com a teoria de Sousa Santos.

**Palavras-chave:** eurocentrismo; intelectualidade brasileira; recepção.

## The dynamics of reception: Brazilian intellectuality and the admission of nineteenth-century European thought

## ABSTRACT

This article introduces a theoretical discussion about postcolonial sociology and its criticism towards Eurocentric thought which endeavors to obliterate the scientific potentiality from Latin-American countries. Based on Boaventura de Sousa Santos’ social theory that unfolds itself in the defense of “Epistemologies form South”, this text aims at establishing a dialogue with Angela Alonso’s thesis, which was subsequently transformed in a book, which supports the dynamics of Brazilian intellectuality, in the nineteenth century, during the transition from monarchical to republican period which envisages in the matrices form European thought, keys to reconstruct Brazilian social-politics. From this point, this approach has as assumptions analyzing the interaction between Sousa Santos’ postcolonial sociology and other authors who stand out the problems from postcolonial condition in other countries and ethnicities, and thus, presenting the Alonso’s historic analysis through the roles from Brazilian intellectual elites in the process of reception of European ideas in dialogue with Sousa Santos’ theory.

**Keywords:** eurocentrismo; Brazilian intellectuality; reception.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociologia Política pela UCAM/IUPERJ. Mestre em Literaturas de Língua Inglesa pela UERJ. Especialista em Sociologia, Política e Cultura pela PUC-Rio. Especialista em Literaturas de Língua Inglesa pela UERJ. Contato: martinsmaxmiliano783@gmail.com.

## Introdução

As teorias pós-coloniais repousam basicamente no mapeamento de centro e periferia, uma vez que a semiótica dessa cartografia como expressão e efetuação de formas do domínio colonial confere uma grande importância à questão do espaço conceitual imaginado na esfera política. Portanto, a sociologia pós-colonial não se preocupa somente com o poder bruto de uma nação colonizadora sobre as demais colonizadas, mas principalmente com o funcionamento do poder representativo que o centro colonizador engendra na linguagem e nas imagens coloniais, assim como a maneira que as periferias reagem a esses agentes externos de opressão.

Considerando as observações acima, esse estudo tem como objetivo central estabelecer um diálogo entre o artigo de Boaventura de Sousa Santos, intitulado “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes” com a obra de Angela Alonso, *Idéias em Movimento: A Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*, procurando analisar a postura epistemológica da intelectualidade brasileira que, embora não tendo erigido um sistema de pensamento próprio como meio de emancipação, utilizou o pensamento europeu como instrumento de auto-gestão social e política conferindo-lhe um sentido particular. Para atingir esse objetivo, nossa abordagem está estruturada em dois tópicos propiciando um devido desdobramento: primeiramente, será analisada a teoria pós-colonial de Boaventura de Sousa Santos a respeito das chamadas “Epistemologias do Sul” que tem como relevo a potencialidade científica dos países latino-americanos que foram vítimas do pensamento “abissal” articulado pelo domínio europeu que anulava completamente a capacidade dos povos latinos em elaborar um saber próprio como empoderamento, mantendo-os na subalternidade. Com isso, será ressaltado como a visão sociológica de Sousa Santos interage com as de outras vozes que abordaram a problemática da condição pós-colonial, tais como Edward Said, Frantz Fanon, entre outros.

Em seguida, será abordada a análise histórica de Angela Alonso que, focalizando a crise do regime monárquico e a ascensão da República no Brasil, procura mostrar o

quanto as elites intelectuais concebiam as correntes de pensamento do século XIX, em particular o liberalismo político e o positivismo, como instrumentos auxiliares de modernização nacional, efetuando contornos e modificações de acordo com a realidade brasileira. Por fim, será proposto como conclusão, conforme sugere o título do trabalho, que a nossa sociedade desvela no exercício da sua intelectualidade, conforme a experiência histórica no final do século XIX, uma inclinação singularmente pragmática do conhecimento, pois mesmo não elaborando um sistema de pensamento próprio, consegue adaptar engenhosamente correntes filosóficas alheias como veículos de auto-regulação social e gerenciamento desenvolvimentista.

### **A teoria de Boaventura de Sousa Santos e a sociologia pós-colonial contemporânea**

Adentrando a teoria pós-colonial de Boaventura de Sousa Santos, abordaremos dois aspectos norteadores segundo a qual ela se estrutura: o denominado “pensamento abissal” que ilustra a estratégica empreendida pelo pensamento moderno eurocêntrico que coloca na inexistência e na invisibilidade tudo que se encontra fora do grande Ocidente, e o que ele considera como “pensamento pós-abissal” que compreende a tentativa dos países latino-americanos em erigir um pensamento não-derivativo, ou melhor, uma ruptura radical com as manifestações ocidentais modernas de raciocínio e ação. Para Sousa Santos (2009), o pensamento abissal, expressão da modernidade ocidental, configura em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas existem em função das primeiras. Há fronteiras solidamente estabelecidas que fragmentam a realidade social em dois lugares diferenciados, a saber: o horizonte “deste lado da linha” e o horizonte “do outro lado da linha”:

A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que se esgota o campo da realidade relevante. Para

além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. Para dar um exemplo baseado no meu próprio trabalho, tenho vindo a caracterizar a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Esta distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto no relativo a fatos substantivos como no plano dos procedimentos (SANTOS, 2009).

Pode-se inferir que o pensamento abissal enrijece uma linha divisória flagrantemente arbitrária que distancia tudo aquilo que é concebido como invisível, irrelevante, inexistente, daquilo que é visto como relevante e verdadeiro, posto que dessa forma o pensamento ocidental moderno logrou em colocar na inferioridade todas as manifestações filosóficas e culturais oriundas dos povos colonizados, inviabilizando assim não apenas o diálogo, mas também qualquer olhar igualitário. Como bem assevera Homi Bhabha (1992), a narrativa ocidental engendrou um aparato discursivo que produz o colonizado numa realidade fixa, por meio de um sistema de representação que estruturalmente se assemelha ao realismo, com signos que indicam uma totalidade reformada e reconhecível. Desse modo, discurso colonial reconhece e nega as diferenças raciais, culturais e históricas dos colonizados, criando um espaço para as “subjetividades das pessoas”, isto é, para os “outros” subalternizados, através da produção de conhecimentos para exercer vigilância e domesticação sobre esses sujeitos. Ao sublinhar a investida do pensamento eurocêntrico que assevera a inexistência desse Outro como uma realidade incapaz de produzir capital científico e cultural, a sociologia de Sousa Santos encontra uma simetria com a análise de Edward Said (2019) quando este salienta que o “Orientalismo” configura um discurso que, ao longo dos séculos, tem-se feito considerável investimento material, isto é, algo que o torna um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma malha intelectual consentida para filtrar o Oriente na consciência ocidental.

Com efeito, o Oriente com sua imagem exteriorizada auxiliou a definir o Ocidente tornando-se parte integrante da cultura material europeia que logrou em exercer o seu domínio discursivo na ação colonialista (SAID, 2019). Desse modo, o Orientalismo ilustra uma extensão ou faceta da moderna cultura político-intelectual empreendida pelo Ocidente, logo tem menos a ver com a realidade oriental do que o mundo ocidental (SAID, 2019). É propício acrescentar aqui uma observação de Frantz

Fanon (2008) que, ao analisar a condição do negro sob o prisma pós-colonial, afirma que a inferiorização que o colonizado imputa em si mesmo é o “correlato nativo da superiorização européia”, pois o agente racista cria o indivíduo inferiorizado. Enquanto o branco retira do negro qualquer valor ou originalidade, o negro, por sua vez, procura fazer-se branco como meio de adquirir reconhecimento no lugar de lutar pela sua voz (FANON, 2008). Em síntese, o pensamento sociológico de Sousa Santos interage com as teorias pós-coloniais contemporâneas uma vez que ressalta a impossibilidade das sociedades que foram impedidas em exprimir suas vozes em contraposição ao poder cultural investido do Ocidente.

Dissecando o confinamento que o pensamento abissal eurocêntrico imputa aos povos subalternizados, Sousa Santos (2009) ressalta o quanto o conhecimento científico e o direito moderno expressam o domínio cultural desse pensamento. Sendo assim, eles representam as duas principais linhas abissais globalizantes dos tempos modernos, mesmo operando de forma diferenciada. Com efeito, cada uma erige uma lógica de distinções visíveis e invisíveis em que estas últimas fundamentam a existência das primeiras. No que tange ao conhecimento, o pensamento abissal atribui à ciência moderna o status de legitimar universalmente o que é considerado verdadeiro ou falso. Por conseguinte, as sociedades eurocêntricas produzem a validade universal da ciência moderna baseada nos fatos e na observação, enquanto as nações “do outro lado da linha”, presas na teologia e na metafísica, não constroem conhecimento real, apenas crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos (SANTOS, 2009). Quanto ao direito, “este lado da linha” o legitima como aquilo que é legal ou ilegal segundo os paradigmas do direito oficial do Estado moderno. Portanto, o território “do outro lado da linha” onde não é reconhecida sua capacidade de construir seu sistema jurídico próprio é um espaço sem lei, ou seja, o local do a-legal ou ilegal, de acordo com direitos não oficialmente legitimados (SANTOS, 2009).

Edward Said (2019) assevera a forte influência que a Grã-Bretanha, a França e, mais tarde a Alemanha e os EUA, exerceram sobre os estudos orientais a ponto de essas nações consolidarem uma espécie de autoridade intelectual sobre o Oriente inserido na cultura ocidental. Por essa razão, além de vedar aos povos subalternizados a possibilidade de construção do saber científico e do direito institucional, nega-se

também a perspectiva desses povos em erigir as próprias narrativas conforme suas experiências históricas. Trata-se, segundo Steven Connor (2000), de um “imperialismo de representação” onde a prevalência da narrativa universal projeta imagens fetichizadas não só dos países orientais como da África Ocidental, da América Latina e de outras regiões vistas como subalternas, conforme a óptica dos centros ocidentais que silencia quaisquer tentativas de auto-representação desses povos. Por isso, as teorias pós-coloniais procuram franquear as análises discursivas às vozes daqueles rotulados como o Outro, controlando as linguagens, metáforas e símbolos utilizados para emudecer aqueles a quem pretendem personificar na representação (CONNOR, 2000). O radicalismo do pensamento abissal conduz a lógica da apropriação e violência nos domínios sociais “do outro lado da linha” a lidar com os indivíduos como “não-cidadãos” ou “selvagens coloniais” de acordo com a engrenagem do fascismo social que faz com que o Estado de exceção interaja com a normalidade constitucional já que este tipo de fascismo coexiste até mesmo com a democracia liberal (SANTOS, 2009).

Reagindo à investida do pensamento abissal, a mentalidade pós-abissal constata que o fenômeno da exclusão assume diferentes figurações conforme é prescrito por uma linha abissal ou pós-abissal, sendo que, enquanto a exclusão abissal afincar, as possibilidades de uma alternativa pós-capitalista e inclusiva serão sempre rechaçadas. Por isso, reconhecer a exclusão abissal com suas facetas sinaliza uma meta que só será efetuada durante um extensivo período de transição. Para Sousa Santos, deve-se perceber a solidez do pensamento abissal para que se possa pensar em uma alternativa diferente, pois sem esta constatação a mentalidade crítica só produzirá reiterações das linhas abissais:

O reconhecimento da persistência do pensamento abissal é, assim, a *conditio sine qua non* para começar a pensar e a agir para além dele. Sem este reconhecimento, o pensamento crítico permanecerá um pensamento derivativo que continuará a reproduzir as linhas abissais, por mais anti-abissal que se autoproclame. Pelo contrário, o pensamento pós-abissal é um pensamento não derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação. No nosso tempo, pensar em termos não-derivativos significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente por o outro lado da linha ser o domínio do impensável na modernidade ocidental. A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos a nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global não-imperial, concebido como

metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo. O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, Porque se baseia no reconhecimento da pluralidade e conhecimentos heterogêneos e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia (SANTOS, 2009).

De acordo com o trecho acima, o pensamento pós-abissal é uma tomada de consciência dos povos subalternizados que rompe radicalmente com as manifestações filosóficas da modernidade e assume uma epistemologia própria, denominada “epistemologia do Sul” em que toda produção do pensamento é erigida sob o prisma “do outro lado da linha” que durante séculos foi classificado como o território da ausência do saber e do conhecimento científico. Só desse modo que as sociedades da América do Sul poderão enfrentar a apropriação violenta imposta pelo colonialismo e pelo capitalismo se elas conceberem suas próprias perspectivas epistemológicas conforme as experiências sociais e históricas. A epistemologia do Sul entra em cena como uma contraposição ao domínio da ciência moderna através de uma ecologia de saberes que repousa na pluralidade dos conhecimentos heterogêneos.

Quanto à ecologia dos saberes, o autor assegura que esta é uma contra-epistemologia universal impulsionada por dois fatores: o primeiro é o surgimento político de povos e concepções do mundo “do outro lado da linha” que em conjunto se contrapõem ao capitalismo global. O segundo baseia-se na multiplicação de alternativas que não podem ser associadas sob a competência de uma única perspectiva global, o que propicia o exercício da ecologia dos saberes no intuito de investir consistentemente no pensamento pluralista e propositivo (SANTOS, 2009). Por rejeitar a defesa de uma perspectiva centralizadora no singular, a teoria pós-colonial de Sousa Santos demonstra suspeitas perante aos modelos binários que, articulando as margens, demandam a eclosão de uma fala e de uma identidade plenas (CONNOR, 2000). Tal rejeição ao binarismo é sustentada pela análise Stuart Hall (2009), embora explore outras questões vinculadas à etnia e à diáspora, quando assevera que qualquer defesa de uma etnicidade absoluta, que sublima os valores distintivos de uma comunidade local sem diálogo com outros valores, essencializa sobremaneira a diferença cultural, fixando assim binarismos raciais ou culturais que conduzem ao fechamento e ao congelamento histórico.



No entanto, existem teorias pós-coloniais que desacreditam na emancipação do ente subalternizado. A pesquisa de Gayatri Spivak (2010), por exemplo, analisando a condição do povo indiano, seu lugar de origem, afirma primeiramente a existência de uma violência epistêmica como um projeto remotamente articulado e heterogêneo que efetua a obliteração assimétrica dos vestígios do Outro em sua precária subjetividade. Tal violência epistêmica orquestrada pelo imperialismo oferece somente uma vaga ideia da violência geral que é a possibilidade de uma escritura (SPIVAK, 2010). Sem adentrarmos nessa discussão, a conclusão de Sousa Santos a respeito da ecologia dos saberes nos parece muito plausível não só por sua sociologia ter sido elaborada décadas após o estudo de Spivak, mas principalmente por legitimar a atuação de diversas alternativas livres do confinamento de uma única diretriz uniforme e globalizadora.

### **As ideias europeias em movimento no Brasil do século XIX**

Nesta segunda parte, abordaremos o processo de incorporação das perspectivas filosóficas européias do século XIX como forma de emancipação política empreendido pela sociedade brasileira através da geração de 1870 durante a crise da monarquia e a ascensão do regime republicano. Trata-se de uma tarefa delicada uma vez que Boaventura de Sousa Santos (2009) destaca o liberalismo político e particularmente o positivismo, como expressões do pensamento abissal, e a própria Angela Alonso (2002), no seu livro selecionado para análise, sublinha que o intercâmbio do movimento intelectual dessa geração com o repertório europeu não se consagrou visando a construção de teorias nativas ou sistemas teóricos porque as ideias européias serviram mais como recursos intelectuais acionados de acordo com as necessidades dos agentes na arena política. Todavia, a autora ressalva que o movimento intelectual da geração 1870 não recorreu ao mero ingresso do pensamento europeu. Com efeito, parte dessa geração efetuou uma ressignificação nos esquemas de pensamento cristalizados como tradição nacional, atribuindo-lhes novas formas de ação política coletiva (ALONSO, 2002). É sobre este dinamismo que a intelectualidade brasileira logrou na recepção do liberalismo político e do positivismo como veículos de modernização nacional que este tópico se embasa. Por isso, torna-se necessário examinar o impulso contestador dos

liberais e dos positivistas à ordem imperial vigente no final do século XIX, e como emergiram as propostas políticas modernizadoras por meio do contato da intelectualidade brasileira representada por esses grupos com as referidas vertentes do pensamento europeu.

Toda ação do movimento da geração 1870 decorreu da exclusão política de grupos sociais devido à dominação da elite saquarema<sup>2</sup> durante o Segundo Reinado. Para Angela Alonso (2002), o ponto de interseção entre segmentos tão diferenciados era a experiência compartilhada de marginalização política que acarretava no impedimento ao ingresso das instituições políticas fundamentais, uma vez que esses grupos estavam alijados pelo *status quo* saquarema.

Por conseguinte, esse movimento foi uma resposta coletiva de grupos sociais que se configurou na produção de escritos e associações intelectuais, visando uma forte crítica às instituições políticas do Segundo Reinado e aos valores da tradição imperial. Foram realizados debates públicos tendo como base um novo repertório intelectual que propiciava a esses segmentos uma compreensão crítica da conjuntura brasileira no final do século XIX e armas para a luta política. Sendo assim, a adoção de teorias científicas e liberais durante a crise do império pode ser redefinida como um movimento político-intelectual de refutação constituído por grupos sociais díspares em origem social, mas consensuais em seus objetivos, já que se encontravam politicamente marginalizados (ALONSO, 2002).

Dessa forma, podemos constatar que essa reação coletiva à ingerência da elite saquarema na monarquia desvela, em certo grau, um caráter pragmático já que as instituições políticas não propiciavam uma participação política efetiva desses grupos que constituíam um movimento de elite. Cumpre ressaltar que os movimentos intelectuais brasileiros do século XIX eram essencialmente elitizados uma vez que seus membros tinham acesso ao ensino superior, em uma sociedade em que o diploma sendo um recurso demasiadamente escasso simbolizava status e possibilidade de carreira pública. Por outro lado, podemos igualmente perceber que esses mesmos segmentos

---

<sup>2</sup> Segundo Ilmar Rohloff de Barros (2004): “A elite saquarema era uma classe senhorial que englobava, durante o Segundo Reinado, a alta burocracia imperial composta por senadores, magistrados, ministros, conselheiros do Estado e parte do clero, assim como proprietários rurais de diversas regiões que sustentavam o poder vigente, por meio dos princípios da ordem e da civilização.

nutriam uma forte disposição de reformar o Brasil diante da conjuntura da crise do Império adotando em contrapartida novas ideias científicas e políticas. Por conseguinte, o movimento intelectual da geração 1870 tem como repertório intelectual o liberalismo político e o positivismo com suas ramificações heterodoxas – evolucionismo spenceriano, darwinismo e monismo – em detrimento da política da Corte.

Essas linhagens de oposição e de radicalização à dominação saquarema durante o período imperial tinham caráter heterogêneo. Segundo Alonso (2002), as dissidências liberais nasceram no bojo da elite imperial e de segmentos tradicionalmente incorporados pela lógica estamental dos negócios do Império. Havia vínculos entre esses novos liberais com o antigo Partido Liberal. Os maiores representantes desse grupo foram Quintino Bocaiúva e Joaquim Nabuco. Por essas razões, a marginalização desse grupo é de caráter estritamente político considerando que suas prerrogativas políticas encontravam-se suspensas por causa da ordem conservadora vigente. Com efeito, a marginalização política desse grupo não significava exclusão social uma vez que essa mocidade liberal gozava do acesso a certos cargos burocráticos e negócios. Nesse sentido, eles tinham liberdade do desenvolvimento de suas carreiras, mas não de ocupar postos de comando do regime (ALONSO, 2002).

No caso das associações positivistas, a ampliação da entrada no sistema de ensino superior, com a reforma de 1874, propiciou o acesso para jovens de condição financeira intermediária e até mesmo para segmentos sociais que se encontravam marginalizados em relação à economia escravista, rompendo assim com a homogeneidade das classes privilegiadas no meio acadêmico. Portanto, as escolas superiores possibilitaram seus espaços públicos para grupos sociais que até o momento não tinham expressão sócio-política (ALONSO, 2002). Porém, a expansão de postos de trabalho de acordo com a burocracia do Estado não foi suficiente para abarcar todos os novos diplomados, pois a oferta dos novos cargos públicos foi decaindo. Além disso, não houve crescimento do ingresso da carreira política e a lógica estamental de apadrinhamento engendrada pelos chefes partidários e da Corte era mantida (ALONSO, 2002). Enfim, os segmentos liberais e positivistas enfrentaram diferentes gêneros de marginalização em relação ao domínio saquarema de poder na monarquia. Sejam eles

de caráter político, social ou econômico, esses grupos assimilaram a mesma insatisfação com um regime estacionário que não se modernizava.

Por esses motivos, a geração 1870 se afastava da tradição político-intelectual do Segundo Reinado gerindo um arcabouço intelectual heterogêneo conforme as vertentes de pensamento que cada grupo adotava, atendendo à urgência de constituir identidade própria. Daí adotarem os nomes de “novos liberais”, “igreja positivista”, “abolicionistas”, “comteanos”, “darwinistas”, entre outros. Alonso (2002) conclui que os grupos da geração 1870 que se mobilizaram não tinham como meta um pensamento doutrinário comum porque não primavam criar escolas nativas de pensamento. De fato, seus interesses por novas teorias na crise monárquica podem ser definidos como um movimento político-intelectual de contestação, formado por segmentos sociais bem distintos, mas experimentando uma unidade de sentido. Roque Spencer Maciel de Barros (1986) afirma que as filosofias progressistas da história, consubstanciadas em teorias evolutivas como a “lei dos três estados” do positivismo comteano, motivaram os liberais e cientificistas independentes, pois apontavam o futuro nacional em simetria com o futuro universal, contrabalanceando o pessimismo resultante da análise da conjuntura brasileira. Em suma, a adoção dessas linhas do pensamento abissal, valendo-se dos termos de Sousa Santos, como meio de contestação ao Império brasileiro, deparou-se com a realidade contrastante assentada em diferenciações entre grupos vindos de uma enorme variedade de estratos sociais, assim como múltiplas manifestações intelectuais que concebiam tanto o liberalismo quanto o positivismo conforme suas formações intelectuais, mas que lograram consenso crítico.

Liberalismo político e positivismo possibilitaram um sólido repertório político-intelectual para que as elites brasileiras pudessem efetivar reformas sociais modernizadoras em contraposição ao legado sócio-econômico da estrutura imperial. Analisando o problema da escravidão, Maria Thereza Rosa Ribeiro (2012) ressalta que tanto o pensamento liberal de Joaquim Nabuco como o positivismo comteano de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, enveredou para o clímax emblemático “ou progresso, ou escravidão” incomodando a hegemonia do discurso escravista da época através da discussão de propostas a fim de reorganizar a sociedade brasileira. A crítica dos liberais e positivistas que apontava o estatuto do cidadão livre conquistou

legitimidade por estar imbuída das expressões da “razão e justiça” ou “ciência” oriundas da mentalidade européia. É importante inserir as observações de Florestan Fernandes sobre a escravidão. Para esse autor, ao longo da segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passa por um processo de desagregação do regime servil. Dessa forma, a escravatura gradativamente desaparece por causas das novas condições de existência social. Tal dissolução do regime servil se desdobra desde o fim do tráfico africano, em 1850, até a abolição da escravatura, em 1888, atravessando quatro décadas, até chegar à década de 1880, em que a agitação abolicionista atinge as senzalas e as camadas populares, propiciando ao próprio escravo, uma ação decisiva no solapamento do sistema laboral vigente, por meio de fugas em massa que desarticulavam os trabalhos nas fazendas (FERNANDES, 2008). Com isso, pode-se compreender a necessidade dos liberais e dos positivistas em pleitear projetos sociais reformistas que respondessem à crise que se encontrava o regime de trabalho no Brasil no final do século XIX.

Cumprime primeiramente elucidar que o pensamento abissal, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2009), mostra-se capaz de produzir e radicalizar distinções que por mais drásticos que sejam os resultados elas são produto de uma mentalidade ocidental “deste lado da linha”. Por isso, devemos ter em mente que tanto o liberalismo quanto o positivismo, apesar de serem manifestações da mentalidade eurocêntrica, não desejam a perene subalternidade dos povos “do outro lado da linha”. Antonio Paim (1987) assevera a conotação antimonárquica e libertária do liberalismo brasileiro, durante a inconfidência mineira, mesmo esse estando bem distanciado dos propósitos maiores do pensamento liberal; assim como as intenções igualitárias atribuídas à revolução baiana contra as autoridades da época. Ivan Monteiro de Barros Lins (1967) destaca a repercussão que o positivismo difuso exerceu no Brasil consoante suas manifestações de uma política internacional anticolonialista propugnando os princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. Basta lembrar que, segundo Augusto Comte, todas as nações atravessam a lei dos três estados em fases sucessivas (teológica/militar, metafísica/jurídica e científica/industrial) alcançando suas autonomias efetivas. O que a sociologia de Sousa Santos reivindica através de uma ecologia de saberes é a possibilidade de a América Latina encontrar sua própria autonomia por meio de uma contra-epistemologia universal baseada na

heterogeneidade de conhecimentos e experiências variadas e oriundas de seus povos, tornando o pensamento liberal, o positivismo e o próprio marxismo exemplos de ilusões ocidentais.

Examinando o legado do liberalismo político e do positivismo não adentraremos na seara que os intelectuais brasileiros da geração 1870 assimilaram dessas vertentes. Serão observadas então as linhas gerais que cada uma dessas matrizes propugnou. De início, cumpre reiterar a asserção que a produção intelectual dessa geração elaborou programas reformistas não conforme a adesão a doutrinas estrangeiras, uma vez que seu repertório científico ou político não repousava na conjunção de autores e teorias, mas na capacidade de clarificar a conjuntura brasileira e gerir novos meios de ação política (ALONSO, 2002).

O liberalismo político emergente no Brasil no final do século XIX se diferenciava do liberalismo imperial, sobretudo quanto à interpretação de uma comunidade de iguais. Para o velho liberalismo, uma comunidade de iguais era constituído por famílias, com prerrogativas ilustradas numa figura representativa, enquanto para o novo, a célula da modernização social é o indivíduo que compõe um povo livre. Para isso torna-se essencial generalizar direitos individuais (ALONSO, 2002). Sendo assim, o novo liberalismo enseja a formação de um regime político baseado na liberdade individual, tolerância, universalização de direitos e extensão da cidadania como percurso organicista da evolução de uma sociedade:

É a partir de uma teoria organicista da evolução das sociedades que a crítica à exclusão de uma fração da população da arena das decisões políticas se constrói. Os africanos e seus descendentes seriam indivíduos, aos quais caberia, conceder direitos. A extensão da cidadania a ex-escravos só faz sentido quando se concebe a universalização de direitos, o que era literalmente impensável segundo os esquemas mentais da tradição imperial. Há aqui uma transição entre uma maneira aristocrática e outra democrática de conceber a distribuição de poder político. A democracia não exprime mais seu sentido setecentista, de república. Para os novos liberais tem já o sentido moderno, de garantia de liberdades individuais e de participação política ampliada: “lei da democracia vem a ser: ninguém tem o direito de acertar por ele e impor-lhe seu critério” (ALONSO, 2002).

Como se observa, os novos liberais apostavam na superação de uma mentalidade política aristocrática em prol de outra democrática arraigada na extensão da cidadania

a todos os indivíduos que passam a ser vistos como cidadãos segundo a universalização dos direitos até então desconhecida pela tradição imperial. Nota-se assim uma profunda ingerência do contratualismo europeu nessa prerrogativa democrática. Ribeiro (2012) analisa o liberalismo político de Nabuco como uma perspectiva política de viés democrático, propagado por uma nova elite intelectual que assumia de forma consistente um renovado repertório de opinião pública na defesa de uma cidadania ampliada, do sufrágio universal e dos partidos políticos. Tal crédito ao liberalismo como rumo para civilização moderna acarretava prerrogativas de modernização econômica e descentralização administrativa. Na verdade, alguns liberais do período monárquico já supunham que o liberalismo econômico pudesse exercer funções normativas, devendo resultar de sua influência soluções para o problema institucional (PAIM, 1987). A nova geração liberal concebia o modelo estadunidense como trajetória econômica a ser trilhada onde a descentralização da política, do Estado e dos negócios surgiria como princípio norteador. Além da cidadania plena num regime de liberdades públicas, haveria divisão do trabalho e imigração proletária de chineses patrocinada pelo Estado (ALONSO, 2002). Defendeu-se também a criação do imposto territorial rural e o fim dos incentivos fiscais e das linhas de crédito ao latifúndio considerado improdutivo. Enfim, um americanismo restrito ao liberalismo econômico e à lei de terras (ALONSO, 2002). Com isso, observa-se que o liberalismo advogado pela geração 1870 revelava maiores preocupações de ordem política apesar de defender questões sociais como o trabalho livre. O grande entrave deixado pelo legado liberal foi essa confiança desmedida no modelo estadunidense como parâmetro nacional-desenvolvimentista, estreitando a criação de um projeto nacionalista no Brasil.

Já o positivismo, por sua vez, compreendia a questão social como uma prerrogativa bem mais importante que a reforma política. Por conseguinte, o cerne do reformismo social empreendido pelos positivistas da geração 1870 reside na luta pela inclusão social dos setores mais periféricos do sistema imperial, isto é, os negros, na condição de ex-escravos e cidadãos. Alonso ressalta que o núcleo de pauta de reformas deste grupo, principalmente os positivistas ligados ou relacionados com a Religião da Humanidade, é a causa escravista. Enquanto as dissidências heterodoxas procuraram compensar o fim da escravidão, positivistas abolicionistas como Miguel Lemos e Teixeira

Mendes, por exemplo, eram peremptórios na tarefa de extinguir definitivamente a escravidão negando o direito à indenização aos grandes proprietários (ALONSO, 2002). Para os positivistas ortodoxos era o negro que tinha verdadeiramente esse direito por ter sido desumanizado durante séculos. Assim sendo, a dimensão crítica do discurso positivista assume um cunho essencialmente moral. Seus argumentos sublinhavam que a escravidão foi degradante tanto para o escravo violentado como para o senhor que se apropriou do produto do trabalho de indivíduos que não vieram da sociedade brasileira (ALONSO, 2002). Sendo a escravidão moderna um sintoma de retrocesso social comparada com a escravidão antiga, os positivistas constaram que a abolição em si não resolveria o problema social dos negros que constituíam a maioria da população brasileira e propuseram um amplo projeto de proteção social:

Para os positivistas abolicionistas, a abolição era o ponto cardeal. Mas a “marcha da civilização” apontava para o futuro industrialista. O capitalismo aparecia como fatalidade. A divisão do trabalho geraria “inevitavelmente uma sociedade de classes”. Com o regime escravista cairia todo o sistema de produção agrícola nele esteado. Por isso, a reforma agrária não geraria eficiência econômica. Na passagem para a sociedade “urbano-industrial” ocorreria a metamorfose do escravo em operário. Moralmente a mercantilização do trabalho sob o capitalismo não diferia substantivamente da desumanização do escravismo, pela coisificação da pessoa. Transportado do campo à cidade, do cativo à liberdade, o ex-escravo ficaria a mercê das forças disruptivas do mercado. Aí estava a raiz do “conflito social moderno”. Para evitá-lo, os positivistas abolicionistas recuperaram, à maneira do liberalismo imperial, princípios tradicionais de solidariedade e hierarquia. O corolário indispensável da abolição seria uma espécie de previdência social. A hierarquia de funções sociais e a expropriação do trabalho deveriam ser compensadas por um conjunto de proteções sociais para o proletário. A ênfase estava nos deveres sociais do patriariado em vez dos direitos políticos do proletariado: “a proteção do fraco pelo forte”. Nisso continuavam a lógica estamental, com o Estado substituindo o senhor patriarcal no “proletariado” ao “povo”. Respondiam ao dilema político com políticas sociais em vez de democracia. Um Estado de bem-estar é o caminho positivista para evitar as rupturas revolucionárias (ALONSO, 2002).

Conscientes de que a conjuntura social do século XIX não ensejava condições para a inclusão do negro na sociedade industrial emergente, os positivistas defenderam um projeto de incorporação desse proletariado ex-escravo na sociedade moderna, segundo os preceitos de Augusto Comte, como meio de protegê-los da mercantilização capitalista do trabalho que fatalmente os colocaria, sob novas táticas e engrenagens, numa outra condição subalterna degradante. É dessa forma que o positivismo, embora



Comte não elabore uma teoria econômica propriamente dita, se consagrou como o precursor do Estado social brasileiro. Ribeiro ressalva o esforço dos positivistas, principalmente Teixeira Mendes, em instituir uma legislação trabalhista para reorganizar a indústria e o serviço doméstico com o fim da escravidão. O projeto assegurava a regulação social do trabalho com salário, número de horas de trabalho, descanso semanal, férias, aposentadoria, criação de escolas de instrução básica, entre outros (RIBEIRO, 2012). É oportuno inserir a observação de Eric Hobsbawm (1988) quando afirma que o positivismo de Comte figurou uma doutrina modernizadora que inspirou os governos do Brasil e do México no século XIX, pois combinava a fé na ciência e na modernidade com o equivalente secular religioso, o progresso não democrático e um planejamento sócio-econômico vertical. Este pensamento persuadiu as elites modernizadoras do poder para que esses países latinos alcançassem a marcha prevista para o século XX. A grande mazela deixada pela mentalidade autoritária positivista foi precisamente o temor ao empoderamento da população diante dos impasses sociais, propondo em seu lugar soluções de caráter paternalista e autocrático.

Na esfera política, os positivistas ortodoxos sustentaram um bom governo de moralidade pública por meio de uma ditadura sociocrática em que a transparência das contas públicas estatais e a completa liberdade de expressão drenariam a voz do povo diretamente para o ditador encarregado do executivo. Ocorreria um modo de participação política direta da população por meio de plebiscitos ou aclamações populares, substituindo e reduzindo a representação do parlamento, cuja função seria estritamente orçamentária com a fiscalização das despesas e dos impostos (ALONSO, 2002). Com isso, podemos inferir que o positivismo no Brasil assumiu um viés bem mais humanista que o “cientificista e mecanicista” ao qual Sousa Santos (2009) se refere.

Por fim, devemos salvaguardar que tanto os liberais como os positivistas, apesar de suas diversificações grupais, advogaram em consenso o reformismo social em detrimento da revolução. Segundo Alonso (2002), os intelectuais da geração 1870 eram contestadores, não revolucionários. Marginalizados pela elite saquarema, esses membros se apresentaram como os novos mediadores entre a sociedade moderna e as instituições políticas. Continuavam o elitismo da sociedade imperial ao se intitulem como os portadores de uma política científica capaz de regular e regar

hierarquicamente a participação popular. Dessa forma, a ordem saquarema deveria ser extinta por ter a escravatura como paradigma de distinção social, mas a ordem em si mesma com sua estrutura hierárquica deveria ser mantida. A solução era inserir uma reforma na estrutura social com novos princípios de organização (ALONSO, 2002).

Mas devemos ressaltar que, apesar desse conservadorismo latente do liberalismo político e do positivismo, os traços emancipadores que essas vertentes introduziram como rumo social-desenvolvimentista foram resolutamente abortados pelas elites oligárquicas que sucederam na República Velha. Conforme Fernandes (2008), os anos posteriores à Abolição foram extremamente penosos para as populações negras nas cidades, apesar de toda expectativa humanitária dos ideais abolicionistas. Após a destruição da ordem escravocrata, os negros foram projetados numa arena de competição aberta com os brancos, tendo que ocupar as posições mais subalternas e mal-remuneradas na divisão do trabalho. Quanto à democracia representativa e ao Estado de proteção social, levantados respectivamente por essas correntes de pensamento, Paim (1987) aborda a permanência da política censitária no liberalismo brasileiro, iniciada em 1824 e continuada após a Lei Saraiva de 1881, que impedia o voto aos analfabetos e regulava de forma bem restrita a representação das minorias. Ribeiro (2012) destaca a importância do projeto trabalhista do positivista Teixeira Mendes, elaborado meses após a Abolição, que inseria as reivindicações dos trabalhadores urbanos, mas que foi descartado pela política financeira de Rui Barbosa.

Tais considerações acerca dessas perspectivas frustradas do liberalismo político e do positivismo nos levam a considerar um ponto bem nevrálgico da influência do pensamento abissal levantada pela sociologia de Sousa Santos: as linhas abissais do pensamento ocidental permanecem nas prerrogativas dos povos latinos não apenas, conforme diz o autor, porque essas nações ainda não automatizaram um pensamento pós-abissal baseado na conjunção de saberes e experiências pluralistas (SANTOS, 2009), mas também devido ao arrefecimento ou aborto das propostas progressistas que as vertentes eurocêntricas introduziram num momento crucial de mudança de conjuntura sócio-política de um determinado país. No caso do Brasil, a passagem do regime monárquico para o republicano eclodiu na germinação de ideais liberais e positivistas que apontavam para a reformulação de uma nova ordem social com políticas inclusivas

que ofuscariam qualquer tentativa revolucionária. Uma vez sufocados a democracia representativa e o Estado de proteção social por grupos dominantes da República Velha que substituíram a elite saquarema mantendo a exclusão social, esses projetos embora oriundos de uma elite intelectual, tornam-se com o desdobramento dos ciclos republicanos, pedras angulares nas lutas políticas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Com base nessa análise, a dificuldade de erigir um pensamento social brasileiro decorre tanto da busca de uma modernização nacional arraigada nos modelos sócio-políticos europeus, já que durante séculos predominou uma narrativa eurocêntrica que colocava na invisibilidade os povos latinos e orientais no que tange à formulação de um pensamento próprio, como das tentativas de compreensão dos intelectuais brasileiros diante dos impasses que a sociedade brasileira encontra para estabelecer em seu seio um projeto modernizador e incluyente. Tal esforço em assimilar os problemas sociais impeliu, ao longo dos períodos republicanos, gerações de intérpretes como Caio Prado Júnior, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, entre muitos outros, a considerar primeiramente os efeitos deletérios resultantes do tipo de formação colonial, assim como os insucessos das elites intelectuais em reformar politicamente o país. Por isso, esse posicionamento intérprete da intelectualidade brasileira que consiste na ininterrupta crítica às limitações da sociedade perante um patamar ideal de modernização tolhe as possibilidades de elaborar uma epistemologia que lhe seja peculiar.

### **Considerações finais**

Dado o desenvolvimento exposto, podemos concluir que a experiência da geração 1870 sinaliza o potencial pragmático da intelectualidade brasileira em apostar nas propostas sociais decorrentes de um movimento político-intelectual inspirado no liberalismo político e no positivismo no lugar de erigir uma teoria própria do Brasil. Se analisarmos a experiência histórica da geração 1870 à luz da sociologia de Boaventura de Sousa Santos que ao dialogar com as teorias pós-coloniais, denuncia a prevalência do pensamento abissal que impede a possibilidade dos povos da América do Sul

conceberem sua própria epistemologia para que assim possam se tornar co-presença e encarar os grandes centros ocidentais numa relação mais igualitária, constataremos que a própria incursão das matrizes desse pensamento já denota complexidade.

No caso do Brasil, percebemos que o ingresso do liberalismo político e do positivismo, na obra de Angela Alonso, desvelou uma dinâmica no próprio processo de assimilação. Desse modo, a intelectualidade brasileira, no século XIX, foi impulsionada pela exclusão social da elite imperial e, prosseguindo tal prerrogativa pragmática, preferiu antes investir numa projeção política que criar sociologias nativas, embora possamos considerar que determinados membros da geração 1870, como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, conforme suas trajetórias, mostraram aspirações acima do pragmatismo e quiseram deixar um legado intelectual e simbólico. O fator mais nevrálgico, não explorado pelo texto de Sousa Santos, deve-se precisamente ao fato de que as propostas socializantes do liberalismo político e do positivismo, que são expressões da mentalidade abissal, por mais que salvaguardassem um modelo conservador e hierárquico, foram frustradas pelas novas elites sócio-econômicas que sucederam ao regime monárquico no Brasil, o que fez com que elas fossem gradativamente incorporadas pelo coletivo político da população. Basta lembrar que o Estado social apregoado pelos positivistas germinou nos períodos da Era Vargas e da República Populista, e a ampla representatividade sustentada pelos liberais só foi confirmada na Constituição de 1988. Não se pretendeu aqui fazer um contraponto à sociologia pós-colonial de Boaventura de Sousa Santos, apenas problematizar a forma como as matrizes do pensamento abissal foram assimiladas pela intelectualidade brasileira do século XIX, ressaltando que o ingresso tanto do liberalismo político quanto do positivismo não foi um processo passivo desprovido de uma dinamicidade.

## Referências

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: A Geração 1870 na Crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio, 1986.

BHABHA, Homi. “A Questão do “Outro”: diferença, discriminação e discurso do colonialismo”. In: HOLLANDA, Silvia Buarque de (org.) **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 177-203

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FANON, Frantz. “Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado”. In: **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 83-102

FERNANDES, Florestan. “Do Escravo ao Cidadão”. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008, p. 27-90

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1967.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

PAIM, Antonio. **História das Ideias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1987.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2012.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-72

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

# Ministério Público Federal e Polícia Federal: uma análise sobre os conteúdos das páginas oficiais no Facebook<sup>1</sup>

Carla Avanzi<sup>2</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

O presente artigo analisou as estratégias de comunicação utilizadas pelas instituições envolvidas na operação Lava Jato, Ministério Público Federal e Polícia Federal no Facebook, a fim de compreender um dos aspectos da luta simbólica por poder pelas instituições da burocracia. Com esse estudo, buscou-se responder às seguintes questões: As duas instituições envolvidas na utilizam o Facebook como estratégia de comunicação? A corrupção é o principal tema abordado ou outras temáticas são priorizadas nas publicações das instituições? A reação dos usuários nas páginas é semelhante para as duas instituições? Para atingir os fins almejados, foi realizado um levantamento das postagens nas páginas oficiais do Facebook das duas instituições durante o ano de 2018, com o propósito de averiguar a quantidade, frequência e conteúdo das publicações. Constatou-se que embora as duas instituições utilizem rotineiramente o Facebook, suas estratégias na rede social são distintas. Enquanto a Polícia Federal prioriza publicações relacionadas à capacidade institucional, o Ministério Público destaca assuntos relacionados às suas atribuições constitucionais. Além disso, ainda que integrem a mesma operação com grande destaque midiático, as publicações sobre corrupção e as reações dos usuários distinguem consideravelmente nas páginas das duas instituições.

**Palavras-chave:** Facebook; Polícia Federal; Ministério Público Federal; lutas simbólicas.

## Federal Public Ministry and Federal Police: an analysis on the contents of the official facebook pages

## ABSTRACT

This article analyzed the communication strategies used by the institutions involved in the Lava Jato operation, the Federal Public Ministry and the Federal Police on Facebook, in order to understand one aspect of the symbolic struggle for power by the bureaucratic institutions. With this study, we sought to answer the following questions: Do the two institutions involved in using Facebook as a communication strategy? Is corruption the main topic addressed or are other themes prioritized in the institutions' publications? Is the reaction of users on the pages similar for the two institutions? In order to achieve the desired goals, a survey of posts on the official Facebook pages of the two institutions was carried out during 2018, with the purpose of ascertaining the quantity, frequency, and content of publications. It was

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no X Seminário Nacional Sociologia & Política, na UFPR em 2019. Agradecemos os valiosos comentários dos debatedores que contribuíram para o aperfeiçoamento do trabalho.

<sup>2</sup> Mestranda em Sociologia - UEL. Graduada em Direito - UEL. Especialista em Direito e Processo Penal. Especialista em Direito Constitucional Contemporâneo. Este estudo foi financiado com recursos da CAPES. E-mail: carla\_avanzi@hotmail.com.

found that although the two institutions routinely use Facebook, their strategies on the social network are different. While the Federal Police prioritizes publications related to institutional capacity, the Public Ministry highlights issues related to its constitutional attributions. In addition, even though they are part of the same operation with great media attention, the publications on corruption and the reactions of users differ considerably on the pages of the two institutions.

**Keywords:** Facebook; Federal Police; Federal Public Prosecution Service; symbolic struggles.

## 1. Introdução

O presente estudo buscou investigar as estratégias de comunicação utilizadas pelas instituições de persecução penal de âmbito federal, Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) nas mídias sociais, a fim de elucidar uma das faces da luta simbólica por poder pelas instituições da burocracia no âmbito estatal. Assim, foram coletados dados das publicações nas páginas oficiais do Facebook das duas instituições durante o ano de 2018, a fim de averiguar a quantidade, frequência e conteúdo das publicações.

Os novos meios de comunicação têm gerado a necessidade de adaptação por parte das instituições burocráticas, que buscam atrair apoio popular no cumprimento de suas atividades. Assim, cada vez mais as estratégias de comunicação utilizadas têm se diversificado, com a utilização de meios eletrônicos, além dos meios de comunicação já tradicionalmente utilizados, como entrevistas para jornais e notas públicas para a imprensa, com a finalidade de mobilizar as massas para reforçar seus interesses institucionais.

A estratégia utilizada na Operação Lava Lato, realizada pela Polícia Federal (PF) em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), é uma das principais referências de grande mobilização da mídia pelas instituições, na defesa de suas atividades e busca de apoio popular. Além disso, a operação Lava Jato se constitui como objeto atípico de utilização da mídia por instituições, visto que outras operações anteriores não obtiveram tanto sucesso na mobilização popular. Assim, as duas instituições envolvidas na operação serão objeto de análise na pesquisa.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal, ainda que não sejam formalmente subordinados ao poder judiciário, são órgãos estatais de persecução penal que integram o sistema de justiça, visto que investigam e denunciam os crimes de

corrupção. Ao Ministério Público, dotado de independência funcional, compete “promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei” (Constituição Federal, art. 129, I). A Polícia Federal, ainda que vinculada ao poder executivo, tem o dever de “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas” (Constituição Federal, art. 144, §1º, I), de forma que sua atividade está intrinsecamente vinculada à apuração dos crimes de corrupção em que os agentes dos poderes estejam envolvidos. Para fins de realização desta pesquisa, essas duas instituições serão consideradas como órgãos integrantes do sistema de justiça, *lato sensu*.

A atuação dos órgãos do sistema de justiça no combate à corrupção está inserida em um contexto de lutas simbólicas pelo poder do Estado (BOURDIEU, 2007). Esses instrumentos são distribuídos desigualmente entre os atores, de forma que há uma constante necessidade de ratificação do poder, como forma de impor seu posicionamento institucional sobre os demais atores do sistema. As estratégias de comunicação são mobilizadas para aumentar o poder simbólico, e garantir a continuidade do cumprimento de suas funções institucionais.

Neste sentido, as estratégias utilizadas muitas vezes determinam o grau de apoio recebido da população, ratificando ou não a legitimidade de atuação no cumprimento de suas funções. O Ministério Público Federal e a Polícia Federal têm uma função essencial no processo de combate à corrupção, visto que são órgãos de caráter acusatório do sistema judiciário e que estão constantemente sujeitos à ataques dos demais poderes à sua legitimidade para atuar. Alguns estudos anteriores analisaram aspectos de cada uma dessas instituições com a mídia, como trabalho de Isabela Veiga (2009) sobre a construção da reputação institucional da Polícia Federal, ou o trabalho de Cláudia Lemos e Antônio Barros (2016) sobre o poder de agência do Ministério Público na arena midiática. No entanto, há uma lacuna de estudos sobre a utilização de mídias sociais pelas duas instituições com grande destaque midiático no combate à corrupção nos últimos anos.

No âmbito dos possíveis conflitos decorrentes do sistema burocrático relacionados por Max Weber (1986), a busca por legitimidade se apresenta como um dos principais desafios. Sobre as disputas políticas, Pierre Bourdieu (2007) destaca que a



busca pela legitimidade do poder constitui uma luta simbólica, em que se buscam os instrumentos de legitimação que decorrem do poder estatal. Esses instrumentos são distribuídos desigualmente entre os atores, havendo uma constante busca de ratificação do poder, como forma de impor seu posicionamento institucional sobre os demais atores do sistema. Neste sentido, têm-se a hipótese que a utilização dos aparatos midiáticos pelos órgãos dos sistemas judiciários tem por objetivo angariar apoio popular para legitimar suas ações. As estratégias de comunicação são mobilizadas para aumentar o poder simbólico decorrente do Estado, e garantir a continuidade do cumprimento de suas funções.

Dentre essas estratégias utilizadas, as redes sociais online se constituem um importante instrumento de comunicação para esta finalidade, visto que as pessoas utilizam a rede para “formar novos padrões de interação e criar novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais” (RECUERO, 2009, p. 89). Esta pesquisa visa elucidar um dos aspectos da comunicação utilizada pelas instituições, a partir da comparação de suas páginas oficiais no Facebook, com o propósito de responder aos questionamentos seguintes.

As duas instituições envolvidas na operação Lava Jato utilizam o Facebook como estratégia de comunicação? Tem-se a hipótese que, por meio de estratégias diversas nas mídias sociais, dentre elas o Facebook, as instituições visam angariar apoio popular para a realização de suas atribuições institucionais, com a utilização de publicações frequentes que atraiam a atenção do público, como um aspecto da competição no ciberespaço. A corrupção é o principal tema abordado ou outras temáticas são priorizadas nas publicações? Como a operação Lava Jato possui grande repercussão, outra hipótese é que as instituições nela envolvidas visam divulgar assuntos relacionados ao combate à corrupção, a fim de ratificar sua atuação nesta seara. A reação dos usuários nas páginas é semelhante para as duas instituições? Como as duas instituições estão envolvidas na operação, que ganhou grande destaque midiático, uma hipótese é que os usuários reajam com a mesma frequência nas páginas das duas instituições. Para atingir os objetivos almejados, foi realizado um levantamento das publicações nas páginas oficiais das duas instituições, Ministério Público Federal e Polícia Federal, durante o ano

de 2018, verificando-se a frequência e quantidade de postagens, bem como a análise do conteúdo das publicações.

## 2. Metodologia

As páginas oficiais no Facebook do MPF e PF constituem importante fonte de informações visto que representam um dos principais canais de comunicação dessas instituições com a sociedade, juntamente com as coletivas de imprensa e outras entrevistas concedidas. Além disso, uma das peculiaridades desta fonte de informação é a possibilidade de aferir, ao menos em alguns aspectos, a reação dos receptores da informação, mensurando curtidas, comentários e compartilhamentos (reações específicas do Facebook), o que não ocorre nos meios de comunicação tradicionais, em que são necessárias técnicas mais sofisticadas para apurar essa reação. Ainda que as mídias sociais constituam um canal limitado de comunicação, visto que a informação é transmitida apenas aos seus usuários, elas têm ganhado cada vez mais destaque por sua capacidade de atingir públicos que não se interessam por outros canais midiáticos, além da possibilidade de interação entre os usuários e a grande rapidez com que a informação pode ser transmitida.

Para Jackson Sá-Silva, Cristóvão Almeida e Joel Guindani (2009) o conceito de documento transcende o conceito de texto escrito ou impresso, agregando outros tipos de fontes não escritas, como filmes, vídeos, slides, fotografias, dentre outros. Sá-Silva, Almeida e Guindani, ao discorrerem sobre a melhor nomenclatura para o estudo sobre documentos, depreenderam que “a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (2009, p. 5). Neste sentido, a análise de publicações nas mídias sociais pode ser considerada uma análise de documentos, pois representam manifestações legítimas e registradas das instituições em foco, sem interferência do pesquisador.

O *corpus* da pesquisa foi composto por todas as postagens nas páginas oficiais no Facebook do MPF e PF, compreendendo textos, imagens, links e vídeos publicados nas páginas durante o ano de 2018. Os documentos coletados foram referentes ao

período de um ano, de 1 (um) de janeiro de 2018 a 31 (trinta e um) de dezembro de 2018. O período foi delimitado com a finalidade de abarcar um ciclo completo de publicações, diminuindo a interferência de pautas temporárias, como as eleições ou as datas comemorativas de final de ano, por exemplo. Além disso, o lapso de tempo entre a publicação e a coleta de dados é importante, visto que as publicações já adquiriam certa estabilidade do número de interações, permitindo a comparação dos dados entre as páginas. Considerando a dinâmica das mídias sociais, existe uma tendência de grande movimentação logo que são postadas, bem como de estagnação após alguns dias, o que permite uma segurança para a comparação dos dados entre as páginas. A coleta de documentos e informações foi realizada sem a utilização de softwares específicos, no período de 04 a 18 de fevereiro de 2019. Para cada publicação foi preenchida uma ficha individual com os seguintes elementos: data da postagem, natureza da postagem (link, imagem, vídeo etc), tema principal, pilar (Institucional, atribuição, outros), texto inserido na publicação, texto descritivo, curtidas, comentários, compartilhamentos, visualização (no caso de vídeos), e eventual direcionamento a links externos.

Inicialmente foi feita uma leitura exploratória dos materiais com o objetivo de delimitar o *corpus* de pesquisa, elencar previamente as categorias de análise e elaborar as hipóteses e objetivos. Assim, inicialmente os materiais foram classificados por sua natureza (vídeo, imagem, links ou compartilhamentos de outras páginas), que são categorias comuns nas duas páginas analisadas. As postagens foram ainda agrupadas em temáticas principais. Como as publicações das duas páginas possuem conteúdos distintos, as categorias temáticas também foram distintas.

A segunda etapa da pesquisa trata-se da exploração do material que, para Laurence Bardin (2016, p. 132), constitui a “aplicação sistemática das decisões tomadas”. Nesta etapa, os dados obtidos foram realocados, a fim de aferir algumas conclusões por meio da comparação. Assim, as postagens foram elencadas por pilar: estritamente institucional, postagens de atribuições e outros. Foram analisados ainda os dados de interações dos usuários nas duas páginas.

Sobre a classificação dos documentos, André Cellard (2008) destaca que os documentos escritos podem se dividir em públicos e privados. Enquanto os documentos públicos se dividem em arquivos públicos (ex. arquivos governamentais, arquivos do

estado civil, arquivos de natureza notarial, etc) e documentos públicos não arquivados (ex. jornais, revistas, periódicos, publicidade, anúncios, etc). Os privados se dividem em arquivos privados (ex. documentos de organizações políticas, sindicatos, igrejas, empresas, etc) e documentos pessoais (ex. diários, correspondências, documentos de família, etc). Assim, as postagens nas páginas oficiais no Facebook das instituições analisadas podem ser consideradas documentos públicos não arquivados, conforme a divisão de Cellard (2008).

### 3. Principais resultados

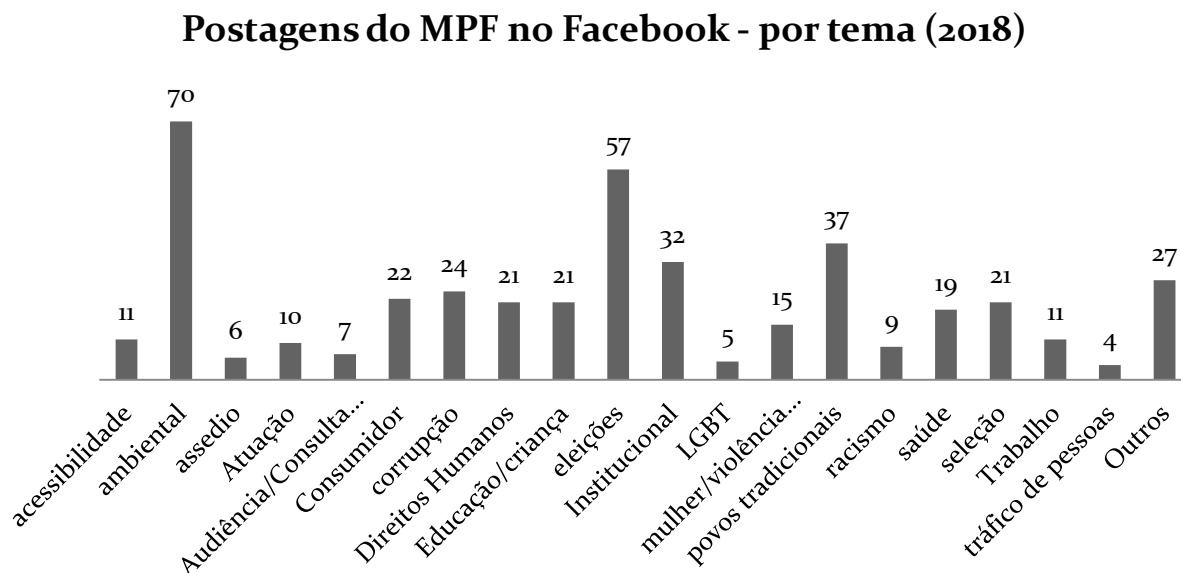
#### 3.1 O Ministério Público Federal no Facebook

As disposições sobre o Ministério Público se encontram principalmente no Capítulo IV, Seção I, da Constituição Federal (CF/88). A Constituição estabelece em seu art. 127, § 2º que ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, não se subordinando diretamente a nenhum dos outros poderes da federação. Além disso, a CF/88 prevê a independência funcional como princípio institucional do MP. Atualmente o Ministério Público organiza-se em dois eixos: Ministério Público da União (MPU) e Ministério Público dos Estados (MPE), que corresponde às unidades da federação.

A página oficial do MPF no Facebook conta, no momento em que os dados foram coletados para a pesquisa, com 496.520 seguidores, e a descrição da instituição no Facebook apenas remete ao site oficial na internet: *www.mpf.mp.br*. Ao longo do ano de 2018 foram feitas 426 postagens na página do MPF, uma média de 1,16 postagens por dia. Com relação à natureza das publicações, 368 (86,38%) foram de imagens com ou sem texto; 29 (6,81%) links externos sem imagens vinculadas; 24 (5,63%) vídeos; e 5 (1,17%) compartilhamentos de outras páginas do Facebook. Verifica-se assim, uma predominância de postagens com imagens, em detrimento de outros formatos.

A primeira divisão do conteúdo coletado foi feita a partir do tema principal das publicações. Como o MPF tem atuações em amplos setores, as categorias também foram variadas, com 20 temáticas centrais diferentes.

**Gráfico 1** – Dados de postagens na página oficial do MPF no Facebook, por temas, em 2018.



Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.

Foram categorizados como “atuação” as postagens que se referem diretamente à divulgação de atividades do MP, com a utilização de verbos que indicam atividades do MP, como por exemplo: “MPF vai acompanhar” e “MPF recomenda”. Como “institucional” foram designadas as postagens que remetem à estrutura do Ministério Público, ao seu reforço como instituição organizada e atuante, em menção direta às suas estruturas e nome da instituição. As postagens de “seleção”, foram categorizadas separadamente por direcionarem-se a um público específico, visto tratar-se de divulgação de processos seletivos vinculados à instituição. Ademais, a categoria “assédio” engloba as postagens referentes tanto ao assédio moral, quanto assédio sexual.

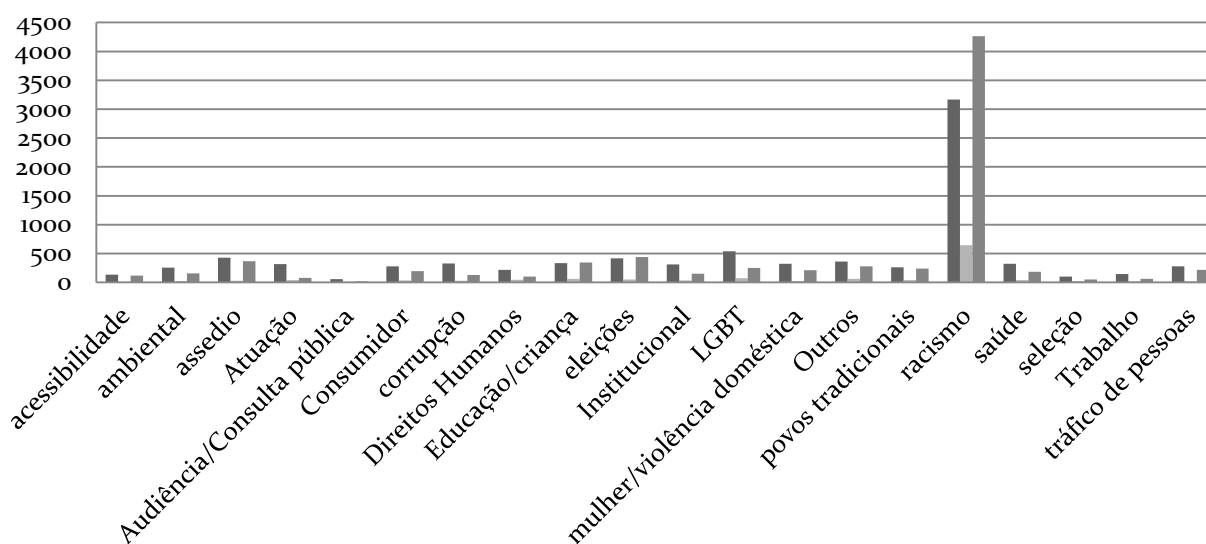
O tema corrupção se apresenta como uma categoria temática, ainda que integre um índice relativamente baixo de postagens diretamente relacionadas ao tema, representando cerca de 5% do total. Analisando o gráfico, destaca-se a predominância de postagens relacionadas ao tema ambiental (16,32%), seguidas das postagens sobre as eleições (13,29%). Em terceiro lugar destacam-se as postagens relacionadas a povos tradicionais (8,32%): quilombolas, indígenas, ciganos, dentre outros.

A predominância de temas diferenciados possui relação com as novas atribuições conferidas ao MP após a Constituição de 1988, em que a instituição passou a incorporar novas funções, englobando atividades como controle da atividade policial, a supervisão da pena privativa de liberdade e a proteção e garantia dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, atividades que transcendem a tradicional atuação na esfera criminal. Assim, as postagens de tema ambiental e proteção de povos tradicionais, dentre diversas outras categorias, podem ser atribuídas às novas competências do MP conferidas pela CF/88. As eleições aparecem em destaque tanto em função desta nova prerrogativa, quanto também em função da agenda eleitoral, visto que em 2018 ocorreram eleições para cargos do executivo e legislativo, federal e estadual.

As interações na página também são importantes elementos de aferição sobre a percepção dos receptores da informação. A média de curtidas por postagem é de 352, a média de comentários é de 49 por postagem, e a média de compartilhamentos é de 297 por cada postagem realizada. Com relação às interações na página, verifica-se que ainda que a média de curtidas e comentários seja menor que as verificadas na página da Polícia Federal, como será explanado a seguir, a média de compartilhamentos das postagens do MPF é maior, indicando que os usuários entendem que o conteúdo é relevante para compartilhar em suas páginas pessoais, ainda que muitas vezes não façam comentários diretamente na página.

**Gráfico 2** – Dados de médias de interações nas postagens na página oficial do MPF no Facebook, por temas, em 2018.

### Média de interações de usuários na página do MPF - Por tema (2018)



Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.

Com relação às interações por temáticas, verifica-se que a média tanto de curtidas, quanto de comentários e compartilhamentos, é manifestamente maior nas publicações sobre racismo, se comparados com a média de interações das postagens de outras temáticas, inclusive de publicações institucionais. Ainda que as publicações sobre racismo ou temas correlatos tenham uma média de respostas na rede social maior que de outros tipos de postagens, a grande diferença no gráfico provavelmente se deve ao conteúdo publicado no dia 13 de abril de 2018, que alcançou altíssimos níveis de interação, se comparadas às médias da página. A publicação em questão tratava de uma notícia sobre a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) a Jair Bolsonaro pelo crime de racismo, e alcançou cerca de 19 mil curtidas, 4800 comentários e 18.852 compartilhamentos.

No que tange à análise de conteúdo, destaca-se que as publicações na página oficial do MPF no Facebook possuem a característica predominante de divulgação de informações à comunidade sobre algum tema específico já estabelecido na Constituição

ou que constitui orientação consolidada da Procuradoria Geral da República. Assim, um aspecto de destaque são as perguntas inseridas tanto na imagem quanto no texto de descrição, como “Você sabia?”, “Já ouviu falar?”, ou com perguntas específicas sobre o conteúdo da publicação. Em seguida, é feita uma breve explicação do assunto, seja no texto com a imagem, seja no texto de descrição. Podemos mencionar alguns exemplos:

- 21/11/2018 - *“Já ouviu falar em Viaduto Vegetado? É uma passagem de fauna para preservar espécies de animais. No Brasil, o primeiro será no RJ.”*
- 28/11/2018 - *“Você sabia que o Brasil é um dos países maior número de cesarianas? Ação do MPF pede regulamentação dos serviços obstétricos realizados por consultórios médicos e hospitais privados.”*
- 10/12/2018 - *“O que é a declaração Universal de Direitos Humanos? É um documento que ajudou a regular direitos básicos, como condições dignas de trabalho, liberdade, igualdade, saúde, educação e direito de propriedade.”*

As publicações com imagens na página do MPF possuem grande quantidade de texto, principalmente se comparadas às postagens da PF, reforçando o caráter informativo das publicações. Além disso, como publicações com muito texto podem se tornar cansativas nas mídias sociais, que possuem uma dinâmica de visualização rápida, a utilização de perguntas como “Você Sabia?” intentam dar mais proximidade ao público, visando instigar o usuário a interagir com a página.

Este tipo de publicação reforça as atribuições constitucionais do MPF, ainda que muitas vezes não trate diretamente do MPF como agente promotor das melhorias ou da fiscalização mencionadas. As publicações informativas visam reforçar a atuação do MPF como instituição responsável pela proteção e garantia dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, atribuição relativamente recente na história do MPF brasileiro, e singular se comparado às atribuições de outros MPs no mundo. (RIBEIRO, 2017).

Praticamente todas as postagens possuem o “Pra cego ver” apresentada com uma *hashtag*, que se refere a um “projeto de disseminação da cultura da acessibilidade nas redes sociais e tem por princípio a Audiodescrição de imagens para apreciação das pessoas com deficiência visual”, conforme a apresentação na própria página do projeto



no Facebook: Pra Cego Ver. Assim, as imagens publicadas na página do MPF possuem uma descrição do seu conteúdo, para facilitar o acesso de deficientes visuais que utilizam programas de leitura automática. Essa estratégia também reforça o posicionamento do MPF como defensor dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua a Constituição de 1988. Ademais, as postagens quase não utilizam outras *hashtags*, diferente da página da PF, que faz amplo uso do artifício.

### 3.2 A Polícia Federal no Facebook

O Departamento da Polícia Federal é um órgão atualmente subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e sua função e organização estão previstas no art. 144, §1º, da Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>. A página oficial da Polícia Federal – PF no Facebook contava com 2.732.926 seguidores no momento em que foi realizada a coleta de dados, e sua descrição na mídia social também remete ao site oficial da instituição: [www.pf.gov.br](http://www.pf.gov.br). No entanto, a página contém ainda a data de criação do órgão, missão, informações gerais sobre a sua criação, bem como um link direto para envio de mensagens.

Ao longo do ano de 2018, foram feitas 569 postagens na página oficial da PF no Facebook, uma média de 1,55 postagens por dia, uma média um pouco maior se comparada à página do MPF. Com relação à natureza das publicações, 501 (88,05%) foram imagens, com ou sem texto; 67 (11,78%) foram vídeos; e apenas 1 (0,18%) link de site externo, sem imagem vinculada. Verifica-se assim, uma predominância de publicações com imagens, em percentual semelhante ao encontrado na página do MPF. No entanto, na página da PF não foram compartilhadas publicações de outras páginas do Facebook.

---

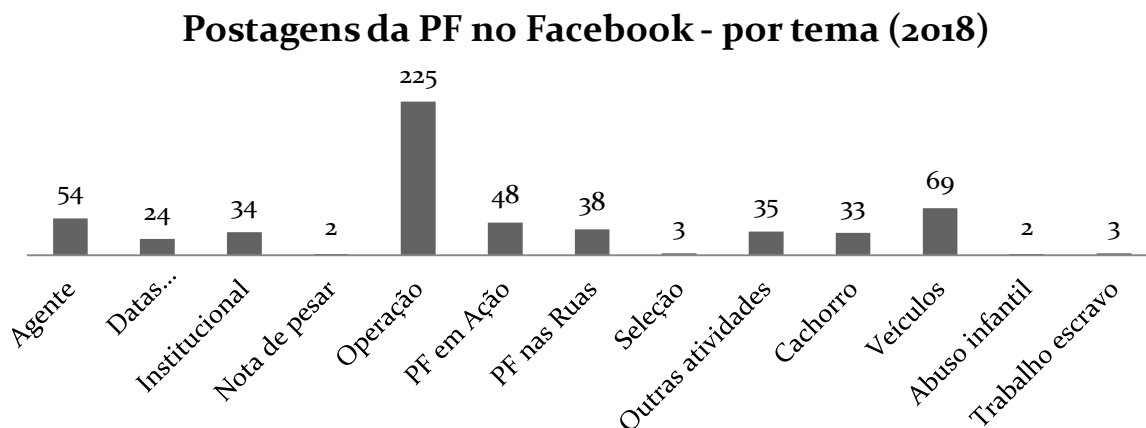
<sup>3</sup> § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Além disso, o percentual de vídeos da PF (11,78%) é bem maior se comparado ao índice de vídeos do MPF (1,17%), indicando maior preferência da PF por este tipo de publicação. Ao verificarmos o teor dos vídeos, no entanto, constata-se que muitos deles são apenas institucionais, em que o mesmo vídeo foi publicado em diversas ocasiões, apenas informando sobre alguma atividade da PF naquele dia, como operações deflagradas, ou cumprimento de mandados de prisão. Esses vídeos institucionais possuem a descrição “*PF nas Ruas. #EuConfioNaPF*”, com trechos genéricos de carros de PF em movimento. Assim, a utilização de vídeos pela PF se apresenta como uma estratégia para atrair a atenção para as atividades do dia, em que o teor se encontra no texto de descrição, e não necessariamente atrair a atenção para o conteúdo do vídeo em si.

A primeira categorização das postagens foi feita a partir do seu tema principal, de acordo com o texto da imagem e texto de descrição da publicação. Ainda que a PF tenha realizado mais postagens ao longo do ano de 2018 do que o MPF, inicialmente elas foram divididas em menos grupos temáticos, um total de 13 categorias.

Para fins de categorização, foi considerado o tema principal da postagem, ponderando a imagem e texto de descrição, ainda que nela contenham outros elementos subsidiários. Uma ressalva deve ser feita com relação às postagens com a temática “*PF em Ação*” ou “*PF nas Ruas*”, que também podem ser referentes a operações realizadas pela polícia. No entanto, como o título dessas publicações foi especificamente alocado pela própria instituição, essa denominação foi considerada para a primeira categorização nesta pesquisa. O gráfico a seguir demonstra as temáticas principais do conteúdo na página da PF no Facebook:

**Gráfico 3** – Dados de postagens na página oficial da PF no Facebook, por temas, em 2018.



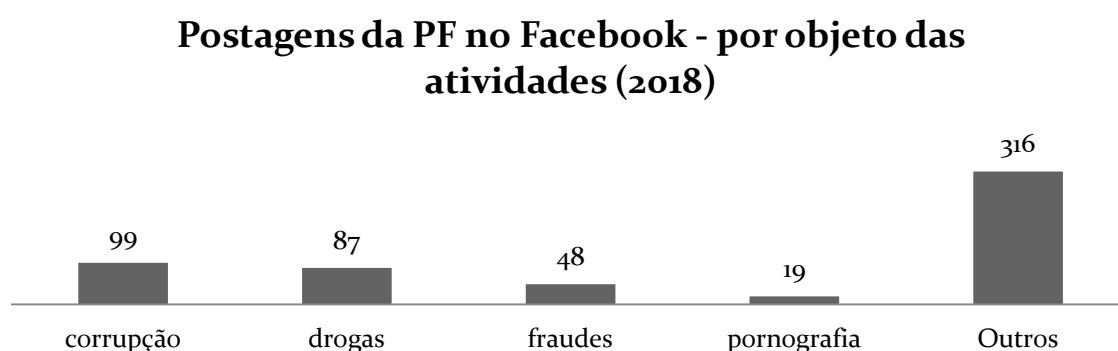
Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.

As postagens categorizadas como “agentes”, “veículos” ou “cachorros” não se referem a conteúdos com essas temáticas, mas referem-se a postagens que trazem diretamente a imagem de algum desses três elementos, como imagens dos agentes em operação ou imagens de cachorros da instituição com a finalidade de gerar empatia do público. As postagens com esses 3 elementos especificamente (cachorros, agentes e veículos) não contém textos na publicação diretamente, mas apenas o texto descritivo da publicação. Não indicam atividades específicas da PF mas normalmente são acompanhadas de frases genéricas em sua descrição como “bom dia” e “bom final de semana”, visando apenas o reforço institucional e não necessariamente a transmissão de informações sobre as atividades da PF. Assim, as publicações podem conter imagens de agentes que indicam estar em serviço junto com veículos da PF, agentes com cachorros, cachorros ao lado de veículos da PF, imagens com apenas um desses três elementos, dentre outros exemplos. As postagens consideradas na categoria “Institucional” remetem diretamente à PF no texto, reforçando a imagem da instituição.

Observa-se um destaque para publicações de Operações da PF, que representam 37,48% do total, seguida das postagens com veículos em 12,11% do total de postagens. Em terceiro lugar encontram-se as postagens com agentes da PF, em 9,47% do conteúdo total. Ainda que o tema da corrupção não se apresente como temática principal na

primeira categorização, como ocorre na página do MP, o assunto integra várias das publicações de outras categorias. Assim, o conteúdo coletado foi re-categorizado de acordo com os objetos principais das operações ou atividades da PF publicadas na rede social, conforme a figura abaixo:

**Gráfico 4** – Dados de postagens na página oficial da PF no Facebook, por objeto das atividades, em 2018.



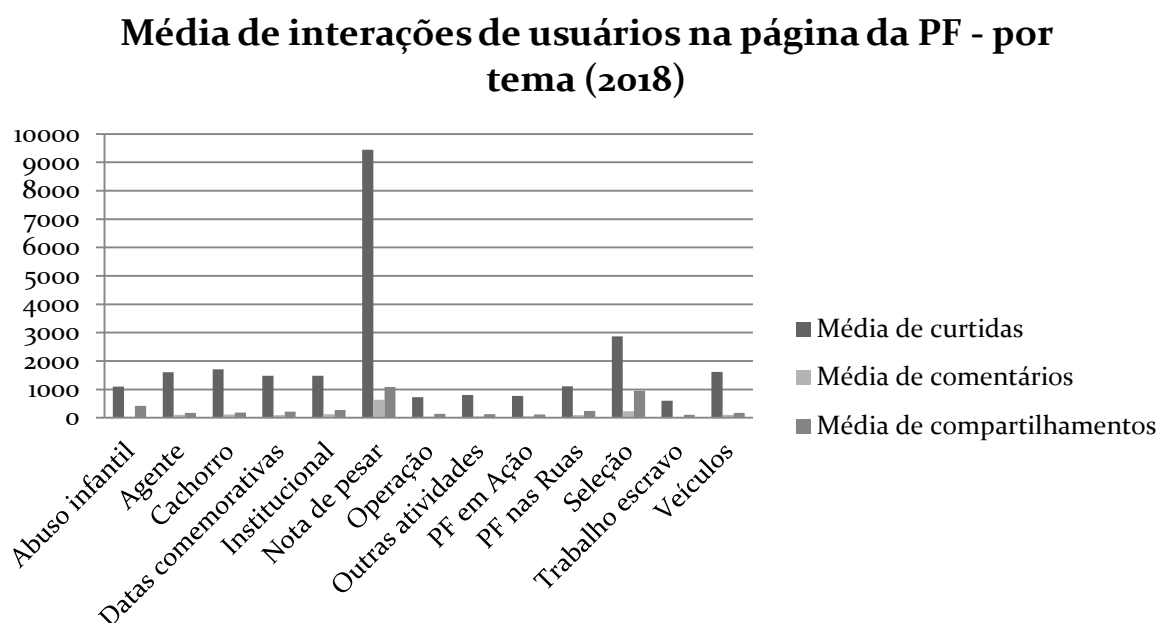
Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.

Assim, dentre os principais objetos das atividades deflagradas pela PF, destaca-se que a corrupção é uma das principais categorias abordadas na página oficial no Facebook, representando 17% do total de publicações. Logo após estão as publicações com foco na apreensão de drogas e combate ao tráfico, com 15 % do total de postagens. A categoria “Outros” engloba as postagens meramente institucionais que não representam operações diretas do órgão no combate à criminalidade (como fotos de agentes, por exemplo), datas comemorativas, ou categorias com menos expressividade numérica que as demais.

Com relação às interações dos usuários, a média geral de curtidas por postagem na página da PF é de 1113, a média de comentários é de 74, e a média de compartilhamentos é de 171. Sobre as interações dos usuários com a página, verifica-se que o número médio de curtidas e comentários por postagem é bem maior que o verificado na página do MPF, indicando que os usuários se relacionam mais na página da PF. No entanto, a média de compartilhamentos é menor, indicando que o conteúdo

se mostra menos relevante aos usuários do que os conteúdos da página do MPF para que compartilhem em sua página pessoal. Ao aferirmos a média de interações de acordo com cada temática, temos o gráfico a seguir:

**Gráfico 5** – Dados de médias de interações nas postagens na página oficial da PF no Facebook, por temas, em 2018.



Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.

Verifica-se no gráfico 5 que a média de interações em postagem de notas de pesar é muito maior que a média de interações em outros tipos de publicações, ainda representem um baixo número em comparação aos outros temas (apenas 2 publicações), evidenciando que o público se solidariza e se identifica com os agentes da instituição. Como será destacado, a PF possui como uma de suas estratégias o reforço de identificação dos usuários com os valores da instituição, com o uso de *hashtags* “*SomosTodosPF*”, dentre outras. Um dos resultados desta estratégia de identificação é a grande quantidade de interações em notas de pesar, por exemplo. Em seguida verifica-se grande interação também nas postagens sobre seleções. As seleções na página da PF se referem principalmente à divulgação de informações sobre concursos para ingressar

na instituição, o que explica a grande interação nas publicações sobre o tema por parte dos chamados “concurseiros” e seus conhecidos.

Com relação ao conteúdo, uma forte característica das publicações na página oficial da PF no Facebook é a divulgação de operações deflagradas e demais atividades policiais, como apreensão de drogas e cumprimentos de mandados de prisão. As postagens possuem textos mais curtos em relação ao conteúdo publicado na página do MPF, e possuem o condão de informar principalmente sobre as atividades desenvolvidas pela PF. Raramente encontram-se informações gerais que não estejam vinculadas às atividades policiais rotineiras da instituição. Além disso, 57% das postagens remetem os usuários ao site oficial da PF, que contem informações mais detalhadas sobre as operações e atividades realizadas. A título de comparação, na página do MPF apenas 21% das postagens remete o leitor ao site oficial da Instituição.

As publicações com imagens estritamente institucionais, com agentes, veículos e cachorros não remetem ao site oficial da PF, e possuem o condão de gerar empatia e identificação com a instituição. Além disso, a PF faz amplo uso de *hashtags* em suas publicações, como por exemplo “*EuConfionaPF*”, “*BoaTarde*”, “*Brasil*”, dentre outras. Os nomes das operações realizadas também aparecem com o uso de *hashtags*. As *hashtags* podem ser colocadas no início ou final da frase, ou mesmo no meio da oração, seja no texto de referência ou na própria imagem da publicação, como nos exemplos a seguir:

- 16/09/2018 – “*#Perícia sendo realizada em uma agência dos Correios em Porto de Trombetas/PA. Um bom #domingo #Brasil. A PF não pára!*”
- 23/09/2018 – “*Um ótimo #domingo #Brasil!*”
- 02/10/2018 – “*Nosso #cão #Elvis, do #K9, nos dando um grande auxílio na apreensão de 36kg de #drogas no #Acre.*”
- 19/12/2018 – “*#PFemAção: Estamos cumprindo 8 mandados de busca e apreensão expedidos pelo STF. A ação tem como objetivo investigar o recebimento de vantagens indevidas por um ex prefeito, atualmente exercendo o cargo de Ministro.*”

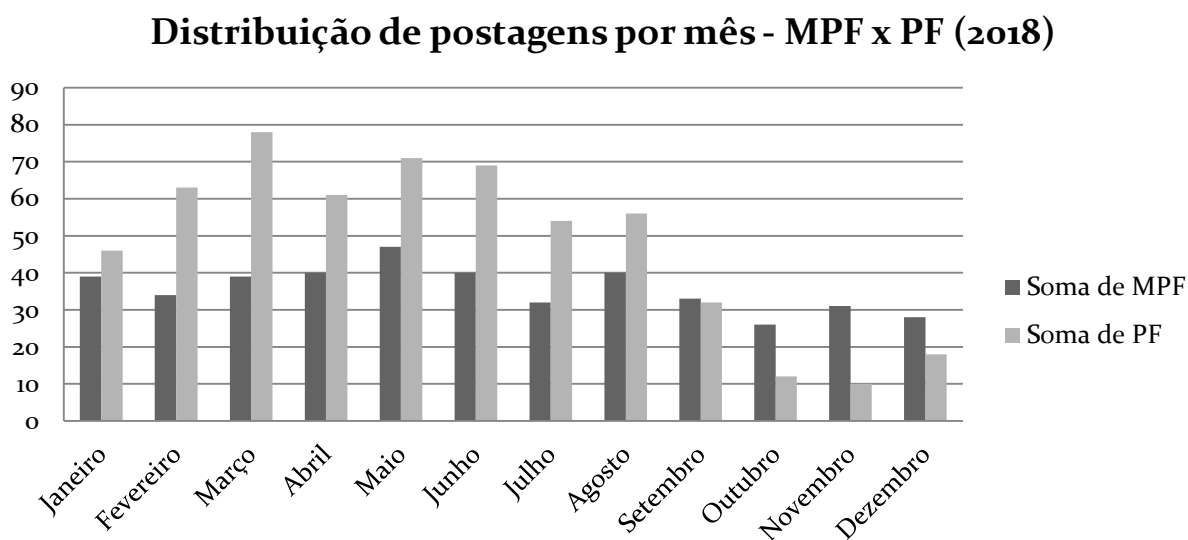
A utilização de *hashtags* possui a finalidade de facilitar a busca de informações na rede sobre o seu conteúdo, como também de gerar empatia do público. Assim, o uso

da hashtag “Brasil”, por exemplo, além de reproduzir a publicação da PF quando os usuários pesquisam sobre o tema na rede social, também reforça o posicionamento de que a PF é essencial para o país.

### 3.3 Relações entre as páginas: MPF e PF no Facebook

Após as primeiras categorizações das postagens, serão explanados alguns resultados comparativos entre os dados das duas páginas analisadas. Com relação à distribuição das postagens entre os meses, verifica-se uma regularidade de frequência, tanto do MPF quanto da PF, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 6** – Dados de distribuição das postagens nas páginas oficiais da PF e do MPF no Facebook, por mês, em 2018.



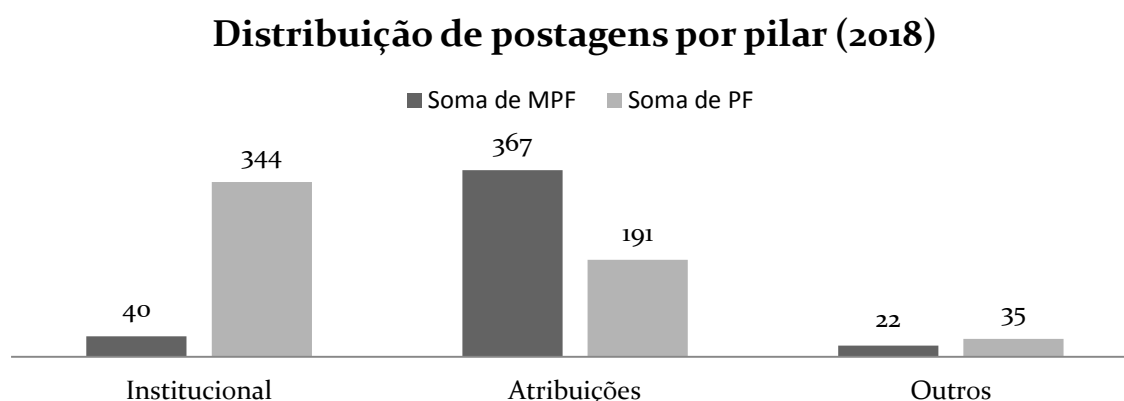
Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.

Contudo, ainda que as duas instituições publiquem conteúdos assiduamente em todos os meses, verifica-se que o MPF preserva um padrão de número de postagens mais uniforme que a PF. Enquanto a variação do número de postagens entre os meses na página da MPF é de no máximo 21, na página da PF essa diferença chega a 68, indicando

maior oscilação nesta última. Assim, ainda que a PF tenha realizado mais postagens ao longo do ano de 2018, as publicações na página do MPF apresentam maior regularidade.

Após a primeira categorização das postagens das páginas do MPF e PF no Facebook, conforme exposto acima, uma segunda categorização foi feita, de acordo com a finalidade institucional das postagens. Assim, as postagens foram divididas em “Institucionais”, de “Atribuição”, ou “Outros”. Neste momento, foram consideradas como Institucionais as postagens em que o texto e a imagem visam reforçar a diretamente a imagem da Instituição, como fotos dos agentes, veículos, atividades desenvolvidas diretamente pelos órgãos, esclarecimentos sobre seus serviços etc. Foram consideradas como de Atribuição as postagens relacionadas às atribuições constitucionais de cada órgão, que também possuem a finalidade de reforçar a imagem da instituição, mas comunicando aos receptores da mensagem que o órgão está cumprindo suas funções institucionais com êxito. Na categoria “Outros” foram incluídas as publicações com conteúdo de seleção de estagiários, concursos públicos, concursos de artigos, datas comemorativas que não se relacionam diretamente à atividade do órgão.

**Gráfico 7** – Dados de distribuição das postagens nas páginas oficiais da PF e do MPF no Facebook, por pilar, em 2018.



Fonte: Facebook (2018), gráfico elaborado pela autora.



Depreende-se do gráfico que ambas as instituições, MPF e PF, atribuem grande ênfase às postagens de cunho Institucional ou de reforço de Atribuições, de forma que apenas cerca de 5% das postagens não se enquadraram em algum dos dois pilares, nas duas páginas analisadas. Assim, constata-se que há grande interesse de ambas as instituições em reforçar seu poder simbólico com a utilização de instrumentos de comunicação, como as mídias sociais. Ademais, observa-se ainda uma clara diferença entre as abordagens das duas Instituições. Enquanto a maioria das publicações da PF possui cunho estritamente institucional, relacionadas à estrutura da PF, as postagens do MPF em sua maioria intentam reforçar suas atribuições Constitucionais.

Na página da PF, as postagens institucionais são geralmente de agentes, cachorros que participam das operações e veículos. Essas postagens normalmente não possuem texto nas imagens, apenas o texto descritivo e possuem descrições com textos que geram empatia, como “*Bom Dia!*”, “*Bom Domingo*”, “*Boa Sexta*”. Nessas postagens os textos não apresentam informações sobre atividades desenvolvidas, e não apresentam linguagem técnica, bem como raramente vinculam links externos. A utilização de *hashtags* nessas publicações também é amplamente utilizada, assim como nas demais postagens. As principais *hashtags* utilizadas na página são a “*SomosTodosPF*” e “*EuConfionaPF*”, que visam gerar identificação dos usuários com a instituição e reforçar seu poder simbólico. Além disso, nas publicações institucionais também são utilizadas frases motivacionais de autores famosos. As *hashtags* “*disciplina*” e “*BonsEstudos*” também são utilizadas, acenando aos usuários que pretendem ingressar no corpo de funcionários por meio de concurso público.

Já as postagens do MPF que priorizam o cumprimento de suas atribuições normalmente apresentam um texto informativo sobre questões relevantes, reforçando o posicionamento da instituição como defensora do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua a Constituição. A prioridade das publicações na página do MPF é de informar a população sobre seus direitos e deveres, bem como de outros assuntos relevantes de competência do MPF. Os textos usualmente apresentam perguntas que são respondidas em seguida, que possuem o condão de aumentar a interatividade com o público.

#### 4. Considerações finais

Ainda que as mídias sociais compreendam algumas limitações, como público limitado, elas se apresentam como uma importante ferramenta de análise, principalmente pela possibilidade de aferição das interações com as publicações realizadas. A coleta dos documentos foi feita nas páginas oficiais do MPF e PF, referente ao período de um ano (2018). Após, os dados foram categorizados e posteriormente comparados.

Inicialmente, destaca-se que as duas instituições dispõem de abordagens diferentes nas mídias sociais, ainda que integrem a mesma operação com grande apelo midiático (operação Lava Jato). Assim, enquanto a Polícia Federal prioriza publicações institucionais, mencionando diretamente a instituição e seus recursos institucionais, como capacitação dos agentes e veículos, o Ministério Público prioriza destacar assuntos relacionados às suas atribuições constitucionais, principalmente aquelas relacionadas à defesa dos interesses sociais. No entanto, ambas as instituições priorizam publicações institucionais e de reforço de suas atribuições constitucionais, em detrimento de temas mais amplos, o que indica o intuito de ratificar seu poder simbólico frente ao público. Essa diferença pode ser estritamente técnica ou mesmo decorrente da diferença entre suas atribuições constitucionais, o que pode ser averiguado em estudos posteriores sobre o tema.

Além disso, o tema da corrupção é abordado nas duas páginas analisadas, mesmo que apareçam com frequências diferentes. Ainda que a PF não destaque a corrupção como principal tema de suas postagens, o assunto permeia 17% do total de publicações, representando que é de grande relevância em sua página na rede social. É importante verificarmos se esse índice reflete o percentual semelhante do total de atividades desenvolvidas pela PF rotineiramente, ou se representa apenas uma escolha no momento da divulgação nas redes sociais, o que pode ser objeto de estudos posteriores. De outro norte, ainda que a corrupção apresente destaque nas publicações do MPF, constituindo-se como uma categoria temática inicial, o percentual de publicações sobre o tema é relativamente baixo (5%) indicando que não foi prioridade de divulgação no Facebook durante o ano de 2018.

Com relação à interação dos usuários da mídia social, a média de postagens, curtidas e comentários na página da PF são maiores que as verificadas na página do MPF. No entanto, a média de compartilhamentos das publicações é maior na página do MPF, indicando que os usuários consideram a informação mais relevante para compartilhar em suas páginas pessoais e com seus amigos. Isso decorre do caráter predominante do conteúdo na página da MPF, que possui o condão de transmitir informações sobre temas relevantes para a população.

Assim, este estudo não intenta esgotar as reflexões sobre a comunicação das instituições no âmbito das mídias sociais, mas elucidar alguns pontos necessários à compreensão da utilização do ciberespaço por instituições da burocracia estatal, iluminando aspectos deste recente fenômeno, a fim de fomentar mais estudos sobre o tema.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BAUER, M.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CELLARD, A. et al. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FEIJÓ, C.; VALENTE, E. **As estatísticas oficiais e o interesse público**. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 15, n. 1, p. 43-54, jun. 2005.

Disponível em: <[http://www.icad.puc-rio.br/cfeijo/pdf/artigofeijo\\_e\\_valente.pdf](http://www.icad.puc-rio.br/cfeijo/pdf/artigofeijo_e_valente.pdf)>. Acesso: 17/02/2019.

LEMOS, C. R. F.; BARROS, A. T. **Lutas simbólicas na arena midiática: o poder de agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37**. *Opin. Publica*. 2016, vol.22, n.3 pp.702-738. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000300702&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300702&lng=pt&nrm=iso)>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. “Operação Lava Jato”. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

PINOTTI, M. C. (org.). **Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas**. 1ªEd.. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.

POLÍCIA FEDERAL. “Op. Lava Jato 3 anos”. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

PRA CEGO VER. Post do Facebook. 8 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PraCegoVer/posts/tire-todas-as-suas-d%C3%BAvidas-sobre-o-projeto-pracegover-para-iniciar-um-aviso-impor/1282608151769692/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

RAMOS, M. P. **Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais**. Mediações, Londrina, v. 18, nº1, p.55-65, jan/jun 2013.

RIBEIRO, L. M. L. **Ministério Público: Velha instituição com novas funções?**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 113, setembro 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano n. 1, 2009.

VEIGA, I. R. **Coberturas jornalísticas e construção de reputação institucional: A representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexos identitários**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Juiz de Fora Mestrado em Comunicação e Sociedade. 2009.

# E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil

Antoniél dos Santos Gomes Filho<sup>1</sup>

Antônio Ailton de Sousa Lima<sup>2</sup>

Antônio Micael Pontes da Silva<sup>3</sup>

Larissa Ferreira Nunes<sup>4</sup>

Tadeu Lucas de Lavor Filho<sup>5</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

As práticas de violência contra as populações dissidentes de gênero e sexualidade são uma realidade cotidiana em todo o território brasileiro, marcada pela apreensão, sofrimento, insegurança e medo. Tal realidade social se expressa por estatísticas através dos relatórios que dizem respeito a práticas de violência voltadas ao público LGBTs. A questão da violência suscita uma interlocução com outros temas, tais como da mobilidade urbana que envolve o caminhar, explorando territórios, experiências e vivências. Nesse percurso, o estudo objetiva realizar uma reflexão sobre a caminhabilidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, com foco no público LGBTs, em seu entrelaçamento com a violência. Metodologicamente busca-se uma ampliação e maiores discussões a partir do campo socioantropológico da Teoria da Caminhabilidade, e assim, caracteriza-se por uma revisão de literatura em torno de uma hermenêutica problematizadora na qual faremos a confluência em teorias e conceitos. Com isso

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS) e da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). Discente de Licenciatura em Sociologia pela UNIFAVENI. E-mail: antoniél.historiacomparada@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2230-4315>.

<sup>2</sup> Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará- UFC (Bolsista CAPES). Licenciado em Sociologia, Bacharel em Humanidades e Especialista em Gestão Pública Municipal na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Pesquisador e colaborador na Rede de Estudos e Afrontamentos as Pobrezas, Discriminações e Resistências (ReaPODERE/UNILAB-UFC). E-mail: ailton\_lima12@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5696-2255>.

<sup>3</sup> Mestrando em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciado em Sociologia e Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/UNILAB). E-mail: micaelpontessilva@alu.ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0997-391X>.

<sup>4</sup> Doutoranda e Mestre em Psicologia na Universidade Federal do Ceará - UFC - (Bolsista FUNCAP-CE), Fortaleza-CE, Brasil. Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC). E-mail: larissafnpsico@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>.

<sup>5</sup> Doutorando e Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Ceará - UFC (Bolsista FUNCAP-CE), Fortaleza-CE, Brasil. Especialista em Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação à Distância (IPEMIG). Pós-graduando Lato Sensu em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB). Colaborador do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Extensionista no Projeto É da Nossa Escola que falamos (UFC). Membro do Corpo Editorial da Revista África e Africanidades. E-mail: tadeulucaslf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>.

esperamos estabelecer maiores compreensões sobre os/as dissidentes sexuais e de gênero e as situações de vulnerabilidades em suas caminhadas nas cidades.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Violência; Caminhabilidade.

### **And when gay, truck drivers, locks and trans walk the streets? the social emblems of walkability in Brazil**

#### **ABSTRACT**

The practices of violence against dissident populations of gender and sexuality are a daily reality throughout the Brazilian territory, marked by apprehension, suffering and fear of being victims. This reality is expressed by statistics through reports that refer to violence practices aimed at the LGBTs public. The issue of violence raises an interlocution with other themes, such as urban mobility that involves walking, seeking to explore territories and their experiences. This study aims to reflect on the Walkability and gender issues in Brazil, focusing on gender and gender dissident people and populations. In this sense, methodologically looking for an expansion and greater discussions from the socio-anthropological field of the Theory of Walkability, the present study is characterized by a literature review in which we will make the confluence in theories and concepts. With this we hope to establish greater understandings about sexual and gender dissidents and the situations of vulnerabilities in their walks through the cities.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Violence; Walkability.

### **Et quand des homosexuels, des camionneurs, des cadenas et des trans marchent dans les rues? les emblèmes sociaux de la marchabilité au Brésil**

#### **RÉSUMÉ**

Les pratiques de violence contre les populations dissidentes de genre et de sexualité sont une réalité quotidienne sur tout le territoire brésilien, marquée par l'apprehension, la souffrance, l'insécurité et la peur. Cette réalité sociale est exprimée par des statistiques à travers des rapports faisant référence à des pratiques de violence à l'encontre du public LGBTs. La question de la violence soulève une interlocution avec d'autres thèmes, comme la mobilité urbaine qui implique la marche, l'exploration de territoires, d'expériences et d'expériences. Dans cette voie, l'étude vise à réfléchir sur la marchabilité des personnes dissidentes de genre et de sexualité, en se concentrant sur le public LGBTs, dans leur entrelacement avec la violence. Méthodologiquement, une expansion et des discussions plus approfondies sont recherchées dans le champ socio-anthropologique de la théorie de la marche, et ainsi, elle se caractérise par une revue de la littérature autour d'une herméneutique problématique dans laquelle nous ferons la confluence des théories et des concepts. Avec cela, nous espérons établir une meilleure compréhension des dissidents sexuels et de genre et des situations de vulnérabilité lors de leurs promenades dans les villes.

**Mots clés:** Genre; Sexualité; La violence; Walkability.

**E**ste artigo tem como campo de problematização os aspectos da violência contra dissidentes de gênero e sexualidade,<sup>6</sup> e que também perpassa os direitos à cidade

---

<sup>6</sup> Elegemos a noção de dissidência sexual e de gênero ao invés de diversidade sexual e de gênero, como tentativa de reiterar o caráter subversivo e de fugir das capturas políticas, masculinista e normalização

(AGIER, 2015). Desse modo, trazemos alguns apontamentos sobre o conceito de caminhabilidade<sup>7</sup> (SPECK, 2016) e sua restrição diante dos casos de violência urbana. Sobretudo as pessoas que são marcadas interseccionalmente por opressões e representações sociais que corroboram para intensificação das múltiplas formas da violência.

Para pensar as representações sociais no Brasil e as concepções geradas em torno destas, faz-nos necessário questionar sua “naturalização” a partir de uma construção histórica que se deu mediante a três grandes estruturas sociais: o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo (SANTOS, 2019). Concebemos que, a partir dessas estruturas surgem novas subestruturas que operam como práticas de opressão, exploração e extermínio em torno de pessoas que não obtêm determinados privilégios sociais por não seguirem as normas hegemônicas vigentes, ou por não estarem em consonância com o padrão estabelecido por estas estruturas, de modo a subalternizar todos/as que não são homens, brancos, héteros e burgueses (LUGONES, 2014).

Assim, apontamos algumas representações disseminadas sobre o Brasil, como por exemplo, a suposição alegórica do país da “liberdade”, inclusive sexual (CARNEIRO, 2011), e também de alegorias folclóricas, orgiásticas, receptivas e festivas, formulando um imaginário social racializado, generalizado e classista (NUNES, 2020). Outro ideal que figura tal imaginário social são idealizações em torno da mulher, sobretudo quando são mulheres negras, onde o racismo forja uma dupla representação: 1) a hiperssexualização da mulher negra, cuja imagem remonta um convite e recepção para o turista estrangeiro, ou até mesmo para brasileiros/as que enquadra tipos de mulheres para transar e casar; 2) assexualiza, retirando a conotação sexual, especificamente na figura da “mãe preta” (GONZÁLEZ, 1984).

Connell (2014), pontua de modo mais amplo que outras divisões, além do gênero, estruturam a sociedade ocidental moderna, a saber raça e classe. Portanto, quando se entrecruzam o racismo ao sexismo, e também questões territoriais de cada

---

em torno do termo diversidade. De maneira semelhante, também não utilizamos o termo *queer* por este não ter o mesmo teor político que representa nos países norte-americanos (COLLING, 2015).

<sup>7</sup> Entendemos a caminhabilidade como uma prática social produzida que permite ou obstaculiza o direito de caminhar, ou seja, de ir e vir na cidade, e sobretudo, de ocupar a via pública das ruas, e cuja intervenção se aplica de diferentes formas nos corpos da cidade.

região, pessoas dissidentes se encontram em condição de maior vulnerabilização e passíveis a violências, especificamente a LGBTfobia (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020; PERES; SOARES; DIAS, 2020).

Caminhar na maioria dos centros urbanos brasileiros talvez não seja uma experiência “segura”, dado que a violência urbana que permeia a vida cotidiana tem afetado, historicamente determinados grupos sociais (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Conforme aponta Nascimento, Lucena e Gomes Filho (2016), o espaço urbano, em especial a rua, cria fronteiras simbólicas, que são atravessadas por contextos econômicos, envolvendo aqueles que ocupam um espaço num jogo relacional (físico e simbólico) que se materializa desde a contratação de segurança privada, até a organização dos corpos.

Logo, a heterogeneidade que configura o espaço urbano torna-se excludente, em específico para os sujeitos que habitam as periferias do capitalismo (BARROS *et al.*, 2019). E nesse lugar da rua segura (a rua abastada) aqueles que são dissidentes às normas, e que não trazem consigo o poderio econômico como pressuposto base de aceitação, são colocados no lugar do inseguro, daquele que não se pode confiar, daquele que abala a ordem de segurança. Assim, o corpo que era para ser alvo de proteção, torna-se o símbolo da insegurança e também simbólico desse “sujeito abastado”.

De modo a exemplificar, alguns dados brasileiros são importantes de serem apresentados para uma melhor compreensão. De acordo com a Rede Trans Brasil, publicado pela ONG *Transgender Europe* (2017), nos últimos oito anos 868 travestis e transexuais foram assassinadas. Em 2019, a cada 26 horas uma pessoa LGBTs foi assassinada no país, totalizando 329 vidas interrompidas por serem pessoas dissidentes sexuais e de gênero (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020).

Esses dados podem ser maiores, posto que é crescente a subnotificação e a invisibilidade que se dá aos crimes de homofobia, tanto pela falta de aparato técnico, quanto pelo preparo por parte dos agentes de segurança em lidar com essas situações do modo a colocarem como homicídio e não relacionarem com a homofobia. Outro vetor são os atravessamentos pelo machismo que a “cisgeneridade” (VERGUEIRO, 2015) ou o sistema “cisheteropatriarcal” (AKOTIRENE, 2018) estruturam as relações de poder-saber e subjetivação, inclusive no âmbito da justiça.



Desse modo, caminhar pelas ruas brasileiras envolve uma série de fatores, desde os que vão do planejamento urbano e da infraestrutura, até os aspectos de ordem social e cultural. Nesse sentido, realiza-se uma reflexão sobre a Teoria Geral da Caminhabilidade, com base nas concepções do urbanista norte-americano Jeff Speck (2016) e as questões de gênero no Brasil, principalmente no que tange a interseccionalidade (GONZÁLEZ, 1984; LIMA, 2018; RIBEIRO, 2018), em especial relacionado à violência urbana contra as pessoas e grupos dissidentes sexuais e de gênero (TREVISAN, 2018; MELO, 2018; PRADO; MACHADO, 2012). Busca-se um processo dialógico entre a teoria apresentada, e uma ampliação no campo socioantropológico, uma vez que compreendemos que os/as dissidentes sexuais e de gênero encontram-se em maior vulnerabilidade em suas caminhadas pelas/na cidades.

Temos como objetivo refletir sobre a caminhabilidade e seu entrelaçamento com a violência urbana. Faz-se o uso de uma metodologia qualitativa com base em uma revisão bibliográfica e de cunho hermenêutico (GAMSON, 2006; GIL, 2009). Ressaltamos que o estudo se debulha a partir da Teoria Geral da Caminhabilidade (SPECK, 2016), na qual se apresenta uma discussão geral, e como esta reflete uma condição de caminhada segura no espaço urbano. Ademais, no presente estudo, apresentamos sob o prisma interseccional uma discussão sobre as violências sofridas no território por aqueles/as que não seguem os padrões estabelecidos para os gêneros e as sexualidades construídas histórica e socialmente no Brasil. Por último, apresentamos as considerações finais, pontuando algumas conclusões iniciais sobre o tema, bem como indagações que podem ser alvo de novos estudos.

### **Esboços da caminhabilidade: por onde caminhamos?**

A Teoria Geral da Caminhabilidade - TGC (SPECK, 2016) é elaborada a partir do contexto norte-americano na qual consiste em trazer as condições e as interferências no ato de caminhar pelas cidades. Oriundo do urbanismo, o conceito consiste em discutir sobre desenhos urbanos que configuram a rede de caminhos e deslocamentos entre os sujeitos. Desse modo, o presente artigo propõe em realizar um diálogo entre a TGC e as realidades brasileiras no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, assim

vislumbrando novos olhares e transbordamentos de pensamento a partir do campo socioantropológico.

Speck (2016) descreve que a caminhabilidade se estabelece a partir de compensações físicas e sociais do caminhar, pois esta contribui para a vitalidade e experiência urbana. Relacionado à arquitetura e ao urbanismo das cidades, temos a compreensão que o conceito em estudo deve ultrapassar os aspectos técnicos que envolvem planejamento e estrutura urbana. Assim, entendemos a caminhabilidade como uma prática social que deve ser compreendida a partir de aspectos sociais e culturais, sendo os mesmos problematizados e questionados.

Nesse sentido, entende-se que as cidades são para além de prédios, construções arquitetônicas e outras estruturas. A cidade é um *locus* abstrato, simbólico, múltiplo e complexo. É “[...] um campo de interação em que as pessoas se encontram, criam novos laços, tratam das diferenças, alimentam, em suma, redes de sociabilidade numa paisagem aparentemente desprovida de sentido ou lida apenas na chave da pobreza ou exclusão” (MAGNANI, 2003, p 86).

Assim, compreende-se a cidade como um espaço de interação, transação e de caminhabilidade. Ou seja, se estabelece uma relação do social no espacial, no que diz respeito ao uso da sociedade em espaços diversos. Magnini (2003) discorre que por meio do campo da antropologia urbana é possível pensar os usos dos espaços, os comportamentos e suas regularidades. A exemplo disso, é necessário pontuar que os indivíduos ou agentes sociais “[...] não estão dispersos ou submersos no caos urbano, mas se apropriam de forma distinta buscando experiências, reconhecimento dos seus, bem como no processo de estabelecer estratégias próprias de vida e suas adversidades” (MAGNINI, 2003, p. 90). Afinal, isto é possível porque a cidade possibilita estabelecer trajetos, circuitos e caminhabilidades.

Barros, Martínez e Viegas (2014) mencionam que a viagem a pé envolve certas condições concebidas na caminhabilidade que estão para além de fatores e indicadores usados para medi-la. Assim, deve-se considerar que o desenho urbano se configura a partir de rede de caminhos, bem como sua densidade e conectividade, aspectos que influenciam e afetam a continuidade e os deslocamentos a pé.

Retomando ao escrito de Speck (2003), no qual o autor apresenta expressões como *tecido urbano* e *cotidiano de ruas*, entendemos que há uma abertura interdisciplinar para o debate sobre as complexidades existentes nas expressões, principalmente no que diz respeito aos grandes centros urbanos. Desse modo, podemos elencar algumas questões, que são pensadas pelas ciências aqui elencadas: Quem utiliza estes espaços? Quais são as dinamicidades que entoam nestes lugares? E quais os fenômenos que interferem em uma caminhabilidade?

De acordo com os expostos e pensando sobre o contexto brasileiro, elencamos alguns fatores que corroboram e encabeçam teoricamente a vivência de uma caminhabilidade a partir de determinados andantes. Antes de tudo, destacamos que a caminhabilidade, diga-se por hora, tranquila e segura é um privilégio social. Afinal, é inevitável não acionarmos debates que envolvem questões de gênero e sexualidades dissidentes. Com isso, destaca-se que tais caminhabilidades para estes dissidentes são interrompidas, desviadas ou brutalmente finalizadas antes do destino final. Isso se deve a uma cultura hegemônica do patriarcado performado pelo machismo, sexismo, e dentre outras formas de opressão em torno do gênero e das sexualidades, posto que as matrizes de opressão sobrepõem de forma diferente as pessoas (LORDE, 2019).

Outro fator que determina a caminhabilidade é a territorialização. Ou seja, a cidade enquanto produção espacial desencadeia dinâmicas complexas a partir de relações e interações sociais, como a demarcação de territórios que fomentam a prática de violência. Com isso, destacamos que existem territórios proeminentes com taxas de violência e criminalização elevados, e que não possuem um planejamento urbano que proporciona mínimas experiências “positivas” com a rua.

Speck (2016), aponta que as cidades devem garantir um ambiente na qual as pessoas desejam estar, em especial as novas gerações que preferem em sua maioria cidades com ruas alegres e movimentadas. Assim, a cultura de pedestre pode surgir do processo de caminhabilidade. Desse modo, cria-se um processo de prosperidade local, uma vez que, há uma retenção das novas gerações nas cidades, tornando-as

economicamente ativas.<sup>8</sup> Desse modo, “[...] há mais coisas para encorajar as caminhadas do que apenas criar espaços bonitos e seguros” (SPECK, 2016, p. 20).

As cidades e seus caminhantes são perpassados por múltiplas dinâmicas que agenciam os modos como suas práticas e subjetividades são constituídas. E, infelizmente, a violência, em aspecto difuso (BARREIRA, 2013) nos contextos urbanos brasileiros, acaba acionando operações que colocam suas práticas e subjetividades numa linha tênue de subalternidade, de criminalização e negação de si. Se partirmos numa perspectiva interseccional, que veremos mais adiante, os processos de criminalização afetam majoritariamente pessoas negras em espaços periféricos em condição de vulnerabilidade social. Assim, buscaremos brevemente um diálogo transversal sobre questões de gênero, frente a noção da interseccionalidade e da violência urbana, especificamente a violência contra a população LGBTs.

### **Perspectivas sobre a violência difusa e urbana sob o prisma interseccional**

Para Butler (2018), gênero é um dado normativo que exerce uma função importante (ontológica) no enquadramento da humanidade. Desse modo, o gênero é entendido como um ato performativo que produz e sustenta significados e relações de poder-saber na sociedade moderna. Butler (2018), discorre que o gênero é constituído por conjuntos de atos que dizem estar em conformidade com as normas sociais vigentes, com a produção de sujeitos e subjetividades, àqueles(as) que se rebelam a esta norma, subvertem o gênero e a heterossexualidade compulsória, tidas como “vidas abjetas” (BUTLER, 2020). Nesse sentido, apresentamos a sexualidade como uma importante tecnologia de controle (FOUCAULT, 1998) que historicamente e socialmente tem sustentando as relações de poder-saber que colocam o feminino como subalternizado e em condições de vida mais precarizadas (BUTLER, 2018; SPIVAK, 2010; FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020).

---

<sup>8</sup> Destaca-se que a retenção de novas gerações, está correlacionado a saída de jovens norte-americanos de suas cidades natais, em especial as do interior para os grandes centros urbanos. Pode-se apontar que esse processo de (i)migração também se faz presente no Brasil.

Cabe falarmos aqui sobre masculinidades hegemônicas, estas produzidas pelo sistema “cisheteropatriarcal”, que sustenta e produz opressões masculinistas (VALENCIA, 2018), seja no âmbito da violência urbana, ou especificamente a LGBTfobia. Machado (2016), destaca a necessidade de explorarmos outros tipos de masculinidades, por exemplo, e que as mesmas possam se colocar em “crise”, resultando em questionamentos sobre suas performances. A referida autora, destaca que há uma grande dificuldade em quebrar regras silenciosas de padrões comportamentais expressos em forma de masculinidade, pois normas tão intrínsecas são repetidas constantemente. No quesito de gênero, este entendimento aparece como “forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. [...] Através dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais” (CONNELL, 1995, p. 189).

Tais regras estão presentes em ambientes sociais e políticos onde se deve considerar exigências pautadas em uma coerência total entre um sexo, gênero, desejo/prática unificadas (BUTLER, 2016). Com isso, nos atentamos para a invisibilização dos “corpos feminizados” (LUGONES, 2014) na multidão urbana, é uma chamada a refletir sobre o direito das gays, lésbicas e pessoas trans (que estão fora da masculinidade hegemônica) ao direito à cidade, assim como também problematizamos as violências que sofrem ao caminhar nas ruas e afeta seus cotidianos.

Outra questão que se coloca para o debate é a suposta neutralidade do espaço urbano tendo como pressuposto o atendimento de um sujeito universal, produzido pela colonialidade ainda vigente na sociedade moderna (LUGONES, 2014). Segundo Muxí (2012), defender a universalidade esconde o verdadeiro sujeito de direito, uma vez que tem como critério desenvolver referências do masculino e feminino nos campos privado e público, sendo assim, o espaço doméstico e o controle reprodutivo é definido como natural para o feminino e o sujeito de direito ao espaço público e a liberdade que isso representa é dado a figura do masculino.

Contudo, é importante aqui pontuarmos que esse sujeito de direito, fabricado na colonialidade, é definido de acordo com as sobreposições identitárias e de privilégios sociais, pois, este humano “absoluto” refere-se ao homem, hétero, branco, burguês e europeu (LUGONES, 2014). Desta forma, a universalidade, bem como a neutralidade

científica são falsas, posto que essas matrizes de poder-saber silenciam, invisibilizam e naturalizam as violências que pessoas fora de suposto universal sofrem (BARROS, *et al.*, 2019).

A discussão da universalidade é central para compreender as dinâmicas de matabilidade para determinadas existências, posto que, havendo um sujeito universal, mascarado como masculino mencionado anteriormente como branco, burguês e eurocentrado, os sujeitos dissidentes estão à mercê da “necropolítica de gênero” (SAGOT, 2013).

A noção de necropolítica de gênero, diz respeito, a produção discursiva e de práticas indutoras de letalidade aos corpos femininos e marginalizados, sobretudo, a construção de um regime de gestão e terror que produz uma “pena” de morte a determinadas mulheres (SAGOT, 2013). Consoante Margareth Sagot, com base em Achille Mbembe acerca do conceito de necropolítica e de Michel Foucault sobre biopolítica, conseguimos traçar uma linha de compreensão para tratarmos de necropolítica de gênero. Contudo, o contexto brasileiro, para além das práticas sexistas, LGBTfóbicas e racistas, amplia-se tal noção teórica-analítica para pensar esse dispositivo de morte em corpos feminizados de LGBTs, especificamente aqueles que se encontram interseccionados ao racismo por estarem mais suscetíveis a necropolítica de gênero. Portanto, a compreensão da noção de feminizados, se constitui a todos àqueles que não performatizam uma masculinidade hegemônica ou são fabricadas como pertencentes ao “campo feminino”, ou seja, estas existências-corpóreas são atravessadas pelo feminino ou pela feminilidade.

Desse modo, na tentativa de compreender as práticas de violência em torno da população LGBTs, o Atlas da Violência em parceria com o Grupo Gay da Bahia e a Associação Nacional de Travesti e Transsexuais (ANTRA), apresentam alguns indicadores tomando como base o número de denúncias de lesão corporal, homicídios e tentativa de homicídio. Com isso, destaca-se que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTs no mundo, tendo pico de 88% entre os anos de 2017 e 2018 (CERQUEIRA, *et al.*, 2020). De modo geral, o número de vidas interrompidas são alarmantes. Dados da população geral, apenas no último Atlas da Violência, apontam para 57.956 homicídios,

isso quer dizer uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes (CERQUEIRA, *et al.*, 2020).

Pontua-se que o avanço neoconservador e neoliberal tem influenciando e consequentemente aumentado o número de violências homofóbicas, lesbofóbicas, bifóbicas e transfóbicas à essa comunidade, bem como valores neopentecostais (SILVA; MIRANDA; SANTOS, 2020), entrelaçado as veias que estruturam o sistema “necro-neoliberais” (VALENCIA, 2018), subsidiada por uma compreensão da necropolítica<sup>9</sup> (MBEMBE, 2017) de matriz neocolonial no país. Tomamos aqui como exemplo as eleições de 2018, vista como um marco do avanço neoconservador, neoliberal e neofacista no Brasil, desde o início da campanha do atual presidente é notável o aumento de violências LGBTfóbicas no país (BRASIL, 2019). As violências de gênero e a LGBTfobia nunca deixou de existir no Brasil, contudo, parece que uma tornou-se mais permissiva a “chacotas”, discriminação sexual e violências às alteridades após o representante máximo do governo proferir palavras de ódio aos LGBTs, assim como também aos povos originários, quilombolas e étnico-raciais e até mesmo aos nordestinos. A campanha presidencial e tudo que esse governo representa é o fortalecimento da extrema direita, do conservadorismo de base religiosa, sobretudo neopentecostal, e também de um nacionalismo extremista e fascista. São vetores sócio-políticos que acionam a necropolítica de gênero.

Os dados de mortalidade correlacionada pelo discurso de ódio põem em xeque a escassez de indicadores da violência contra pessoas LGBTs, como também nos faz pensar as dinâmicas da opressão difusa nos espaços urbanos de modo estrutural e simbólica, assim deve-se partir uma análise histórica crítica (MARTÍN-BARÓ, 2017). Isto é, a violência não pode ser investigada como um caso isolado ou tomado por uma análise reducionista dos dados estatísticos. A partir de uma dimensão polifônica, multidimensional e multifacetada, a violência difusa “[...] configura claramente o incontrollável e o imponderável” (BARREIRA, 2013, p. 239). Com isso, destaca-se a importância de estudá-la como um fenômeno complexo em um cenário mais amplo.

---

<sup>9</sup> Com o avanço do neoliberalismo, segundo Mbembe (2017), o regime biopolítico se atualiza para a necropolítica, em que não se trata mais de gerir como e quem deve viver, mas quem e como deve morrer em larga escala. Trata-se do uso do poder pessoal e político de ditar quem e como determinadas pessoas devem morrer.

Essa configuração atinge, em grande escala, grupos sociais que não se enquadram nas vigências morais culturais e por conjunto de operação de poderes que regem o patriarcado, o machismo, e o sexismo. Assim, se produz uma economia simbólica da violência que intensifica o medo, tornando-se “[...] um sinal de alerta que previne as pessoas acerca de perigos, mas é também um elemento propulsor de ansiedade e ações irracionais” (BARREIRA, 2013, p. 233).

Quando vidas LGBTs são linchadas, decapitadas, carbonizadas, torturadas, a exemplo, o caso de Dandara,<sup>10</sup> não há comoção pública, mas um processo de criminalização como personificação da abjeção dessas existências (NUNES, 2020). Além do contexto político, os processos de exacerbação da violência urbana, numa configuração difusa, têm corroborado para o avanço de violências contra pessoas LGBTs, denunciando não somente a incapacidade estatal de proteger essas vidas, mas negligenciando-as por não serem contabilizadas em análise de forma crítica. Há, portanto, uma “[...] despreocupação do Estado brasileiro no que tange à mensuração e incidência sobre o fenômeno da violência LGBTfóbica.” (CERQUEIRA, *et al.*, 2020, p. 54), assim, inviabilizando a construção de políticas públicas de modo contextual, intersetorial e interseccional.

Destaca-se que ao mesmo tempo que há humanização de corpos que devem ser protegidos, há um processo de desumanização dos que são inteligíveis, logo negligenciados pelo Estado. Trata-se, portanto, de uma condição social e politicamente construída, em que determinados corpos estão em condições mais precárias que outros devido às opressões simultâneas que atravessam suas vidas, sobretudo de pessoas dissidentes de gênero. Nesse sentido, nem todas as vidas são passíveis de proteção

---

<sup>10</sup> Dandara foi brutalmente filmada enquanto era torturada e assassinada em 2017, na cidade de Fortaleza, no Ceará. Seu caso foi emblemático devido à brutalidade com que aconteceu, apesar dos movimentos que lutam por direitos LGBTs viralizaram na internet, anos depois do crime, o que aconteceu segue sendo qualificado como homicídio sem determinação transfóbica. Antes de alcançar essa visibilidade, agentes de segurança pública se esquivavam do caso justificando que levantaria o antecedente criminal de Dandara, de modo a justificar seu assassinato (MARTINELLI, 2019). Essa lógica criminalizante tem sido corriqueira no Ceará em que “envolvidos/as”, categoria nativa que enquadra jovens como sujeitos perigosos e atuantes no tráfico de drogas, personifica o/a inimigo/a à ser aniquilado/a e, desse modo, sua morte não ser considerada importante (NUNES, 2020). Recentemente a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou um Projeto de Lei que denomina uma rua do bairro Bom Jardim de Dandara Ketley como forma de memorizar a história e vida dela e também de conscientizar as pessoas e incentivar políticas de proteção às pessoas LGBTs (G1 CE, 2020).



(minimização da condição precária) ou de enlutamento (vidas que não são passíveis de luto).

O olhar interseccional, como lente teórica, analítica e política (AKOTIRENE, 2018), viabiliza o entrecruzamento de opressões que tornam o cotidiano de pessoas LGBTs mais vulnerável e precarizado. Nesse sentido, interseccionalidade é:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Embora Crenshaw (2002) tenha forjado o conceito de interseccionalidade, destaca-se que anteriormente um grupo de mulheres negras já havia apresentado, não com essa nomenclatura, mas em contexto de luta política dos movimentos sociais abolicionistas, antirracistas e de mulheres negras (LORDE, 2019). Evidenciamos, então, que marcadores sociais e de opressões inter cruzam-se, pois a desigualdades de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, dentre outros, atuam concomitante nas produções de violências, exclusões e na incapacidade de enlutamento por essas vidas oprimidas e assassinadas.

Nesse sentido, Fátima Lima (2018), em uma pesquisa com mulheres lésbicas a partir de uma ótica interseccional, identifica que os atravessamentos de opressões sociais e identitárias (pobreza, moradoras de favelas, negras e lésbicas), tornam essas mulheres mais expostas as vulnerabilidades produzidas na sociedade neoliberal e sua política de gestão de vida/morte. Cabe ressaltar que não estamos hierarquizando violências, mas visibilizando que estruturalmente, por nossa sociedade ser marcada pela colonialidade de saber, poder e de gênero (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2014), há vidas colocadas como mais expostas à violência e menos assegurada pelo poder estatal (BUTLER, 2016; BARROS *et al.*, 2019).

Desse modo, é possível constatar que a interseccionalidade escancara “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’.” (BUTLER, 2016, p.53). Precariedade, está

ligada ao reconhecimento social, ou as representações sociais que foram apontadas ao longo deste escrito (BUTLER, 2019).

Esses processos de precarização e desigualdade da vida, requer que questões de gênero e sexualidade sejam transversalizadas com questões socioeconômicas, territoriais e raciais. De modo que, políticas públicas devem se atentar para essa inseparabilidade interseccional, de forma que o Estado se responsabilize por essas mortes e desenvolva e potencialize redes de combate, proteção e prevenção às pessoas LGBTQs. Dialogando com Ribeiro (2018), a falta do olhar interseccional ao pensar políticas públicas de enfrentamento da violência, impossibilita compreender as complexidades da sociedade contemporânea marcadas pela genderização, racialização, periferização e LGBTQfobia.

### **Notas sobre a caminhabilidade: diversidade sexual e de gênero no Brasil**

A violência se evidencia num emaranhado acúmulo de conflitos pautado, não de modo restrito, mas paradoxal, na negação, subordinação e no extermínio do outro. A violência humana assume “[...] um caráter particular, individual [e coletivo] ou de premeditação” (COSTA, 1997, p. 282), apresentando-se muitas vezes de modo sistemático. Para o caso brasileiro é salutar transcrever as palavras de Wagner Cabral em entrevista à Prof<sup>a</sup>. Salviana Sousa da Universidade Federal do Maranhão, quando discorre sobre os traços históricos da cultura da violência no Brasil:

Em virtude do processo de (de)formação da sociedade nacional, caracterizado pelo genocídio indígena, pela escravização do negro africano, pelo latifúndio exportador e pelo patriarcalismo, o Brasil sempre foi marcado historicamente pelo domínio de uma cultura da violência. Mesmo que tal processo tenha sido mascarado pela invenção de mitos fundadores que enfatizavam ideias como a (suposta) harmonia entre colonizador e colonizado, a (falsa) democracia racial, uma (enganosa) história de um povo bom, pacífico e ordeiro, em comunhão com uma terra abençoada pela inexistência de guerras, do brasileiro como um homem cordial (no sentido restrito de povo hospitaleiro, alegre e gentil, mas esquecendo o componente de forte passionalidade dessa ideia-imagem, ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda) (SOUSA, 2018, p. 945).

Dessa forma observa-se um processo de acobertamento/apagamento das violências do passado e do presente, ou seja, não se fala, não se debate as violências do

cotidiano nos espaços institucionais, o que mantém os preconceitos contra minorias. As pessoas e populações dissidentes sexuais e de gênero, são alvos constante da violência urbana, como pode ser visto na obra de Melo (2018) ao apresentar os dados oficiais dos Relatórios de Violência Homofóbica no Brasil (2011, 2012 e 2013) organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e os dados anuais do Grupo Gay da Bahia (GGB). O Brasil é um país hostil para se experienciar uma sexualidade que não corresponda uma inteligibilidade do gênero, ou seja, que “[...] instituem e mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” que tem por base a heteronormatividade (BUTLER, 2015, p. 43).

Melo (2018) lembra que no Brasil, os Movimentos Sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, popularmente conhecido sobre a sigla LGBTQs, em um primeiro momento, em especial nos anos de 1980, voltam suas lutas sociais em torno da epidemia de AIDS. Mas posteriormente voltou-se para o combate à homofobia. Vale ressaltar que o cenário social não apenas assolado pela epidemia, consecutivamente fez enfraquecer e diminuir os movimentos de resistências LGBTQs, mas por outro lado, emergiu como uma questão pública, midiática e sanitária, o emblema da homossexualidade no Brasil, e com isso, “[...] mostrando que, além do combate à epidemia de AIDS, era necessário combater a epidemia da violência, da discriminação, do preconceito e a pior de todas as formas de homofobia: os homicídios motivados pelo ódio a homossexuais” (MELO, 2018, p. 16).

Trevisan (2018, p. 493) aponta que no Brasil “[...] das primeiras décadas do século XXI, políticas relacionadas à raça, gênero e sexualidade tomaram um impulso comparável ao das grandes guinadas, no anseio pela democratização social mais justa. Nem por isso seria adequado dizer que tais lutas chegaram à conquista do Paraíso”, afinal, como pode ser visto, as conquistas de ordem normativa foram alcançadas pelas vias do Poder Judiciário, enquanto que os Poderes Legislativo e Executivo (com exceção do Governo Lula) se mostram alheios as pessoas e populações LGBTQs, assim, para muitos dissidentes sexuais e de gênero a rua ainda é sinônimo do medo.

É a partir desse contexto histórico e social permeados por antagonismos no que diz respeito às lutas e anseios das pessoas e populações LGBTQs no contexto brasileiro, que, se compreende uma interface entre as desigualdades operantes na diversidade no

tocante de uma caminhabilidade “segura” na cidade, sobretudo, presente nos corpos que maximizam os estereótipos do preconceito, da indiferença e de uma feminilidade performativa (ORTON, 2017).

Não obstante, destacamos notícias veiculadas em jornais e *sites* de grande repercussão nacional que exemplificam nossa discussão sobre o espaço público, a saber: 1) Casal gay é espancado com pá após abraço e alega homofobia: 'bichinhas';<sup>11</sup> 2) Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará;<sup>12</sup> 3) Pai e filho são confundidos com casal gay e agredidos por grupo em São João da Boa Vista, SP;<sup>13</sup> 4) Acusado de atropelar e matar vendedor de tapiocas é condenado a medidas cautelares - Victor de Carvalho Alves, que atropelou um motociclista enquanto tentava atingir uma travesti, em abril, terá que usar tornozeleira eletrônica até o final do processo.<sup>14</sup> Como pode se observar, o espaço público não se apresenta como um lugar seguro para os dissidentes sexuais e de gênero.

Corroborando com a reflexão de que a violência letal recrudescer a via pública como não segura, Góis e Soliva (2017) aponta que somado a performatividade do corpo, são comumente desencadeadores de ódio e intolerância expressões de afetos e inconcordância com as posições individuais de mudança de sexo, na grande maioria das queixas das vítimas. Esse enclausuramento das condições singulares das pessoas tende a produzir o medo social e aspectos de constrangimento nas interações e relações interpessoais, e que estão tão legitimadas nas violências físicas, psicológicas e morais. Conforme Góis e Soliva (2017), “[...] a porta da boite [boate], a própria boite [boate], assim como outros estabelecimentos comerciais, mesmo que de frequência marcadamente gay, são locais em que o preconceito se expressa por meio de diferentes formas de violência” (GÓIS; SOLIVA, 2017, p. 13).

<sup>11</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2017/03/casal-gay-e-espancado-com-pa-apos-abraco-e-alega-homofobia-bichinhas.html> - Acesso em: 10. Mar. 2020.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html> - Acesso em: 10. Mar. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pai-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-agredidos-por-grupo-em-sao-joao-da-boa-vista-sp-2714592> - Acesso em: 10. Mar. 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/acusado-de-atropelar-e-matar-vendedor-de-tapiocas-e-condenado-a-medidas-cautelares-1.1774396> - Acesso em: 10. Mar. 2020.

É nesse ínterim que buscamos um diálogo com a Teoria da Caminhabilidade de Jeff Speck (2016), que tem sua centralidade nos desenhos urbanos de deslocamento dos sujeitos que vivem em um território. Faz-se necessário apontar que a Teoria da Caminhabilidade é oriunda da arquitetura e urbanismo e têm seus fins no desenvolvimento e planejamento urbano, mas também se abre para uma reflexão socioantropológica sobre o espaço urbano e a rua. Assim, dialogamos sobre gênero e sexualidade no Brasil e os processos de caminhabilidade que envolvem desde o planejamento da segurança física dos pedestres em sua caminhada, até o momento que se faz uma travessia na rua, ou quando se está andando ou descansando na calçada. Para além dessas questões, e conforme foi discutido ao longo do artigo, a caminhabilidade também é atravessada por questões subjetivas, que implicam diretamente no modo desse sujeito caminhar sobre as ruas da cidade.

A Teoria da Caminhabilidade, pensada a partir dos contextos brasileiros, nos instiga a refletir para além dos procedimentos técnicos que estão implicados para uma boa caminhada (largura das calçadas e ruas, locais de estacionamento, arborização, etc.), incluímos então as questões de gênero e sexualidade como um fator que pode dificultar a caminhada em espaços urbanos mais populares, implicando dizer que, planejamento urbano deve estar relacionado aos aspectos socioculturais dos caminhantes.

### **Considerações finais**

À guisa de uma conclusão, buscamos com este texto não propor um fechamento da temática ou de uma análise fatalista sobre a caminhabilidade dos corpos LGBTs. Nossas análises apontam que a caminhabilidade segura dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade são recrudescidas pela violência urbana de gênero e de intolerância às dissidências sexuais e de gênero. Isso implica dizer que a violência letal é intensa e, se mostra ainda não representativa da população LGBTs no Brasil, uma vez que as políticas públicas não possuem um monitoramento efetivo de dados com esse segmento populacional ou mesmo políticas preventivas eficazes, e diversas vezes, os dados obtidos partem de iniciativas não-governamentais e de movimentos sociais.

O histórico de nossa herança colonial se perfaz nas violências que acometem os corpos feminizados. Vimos que quando analisamos o cenário social sob o prisma interseccional, a violência urbana se intensifica nos corpos negros, pobres, marginalizados dos territórios periféricos, corpos abjetos e não passíveis de luto. Atrelado ao discurso de ódio e de intolerância, seja digerido pelas questões morais, religiosas, patriarcais, machistas e fascistas, são grandes fatores que atormentam ou bloqueiam a caminhabilidade da população LGBTs. Os efeitos repercutem na produção de uma invisibilidade social que não opera somente na caminhabilidade da via pública, mas que é presente também nos espaços institucionais e da coletividade cotidiana.

Sabemos que a discussão do tema da caminhabilidade não se esgota somente com a nossa reflexão proposta, uma vez que, a própria teoria se utiliza de outras áreas do saber, como arquitetura, paisagismo, história social e dentre outras para explorar o potencial de “caminhada segura”. Empreendemos um olhar lançado sobre a violência urbana e difusa, acirrada pela necropolítica de gênero, como um vetor de análise dos impactos que atravessam a população LGBTs e suas liberdade de transladar, performatizar e viver livremente pela cidade com seus desejos e singularidades. Portanto, suscitamos que estudos sobre as singularizações, produções de resistências e alianças sociais possam produzir desdobramentos de estudos sobre a caminhabilidade segura dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade.

## Referências

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** (Feminismos Plurais - Coordenação Djamilá Ribeiro). Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALVES, G. A. (2012). A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. & SPOSITO, M. E. B. (Org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto.

BARREIRA, C. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, 2013.

BARROS, A. P. B. G.; MARTÍNEZ, L. M. G. & VIEGAS, J. M. A caminhabilidade sob a ótica das pessoas: o que promove e o que inibe o deslocamento a pé?, **Revista Ur.** Barcelona, n. 8, 2015.

BARROS, J. P. P. *et al.*, Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019.

BRASIL. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. Gênero e número. 2019. Disponível em <[http://violencialgbt.com.br/dados/190321\\_relatorio\\_LGBT\\_V1.pdf](http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf)> Acesso em: 5 set. 2020.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. São Paulo: N-1. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2011. (Coleção Consciência em debate).

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 15. jun. 2020.

COLLING, L. A. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: Edufba, 2015.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.4, no 2, p.11-48, 2014.

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p.171-188. 2002.

FACCHINI, R.; CARMO, I. N.; LIMA, S. P. Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

G1 CE. Rua de Fortaleza homenageia Dandara dos Santos e será a 1ª do Ceará com nome de uma travesti. **G1 CE**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/12/09/rua-de-fortaleza-sera-a-primeira-do-estado-a-ter-nome-de-travesti.ghtml>> Acesso em: 12 dez. 2020.

GAMSON, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (Org.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed. 2006

GHIDINI, R. A caminhabilidade: medida urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos**, 33, 21-33. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2009.

GÓIS, J. B. H.; SOLIVA, T. B. A rua e o medo: algumas considerações sobre a violência contra jovens homossexuais em espaços públicos. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-15, 2019.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244. 1984.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil 2019. **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 2020. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>> Acesso em: 05 set 2020.

JOAS, H.; KNÖBL, W. Teoria Sociais Feministas. In: **Teoria Social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 436-493.

LIMA, F. Sobre dores, saudade e (re)existências. **Cadernos de gêneros e diversidade**, Dossiê: Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LORDE, A. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. *et al.* **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.



MACHADO, B. F. Estudos de masculinidades: a crise masculina, a masculinidade hegemônica e a paternidade em Onde estão os ovos?, de Fabrício Carpinejar. **Mosaico**, v.7, n. 11, p. 50-63. 2016.

MAGNANI, J. G. C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

MARTÍN-BARÓ, I. Da guerra suja à guerra psicológica: o caso de El Salvador. In: I. Martín-Baró, **Crítica e liber-tação na Psicologia: Estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017, p. 271-285.

MARTINELLI, A. Caso Dandara ainda espera respostas do poder público dois anos após sua morte brutal. **Huffpostbrasil**, 16 fev. 2019. Acesso em: 25 dez. de 2019. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/entry/dandara-dois-anos-travesti-assassinato\\_br\\_5c67742ee4b01757c36bb716](https://www.huffpostbrasil.com/entry/dandara-dois-anos-travesti-assassinato_br_5c67742ee4b01757c36bb716)>.

MBEMBE, A. **Políticas de inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, M. A. S. Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do nordeste brasileiro. São Paulo: **Embu das Artes**. 2018.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, R. F. A.; LUCENA, I.; GOMES FILHO, A. S. “O bairro é dividido em dois, professores! O João é a parte rica, e o Cabral é a parte pobre onde fica a favelinha.”. In: MELO, M. A. S.; GOMES FILHO, A. S.; LOBO, C. E. D. **Saberes e Dizeres no Cariri Cearense: gênero, religiosidade, africanidades e segurança pública**. Curitiba: CRV, 2016.

NUNES, L. F. “**Quando vi, tava envolvida**”: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. Dissertação. (Mestrado em psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2020.

ORTON, N. El. (Des)igualdade de gênero e a (i)mobilidade urbana contemporânea: uma visão goffmaniana. **RUA**, v. 23, n. 2, p. 243-266, 2017.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros ilimitados. 2018.

PRADO, M. A. M., & MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez. 2012.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAGOT, M. El feminicídio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys, études féministes**, 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/femicicide/monserat.htm>>. Acesso em: 9 agos. 2018.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. *In*: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. & SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto. 2012.

SILVA, D. S. N.; MIRANDA, M. H. G.; SANTOS, M. C. G. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Revista interterritórios**, v. 6, n. 10, p. 200-224, 2020.

SOLIVA, T. B. The street and fear: reflections on the violence experienced by Young gay men in public spaces. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 122-132, 2011.

SOUSA, S. M. P. S. Sobre a questão da violência: uma entrevista especial com Wagner Cabral. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 945-960, 2018.

SPECK, J. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva. 2016.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2018.

VALENCIA, S. El transfeminismo no es un generismo. **Pléyade**, v. 1, n. 22, p. 27-43, jul., 2018.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia, Salvador, 2015.

# Individualismo Moral e a Sociologia Clássica

Raphael de Oliveira Soares<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

A sociologia clássica, não obstante tenha, como uma de suas características principais, a pluralidade de abordagens e de paradigmas, partilha, entre seus autores, de uma normatividade comum, isto é, de um mesmo ideal de sociedade justa. Argumentaremos, ao longo do texto, que a partir de um individualismo moral, tanto Marx, quanto Weber, Durkheim, Simmel e Tocqueville, fornecem, por diferentes vias, teorias cujo objetivo se dirige a formulação de diretrizes práticas para o pleno desenvolvimento das capacidades e liberdades individuais. O indivíduo universal, e não o grupo, é a meta. Portanto, a sociologia clássica faz o diagnóstico das fontes de exploração e dominação que impedem o livre desenvolvimento da liberdade humana. Nosso intuito, nesse texto, além da identificação e definição das bases normativas do pensamento dos clássicos, será o de reconstruir os traços das circunstâncias apontadas por eles como impeditivas à concretização do projeto do individualismo moral. Ao mesmo tempo, buscaremos ressaltar a perene relevância do enfoque sociológico do individualismo moral nas análises contemporâneas sobre o desenvolvimento humano, como o do economista Amartya Sen, centradas no enfoque dos pré-requisitos sociais indispensáveis ao desempenho individual.

**Palavras-chave:** Sociologia Clássica; Individualismo Moral; Desenvolvimento Humano.

## Individualistic morality and the classical sociological thought

## ABSTRACT

The Classical sociology, even though has, among its main traits, a plurality of approaches, shares, nonetheless, a common normativity, a common perspective about what is a fair society. We argue, throughout the text, that departing from an individualistic normativity, Marx, Weber, Durkheim, Simmel and Tocqueville give us, by different ways, theories whose aim is to provide us practical knowledge on how to free individual capacity from social constraints. The universal individual is the goal. Not the group. Classical sociology, therefore, makes the diagnosis of the sources of exploitation and domination that prevent the free development of human freedom. Our aim, in this text, besides identifying the common normative ground that lies underneath the classical thoughts, is to reconstruct the social environments identified by them as blocking the project of individualistic self-development. At the end, we shall argue about the contemporaneity of the sociological approach on individualistic normativity in actual analysis on human development, as that of Amartya Sen, which focus on the social prerequisites of individual accomplishment.

**Keywords:** Classical Sociology; Individualistic morality; Human Development

---

<sup>1</sup> Doutorando no programa de pós graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF Darcy Ribeiro). E-mail: raphaeldeoliveirasoes@hotmail.com

## Introdução

A Sociologia Clássica, não obstante tenha, em seus fundamentos, claras pretensões científicas, fincadas em formulações e proposições formadas metodicamente, oriundas, em grande medida, dos modelos fornecidos pelas ciências naturais, tem, como pano de fundo de suas teorias, implícita ou explicitamente, uma normatividade bem estabelecida, ou seja, uma ideia clara e precisa do que seja um ordenamento social justo. A sociologia, como notou o sociólogo Frederich Vandenberghe (2012), é herdeira da filosofia moral. Argumentaremos que o individualismo moral, como orientação valorativa que prega que o objetivo da sociedade e de todas as suas instituições é permitir que os indivíduos, em sua universalidade, desenvolvam a totalidade de suas capacidades, perpassa a obra de todos os clássicos da sociologia. A teoria sociológica, de uma maneira geral, faz uma crítica imanente a modernidade, analisando os entraves que impossibilitam a realização de seus ideais, e não negando os ideais em si mesmos.

É preciso distinguir claramente, dessa forma, entre as distintas teorias da justiça, ou seja, as distintas concepções do que seja um ordenamento social “justo”, tanto no plano coletivo quanto no da conduta individual. Como nos lembra Sandel (2013), as teorias da justiça da antiguidade partem da virtude, enquanto as modernas começam pela liberdade. Assim, princípio basilar da justiça antiga e medieval é tratar desigualmente os desiguais. Para determinar quem merece o que, com efeito, deve-se estabelecer quais virtudes são dignas de honra e recompensa e, por outro lado, quais são dignas de punições e desprestígio. As estratificações eram, portanto, consideradas como dadas, como naturais. No mundo antigo, a autonomia subjetiva é sempre limitada. O que é possível ao ser humano está fixado pela ordem cósmica que define o lugar a ele reservado. A sociedade é vista como um elemento integrante do mundo natural circundante. Na ordem feudal, por sua vez, a sociedade estruturava-se em torno de uma ética paternalista cristã, de modo que a sociedade se equiparava a uma família, com relações recíprocas de dependência e subordinação, que, no entanto, estabeleciam redes de obrigatoriedades entre seus diversos elementos (HUNT e SHERMAN, 2013).

O individualismo moderno tem na universalidade, na generalidade de suas pretensões, a marca definidora, constitutiva, de seu caráter. A revolução Francesa, marco político-ideológico da modernidade, é notória por seu caráter ecumênico, por se dirigir ao homem em geral, independentemente de sua nacionalidade, pertencimento estamental, raça, gênero ou qualquer outra modalidade de estratificação. Todos são iguais perante Deus e perante a lei. O homem como tal estava no centro dos interesses daquele tempo. O grande formulador da moral moderna, nesse sentido, foi Immanuel Kant. Segundo Régis de C. Andrade (2002), sua filosofia moral é uma celebração da dignidade individual, tornando inviolável a esfera da consciência.

De acordo com a ética kantiana, a base de avaliação do ser humano transfere-se da ação para a consciência (SIMMEL, 2006). Se, dentro da tradição do catolicismo, os indivíduos eram avaliados segundo suas obras, a reforma protestante transfere a salvação ou condenação para o interior da consciência humana. Assim, estabelece-se a célebre dicotomia entre ética da convicção e ética da responsabilidade. Na *ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber (2005) argumenta que o Deus do Calvinismo não demandava de seus adeptos “boas obras”, mas uma vida ética tomada como um “sistema”, pautada em uma conduta cotidiana tida como virtuosa, independente de seus resultados práticos.

Segundo o pensamento kantiano, a dignidade do homem está em que, como ser racional, não obedece senão às leis que ele próprio estabeleceu. O homem, diferentemente da ordem do mundo natural, não operaria segundo princípios de necessidade absoluta. A liberdade seria a propriedade pela qual a causalidade pode operar a partir de dentro, de um comando da vontade, independentemente de determinações por causas externas. O ser humano possui a capacidade de fazer algo ou não fazer, de deliberar, ponderar caminhos alternativos de conduta, que o mundo natural não tem como característica. A liberdade, portanto, aparece como autonomia, ou seja, a propriedade dos indivíduos legislarem a si próprios. “Que outra coisa pode ser a autonomia da vontade, então, senão autonomia, isto é, propriedade da vontade de ser lei para si própria?” (KANT, 2002, p. 99).

Segundo as palavras de Kant (2002), um imperativo a guiar a conduta moral é que os seres racionais são fins em si mesmos, isto é, são algo que não deve ser utilizado

meramente como meio para um outro fim. Assim, diz ele: “Os seres racionais... chamam-se pessoas, porque a natureza deles os distingue como fins em si mesmos, isto é, como algo que não deve ser utilizado meramente como meio, e por conseguinte impõe limites a todo arbítrio” (KANT, 2002, p. 97). O filósofo alemão, portanto, argumenta que a natureza humana se constitui como a suprema condição limitante a todos os outros fins postulados por outros indivíduos ou pela ordem social.

A ideia kantiana do individualismo moral, portanto, da noção de justiça que tem como fundamento a autonomia do indivíduo, sua igualdade como ser humano e a liberdade de sua vontade para decidir quais os caminhos lhe são adequados, é o alicerce a sustentar todas as diversas vertentes clássicas do pensamento sociológico. Mesmo em teorias macrossociológicas, pautadas em compreensões positivistas das ciências humanas, aderem a esse paradigma normativo. Anthony Giddens (1998, p. 147), dissertando sobre esse aspecto ambivalente da obra de Durkheim, argumenta que tem como intuito “...conectar sua discussão analítica (e sua rejeição) do individualismo como abordagem metodológica para a teoria social com sua concepção desenvolvimentista da emergência do individualismo como moralidade nascida do crescimento da divisão do trabalho diferenciada.” A argumentação durkheimiana, em *Da divisão do trabalho social* (2010), parte da ideia de que a transição das sociedades tradicionais, segmentares, para as sociedades modernas, orgânicas, é um processo concomitante à individualização, de modo que a especialização do indivíduo de acordo com seus talentos e capacidades é o que deverá definir o lugar que cada um ocupará na sociedade, sobretudo na estrutura ocupacional.

Karl Marx, no mesmo sentido, em sua crítica a sociedade burguesa, a classifica como o último estágio da pré-história do Homem, isso é, a última sociedade estratificada antes que os indivíduos se tornassem livres para se autodeterminar e fazer, de fato, através de sua *práxis*, a História, e não serem meros objetos passivos dos imperativos da natureza e de estratos dominantes da sociedade. A existência das classes circunscreveria o limite real da liberdade do indivíduo, limitando o espaço de ação e as oportunidades abertas ao que cada um pode ou não alcançar. Segundo Marcuse (2004, p. 245), em *Razão e Revolução*, “O indivíduo é a meta. Esta tendência ‘individualística’ é uma característica fundamental da filosofia marxista.”

Alexis de Tocqueville (1987), na mesma chave normativa da liberdade individual, em *Democracia na América*, nos fornece uma das primeiras conceituações do individualismo como fenômeno sociológico. Em suas palavras, ao contrário do egoísmo, paixão irrefletida e exagerada por si mesmo, o individualismo seria a culminância de um longo trajeto histórico, fruto do avanço inevitável da igualdade. Diz Tocqueville (1987, p. 13): “... o gradual desenvolvimento da igualdade é uma realidade providencial. Dessa realidade, tem ele as principais características: é universal, é durável, foge dia a dia à interferência humana; todos os acontecimentos assim como todos os homens servem ao seu desenvolvimento”. O progresso das ciências, das artes, da técnica, portanto, criou as condições ideais para a igualização das condições humanas, favorecendo desenvolvimentos tecnológicos e produtivos que levaram o status aristocrático a desaparecer em favor da disseminação de uma condição econômica, social e política comum, ou ao menos atingível por todos. A progressiva equalização das condições socioeconômicas e das capacidades humanas contribui, assim, de forma decisiva para o surgimento do sujeito universal.

No entanto, os produtos históricos da ação humana sempre se apresentaram, aos olhos dos clássicos da sociologia, em toda a sua complexidade. Max Weber, nesse sentido, verá no fenômeno da difusão e propagação da racionalidade formal-instrumental pelas distintas esferas da vida, em sua denúncia da progressiva perda de liberdade e de sentido da vida humana, como a patologia da modernidade. Em seus escritos políticos, sobretudo, o autor alemão aponta a perniciosa difusão da modalidade de ação e de dominação centradas na racionalidade referente a fins, suprimindo a importância não só das motivações com base em valores como bloqueando o surgimento de personalidades extraordinárias e inovadoras. A burocratização dos partidos políticos e do parlamento, em sua perspectiva, suprimiam a emergência de lideranças carismáticas que pudessem, de fato, renovar o parlamento e o próprio papel do Estado. Tal teria sido o legado dos anos do governo Bismarck à Alemanha de sua época. Weber (2015, p. 159), quando da renúncia de Bismarck ao cargo de chanceler, questionou: “Qual dos grandes partidos de seus seguidores exigiu ao menos uma explicação sobre as razões de sua demissão? Nenhum deles se mexeu; simplesmente se viraram para o novo sol.” Não havia lideranças políticas para tal.

Em Simmel (2014), interlocutor de Weber, a tragédia da cultura se estabelece a partir do momento em que a ação humana, com seus objetos e práticas desenvolvidos para lidar com os desafios postos pela natureza e pela sociedade, engendra uma objetividade que se autonomiza e passa a funcionar por sua própria lógica, no que ele chama de separação entre cultura subjetiva e objetiva, resultando numa sempre crescente estranheza entre o sujeito e suas criações. De acordo com suas palavras: “[...] o sujeito vivencia incontáveis tragédias nesta profunda contradição de forma entre a vida subjetiva infatigável, mas temporalmente finita, e seus conteúdos, que, uma vez criados, são estáticos, mas tem uma validade atemporal” (SIMMEL, 2014, p. 77).

A partir dessa breve introdução, onde foram delineados os contornos do que se entende ser a moralidade subjacente aos escritos dos autores da sociologia clássica, i.e., o individualismo moral, buscaremos descrever, nas próximas seções, os contextos sociais e históricos que se constituíram, e se constituem, em travas, empecilhos, a plena realização do projeto normativo da modernidade. Se, por um lado, temos, nas tradições das sociedades antiga e feudal, uma miríade de relações familiares e religiosas, a submeter os indivíduos, por outro, na modernidade, temos os sistemas funcionalmente diferenciados, sobretudo o Estado moderno e o Capitalismo.

Por fim, chamaremos atenção para a atualidade dos clássicos para teorias contemporâneas do desenvolvimento humano, como o do economista Amartya Sen, que adere ao horizonte normativo do individualismo moral, ao mesmo tempo que identifica os pré-requisitos sociais indispensáveis ao desempenho individual, sobretudo no que se refere a infraestrutura de serviços públicos. O foco do economista indiano se concentra na noção de capacidades humanas (*capabilities*) de forma concomitante a pluralidade de instituições que são necessárias para que os indivíduos possam realizar suas capacidades individuais e estar aptos a fazer, de fato, escolhas. Diz ele, sobre a eficácia social dessa abordagem: “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 33).



## Antiguidade, Feudalismo e o Indivíduo

Como dito, as teorias da justiça da antiguidade partem da virtude, enquanto as modernas começam pela liberdade. Platão, em *A República* (2014), nos descreve o que seria uma organização política justa, um regime político ideal. Sua proposta ideal de organização da *polis* era a de um governo aristocrático, em que a camada dirigente seria formada por Reis-filósofos. *Aristoi*, em grego, provém do vocábulo *Arete*, ou virtude, excelência. Portanto, um governo aristocrático seria o governo dos virtuosos. A virtude, nesse caso, seria o desenvolvimento da racionalidade humana e de sua sobreposição às paixões e aos instintos. As cidades, portanto, deveriam ser governadas por filósofos, que teriam passado pelo processo educacional necessário para engendrar a conduta guiada pela razão, para sair da caverna em direção à luz.

Para Platão, a política consistia em um saber especializado e exclusivo que deveria ser reservado a poucos. A democracia, por seu turno, em sua perspectiva, distribuía um tipo de igualdade, indiscriminadamente, tanto a iguais quanto aos desiguais, afrontando princípio basilar da justiça antiga, segundo o qual há que se tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. A democracia retratada por Platão, portanto, é um regime político completamente anárquico, no qual as classes e suas funções estão completamente embaralhadas, presa fácil ora da demagogia, ora da tirania (CHAUI, 2002).

Para o discípulo de Sócrates, é principalmente num Estado sob esse regime político que se encontram indivíduos de todos os tipos. Como um traje multicolorido, segundo suas palavras. A liberalidade promovida pela democracia promoveria um embaralhamento das posições “naturais” dos distintos grupos, minando a própria autoridade. Assim, “O Estado passa a insultar os que obedecem aos governantes, classificando-os como escravos voluntários e indivíduos imprestáveis, e louva e estima, tanto publica quanto privadamente, governantes que se comportam como governados e governados que se comportam como governantes” (PLATÃO, 2014, p. 354). Continuando em sua exposição:

O clímax dessa liberdade para a multidão é atingido nesse Estado quando os escravos comprados [...] gozam de tanta liberdade quanto seus proprietários que pagaram por eles. E eu quase me esqueço de mencionar o grau de liberdade e os direitos de igualdade na relação entre homens e mulheres (PLATÃO, 2014, p. 355).

Na crítica Platônica, há a radicalização do elemento mais característico e atraente da democracia, ou seja, a liberdade, salientando-se a tolerância peculiar que viceja nesse regime político em relação aos hábitos e aos modos de vida de seus cidadãos. A democracia é vista como fonte de subversão, anarquia, de estratificações e hierarquias consideradas “naturais”, tendo em vista a ideia antiga da existência de desigualdades naturais entre os indivíduos e entre os seres. O cultivo das virtudes que conferem excelência às distintas categorias de cidadãos, portanto, é considerado menos importantes do que o apoio recebido da maioria. Nas palavras de seu maior discípulo, Aristóteles (2009, p. 211):

[...] o direito ou a justiça, em um Estado popular, consiste em observar a igualdade em relação ao número, e não a que se regular por mérito. Segundo essa ideia do justo, é preciso forçosamente que a soberania resida na massa do povo, e que aquilo que ele tenha decretado seja definitivamente firmado como o direito ou o justo por excelência [...] (ARISTÓTELES, 2009, p. 211).

Para nós, modernos, a crítica nos parece estranha, tendo em vista que a autonomia do indivíduo, sua capacidade de agência para decidir sobre o caminho que lhe é mais adequado, é um dos pilares normativos de nossas sociedades. As liberdades de ação, de escolha e de pensamento, são fundamentais em nossas sociedades contemporâneas, centradas nos pressupostos morais do individualismo filosófico, em contraposição às cosmovisões antiga e medieval, cuja compreensão orgânica da sociedade estabelece *a priori* a posição que cabe a cada categoria de indivíduos. No mundo antigo, a autonomia subjetiva é sempre limitada. O que é possível ao ser humano está fixado pela ordem cósmica que define o lugar a ele reservado. A sociedade é vista como um elemento integrante do mundo natural circundante.

Na ordem feudal, a sociedade estruturava-se em torno de uma ética paternalista cristã, de modo que a sociedade se equiparava a uma família, com relações recíprocas de obrigatoriedade entre seus diversos elementos desiguais (HUNT e SHERMAN, 2013).

Segundo Tocqueville (1987, p. 387), “A aristocracia fizera de todos os cidadãos uma longa cadeia que ia do campônio ao rei; a democracia rompe a cadeia e põe cada elo à parte.” A nobreza e o clero, nesse contexto, constituíam as duas vertentes da classe dominante, que, no entanto, possuíam um amplo leque de obrigações para com a manutenção dos servos sob os seus domínios. Karl Polanyi, em seu clássico *A grande transformação* (2000), nos mostra todas as regulações tradicionais, que normatizavam a utilização do trabalho e da terra, e que tiveram que ser rompidas pelo Estado absolutista para que a força de trabalho humana pudesse ser transformada em mercadoria, isso é, para que o indivíduo se desprendesse de todas as relações de dependência que o prendiam a terra e às relações de vassalagem.

O processo de cercamento dos campos, nesse sentido, aparece na história inglesa como o início da ruptura com o modo de produção feudal. A revolução agrícola precedeu a revolução industrial. Ao transformar as terras que eram de uso comum em pastagens, os lordes e nobres, aburguesando-se, abalaram profundamente os alicerces daquela ordem social, assentada no campesinato e na ligação umbilical que havia até então entre o homem e o campo. O mesmo se passava nas cidades, sob o domínio das guildas, que dominavam o acesso às profissões artesanais e aos mercados urbanos. As corporações dos ofícios urbanos absorviam por completo os indivíduos, não apenas como associações de indivíduos buscando vantagens econômicas, mas sim como fato social total. De acordo com Simmel (2014, p. 24):

A corporação medieval integrava o homem por inteiro; uma corporação de tecelões não era uma mera associação de indivíduos que se limitava a cuidar dos simples interesses de seus membros, mas sim uma comunidade de vida, seja em aspectos técnicos, sociais, religiosos, políticos, seja em outros aspectos a mais (SIMMEL, 2014, p. 24).

Para Robert Nisbet (2009) as antigas relações entre grupos de homens e parcelas de terra, entre comunidades organizadas e unidades territoriais, constituíam o fundamental da história política desde tempos imemoriais. A modernidade, assentada no Estado moderno e no capitalismo, não só provocou devastadores efeitos de desenraizamento, culminando na expulsão em massa dos camponeses de terras habitadas desde antanho, como já exposto, como erodiu as bases da estrutura patriarcal

e das relações de parentesco vigentes, e a hierarquia interna que lhes é constitutiva. Ao modificar a estrutura da propriedade, limitando a liberdade testamentária do patriarca, o forçando a uma divisão igualitária das posses, os legisladores revolucionários solapavam as bases da solidariedade econômica das famílias, debilitando-a. O indivíduo, portanto, e não o grupo, era o herdeiro do desenvolvimento histórico.

A ordem econômica de mercado teve que contar com a ação deliberada do Estado mercantilista para romper com todas as barreiras protecionistas que restringiam as condições em que se davam os intercâmbios econômicos dentro das cidades e no campo. A terra e o trabalho estavam envoltos em uma estrutura social tradicional que estipulava inúmeros ritos e tabus. Não só isso. Havia todo um conjunto de legislações que positivavam essas relações, e que tiveram que ser rompidas pelo próprio processo legislativo, dentro dos poderes constituídos. Segundo Nisbet (2009, p. 74), foi “[...] a união das forças legislativas e econômicas que trabalhavam para destruição de grupos e associações nascidas na idade média [...]”.<sup>2</sup> (Tradução nossa).

Com efeito, diversas leis de assistência aos pobres, as *poor laws*, haviam sido estabelecidas durante séculos, no sentido de garantir subsistência aos habitantes de determinada localidade, garantindo-lhes o direito à vida. Tais legislações foram frontalmente atacadas pelos economistas liberais. A criação de um mercado de trabalho nacional partia da premissa de que os trabalhadores ofereceriam sua mão de obra em troca de salário. A perspectiva da fome no horizonte de expectativa, nesse caso, era crucial como motivação subjetiva. Nas palavras de Polanyi (2000), a tradicional unidade da sociedade cristã foi cedendo espaço a uma negação de responsabilidade da parte das classes dominantes em relação aos seus compatriotas, de modo que “[...] se os trabalhadores estavam fisicamente desumanizados, as classes dominantes estavam moralmente degradadas. A unidade tradicional de uma sociedade crista cedia lugar a uma negação da responsabilidade por parte dos ricos em relação às condições dos seus semelhantes” (POLANYI, 2000, p. 126).

Durkheim, por sua vez, em seu estudo *Da divisão do trabalho social* (2010), nos mostra como a especialização e a individualização é uma decorrência, em parte, de novas

---

<sup>2</sup> Segundo Nisbet (2009, p. 74), foi “...la unión de las fuerzas legislativas y económicas que trabajaban por la destrucción de grupos y asociaciones nacidos en la edad media”.

condições demográficas da existência social. Segundo ensinamento Darwinista, espécies que compartilham o mesmo espaço só podem garantir sua sobrevivência na medida em que lutam por recursos diferentes. No caso das sociedades humanas, a especialização do trabalho é a via. Com o esvanecimento da sociedade segmentária, tradicional, os indivíduos são expostos a interrelações distintas das que havia antes. Não só se verifica o aumento do contingente populacional, como, principalmente, a densidade das relações interpessoais. Esses mesmos indivíduos, imbricados em teias de relações cada vez mais numerosas e complexas, são impelidos a especialização, a fim de sobreviver. Diz Emile Durkheim (2010, p. 252):

[...] a divisão do trabalho progride tanto mais quanto mais houver indivíduos suficientemente em contato para poderem agir e reagir uns em relação aos outros. Se conviermos em chamar de densidade dinâmica ou moral essa aproximação e o intercâmbio ativo que dele resulta, poderemos dizer que os progressos da divisão do trabalho são diretamente proporcionais à densidade moral ou dinâmica da sociedade (DURKHEIM, 2010, p. 252).

Simmel, em seu texto *As grandes cidades e a vida do espírito* (2005), desenvolve a mesma linha de raciocínio: “A vida na cidade pequena, tanto na Antiguidade como na Idade Média, impunha ao singular limites de movimento e de relações em direção ao exterior e de autonomia e diferenciação em direção ao interior, sob os quais o homem moderno não conseguiria respirar” (Simmel, 2005, p. 584). Para Jesse Souza (2014, p. 11), comentando a obra de Simmel, “[...] o contrário da liberdade não seria a mera existência de vínculos enquanto tais, mas a dependência em relação a poucos, ou, no caso limite, a um só.” Para Simmel, portanto, na mesma direção do argumento de Durkheim, a multiplicidade de vínculos e relações é a própria precondição objetiva para o aparecimento da noção de indivíduo, da própria ideia de que o indivíduo poderia possuir uma identidade própria apartada do social.

A partir da reconstituição dos argumentos de alguns textos clássicos das ciências sociais, perceberemos que o indivíduo é fruto de um longo processo histórico. O indivíduo não é apenas, como uma perspectiva liberal poderia sugerir, uma entidade natural *a priori* que deve ser protegida do poder incontestável do Estado, mas o próprio indivíduo é, em grande parte, uma criação do Estado. O Estado, em seu processo de

centralização e aglutinação do poder de coerção física e, sobretudo, simbólica, esvaziou os corpos intermediários, outrora *locus* de pertencimento e identificação, mediante a criação de uma ficção jurídica chamada indivíduo. Nesse sentido, a jurisdição de um corpo administrativo em expansão destruiu todas as identidades pré-políticas que os indivíduos possuíam, impondo, dentre outras coisas, sua monopolização do direito de classificar. As classificações estatais, assim, passam a ser as únicas legítimas e reconhecidas, positivando, assim, o desprezo rousseaiano pelas “associações parciais”.

### **Alienação, Fetichismo e o Indivíduo**

O declínio da *belle époque*, período que antecede a Primeira Guerra Mundial, é marcado pelos primeiros desapontamentos e decepções engendrados pelas promessas não cumpridas do projeto emancipatório do iluminismo. O desenvolvimento da cultura, entendido como o avanço do domínio do homem sobre a natureza, a expansão das atividades produtivas, o progresso da ciência e da tecnologia, a instituição de liberdades civis básicas, a instauração de regimes democráticos representativos, enfim, o surgimento e a consolidação dos marcos institucionais característicos da modernidade, não levaram os indivíduos à conquista da liberdade e a superação do estado de submissão aos flagelos que marcam a humanidade desde os primórdios. Pelo contrário, o desenvolvimento de todos os progressos humanos em suas mais diversas áreas de atividade foi tornando os indivíduos cada vez mais submetidos ao funcionamento do fruto de suas atividades. As obras humanas, projetadas para serem instrumentos de promoção de seu bem-estar, instauraram um nível de escravidão física e mental intolerável para muitas pessoas, fazendo-as perecer em escala industrial.

A primeira grande formulação dessa problemática moderna fundamental, a questão da severa submissão do homem aos objetos e práticas oriundas de suas atividades, está nas obras de Rousseau. No *Discurso sobre a origem e o fundamento das desigualdades entre os homens* (2005), o bucolismo do filósofo genebrino nos mostra o trajeto fúnebre seguido pelo homem, de um hipotético estado de natureza, onde há pouca sociabilidade e prevalência de um modo de vida simples, quase instintivo, em direção a sua escravização pelos requintes e promessas de gozo e segurança

disponibilizados pela sociedade. As promessas da civilização encheram os indivíduos de vaidades, cujas perspectivas de realização, nunca alcançadas, sempre foram a estratégia mais bem formulada pelos beneficiários de uma ordem social iniqua, onde parcelas diminutas da sociedade se beneficiam. Assim, Rousseau (2005, p. 169) nos diz:

[...] eis a prova de que a maioria de nossos males é obra nossa e de que os teríamos evitado quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária que nos era prescrita pela natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, quase ousou assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita é um animal depravado (ROUSSEAU, 2005, p. 169).

Para Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 21), “[...] as reflexões filosóficas de Rousseau antecipam em muitos pontos a ontologia do ser social de Hegel e, sobretudo, de Marx”. O progresso da civilização, antes de aumentar a felicidade do maior número de pessoas, maximizando seus prazeres e reduzindo suas dores, levou a níveis de exploração econômica e de dominação política e psicológica em escalas sem precedentes nas sociedades ditas “tradicionais”, ainda que sob esse rótulo coexistam as mais díspares experiências históricas. Os homens submetem-se aos seus próprios feitos, se tornando escravos dos produtos de sua atividade. Em resposta paradoxal ao problema da alienação, a proposta rousseaniana em *O Contrato Social* (2011) advoga uma alienação total voluntária do indivíduo a coletividade. Diz ele: “Essas cláusulas, quando corretamente entendidas, se reduzem todas a uma só, a saber: a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade” (ROUSSEAU, 2011, p. 66). Portanto, propõe um novo contrato social, feito, agora, sobre novas bases, racionais, e não mais o contrato histórico, erigido sobre a contingência, a desigualdade material e a força.

No *O capital* (2002), a crítica de Marx à alienação do homem, seu estranhamento em relação a si mesmo e aos produtos de sua atividade, se dá pela análise da mercadoria. A mercadoria como expressão de uma relação social historicamente específica é a expressão da sociedade dividida em classes, onde uns produzem e outros se apropriam do que é produzido. Onde a uns é permitido a autorrealização de suas múltiplas potencialidades, de suas capacidades humanas, enquanto para outros resta a redução a um estado abaixo da humanidade, a coisa. A aparição do “trabalho livre” consistiu na

expropriação de todos os meios de vida tradicionais de populações inteiras, obrigando-as a venderem o que lhes restava, sua força de trabalho. A coisificação da força de trabalho, a redução das capacidades laborais do trabalhador, sua perícia específica, ao valor de troca, medida de valor homogênea, destrói a individualidade e as características pessoais do indivíduo e de sua produção. Se formos mais atrás na história da filosofia, veremos, em Locke, a ideia do trabalho como parte fundamental da essência do ser humano, sendo o próprio fundamento de legitimação da propriedade. Nesse sentido, a alienação em relação à atividade produtiva e seus produtos era entendida como um desencontro do ser humano consigo mesmo.

A abolição da destreza é o resultado da mecanização e racionalização do trabalho. O trabalhador se torna apêndice da máquina. O progressivo distanciamento do trabalho mental e do trabalho manual degrada as capacidades intelectuais do trabalhador de conceber o fruto do seu trabalho de uma forma total. Tal concepção, com efeito, torna-se mais contundente se atentarmos para as premissas filosóficas da filosofia marxista, o individualismo moral, o qual temos exposto ao longo do texto. Se o intuito da revolução marxista passa pela liberação do homem dos constrangimentos produzidos pelo modo de produção vigente, sua divisão do trabalho e, principalmente, suas formas de divisão da propriedade do produto do trabalho, é necessário atentar para o papel fundamental exercido, nessa concepção, pelo trabalho como forma de autorrealização individual.

Max Weber, muito menos otimista em relação às possibilidades de revolução, argumentava que um regime socialista não só não livraria o homem comum das formas cotidianas de exploração e dominação as quais se submetia, como, pelo contrário, o colocaria sob o jugo de instâncias burocráticas muito mais eficientes em seu controle sobre a vida humana do que a administração pública limitada pelo modo capitalista de produção. No capitalismo, não obstante os indivíduos estejam constantemente constrangidos pelos imperativos do Estado e do mercado, há a existência de um nível de pluralismo que, de algum modo, protege o indivíduo de sucumbir por completo a uma instância que se lhe apresenta como totalitária. A burocratização da vida, como meio de institucionalização de uma racionalidade estratégica, é um fato inexorável em um mundo secularizado, seja ele socialista ou capitalista. A temática weberiana, com efeito,



diagnostica os males trazidos para a vida humana da generalização da racionalização referente a fins sobre todas as esferas da vida. O agir motivado por interesses, por objetivos, dominando a existência e empobrecendo a vida.

De acordo com Vandenberghe (2012, p. 50), “[...] pode-se dizer que a racionalização formal de Weber é rigorosamente um sinônimo de reificação de Marx.” A obra do filósofo Georg Lukács (1974), por sua vez, se direciona no sentido de realizar uma síntese da obra dos dois cânones sociológicos alemães. Seu conceito de reificação é a fusão da teoria da alienação e do fetichismo da mercadoria, de Marx, e o fenômeno da difusão e propagação da racionalidade formal-instrumental pelas distintas esferas de valor cultural, de Weber. O desenvolvimento teórico realizado por Lukács vai na direção da identificação da difusão da impessoalidade, do cálculo, da estipulação de regras formais que a todos submetem, próprias da racionalização do modo de produção capitalista, a todas as esferas da vida. “A economia, o direito e o Estado aparecem como sistemas fechados que dominam toda a sociedade em virtude da perfeição de seu próprio poder, pelas suas leis próprias e imanentes” (LUKÁCS, 1974, p. 240). A reificação é a submissão dos seres humanos às leis prevalentes nos diversos sistemas funcionalmente diferenciados da sociedade moderna. A modernidade, portanto, traz consigo o perigo da extinção da autonomia humana, o cerceamento total da possibilidade do indivíduo estipular as próprias regras sob as quais deseja se submeter, ruindo as possibilidades de realização do imperativo moral kantiano.

A filosofia de Lukács, enveredando pela seara crítica aberta por Marx e Weber, nos mostra como a humanidade se tornou vítima de seu próprio sucesso. A fim de realizar seus intentos de dominação sobre a natureza e sobre os outros homens, a necessidade da racionalização, do cálculo, da continuidade temporal das tendências próprias aos sistemas sociais, de suas “leis”, acabou por levar a tragédia da destruição do presente. Talvez aí resida o grande problema. A vida cotidiana, o hoje, que é onde, de fato, a vida é vivida, como os sábios ensinamentos do Budismo jamais vão nos deixar esquecer, acaba sendo reduzido a um ponto homogêneo dentro de uma linearidade, dentro de um projeto de mundo que parece sempre buscar nas tendências das trajetórias passadas as possibilidades de realização do futuro, se esquecendo talvez do único espaço temporal no qual a ação é possível, i.e., no hoje, no aqui e no agora.

Na mesma chave normativa, Tocqueville (1987) argumenta que a modernidade, não obstante alicerçada em valores liberais, guiada para a liberação das potencialidades individuais, engendrou uma nova forma de poder, mais irresistível e onipresente do que qualquer outro tipo pretérito. A democracia, e a ideia de igualdade que lhe é constitutiva, ainda que faça parte de um movimento histórico mais amplo de igualização das condições humanas, favorecido por desenvolvimentos ideológicos, tecnológicos e produtivos, onde o status aristocrático desaparece em favor da disseminação de uma condição econômica, social e política comum, ou ao menos atingível por todos, é, não obstante, um sistema de poder político, cuja sofisticação e abrangência, desde cedo, chamou atenção dos observadores mais argutos.

O movimento de igualização das condições, impulsionado pelo progresso das ciências, das artes, da técnica, etc., nesse sentido, criou as condições ideais para o desenvolvimento dos novos mecanismos de dominação. Se os estratos intermediários do mundo feudal foram sendo dissolvidos, tanto pela ação política revolucionária quanto pela erosão das bases ideológicas de sua legitimidade, o que surge em seu lugar, como continuidade histórica da centralização iniciada pelos monarcas absolutos, é um aparato estatal burocrático que, profissionalizando-se e racionalizando-se, erige um sistema de controle que, através de meios muito mais eficazes e sutis, é capaz de enredar os indivíduos sem que esses, nem ao menos, notem. Diz o pensador francês:

[...] no século XVIII a administração pública já era muito centralizada, muito poderosa, prodigiosamente ativa. Estava incessantemente auxiliando, impedindo, permitindo. Tinha muito a prometer, muito a dar. Já influía de mil maneiras, não apenas na condução geral dos assuntos públicos, mas também na sorte das famílias e na vida privada de cada homem (TOCQUEVILLE, 2009, p. XLIII).

Para Tocqueville, como grande pensador liberal que foi, a ameaça à liberdade que a igualdade poderia constituir sempre esteve no centro de suas indagações. Como dito, a destruição dos mecanismos tradicionais de moderação do poder central, como eram os estamentos feudais e as corporações de ofício, por exemplo, propiciaram uma hipertrofia e centralização do poder, mediados por mecanismos burocráticos de organização, jamais antes atingido pelos estados pré-modernos. O poder social se

tornou, assim, irresistível. Não só em termos de capacidade burocrática de controle e coerção, mas, sobretudo, moralmente. A opinião da maioria se tornou a fonte de legitimação do poder social, a base de justificação do poder público, constituindo-se em forte empecilho a aparição de opiniões divergentes. A tendência à homogeneização, que tanto serviço presta a atividade de dominar, tendo em vista a não perda de tempo com idiosincrasias, sufoca a liberdade individual.

Em Simmel (2005), por sua vez, há a demonstração de como a vida psicológica dos indivíduos nas grandes cidades sofre severos impactos. Uma das características do ser humano moderno, urbano, nesse sentido, seria o aumento do intelectualismo, em detrimento das relações pautadas pelo sentimento e pelo afeto, próprias do mundo tradicional. O entendimento lógico, como salienta Simmel, despreza o individual, tendo em vista sua impossibilidade de generalização. Símbolos máximos da modernidade, a difusão geral do relógio de bolso e da economia monetária seriam frutos da necessidade de sincronização da atividade de diversos indivíduos, na crescente divisão do trabalho provocada pelas novas condições demográficas da vida. O sucesso da divisão do trabalho, ao exigir do singular realizações cada vez mais unilaterais, atrofia a personalidade individual como um todo, como um “grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências” (SIMMEL, 2005, p. 588).

Como exposto ao longo do texto, a modernidade é interpretada, pelos seus autores clássicos, em toda a sua ambivalência. Ao mesmo tempo em que a liberdade individual, como horizonte normativo, foi possibilitada pela remoção de uma miríade de relações e instituições que pregavam a subordinação do indivíduo a totalidade social, essa mesma ação, liberta dos constrangimentos tradicionais, engendrou novas formas, agora impessoais, de dominação e exploração. Contudo, se há autores com diagnósticos mais lúgubres sobre as possibilidades futuras da libertação humana, como Max Weber, há, por outro, autores como Marx,<sup>3</sup> que entreveem, em uma sociedade futura, novas

---

<sup>3</sup> “Só no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diferentes formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como um simples meio de realizar seus objetivos particulares, como uma necessidade exterior. Mas a época que dá origem a este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela em que as relações sociais atingiram o seu máximo de desenvolvimento. O homem é, no sentido mais literal, um *dzoon politikhon*, não só um animal sociável, mas uma animal que só em sociedade pode isolar-se” (MARX, 2011, p. 226).

formas de organização social que possam libertar os indivíduos das fontes de exploração e dominação que os impedem de auto realizar-se.

A ambivalência da sociedade descrita nos clássicos é resgatada, contemporaneamente, por linhas teóricas que enfatizam o indispensável suporte fornecido pela sociedade à realização das liberdades individuais. Marx e Engels, na *Ideologia Alemã* (2007, p. 92), nos ensinam que “[...] é somente na comunidade que cada indivíduo possui os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; é somente na comunidade que a liberdade pessoal é possível.” Amartya Sen (2010), Nobel de economia, é um dos proponentes contemporâneos dessa acepção de justiça que reconhece, na liberdade individual, o fundamento do bem-estar social e do desenvolvimento das nações. De acordo com suas palavras: “[...] temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social” (SEN, 2010, p. 10).

O foco que o economista indiano concentra nas capacidades (*capabilities*) abrange, principalmente, a pluralidade de instituições que são necessárias para a realização das capacidades individuais. Nem a supressão de liberdades políticas e civis, em proveito do desenvolvimento econômico, nos parece mais adequado, nem, tampouco, a garantia de liberdades abstratas, sem levar em devida conta a infraestrutura de serviços públicos com a qual os indivíduos contam para promover seu próprio desenvolvimento. Assim:

Uma variedade de instituições sociais – ligadas à operação de mercados, a administrações, legislaturas, partidos políticos, ongs, poder judiciário, mídia e comunidade em geral – contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais (SEN, 2010, p. 377).

A complexa relação entre indivíduo e sociedade se resume em seu dubio caráter, constituindo-se, simultaneamente, em fonte de repressões e de oportunidades, em problema e solução. Por fim, poderíamos considerar que, do ponto de vista da ação coletiva, da organização política das sociedades modernas, tem-se que o foco na moralidade individual ainda é um ponto de vista promissor para as mazelas que nos acometem. Diante da emergência contemporânea de líderes políticos populistas, em uma conjuntura em que há um inegável mal estar em relação às precárias respostas

dadas pelos sistemas políticos nacionais para as incertezas que dominam atualidade, o olhar sobre o indivíduo enquanto tal, suas capacidades e suas responsabilidades, pode ser um antídoto contra a procura por “salvadores da pátria”, proponentes de soluções radicais e supostamente miraculosas. A moralidade do indivíduo é o resgate da força do homem simples, de sua capacidade de decidir e de agir sobre o mundo com o qual se defronta, abrindo possibilidades para formas menos violentas e excludentes de vida social. É a negação das “respostas vindas de cima”. Como nos recorda Amartya Sen (2010, p. 361), “[...] o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento em favor da responsabilidade individual, e não contra ela.”

## **Conclusão**

Argumentamos, ao longo do texto, que a sociologia clássica partilha, entre seus principais autores, de uma normatividade comum, isso é, de um mesmo ideal de sociedade justa. O individualismo moral, centrado na ideia do ser humano universal, livre, igual e em busca da felicidade, presente tanto em Marx, quanto Weber, Durkheim, Simmel e Tocqueville, fornece o substrato normativo que fundamenta os diagnósticos dos problemas aos quais eles endereçavam soluções. A sociologia clássica faz o diagnóstico das fontes de exploração e dominação que impedem o livre desenvolvimento da liberdade humana, não só no reconhecimento da necessidade de superação do aprisionamento individual em ordenamentos sociais de inspiração na antiguidade e no feudalismo, fundadas em hierarquias cosmológicas e familiares, como apontando a necessidade de superação da alienação promovida pela autonomização dos sistemas funcionalmente diferenciados do mundo moderno, sobretudo a economia capitalista e o Estado.

A relevância de tal incursão teórica se encontra, em nossa perspectiva, na sempre recorrente ameaça, impulsionada pelos mais diversos interesses, de negação da realização do projeto moderno de universalização da liberdade individual. Nos tempos atuais, da alvorada do século XXI, o atordoamento prevalece frente a crescente complexidade social, redundando na onda beligerante e facciosa que se instalou no mundo, mesclando racismo, nacionalismo e xenofobia, em conjunto com elevados níveis

de desigualdade, apartando segmentos expressivos da população mundial das benesses e das oportunidades produzidas pela civilização moderna. A remoção de direitos e o retrocesso dos avanços democráticos são apanágios, características, da atual conjuntura, minando as perspectivas de universalização da condição humana. O individualismo moral, centrado na universalidade da dignidade da pessoa humana, é um valor a ser constantemente defendido.

O que se percebe, portanto, como desafio a harmonia das sociedades modernas, é justamente a efetividade de suas pretensões a universalidade do ser humano, contra todas as pressões centrífugas nos impelem à desigualdade e à diferença. O ecumenismo da declaração dos direitos do homem e do cidadão, culminância do processo revolucionário francês, marco político-ideológico da modernidade, se dirigia para o “homem” em abstrato. Restrições de gênero, raça, renda, idade, religião, ideologia política, sempre foram princípios de delimitação tanto do contingente populacional apto a participar dos eventos políticos de uma dada comunidade quanto dos beneficiários das ações do poder público. As propostas de restrição do *demos* são persistentes e sempre renovadas, buscando tanto barrar os caminhos que levam às posições estatais como distorcer a fonte normativa do regime, a justificação de sua existência e de suas ações.

Ao esclarecer-se os fundamentos normativos da teoria sociológica clássica, portanto, busca-se chamar atenção para a incompletude de seu projeto, que, longe de representar um progresso linear a um estado social idílico, numa utopia rousseauiana onde todos os indivíduos, associados, tomariam os rumos da sociedade em suas mãos, a universalização dos direitos humanos é sempre um objetivo fugidio, precariamente alcançável, presa fácil do embate movido diuturnamente pelos os homens, desde tempos imemoriais, em sua implacável vontade de poder.

Concomitantemente, a perene relevância dos ensinamentos dos clássicos sociológicos jaz em que não apenas nos mostram as fontes de exploração e dominação a impedir a realização do individualismo, como ressaltam a importância incontornável das condições sociais para o mérito, para o bom desempenho individual. Amartya Sen (2010), Nobel de economia, é um dos proponentes contemporâneos de uma acepção de justiça que tem como fundamento reconhecer que a consolidação de um bem-estar social e de uma sociedade minimamente justa não se resumem a garantia de direitos

civis, normatizações defensivas contra a arbitrariedade de qualquer poder público ou privado. A garantia de direitos formais a indivíduos e coletividades que sofrem de má nutrição, baixa expectativa de vida, escasso acesso à rede de ensino e outras mazelas, de nada valem. Sem o devido suporte social, o indivíduo não encontra as possibilidades de realizar suas capacidades.

Ao mesmo tempo, a moralidade individual pode ser encarada como trincheira de esperança frente a onda populista e facciosa que assola os tempos contemporâneos. Indivíduo universal, que todos nós somos, independente de categorias coletivas que nos aprisionam e nos delimitam. Na responsabilidade do indivíduo comum, consigo mesmo, com o próximo e com a natureza, pode estar a força sobre a qual se assentará uma ordem social mais harmônica e menos desigual, trazendo dias em que os avanços da civilização possam ser usufruídos de maneira coletiva, nos afastando das “ilhas de prosperidade”, cercadas de violência e miséria, que caracterizam o mundo contemporâneo.

## Referências

ANDRADE, Regis de Castro. Kant: A liberdade, o indivíduo, a república. In: WEFFORT, Francisco C. (Ed.). **Os Clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2002.

ARISTÓTELES. **A Política**. Bauru, SP, Edipro, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, volume 1. São Paulo, companhia das letras, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo, Boitempo, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998.

HUNT, E.K. e SHERMAN, Howard. **História do pensamento econômico**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

KANT, Immanuel. Textos de Kant. In: WEFFORT, Francisco C. (Ed.). **Os Clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2002.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto, 1974.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Tradução de Marília Barroso. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1**. 20.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005. MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

NISBET, Robert. **La formación del pensamiento sociológico**, vol.1. Amorrortu Editores España SL; Edição: 2, 2009.

PLATÃO. **A República (ou da justiça)**. São Paulo, Edipro, 2014.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Do contrato social ou princípios do direito político**. SP, Penguin classics, companhia das letras, 2011.

SANDEL, Michael. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro, 10ª edição, civilização brasileira, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das letras, 2010.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jesse e OELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília, editora universidade de Brasília, 2ªed., 2014.

\_\_\_\_\_. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jesse e OELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília, editora universidade de Brasília, 2ªed., 2014.



\_\_\_\_\_. As grandes cidades e a vida do espírito. *MANA* 11(2):577-591, 2005.

SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília, editora universidade de Brasília, 2ª ed., 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 2.ed.: Itatiaia, 1987.

\_\_\_\_\_. **O antigo regime e a revolução**. SP, Martins Fontes, 2009.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação. Vol, 1. Marx, Simmel, Weber e Lukács**. São Paulo, Annablume, 2012.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos**. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2015.

# Luta e resistência: a importância de manter viva a memória de 1968

Juliana Marques de Carvalho Camargo<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

O ano de 1968 foi um marco para o mundo, o momento era de contestação sobre a ordem vigente. O movimento iniciado neste ano se estendeu para vários países, constituindo-se como um dos mais importantes do século XX. O Brasil também não se isolou do contexto mundial, embora estivesse em um regime militar. O presente trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo realizar uma reflexão, fundamentada na perspectiva da memória e esquecimento (CARDOSO, 1999; 2001) e do conceito de “justa memória” de Paul Ricoeur (2007), sobre a necessidade de manter presente a rememoração do que representou o ano de 1968, principalmente no Brasil. Para tanto, daremos ênfase à invasão da Universidade de Brasília, ocorrida em agosto deste ano, partindo da hipótese de Valle (2018), de que a partir deste episódio é concretizado o fechamento do regime por meio do Ato Institucional 5.

**Palavras-chave:** Ditadura militar; Universidade de Brasília; 1968; Movimento estudantil

## Struggle and resistance: the importance of keeping the memory of 1968 alive

## ABSTRACT

The year of 1968 was a milestone for the world, the moment was of contestation on the prevailing order. The movement started this year extended to several countries, constituting itself as one of the most important of the twentieth century. Brazil was not isolated from the world context, although it was in a military regime. The present work aims to build a reflection, based on the perspective of memory and forgetfulness (CARDOSO, 1999, 2001) and the concept of "just memory" by Paul Ricoeur (2007) on the need to keep the memory of what represented the year of 1968, mainly in Brazil. In order to do so, we will emphasize the invasion of the University of Brasilia, which occurred in August 1968, starting from the hypothesis of Valle (2018), that from this episode the closing of the regime through the Institutional Act 5 was accomplished.

**Keywords:** Military Dictatorship; Brasilia University (UnB); 1968; Student movement.

O ano de 1968 foi marcado por vários acontecimentos, que não se restringiram a um local específico. Havia movimentos de protestos e contestação da ordem vigente em vários países, tais como França, Alemanha, Japão, Bélgica, Espanha, Egito, Estados

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara. Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação- Unesp Bauru. Bacharel-licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara. Bolsista da Capes. Contato: juliana.camargo@unesp.br.

Unidos, Chile, México, Canadá, Tchecoslováquia, entre outros. Embora existissem diferenças entre eles, é inegável a inédita abrangência desse movimento (GARCIA, 1999).

No Brasil, o golpe militar perdurava por quatro anos e atuava de maneira cada vez mais repressiva e violenta. Assim, o movimento estudantil, que em 1968 teve a sua presença decisiva na resistência à ditadura militar, realizava protestos que coincidiam com o contexto mundial (VALLE, 2008). Entre os acontecimentos de 1968 no país estão a morte do estudante Edson Luís no restaurante universitário Calabouço, a Sexta-feira Sangrenta, Passeata dos Cem mil, a invasão da Universidade de Brasília, a Guerra da Maria Antônia e a tentativa de realização do XXX Congresso da UNE e o Ato Institucional número 5 decretado pelo governo no final desse mesmo ano.

A partir destes episódios ocorridos no transcorrer de 1968 no Brasil, dando enfoque principalmente à invasão pelos militares na Universidade de Brasília em agosto de 1968 e considerando a conjuntura atual, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão, fundamentada na perspectiva da memória e esquecimento (CARDOSO, 1999; 2001) e do conceito de “justa memória”, de Paul Ricoeur (2007), sobre a necessidade de manter presente a memória do que representou o ano de 1968, principalmente no Brasil. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com diferentes autores que trataram a singularidade desse movimento ocorrido em diferentes lugares do mundo (GARCIA, 1999; WEBER, 1999; RIDENTI, 1999), os seus desdobramentos no Brasil (VALLE, 2008; VENTURA, 1988). O acesso a documentos relacionados a invasão da Universidade de Brasília, também deve ser ressaltado.

Problematizar essas questões é contribuir para o debate na sociedade brasileira, que é assinalada, segundo Napolitano (2018), por um conjunto de linhagens de memórias plurais e desencontradas. Destacando-se: a memória da esquerda que tenta, segundo o autor, igualar as lutas por justiça social e democracia; a dos liberais, que é tanto crítica aos desmandos do regime militar como do populismo e da luta armada, com presença forte na imprensa, sistema político e entidades civis; a militar institucional, que trata a ditadura como um período a ser esquecido e silenciado; por fim, a memória da direita e extrema direita nostálgica da ditadura, ocupando cada vez

mais o espaço público e as redes sociais. Nesse sentido, evidenciam-se não só os conflitos que perpassam por esta temática, mas também a importância de elaborar políticas de memória, numa sociedade que as disputas por ela têm se intensificado.

### **Os protestos e reivindicações de 1968 espalhados pelo mundo**

Mil novecentos e sessenta e oito foi marcado por acontecimentos que o transformaram num ano ímpar, com mobilizações estudantis espalhadas por várias partes do mundo que reivindicavam, cada uma em seu contexto e com suas peculiaridades, a transformação de uma sociedade calcada no autoritarismo. Os estudantes rebelaram-se contra as desigualdades sociais, assim como questionaram os costumes e tradições. De acordo com Henri Weber (2008, p. 21), “um novo ator histórico faz sua irrupção em cena, e não se trata de uma classe social, de uma categoria social, mas sim de uma categoria de idade”. Nesse momento a juventude assumia o protagonismo.

O movimento atingiu um alcance internacional, mas, apesar da simultaneidade, ele não se desenvolveu de forma homogênea. Na Europa ocidental, tomando como exemplo a França – lugar em que o movimento se difunde, culminando no denominado maio francês – havia uma crítica ao capitalismo, seguida por greves operárias e da luta dos estudantes, vinculada à esfera cultural, artística e comportamental, o questionamento do “*american way of life*”, do autoritarismo e stalinismo. Nos Estados Unidos, havia manifestações contra a guerra do Vietnã, a luta pelos direitos LGBT e o aumento das tensões raciais com a morte de Martin Luther King, importante ativista no movimento negro. Na América Latina<sup>2</sup>, existiam várias ditaduras militares, que levaram os estudantes a se organizarem, na luta pela volta da democracia. No Leste Europeu, a crítica ao comunismo da União Soviética; no Japão, assim como em outros países da Ásia, ocorria o mesmo processo de organização e reivindicação. Portanto, apesar das especificidades de cada país, vigorava em todos um desejo de transformação.

---

<sup>2</sup> Entre os países pode-se destacar principalmente os países do cone sul: Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru.

É uma grande diversidade, mas mesmo assim há uma grande unidade dentro dele. Creio que essa unidade se deve ao fato de que 1968, em todos os países, combina três grandes aspirações, realiza três grandes avanços: a primeira é uma grande aspiração democrática e libertária. O movimento de 1968 é dirigido contra todas as formas autoritárias de poder, em todas as instituições: na escola e na universidade, é claro, mas também na família, no casamento, nas empresas, em todas as organizações e, evidentemente, na sociedade política. É a rejeição de toda forma de poder legítimo do que for baseado no consentimento dos indivíduos, seja porque eles reconheçam o poder como competente, seja porque eles mesmos o designaram mediante eleições. É a aspiração ao direito de participação para todos igualmente, à tomada de decisões. Essa é a grande aspiração de maio de 1968, grande avanço democrático (WEBER, 1999, p. 22).

A abrangência deste movimento foi significativa, aqueles que buscam compreender os seus fatores destacam diferentes motivos para tamanha adesão. De acordo com Marco Aurélio Garcia (1999), em 1968 combinaram três dimensões de um processo revolucionário mais amplo em desenvolvimento no mundo: a dimensão anti-imperialista, anticapitalista e a crise das experiências socialistas no mundo. A primeira dimensão anti-imperialista se deu pela revolução em curso do denominado “terceiro mundo”. Cujo um dos maiores exemplos foi a Guerra do Vietnã, que se transformou numa referência de resistência para o mundo inteiro; muitas foram as mobilizações que contestavam esta guerra, tanto dentro dos Estados Unidos, que participavam diretamente do conflito, como em países da Europa. A “necessidade de existir vários Vietnãs” foi o mote de vários movimentos de resistência, evidenciando o caráter emblemático que tomou este embate.

A dimensão anticapitalista se dava no cenário dos países industriais avançados (GARCIA, 1999), nos quais os desdobramentos da reconstrução europeia do pós-guerra, marcada pela polarização da Guerra Fria, reforçava a convicção de alguns intelectuais de que as suas classes trabalhadoras foram incorporadas no processo de desenvolvimento do capitalismo, perdendo sua dimensão revolucionária e de contestação.

A última dimensão é a crise das experiências socialistas no mundo. Este fator delineou movimentos importantes tanto no Leste Europeu como na China. Na Tchecoslováquia, o movimento resultou num conturbado processo de crise do modelo

socialista, abalando a ditadura instaurada naquele país desde 1948 e ameaçando os fundamentos do modelo burocrático de socialismo praticado pela União Soviética. A Primavera de Praga gerou um impacto, pois a invasão soviética produziu uma frustração nas esquerdas do mundo inteiro.

Vistos em perspectiva, os acontecimentos de 1968 na Tchecoslováquia permitem pensar o desdobramento da crise ulterior do socialismo soviético. Com o fracasso da experiência da Primavera de Praga frustram-se as possibilidades reais de uma autotransformação do socialismo que conduzisse a uma reforma política indispensável para uma correção dos rumos econômicos. (GARCIA, 1999, p. 15).

Os acontecimentos de 1968 colocaram em evidência as aspirações dos jovens diante de uma sociedade em que o capitalismo se aprofundava; a negação da sociedade de consumo; as mudanças comportamentais; a ampliação das reivindicações incorporando o feminismo, questões ecológicas, minorias étnicas, movimentos homossexuais, que mais tarde vieram a se desenvolver com mais força, demonstrando que este ano se estendeu por vários outros e, portanto, a sua análise deve ser estendida para além.

Foram aspectos comuns aos movimentos libertários de 1968 no mundo todo: inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade consumo; aproximação entre arte e política, uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre lutas sociais amplas e interesses imediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a desenvolver-se nos anos seguintes (RIDENTI, 1999, p.55).

O aumento no número de estudantes, as transformações sociais e, segundo Marcelo Ridenti (1999), algumas condições materiais como: a crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, massificação imposta pela indústria cultural, o aumento do acesso ao ensino superior, o avanço tecnológico e a

significativa importância dos jovens na composição etária, foram importantes para a deflagração desses movimentos significativos.

Após mais de 50 anos, 1968 ainda desperta a atenção de analistas e pesquisadores que buscam entender a dimensão deste momento no século XX. Os acontecimentos se estenderam mundialmente, com mobilizações, que redefiniram a sociedade, comportamentos, a política e o lugar da juventude nas reivindicações. No Brasil não seria diferente. Com uma ditadura militar perdurando por 4 anos, foi justamente neste ano que ocorreram diversas mobilizações, principalmente do movimento estudantil, demandando não só melhorias no ensino, mas também a volta da democracia e das liberdades que estavam ameaçadas diante de um regime que se fechava cada dia mais.

### **1968 no Brasil: a luta estudantil na resistência à ditadura**

O Brasil, desde 1964, vivia sob uma ditadura militar que, no seu início, contou com amplo apoio tanto da classe dominante quanto da classe média. Num primeiro momento, a ditadura assumia um caráter provisório, necessária apenas para livrar o Brasil do “perigo” comunista. No entanto, com o passar do tempo, sua face permanente fica evidente, pois a repressão passa a atuar de forma mais violenta, tendo o seu ápice no Ato Institucional de número 5 decretado pelo governo no final de 1968. Os episódios que antecederam esse ato aconteceram no decorrer desse ano. Com a explosão dos movimentos estudantis, instaurou-se um clima de ruptura e combatividade, marcado por cenas de violência e repressão, tornando a resistência mais latente e necessária.

Nacionalmente, o início de 1968 foi marcado por manifestações de estudantes, que reivindicavam ensino público e gratuito para todos, a democratização do ensino superior e a melhora na sua qualidade, bem como o aumento na participação dos estudantes nas decisões e mais verbas para as pesquisas. Embora a pauta estivesse voltada para melhorias educacionais, os estudantes também contestavam a ditadura implantada e a restrição das liberdades. Vale a pena contextualizar que, no ano de 1967, os estudantes se mostraram extremamente insatisfeitos com a Política

Educacional do Governo, cujas diretrizes ficariam mais claras no ano seguinte. Entre os objetos de críticas realizadas pelos estudantes estão os acordos MEC-USAID<sup>3</sup>, estes sofreram forte oposição do movimento estudantil, que se colocou contra as políticas de cunho imperialista na educação e a intervenção do governo americano no Brasil, pois sua influência colocava em risco o ensino público e gratuito. Assim, ficou latente a tensão entre governo e os estudantes, estes foram colocados no âmbito da segurança e os seus problemas tratados como questão militar.

Em 28 de março de 1968, no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, ocorreu a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. O restaurante foi invadido pela polícia para reprimir os estudantes que exigiam melhorias em sua estrutura e a ampliação de vagas nas universidades. Este foi um dos primeiros casos, marcando a passagem do movimento estudantil ao enfrentamento (VALLE, 2008). Diversos estudantes ficaram feridos, o assassinato de Edson Luís gerou comoção por todo Brasil, várias passeatas aconteceram e milhares de pessoas compareceram ao seu enterro.

[...] O episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos que iriam culminar com a lendária Passeata dos 100 mil, três meses depois, ficou na história como um marco. Pode-se dizer que tudo começou ali – se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cingidamente lembrava a direita, “era o cadáver que faltava” (VENTURA, 1988, p. 105).

Alguns meses depois, o movimento estudantil voltaria às ruas novamente. No Rio de Janeiro, em vinte e um de junho, ocorre a Sexta-feira Sangrenta, com quatro mortos, muitos feridos e centenas de presos. Neste momento, ocorre a adesão de setores populares na luta estudantil, e a imprensa passa a relatar o conflito de populares e estudantes contra a PM; este apoio impõe uma nova dinâmica às manifestações (VALLE, 2008), o confronto passa a ser uma realidade.

---

<sup>3</sup> Firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*, tinham como objetivo reestruturar o ensino superior no país através do enfoque na formação técnica e estimulando a privatização do ensino.



Policiais “sem comando” e população agindo “espontaneamente” expressam a imprevisibilidade de uma “guerra”. De acordo com a versão dos estudantes e do *Correio da Manhã*, a polícia é quem parte para o “ataque”. No entanto, iniciada a “batalha campal”, tornar-se difícil identificar “agressores” e “agredidos”. É a hora e a vez do “imprevisível” (VALLE, 2008, p. 115).

Dias depois, em 26 de junho, se deu a Passeata dos Cem Mil, em que estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares tomaram as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. Devido à comoção das manifestações anteriores, esta se dá sem a intervenção da polícia, pois a pressão da opinião pública era grande. De acordo com Ridenti (1999, p. 57), “uma comissão ampla foi indicada para iniciar um diálogo com o governo, sem sucesso. Um impasse estava colocado ao movimento estudantil: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão.”

Neste clima de tensão, o segundo semestre se inicia, marcado pela invasão da Universidade de Brasília em 29 de agosto. Essa foi a terceira sofrida pela universidade em quatro anos do regime militar; isso se sucedeu, pois os militares enxergavam aquela como um foco de subversão e, enquanto tal, deveria ser combatida. Os objetivos da invasão e seus desdobramentos serão abordados com mais detalhes no próximo tópico.

Em 3 de outubro, em São Paulo, aconteceu um episódio que ficou conhecido como a Batalha da Maria Antônia, enfrentamento dos estudantes de Filosofia da USP e grupos de extrema direita do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) da Universidade Mackenzie, as duas universidades estavam localizadas na rua Maria Antônia no Centro de São Paulo. De acordo com Maria Ribeiro do Valle (2008), a luta da Rua Maria Antônia tem início quando os universitários da USP e secundaristas realizam um pedágio com o intuito de recolher fundos para realizar o XXX Congresso da UNE. Eles foram agredidos com ovos e pedradas que vinham do prédio da Mackenzie, localizado em frente ao da Faculdade de Filosofia. Neste enfrentamento, um estudante, José Guimarães da USP, foi assassinado. Diferente da morte do estudante secundarista Edson Luís, que morreu durante uma invasão da polícia, a morte de José Guimarães se deu devido a luta entre os próprios estudantes.

A preparação para o XXX Congresso da UNE segue mesmo com o confronto entre os estudantes; em quinze de outubro ele foi desmantelado em Ibiúna, no interior

de São Paulo. Todos os que estavam presentes foram presos, ou seja, mais ou menos 700 universitários e os líderes do movimento. Embora os líderes estivessem presos, ocorreram manifestações do movimento estudantil em diversos estados.

Em Salvador, Recife, Florianópolis, Belém, Maceió, Natal, Fortaleza, Ribeirão Preto, Campinas, Vitória, Belo Horizonte e Brasília voltam a ocorrer passeatas e comícios relâmpagos em protesto contra as prisões de Ibiúna. Na maioria, há choques com a polícia, que, utilizando-se de forte esquema repressivo, acaba efetuando novas prisões (VALLE, 2008, p. 241).

Diante de todas essas manifestações, o governo baixa o Ato Institucional nº5, no qual há o fechamento e recrudescimento do regime militar, que passa a se utilizar de mais violência para conter qualquer tipo de movimento que o contestasse. A seguir, será aprofundada a questão da invasão da UnB, já citada acima, pois se parte da hipótese de Valle (2008) e Zuenir Ventura (1988) de que o episódio se constituiu como um dos antecedentes para este fechamento.

### **A invasão da UnB e sua relação com Ato Institucional nº5**

A invasão da Universidade de Brasília no dia 29 de agosto de 1968 foi emblemática, e os desdobramentos deste episódio foram atos violentos por parte do governo, que queria encontrar alguma justificativa para a sua intenção de fechar e endurecer ainda mais o regime.

O campus da UnB foi invadido em uma operação conjunta da Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI<sup>4</sup> e Polícia do Exército com o objetivo de prender quatro estudantes que tinham a prisão preventiva decretada, entre eles estava o líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães<sup>5</sup>, presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB). Até então, a universidade havia sofrido duas

---

<sup>4</sup> Serviço Nacional de Informação.

<sup>5</sup> Honestino Guimarães ingressou na UnB em 1965, com 17 anos, e foi o primeiro lugar geral do vestibular. Foi uma liderança estudantil importante, sendo presidente do Diretório Acadêmico de Geologia, vice-presidente da Federação dos estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) em 1966, foi eleito presidente da FEUB em 1967 durante uma de suas prisões, mesmo sem ter se candidatado. No decorrer da ditadura, foi perseguido e indiciado várias vezes, sendo preso no dia 29/08/1968. Honestino, após passar vários anos na clandestinidade, foi preso pela última vez em outubro de 1973, estando desaparecido desde então.

invasões; o seu modelo inovador, construído com base na autonomia didática, financeira e disciplinar, chocava-se frontalmente com as barreiras impostas pela ditadura em vigor.

É explicável, por conseguinte, a animosidade que provocamos. Aquela universidade, nascida do otimismo da era Juscelino, do reformismo da era de Jango e do utopismo dos melhores cientistas brasileiros – que podendo antever o Brasil que pode ser, se desesperam com o Brasil que é – não era compatível com nenhuma ordem ditatorial de objetivos antinacionais e antipopulares. A verdade inteira é que a UnB não era domesticável por nenhum sistema regressivo e repressivo. O contexto político que corresponde a ela, como atmosfera em que pode respirar e viver, é o da democracia. Isto porque só em liberdade ela poderia e poderá dedicar-se ao povo brasileiro com a capacidade de servi-lo não no que ele é – ou fizeram dele – mas no que há de ser, por sua própria vontade e esforço (RIBEIRO, 1978, p. 83).

A invasão ocorreu de forma violenta, segundo o relatório da Comissão de Sindicância (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968) realizado a pedido do reitor Caio Benjamin Dias, composta por professores e funcionários, a fim de levantar os danos sofridos pela universidade. O relatório, após ouvir diversas testemunhas, detalha a invasão.

Nele consta que, na manhã do dia vinte e nove de agosto, a UnB funcionava normalmente, com alunos, professores e funcionários desempenhando suas respectivas funções até o momento em que o campus se transformou em palco de graves ocorrências. Um grupo de policiais em trajes civis adentrou o campus em viaturas com chapa fria, e por isso não foram percebidas pelos que estavam próximos. Sem serem notados, os policiais deram continuidade à invasão, desceram dos carros, entraram no prédio da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB) e em seguida saíram com o líder estudantil Honestino Guimarães, empurrando-o com violência para um dos carros, que já estava preparado para deixar o local (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968).

Após a prisão do líder estudantil, os policiais ainda se encontravam na UnB; algumas pessoas, que não foram identificadas, viram a prisão, começaram a gritar por socorro e atiravam pedras em direção à viatura, as quais reagiram com tiros, atingindo um estudante na perna. Outros grupos de policiais chegaram em dois caminhões de

transporte de tropas, lançaram bombas de gás lacrimogênio e continuaram a disparar com armas de fogo em direção ao edifício da reitoria, que logo foi invadido.

Ainda de acordo com o relatório, os policiais seguiram pela universidade, arrombando portas, entrando em todas as dependências, identificando funcionários e todos que nela se encontravam. Percorreram os vários prédios portando armas, bombas, cassetetes; alguns estudantes atiravam pedras, e os soldados respondiam disparando suas armas de fogo. Os professores, por sua vez, tentavam manter a calma impedindo os alunos de saírem de onde estavam, enquanto os policiais continuavam entrando em laboratórios, salas, agindo com extrema violência com toda a comunidade universitária que tentava se proteger. O pânico era geral.

Os disparos realizados no mezanino da Faculdade de Tecnologia atingiram um estudante na cabeça, mesmo assim os disparos continuaram na direção daqueles que ali estavam buscando proteção. Apesar da resistência de alguns soldados, o estudante atingido foi socorrido por um professor e levado ao Hospital Distrital (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1968).

Alguns deputados, ao saberem do ocorrido, se dirigiram a UnB. No entanto, uns foram espancados pelos policiais, outros ouviram expressões desrespeitosas. Assim, os policiais foram proibidos de estabelecerem qualquer tipo de diálogo com os parlamentares.

Nessa altura, vários parlamentares já estavam no campus, ou para prestar solidariedade aos estudantes ou à procura de filhos. Um dos primeiros a chegar foi o deputado Santili Sobrinho, acompanhado do filho, em busca da filha. Foi logo cercado por soldados e, enquanto se identificava o cassetete descia sobre a cabeça do filho. Abraçou-se então ao rapaz para protegê-lo e passou a apanhar também. “Eu sou deputado”, apelou, e foi pior. “É por isso mesmo”, gritaram as dez vozes que brandiam os cassetetes. O deputado Davi Lerer teve um cano de metralhadora encostado no umbigo. “Senti o frio do aço”, revelou depois. Os seus colegas Mario Covas, Martins Rodrigues, Amaral Peixoto, entre outros, passaram por situações parecidas. Covas estava traumatizado: “Dessa vez ninguém me contou, eu vi tudo. Foi horrível.” Mais sintomática, porém, foi a reação do deputado Clóvis Stenzel, da Arena, conhecido por suas posições radicais. Estarrecido com o que estava assistindo, disse: “Eu, que sou identificado como homem da linha dura, acho tudo isso uma barbaridade” (VENTURA, 1988, p. 194-195).

Os detidos foram encaminhados para uma quadra de basquete, sendo acompanhados pelos deputados, professores, funcionários e alunos que ficaram do lado de fora. Lá foram identificados e transportados para viaturas. A polícia deixou a UnB por volta das 12 horas.

A descrição acima, baseada no relatório da comissão de sindicância, evidencia o caráter extremamente violento dessa operação. A polícia utilizou armas de fogo, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e realizou disparos, atingindo estudantes, numa universidade que estava em pleno dia letivo, repleta de professores, alunos e funcionários. Diante desses fatos, os deputados, a comunidade universitária e a opinião pública se posicionaram contra a violência policial exercida.

A observação do desenvolvimento da ação aponta a sua premeditação, tanto pelo curto espaço de tempo em que ela se deu quanto pelo grande número de policiais que estavam nas imediações da universidade, a infiltração de agentes do DOPS incitando os estudantes à violência, a denúncia da própria Polícia Federal, por meio de telefonema no dia anterior do conflito, confirmando a ausência do reitor e o aviso ao hospital de Brasília de que o mesmo receberia vários feridos (VALLE, 2008).

Ainda de acordo com Valle (2008), é veiculado um alerta por meio de fontes do governo de que os últimos acontecimentos, inclusive o ocorrido na UnB, já estavam previstos em um “plano”, que tinha auxílio do exterior, cujo objetivo era a derrubada do regime. O intuito era manter a população em alerta contra os incidentes que seriam provocados futuramente pelos “subversivos”, envolvendo estudantes das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Mais uma vez notamos a tentativa da “linha dura” de criar “fatos políticos” buscando inverter a sua autoria. Tanto que, em nota oficial, a Polícia Federal justifica a invasão com o fato de autoridades da universidade, até mesmo o reitor Caio Benjamin Dias, estarem cedendo salas para reuniões de “caráter altamente subversivo”. Os conflitos ocorrem, segundo esta fonte, em virtude do fato de os agentes federais ser recebidos com pedras e outros objetos lançados pela “turma de segurança” dos estudantes e ser alvos de disparos de “armas de fogo”. Por outro lado, a infiltração de agentes do DOPS incitando estudantes à violência a fim de ter um pretexto para que a repressão policial seja intensificada, segundo depoimento de vários professores presentes no *campus*, confirma também nossa hipótese (VALLE, 2008, p. 171).

O decorrer deste fato gera uma crise entre o poder Executivo e o Congresso, pois alguns parlamentares fazem discursos inflamados contra o governo e são convocados a depor na polícia. Em protesto, o MDB se retira da CPI da Universidade de Brasília, que acaba sendo arquivada.

O episódio da invasão da UnB deixa evidente a postura do governo, no qual os militares radicais passavam a agir abertamente; aqueles que não faziam parte dessa ala e, porventura, criticaram a invasão foram punidos, demonstrando explicitamente a disposição das forças armadas para a escalada repressiva (VALLE, 2018). Para Ventura (1988), ao longo dos anos, foram armazenados indícios de que nesta altura as forças radicais não deixariam de utilizar medidas de exceção e a própria invasão à Universidade de Brasília estava dentro desse plano que geraria um impasse cuja solução seria o endurecimento. Este foi concretizado no Ato Institucional nº5 de 13 dezembro de 1968, marcando o início da fase mais sangrenta da ditadura. Assim, saem de cena os “anos rebeldes” para a entrada dos “anos de chumbo” (RIDENTI, 1999).

### **Esquecer e lembrar: o lugar da memória nestes acontecimentos**

A ditadura militar, segundo Ventura (1999), buscou apagar 1968 da história contemporânea do país. Entretanto, mesmo com esta tentativa, havia e há uma sede de informações sobre este período: “ocorreu um pouco aquilo que a psicanálise explica bem, quando uma coisa é recalcada e acaba voltando com mais intensidade.” (VENTURA, 1999, p. 131).

Segundo Theodor Adorno (1995), há uma tendência de desaparecimento da consciência da continuidade histórica e apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que da fraqueza da consciência diante da superioridade de processos inconscientes, ou seja, o esquecimento pode gerar condições favoráveis para que o passado se repita. Ainda segundo ele, observa-se cada vez menos a valorização da memória na sociedade burguesa, com isso os jovens não têm o conhecimento da história. O esclarecimento sobre o que aconteceu precisa se contrapor a um esquecimento que é plenamente justificado; assim, para o autor, tudo dependerá do modo que o passado é referido no presente, ou seja, “se permanecemos

no simples remorso ou se resistimos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível” (ADORNO, 1995, p. 46).

Maurice Halbwachs (1877-1945), foi um autor importante no desenvolvimento de estudos de memória. O seu conceito de memória coletiva consagrou o enfoque sociológico dos processos de lembrança (NAPOLITANO, 2018). De acordo com Halbwachs (1990) a memória individual se constitui como um ponto de vista da memória coletiva. Para este autor, o estabelecimento da memória coletiva passa pela influência do contexto social, que atua como base para o trabalho de reconstrução da memória. A percepção coletiva do trabalho da memória não pode ser vista apartada do contexto social vigente.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, por que elas passam incessantemente desses para aquele reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (HALBWACHS, 1990, p.34).

Assim, memória deixa de ter um caráter individual, visto que uma lembrança não pode coexistir isolada de um grupo social. Para que ela ocorra é necessária a existência de uma comunidade afetiva, portanto, uma lembrança individual está baseada nas lembranças dos grupos que os indivíduos estão inseridos.

De acordo com Le Goff (2013), os fenômenos da memória, considerando aspectos biológicos e psicológicos, são resultados dos sistemas dinâmicos de organizações e existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui. Ainda, para este autor as perturbações da memória devem ser esclarecidas também à luz das ciências sociais.

Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (LE GOFF, 2013, p.389).

O interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem manipulações conscientes ou não sobre a memória individual, isso não se restringe somente a recordação, mas também ao esquecimento (LE GOFF, 2013). Neste sentido, dentro da luta das forças sociais pelo poder a memória coletiva foi colocada em jogo. Uma das preocupações das classes, dos grupos e indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas, é, segundo Le Goff (2013), tornarem-se senhores da memória e do esquecimento. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação na memória coletiva” (LE GOFF, 2013, p.390).

Na perspectiva de Irene Cardoso (2001) a relação entre memória e esquecimento é marcada por nuances, principalmente quando se trata dos acontecimentos relacionados a 1968, daí a relevância de problematizá-la. Segundo a autora, quando a interpretação histórica do passado se dá como uma construção, deve-se considerar que as análises das ciências históricas e sociais podem se constituir na configuração da memória coletiva das sociedades, mesmo que não haja uma relação explícita entre memória e história.

A escolha dos temas a serem abordados, a variação temática, a retomada ou o silenciamento de outros, a emergência de novos estão relacionados a modos de percepção da história, datados historicamente, que podem significar os modos diversos de expressão de configurações da memória coletiva das sociedades (CARDOSO, 2001, p. 25).

Portanto, segundo a autora, a historiografia ou as ciências sociais estão constituídas numa historicidade e referidas a movimentos diferentes da temporalização da história e da memória.

Para Cardoso (2001), o aspecto da memória e do esquecimento é problemática central para a compreendermos os acontecimentos de 1968. Para a autora, é necessário considerar os registros colocados como questões que estabelecem as dificuldades para a construção de uma memória coletiva sobre os acontecimentos, entre eles estão: a dificuldade de simbolização, representação ou mesmo a interdição do passado; a proposição da anistia e a prática da normalização da sociedade; e, por último, o



esquecimento como um meio de sobrevivência social e individual no momento em que imperava a violência.

O esquecimento ocorreu na sociedade brasileira principalmente pela repressão política e cultural, impedindo a existência de uma memória coletiva, sobretudo dos acontecimentos retratados no decorrer deste texto; a censura e o silenciamento da sociedade também compõem este cenário. Outro fator importante é o Projeto da Anistia, que determinou a não abertura de investigação do passado, assim como a transição lenta e gradual para a democracia, uma das maiores entre os países que passaram por ditaduras, contribuindo para a diluição dos fatos no decorrer do tempo. Estes fatores tiveram consequências, entre elas estão realidades que passam a ser vistas como inexistentes:

A imposição do esquecimento, nas formas que tomou na experiência brasileira, produziu um efeito importante e singular, o da produção do “inexistencialismo” (VIDAL-NAQUET, 1988), realidades que passaram a ser consideradas inexistentes: o não-sucedido, o não-nomeado, o não incluído no âmbito da linguagem e da história, a pura e simples abolição simbólica dos acontecimentos. Este inexistencialismo pode ser evidenciado na questão dos desaparecimentos de pessoas, a inexistência da própria morte, e na questão relativa a alguns acontecimentos, como o do caso do massacre coletivo na guerrilha do Araguaia, pelas forças de repressão política, até hoje não reconhecido oficialmente como tendo existido (CARDOSO, 1993). E possivelmente inúmeros outros não-registros, de que não se têm sequer notícia (CARDOSO, 1999, p. 138).

Além disso, para a autora, a negação da história e da memória faz perder o sentido de herança, o que prejudica o estabelecimento de uma relação da singularidade passada com a singularidade do presente.

Esta negação da história e da memória significa ainda a perda de qualquer sentido de herança, de um modo muito preciso, não o de uma memória que retira do acontecimento o que pode haver de comum para uma confirmação do presente, mas daquela que pode trazê-lo na sua singularidade passada, permitindo pensar, então a diferença que instaura no presente, e formular a questão de até que ponto essa herança nos concerne ou não, a partir de uma posição que pode pensar, também a singularidade do nosso presente” (CARDOSO, 2001, p. 203).

De acordo com Ventura (1999), deve-se ter cautela ao olhar para o passado. Num país como o Brasil, que ainda possui muitos fatos obscuros, principalmente

relacionados à ditadura militar, entendê-lo é extremamente importante. Neste sentido, não se pode correr o risco de idealizá-lo, muito menos de deixá-lo em total esquecimento, daí a problematização do conceito de “justa memória” (RICOEUR, 2007).

Segundo Ricoeur (2007), esta temática deve ser vista como uma preocupação pública diante daquilo que nos é apresentado pelas comemorações excessivas, do exagero da memória ou do esquecimento – situações que nos impedem de refletir de forma clara sobre a permanência ou ausência do passado no presente. Assim, tanto a lembrança quanto o esquecimento constitui a memória e devem ser tomados com a mesma preocupação. O autor procura evitar e combater o abuso da memória trabalhando com três categorias de tipologias: memória impedida, manipulada ou memória obrigada.

Na memória impedida, Ricoeur dialoga com as patologias da memória que são extremamente prejudiciais para a política de uma justa lembrança. A dificuldade reside no fato de que o está em jogo são alterações individuais e coletivas devido ao uso, à prática da memória (RICOEUR, 2007). Nela o passado atua como uma alternativa de cura para o presente.

A memória manipulada trata da modificação que os detentores de poder podem realizar sobre a memória. Segundo o autor, os empreendimentos de manipulação da memória estão vinculados aos diversos níveis operatórios da ideologia. Neste sentido, a função da narrativa é essencial, visto que “é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece” (RICOEUR, 2007, p. 98). Assim, a memória narrada, além de enquadrar, pode manipular as lembranças.

Por fim, há a memória obrigada, na qual, segundo Ricoeur (2007, p. 99), não se “pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido”. A ideia de justiça tem sua força no fato de que ela se volta para outrem, “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.” (RICOEUR, 2007, p. 101). Outro ponto a ser ressaltado é o conceito de dívida, que para o autor é inseparável da ideia de herança.

O dever da memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOUER, 2007, p. 101).

A memória como ideia de justiça deve ser problematizada, pois, pode ocorrer um abuso da manipulação, transformando a memória em um projeto. Para o autor, é necessário desvencilhar o dever da memória de seu abuso, para que esta tenha um uso consciente e adequado. Deve-se ter em questão que lembrar e esquecer não são atos involuntários, mas estão condicionados aos usos que se faz no presente, os quais podem apagar, reforçar ou até suprimir um passado a partir de interesses particulares.

Segundo Lucília Delgado (2006) não há uma neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado. Para esta autora, a expressão da memória, através da recordação não se constitui num processo linear e contínuo, possui marcas de tensão e é caracterizada por diferentes manifestações. Na sua perspectiva, o lastro da memória coletiva é fundamento não só da história da humanidade, mas também das histórias específicas (nacionais, étnicas e educacionais). Nesse sentido, “transcende o intervalo da existência individual e possibilita ao ser social reviver e redimensionar significados e experiências” (DELGADO, 2006, p.61).

### **Considerações finais**

Os acontecimentos relacionados ao ano de 1968 possuem sua inscrição no tempo e na história. O movimento buscava contestar a ordem vigente, a juventude reivindicava transformações numa sociedade que ainda estava, numa certa maneira, fundamentada no conservadorismo. Romper com esse ordenamento era uma das palavras de ordem, além do aumento da participação nas decisões, o combate à discriminação social, de classe, sexo, a exigência das liberdades e a modificação das formas de dominação tradicionais.

Apesar de o movimento de 68 ter mais de cinquenta anos, a necessidade de manter na memória o que ele representou é latente. Assim, é necessário continuar 1968 (WEBER, 1999) diante de um contexto em que a extrema direita vem ampliando sua

participação nos governos em diferentes países. Neste cenário, o aprofundamento da democracia é decisivo, a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, diante de ameaças constantes, deve estar presente nas pautas de reivindicações e no desenvolvimento de políticas públicas. A mobilização do movimento ecológico para garantir a preservação do meio ambiente, diante do aquecimento global – que há alguns anos passou a ter sua existência contestada por alguns grupos e políticos – é significativa para que se alcance um desenvolvimento alinhado à sustentabilidade.

O aprofundamento e ampliação dos direitos das mulheres, numa sociedade pautada pelo machismo, também devem ser ressaltados. O movimento feminista, que começou a tomar mais força no ano de 1968, alcançou várias conquistas, contudo essas precisam ser reforçadas, e as novas pautas por ele colocadas devem ser objetos de discussão e reflexão por toda a sociedade.

No cenário nacional, dentro dos acontecimentos de 1968, a invasão da Universidade de Brasília é um episódio emblemático devido a suas circunstâncias, premeditadas por setores radicais do governo; à violência com que se desenvolveu essa ação, com professores, estudantes, funcionários e parlamentares agredidos por policiais, estudantes feridos, vítimas de disparos de armas de fogo; ao impasse que se sucedeu entre executivo e legislativo, até o fechamento do congresso por meio do AI-5, que legitimou ações de repressão, violência e censura por parte do governo.

Ao olharmos para o contexto brasileiro atual, observamos que não só os acontecimentos de 1968 não foram elaborados, como também a ditadura militar como um todo, e os pedidos de intervenção militar para colocar fim à corrupção deixam claro essa afirmação. No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), houve a instalação de Comissões da Verdade, que teve como resultado a produção de relatórios, existia uma preocupação com o fato do país não ter lidado com passado da ditadura da forma como deveria; no entanto, essas iniciativas, apesar de importantes, não foram suficientes.

Atualmente temos um governo que insiste em desenvolver políticas que ameaçam os direitos conquistados e tem em seus quadros muitos militares. O discurso de que há um inimigo a ser combatido volta novamente com força, alguns insistem em dizer que “libertaram” o Brasil de um comunismo que, no entanto, nunca existiu. Os

ataques aos direitos dos trabalhadores, minorias, meio ambiente – a partir da proposta de flexibilização das leis ambientais –, a ampliação do conservadorismo, a desqualificação de professores e a repetição de ataques às universidades públicas, sob a alegação de que são antros da ideologia e doutrinação de esquerda, são a tônica de um governo que afirma representar o novo na política e que, por isso, colocaria fim ao viés ideológico disseminado anteriormente.

Neste cenário obscuro, lembrar 1968 é dar continuidade às reivindicações que pautaram o movimento estudantil, rememorar que é possível contestar a dominação existente, aprofundando a democracia, garantindo as liberdades; é compreender que os protestos e as manifestações são legítimos e demonstram a força que uma articulação pode assumir; é também não se submeter e reivindicar sempre que for necessário. Portanto, diante todos os acontecimentos atuais, a luta e a resistência expressas no ano de 1968 devem estar presentes na memória coletiva, não se pode reeditá-lo, mas a atualidade de suas reivindicações ainda permanece.

## Referências

ADORNO, T. O que significa elaborar o passado. In: \_\_\_\_\_. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.29-50

CARDOSO, I. Há uma herança de 1968 no Brasil? In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.135-142.

CARDOSO, I. **Para uma Crítica do Presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

DELGADO, L. A. N. **História oral – memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2006.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório final da comissão de sindicância**. Brasília, 28 de setembro de 1968.

GARCIA, M. A. Em busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 7-17.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2 ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 7ª edição revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Trad. Robespierre de Oliveira, Debora Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.

NAPOLITANO, M. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. **Saeculum** (UFPB), v. 39, p. 205-218, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **UnB**: invenção e descaminho. Coleção depoimentos, vol. 3. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. Breve Recaptulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968** Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 55-60.

VALLE, M. R. **1968**: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. Lutas estudantis e ditadura militar: as invasões da UnB e 1968. **Crítica marxista**, São Paulo, v. 47, p. 47-, 2018.

VENTURA, Z. **1968**: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

\_\_\_\_\_. A nostalgia do não vivido. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968** Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.129-134.

WEBER, H. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores – 1968** Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 21-26.

# **PRÊMIO FLORESTAN FERNANDES**

# Juventude, Valores Sociais e Democracia: o caso dos estudantes da Universidade Federal do Paraná<sup>1</sup>

Deivison Henrique de Freitas Santos<sup>2</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

Este artigo analisa qual é a opinião de parte dos estudantes que ingressaram na Universidade Federal do Paraná em 2018 sobre a situação da democracia no Brasil, assim como os posicionamentos do referido alunato sobre temas que geram controvérsias no debate público nacional, a saber, a descriminalização do aborto, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país. Busca-se responder as seguintes indagações: (1) De que maneira os novos estudantes da UFPR avaliam a atual situação da democracia no Brasil? (2) Como os novos discentes se posicionam diante temas controversos? (3) Em que medida as posições assumidas pelos discentes estão relacionadas com variáveis individuais? Com base em 474 entrevistas empreendidas junto aos estudantes e fazendo uso de estatística descritiva e bivariada, percebe-se uma avaliação negativa dos discentes sobre a situação do regime democrático brasileiro. Em se tratando dos temas controversos, o alunato se mostra majoritariamente favorável a todas as proposições. Defende-se que estudos que enfatizam o comportamento da população jovem oferecem relevantes indícios sobre o futuro da democracia e das condições de vida em sociedade.

**Palavras-Chave:** Cultura Política; Democracia; Valores Sociais; Jovens.

## Youth, Social Values and Democracy: the case of students at the Federal University of Paraná

## ABSTRACT

This article analyzes the opinion of the freshmen of 2018 from the Federal University of Paraná (UFPR) about the situation of democracy in Brazil, and their positions related to issues that generate controversies in the national public debate, such as the decriminalization of abortion, the adoption of children by homosexuals and the prohibition of trade in firearms and ammunition in the country. The focus is on answer the following questions: (1) How do new students at UFPR assess the current situation of democracy in Brazil? (2) How do they position themselves in front of controversial issues? (3) To what extent are students' positions related to individual variables? Based on 474 interviews analyzed with descriptive and bivariate statistics, it was perceived a negative evaluation by the students about the situation of the Brazilian democratic regime. In the case of controversial topics, the student body was mostly favorable to the proposals. It is advocated that investigations that focus on youth population behavior can offer relevant evidence about the future of democracy and the living conditions of different sectors of society.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da monografia do autor, apresentada em 2019 na Universidade Federal do Paraná. Agradeço os comentários feitos ao trabalho pelo Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Marques e pelos pesquisadores Andressa Kniess e Fellype Herman.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Bolsista Capes. E-mail: <deivisonfreitas@yahoo.com.br>.



**Keywords:** Political Culture; Democracy; Social Values; Youth.

## Introdução

Já há algum tempo a literatura especializada no âmbito da Ciência Política tem se debruçado sobre os fatores que circundam as dinâmicas democráticas e os valores sociais em diferentes contextos (ALMOND; VERBA, 1989[1963]; INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS; INGLEHART, 2019; PUTNAM, 2015). Ainda permanece central o debate sobre as mudanças enfrentadas por várias sociedades no que se refere tanto à dimensão institucional de suas democracias quanto aos seus aspectos culturais (ALMOND; VERBA, 1989; DAHL, 2015; INGLEHART; WELZEL, 2009; PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003; PUTNAM, 2006). No caso brasileiro não é diferente: há um conjunto de investigações que buscam entender as transformações nas práticas democráticas no país e os valores e condicionantes que levam a população a adotar uma postura favorável (ou não) ao regime democrático (BORBA, 2005; CASALECCHI, 2018; MOISÉS, 2010; MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

Diante disso, torna-se relevante acompanhar a avaliação que parte da sociedade brasileira vem fazendo em relação à democracia no país – sobretudo tendo em vista os conflitos recentes da política nacional, a exemplo do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2016, e das conturbadas relações envolvendo os três Poderes da República nos últimos anos (AVRITZER, 2019). Estudos têm evidenciado que apreender de que forma as pessoas avaliam e se comportam diante das instituições e princípios democráticos se trata de fator importante para o aperfeiçoamento da democracia (INGLEHART; WELZEL, 2009; MOISÉS, 2010).

Nesse sentido, analisar, especificamente, o modo como a população jovem<sup>3</sup> enxerga e avalia o regime democrático se mostra uma tarefa pertinente. Afinal, é justamente o foco sobre tal público que permite vislumbrar as possibilidades futuras para a manutenção do sistema (HOOGHE, 2004; SLOAM, 2016). Não obstante, o debate

---

<sup>3</sup> A amostra que fundamenta este artigo se refere a indivíduos que, em média, possuem 21 anos.

sobre determinadas controvérsias sociais como, por exemplo, a descriminalização do aborto, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a proibição da venda de armas de fogo e munição pode contribuir no processo de sistematização das características que marcam o Brasil contemporâneo, especialmente no que concerne ao tratamento de informações que também estão relacionadas com o ambiente democrático do país.

A juventude, então, encontra-se em posição de destaque quando consideradas as controvérsias sociais retratadas neste trabalho. Pesquisas indicam que, no Brasil, as mulheres jovens representam uma parcela significativa do grupo de pessoas que já passaram pelo procedimento do aborto em algum momento da vida (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016). Além disso, discussões ligadas à comunidade LGBTQI+ têm recebido destaque em importantes trabalhos sobre mudanças culturais no campo da Ciência Política, evidenciando resultados especialmente relevantes acerca do público jovem em nações desenvolvidas (INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS; INGLEHART, 2019). Por fim, hoje, no país, as principais vítimas de armas de fogo são jovens com até 29 anos, geralmente indivíduos pertencentes a camadas mais desfavorecidas da população (WAISELFSZ, 2016).

Isto posto, este artigo analisa qual é a opinião dos estudantes que ingressaram na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2018 sobre a situação da democracia no país, assim como o posicionamento do referido alunato sobre temas que geram controvérsias no debate público nacional, a saber, a descriminalização do aborto, a adoção de crianças por homossexuais e a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país. Busca-se responder as seguintes indagações: 1) De que maneira os novos estudantes da UFPR avaliam a atual situação da democracia no Brasil? 2) Como os novos discentes se posicionam diante temas controversos? 3) Em que medida as posições assumidas pelos discentes se associam com variáveis individuais?

Argumenta-se, também, que a perspectiva investigativa aqui proposta possibilita elaborar indagações acerca do quanto as opiniões de certos segmentos estão diretamente relacionadas com os princípios de tolerância e inclusão social (RIBEIRO; BORBA, 2019). Nessa linha, discussões que consideram aspectos ligados à condição de vida de estratos relevantes da população se colocam como atividades essenciais para se entender a realidade social brasileira e as particularidades contidas em sua democracia.

O trabalho está dividido da seguinte forma. Em um primeiro momento, há uma breve revisão da literatura destacando relevantes produções que enfatizam o tema da democracia e valores sociais, sobretudo no que diz respeito à população jovem. A próxima seção descreve as estratégias metodológicas do estudo em tela. A partir disso, apresenta-se os resultados desta investigação, seguidos da discussão e considerações finais da pesquisa.

## **Democracia e Valores Sociais**

Desde a obra seminal de Almond e Verba (1989[1963]) pesquisas no campo da cultura política têm se dedicado a compreender de que forma valores, crenças e conhecimentos sobre o sistema político de uma sociedade se relacionam com as instituições e com o desempenho do regime democrático (FUKS et al., 2016; MOISÉS, 2010; PUTNAM, 2015). Como interessado em tal vertente, Moisés (2008) se empenha em avaliar – dentre outros fatores – de que modo as experiências dos cidadãos com as instituições democráticas afetam suas atitudes políticas. Perspectiva similar, aliás, é utilizada para investigar a posição do público jovem sobre esse tema (RUSSO; AZZI; FAVERI, 2018).

Putnam (2006), por sua vez, apresenta um estudo sobre as alterações da democracia italiana em razão das transformações institucionais ocorridas a partir de meados de 1970 naquele país, avaliando as relações de mútuos efeitos entre aspectos culturais de tal sociedade com sua nova dimensão institucional. Não obstante, preocupado com o que considera como um declínio do capital social nos Estados Unidos, Putnam (2015) também discorre sobre como as mudanças de hábitos da sociedade estadunidense – bem como suas causas – ocasionariam um processo de desengajamento cívico e comprometimento dos valores democráticos, acima de tudo por conta do esvaziamento de instituições e organizações comunitárias no país.

Outros trabalhos, entretanto, oferecem uma perspectiva distinta da tese de que estaria ocorrendo um processo de significativo desengajamento cívico nas sociedades contemporâneas. Inglehart (1971) sustenta que, em sociedades industrialmente avançadas, os indivíduos tenderiam a possuir suas necessidades de sobrevivência mais

extensamente atendidas, garantindo, desse modo, uma maior segurança econômica. A partir disso, em sociedades denominadas como “pós-industriais” (economicamente mais avançadas), ocorreria um processo de mudança cultural, de caráter intergeracional, no qual as pessoas – notadamente as mais jovens –, em vez de se aterem a valores “aquisitivos”, passariam a declarar valores “pós-burgueses”. Segundo o autor, haveria uma mudança gradual nas prioridades valorativas individuais em diferentes sociedades pelo mundo.

Diante desse contexto, em lugar de se identificarem com valores relativos à sobrevivência (como a defesa da ordem, do controle de preços e do respeito à autoridade), em democracias pós-industriais os valores de autoexpressão (como a defesa da liberdade de expressão e da participação política) teriam preponderância. Por conseguinte, os indivíduos mais jovens e pós-materialistas de certas sociedades, em especial, buscariam formas alternativas de representação e participação, pois não mais sentiriam suas necessidades atendidas pelas instituições tradicionais. É isso que os levariam, por exemplo, a buscar formas não-convencionais de ação política e de oposição às elites estabelecidas (INGLEHART, 1971; INGLEHART; WELZEL, 2009).

Em estudo posterior, Inglehart e Welzel (2009) confirmam tais teses. Um exemplo interessante para a presente pesquisa trata-se dos efeitos das mudanças culturais sobre o rearranjo de orientações entre as parcelas mais jovens de indivíduos. De acordo com os autores:

A mudança na direção do pós-materialismo, como o aumento da ação política de oposição às elites, [é componente] de uma mudança mais abrangente na direção de valores de autoexpressão, conformando nova forma às orientações referentes à autoridade, à política, aos papéis de gênero e as normas sexuais entre os públicos das sociedades pós-industriais. Os pós-materialistas e os jovens são notadamente mais tolerantes com a homossexualidade do que os materialistas e idosos, e isso é parte de um padrão difuso: a ascensão de normas humanísticas que valorizam a emancipação humana e a autoexpressão (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.161).

A literatura internacional recente também tem dado especial destaque para estudos interessados em investigar os hábitos, práticas e valores da juventude em diversos países (ALLASTE; CAIRNS, 2016; ILIŠIN; GVOZDANOVIĆ; POTOČNIK, 2017; NORRIS, 2004; YUEN, 2018). Salgado, Vásquez e Yáñez (2019) investigam o grau de

altruísmo entre jovens chilenos durante um experimento no qual diferentes grupos, caracterizados por variados níveis de cooperação, participam de jogos que instigam os participantes a tomar um conjunto de decisões morais, descobrindo que as características de cada grupo se relacionam com as condições de associação entre os integrantes.

No âmbito nacional, Ribeiro (2008) analisa a teoria de Ronald Inglehart citada acima e chega a conclusões que diferem o caso brasileiro da tese original. Em seu estudo, elaborado a partir dos dados do *Worlds Values Survey* de 1991 e 1997, o autor identifica que os poucos pós-materialistas brasileiros são mais propensos a participar de instituições tradicionais como partidos políticos, indo, em certa medida, de encontro à tese de que esse recorte da sociedade tenderia a ter uma posição de contestação às elites e as formas convencionais de participação.

Ainda no Brasil, pesquisas têm colocado o público jovem no centro das discussões (BAQUERO; BAQUERO, 2007; FUKS, 2012; OKADO; RIBEIRO, 2015; OLIVEIRA et al., 2016). Fuks e Casalescchi (2016) analisam os efeitos do programa Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os autores concluem que a participação em tal atividade garante um efeito positivo em diferentes dimensões, por exemplo, na promoção do conhecimento político, na confiança institucional e na tolerância às minorias. Telles (2010) ressalta as percepções de jovens entrevistados durante as eleições de 2010 em Belo Horizonte sobre um conjunto de aspectos ligados ao universo eleitoral à época. A autora deixa clara a importância que essa camada social vem ganhando nos últimos anos na política brasileira e realça a necessidade da expansão dos estudos que visem melhor compreender esse público.

Entender de que forma uma parcela dos jovens universitários brasileiros pensam questões vinculadas ao sistema político e a temas polêmicos é uma providência de suma importância para o aperfeiçoamento das abordagens que buscam compreender os padrões comportamentais e as percepções sociais desse segmento. Tal empreendimento está em consonância com trabalhos recentes que reconhecem a relevância desse grupo quanto a questões ligadas, por exemplo, às mudanças climáticas ou à justiça social (CORNER et al., 2015; YUEN, 2018).

Além disso, nos dias atuais, as instituições públicas de ensino superior são as principais responsáveis pela produção de conhecimento no país<sup>4</sup>, elencando, dentre suas diretrizes e princípios, a necessidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão que se relacionem com vários campos da produção científica e em sintonia com os interesses da sociedade. Tais atividades promovidas por essas instituições as colocam em uma posição de destaque na esfera pública, sobretudo por atuarem enquanto um espaço fundamental ao debate sobre temas relevantes que permeiam as reflexões de diferentes grupos sociais. Em razão disso, elaborar análises levando em consideração os jovens universitários que compõem tais organizações consiste em uma atividade essencial.

Segundo dados de 2016 do INEP<sup>5</sup> relativos ao perfil dos ingressantes em cursos do ensino superior no Brasil, mais da metade dos novos estudantes são jovens com 24 anos ou menos – cerca de quatro milhões de indivíduos, sendo que, destes, mais de um milhão são de calouros de universidades públicas. Logo, o estudo de caso sobre a juventude universitária vinculada à UFPR pode ser uma importante fonte de informações, ainda mais quando se leva em conta a posição desta entidade entre as maiores e melhores instituições de ensino do país<sup>6</sup>.

Vale salientar, por fim, que o público alvo da presente pesquisa se concentra no estrato da juventude brasileira pertencente a camadas mais privilegiadas da população. Afinal, apenas 18% dos jovens em idade universitária hoje, no Brasil, de fato, estão em uma universidade<sup>7</sup>. Mesmo assim, a investigação sobre tal grupo se mostra relevante por contemplar uma parcela da sociedade associada às instituições responsáveis pela maior parte da produção de conhecimento científico no Brasil. Ou seja, compreender a forma como esses indivíduos se posicionam frente a temas como os elencados nesta investigação se trata de uma atividade pertinente porque são justamente eles que potencialmente se dedicarão a produzir conhecimento e a debater tais assuntos, dado o

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/>>. Acesso em: 26 out. de 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 26 out. de 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>>. Acesso em: 26 out. de 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/09/ensino-superior-volta-a-crescer-no-pais-mas-so-na-modalidade-a-distancia.shtml>>. Acesso em: 26 out. de 2020

contexto intelectual no qual estão inseridos. Não obstante, a presente proposta está alinhada a estudos que acentuam o papel da universidade enquanto espaço institucional para o desenvolvimento político (COSTA et al., 1994) e a trabalhos interessados em investigar os sistemas de valores e de participação política entre jovens universitários (SPOSITO; TARÁBOLA, 2016; PEREIRA; TORRES; BARROS, 2004).

Portanto, a presente pesquisa busca se inserir nesse campo de investigações, em um esforço para contribuir não somente para o melhor entendimento das dinâmicas e práticas por trás dos valores e hábitos que circundam o regime democrático, mas também oferecendo informações sobre um importante segmento social para o aperfeiçoamento e consolidação das instituições e valores democráticos no país: a juventude.

## **Estratégias metodológicas**

### **Métodos de coleta**

Para a realização do trabalho, são utilizadas 474 entrevistas conduzidas pela Pólis – Consultoria Política<sup>8</sup> com o novo alunato dos setores de Ciências Humanas e Ciências Exatas da UFPR ao longo de 2018. O *survey* foi dividido em três blocos interessados em investigar, em um primeiro momento, as características sociodemográficas e econômicas dos entrevistados. Em seguida, foram selecionadas questões de cunho político-ideológico com o objetivo de captar as opiniões dos indivíduos acerca de temáticas ligadas à democracia e assuntos que geram polêmicas. No último bloco, buscou-se apreender a identificação político-partidária dos discentes.

As entrevistas ocorreram entre o final do primeiro semestre de 2018 (maio/junho) e início do segundo semestre do mesmo ano (agosto/setembro). A aplicação dos questionários ficou a cargo de oito membros da equipe da empresa. Antes do início da aplicação, houve um processo de discussão e avaliação interna do

---

<sup>8</sup> A Pólis – Empresa Júnior de Consultoria Política é a EJ do curso de Ciências Sociais da UFPR. Seus trabalhos abrangem desde a realização de sondagens de opinião até o desenvolvimento de pesquisas de cunho puramente qualitativo. O autor é grato à empresa pela disponibilização dos dados que fundamentam a presente pesquisa. Para mais, ver: <<https://www.facebook.com/polisufpr>>.

questionário, seguidos por um teste preliminar. A Tabela 1 apresenta o número de entrevistas aplicadas por setor e curso da universidade.

**TABELA 1 - Número de entrevistas realizadas por setor e curso**

Setor de Ciências Humanas		Setor de Ciências Exatas	
Curso	N de entrevistas	Curso	N de entrevistas
Ciências Sociais	29	Física	46
Filosofia	33	Expressão Gráfica	15
História	56	Química	32
Psicologia	27	Ciência da Computação	26
Letras	71	Matemática	62
Turismo	14	Matemática Industrial	17
-	-	Estatística	40 <sup>9</sup>
-	-	Informática Biomédica	6
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>Total</b>	<b>244</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados pela Pólis (2018).

Os dois setores elencados acima estão entre as áreas que mais ofereceram vagas no vestibular 2017/2018 da universidade em questão<sup>10</sup>. Aliás, avaliar a percepção dos discentes assim que entram na universidade pode ser uma maneira de contornar eventuais efeitos que a experiência universitária pode exercer sobre o alunato, permitindo a futuros estudos a realização de comparações entre os momentos de início e final desta trajetória. Pode-se considerar, ademais, que a presente pesquisa se aproxima de um *quase-experimento*, podendo ensejar futuras investigações com o público jovem, semelhantemente a outros trabalhos nessa seara (FUKS; CASALESCCHI, 2016). Por fim, tratando-se da relevância do ano de 2018, ressalte-se o fato de ter sido um ano eleitoral, o que implica crescimento e acirramento das discussões e disputas entre variados grupos

<sup>9</sup> No caso específico do curso de Estatística, os estudantes foram instruídos por dois integrantes da empresa a responderem às perguntas diretamente no questionário.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://portal.nc.ufpr.br/documentos/ps2018/editais/Guia%20do%20Candidato.pdf>>. Acesso em: 26 out. de 2020.



da sociedade em busca de emplacar e atender objetivos políticos, sociais ou econômicos específicos.<sup>11</sup>

## Métodos de análise

A avaliação dos dados foi desenvolvida com o auxílio do *software SPSS*, utilizado para a realização das análises descritivas e bivariadas (CERVI, 2019; FIELD, 2009). As variáveis dependentes do estudo são representadas pelas seguintes perguntas do questionário:

- 1) *Considerando uma escala de 1 a 10, pedimos para que você avalie o quão democrático é o Brasil, tendo em mente que o 1 quer dizer “não democrático” e 10 quer dizer “totalmente democrático”;*
- 2) *Qual a sua opinião acerca da descriminalização do aborto? (1=a favor | 2=contra);*
- 3) *Qual o seu posicionamento sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos? (1=a favor | 2=contra);*
- 4) *Em sua opinião, o comércio de arma de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? (1=sim, deve ser proibido | 2=não deve ser proibido).*

Para fins de simplificação das análises, as variáveis sobre a descriminalização do aborto, adoção de crianças por casais homossexuais e proibição de armas de fogo tiveram seus códigos alterados para 0=contra | 1=favor.

Salvo no que se refere à renda dos entrevistados, as variáveis independentes utilizadas nos testes bivariados também sofreram recodificações para facilitar os testes empreendidos. O Quadro 1 apresenta os códigos das variáveis em questão.

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre o questionário e sobre resultados adicionais do estudo podem ser encontradas no link a seguir: <<http://www.ponte.ufpr.br/dados/monodemocraciaevalores/>>.

**QUADRO 1 – Variáveis independentes**

Variável	Codificação
Escolaridade da mãe	0= <i>sem ensino superior</i>   1= <i>com ensino superior</i>
Escolaridade do pai	0= <i>sem ensino superior</i>   1= <i>com ensino superior</i>
Renda	Ordinal, indo de <i>até 1 salário mínimo (1)</i> até <i>Mais de 15 salários mínimos (7)</i> <sup>12</sup>
Sexo	0= <i>feminino</i>   1= <i>masculino</i>
Tipo de escola em que cursou o ensino médio	0= <i>maior parte ou integralmente particular</i>   1= <i>maior parte ou integralmente pública</i>
Posicionamento ideológico	Escala de 7 pontos, indo da extrema-esquerda (1) a extrema direita (7)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados pela Pólis (2018).

É válido salientar que as referidas variáveis foram selecionadas tendo em vista não somente os objetivos da proposta, mas, também, pesquisas anteriores que demonstram a relevância de variáveis tais quais escolaridade, sexo, posicionamento ideológico, renda e convivência escolar no que diz respeito às opiniões de certas camadas da sociedade sobre diversos temas que permeiam o debate público (BAQUERO; BAQUERO, 2007; DEL PORTO, 2016; FUKS, 2011, 2012; FUKS; CASALESCCHI, 2018; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; NORRIS; INGLEHART, 2019; RIBEIRO; BORBA, 2019). Por fim, ressalte-se que mais do que promover uma análise robusta dos dados visando a testagem de hipóteses específicas, busca-se oferecer um panorama sobre o caso dos universitários da UFPR.

## Resultados

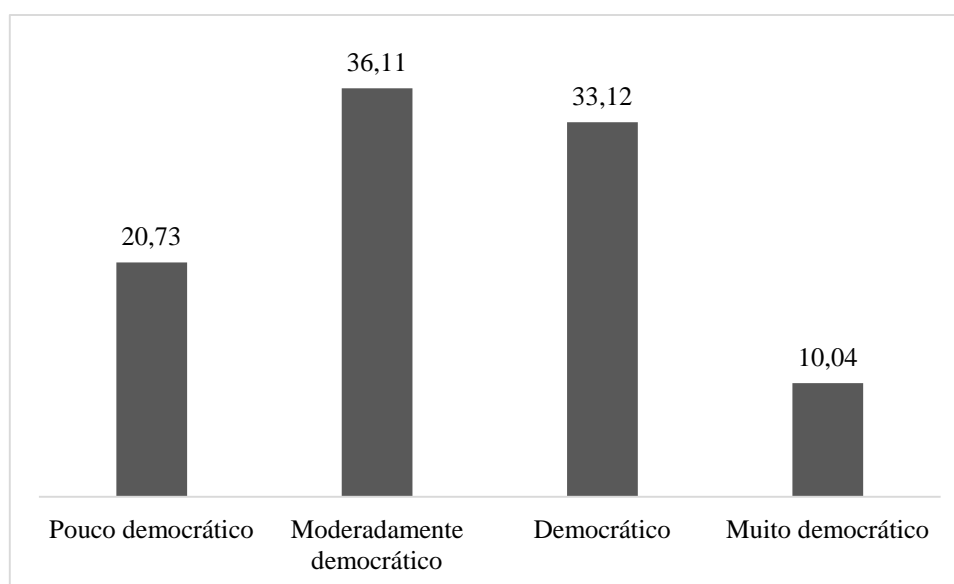
O Gráfico 1 apresenta a avaliação da democracia no Brasil feita pelos estudantes entrevistados. Especificamente para a elaboração deste gráfico, a escala de 1 a 10 referente a variável em análise foi recodificada para melhor compreensão dos dados. As respostas 1, 2 e 3 foram agrupadas e nomeadas como “Pouco democrático”; as respostas

<sup>12</sup> O salário mínimo, à época, era de R\$954,00.

4 e 5 passaram pelo mesmo procedimento e foram nomeadas como “Moderadamente democrático”; as categoriais 6 e 7 ficaram como “Democrático”; e, finalmente, os respondentes que optaram pelas opções 8, 9 ou 10 foram agrupados em uma nova categoria nomeada como “Muito democrático”.

Percebe-se, enfim, que a maioria dos discentes analisa a situação do regime no país como sendo “Moderadamente democrático” ou “Democrático”, com 36,11% e 33,12% das respostas, respectivamente. Sobre as demais opções, 20,73% dos entrevistados acionaram a categoria “Pouco democrático”, enquanto 10,04% optaram pela categoria “Muito democrático”. Destaca-se que a maior parte do alunato avalia a situação da democracia no Brasil de forma negativa. Juntando as duas primeiras categoriais, nota-se que aproximadamente 60% dos discentes avaliam o regime como pouco ou moderadamente democrático.

**GRÁFICO 1 – Avaliação da democracia no Brasil entre os estudantes (%)**

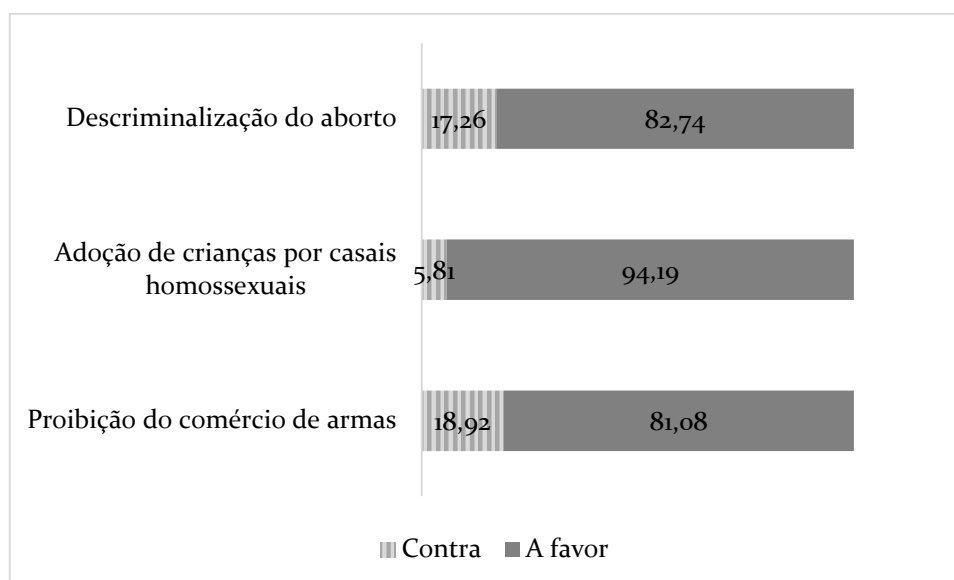


Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Pólís (2018).

No que se refere às variáveis sobre temas que geram controvérsias no debate público do país, identifica-se que a maior parte dos respondentes se mostram adeptos a todas as medidas propostas. Sobre a descriminalização do aborto, 82,74% dos entrevistados disseram ser favoráveis à proposição, enquanto somente 17,26% adotaram

uma postura mais resistente em relação à medida. Tratando-se da adoção de crianças por casais do mesmo sexo, 94,19% do alunato se mostrou favorável a tal possibilidade. Nesse caso, somente 5,81% dos discentes foram contrários à medida, o que demonstra uma ampla aceitação dos estudantes entrevistados quanto a adoção de crianças por casais LGBTQI+. Por fim, o comportamento dos entrevistados acerca da proibição do comércio de armas de fogo e munição vai ao encontro dos resultados da primeira variável deste conjunto. Enquanto 81,08% dos discentes foram favoráveis à proibição, apenas 18,92% apresentaram posturas mais resistentes à medida.

**GRÁFICO 2 – Posição dos discentes sobre aborto, adoção por casais homossexuais e proibição do comércio de armas de fogo (%)**



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pólis (2018).

A Tabela 2 evidencia os resultados dos testes de associação entre as variáveis dependentes e independentes do estudo. Vale salientar que são destacados somente os resultados que se mostraram estatisticamente significativos. Longe de querer propor uma análise estatística robusta, pretende-se demonstrar alguns elementos adicionais que impactam nas posições adotadas pelos discentes investigados. Foram empreendidos testes de correlação de *Pearson* e *Tau\_b de Kendall*, a depender das combinações de variáveis (CERVI, 2019).

Os dados indicam que, na maioria das vezes, a escolaridade dos pais não se mostra variável relevante. Porém, especificamente no cruzamento entre escolaridade da

mãe e avaliação da democracia, encontra-se correlação estatisticamente significativa ( $p=0,037$ ) e negativa, demonstrando que discentes com mães que possuem ensino superior tendem a avaliar a atual situação do regime democrático no Brasil de forma mais negativa. Entretanto, o coeficiente da correlação é muito baixo, de apenas  $-0,08$ .

Ainda sobre a avaliação da democracia entre os discentes, percebe-se que a variável sobre o sexo também se mostrou estatisticamente significativa ( $p=0,000$ ) e positiva, indicando que pessoas do sexo masculino tendem a avaliar a situação da democracia no país de forma mais positiva. No entanto, uma vez mais, o coeficiente de correlação é muito baixo ( $0,15$ ). As outras duas variáveis estatisticamente significativas são: ideologia ( $p=0,000$ ) e tipo de escola em que cursou ensino médio ( $p=0,024$ ). No caso da primeira, que possui um coeficiente um pouco mais expressivo que as demais ( $0,27$ ), nota-se que respondentes que se posicionam mais à direita na escala de posicionamento ideológico apresentam avaliações mais positivas sobre a situação da democracia no país (ao mesmo tempo em que os estudantes que se posicionaram à esquerda avaliam o regime mais negativamente). A variável sobre tipo de escola aponta que estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública (parcial ou integralmente) tendem a avaliar a situação da democracia também de forma mais positiva – todavia, o coeficiente, novamente, mostrou-se muito baixo ( $0,09$ ).

**TABELA 2 – Correlações entre variáveis individuais e opinião dos discentes sobre a democracia no Brasil e sobre temas controversos**

	Avaliação da Democracia	Descriminalização do Aborto	Adoção por Homossexuais	Comércio de Armas
Escolarid. da mãe	$-0,08^*$	-	-	-
Escolarid. do pai	-	-	-	-
Renda	-	-	-	$-0,10^*$
Sexo	$0,15^{**}$	$-0,13^{**}$	-	$-0,25^{**}$
Ideologia	$0,27^{**}$	$-0,36^{**}$	$-0,22^{**}$	$-0,37^{**}$
Tipo de escola	$0,09^*$	-	-	-

\* $p<0,05$  | \*\* $p<0,01$

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Pólis (2018).

Em se tratando da opinião dos discentes sobre a descriminalização do aborto, identifica-se que respondentes do sexo feminino tendem a se mostrar mais favoráveis a

referida proposição ( $p=0,003$ ), o mesmo ocorre com entrevistados que se posicionaram mais à esquerda na escala do espectro ideológico ( $p=0,000$ ). Porém, o único coeficiente mais expressivo foi aquele relacionado ao posicionamento ideológico ( $-0,36$ ). No caso da adoção de crianças por casais do mesmo sexo, percebe-se que indivíduos mais à esquerda evidenciam posturas mais favoráveis ( $-0,22$  |  $p=0,000$ ).

Por fim, no que diz respeito à proibição do comércio de armas de fogo e munição, os achados apresentam que estudantes do sexo feminino se posicionaram mais favoravelmente à medida ( $-0,25$  |  $p=0,000$ ). Comportamento similar é encontrado entre os estudantes que pertencem a camadas de menor renda ( $-0,10$  |  $p=0,040$ ). A variável sobre o posicionamento ideológico, aliás, mostra que respondentes que se posicionam mais à esquerda tendem a apoiar a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país ( $-0,32$  |  $p=0,000$ ). A próxima seção do trabalho propõe uma breve discussão sobre os achados e encerra a investigação em tela.

### **Discussão e considerações finais**

Antes de qualquer reflexão, é importante destacar que as informações discutidas até aqui se relacionam com os estudantes que ingressaram à Universidade no ano de 2018 em dois setores específicos, Ciências Humanas e Ciências Exatas. Logo, não é possível fazer afirmações sobre todos os discentes dos setores investigados, muito menos sobre o corpo estudantil da Universidade como um todo. Além disso, ao contemplar somente estudantes universitários há, de antemão, um recorte específico na pesquisa, visto que tal grupo representa uma pequena e privilegiada camada da juventude brasileira. Dito isso, alguns resultados despertam maior interesse para a discussão.

As associações entre escolaridade da mãe, posicionamento ideológico, sexo e avaliação da democracia no Brasil ensejam algumas reflexões. No caso da escolaridade dos pais, a associação encontrada entre a escolaridade da mãe e a avaliação da democracia é muito baixa e, quando se separa os setores, ela se torna insignificante nos dois casos. Acredita-se que, na prática, o efeito da escolaridade dos pais não se caracteriza com um aspecto muito relevante entre os respondentes da pesquisa, semelhantemente ao caso do sexo.

Entretanto, em se tratando da variável sobre o posicionamento ideológico dos discentes, percebe-se que há uma relação mais expressiva entre se posicionar mais à esquerda no espectro ideológico e apresentar posturas mais críticas em relação à situação da democracia no país. Tal resultado pode estar relacionado com o contexto político brasileiro, que durante a realização da pesquisa já enfrentava um período conturbado há alguns anos (AVRITZER, 2019). O *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, foi uma derrota para alas à esquerda da política nacional, visto que o Partido dos Trabalhadores ocupava o posto mais alto da República há mais de 13 anos. Não obstante, a maneira como o processo se deu gerou debates acerca da legitimidade do afastamento da ex-presidente do poder (AMORIM NETO, 2016; SANTOS; GUARNIERI, 2016) – ao mesmo tempo em que as decisões e medidas aprovadas pelo seu sucessor, Michel Temer (MDB), também foram motivo de contestação por parte de alguns segmentos da sociedade<sup>13</sup>.

No tocante aos temas controversos, nota-se que, em todos os casos, ser de esquerda está associado a uma postura mais favorável às medidas. Esse resultado não surpreende, afinal essas são bandeiras defendidas por vários movimentos e partidos mais à esquerda da política nacional. No que diz respeito especificamente à descriminalização do aborto e à proibição do comércio de armas, os dados indicam que o sexo do respondente se apresenta como variável relevante, sendo que mulheres são mais favoráveis as duas proposições. Possivelmente, isso se justifica pelo fato de que são elas as mais afetadas no caso do aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016) e, além disso, pela razão de pertencerem ao grupo da população que, frequentemente, é exposto a vários tipos de violência, inclusive aqueles que envolvem o uso de armas de fogo<sup>14</sup> – de forma similar às parcelas de menor renda da sociedade (WAISELFSZ, 2016). Porém, são necessárias mais investigações para aprofundar o debate sobre tais assuntos.

De forma geral, os achados indicam que, dentre os jovens entrevistados na pesquisa, a maior parte não somente adota posturas mais críticas em relação à situação

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/estados-tem-protestos-contramichel-temer-no-7-de-setembro.html>>. Acesso em: 26 out. de 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/metade-das-mulheres-mortas-em-2016-foram-vitimas-de-armas-de-fogo-23374188>>. Acesso em: 26 de jun. 2020.

da democracia no país como, ademais, demonstram posturas favoráveis a todas as dimensões propostas no estudo. Como já destacado, por exemplo, a adoção de crianças por casais homossexuais é aceita por uma expressiva maioria dos respondentes, superando os índices de 90% (isso também se repete quando os setores são analisados separadamente). O modo favorável com o qual os estudantes se posicionam acerca de tal proposição pode denotar atitude tolerante quanto às minorias sexuais do país. Tal aspecto, não obstante, está em consonância com estudos já consagrados no campo da Ciência Política que demonstram que o público jovem, em especial em nações desenvolvidas, tende a adotar posturas mais liberais em vários aspectos da vida em sociedade, inclusive naqueles que envolvem a comunidade LGBTQI+ (INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Um último aspecto a ser apontado é que, indo de encontro a tese defendida por alguns segmentos da sociedade e da elite política de que haveria uma "doutrinação" nas instituições públicas de ensino no Brasil – e.g. incentivando os estudantes a adotarem posturas menos conservadoras sobre alguns assuntos –, os dados da pesquisa indicam que, aparentemente, os alunos investigados, já no começo de sua vida acadêmica, manifestam posicionamentos bem definidos sobre todos os temas discutidos. Diferente do que se pode imaginar, a maioria dos discentes em questão não têm suas visões necessariamente ou totalmente moldadas pela vivência universitária, mas já adentram ao ambiente acadêmico demonstrando algumas predisposições no que se refere ao modo como se posicionam diante assuntos que geram controvérsias no debate público do país<sup>15</sup> – vale ressaltar, também, que as posições pouco refratárias são notadas tanto entre estudantes oriundos do ensino médio público quanto privado.

Futuras investigações podem expandir as indagações aqui propostas, incluindo novas variáveis na discussão, aprimorando as estratégias metodológicas e estendendo a pesquisa para outras camadas da juventude brasileira além daquela vinculada ao meio universitário – sobretudo tendo em vista a já ressaltada relevância desse público para o fortalecimento e manutenção do regime democrático (HOOGHE, 2004; SLOAM, 2016).

---

<sup>15</sup> Tal afirmação, para ser de fato generalizável, requer estudos mais amplos. Todavia, oferece indicativo importante para futuras investigações sobre os valores de jovens universitários.



## Referências

ALLASTE, Airi-Alina; CAIRNS, David. 2016. Introduction: Youth Political Participation in a Transition Society. **Studies of Transition States and Societies**, v. 8, n. 2, p. 1-9.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Newbury Park: SAGE Publications, 1989.

AMORIM NETO, Octavio. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, n. 52, 2016, p. 43-54.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BAQUERO, Rute; BAQUERO, Marcelo. 2007. Educando para a Democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 11, 2007, p. 139-143.

BORBA, Julian. Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, 2005, p. 147-168.

CASALECCHI, Gabriel Ávila. **Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de Métodos Quantitativos para Iniciantes em Ciência Política – Vol. 2**. Curitiba: CPOP – UFPR, 2019.

CORNER, Adam; ROBERTS, Olga; CHIARI, Sybille; VÖLLER, Sonja; MAYRHUBER, Elisabeth S.; MANDL, Sylvia; MONSON, Kate. How do young people engage with climate change? The role of knowledge, values, message framing, and trusted communicators. **WIREs Climate Change**, v. 6, 2015, p. 523-534.

COSTA, Joseli B; TORRES, Ana R. R.; BURITY, Marta H. L.; CAMINO, Leôncio. Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. **Temas em Psicologia**, n. 1, 1994, p. 17-36.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da USP, 2015.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. Satisfação com a democracia entre os brasileiros no cenário recente (2002-2014). **Revista Debates**, v. 10, n. 3, 2016, p. 83-106.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, 2017, p. 653-660.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, n. 83, 2011, p. 145-178.

\_\_\_\_\_. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 2012, p. 88-108.

\_\_\_\_\_; CASALESCCHI, Gabriel Avila. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer XVII**, n. 1, 2016, p. 145-164.

\_\_\_\_\_; CASALESCCHI, Gabriel Avila; GONÇALVES, Guilherme Quaresma; DAVID, Flávia Felizardo. Qualificando a adesão a democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, 2016, p. 199-219.

\_\_\_\_\_; CASALESCCHI, Gabriel Avila. Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. **Revista de Sociologia Política**, v. 26, n. 68, 2018, p. 61-74.

HOOGE, Marc. Political socialization and the future of politics. **Acta Politica**, v. 39, n. 4, 2004, p. 331-341.

ILIŠIN, Vlasta; GVOZDANOVIĆ, Anja; POTOČNIK, Dunja. Contradictory tendencies in the political culture of Croatian youth: unexpected anomalies or an expected answer to the social crisis? **Journal of Youth Studies**, v. 21, n. 1, 2017, p. 51-71.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational changes in post-industrial societies. **American Political Science Review**, v. 65, n. 4, 1971, p. 991-1017.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a Sequência do Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Francis, 2009.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 3, 2017, p. 79-97.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, 2008, p. 1-42.

\_\_\_\_\_. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, 2008, p. 11-43.

\_\_\_\_\_. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, 2010, p. 269-309.

NORRIS, Pippa. October 1-2, 2004. **Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?** Paper for the conference 'Civic engagement in the 21st Century: Toward a Scholarly and Practical Agenda' at the University of Southern California.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Condição juvenil e participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, v. 4, n. 1, 2015, p. 53-78.

OLIVEIRA, Renata A.; AYRES, Carla S.; HANSEN, Jaqueline R.; BORBA, Julian. Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. **Revista Debates**, v. 10, n. 3, 2016, p. 189-222.

PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana, R. R.; BARROS, Thaís S. Sistema de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 1, 2004, p. 1-10.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n. 58, 2003, p. 9-36.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Jogando boliche sozinho: colapso e ressurgimento da coletividade americana**. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Pós-materialismo e participação política no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008, p. 375-387.

\_\_\_\_\_; BORBA, Julian. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, v. 32, n. 87, 2019, p. 641-657.

RUSSO, Guilherme A.; AZZI, Roberta Gurgel; FAVERI, Charlene. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, 2018, p. 365-404.

SALGADO, Mauricio; VÁSQUEZ, Alejandra; YÁÑEZ, Alejandra. Do Young People Adapt Their Prosocial Behaviour to That of Their Peers? An Experimental Exploration. **Sociological Research Online**, v. 00, n. 0, 2019, p. 1-21.

SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 25, n. 4, 2016, p. 485-494.

SLOAM, James. Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 18 n. 3, 2016, p. 521-537.

SPOSITO, Marília F.; TARÁBOLA, Felipe de S. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016, p. 1009-1028.

TELLES, Helcimara. Jovens eleitores: decifra-me ou te devoro. **Em Debate**, v. 2, n. 11, 2010, p. 22-27.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil**. [S.l.]: Flacso, 2016.

YUEN, Celeste Y. M. Perceptions of Social Justice Among the South Asian and Mainstream Chinese Youth from Diverse Cultural Backgrounds in Hong Kong. **Peabody Journal of Education**, v. 93, n. 3, 2018, p. 1-13.

# O etnólogo pela pena: meditações póstumas sobre escolhas monográficas

Andras Jucksch Ellendersen<sup>1</sup>

Recebido em setembro de 2020

Aceito em dezembro de 2020

## RESUMO

Este artigo oferece uma reavaliação crítica do processo de elaboração de *O fantasista e o flagelo: sentidos de si e de África para Günther Theodor Tessmann (1884-1969)*, uma monografia de graduação que se debruça sobre a trajetória de vida de um etnólogo alemão. Por uma perspectiva de bastidores, a abordagem da análise se dará em primeira pessoa, tratando a fundo as vias sinuosas que originam certas escolhas metodológicas, interrogando seus fundamentos subjetivos e suas consequências objetivas para a arteficialidade de um texto que se apresenta como uma contribuição para o campo das ciências sociais.

**Palavras-chave:** trajetórias de vida; método; pesquisa.

## The ethnologist by the quill: posthumous meditations on monographic choices

## ABSTRACT

This article provides a critical reevaluation of the elaboration process of *O fantasista e o flagelo: sentidos de si e de África para Günther Theodor Tessmann (1884-1969)*, a graduation monograph which sets out to study the lifepath of a German ethnologist. From an insider's point of view, the analysis' first-person approach will cover in depth the winding paths at the origin of certain methodological choices, questioning their subjective foundations and their objective consequences for the crafting of a text which presents itself as a contribution to the field of the social sciences.

**Keywords:** lifepaths; method; research.

## Introdução

Quando estas linhas forem publicadas, a monografia que originou este artigo já terá completado seu primeiro aniversário. Numa das salas do 9º andar do prédio da reitoria da UFPR, *O fantasista e o flagelo: um estudo de sentidos de si e de África para Günther Theodor Tessmann (1884-1969)*, orientado pelo Prof. Dr. Paulo Renato Guérios,

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, pela Universidade Federal do Paraná. Sua atividade como pesquisador na graduação alicerçou-se no estudo de trajetórias de vida, tangenciando aspectos da história da antropologia e do colonialismo na Alemanha. Contato: andras.atlason@gmail.com

foi defendido a 12 de dezembro de 2019 com arguições do Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien e da Prof. Dra. Simone Meucci, ambos professores da casa.

Na introdução daquele trabalho, escrita por último, há fragmentos que parecem denotar antes uma justificação que um prenúncio auspicioso, como que dizendo ao leitor: “desculpe qualquer coisa”. Escrevo ali sobre convicções “talvez algo ingênuas” (ELLENDERSEN, 2019, p. 12) e premissas que, “entre outras, apresento [...] menos para defender sua infalibilidade que como uma franca reavaliação *a posteriori* do texto, dando ao leitor a satisfação [...] de suas potenciais forças e também de suas potenciais limitações” (p. 11) – elementos que tampouco passariam despercebidos na avaliação da banca.

A oportunidade de escrever para um periódico discente trouxe consigo o desejo de, a partir do ponto de vista privilegiado do presente, aprofundar aquela reavaliação expondo circunstâncias internas da pesquisa e algumas das razões pelas quais talvez seja possível encarar o texto, hoje, menos como uma contribuição sólida a seu campo que como um registro de uma etapa de minha incipiente trajetória enquanto pesquisador – o que não significa, claro, esvaziá-lo de seu valor.

No que diz respeito ao método, talvez se trate de voltar o feitiço contra o feiticeiro – ou, para ser mais verossímil, contra o aprendiz – e converter-me no objeto da aventura da qual fiz vítima um pesquisador de outra era, debruçando-me sobre as falhas de percurso responsáveis por vícios metodológicos que, à época tão sedutores e enganosamente inescapáveis, hoje enxergo plenamente. Num esforço intelectual de Epimeteu – isto é, em que o agir já *precedeu* há muito o pensar –, volto ao passado com a presunção de que, bem além de uma autoanálise, o leitor possa encontrar aqui considerações de valia também para outros tipos de pesquisa aos quais se dedique ou venha a se dedicar. Considerações estas que, asseguro, se revelarão de imediato menos impressionistas que esses parágrafos iniciais.

### **Günther Theodor Tessmann (1884-1969)**

*O fantasista e o flagelo* se anuncia como um esforço, apoiado sobre uma metodologia microhistórica, para elucidar aspectos da trajetória de vida de Günther

Theodor Tessmann (1884-1969), um intelectual alemão que construiu para si um nome como etnólogo – ainda que seu empenho científico tenha sido entremeado por uma gama de interesses que, da botânica e da zoologia à astronomia, talvez lhe rendesse, em outra época, a designação mais genérica de *naturalista*. Neste item, o leitor encontrará menos uma síntese do TCC, a ser abordado mais adiante, que uma narrativa já mais madura – e avolumada por reflexões posteriores, em grande parte despertadas pela banca (à qual sou muito grato) – que talvez melhor sirva ao propósito de introduzir o leitor ao “personagem” Tessmann, a sua multifacetada agência histórica e às fontes que deixou para trás.

Com um diário de 1922, talvez sem saber, Günther Tessmann daria o pontapé inicial da redação de um corpo de textos de *memórias de vida* que, até a sua morte, quase cinco décadas mais tarde, atingiriam doze volumes.<sup>2</sup> Beirando seus 40 anos de vida, Tessmann conduzia nessa época um trabalho de campo nas imediações do Rio Ucayali, no Peru, cujos resultados viriam à luz dali a alguns anos em seu ‘canto de cisne’ na antropologia cultural, a saber, o par de obras americanistas *Homens sem Deus* (1928) e *Os indígenas do nordeste peruano* (1930). A recepção controversa de ambas as publicações marcaria o início do fim de sua carreira na etnologia, fim este que se daria menos por um golpe abrupto que por um empalidecimento gradual na vida de um homem que, conforme se dedicava mais e mais à busca de um sentido no universo,<sup>3</sup> mais

---

<sup>2</sup> Uma vez dispostos os 12 volumes em ordem cronológica, o diário iniciado em 1922 se tornaria o volume VIII, complementado em 1928 pela redação do volume IX, que cobre o restante de seu trabalho de campo peruano (1923-1926). As memórias de vida de Tessmann, armazenadas desde o fim da década de 1960 no acervo da *Völkerkundesammlung* dos Museus de Lübeck, foram academicamente trabalhadas pela primeira vez por Klockmann em sua dissertação *König im weißen Fleck* (1988). Mais recentemente, Templin e Dinslage esforçaram-se pela edição comentada integral dos volumes que, até o presente momento, foram publicados pelos Museus de Lübeck até o volume VII (DINSLAGE e TEMPLIN, 2012; TEMPLIN, 2015; DINSLAGE, 2015). Os documentos originais foram integralmente digitalizados pelos Museus de Lübeck e estão disponíveis para acesso no link: <<https://vks.die-luebecker-museen.de/tessmann-tagebuch>> Acesso em 24/10/2020, 23h09.

<sup>3</sup> Em 1950, Tessmann publica em livro um sistema de correspondências numéricas entre dados astronômicos e fenômenos terrestres (i.e. desde processos biológicos até o “ciclo vital” de culturas humanas). O esquema, que Tessmann batizaria *O plano da criação [Der Schöpfungsplan]*, teria sido concebido ainda em 1924 e aperfeiçoado ao longo dos anos até sua publicação em Curitiba, no Paraná. Seu esforço totalizante numa época em que as disciplinas se ensimesmavam com rapidez, aliado ao apego a modelos científicos datados e uma intenção tácita de respaldar cientificamente a cosmogonia cristã, fariam com que *O plano da criação* enfrentasse o silêncio tanto da comunidade científica quanto da eclesiástica, tornando vãos seus esforços quase obcecados para ter reconhecidos, no fim da vida, os méritos do que entendia como seu “trabalho de vida” [*Lebenswerk*]. Toda a produção intelectual de

escrevia e lia sobre si mesmo, como que prestando contas sobre uma trajetória de glórias e também de fracassos.

Nascido na cidade portuária de Lübeck, no norte da Alemanha, o etnólogo autodidata foi prática e intelectualmente produtivo na disciplina durante, aproximadamente, as três primeiras décadas do século XX. Menções à etnologia em sua obra tardia, como aponta Fischer (1991, p. 101) em comentário ao seu *O plano da criação* (1950), já davam sinais de uma desatualização crítica no que toca às não negligenciáveis transformações teóricas e metodológicas que havia sofrido a disciplina nos anos precedentes, mesmo no âmbito da produção em língua alemã — sintoma, talvez, de um período de sua vida em que a ciência cultural já não figurava entre suas primeiras preocupações.

Antes disso, contudo, Tessimann publicaria uma vasta obra etnográfica que, permitindo-se dividir grosseiramente em uma fase africana (1904-1921) e outra amazônica (1921-1933), teve entre seus leitores e comentadores nomes da competência de Frazer, Boas, Lévy-Bruhl, Kroeber, Nimuendajú, Eliade e Lévi-Strauss.<sup>4</sup>

A década de 1930 era aguardada por Tessimann com promissoras expectativas: com sua defesa de um método que batizou de *culturologia sistemática* [*systematische Kulturkunde*], *Os indígenas do nordeste peruano*<sup>5</sup> se propunha o marco inaugural de uma nova era metodológica para a antropologia, acompanhada do projeto de fundação de um

---

Tessimann posterior a 1950 se resume a complementos, desdobramentos e versões panfletárias dos princípios inaugurados n'*O plano*.

<sup>4</sup> Para uma discussão aprofundada tanto de sua interpretação particular da religiosidade Bantu como dos dados etnográficos trazidos por Tessimann em sua mais extensa obra africanista, *Os fangues* (1913), cf. Fernandez (1982) e Laburthe-Tolra (1985). Sobre os bastidores da produção dessa mesma obra, cf. Klockmann (1988) e Ellendersen (2019). Sobre suas observações etnográficas da Amazônia peruana, bons apanhados foram trazidos por Tournon (2002) e, sob um enfoque linguístico, Fleck (2003).

<sup>5</sup> Na obra de 1930, Tessimann avança uma comparação extensiva de 50 etnias distintas do nordeste do Peru submetendo-as a uma mesma tabela de 76 itens de análise – e.g. desde formas de habitação até particularidades de comportamento sexual, costumes rituais e jogos infantis. Resulta disso um quadro comparativo de fácil consulta, do qual emergem “famílias culturais” identificadas pelo autor a partir dos parentescos extraídos da sobreposição comparativa dos resultados. A preocupação subjacente era a de ofertar um método que, em meio à percepção de uma diluição vertiginosa das populações indígenas na cultura ocidental, servisse a uma “antropologia de salvamento” determinada a reunir um grande volume de dados em pouco tempo. Com o passar dos anos, mais de um autor viria a enaltecer a obra menos por sua proposta metodológica que por sua riqueza de dados etnográficos (e.g. SAPPER, 1931), em franco contraste ao que declaradamente desejava Tessimann (1930, p. 41). O volume foi companheiro de viagem de nomes como Nimuendajú e Baldus, permanecendo hoje uma fonte correntemente citada em trabalhos brasileiros e hispanófonos sobre povos amazônicos.



instituto de pesquisa etnológica em Berlim que teria Tessmann como seu diretor (MILDBRAED, 1930). No mesmo ano de 1930, a Universidade de Rostock concederia a Tessmann, que não havia atravessado qualquer percurso acadêmico formal, um título doutoral honorífico que, abrindo portas para cátedras universitárias para as quais era exigido, ofertaria a possibilidade de uma ansiada estabilidade profissional, passadas décadas de idas e vindas entre a Alemanha e diversos destinos tropicais.

As circunstâncias, contudo, se delineariam de maneira menos auspiciosa. Sua culturologia sistemática encontraria insuficientes entusiastas, e sua etnografia sobre os Shipibo-Konibo, *Homens sem Deus*, muitos críticos. Se, em razão de seus comentários depreciativos sobre indígenas sul-americanos, se desgastava sua imagem entre figuras influentes do cenário etnológico difusionista alemão, como Pe. Wilhelm Schmidt (1868-1954), seus textos sobre a homossexualidade africana e sua amizade com o venereologista judeu Hans Haustein (1894-1933) fariam dele *persona non grata* também entre os nazistas, a despeito do manifesto racismo expresso em etnografias africanistas suas como *Os fangues* (1913) e *Os bubis de Fernando Pó* (1922). Enquanto a perspectiva da almejada posição universitária se tornava pouco a pouco menos nítida, o início da década de 1930 marcaria também o fim de um relacionamento duradouro com Eduard Pape (1903-?), seu companheiro de vida. Como relataria vinte anos mais tarde,

[...] infelizmente, o destino procedeu de modo duro comigo outra vez, fazendo um largo risco sobre os meus cálculos. Esse ano [1931] foi, em absoluto, um dos mais terríveis que já vivi, e o infortúnio que me perseguia jamais havia sido tão grande como nesse maldito ano, o ponto mais profundo da decadência dessa época da vida. (X: 85<sup>6</sup>).<sup>7</sup>

Talvez fosse sintomático que, logo entre 1930 e 1935, solitário, desempregado e “totalmente empobrecido” (III: 187), Tessmann tivesse escrito os seis volumes (II-VII) de diários cobrindo precisamente o que entenderia em retrospecto como os anos áureos de

<sup>6</sup> Como foi o caso na monografia de conclusão de curso *O fantasista e o flagelo* (2019), as memórias de vida serão referenciadas neste artigo seguindo o modelo já adotado por Klockmann (1988) de indicar em algarismos romanos, entre parênteses, o número do volume separado por dois pontos da indicação de sua página.

<sup>7</sup> A monografia que baseia o presente artigo opera com fontes primárias em língua alemã e alguma bibliografia secundária em alemão ou inglês, que optamos por trazer ao leitor em tradução livre, adicionando entre colchetes trechos do original quando a tradução oferece possíveis ambiguidades.

sua vida, quais sejam: os de sua primeira partida à África Equatorial, em 1904; de sua primeira expedição etnológica de grande porte, a *Expedição-Fangue de Lübeck* (1907-1909); da publicação da primeira obra científica de sua autoria, *Os fangues* (1913), e de sua primeira expedição a serviço do Ministério Colonial Alemão na então colônia de Camarões, a *Expedição Ssanga-Lobaje* (1913-1916), o “ápice de minha vida” (V: 55).

Em paralelo a tais insígnias curriculares, a década inaugural do século XX seria também particularmente rememorada por Tessmann por uma “proeza” extraoficial, a saber, a de sua escalada autoritária em Río Muni, região continental da Guiné Equatorial predominantemente ocupada pela etnia Bantu fangue. Num território à época virtualmente inexplorado por cartógrafos, Tessmann afirma ter edificado, aos 22 anos de idade, uma existência autônoma valendo como autoridade política, ou ainda, segundo seu relato, como deidade entre os indígenas, experiência que sustentaria sua leitura futura de um passado de grandes aventuras nos trópicos e que, já no Brasil, ele reconstituiria em forma de romance em seu autoinspirado manuscrito, *O rei na mancha branca* (1940).

Com a interrupção da *Expedição Ssanga-Lobaje* em razão da Primeira Guerra Mundial, com o desfecho do Tratado de Versalhes e a conseqüente derrocada do poder colonial germânico em 1918, sofria os primeiros baques uma carreira que, até então, havia sido construída em estreita vinculação com a rede ultramarina nacional. Mais tarde, como atestado da postura acrítica que retinha diante do colonialismo europeu, Tessmann faria do período de vigência do império colonial alemão um frequente objeto de nostalgia: um “tempo inesquecível” no qual, “então jovem e pura, [minh’alma] vive e tece”, e “hoje canta dele outra vez” (TESSMANN, 1940, p. 64).

O caráter seletivo da memória, que, como ressalta Pollak (1992), se constrói na seleção consciente ou inconsciente da dimensão da experiência vivida que se toma por significativa no momento da rememoração, se verifica sem demora em Tessmann na hipertrofia patente de suas memórias africanas.

A “decadência” dos anos 1930 encontraria uma aparente salvação na *Berlinische Boden-Gesellschaft*, sociedade negociadora de terras que, gerida por judeus em fuga do nazismo e almejando investir seu capital no exterior (STIER e KRAUß, 2005), apostaria em Tessmann e em seus anos de experiência amazônica (1921-1926) para empregá-lo

como consultor de terras para o estabelecimento de colonos alemães na América do Sul. Condicionando a empreitada ao escopo da região norte do Paraná – onde Reinhard Maack (1892-1969)<sup>8</sup>, geólogo alemão com quem havia feito amizade na Alemanha em 1928, já havia se estabelecido –, Tessmann viaja ao Brasil em 1936, acompanhado do diretor da companhia, à espera de um desfecho positivo das negociações para dar início à edificação de uma velhice confortável sob novos ares. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, uma entrevista concedida ao periódico *O Jornal* sugere que a culturologia sistemática ainda não configurava, naquele momento, um projeto abandonado:

[...] pretende durante suas excursões não só pelo Brasil como pela America do Sul, proceder a estudos ethnologicos dos indigenas americanos. O dr. Tessmann, é de opinião, que os estudos sobre os nossos indios deveriam ser sobremaneira intensificados, porque, o desaparecimento das populações autoctonas, é progressivo, no passo que a civilização européa, vae absorvendolas rapidamente. Si continuar assim, um grande manancial de estudos e observações interessantissimas do ponto de vista scientifico, ficará perdido para sempre. [...] (20/11/1936)

Contudo, um entrave na liberação de verbas da *Berlinische Boden-Gesellschaft* arruinaria suas perspectivas profissionais e o conduziria a adquirir um terreno de mata virgem em um distrito de Apucarana; sua jornada no Brasil começaria com “anos de miséria” como um “colono no inferno verde” (XI: 1). Com o fracasso derradeiro das três alternativas de fonte de renda projetadas para a garantia de sua subsistência,<sup>9</sup> Tessmann parte em 1940 para Santa Catarina, onde — salvo o interlúdio de sua prisão pelo DOPS curitibano, em 1943, no âmbito da fragilidade civil do estrato germânico brasileiro durante o Estado Novo — permanece alternando instáveis ocupações até 1947, quando surge o convite do então diretor do Museu Paranaense, José Loureiro Fernandes (1903-

<sup>8</sup> Reinhard Maack (1892-1969) foi um geólogo autodidata e explorador alemão. Formado agrimensor, viaja em 1911 para a colônia alemã *Deutsch-Südwestafrika*, atual Namíbia, onde trabalha no levantamento topográfico da região até seu recrutamento voluntário para o exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial. Após seu retorno à Alemanha, viaja em 1923 a Minas Gerais, no Brasil, para colaborar nas buscas por ouro na região, e no início da década de 1930 por diamantes no norte do Paraná. Destacando-se por estudos geológicos comparativos envolvendo a África e a América do Sul no âmbito da teoria da deriva continental, estabelece-se a serviço do Museu Paranaense e do IBPT em Curitiba, onde falece em 1969. Disponível em: <<http://reinhardmaack.de/lebensstationen.html>> Acesso: 21/10/2020, 16:17.

<sup>9</sup> Eram estes 1) a venda de exsicatas de plantas paranaenses a museus nacionais e estrangeiros, 2) a possibilidade de uma efetivação tardia dos negócios da sociedade de terras e 3) os rendimentos da venda dos produtos de seu trabalho no sítio em Apucarana (X: 306-308).

1977), para que ocupasse uma posição de assistente de botânica no museu da capital do Paraná.

Passados dois anos em que teria conferido “uma moderna e racional organização à secção de botânica, e sobretudo ao incipiente herbário” (STELLFELD, 1949), Tessmann se transfere para o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), onde exerce função similar pelos 5 anos subsequentes até sua aposentadoria, em 1955 — ano de sua única e amarga visita à Alemanha pós-guerra.

O início da década de 1950 traria consigo dois novos volumes de memórias de vida: o número I — de autoria de um Tessmann que, aos 65 anos em meio a uma rotina de coleção botânica extensiva, remonta a época da infância em sua cidade natal enfatizando a descoberta do mundo natural e sua “pura pulsão colecionista” (I: 70) — e o número X — no qual, numa etapa de sua vida em que se descreveria como “finalmente, no alto outra vez” (XII: 121) em razão da alcançada estabilidade profissional, grava no papel a decadência dos desafortunados anos 1930 em Berlim. Após um período de residência fixa na Ilha do Mel, no litoral paranaense, Tessmann vive, em 1958, um último ano em seu sítio em Apucarana antes de se restabelecer em Curitiba, onde viria depois a falecer aos 85 anos de idade.

A promessa de que procederia a “estudos ethnologicos dos indígenas americanos”, feita em 1936 a *O Jornal*, não viria a se concretizar e, depois de sua chegada ao Brasil, a etnologia não tornaria a merecer qualquer atenção mais expressiva que a de poucas palestras informais entre círculos de colonos em Rolândia (XI: 82) — mesmo a despeito da alegada intenção, expressa ainda em 1942 em carta a Loureiro Fernandes, de publicar um artigo antropológico inédito nos arquivos do Museu Paranaense (TESSMANN, 1942).

Seus últimos anos de vida seriam marcados por uma dedicação exaustiva e quase obcecada à popularização das correspondências planetárias e terrestres que anunciara em seu livro *O plano da criação* (1950), paralela de um lado ao aprofundamento de seu evangelismo cristão através de cartas e manifestos, e de outro à redação descontínua dos dois volumes restantes de memórias de vida (XI e XII) até sua morte.

Liberal demais para os nacional-socialistas, racista demais para os progressistas, demasiadamente diletante para os acadêmicos e exageradamente naturalista para os

etnólogos, Günther Tessmann nunca pareceu ter encontrado para si um lar no interior de sua constelação histórica. Como se pode depreender dos parágrafos acima, trata-se de um sujeito que se permite ler a partir de uma miríade de recortes e pontos de vista. Discutiremos, agora, o recorte feito para a monografia de conclusão de curso *O fantasista e o flagelo*, bem como alguns dos processos por detrás da formatação final que o trabalho acabaria por assumir.

### ***O fantasista e o flagelo***

Introdução e conclusão à parte, a monografia é dividida em 5 capítulos, que, contando suas subdivisões internas, somam 16 blocos de texto. Os recortes temáticos gerais se permitem reduzir, como anúncio em seu resumo, a 1) os sentidos que Tessmann atribuiu a sua prática colecionista; 2) suas escolhas formativas e as associações institucionais que formataram as circunstâncias para seu direcionamento profissional e intelectual; 3) as ‘imagens de si’ que emprestavam sentido a sua agência como um viajante na África; 4) o imaginário colonial expresso por Tessmann em sua concepção do continente africano e de seus habitantes, bem como 5) sua conexão com o universo oitocentista dos diários de viagem e seu potencial explicativo para elucidar aspectos da epistemologia subjacente à sua ciência.

Em dois sentidos principais, a divisão temática acima desvia do caminho originalmente previsto: primeiro, por contemplar somente metade do plano de trabalho preestabelecido – exatos 6 meses antes da defesa, enviei ao meu orientador um roteiro, aprovado com entusiasmo, de 18 microtemas encerrando um ciclo de reflexões para a monografia (desses, apenas 9 viriam, algo disformes, a compor o texto final) – e, segundo, pela hipertrofia do aspecto personalista – i.e. um foco em “sentidos *de si*”, “imagens *de si*” e em imaginários “expressos *por Tessmann*” em detrimento de potenciais sentidos objetivos a serem apontados no limiar entre sua agência e o campo social e intelectual em que agia.

Se, por um lado, é certo que todo percurso de pesquisa, guiado pelos “imponderáveis da vida real”, guarda sua porção de atalhos sinuosos – sobre os quais fui, e não pouco, alertado –, há também que se aferir, sem rodeio, sua fronteira para com os

*ponderáveis* descaminhos que, muito mais que preciosas anedotas acadêmicas, nos trazem ensinamentos para o futuro.

Desde logo, é importante mencionar que *O fantasista e o flagelo* foi o primeiro grande resultado de uma pesquisa que se iniciou ainda em 2017, quando, na condição de orientadora de meu estágio no Setor de Arqueologia do Museu Paranaense (MUPA), a Dra. Claudia Parellada me introduziu a esse esquecido personagem da história paranaense – e que havia sido, conforme descobri em seguida, amigo pessoal de meu avô João Rodolfo Jucksch (1914-2006). Uma vez feita a escolha de torná-lo tema de TCC, o comprometimento com a pesquisa passou a ser, à minha maneira, absoluto: uma caça incansável por PDFs sobre assuntos tangenciais ao tema – separados por pastas para subtemas –, aquisição de livros, fotografias, artigos, visitas a arquivos públicos brasileiros, e-mails a arquivos estrangeiros, a diferentes instituições pelas quais Tessmann passou e a autores de diferentes gerações que escreveram sobre ele – além de, em paralelo, um esforço de recuperação do domínio da língua alemã, com a qual tive contato desde berço, ainda que mais tarde o tenha perdido, e na qual haviam sido redigidas a maior parte de minhas fontes.

Entre 2018 e 2019, a pesquisa se desenvolveria ainda no âmbito do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), também sob orientação do Prof. Dr. Paulo Renato Guérios, abarcando este período também – num “desvio de rota” em meio a uma viagem de férias – uma visita a Lübeck, cidade natal de Tessmann, onde, além da pesquisa em arquivos, também ofertou-se a possibilidade de uma conversa pessoal com Dr. Thomas Klockmann (1954-), autor da primeira publicação de peso dedicada à vida do etnólogo alemão. Descendentes de parentes e de amigos próximos de Tessmann também foram identificados e contatados em ambos os lados do Atlântico, permitindo acesso a todo outro corpo de materiais empíricos, além de constituírem vínculos extremamente valiosos por si sós.

São dados que trago não apenas como um relato de bastidores, mas como sinais de que, por várias razões, eu havia abraçado o projeto do TCC com uma garra, até então para mim, descomunal. Talvez a principal razão fosse – não tão diferente do próprio Tessmann quando publicava sua obra inaugural aos 29 anos – que eu o concebesse menos como um simples trabalho de conclusão de curso que como uma oportunidade

para, ainda em “tenra idade”, publicar um trabalho denso, que exprimisse maturidade, articulasse com propriedade uma vasta e complexa gama de episódios e de perguntas, e até pudesse, quiçá, suscitar de imediato importantes consequências rumo à conquista de um espaço no campo das ciências humanas. Vencido o calendário de disciplinas, optei por estender ainda por seis meses minha graduação para dedicá-los exclusivamente à escrita do que, eu imaginava, seria “mais” que um TCC. Porém, por vezes, é preciso antes dar o passo para então dar-se conta do tamanho da própria perna, motivo pelo qual me volto agora aos perdoáveis deslizes por detrás de um – bom – TCC – e tão somente isso.

### **A autópsia da obra do ponto de vista do autor**

Talvez a principal causa das singulares deficiências daquele texto, e da qual certamente derivam boa parte das demais, seja a de que, em boa medida, trata-se de um trabalho escrito em clandestina reclusão. A expressão jocosa qualifica meu esforço tácito, à época, para – em parte por um excesso de confiança em meus autoinfligidos palpites metodológicos, em parte pelo medo do transtorno que uma abertura à opinião externa pudesse causar ao frágil edifício que eu havia erguido – evitar uma comunicação franca e constante com meu orientador sobre as movimentações em meu intelecto. Seguindo uma fórmula de alto risco, prevalecia minha intenção de seguir trabalhando no texto em silêncio até que, no resultado final, como que por feitiço, transparecessem os méritos de uma série de escolhas que eu havia feito por conta própria e de cujos fracos alicerces me havia convencido. Falemos, pois, dessas escolhas – primeiro a partir de um olhar em primeira pessoa para, em seguida, fazê-lo do ponto de vista do texto em si.

A primeira delas foi dar ao campo da empiria o primado epistemológico sobre a pesquisa. Isso começava pelo compromisso de levantar os problemas de pesquisa sempre *a partir dos dados* e nunca, de fora, projetar os primeiros sobre os segundos. Em princípio, essa escolha não só era muito acertada em si mesma como vinha de cima: a linha de pesquisa adotada por meu orientador – e na qual estava inserido meu projeto – tinha, entre seus pilares metodológico-analíticos, ao lado da Sociologia do Conhecimento de Mannheim e Merton, a *microhistória* de Giovanni Levi *et alia*, e com ela seu esforço para reconstituir e, não raro, contestar as macronarrativas socio-

históricas testando sua eficácia a partir do “nível do chão” (REVEL, 1996) – ou, em outros termos, do nível dos *dados*, e até mesmo dos mais singelos. Porém, aquele preceito que, não há dúvida, oferecia um *ponto de partida* muito agudo para a construção de uma análise, viria a tornar-se, pouco a pouco, um fim em si mesmo em meu *modus operandi* cada vez mais absorto em revolver os dados em busca de um sentido que, propriamente, em derramar sobre eles alguma luz.

Isso se deu por múltiplos fatores. Um deles era certamente o obstáculo da língua, que tornava por vezes moroso o esforço de *superar* as fontes primárias. Se, por um lado, e talvez não sem razão, eu me atinha à busca incessante por novos dados que pudessem (e o faziam) revelar novas facetas do objeto sobre o qual me debruçava, o volume sempre crescente de materiais para processar e *compreender* numa língua estrangeira freava o ímpeto por grandes saltos analíticos – os coágulos de polissemia, que se formavam com rapidez, tornavam traiçoeiro o terreno, tão importante para uma análise de fôlego, das sutilezas semânticas; ou assim me parecia. Isso significa dizer, talvez, que a tarefa estipulada de levantar os problemas começando de baixo me resultava menos fácil do que antes se havia me apresentado, embora eu não me desse conta disso o bastante para recorrer a socorro externo, ou mesmo para tomar, enquanto havia tempo, a mais simples e manifesta das vias: reduzir, e drasticamente, o escopo da pesquisa.

Ao contrário: conforme eu percorria os diários, as muitas obras etnográficas, os artigos, a correspondência privada, os textos de comentadores e o restante daquilo que instituí um verdadeiro acervo sobre aquele etnólogo (cuja história se entrelaçava na brasileira em tão franco contraste com seu oblívio na literatura local), mais eu me convencia de que a profusão de materiais tão diversos constituía não a fraqueza, mas sim a *força* do trabalho que eu vinha gestando, seduzindo-me a ideia de compartilhar com o público tantos dados de valor quanto fosse possível.

Diante disso, o empenho para mobilizar as fontes *a serviço* de um texto analítico – informado fundamentalmente também por fontes secundárias e textos teóricos –, se deslocava gradualmente para segundo plano, empalidecendo diante do compromisso de dar àquele disforme acúmulo de informações uma mera *organização*, separando-o por categorias, identificando seus eixos centrais, na esperança de que, uma vez destacadas



do caos diacrônico de sua disposição original e postas de maneira clara e distinta, as fontes fossem capazes de despertar algum potencial adormecido – um resultado, como exprimo na introdução da monografia, de uma “confiança talvez algo ingênua no potencial das fontes para falarem de si próprias” (ELLENDERSEN, 2019, p. 12).

Essa confiança ingênua, que tomada por si mesma não talvez não resulte senão absurda, expressava, no entanto, um estado mais profundo de confusão que se instaurava em minha mente conforme eu aprofundava o contato com o material empírico – e que, por mais pessoal que aparente ou resulte esse testemunho, talvez toque numa seara algo insondável mas que, em maior ou menor grau, se faz certamente presente em toda pesquisa: a saber, a da disposição anímica do pesquisador diante dos problemas que pesquisa, bem como dos efeitos daquela disposição sobre suas inclinações epistemológicas, sobre seu mecanismo interno de formulação de perguntas e sobre sua certeza de que sejam aquelas – e não outras – as perguntas a serem feitas.

Debruçar-se sobre uma trajetória de vida, em especial sobre a de um sujeito que, como Tessmann, escreveu quase mais para si próprio que como um intelectual público – e que, mesmo em sua mais ambiciosa publicação científica, parecia dialogar mais consigo mesmo que com qualquer outro –, traz consigo suas armadilhas do ponto de vista delineado acima, ainda que de maneira muito mais sutil e imperceptível do que essas linhas talvez façam crer. A despeito do esforço, que jamais havia sido negociável de minha parte, para manter o que eu entendia como uma distância analítica do objeto, o envolvimento estreito com os anseios, as aspirações e as decepções de um sujeito que venceu e fracassou despertava em mim, silenciosa, uma faísca de desconfiança por leituras dispostas a sobrepor àquele testemunho uma explicação demasiadamente externalista – ou até mesmo qualquer explicação exclusivamente sociológica.

Pouco a pouco, passei a ver-me confortável com a perspectiva de trabalhar quase que só com as fontes primárias sob a crença, injustificada e obscura (mas, à época, atraente), de que ao menos uma boa porção da verdadeira “Verdade” estava *lá*, nas fontes, e não *cá*, com o analista – e que, talvez, bastasse revirá-las o suficiente para encontrá-la. Tateando por essa hesitação, não tardei a encontrar, no próprio universo da microhistória e suas imediações, refúgios bibliográficos nos quais eu pude me abrigar para justificar tais ideias – e que, embora influentes nos bastidores de sua formatação,

só não aparecem explicitamente na monografia em razão das reviravoltas que caracterizaram a fase final da redação do texto.

De Carlo Ginzburg (1939-) – nome central na microhistória, mas que adota uma linha de investigação diversa da de Giovanni Levi, preferida por meu orientador – e seu eloquente *método* indiciário, ou “método das pistas” (1979), assumi a ideia de que a acuidade de uma análise se verificaria antes pela argúcia do olhar de um “detetive”, que perscruta as fontes e identifica suas peculiaridades, que por sua elucidação por suportes teóricos de fora. De Paul Ricœur (1913-2005) e seu conceito de “identidade narrativa” – em especial por ter sido identificado numa literatura recente como uma alternativa hermenêutica ao reducionismo sociológico do Bourdieu da “ilusão biográfica”<sup>10</sup> (cf. TRUC, 2011) – emprestei a noção de que aquilo que Tessmann dizia de si próprio, mais que um discurso localizado a ser “desmascarado” pelo cientista social, portaria um valor inerente para uma compreensão profunda da sua pessoa – uma pessoa que se constrói, também, em seu *discurso de si*. Que não se culpe nem o primeiro, nem o segundo autor pelo mau emprego que fiz de suas palavras – e muito menos meu orientador, que desses movimentos mal havia sido comunicado.

Desse solipsismo epistemológico, germinou, no âmbito do método, um processo que hoje entendo como uma *compartimentação* do material empírico. Passei a dirigir meu olhar através de certos filtros temáticos entendidos como recorrentes no corpo de fontes deixadas por Tessmann (pretensos “indícios” ginzburguanos), reunindo trechos por suas qualidades comuns – e.g. especificidades de sua teoria antropológica, sua postura para com certos campos institucionais, traços de seu comportamento social, etc. – e convertendo-os gradualmente em narrativas para recortes capitulares. Desse agrupamento de dados que possibilitou, não há dúvida, alguns apontamentos que nada tinham de insignificantes e também outras reflexões agudas, eu me acreditava, contudo, capaz de, após meses peneirando a pilha empírica a esmo, extrair o *óleo essencial* de tudo o que caracterizaria Tessmann e sua existência no mundo. Desse esforço, resultariam os

---

<sup>10</sup> “Not only does the sociological ‘shift’ from Bourdieu to Ricœur lead from a sociology of habitus to a ‘psychological sociology’ of plural individual singularities but also it leads from a critical sociology to a sociology of critics, that is, a moral and a political sociology.” (TRUC, 2011, p. 161)

18 itens de análise que, agrupados em 6 capítulos, viriam a compor o plano de trabalho que disparou a escrita da monografia.

Entretanto, por um misto entre um ritmo notadamente vagaroso de redação e a falta de lucidez analítica incorporada ao processo, o plano não tardaria a revelar-se de difícil execução. O primeiro choque nessa desabalada carreira de lapsos se daria na primeira versão do texto que, contando já com 65 páginas e a um mês do prazo de entrega, enviei ao Prof. Dr. Guérios, cuja mais que justificada reação de desconcerto e preocupação viria acompanhada de uma série de recomendações de leituras teóricas na esperança de que me fosse possível sofisticar o trato dos dados a tempo. Para mim, um baque – e um par de dias para processar reavaliações não poucas.

Contudo, apartado de seu estado de pura disposição para a exploração crítica, o material de tal forma compartimentado e inflexível havia tornado, num dado momento, quase impossível uma readaptação a novas circunstâncias de pesquisa. O mês final da redação justaporia uma pane mental ao imperativo da escrita sob a intimidação do calendário. Do resultado, já não se poderia esperar nada que não fosse algo disforme, a despeito dos esforços finais para controle de danos. A constatação de que já não haveria tempo hábil para a escrita do plano completo decretaria, assim, seu curso rumo à incompletude, em vários níveis – desde lacunas no padrão de abordagem analítica e a falta de um fechamento conciso para a estrutura adaptada do texto até, no que talvez tenha sido seu delito mais infeliz, uma apresentação demasiado incompleta do etnólogo Günther Tessmann pela pena deste autor.

### **A autópsia da obra tal qual resultou**

Passados alguns meses e reconquistada uma certa distância em relação ao olho da tempestade, torna-se mais fácil uma avaliação fria do texto tal como ele resultou. De modo a melhor visualizar a maneira como os eventos relatados mais acima se refletem no caráter da monografia terminada, procuro neste item fornecer respostas a algumas poucas, mas, assim entendo, sensíveis perguntas: qual é o Tessmann que emerge da narrativa que construí no TCC? De que maneira são formulados e investigados, naquele trabalho, os *problemas* de pesquisa? Que consequências trouxe o excesso de

“personalismo” para o texto? E, ainda, qual é a natureza do *conhecimento* que acredito ter produzido através das condutas de pesquisa que adotei?

A construção do personagem Tessmann, em *O fantasista e o flagelo*, passa muito pelo processo, descrito mais acima, de compartimentação sofrido pelos dados empíricos. As rígidas categorias haviam sido definidas não como perguntas analíticas direcionadas ao material, mas na base da mera reunião de dados sob algum aspecto comum – um processo que, conforme hoje entendo, pode tanto revelar no material alguma ordem antes oculta ao olho nu, como pode também impor a ele suas próprias distorções ao separar o que deveria estar unido ou unir aquilo que não havia razão para separar.

Uma operação de risco, portanto, e que se aplica da mesma maneira à produção do retrato de uma pessoa: se optamos por quebrá-la em partes, tratando cada parte em irremediável isolamento, talvez nosso gesto seja capaz de negar a um só tempo o que há de unidade e o que há de plena multiplicidade em todo sujeito. Nesse sentido, embora disfarçado de acuidade analítica, o efeito principal do encarceramento individual de cada “categoria analítica” parece ser antes blindá-las do único processo capaz de delas extrair um sentido importante: o seu confronto mútuo. Contudo, não há qualquer encenação desse confronto em *O fantasista e o flagelo*.

Bem, mas ainda que não plenamente confrontados uns com os outros, quiçá pudessem os recortes capitulares derivar sua justificação de serem atravessados por perguntas de pesquisa, que instituíssem uma certa direcionalidade inquisitiva ao trabalho como um todo; de serem, aqueles recortes, abordados no texto sob preocupações subjacentes comuns e conduzidos por uma voz analítica que, ainda que se dedique a um elemento de cada vez, se prove a todo momento ciente do quadro mais amplo de que extrai cada figura.

Pois, outra vez, não foi esse o caso em minha monografia de conclusão de curso. Ao invés de abordar, *em partes*, Tessmann e sua agência no mundo, o que fiz foi abordar *partes* destacadas de Tessmann e de sua agência no mundo. Numa palavra, a fragmentação figura menos como uma ferramenta analítica que como um dado intrínseco ao objeto de pesquisa, tal como foi construído. O produto disso é um Tessmann que, menos como o sujeito complexo que busquei apresentar páginas atrás, se apresenta antes como um arremedo de vários pequenos “falsos Tessmanns”.

Tessmanns que, sem propriamente explicá-lo, reduzem e o simplificam o homem: um colecionista que não conversa com o etnólogo, que é aparentado do racalista mas que, por sua vez, desconhece o homossexual e o crente. Uma irresoluta pilha de antagonismos. Uma dialética sem síntese.

A despeito disso, a clara cisão interna que, não há dúvida, caracterizava Günther Tessmann, não é em parte alguma enunciada como um problema a ser *resolvido* no texto. Que a monografia final tenha contemplado, afinal, apenas uma porção das categorias de análise originalmente previstas, não faz senão agravar esse problema, não concedendo nem mesmo ao *leitor* a oportunidade de resolver, por si próprio, as névoas de contradição que o separam de um entendimento mais global daquilo que Tessmann representou socialmente e produziu em vida. Em vista disso, o retrato final, ainda que detalhado e pleno de boas intenções, resultou sobremaneira mais enviesado do que seria aceitável para um trabalho de fôlego, deixando muito por dizer.<sup>11</sup>

Essa taciturna constatação nos convida a retomar a reflexão sobre a pesquisa naquilo que ela tem de mais fundamental: como foi que coloquei perguntas para o material com que estava trabalhando? Ou, para cavar mais fundo, será que estive no *controle* do processo de formulação dessas perguntas? A impressão que hoje tenho, embora eu não evoque em absoluto a pesquisa como um processo estéril de ideias, é a de um texto que não sabe o que quer, e que acabou por fazer-se refém de suas próprias escolhas. Isso porque o ordenamento de recortes temáticos, ainda que num ou noutro caso se aproximasse disso, não correspondia a um ordenamento de *problemas de pesquisa*. Há, ali, agrupamentos de fontes similares que, não contentes em servir de pontapé inicial para reflexões mais amplas, *constituem o texto*. Figuram, em vários momentos, como seu ponto de partida e de chegada; sua motivação, seu meio e seu fim.

---

<sup>11</sup> Como resultado da abordagem, o trabalho de conclusão de curso acabou por privar o leitor da ciência, até mesmo superficial, de aspectos tão importantes de seu testemunho de vida quanto: 1) os fundamentos de sua teoria etnológica em suas diferentes fases, 2) sua homossexualidade e o trato da sexualidade em sua obra, 3) sua busca platônica pelo “princípio originário” do universo, 4) a relação que construiu com seus pares na etnologia alemã e as razões para o desgaste institucional que motivaria sua emigração para o Brasil, 5) as razões por trás da percepção particularmente desfavorável que construiu sobre a América e os indígenas sul-americanos, e 6) a postura que assumiu como um alemão no Brasil e as implicações dessa postura para a compreensão de aspectos de sua obra tardia.

Em se tratando de um trabalho documental em que a maior parte das fontes é escrita em primeira pessoa, há um risco inerente ao procedimento descrito no parágrafo anterior: a saber, o de inculcar no texto, como que por contrabando, um excesso de *personalismo*. Uma intrusão sutil que facilmente se converte numa quimera. Se aquilo que chamo “fontes” se limita, como era o caso, em grande medida à voz de Tessmann, a consequência natural da primazia que lhe conferi no texto foi a de que, de tal forma capturado, meu próprio discurso como autor passou a se fundir, por vezes indistintamente, no discurso do sujeito pesquisado.

A confusão que o texto transmite não derivava, contudo, de uma genuína adesão cega ao ponto de vista de Tessmann por parte do autor: o delito – menos grave, mas com sequelas igualmente nefastas – havia sido o de estruturar e guiar meu texto basicamente *através de sua voz*. Sem que fosse mobilizado por uma preocupação minha, o ordenamento de fontes acabou por cristalizar-se, no texto, como uma mera ordenação de *momentos de subjetividade* do próprio Tessmann.

### **Os ensinamentos para o futuro**

Com um plano de trabalho construído sem uma teoria incorporada, a percepção derradeira de que o texto carecia de análise me colocou diante da tarefa afobada de reconstituir a ponte entre dois campos que, desde o início, haviam sido concebidos em separado. Isso acabaria por tolher minha própria voz analítica, em suas raras, mas não ausentes manifestações. A plataforma estanque que pautava os rumos da escrita pouco previa de liberdade para reflexões francas sobre o objeto, e, mesmo nos limites em que o fazia, meu despreparo teórico – resultado da exclusão da teoria da lista de prioridades – acabava por tornar minhas próprias análises expressões antes da relação orgânica que eu mesmo havia estabelecido com aquelas fontes que de uma ótica bem fundamentada.

Tratava-se, portanto, de um *personalismo de duas vias* – a de Tessmann, e a minha. Quem perde com isso, não há dúvida, é a ciência social, que assistiu nascer não a um especialista em Tessmann e seu entorno intelectual, institucional e social, mas a um especialista num Tessmann sem esse contexto – o Tessmann das aflições, dos desejos e dos devaneios. Se, conforme apontou em sua arguição o Prof. Dr. Benthien, a natureza

de minha pesquisa se constitui na dicotomia entre o geral e o particular, um de meus pesares hoje é o de que a balança tenha favorecido tanto o particular, com uma exploração muito pouco fecunda até dos fenômenos que habitam os numerosos interstícios entre tais polos dicotômicos.

As lições que ficam disso, e que espero, seja qual for, que tenham também alguma valia para além de minha experiência pessoal, são certamente muitas, mas, até por isso, devem ser claras.

Primeiro, a de que não se pode ditar, nem acelerar, o ritmo de nosso próprio amadurecimento: a realidade se imporá como uma avalanche, e, desde que exista disposição para tal, suas expectativas não tardarão a harmonizar com a etapa que lhe cabe em sua própria trajetória.

Segundo, a de que a despreensão para projetar francamente sua capacidade de trabalho é um passo crucial para a seleção de recortes acertados de pesquisa: em *O fantasista e o flagelo*, não há senão um mais que vívido exemplo de alguém que, de tanto querer fazer, muito pouco fez.

Terceiro, a de que, ainda que isso signifique simplificar a análise, é inegociável pisar sempre em *solo firme* quando o assunto é teoria e metodologia; que se busque aplicar somente aquilo que se compreende, recorrer a tutela se preciso e não se aventurar em palpites a esmo.

Quarto, a de que a academia não constrói seus rituais por capricho, e que fazer valer sua dinâmica e hierarquia tende a beneficiar a produção científica; que orientadores existem para que deles se busque orientação, e que dificilmente bons frutos nascerão de qualquer pretensão autonomismo intelectual que resista a pôr à prova suas ideias.

Por fim, assinalo apenas que, a despeito do esforço de cutucar, antes que estanque, a ferida aberta de meus descaminhos metodológicos, o leitor que vencer estas linhas estará sem dúvida bem munido de ferramentas para extrair também o que pode oferecer de bom uma leitura da monografia de graduação *O fantasista e o flagelo* – um trabalho documental que traz um grande e valioso volume de dados e cujo vexatório vilipêndio jamais esteve entre os propósitos desse artigo.

Registro também um especial agradecimento ao Prof. Dr. Paulo Renato Guérios, à Prof. Dra. Simone Meucci e ao Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien por, evidentemente cientes dos deslizes imaturos – mas também das forças – daquele que veio a ser meu primeiro grande texto acadêmico, só souberam fazer crescer, com suas encorajadoras palavras, a faísca de minha vontade para pensar – e produzir – cada vez melhor.

## Referências

DINSLAGE, Sabine (org.). **Günther Tessmann**. Mein Leben – Tagebuch in 12 Bänden (Teil 3). Lübecker Beiträge zur Ethnologie, Band 4. Lübeck: Schmidt-Römhild, 2015.

\_\_\_\_\_; TEMPLIN, Brigitte (org.). **Günther Tessmann**. Mein Leben – Tagebuch in 12 Bänden (Teil 1). Lübecker Beiträge zur Ethnologie, Band 2. Lübeck: Schmidt-Römhild, 2012.

ELLENDERSEN, Andras J. **O fantasista e o flagelo**: um estudo de sentidos de si e de África para Günther Theodor Tessmann (1884-1969). Monografia de graduação. Universidade Federal do Paraná, 2019.

FERNANDEZ, James W. **Bwiti**: An Ethnography of the Religious Imagination in Africa. Princeton University Press, 1982.

FLECK, David William. **A grammar of Matses**. Tese de doutorado. Rice University. Houston, Texas: 2003.

FISCHER, Hans. **Völkerkunde im Nationalsozialismus**: Aspekte der Anpassung, Affinität und Behauptung einer wissenschaftlichen Disziplin. D. Reimer, 1991.

GINZBURG, Carlo. Clues: Roots of a Scientific Paradigm. **Theory and Society**, Vol. 7, No. 3, pp. 273-288. Springer. 1979.

KLOCKMANN, Thomas. **Günther Tessmann**: König im weißen Fleck. Das ethnologische Werk im Spiegel der Lebenserinnerungen. Ein biographisch-werkkritischer Versuch. Hamburg: Universidade de Hamburgo, 1988.

LABURTHE-TOLRA, Philippe. **Initiations et sociétés secrètes au Cameroun**: Les mystères de la nuit. (Hommes et Sociétés). 1985.

MILDBRAED, Johannes. [Carta sem destinatário] 20 de janeiro de 1930.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



REVEL, J. 1996. Microanálise e construção do Social. In **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro FGV, 1998.

SAPPER, K. Resenha de **Die Indianer Nordost-Perus**. Geographische Zeitschrift, 37. Jahrg., 5. H., pp. 312-314. Franz Steiner Verlag. 1931.

STELLFELD, Carlos. [Carta a Erasmo Pilotto]. Correspondências recebidas e expedidas do Museu Paranaense. Curitiba, 15 de dezembro de 1949.

STIER, Bernhard e KRAUß, Martin. **Drei Wurzeln** – ein Unternehmen. 125 Jahre. Bilfinger Berger AG. 2005.

TEMPLIN, Brigitte. (org.). **Günther Tessmann**. Mein Leben – Tagebuch in 12 Bänden (Teil 2). Lübecker Beiträge zur Ethnologie, Band 3. Lübeck: Schmidt-Römhild, 2015.

\_\_\_\_\_. „**O Mensch, erkenne Dich selbst**“ – Richard Karutz (1867-1945) und sein Beitrag zur Ethnologie. Lübecker Beiträge zur Ethnologie, Band 1. Lübeck: Schmidt-Römhild, 2010.

TESSMANN, Günter. **Die Pangwe: völkerkundliche Monographie eines westafrikanischen Negerstammes**. Ernst Wasmuth, 1913.

\_\_\_\_\_. **Die Bubi auf Fernando Poo**. Völkerkundliche einzelbeschreibung eines westafrikanischen Negerstammes. Folkwang. 1922.

\_\_\_\_\_. **Menschen ohne Gott**. Ein Besuch bei den Indianern des Ucayali. Veröffentlichung der Harvey-Bassler-Stiftung, Völkerkunde, Band I. Stuttgart: 1928.

\_\_\_\_\_. **Die Indianer Nordost-Perus**. Grundlegende Forschungen für eine systematische Kulturkunde. Veröffentlichung der Harvey-Bassler-Stiftung, Völkerkunde, Band II. Hamburg: 1930.

\_\_\_\_\_. **König im weißen Fleck**. Manuscrito de 1940 com alterações posteriores. Acervo da família Zeidler, Curitiba.

\_\_\_\_\_. **Der Schöpfungsplan und seine Entwicklung im Aufbau unserer Welt**. Zwei Bände. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

\_\_\_\_\_. [Carta a José Loureiro Fernandes]. Correspondências recebidas e expedidas do Museu Paranaense. Brusque, 10 de dezembro de 1942.

TOURNON, Jacques. **La merma mágica**. Vida e historia de los Shipibo-Conibo del Ucayali, Lima, CAAAP, 2002.

TRUC, G r me. **Narrative Identity against Biographical Illusion: The Shift in Sociology from Bourdieu to Ric ur.** * tudes Ricoeuriennes/Ricoeur Studies* 2 (1):150-167. 2011.

# ESPAÇO GRADUAÇÃO

# Colonização e descolonização: fundamentos da dominação Ocidental e perspectivas de transformação

Guilherme Lassabia de Godoy<sup>1</sup>

*Recebido em setembro de 2020*

*Aceito em dezembro de 2020*

## RESUMO

Neste artigo busca-se apresentar, discutir e definir os principais termos de alguns dos debates clássicos e contemporâneos sobre colonização e perspectivas de descolonização. Esse é um tema fundamental para compreensão dos diversos impasses, conflitos e contradições do atual mundo globalizado existentes especialmente nos países que foram vítimas desse processo de dominação, mas que também são parte importante das relações sociais no chamado centro do mundo capitalista. O debate que será apresentado reflete e aponta para questões profundas da realidade social, possibilitando entender a colonialidade como uma dimensão da dominação no presente. O texto será dividido em dois grandes blocos que estão intrinsecamente relacionados: o primeiro discutirá mais profundamente a dominação colonial, os seus instrumentos, a sua infraestrutura e as suas consequências; o segundo apresentará diferentes perspectivas teóricas de descolonização. Os principais autores cujas reflexões guiarão o debate são: Frantz Fanon, Achille Mbembe, Edward Said, Aníbal Quijano e Lélia Gonzalez.

**Palavras-chave:** colonização; descolonização; raça; pós-colonial; decolonial.

## Colonization and decolonization: fundamentals of western domination and perspectives of transformation

## ABSTRACT

This article seeks to present, discuss and define the main terms of some of the classic and contemporary debates about colonization and prospects for decolonization. This is a fundamental theme for understanding the various deadlocks, conflicts and contradictions of the current globalized world that exists especially in the countries that have been victims of this domination process, but which are also an important part of social relations of the so-called center of the capitalist world. The debate that will be presented reflects and points to deep questions of the social reality, making it possible to understand coloniality as a dimension of the present domination. The text will be divided into two major blocks that are intrinsically related: the first one will discuss more deeply the colonial domination, its instruments, infrastructure and consequences; the second will present different theoretical perspectives of decolonization. The main authors whose reflections will guide the debate are Frantz Fanon, Achille Mbembe, Edward Said, Aníbal Quijano and Lélia Gonzalez.

**Keywords:** colonization; decolonization; race; post-colonial; decolonial.

---

<sup>1</sup> Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, bolsista de treinamento técnico nível III vinculado à FAPESP no projeto “O legado teórico de Waldisa Rússio para a museologia internacional”, sediado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. É da cidade de São Paulo, Brasil. E-mail: guilherme.lassabia.godoy@gmail.com

## Introdução

As desigualdades e conflitos sociais contemporâneos revelam a relevância de se estudar as dominações coloniais e a produção dos sujeitos subalternos do mundo moderno. Entender as consequências que a colonização e a colonialidade do poder trouxeram para a sociedade contemporânea, principalmente na produção das desigualdades fundadas nas identidades de classe, raça e gênero, é fundamental para pensar em perspectivas de transformação social. Assim, refletir e analisar em conjunto o pensamento de alguns dos grandes estudiosos sobre o tema se mostra um caminho importante para pensar nos diferentes tópicos de descolonização, as suas qualidades e seus limites, buscando a construção de uma perspectiva de descolonização para o contexto do século XXI. Avançar nos primeiros passos desse caminho é o principal objetivo deste artigo.

Para o desenvolvimento do tema faz-se necessária uma breve definição e contextualização das três correntes teóricas que guiarão o debate a seguir: a Perspectiva Anticolonial, os Estudos Pós-Coloniais Anglófonos ou Estudos Culturais e os Estudos Decoloniais. O filósofo camaronês Achille Mbembe (2014b) engloba as duas primeiras dessas três correntes no que ele chama de crítica pós-colonial — a primeira é o seu momento inaugural enquanto a segunda é seu desenvolvimento posterior — todavia, partindo da argumentação de Deivison Faustino (2015) também é possível aproximar a teoria decolonial dessa tradição.<sup>2</sup> A crítica pós-colonial pode ser definida como um conjunto intelectual resultante da circulação globalizada dos saberes através das diversas tradições anti-imperialistas, “um rio de múltiplos afluentes” (MBEMBE, 2017, p.68). Essa crítica, primeiramente, ilumina a ideia de que há um fosso materializado nas experiências coloniais que separa o pensamento ético europeu das suas ações, decisões e práticas políticas e simbólicas. Em segundo lugar, visa desconstruir o discurso e a representação colonial que serviram de infraestrutura ao projeto colonial, desmascarando as falsidades sem as quais não seria possível a sua realização. Nesse

---

<sup>2</sup> Para pensar essa questão de forma mais aprofundada ver o capítulo 2 “A disputa em torno de Fanon: uma primeira aproximação”. In: FAUSTINO, 2015.

sentido, a racialização do colonizado foi o principal motor dessa estrutura de mentiras e duplicidade do humanismo europeu:

Com efeito, a raça representava a região selvagem do humanismo europeu, o seu Animal. Por conseguinte, a crítica pós-colonial tenta desarticular a ossamenta do Animal, desemboscar as suas moradas privilegiadas. Mais radicalmente, interroga-se: como se vive sob a égide do Animal? De que tipo de vida se trata e de que tipo de morte se padece? [...]. Ainda mais grave, a figura da Europa que a colônia (e, antes dela, a “plantação” sob o regime da escravatura) vivencia e com a qual se vai familiarizando gradualmente, em nada se assemelha à da liberdade, igualdade e fraternidade. Sob a máscara do humanismo e do universalismo, os colonizados não desvendam apenas um sujeito frequentemente surdo e cego. [...]. Por fim, é um sujeito para o qual a riqueza é, sobretudo, um instrumento de exercício do direito de vida e de morte sobre os outros, como se evocará adiante” (MBEMBE, 2014b, p. 68- 69).

Além de aproximar essas três correntes, é importante também marcar as suas diferenças e tratar cada uma segundo as suas singularidades. O Movimento Anticolonial, do qual Fanon é o maior representante neste trabalho, é composto por duas grandes dimensões entrecruzadas: as lutas de libertação nacional e as teorias marxistas de descolonização e libertação. Esse movimento foi responsável por grande parte das guerras de independência durante o século XX, especialmente no continente africano e asiático, e caracteriza-se pela defesa de revoluções nacionalistas, antirracistas e socialistas como alternativas ao colonialismo e ao imperialismo europeu-estadunidense. Dentro desse marco teórico-prático, a articulação entre raça e classe é intrínseca e forma o eixo para ação revolucionária dos condenados da terra.

A Teoria Pós-Colonial, surgida na década de 80, rompe com a anticolonial a partir das influências pós-estruturalistas e pós-modernas presentes nas obras de intelectuais diaspóricos do universo anglófono (FAUSTINO, 2015, p.96). Apesar de não formar uma corrente única de ideias, Sérgio Costa (2006) afirma que há um consenso sobre alguns pontos que são seus pressupostos, como: desconstrução de essencialismos, crítica ao nacionalismo e às concepções dominantes de modernidade.

A abordagem pós-colonial constrói, sobre a evidência – diga-se, trivializada pelos debates entre estruturalistas e pós-estruturalistas – de que toda enunciação vem de algum lugar, sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como a cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em

outros termos, a lógica da relação colonial. Tanto as experiências de minorias sociais como os processos de transformação ocorridos nas sociedades "não ocidentais" continuariam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com o que se denominou centro. Assim, o prefixo "pós" na expressão pós-colonial não indica simplesmente um "depois" no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Hall, 1997a). Colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais (COSTA, 2006, p.117).

Sendo uma dimensão dos Estudos Culturais, o Pensamento Pós-colonial Anglófono reflete sobre a cultura a partir da racialização realizada no contexto colonial que, acompanhando o movimento de globalização, faz-se presente no mundo inteiro, inclusive nas grandes cidades globais onde há uma crescente diáspora dos mais diversos lugares do mundo. Há dois sentidos para o prefixo pós, ele remete tanto ao que vem depois da dominação colonial, que teve fim com as independências nacionais, como a uma nova situação histórica e geopolítica "pós" pós-colonial, pois analisa um contexto globalizado em que os conflitos gerados pelo colonialismo se encontram metamorfoseados num novo cenário mundializado (FAUSTINO, 2015, p.99). Para Mbembe, o horizonte buscado por essa corrente é "um pensamento do sonho: o sonho de uma nova forma de humanismo — um humanismo crítico que, acima de tudo, assentaria na partilha daquilo que nos diferencia, aquém dos absolutos. É o sonho de uma pólis universal e mestiça" (2014b, p.71).

Já a Teoria Decolonial aparece como uma perspectiva crítica mais voltada para a América Latina, continente de origem da maioria dos estudiosos que a constituem. Nesse sentido, o termo decolonial é empregado para diferenciar sua perspectiva epistêmica das demais críticas pós-coloniais, que tem como base fundamental as experiências africanas e asiáticas (MIGNOLO, 2011; apud FAUSTINO, 2015, p. 110). Essa teoria busca radicalizar a teoria pós-colonial refletindo o mundo a partir da categoria de colonialidade. Esse conceito possui um forte potencial para pensar sobre como a dominação colonial está intrinsecamente relacionada à modernidade, seja na dimensão do poder, do ser ou do saber. Aníbal Quijano é o autor filiado a essa perspectiva teórica cuja parte da obra será discutida adiante.

O objeto da reflexão a seguir é como alguns dos autores que estão dentro do espectro das três correntes apresentadas realizam suas críticas à dominação colonial e sugerem perspectivas de descolonização da sociedade. Assim, teremos uma visão mais ampla de como o regime colonial e a alienação racial são fundamentais e estruturantes da sociedade contemporânea e quais são as consequências disso para os problemas que enfrentamos.

### **Colonização e a constituição de sujeitos racializados e subalternizados a partir do pensamento de Fanon e Mbembe**

Frantz Omar Fanon (1925-1961) foi um importante teórico e revolucionário Martinicano com uma curta, porém intensa biografia. Durante a 2ª Guerra Mundial combateu pelo exército francês e em sequência formou-se psiquiatra no país, além de concomitantemente estudar profundamente as humanidades. Após terminar a sua formação, passa trabalhar como clínico na Argélia, onde tem contato cotidiano e intenso com a violência colonial. Nesse período se engaja na luta pela libertação nacional argelina (1954-62), na qual toma papel protagonista. Antes do fim da guerra adoece gravemente e em 1961, ano da sua morte, escreve uma de suas principais obras: “Os Condenados da Terra” (FAUSTINO, 2018). É importante destacar a biografia desse autor, pois ela é fundamental para a compreensão dos seus escritos e preocupações, e influi diretamente na riqueza do seu pensamento anticolonial.

A obra fanoniana descreve o contexto colonial a partir do marco de uma violência normatizada no cotidiano que se manifesta nas ações dos colonizadores e colonos que possuíam uma predisposição para cometer uma infinidade de atos cruéis que envolviam estupros, linchamentos, agressões e assassinatos (FANON, 1968). A classificação das vítimas em raças inferiores era a justificativa que legitimava tal violência. Desta forma, a dominação colonial possui um instinto genocida que sempre se materializa em massacres, ataques violentos e humilhações quando se apresentam riscos à sua continuidade. Por isso, o autor afirma que nessas sociedades não há espaço para a piedade, empatia ou qualquer sentimento humano.



No pensamento de Fanon (1980) a dominação colonial se estabelece em um quadro de áreas geográficas determinadas e é, em sua forma mais simplificada, o assalto direto e brutal conduzido por culturas diferentes que possuíam um desenvolvimento técnico elevado, o que permitiu levar adiante essa dominação. Esse processo gera uma desculturação por parte dos nativos, consequência do estabelecimento da escravização da economia e dos corpos colonizados. Nesse contexto, o racismo aparece não como a totalidade do sistema colonial, mas como o elemento estruturante mais visível e grosseiro da opressão sistematizada de um povo sobre outro que age destruindo seus valores culturais, seus sistemas de referência do mundo e suas modalidades simbólicas de concepção de existência — procedimento realizado através da lógica da violência que possibilita a imposição da cultura europeia. Portanto, o racismo é o elemento cultural que legitima esse processo de alienação colonial: a autoridade do opressor, conquistada a partir da violência brutal, impõe ao oprimido uma forma pejorativa de ver sua cultura tradicional e original. Isso se dá de tal forma que faz com que o grupo inferiorizado enxergue sua posição como consequência direta de suas características raciais e culturais, o que possibilita uma maior facilidade de assimilação da cultura do colonizador, gerando um sentimento duplo de inferioridade e culpa (FANON, 1980).

Assim, Fanon caracteriza o racismo como elemento constituinte de uma cultura e não como uma consequência da existência de indivíduos racistas:

A realidade é que um país colonial é um país racista. Se na Inglaterra, na Bélgica ou em França, apesar dos princípios democráticos afirmados respectivamente por estas nações, ainda há racistas, são esses racistas que, contra o conjunto do país, têm razão. Não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro. E o racismo não é mais do que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta interiorização. Numa cultura com racismo, o racista é, pois, normal. [...]Ora, é preciso voltar a dizê-lo, todo o grupo colonialista é racista”. Mesmo que nesse grupo exista uma minoria de membros que lutem contra racismo (FANON, 1980, p.44).

Para o autor, o sujeito racializado é produto de uma força que é totalmente exterior a si, pois em um momento inicial não é ele mesmo que elabora sua identidade racial, mas sim o europeu. Portanto, a identidade racial, apesar de não ser fruto de uma escolha do sujeito, sustenta toda sua existência e tem o poder de posicioná-lo em um lugar de submissão e inferiorização. Por isso, ser racializado significa ser constantemente

colocado no lugar do Outro que deve sempre provar ser portador da igualdade universal da condição de humano, mas que nunca será aceito como tal. As formações racistas atuam na esfera subjetiva dos indivíduos produzindo patologias que estruturam toda sua sociabilidade, unindo a visão exterior a si racializada com os sentimentos mais interiores dos sujeitos. Como é o racista quem cria o inferiorizado, a inferiorização dos nativos é correlata à superioridade dos brancos colonizadores (FANON, 2008).

Utilizando a gramática hegeliana da luta por reconhecimento, a tese apresentada é a de que há uma impossibilidade do reconhecimento recíproco entre o colonizador/branco e colonizado/negro se realizar enquanto a dominação racial for a formação constitutiva do sujeito oprimido. O argumento é de que o reconhecimento é intersubjetivo, pois depende da relação com o outro, e a colonização é um tipo de dominação na qual a relação que se estabelece entre os dois polos é de completa dominação do colonizado pelo colonizador. Existe no negro o desejo de ser reconhecido diante do outro que o inferioriza e impede que esse desejo se concretize, essa impossibilidade faz com que o colonizado crie sua identidade partir da lente do colonizador, que o enxerga de forma redutiva à categoria desumanizadora “negro”. Portanto, nesse contexto não há luta por reconhecimento uma vez que a imagem que o colonizador faz do colonizado é naturalizada por esse último. As consequências desse processo são as diversas patologias produzidas no negro durante essa dinâmica em que ele fica aprisionado ao reconhecimento do outro em uma realidade de extrema violência racial que o impede de se enxergar como humano apesar de ele ter a consciência de que o é. A aceitação da cultura e identidade do europeu/branco como legítima seria a possibilidade de obter o reconhecimento.

Nesse contexto surge uma das principais questões de Fanon em “Pele negra, Máscaras Brancas” (2008) que é entender a resposta do negro a essa realidade violenta de negação de sua humanidade: tentar se fazer branco para ser reconhecido como igual, como humano. Esse desejo de ser branco reflete o complexo de inferioridade que fundamenta as relações sociais (FANON, 2008), porém, para as estruturas racistas funcionarem esse reconhecimento não pode ser verdadeiramente efetivo:

Lamentavelmente, para o negro, todas as tentativas de transfiguração – e, principalmente, de transgressão – de si em função da linguagem racista são frustradas pelo peso da realidade colonial: o que importa é que o negro deseje ser branco, se veja como branco e, se possível, se comporte como um, mas nunca seja, de fato, branco, a ponto de ser considerado “um de nós” (FAUSTINO, 2015 p. 72).

Assim, Fanon pensa a possibilidade de alcançar o reconhecimento recíproco a partir da luta coletiva e individual. Em sua vida isso se realizou na atividade clínica de conscientizar o inconsciente dos negros inferiorizados ao tentar transformar o desejo de se esbranquiçar em desejo de mudar as estruturas sociais; e posteriormente na sua adesão total à luta revolucionária de libertação nacional argelina. A resposta que o autor encontra é que o negro não deve viver mais o dilema de embranquecer ou desaparecer, mas deve tomar consciência de uma nova possibilidade de existir. O objetivo é atingir a conscientização da posição de inferioridade a partir da revelação e descoberta das causas desse complexo racista, tornando os oprimidos capazes de escolher a ação ou a passividade diante das estruturas sociais que originam o conflito.

Achille Mbembe, filósofo camaronês cuja teoria é muito influenciada e inspirada na obra de Fanon, pensa, de forma análoga ao martinicano, a divisão dos seres humanos no contexto colonial como um povoamento destrutivo que se dá por uma violência extrema e cotidiana em todas as esferas da vida (MBEMBE, 2017). Esse processo ocorre sob a justificativa da civilização, ou seja, é entendido como um mal necessário para desenvolver a sociedade vítima desse processo civilizador em termos capitalistas e ocidentais. Essa supremacia colonial é comparável a um estado de guerra, uma vez que a paz colonial só se diferencia da guerra, pois apenas um dos lados não tem armas. Desse confronto, os nativos saíram destruídos, já os colonizadores só saíram quando não havia nada mais para arrasar, visto que a lógica colonial segue um princípio da força, um ímpeto interno de matar e caso necessário, morrer. Como vimos, o elemento que dinamiza a estrutura da colonização é a raça. É ela que orienta os esquemas interpretativos do modo de agir e enxergar colonial (MBEMBE, 2014b).

O autor faz uma caracterização precisa do processo de racialização: ele tem como essência tornar, a partir de aspectos fenotípicos, o todo pela parte, e ao fazê-lo, produzir uma representação que é mediadora das relações na sociedade com esse todo,

que no caso são os negros. O povoamento e o domínio colonial transformam esses processos de racialização em racismo, produzindo um outro subalterno, inferiorizado e desumanizado que passa a se submeter à realidade de precarização, exploração e espoliação capitalista, funcionando assim como uma maneira de criar uma humanidade desumana que é mais suscetível a uma exploração extrema. Ou seja, o racismo exclui e segrega o Outro racializado e o integra a partir de relações coloniais de dominação e exploração que só podem existir nesses termos por se tratar de um inferior, tornando a precariedade um atributo naturalizado do negro, podendo até mesmo ser o que o define como tal. Portanto, o racismo é uma declaração arbitrária de superioridade racial e que para se manter necessita tomar sempre novas formas através de metamorfoses (MBEMBE, 2014a).

Assim, o autor desenvolve o conceito de raça enquanto uma representação fantasmagórica, uma ficção útil, uma projeção ideológica que se remete aos traços físicos dos corpos humanos e a partir disso os hierarquiza gerando diversas catástrofes sociais como massacres e genocídios. Foi o que possibilitou que os negros tenham sido o único grupo racial humano cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria (MBEMBE, 2014a). Todavia, esse simulacro não ocorre apenas com os negros, mas sim com todos os rostos que são enxergados a partir de um véu que de diferentes formas os desumaniza. Dessa forma, Mbembe está tratando de relações sociais contemporâneas e complexas de grupos como imigrantes, muçulmanos, refugiados, negros, indígenas, subproletariado, entre muitos outros.

Portanto, as consequências da raça e da racialização são entendidas não apenas no contexto colonial, mas em todo contexto globalizado do neoliberalismo onde essa lógica se reproduz formando uma massa de sujeitos assujeitados, sem nenhuma categoria de cidadania ou amparo social, o que o autor chama de “devir negro do mundo” ao associar essa dinâmica com a acumulação por espoliação contemporânea.<sup>3</sup> Esse fenômeno é consequência da ascensão da hegemonia neoliberal que fará com que quase a totalidade da população mundial se torne negra, no sentido de que as pessoas serão

---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de acumulação por espoliação e a relação com o conceito marxiano de acumulação primitiva ou originária ver HARVEY, David. Acumulação por espoliação. In: O Novo Imperialismo. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

todas subalternas, sofrerão violências sistemáticas e viverão sob a lógica da exclusão e desamparo social total. Todos serão associados à razão negra, ou seja, a uma vivência de solubilidade e descartabilidade nas mais adversas realidades sociais (MBEMBE, 2014a).

Nesse sentido é construído o conceito de razão negra, que seria a racionalidade capaz de produzir vidas indignas e subalternas, prontas para serem dizimadas e colonizadas. São vidas que não valem nada e que por isso elas mesmas justificam as atrocidades que podem vir a acontecer a qualquer momento (MBEMBE, 2014a). Nesse ponto há uma associação com o pensamento de Fanon: o sujeito da raça é sinônimo de sujeito subalterno:

Produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo, da sua emergência e globalização, este nome [negro] foi feito para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o Negro, é na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito em mercadoria- a cripta viva do capital (MBEMBE, 2014a, p. 19- 20).

### **O Orientalismo como a invenção ocidental do Oriente e as suas consequências para o poder e dominação**

Outro autor importantíssimo no debate acerca da hegemonia mundial do poder Ocidental fundamentado pela dominação colonial é o palestino Edward Said. Sua obra “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente” (2007) é tida como um importante marco teórico para o desenvolvimento da teoria pós-colonial (MBEMBE, 2014, p.64).

O Orientalismo, em uma definição mínima, é um modo de abordar o Oriente constituído a partir de uma longa tradição que tem como elemento fundamental a centralidade de compreender esse território a partir da experiência ocidental europeia e norte-americana de forma a generalizar toda uma diversidade de povos, culturas e tradições dentro dessa categoria. Esse modo de refletir, enxergar e lidar com o mundo tem como pressuposto uma estabilidade ontológica que faz uma separação essencial do mundo entre Ocidente e Oriente. Ou seja, não considera que essas duas categorias são construídas pelo esforço humano de identificação e afirmação do Outro.

Em uma definição um pouco mais detalhada, o Orientalismo é tanto um campo ocidental de estudos acadêmicos que engloba todos que escrevem, estudam e ensinam sobre o Oriente, como também é a instituição ocidental autorizada a lidar com essa região do mundo. Partindo dessa segunda definição, ele é uma forma ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 2007, p.29). É um discurso que tem a finalidade de representar o Oriente para o próprio Ocidente, uma vez que se parte da premissa que esses povos não são capazes de se auto representar. Portanto, é um discurso que parte da visão ocidental, representa e valora o Oriente e tem como destino o próprio Ocidente. Esse modo de representação funciona pois se acredita que o oriental/árabe não seja tão humano e civilizado quanto o ocidental, fato que justifica subjugar uma cultura inteira caracterizada como oriental. Essa lógica de invenção do Oriente funciona como uma arma fundamental uma vez que a relação Ocidente-Oriente se constituiu historicamente como relação de poder e dominação sobre o segundo polo da relação (SAID, 2007).

Essa visão orientalista parte de certos dogmas jamais questionados, como: o Ocidente e Oriente são absolutamente diferentes, o primeiro é racional, desenvolvido, humanitário e superior, enquanto o segundo é bárbaro, não desenvolvido e inferior; o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se autodefinir e de se auto representar, por isso é inevitável que o Oriente seja descrito por uma gramática e a partir de um olhar ocidental; O Oriente é temível por isso deve ser controlado.

Uma vez que o Oriente não foi descoberto como tal, mas sim transformado nisso a partir de representações, esse discurso, mesmo que sem intencionalidade, ao produzir um oriental que possui diferenças civilizacionais e valorativas essenciais com o europeu/norte americano, serviu como justificativa para o empreendimento e guerra colonial. Contemporaneamente, serve para legitimar o uso da violência como forma de se relacionar com esses territórios, vide as consequências humanas trágicas da ocupação imperialista e militar no Iraque, Líbia, Síria, Palestina entre outras, durante o século XXI. Porém, o Orientalismo não pode ser entendido como um corpo de mentiras contadas sobre o Oriente, mas sim como um sinal do poder ocidental sobre esse território, que se concretiza na sua intimidade com o poder político, social e econômico. Não é por acaso

que é um discurso que permanece hegemônico por séculos. O que sustenta essa solidez é a ideia de uma identidade europeia superior à de todos os povos não europeus.

Por fim, outro ponto fundamental é que assumindo a visão de Said (2007) de que a transformação de saberes sobre o Oriente em capacidade de controle de movimentos políticos, dominação colonial e realização de missões civilizacionais do homem branco nos territórios não europeus, cumpre exatamente o oposto do que a sociedade ocidental-liberal promete. Dentro de uma cultura autoidentificada como liberal, que tem como valores fundamentais a liberdade, universalidade, igualdade, pluralidade e justiça, utilizar essa mesma gramática para legitimar o direito de julgar o Oriente nos termos do Orientalismo prova que liberdade se concretizou em nada mais que uma forma de opressão e preconceito mental (SAID, 2007, p.341). O autor propõe que a humanidade reconheça as premissas orientalistas das ações do imperialismo/colonialismo como um marco para alteração da consciência do nosso tempo, assim como o Holocausto foi reconhecido, pois, ele alimenta uma arma perigosa:

O orientalismo constitui, assim, uma maneira de apreender o mundo, ao mesmo tempo que se consolida, historicamente, a partir da produção de conhecimentos pautados por aquela distinção binária original. [...] O orientalismo caracteriza, assim, um modo estabelecido e institucionalizado de produção de representações sobre uma determinada região do mundo, o qual se alimenta, se confirma e se atualiza por meio das próprias imagens e dos conhecimentos que (re)cria. O Oriente de *Orientalism*, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo em que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser (COSTA, 2006, p.118-119).

### **A colonialidade como fundamento do poder e dominação nos antigos territórios coloniais**

O sociólogo peruano Aníbal Quijano em seu artigo a "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina" (2005) destaca a chegada europeia na América como o ponto de partida de um sistema global de divisão de poder que se desenvolveu a partir de dois processos históricos que se entrelaçam.

O primeiro é o processo de criação de uma diferenciação na ideia de raça, baseando-se em uma suposta superioridade biológica e cultural que sustenta a relação de poder entre colonizador e colonizado, definindo o branco como superior e o não branco como inferior. A difusão e aceitação dessa ideia, primeiramente pela legitimação da Igreja Católica e posteriormente pelo racismo científico, foram os principais elementos constituintes e fundantes das relações de dominação em todas as colônias a partir de uma classificação dos povos de todo o mundo nesse padrão.

O segundo é o controle de todo processo de acumulação a partir da espoliação e exploração dos recursos naturais, do trabalho e da produção pelo capital e pelo mercado mundial, formando um padrão global de controle laboral que incluía simultaneamente diferentes formas de exploração: escravidão, servidão e trabalho assalariado. Mesmo a servidão e escravidão se tratando principalmente de relações tipicamente não capitalistas de trabalho, todos esses modos de exploração formavam uma totalidade se analisadas em sua funcionalidade e em sua importância e integração no capitalismo mundial.

A articulação desses dois processos seria fundante, portanto, de uma divisão internacional e racial do trabalho e de uma estratificação racial a nível global. Nesse sentido é importante pensar como as relações de dominação colonial produziram identidades raciais: o europeu, o indígena, o negro, o amarelo e o mestiço. Por estabelecerem relações de poder entre o branco e o não branco, essas identidades produzidas foram "associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, do padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação básica da população." (QUIJANO, 2005, p.117).

É nesse ponto que os dois processos se cruzam formando uma distribuição racista do trabalho: no espaço geográfico colonial cada grupo definido por uma identidade racial foi associado a uma forma de controle e exploração do trabalho diferente em um mesmo período histórico. Forjou-se uma associação entre a suposta natureza inferior do negro com o trabalho escravo, a suposta natureza também inferior, porém mais rebelde do que a do negro dos povos indígenas, com a servidão. Ao europeu, fosse ele colono ou habitante da Europa, foram entregues os postos de administração



colonial e o lugar do trabalho assalariado, tido como a relação universal de trabalho típica da modernidade (QUIJANO, 2005).

Portanto, para o autor o mercado mundial foi integrado a partir de uma lógica em que as diferentes formas de trabalho eram articuladas, dependentes e complementares. Nesse sentido a modernidade não significa a imposição do trabalho livre e assalariado, mas esse conjunto de alocações dos diferentes tipos de trabalho racialmente e geograficamente determinados em um mesmo período histórico com o objetivo de produzir para o mercado mundial capitalista.

Assim, esse padrão de dominação que serviu tão bem ao capitalismo pode ser notado não somente no microcosmo de cada território, mas também numa perspectiva das relações internacionais em que os países centrais, compostos majoritariamente por brancos, estão associados ao trabalho assalariado. Os países da semi-periferia por sua vez possuem uma base de trabalho assalariada, mas ainda com informalidade e precarização, são compostos por brancos, negros, indígenas e mestiços, mas sempre com os brancos ocupando as posições superiores às demais identidades. Por fim, os países periféricos, onde se concentram as formas de exploração mais violentas e ainda persistem com alta ocorrência a escravidão, servidão e economia de subsistência, são compostos majoritariamente por não brancos.

Esse padrão imposto de forma sistemática por todo globo resultou em uma naturalização da divisão racial do trabalho que se expressa até os dias de hoje. As relações de produção no mundo inteiro continuam sendo determinadas pelo eixo racial. Não é uma coincidência que as formas de trabalho não pagas sejam ainda quase que uma exclusividade dos países de composição racial não branca e que mesmo nas realidades nacionais, a relação tipicamente capitalista de produção seja concentrada para a parte branca da população. Essa colonialidade do poder também se apresenta nos salários e posições inferiores na estratificação social dos não brancos em todo o mundo. Foi essa colonialidade do controle do trabalho que garantiu à Europa o posto de centro do mundo capitalista ao possibilitar a classificação do mundo inteiro a partir da lógica racial-colonial e impor sua cultura, subjetividade e conhecimento através do processo violento e repressor de colonização, formando uma ordem cultural global baseada no eurocentrismo (QUIJANO, 2005).

Assim, um dos principais desafios levantados por Quijano para a periferia global é romper com a ideia eurocêntrica de que todos os países não-europeus são pré-europeus, ou seja, estão no caminho da sequência histórica de se modernizar e um dia alcançar a Europa. Essa forma de enxergar o mundo opera formando um espelho que distorce a imagem que reflete. Ao se ver a partir desse reflexo, esses países se deparam com uma imagem de si que não corresponde à realidade e, por isso não conseguem diagnosticar os verdadeiros conflitos e propor soluções que efetivamente funcionem.

O autor discute como esse espelho opera em relação à questão nacional e na formação dos estados nacionais na América Latina. O Estado-Nação é definido como uma sociedade nacionalizada politicamente organizada por um Estado, o que implica necessariamente em instituições modernas e democracia política. A democracia é parte essencial uma vez que todo processo de nacionalização nos tempos modernos se deu a partir de uma limitada, mas real, democratização da sociedade. Foram processos de consolidação da cidadania como direito de igualdade civil, política e legal para pessoas desigualmente localizadas no processo de distribuição de recursos e bens que garantiram essa democratização. Esse processo também é importante, pois estabelece uma identidade comum aos cidadãos, formando uma comunidade imaginada que expressa sua identidade comum justamente na participação política efetiva e democrática no processo de distribuição e controle do poder.

No continente latino-americano o processo de formação dos Estados Nacionais se deu a partir de uma homogeneização social pensada a partir da visão eurocêntrica de mundo, o que ocorreu não por meio da integração democrática de todos os cidadãos, mas sim pela exclusão e eliminação de parte significativa deles: os negros, indígenas e mestiços. Segundo Quijano, essa condição é determinante para concluir os porquês da democracia latino-americana ser tão frágil e os porquês da colonialidade do poder se manter como mediadora da distribuição dos poderes na América Latina. Assim, nessas regiões o Estado é independente, mas as sociedades permanecem coloniais, pois os processos de independência levaram a uma metamorfose da colonialidade do poder sob novas bases institucionais.

## **Perspectivas de descolonização: estudos pós-coloniais, decoloniais e lutas anticoloniais. Como sair da grande noite?**

Além de analisar os problemas e efetuar duras críticas ao empreendimento colonial, a colonialidade do poder, a dominação racial, ou no que se pode sintetizar como os fundamentos da dominação ocidental, os autores cujo pensamento tentamos expor na parte anterior do artigo também apontaram algumas possibilidades de saída, de descolonização da sociedade.

Fanon e Mbembe definem a África como ponto de partida para o futuro, como o espaço do novo, da criação de uma nova dimensão e possibilidade civilizacional que pode transformar o mundo da morte no mundo da vida. Na obra de ambos se discute a teoria da morte, que é a realidade colonial e neocolonial, porém, pretende-se chegar na teoria da vida, de uma sociedade verdadeiramente universalizada. Um ponto importante nesse caminho é a memória. No seguinte trecho, Mbembe (2017) sintetiza muito bem seu papel durante o processo de descolonização:

No ensaio é apontado que toda memória colonial, composta por uma história de sangue, massacres e talvez de alguns dos episódios mais horríveis do mundo moderno, deve ser tratado como memória comum do mundo inteiro, e não apenas dos participantes diretos da história. Se for vista como uma questão que envolve certos grupos e não a Humanidade inteira, a lógica segregacionista que baseia as relações do presente e baseou as do passado vai se manter hegemônica: "Enquanto formos incapazes de assumir memórias de Todo o Mundo, será impossível imaginar um mundo comum e uma humanidade verdadeiramente universal (Ibidem, p.168).

Para ambos a descolonização como acontecimento histórico é um momento de transição da modernidade tardia: busca se apropriar dos valores da modernidade e transnacionalizá-los. Enquanto a colonização impedia qualquer forma de pertencimento ao impossibilitar a identidade e cidadania do colonizado e, ao mesmo tempo destruía a cultura local, a descolonização tem como foco principal abrir o mundo no sentido de abrir algo novo que anteriormente estava enclausurado, desabrochando e possibilitando ao colonizado criar, modificar, habitar e pertencer ao mundo (MBEMBE, 2014b).

Como vimos, Fanon procurava entender e acabar com o complexo de inferioridade do negro gerado pelas relações coloniais. O propósito de sua obra é buscar

os caminhos para libertar os povos colonizados da alienação que lhes foi imposta e conseguir realizar um encontro saudável entre o negro e o branco. O pressuposto para isso é que a luta antirracista deve ser luta pela igualdade universal, pelo fim da concepção a partir da qual a cor de pele produz inferioridade ou qualquer diferença essencialmente racial. Isso sugere uma ruptura com a ideia de raça, ou seja, a abolição da raça como elemento de diferenciação entre seres humanos, o que só se pode realizar quando se tornar verdade que o negro é um ser humano igual ao branco e quando o negro for reconhecido como apenas um homem entre outros homens. A similaridade entre os homens e uma cidadania universal é o princípio fundamental para a realização da abertura do mundo, ou seja, o objetivo da luta pela descolonização e pela autonomia humana<sup>4</sup> (FANON, 1980). Vale destacar que a afirmação estratégica da identidade racial de forma positiva é parte importante desse processo, não como a finalidade, mas um dos meios para se lutar contra a dominação racial e se alcançar a emancipação.

Para Fanon o reconhecimento universal só seria possível quando as condições da dominação colonial fossem destruídas. Em seu pensamento, as únicas forças capazes de vencer o racismo e a alienação colonial são as lutas radicais, revolucionárias e emancipatórias de descolonização. Em seu contexto histórico essas lutas foram concretizadas nos movimentos anticoloniais de libertação nacional, dos quais o autor foi um grande defensor e participante, principalmente no contexto argelino.

Assim, a questão para Fanon não é modernizar a sociedade, pois esse projeto significaria o povoamento destrutivo que o colonizador exerce através de relações estruturadas na dominação racista. A questão, na realidade, é partir de uma resolução violenta positiva (no sentido de criar o novo) que reinvente o futuro de todas colônias e ex-colônias, sendo capaz de transformar e resolver as tensões do presente — sair da grande noite é a metáfora desse momento histórico para o martinicano (FANON, 1968).

Segundo Mbembe (2014a), as questões que Fanon coloca são pertinentes na contemporaneidade, pois apesar de o nosso mundo não ser o mesmo que o dele, também não é outro, uma vez que a colonialidade do poder é estruturante da realidade social. Sair da grande noite exigiria uma ação consciente de provincializar a Europa, ou seja,

---

<sup>4</sup> Essas ideias estão mais desenvolvidas no ensaio: FANON, Frantz. Racismo e Cultura. In: Defesa de Revolução Africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

retirá-la do lugar a ser seguido e do centro ao redor do qual resto do mundo deve girar, pois, essa Europa que fala tanto do homem universal ao mesmo tempo, o massacra em todos os cantos do mundo.

No raciocínio de Fanon, para sair da realidade colonial é necessário o processo pelo qual o colonizado passa a falar por si em primeira pessoa, apropriando-se do seu eu, o que não tem a finalidade apenas de despertar a autoconsciência individual, mas sim a ascensão da humanidade, a abertura do mundo. Essa tomada de consciência se inicia com uma retomada crítica e dinâmica da cultura tradicional pelo colonizado. Ela é o motor da consciência dos oprimidos, uma vez que permite a identificação dos inimigos e dos porquês das opressões sofridas, possibilitando a geração de uma revolta que, se organizada na forma de luta pela libertação nacional, seria capaz de gerar a consciência nacional e a efetivação do projeto descolonizador que garantisse o real poder democrático para todos (FANON, 1968), condição necessária para a formação de Estados-Nação como vimos na teoria de Quijano.

Dentro de um contexto em que a colonialidade do poder é a regra, há uma violência desmedida cometida pelo colonizador direcionada ao colonizado, trata-se de uma realidade tão violenta que esvazia o passado e restringe as possibilidades de futuro do oprimido, é uma sistemática fábrica de feridas. Já a violência vinda do colonizado tem início como uma reação espontânea e individual contra essa realidade de insuportável sofrimento, mas aos poucos ela se torna uma reação coletiva que ressignifica o mundo com o objetivo de produzir vida, ou seja, produzir transformações, e assim, o que era uma insurreição se torna um processo revolucionário. A linguagem da colonização sempre foi a violência e o não o reconhecimento, logo essa violência é a resposta à sociedade e a única possibilidade de sua transformação e destruição, afinal não há possibilidade de comunhão em uma sociedade que se define por ser compartilhada, fragmentada. Além disso, essa violência tem a potencialidade de criar laços nacionais, pois mobiliza os colonizados em torno da luta por sua libertação, gerando uma consciência e identidade nacional, porque passam a se reconhecer como agentes da história e do destino em comum, o que facilita o passo seguinte, a construção de um Estado-nação. Ou seja, a violência é fruto de um processo de libertação nacional gerador de consciência (FANON, 1968).

Para Mbembe (2017), o conceito de violência de Fanon tem uma dimensão tanto política quanto clínica, pois pela violência realizada em vez de sofrida, o colonizado percebe-se em pé de igualdade com o colonizador, passando por um processo de recuperação, requalificação e reaprendizagem sobre si que implica em uma cura individual e em uma cura política, coletiva. Logo a descolonização modifica fundamentalmente o ser, ela humaniza, cria homens novos pelo processo que os liberta.

A violência, portanto, possui o papel de poder instituinte de uma nova ordem social que surja dos escombros da antiga realidade colonial produtora de dor, sofrimento, medo e morte. Logo ela só faz sentido se pensada dentro de um processo de elevação da humanidade, que permita transformar a realidade de subjugação colonial e racial em uma realidade na qual haja a possibilidade de diálogo entre iguais, na qual existam as condições para a realização do reconhecimento recíproco:

A cultura espasmada e rígida do ocupante, liberta, oferece-se finalmente à cultura do povo tornado realmente irmão. As duas culturas podem enfrentar-se, enriquecer-se. Em conclusão, a universalidade reside nesta decisão de assumir o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial (FANON, 1980, p.48).

Nessa mesma linha, para Mbembe (2014b) a condição de realização da descolonização na África é a real democratização dessas sociedades protagonizada pelos próprios povos do continente. Porém, o autor destaca a necessidade de uma solidariedade internacional de todos no mundo que acreditam que sem o reconhecimento da humanidade do continente africano e sem a redenção dos povos desse continente, o mundo permanecerá pobre em seu espírito. Nesse processo a importância da construção do futuro a partir do enaltecimento da memória e a busca a partir dela do reconhecimento da humanidade do Outro, são a condição para que o futuro se realize de forma diferente. O esquecimento não leva a superação, assim como o uso da violência defendido por Fanon deve ser ponderado a partir das experiências passadas.

Na concepção de Quijano, a situação colonial persiste nas sociedades atuais, pois não houve a construção de nenhum Estado-Nação na América Latina que tenha conseguido se impor contra a colonialidade do poder, objetivo que exigiria um processo

de democratização que descolonizasse as relações sociais, culturais e políticas entre as raças. O fator determinante para isso foi que a nação se constituiu justamente contra os interesses dos não brancos e continua sendo expressão direta da colonialidade do poder contra a maioria da população. A vigência da dominação racial gerada pela colonialidade do poder impede que haja possibilidades de construção de Estados-Nação democráticos, pois a sociedade se mantém organizada em estruturas coloniais.

Portanto, o autor segue de certa forma a mesma trilha de Fanon e Mbembe e propõe que a existência de um Estado-nação democrático na América Latina só é possível a partir de um processo revolucionário que consiga se impor à colonialidade do poder e seu eixo principal, a dominação racial, através de uma democratização que garanta uma redistribuição do poder para massa não branca excluída.

Costa (2006) defende que o processo de descolonização não se dê nos termos do debate essencialista que, como vimos com o exemplo do Orientalismo, define ontologicamente diferenças entre a identidade branca europeia-estadunidense e toda a outra parte do mundo na tentativa de destruir as fronteiras erguidas, visão que dialoga profundamente com o que propõe Mbembe:

[...] os estudos pós-coloniais buscam alternativas para a desconstrução da antinomia *West/Rest* que sejam distintas da simples inversão do lugar da enunciação colonial. Trata-se, portanto, não de dar voz ao oprimido, mas [...] de uma descolonização da imaginação o que implica uma crítica que não seja simplesmente anticolonialista, uma vez que, historicamente, o combate ao colonialismo teria se dado ainda no marco epistemológico colonial, por meio da reificação e do congelamento da suposta diferença do colonizado em construções nativistas e nacionalistas. O pós-colonialismo deve promover precisamente a desconstrução desses essencialismos, diluindo as fronteiras culturais legadas tanto pelo colonialismo como pelas lutas anticoloniais (COSTA, 2006, p.120-121).

Lélia Gonzalez, autora pioneira na discussão acerca da interseccionalidade, faz a crítica à dominação colonial e suas heranças a partir da perspectiva do feminismo negro latino-americano e buscando essa descolonização da imaginação. A autora defende que nesse contexto as lutas feministas devem partir do pressuposto de que estão em sociedades multirraciais e pluriculturais, afastando-se de visões eurocêntricas e neocolonialistas. Assim, há uma impossibilidade de tentar refletir sobre a discriminação da mulher sem pensar em suas articulações com a raça, pois sem essa articulação o

feminismo cairá em um falso discurso universalizante abstrato muito similar ao discurso dominante. Na realidade local falar de processos discriminatórios e de exclusão contra mulheres e não tratar da questão racial é ignorar que grande parte dessas mulheres são não-brancas (GONZALEZ, 2018).

Para Gonzalez (2018) uma das principais formas na qual o racismo se manifesta no Brasil e na América Latina é negando o papel central da cultura negra e africana para a formação histórico-cultural. Contra essa lógica, a autora evoca a categoria de amefricanidade para pensar a contribuição fundamental dos povos negros e indígenas na formação cultural do continente, categoria que surge com o intuito de ultrapassar qualquer barreira cultural, territorial e ideológica. Além disso, sendo os povos do continente vítimas da dominação colonial e racista que, através da violência, busca legitimar a superioridade dos brancos e naturalizar a exclusão dos não-brancos, gerando uma destituição de todo seu legado cultural e histórico, a herança africana deve ser uma fonte vivificadora de força para a resistência e transformação. Assim, assumindo a amefricanidade é possível contribuir para um mundo pan-africano a partir da atuação na diáspora e superando uma visão idílica e ultrapassada da África, uma vez que a amefricanidade se expressava nas resistências culturais, revoltas de pessoas escravizadas na construção de formas de sociedades livres por todo continente, como os quilombos. Nas palavras de Gonzalez: “[a amefricanidade] é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje, amefricanos” (GONZALEZ, 2018, p.333).

### **Considerações Finais**

É certo que projetos políticos alternativos ao mundo pautado pela colonialidade do poder buscam uma verdadeira descolonização, a construção de uma humanidade que cumpra efetivamente os princípios da universalidade, autodeterminação e igualdade entre os povos e têm muito a absorver dos diversos pensamentos apresentados. Na mesma medida, todas as correntes que formam a crítica pós-colonial e anticolonial têm um valor epistemológico importante para qualquer movimento que busque a superação



dos elementos coloniais que são a base de grande parte das desigualdades do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, é possível reivindicar as respostas e o legado de Fanon para os desafios das lutas de hoje, uma vez que a diferença entre o mundo atual e o de Fanon é mais de intensidade do que de espécie, pois as principais contradições continuam as mesmas, mas hoje não há uma resposta à altura das lutas de libertação do século XX (FAUSTINO, 2018, p.125). Dessa forma, a contribuição teórica e prática do martinicano para pensar em uma clínica do sujeito e da sociedade na atualidade é de grande valor. Pensando também na continuidade dos conflitos estruturais que se reproduzem no presente e que têm origem na dominação colonial e na consolidação do capitalismo global, Quijano (2005) opera o conceito colonialidade do poder como chave para entender e superar a sociedade fundada na violência e exclusão, consolidando uma verdadeira democracia. Parte desse processo de “saída da grade noite” é o desafio colocado por Said (2007) de diluição dos essencialismos criados durante a dominação colonial que formam o imaginário e as categorias de representação do Outro não ocidental. Sem que haja uma ruptura com essas ideias que se materializam em práticas de violência, discriminação, espoliação, exploração e exclusão não há como existir o reconhecimento de uma humanidade em comum, como afirma Mbembe. Já para o desenvolvimento de uma identidade e um imaginário descolonizado, Lélia Gonzales aponta para a afirmação da identidade amefricana pelos movimentos sociais como forma de explicitar a fundamentalidade da cultura negra, africana e indígena para toda dinâmica cultural latino-americana, além de recuperar o legado de toda resistência dos povos negros e originários contra a dominação colonial.

Portanto, a partir das diversas reflexões dos autores cujas ideias foram abordadas no artigo fica evidente que o caráter colonial da atual dominação ocidental-branca apresenta múltiplas faces e é essencial para a manutenção das desigualdades de redistribuição e de reconhecimento que se materializam em processos de injustiça social, violência e exclusão. Apesar das divergências existentes entre as perspectivas apresentadas, é consenso entre elas a crítica ao projeto universalista da modernidade que, contraditoriamente, se realizou a partir de processos de violência e exclusão de grande parte dos habitantes do mundo, sobretudo aqueles que viviam nas colônias,

usando a falsa justificativa de superioridade racial. A continuidade desses processos no mundo pós-colonial é um dos elementos que possibilita o entendimento da colonialidade como dimensão da dominação de classe, raça e gênero do presente, que ocorre a partir de novas políticas, práticas e representações, gerando uma dominação que ainda é colonial, mas metamorfoseada. Investigar a fundo a colonialidade atual e pensar a partir das experiências e pensamentos descolonizantes é uma tarefa fundamental para enfrentar os desafios que o século XXI apresenta. Só a partir da cicatrização dessas feridas coloniais é possível pensar na construção de uma sociedade que radicalize e realize de fato as promessas da modernidade de um mundo justo, igualitário e livre.

## Referências

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1987.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>>.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. In: **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2006, vol.21, n.60, pp.117-134.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon um revolucionário particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Editorial, 2018.

\_\_\_\_\_. **Por que Fanon? Por que agora? Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (comp.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

MBEMBE, Achille. A farmácia de Fanon. In: **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Sair da Grande Noite: ensaios sobre a África descolonizada**. Luanda: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014b.

MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke UP, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

## Teses e Dissertações defendidas no Departamento de Sociologia da UFPR em 2020

Com intuito de divulgar a produção científica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, ao qual a Revista Sociologias Plurais é vinculada, iniciamos em 2021 uma nova seção, dedicada à publicização das Teses e Dissertações defendidas ao longo do último ano – a ser publicada sempre no primeiro número de cada volume de nosso periódico. Se pautando pelo ano de 2020, esta lista compila os títulos, resumos, orientações e autorias das pesquisas acadêmicas realizadas com alto nível de exigência e excelência por discentes<sup>1</sup> da instituição.

---

<sup>1</sup> Autoras e autores de alguns trabalhos não puderam ser contatados e por isso não figurarão na lista. Contudo suas pesquisas devem ser mencionadas por representarem importante contribuições para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR: Aline Maria Da Silva Almeida (*Da “doutrinação Marxista” À “ideologia De Gênero”: Uma análise Sociológica Dos Repertórios Do Movimento “escola Sem Partido”*), Andréia Pereira Zanella (*Conselho Nacional De Justiça – Cnj: Compreendendo Os Atores Por Trás De Uma Instituição No Período De 2005 À 2020*), Fernando Marcelino Pereira (*Famílias E Poder Nos Tribunais De Contas: Uma Sociologia Política Dos Herdeiros Das Classes Dominantes*), Kaue Barreiros Correa Pessoa Guimaraes (*Agriculturas E Territorialidades Em Disputas: a Jornada De Agroecologia Como Expressão De Um Projeto Agroecológico No Paraná*), Marcus Roberto De Oliveira (*Agentes, Campos E Capitais: Uma Prosopografia Dos Conselheiros Do Conselho De Administração (Cad) Da Companhia De Saneamento Do Paraná (Sanepar) Entre 1998 e 2010*), Roberto Jardim da Silva (*A invisibilidade do antropólogo haitiano Joseph Anténor Firmin, no pensamento Francês*) e Sergio Mario Orellano Narvaez (*Procesos Sociales, Educativos Y Formación De Profesores De Educación Regular en Servicio en El Siglo Xxi: Una Pesquisa Comparada Entre Bolivia Y Brasil*).

**DA “BUSCA POR DIGNIDADE: NARRATIVAS SOBRE RECONHECIMENTO NA  
PERIFERIA DE CURITIBA-PR”**

**AUTOR:** CAIO HENRIQUE DE ALMEIDA (caiohtc@gmail.com)

**ORIENTADORA:** SIMONE MEUCCI

**RESUMO**

Este trabalho investiga narrativas de agentes sociais sobre suas conquistas em um contexto de desigualdade e vulnerabilidade social na periferia de Curitiba-PR. A pesquisa se utiliza dos pressupostos teóricos da Teoria do Reconhecimento Social para orientar a análise acerca sentidos e racionalizações sobre suas autorrealizações. Através da observação participante e análise em profundidade procurou-se conhecer como os três agentes elaboram sua trajetória, como reconhecem a si e aos outros em suas relações afetivas, sociais e institucionais. Verificamos que o sentimento do próprio valor, isto é, a busca por dignidade é representada nas narrativas de experiência de vida que realçam o sentimento do seu próprio valor como pessoas guerreiras, vitoriosas e voluntaristas.

## GUERREIRO RAMOS E A SOCIOLOGIA NO JORNAL NA DÉCADA DE 1950

**AUTORA:** CRISTIANE GARCIA PIRES (cristiane.pires@outlook.com.br)

**ORIENTADORA:** SIMONE MEUCCI

### RESUMO

Esse trabalho estuda as relações possíveis entre a sociologia de Guerreiro Ramos, os jornais e os intelectuais na década de 1950, destacando temas de relevância para o autor baiano e a forma como foram debatidos por outros colaboradores dos periódicos. São temas abordados aqui a questão racial, a questão nacional e o papel dos intelectuais. Metodologicamente, são utilizados principalmente a perspectiva do contextualismo linguístico de Quentin Skinner, o conceito de atos de fala de John Pocock. Na conclusão, destaco as afinidades existentes entre a sociologia de Guerreiro Ramos e o jornal como espaço de escrita, exercidas por meio da busca de consagração das ideias do autor perante um público mais amplo que o acadêmico. Tais posturas foram possibilitadas pelo fato de o jornal ter se apresentado como um espaço legítimo de circulação de ideias e realização de debates públicos. Além disso, argumento acerca da relevância das formas de conciliação entre as categorias de universal e particular no desenvolvimento das discussões nos jornais selecionados acerca das temáticas abordadas.

## NELSON WERNECK SODRÉ E A COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA: RELAÇÕES INTELLECTUAIS E BRASILEIRIDADE REVOLUCIONÁRIA

**AUTOR:** EDUARDO RUSSO RAMOS (ramos.eduardorusso@gmail.com)

**ORIENTADOR:** RODRIGO CZAJKA

### RESUMO

A proposta desta dissertação se orienta dentro do vasto campo dos estudos da temática dos intelectuais e, observando a necessidade de uma convergência teórico-metodológica para o seu tratamento, busca conduzir o trabalho analítico através das importantes contribuições de Raymond Williams para a sociologia dos intelectuais. Reflexão esta que toma como objeto a elaboração e publicação da Coleção História Nova entre os anos de 1963 e 1964, projeto organizado no âmbito das atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) por um grupo de intelectuais constituído em torno do historiador, militar, militante comunista e crítico literário Nelson Werneck Sodré (1911-1999), então professor do referido instituto. Entendendo a centralidade deste intelectual para a realização da coletânea, partimos do estudo de aspectos de sua trajetória e pensamento social para examinar a realização do projeto no âmbito das relações intelectuais que deram origem ao grupo e que criam as condições para sua intervenção intelectual abordando-a em sua relação com a brasilidade revolucionária como estrutura de sentimento que marcou a produção cultural e intelectual dos anos 1960 no Brasil (Marcelo Ridenti). Tomando esta obra como fonte documental e objeto, nosso estudo busca propor uma interpretação sobre sua realização, seu significado e seu destino: sobrevivendo o golpe de 1964, seus volumes foram apreendidos pelas forças militares, seus autores foram presos ou se exilaram, dissipando-se o grupo que a concebeu; em 1966, na tentativa de uma reedição, foi submetida a Inquérito Policial Militar, jamais vindo a ser publicada integralmente. Ainda, com este estudo procuramos contribuir com as pesquisas que abordam a trajetória e o pensamento social de intelectuais que marcaram a formação, o desenvolvimento e a consolidação da plural tradição marxista brasileira.

## **CLIENTELISMO E DESENVOLVIMENTO URBANO: A PÚBLICA DE TRANSPORTE COLETIVO EM CURITIBA.**

**AUTOR:** FELIPE DE SOUZA ALVES (fsalves275@gmail.com)

**ORIENTADORA:** MARIA TARCISA SILVA BEGA

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo compreender o tipo de relação estabelecido entre os grupos empresariais do transporte de Curitiba com a administração pública do serviço desde 1955, ano em que iniciou a formalização do serviço. A consolidação de um monopólio e a permanência do grupo empresarial Gulin na concessão do serviço de transporte coletivo de Curitiba é um fenômeno econômico e político observado pelo menos desde 2013, entretanto, ganhou maiores proporções após a divulgação da Operação Riquixã, em 2018. Segundo a investigação realizada pelo GAECO, o grupo conseguiu interferir sobre o Edita nº 005/2009 a fim de que fosse beneficiados com a concessão do serviço. O relatório da investigação demonstrou haver uma relação de favorecimento entre diretores da Urbanização de Curitiba SA - a URBS - com os empresários do Sindicato de Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana - SETRANSP - hegemônico pelo grupo Gulin. Tal acontecimento, levou a presente pesquisa a trabalhar com a hipótese de que a institucionalização do serviço de transporte coletivo na capital se assentou por meio de relações clientelistas ao longo de mais de 65 anos. Para isto, a pesquisa se propôs a abordar teorias que tratam do fenômeno clientelista; analisar o relatório final da operação; realizar a revisão histórica da institucionalização do sistema e analisar a biografia de agentes públicos e privados por meio da Prosopografia, a fim de encontrar padrões entre campos e capitais sociais comuns que ambos atores.



## QUESTÕES DE GÊNERO A PARTIR DA VISIBILIDADE COMPULSÓRIA DE MULHERES NA INTERNET

**AUTORA:** FLÁVIA WERNER SCHOLZ (fla.scholz@gmail.com)

**ORIENTADORA:** MERYL ADELMAN

### RESUMO

A presente dissertação examina a prática da exposição de imagens e vídeos sexuais (com conteúdo explícito ou não) sem o consentimento e seus desdobramentos na sociedade midiaticizada. Como objetivo principal, apresento a disseminação não consensual de conteúdo sexual a partir da narrativa de mulheres que passaram por essa experiência. Com base nessas interlocuções, a presente pesquisa captura como se desenvolve o processo que inicia com a produção inicial desses materiais até o momento em que, após serem divulgados sem autorização, mulheres que passaram por essa experiência decidem incorporar em suas vidas a luta contra a divulgação não autorizada. Nesta dissertação, utilizei das contribuições de Paula Sibilia que possibilitam reflexões acerca dos paradoxos do ‘espetáculo do eu’ na contemporaneidade. Abordei também, questões relacionadas à reflexividade e agência postuladas por Anthony Giddens. Ademais, se dialoga com Michel Foucault, Maria Filomena Gregori e outras teóricas e teóricos que tensionam questões relacionadas à sexualidade. Além de serem relevantes no sentido de problematizar como as questões de gênero aparecem na “posta em cena” do sexo. Assim, por meio das reflexões e interlocuções elaboradas, intento apreender como essas mulheres se localizam em meio a este processo que as transforma em vítimas, mas também em agentes, de maneira simultânea.

**BNDES: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NO BRASIL E A PROSOPOGRAFIA DE SEUS PRESIDENTES (1985 - 2014).**

**AUTORA:** GLÓRIA ESTEVINHO GOMES (estevinho\_gomes@hotmail.com)

**ORIENTADOR:** MONICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

**RESUMO**

A presente dissertação tem como tema de pesquisa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devido a sua importância no contexto de diferentes períodos da história da economia nacional. Analisa-se as biografias dos 19 presidentes do BNDES desde o período da redemocratização, seus capitais sociais, culturais e familiares como condutores da ocupação dos referidos cargos. A prosopografia foi adotada como um método de análise, num contexto de tecnocracia nacional, com o objetivo de dirigir um olhar sociológico a respeito das conexões entre os capitais sociais e indicações a órgãos públicos. Esse período compreende o governo de José Sarney até o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. A opção pela proposta de pesquisa do NEP (Núcleo de Estudos do Paraná) deve-se as suas contribuições com o estudo da genealogia, constituindo-se nos parâmetros aos quais as pesquisas aqui realizadas se pautam. O foco principal desse estudo são as biografias coletivas sendo as leituras da sociologia elementos interpretativos que apontam para a desnaturalização da meritocracia. O destaque dado na história política e econômica do país é analisada através dos conceitos de campo e subcampo, desenvolvidos por Pierre Bourdieu, pois entende-se a conformidade do banco com a efetivação das políticas do governo. As fontes utilizadas para o levantamento das biografias são as disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas – arquivos CPDOC, referente aos biografados.

**CUIDADO VOLUNTÁRIO NA PREVENÇÃO DE SUICÍDIO: DISCURSOS  
UNIVERSALISTAS E AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES E HOMENS DENTRO DO  
CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA EM CURITIBA**

**AUTOR:** HENRIQUE DA COSTA VALÉRIO QUAGLIATO  
(henriquequagliato95@gmail.com)

**ORIENTADORA:** MARLENE TAMANINI

**RESUMO**

O presente trabalho surge do interesse em pensar como a interface do cuidado pode ajudar a acessar os sentidos institucionais e trajetórias individuais entremeados na maneira como voluntárias e voluntários oferecem escuta e apoio emocional através do Centro de Valorização da Vida (CVV). Dessa maneira, o objetivo desta dissertação é compreender como o modelo de cuidado do CVV, em suas práticas e discursos, se relaciona com questões de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença e, ao mesmo tempo, entender como esse modo de cuidar se configura nas narrativas individuais de mulheres e homens que se voluntariam ou já se voluntariaram pela entidade. Para isso, foram organizados três objetivos específicos: 1) investigar os componentes discursivos contidos na filosofia, visão de mundo e base teórica que informam a prática de cuidado dentro do CVV; 2) conhecer como o cuidado voluntário dentro da entidade se entrelaça às histórias individuais de homens e mulheres que fazem ou fizeram parte da entidade; e 3) analisar as formas como esses sujeitos dão sentido a essa prática, buscando evidenciar como ela os afeta. O primeiro capítulo se dedica ao delineamento dos lugares metodológicos e epistemológicos dos quais parto para a produção dessa pesquisa; em seguida, constrói-se uma revisão de literatura a respeito das pesquisas realizadas sobre o Centro de Valorização da Vida, sobre estudos do cuidado e sobre as questões gendrificadas do voluntariado; no terceiro capítulo, são analisados dos perfis, narrativas e trajetórias das mulheres e homens que se voluntariam ou já se voluntariaram através do CVV a fim de compreender como se relacionam com a atividade da oferta de escuta e apoio emocional; o quarto e o quinto capítulo focam, respectivamente, na análise dos componentes discursivos que informam a visão de

mundo e o modelo de atendimento da entidade e nas dinâmicas e tensões de sua realização prática. Em conclusão, nota-se que o Centro de Valorização da Vida é composto por um perfil parcialmente inverso aquele que se observa nas atividades de cuidado – sendo branco, economicamente estabilizado e formado por indivíduos com alto grau de instrução formal, permanece, contudo, uma maioria de mulheres na entidade. Percebe-se também que, enquanto as voluntárias e ex-voluntárias relatam conexões pessoais com os temas da saúde mental e do suicídio para participarem do CVV, voluntários e ex-voluntários se interessam pelo centro de Valorização da Vida pela estrutura que lhes permite cultivar caridosamente a si mesmos. Por fim, o princípio universalista da noção de pessoa no qual o cuidado oferecido pelo CVV está pautado limita, de saída, a imaginação de subjetividades possíveis e devires múltiplos, inviabilizando uma discussão politicamente crítica a respeito das formas de oferecer cuidado.

## **DEMOCRATIZAÇÃO INCERTA: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL (2012-2016).**

**AUTOR:** JOSÉ LÁZARO FERREIRA BARROS JÚNIOR (zelazaro@gmail.com)

**ORIENTADOR:** NELSON ROSÁRIO DE SOUZA

### **RESUMO**

Considerando a implementação da lei federal 12.527/2011 no Brasil dentro do cenário internacional de difusão recente das Leis de Acesso à Informação (LAI), discutimos nesta tese a prenoção de que a ampliação deste tipo de controle social leva à democratização dos governos. Se isto de fato ocorre, qual o sentido das resistências identificadas durante esse processo e em que grau elas ressignificam o próprio direito de acesso à informação? Partimos de uma abordagem construtivista, que combina técnicas da Teoria Crítica da Tecnologia e da Análise Sociológica do Discurso, no marco teórico da democracia monitoria, para analisar arquivos da Controladoria Geral da União que documentam disputas administrativas entre cidadãos e governo federal, relacionadas à divulgação de informações públicas, entre maio de 2012 e agosto de 2016 - o primeiro ciclo político-administrativo da LAI no Brasil. Concluimos que, na sua implementação, a LAI ganhou características secundárias não previstas na sua criação, que indeterminam a democratização associada à fruição do direito à informação. Pareando esse achado com a revisão das pesquisas sobre o tema na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e com a trajetória do direito de acesso à informação dentro e fora do Brasil, entendemos que há falta de instrumentos qualitativos para o aprofundamento desse debate. Assim, a tese sugere uma abordagem para o problema, na qual caracteriza as resistências à democratização em um conjunto de figurações analiticamente operacionais, pelas quais esperamos ser possível repensar a instrumentalização da LAI e o sistema de garantias ao direito de acesso à informação. Com isso, a tese faz uma crítica às análises que desconsideram a importância do contexto nacional na sistematização desses debates.

**FLEXIBILIZAÇÃO CONTRATUAL NO SETOR PÚBLICO: CONDIÇÕES E  
RELAÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NAS  
UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ**

**AUTORA:** KELEN APARECIDA DA SILVA BERNARDO (kelenbernardo18@gmail.com)

**ORIENTADORA:** MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI

**RESUMO**

Nas últimas décadas do século XXI, o fenômeno de contratação flexível de docentes se faz cada vez mais presente no sistema de ensino público do Brasil. No estado do Paraná, foco desta tese, a contratação de professores temporários é largamente utilizada pelo Estado para atender demandas, tanto na rede estadual de ensino médio quanto no ensino superior. A partir de um dispositivo previsto, para regular a contratação de pessoal temporário para atender as demandas emergenciais de excepcional interesse público, a administração pública aciona a contratação flexível para a manutenção da oferta dos serviços públicos. Com metodologias que articulam abordagens qualitativas e quantitativas, a presente pesquisa se propõe a analisar as condições e relações de trabalho engendradas pelas contratações flexíveis de docentes temporários no ensino superior público paranaense. A pesquisa reúne dados do período de 2002 a 2017, sobre a composição do quadro de docentes das sete universidades estaduais existentes no Paraná. Com base em tais dados, identificamos um aumento exponencial da inserção de temporários, quando comparado com a evolução do quadro de docentes estatutários. A composição diversa, encontrada na pesquisa, acerca do quadro de docentes em cada universidade evidencia particularidades que remetem a uma interpretação sociológica sobre o fenômeno. As análises relativas à modalidade de vínculo – se estatutário ou temporário – evidenciam diferenças de acesso aos direitos advindos do trabalho e aos benefícios previstos para a categoria docente. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes temporários e representantes das seções sindicais das sete universidades estaduais, foi possível compreender as relações e condições de trabalho que são decorrentes dessa forma de vínculo de trabalho. Entre os achados deste estudo, destaca-se que a modalidade contratual, na qual os docentes temporários estão

submetidos, coloca-os em situação de instabilidade, insegurança, precariedade, intensificação do trabalho e reduzidos direitos quando comparados aos estatutários.

## ALCANCES E LIMITES NA GERÊNCIA DA DARPA-EUA (1958-2017): O CASO DO ESCRITÓRIO DE TECNOLOGIAS BIOLÓGICAS

**AUTOR:** LUCAS BUOSI (kabusosi@protonmail.com)

**ORIENTADOR:** JOSÉ MIGUEL RASIA

### RESUMO

Esse trabalho trata da constituição da Agência de Projetos Avançados de Pesquisa em Defesa (DARPA) e da instituição recente do Escritório de Tecnologias Biológicas (BTO) em 2014. A DARPA é uma organização de financiamento a pesquisa, conhecida por ser relativamente horizontal em sua hierarquia. São apenas 3 camadas de autoridade, o Diretor da Agência, os Diretores dos Escritórios e os Gerentes mais o pessoal administrativo. Os Gerentes são a maioria nessa burocracia, eles são os atores responsáveis por criar os Programas de financiamento e selecionar os parceiros que irão performar a pesquisa para a DARPA. Buscaremos compreender os critérios de seleção desses Gerentes a partir de um estudo histórico, baseado em documentos oficiais e extra-oficiais, relacionando-os com os principais acontecimentos políticos que condicionavam a ação do Estado dos Estados Unidos da América, especialmente a formação do “Complexo Militar-Industrial” no pós-Guerras e suas transformações recentes. Também problematizamos a narrativa oficial da Agência, apontando para certas inconsistências ou tópicos que, em razão das polêmicas que suscitam, foram pouco exploradas. Com isso, nós contextualizamos a instituição do BTO, indicando para os fatos que o precederam, relacionando-os com a agenda do Governo Federal para ciência e tecnologia, acontecimentos políticos importantes como as Guerras travadas e a percepção de que o poderio econômico e militar dos EUA estaria em declínio relativo às potências emergentes. Tendo isso em vista, tentamos explicar o fato de que, atualmente, são as Universidades o conjunto mais notável de parceiros no BTO, recebendo a maior parte dos recursos e da atenção dos Gerentes, seguidas das empresas emergentes (startups) e as subsidiárias de grandes corporações que comercializam tecnologias para uso-dual (que servem tanto para os militares quanto para os civis). Tal padrão, característico ao BTO, implica que atualmente o Departamento de Defesa (DoD) dos



EUA têm se aproximado de setores da economia que anteriormente, nos anos Bush, eram marginais. Conseqüentemente os fornecedores tradicionais (a indústria militar *stricto sensu*) hoje ocupam espaços específicos e oportunidades. Ou seja, a partir do estudo do BTO e seus gerentes, apontamos para um processo de diversificação, no qual o Departamento de Defesa têm reforçado suas relações com organizações civis, delegando à elas algumas responsabilidades. Ao mesmo tempo, O DoD promove novos negócios em Biotecnologia através do financiamento direto às atividades de universidades e startups, reduzindo com isso os custos financeiros dos possíveis fracassos no desenvolvimento de tecnologias viáveis.

## **A NOMENCLATURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE CURITIBA (1964-2009): UM ESTUDO SOBRE ELITISMO E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA**

**AUTORA:** LUCIANA PODLASEK (lucianabenario@gmail.com)

**ORIENTADORA:** MARIA TARCISA SILVA BEGA

### **RESUMO**

A escola é uma instituição complexa, carregada de contradições. No Brasil, a história das instituições escolares é marcada por profundas dificuldades de democratização dos direitos, o que muitas vezes é o reflexo das expressivas e históricas desigualdades sociais existentes no país. No presente trabalho, analisamos alguns mecanismos que permitem a reprodução destas desigualdades dentro do espaço escolar, especificamente no que se refere ao estabelecimento da nomenclatura de certas instituições. Para tanto, trabalhamos com um recorte espacial que engloba a cidade de Curitiba, enfocando as escolas estaduais de grande porte, ou seja, aquelas que atendiam um público discente igual ou maior do que mil alunos no ano de 2018. O recorte temporal abarca os anos entre 1985 e 2009, período inserido na fase da redemocratização brasileira, com baliza final na data mais recente de inauguração de uma escola estadual na capital paranaense. Trabalhamos de antemão com a hipótese de que os processos de nomeação das instituições escolares que compõem o referido recorte, são permeados por mecanismos de dominação elitista, entendendo que as elites integram um grupo complexo de agentes que acumulam, reconvertem e reproduzem capitais individuais e familiares por gerações, desde o período colonial. Nesse sentido, os conceitos de Pierre Bourdieu nos serviram como referencial teórico, bem como os estudos mais recentes da prosopografia, propostos por autores como Ricardo Costa de Oliveira, e demais pesquisadores contemporâneos. As análises foram centradas na contextualização dos espaços escolares estudados, no levantamento das biografias individuais dos agentes homenageados, na interpretação das biografias coletivas pelo método prosopográfico, e na investigação da legislação vigente nos processos de nomeação. As fontes consultadas abarcaram registros advindos de arquivos de imprensa, documentos oficiais, comunicações verbais, além de outros recursos que contribuíram para o levantamento de informações. O

resultado final da pesquisa apontou para a confirmação da hipótese inicial, com o levantamento de dados e a composição da análise explicativa atestando o caráter elitista embutido na escolha da nomenclatura das escolas que compõem o recorte.

## **A GUERRA É A REGRA: HIPERMILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA VIDA E DO COTIDIANO**

**AUTOR:** MARCELO BORDIN (marcelobordino5@gmail.com)

**ORIENTADOR:** PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo debater o processo de hipermilitarização da segurança pública no Brasil. Partindo de uma trajetória pessoal e profissional de vida, em um contexto cultural baseado em valores cultuados, em uma sociedade que tem por base o ethos militar e guerreiro, facilitando que os valores castrenses se tornem o elemento condutor da nação, deixando de lado a possibilidade de consolidação da democracia. A guerra também foi utilizada como ponto de análise para verificar essa herança cultural que o ser humano utiliza através dos tempos e que até hoje se faz presente, que influencia na transformação de uma sociedade militarizada para uma hipermilitarização da vida e do cotidiano, com intensos reflexos nas instituições policiais e nos corpos e mentes dos seus integrantes e também da sociedade. Essa análise parte da ideia de continuum sócio-histórico proposto por Marcel Mauss, numa complementação da definição de Émile Durkheim de fato social, que se constituiu como total. Esse processo demonstra claramente que as sociedades não apresentam grandes avanços em suas formas de relação, ou seja, mantém aspectos como a guerra e a violência em um espiral sem fim, mudando apenas as formas tecnológicas como esses fatos ocorrem. Na introdução, a trajetória de vida deixa claro a militarização do cotidiano e da vida, que resultou na escolha de uma profissão militar, aliada ao processo de educação familiar e escolar com objetivo de um lugar no mercado de trabalho. O capítulo dois concentra a genealogia da militarização, demonstrando como o ser humano tem na militarização e na guerra a sua contribuição social e histórica mais evidente e que se mantém de forma ativa e muito valorizada. A parte três, e a última, coloca algumas características do processo de hipermilitarização, partindo da fala de alguns operadores de segurança pública, militares e civis, demonstrando um ápice do processo de capilarização desse fato social total na vida cotidiana.

**INTELECTUAIS E ARQUIVOS: MEMÓRIAS SOBRE A FACULDADE DE FILOSOFIA,  
CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ NOS ARQUIVOS DE CECÍLIA MARIA  
WESTPHALEN E PÓRCIA GUIMARÃES ALVES.**

**AUTORA:** PATRÍCIA DOS SANTOS DOTTI DO PRADO  
(pradopatriciadotti13@gmail.com)

**ORIENTADORA:** SIMONE MEUCCI

**RESUMO**

Essa pesquisa teve por objeto os acervos documentais de Cecília Maria Westphalen (1927- 2004), historiadora, e Pórcia Guimarães Alves (1917-2005), educadora. Seus arquivos foram confeccionados durante suas vidas e doados, postumamente, ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (Pórcia) e ao arquivo do Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (Cecília). Ambas foram professoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR) de 1950 até finais da década de 1980, quando se aposentaram. Meu interesse esteve na compreensão de suas memórias sobre a FFCLPR no período de 1950 a 1970. Através de etnografias nos arquivos, os considerei como dotados de lógicas de intenção autobiográfica. Isto é, tomei os respectivos acervos como espaços de fabricação retrospectiva do eu, nos quais estiveram em jogo atribuições de sentidos às suas vidas. Por isso, e baseando-me em meu campo etnográfico, mobilizei a ideia de gestão da memória, de Michel Pollak, no contexto de uma pesquisa em acervos pessoais. Busquei compreender como, na amálgama de fatores existentes nos referidos arquivos, circulavam interesses na evocação de determinadas memórias em detrimento de outras. Para compreender essa seletividade, atinei primeiramente aos locais de depósito, a fim de examinar os vínculos entre as professoras e as instituições que conservam suas memórias arquivadas; posteriormente, observei a seleção documental segundo a qual se baseou a produção desses acervos, com vistas a perceber aquilo que foi guardado sobre a FFCLPR face aos demais temas, atores e eventos anunciados ao longo dos acervos. Dessa análise, considerei haver duas formas de recordação da FFCLPR nos citados acervos: tática e desconexão. A primeira, relativa às lembranças de Cecília, anunciava a FFCLPR como espaço de realização, recursos e

competitividade; a segunda, urdida no acervo de Pórcia, compreendia a Faculdade como local ambíguo de formação intelectual mas não de realização profissional. Em meu entendimento, ambas lembranças referiam-se 1) a maneiras de exercer o ofício acadêmico entre 1950 e 1970 e 2) a percepções de si como intelectuais. Com base em uma análise elisiana das redes de interdependência manifestas nas recordações arquivadas, interpretei tais narrativas como atreladas a processos microsociais relativos: às próprias formas como ambas buscaram construir seus eus nos arquivos, bem como a processos macropolíticos de redefinição da ossatura institucional das universidades brasileiras. Com efeito, a análise dos respectivos acervos permite compreender tanto as transformações locais da atividade intelectual quanto as redefinições nacionais do exercício acadêmico e da prática intelectual universitária.

## EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: SENTIDOS DE SUA CONSTRUÇÃO (1987-1995)

**AUTORA:** SABRINA CESAR FREITAS (sabrinas.freitas@hotmail.com)

**ORIENTADORA:** SIMONE MEUCCI

### RESUMO

Esta dissertação trata da construção da Educação em Direitos Humanos no Brasil, no período de 1987 a 1995. Neste texto, reconstituiu-se os objetivos, as motivações e as estratégias que orientaram as primeiras iniciativas desta nova perspectiva educativa no país. Os primeiros empreendimentos foram conduzidos pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo, instituição paulistana de origem eclesial, criada em 1972, dedicada à defesa dos direitos humanos no país. Dada esta centralidade, os registros de atividades da instituição, arquivados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, foram as principais fontes desta investigação. A demanda pelo tema dos direitos humanos em ambientes educativos foi forjada, neste momento, como um conteúdo necessário aos novos rumos democráticos brasileiros. Neste registro, encarada como núcleo da reestruturação da ação pedagógica, a Educação em Direitos Humanos foi lida como a ferramenta fundamental para a transformação dos vínculos societários, para o reconhecimento generalizado da dignidade humana e para constituição de uma perspectiva social promotora dos Direitos Humanos.

## A COMUNIDADE TEUTA E A DOPS EM CURITIBA NOS ANOS 1940: ENTRE PERSEGUIÇÃO E INTEGRAÇÃO

**AUTORA:** SOLANGE DE LIMA (soll\_evilqueen@yahoo.com.br)

**ORIENTADORA:** MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA

### RESUMO

O Brasil recebeu uma grande leva de imigrantes a partir da segunda metade do século XIX, entre os diversos grupos étnicos que entraram no país, estavam os alemães. Com a entrada destes imigrantes, o Estado brasileiro desejava aumentar a oferta de mão de obra para agricultura, povoar regiões do interior e ainda promover o progressivo branqueamento da população. Intelectuais e autoridades brasileiras, influenciadas por teorias raciais, relacionavam a entrada do imigrante branco a um ideal de progresso para o Brasil. Já no início do século XX, os imigrantes, que seriam a solução esperada por autoridades e intelectuais, passam a inspirar cuidado e preocupação, a formação de colônias homogêneas e a não assimilação esperada, transformam, principalmente os alemães em perigo para a soberania nacional, preocupação que ganha força com a inauguração do Estado Novo, em 1937. As medidas nacionalizantes tomadas pela ditadura varguista exacerbam-se com entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, transformando o cotidiano de regiões que receberam grandes levadas de imigrantes oriundos de países do Eixo, como o caso de Curitiba. Este trabalho tem como propósito discutir de que maneira estes imigrantes e descendentes se aproximaram do Nazismo no capital paranaense, e se a perseguição promovida contra alemães e teuto-brasileiros refletia uma ação contra um possível perigo político ou seria motivada por questões que dizem mais sobre o regime e o próprio processo migratório no Brasil. Para tal, utilizamos os inquéritos abertos pela DOPS contra alemães e teuto-brasileiros.



**UMA ESCOLA DE NEGROS EM UMA CIDADE DE BRANCOS: EXPERIÊNCIAS E SENTIDOS ESCOLARES EM UMA ESCOLA ESTIGMATIZADA DA CIDADE DE RAFAELA, SANTA FÉ, ARGENTINA.**

**AUTORA:** TABATA LARISSA SOLDAN (tabatasoldan@yahoo.com.br)

**ORIENTADORA:** SIMONE MEUCCI

**RESUMO**

A partir da observação de um microcosmo escolar, e buscando compreender o porquê uma escola, que foi campo dessa investigação, era estigmatizada na cidade de Rafaela, Santa Fé, Argentina, sendo conhecida como uma “escola de negros”, nos debruçamos sobre o processo de produção das distâncias sociais e da construção da categoria negro na Argentina, de forma geral, e em Rafaela, de forma específica. Também nos dedicamos a enumeração de alguns dos principais elementos classificatórios estigmatizantes e contemporâneos na cidade, procurando compreender de que forma o estigma afetou a vida escolar das/os estudantes da escola. A pergunta de pesquisa que nos orientou e que procuramos responder nessa tese é: em que medida, e de que forma, a categoria negro influenciou na construção dos sentidos da escola e nas experiências escolares dessas/es estudantes? Nossa hipótese é que a condição social de negro das/os estudantes afetou em grande medida suas vidas escolares. A importância de tal discussão reside na contribuição que o trabalho traz para a compreensão dos processos de racialização da classe na América Latina.

**ENTRE O SOM E A CENA: AS AFINIDADES TROPICALISTAS NA CANÇÃO DE CAETANO VELOSO E NO TEATRO DE JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA (1966-1968)**

**AUTOR:** VINÍCIUS TADEU MILANI (vinicius.tmilani@gmail.com)

**ORIENTADOR:** RODRIGO CZAJKA

**RESUMO**

O presente trabalho surgiu a partir da necessidade de expandir e complementar os estudos que abrangem as relações entre as diferentes áreas da produção cultural, destacando o intenso diálogo estabelecido entre o teatro e a canção nos anos 1960. Nos diferentes campos das ciências humanas, já foram realizadas algumas análises sobre os pontos de contato estabelecidos entre as obras dos diferentes artistas que foram identificadas, historicamente, como Tropicalistas. A partir da bibliografia existente, verificou-se a inexistência de uma análise pormenorizada sobre os processos históricos que desencadearam a emergência dessas produções, bem como as afinidades temáticas existentes entre suas principais obras. Analisando o panorama das obras tropicalistas de José Celso e Caetano Veloso, pinçaremos as encenações de *O Rei da Vela* (1967), *Roda Viva* (1968), a apresentação de *Alegria, alegria* no III Festival de Música Popular Brasileira e o álbum-manifesto *Tropicália ou Panis et Circensis* (1968) – trabalhando, especificamente, as canções assinadas por Caetano. De um lado, pretendemos analisar como essas obras partilham sentidos, suas afinidades e seus afastamentos em relação às produções nacionais-populares. De outro, buscamos examinar como alguns temas abordados no teatro de José Celso se projetam, em grande medida, na canção de Caetano Veloso.

## Nominata de Pareceristas

Anderson Deo  
Anderson Trevisan  
Benito Maeso  
Fabíola Lucena  
Felipe Amaral  
Flávia Novaes  
Francisco Januário Pereira  
Gabriel Graton Roman  
Gabriela Abraços  
Gabriela Bandeira  
Hernandez Vivan Eichenberger  
Isabela Simões Bueno  
Kamille Mattar  
Luiz Fernando Villalba Santos  
Maiara Raquel Campos Leal  
Marcelo Ribeiro Vasconcelos  
Marcelo Ridenti  
Marco Antonio Perruso  
Marco Antonio Rossi  
Maria José Justino  
Maria Pilar Cabanzo Chaparro  
Matheus Hatschbach Machado  
Matheus Silva  
Mauricio Priess da Costa  
Pedro Marchioro  
Patrícia Corrêa  
Paulo Reis  
Ramiro Garcia  
Ricardo Gaspar Müller  
Ricardo Ramos Shiota  
Rodrigo Czajka  
Tarcila Soares Formiga  
Vinícius de Souza Sturari